

# Lugares, tempos e pessoas

## Povoamento rural romano no Alto Alentejo

### Volume II

**André Carneiro**

(Página deixada propositadamente em branco)

SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM  
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

**ESTRUTURAS EDITORIAIS**  
SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM  
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

ISSN: 2182-8814

**DIRETOR PRINCIPAL**  
MAIN EDITOR

Delfim Leão  
Universidade de Coimbra

**ASSISTENTES EDITORIAIS**  
EDITORIAL ASSISTANTS

Elisabete Cação, João Pedro Gomes, Nelson Ferreira  
Universidade de Coimbra

**COMISSÃO CIENTÍFICA**  
EDITORIAL BOARD

Amílcar Guerra  
Universidade de Lisboa

Ausenda Balbino  
Universidade de Évora

Carlos Fabião  
Universidade de Lisboa

Helena Catarino  
Universidade de Coimbra

João Pedro Bernardes  
Universidade do Algarve

Jorge de Oliveira  
Universidade de Évora

Leonor Rocha  
Universidade de Évora

**Lugares, tempos e pessoas**

**Povoamento rural romano  
no Alto Alentejo**

**Volume II**

**André Carneiro**

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM  
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

TÍTULO TITLE

LUGARES, TEMPOS E PESSOAS. POVOAMENTO RURAL ROMANO NO ALTO ALENTEJO. - VOLUME II  
PLACES, TIMES AND PEOPLE. RURAL SETTLEMENTS IN ALTO ALENTEJO IN ROMAN TIMES. - VOLUME II

AUTOR AUTHOR

André Carneiro

EDITORES PUBLISHERS

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Coimbra University Press

[www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)

Contacto CONTACT

[imprensa@uc.pt](mailto:imprensa@uc.pt)

Vendas online ONLINE SALES

<http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Coordenação Editorial EDITORIAL COORDINATION

Imprensa da Universidade de Coimbra

Conceção Gráfica GRAPHICS

Rodolfo Lopes, Nelson Ferreira

Infografia INFOGRAPHICS

Mickael Silva

Impressão e Acabamento PRINTED BY

Simões & Linhares, Lda. Av. Fernando Namora, n.º 83

Loja 4. 3000 Coimbra

ISSN

2182-8814

ISBN Digital

978-989-26-0833-4

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0833-4>

Depósito Legal LEGAL DEPOSIT

384892/14

Annablume Editora \* Comunicação

[www.annablume.com.br](http://www.annablume.com.br)

Contacto CONTACT

[@annablume.com.br](mailto:@annablume.com.br)

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
www.fct.pt  
POCI/2010

© Dezembro 2014

Annablume Editora \* São Paulo

Imprensa da Universidade de Coimbra

Classica Digitalia Universitatis Conimbrigenis

<http://classica.digitalia.uc.pt>

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos  
da Universidade de Coimbra

# LUGARES, TEMPOS E PESSOAS. POVOAMENTO RURAL ROMANO NO ALTO ALENTEJO. - VOLUME II

## PLACES, TIMES AND PEOPLE. RURAL SETTLEMENTS IN ALTO ALENTEJO IN ROMAN TIMES. - VOLUME II

AUTOR AUTHOR

André Carneio

FILIAÇÃO AFFILIATION

Universidade de Évora

### RESUMO

O propósito do presente estudo centra-se na leitura do que terá sido a rede de povoamento rural em época romana na região do Alto Alentejo. Uma área territorial extensa e com uma paisagem muito diversa, o que permite tentar perceber como se alteram os padrões de organização de sítios, em função desse quadro natural, mas também das comunidades que já habitavam este território. Também o tempo escolhido é intencionalmente longo, pois na análise considera-se a evolução desde o estabelecimento da paisagem imperial até à data de 711, marco temporal que de alguma forma se assume como signficante para estabelecer a fronteira com o mundo antigo. Assim, com uma forte componente de trabalho de prospecção, procede-se a uma análise dos factores que motivaram a criação de uma paisagem onde, durante o Império e a Antiguidade Tardia, as mais diversas pessoas habitaram e modificaram o território que é hoje o Alto Alentejo.

### PALAVRAS-CHAVE

Povoamento romano; Villae; Alentejo; Agricultura romana.

### ABSTRACT

The aim of the present study is to offer a reading of what the distribution of the rural population of Alto Alentejo may have looked like in Roman times. Dealing with such an extensive territorial area and with such a diverse landscape has allowed us to better understand how the patterns of organisation of rural human settlements were influenced both by the natural environment as well as the pre-existing rural communities.

The period studied is intentionally long: our analysis begins with the formation of the imperial landscape and ends in 711, a milestone which is considered significant in establishing the boundary with the Ancient World. Drawing on substantial work of archaeological prospection, this study therefore proceeds to analyse the factors that motivated the creation of a landscape that was inhabited and modified throughout Empire and Late Antiquity by many diverse people.

### KEYWORDS

Roman settlement; Villae; Alentejo; Roman agriculture.

## AUTOR

André Carneiro nasceu em Lisboa em 1973. Entre 1999 e 2006 foi arqueólogo do Município de Fronteira, onde desenvolveu projectos de investigação sobre o povoamento antigo, quer no âmbito autárquico (*Carta Arqueológica do Concelho de Fronteira*, publicado em 2005), quer na análise da ocupação do território em época romana (*Povoamento romano no actual concelho de Fronteira*, de 2004). Docente do Departamento de História da Universidade de Évora desde 2006, completou o seu doutoramento em Arqueologia em 2011 com o trabalho que agora se apresenta, sobre as estruturas e redes de povoamento rural em época romana no território do Alto Alentejo. Dedicou ainda a sua investigação sobre o tema da rede viária no Alentejo em época romana (*Itinerários romanos do Alentejo - uma releitura de "as grandes vias da Lusitânia - O itinerário de Antonino Pio" de Mário Saa*, cinquenta anos depois, de 2008).



## AUTHOR

André Carneiro was born in Lisbon in 1973. Between 1999 and 2006 he worked as archaeologist in the municipality of Fronteira, where he conducted research programmes about the rural settlement, in the county territory (*Carta Arqueológica do Concelho de Fronteira*, published in 2005) and in the Roman rural settlement analysis (*Povoamento romano no actual concelho de Fronteira*, 2004). Teaching Classical Archaeology at the University of Évora History's Department, he fulfilled the PhD in Archaeology in 2011 with the present work, about the Roman rural sites and settlement architecture in Alto Alentejo, Portugal. He also dedicated his research to the Roman roads in Alentejo (*Itinerários romanos do Alentejo - uma releitura de "as grandes vias da Lusitânia - O itinerário de Antonino Pio" de Mário Saa, cinquenta anos depois, de 2008*).

(Página deixada propositadamente em branco)

## SUMÁRIO

Considerações prévias	7
Concelho de Alter do Chão	11
Concelho de Arronches	27
Concelho de Avis	55
Concelho de Borba	69
Concelho de Campo Maior	81
Concelho de Castelo de Vide	111
Concelho de Crato	137
Concelho de Elvas	171
Concelho de Estremoz	215
Concelho de Fronteira	249
Concelho de Gavião	283
Concelho de Marvão	291
Concelho de Monforte	323
Concelho de Nisa	363
Concelho de Ponte de Sôr	381
Concelho de Portalegre	399
Concelho de Sousel	409
Concelho de Vila Viçosa	423
Índice Toponímico	437

(Página deixada propositadamente em branco)

## CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS: DEFININDO CRITÉRIOS

Este volume é dedicado à análise do que poderemos designar de “informação de campo”. Não se trata de uma mera listagem ou inventário, pois apresenta considerações sobre cada sítio em particular e sobre as inter-relações que se poderiam estabelecer entre eles, em geral. A informação respeitante a cada ponto de povoamento foi recolhida por múltiplos autores, e do universo total em causa apenas uma parte foi confirmada no terreno. Esta premissa metodológica de base acabou por condicionar todo o modelo de apresentação do presente volume, no qual optei por proceder a um breve balanço historiográfico da investigação em cada concelho, não de forma sistemática, mas procurando ler as tendências e as prioridades da pesquisa. Finalmente, e porque a realidade fisiográfica é diversificada na região como um todo, mas também em cada concelho, é feita uma breve apresentação da paisagem de cada território de modo a enquadrar a análise.

A melhor forma de conceder objectividade à massa de informação relativa aos sítios em estudo seria apresentá-la sob a forma de base de dados. Essa opção já havia sido tomada por mim no estudo sobre o concelho de Fronteira<sup>1</sup>, no qual o volume informativo havia sido obtido quase integralmente a partir do zero, recorrendo a prospecções de terreno. Decalcando o modelo então adoptado, poder-se-ia apresentar um *corpus* informativo claro, padronizado e objectivo. O presente volume tomaria assim a forma de uma listagem com campos contendo informação neles carregada e relativa a cada um dos sítios da área territorial em análise, passível de ser mais facilmente comparada ou analisada.

A heterogeneidade da informação recolhida conduziu a que, desde muito cedo, se tomasse uma outra opção. Para certos locais, o volume de conhecimentos é elevado: alguns foram objecto de escavações, outros são casos paradigmáticos a nível nacional, muitos apresentam relevantes conteúdos informativos, alguns foram trabalhados por distintos autores, com diferentes

---

1 Carneiro, 2004.

preocupações e motivações. Para outros sítios – a maioria – os dados são ténues, por vezes limitados a uma mera mancha de cerâmica de construção. Vários foram localizados no terreno; alguns são inéditos; mas a maioria não foi agora visitada, e alguns ter-se-ão mesmo perdido para sempre. Para certos casos existem dados variados, possibilitando a análise de categorias distintivas (estruturas, materiais arqueológicos, evoluções diacrónicas, relações com vias ou com outros sítios, etc.), mas para outros, o que há a descrever ocupa um simples parágrafo, por ser tão parca e imprecisa a informação. Para além do mais, também a própria historiografia da investigação exige comentários específicos, diferentes do realizado no volume principal, pois encontramos investigadores específicos de concelho ou sub-área, com ciclos e dinâmicas próprias ao nível local. Os agentes de informação são variados: alguns fogem ao padrão habitual, apresentando múltiplas formações e objectivos, por vezes bem distintos da investigação histórico-arqueológica em sentido estrito; em outros casos, temos investigadores que procuravam realidades muito definidas, ao abrigo de um trabalho académico ou de um estudo de impacto ambiental. Em algumas situações observamos mesmo a existência de ciclos ou de conjunturas mais favoráveis, onde se delinearão ambiciosos programas de investigação, mas temos também agentes individuais que, com grande sacrifício pessoal, percorreram o terreno ou se dedicaram a um tema. Portanto, era necessário apresentar os sítios, mas também enquadrar as investigações, os promotores dos trabalhos, e o que no fundo se pretendia.

Por este conjunto de motivos, rapidamente foi assumido que a apresentação da informação em bases de dados formatadas de modo uniforme e sistemático seria, afinal, inviável, porque obrigaria a uma *formatação* de cada sítio que, em muitos casos, ocultaria ou deixaria de lado realidades relevantes. Seria preferível assumir um discurso descritivo, de teor problematizante, assumindo a inerente carga de subjectividade, mas criando uma lente de análise mais ampla. Se, desde o primeiro momento, optei pela arrumação dos sítios por concelhos, que seria o modelo mais lógico de organização da informação, entendi mais tarde proceder a um enquadramento historiográfico do que de mais relevante sucedeu em cada município, sem uma preocupação de exaustividade para cada um, pois em alguns casos existem agentes locais com programas de investigação em curso a quem compete essa tarefa. E para melhor enquadrar os trabalhos, e os lugares que foram estudados, foi desenhado para cada concelho uma descrição paisagística específica, distinta da realizada no capítulo sobre o território, na medida em que as paisagens do Alto Alentejo são variadas, e em todos os concelhos a diversidade interna é também uma marca evidente.

Desta forma temos para cada município textos genéricos de enquadramento historiográfico e paisagístico, a descrição de cada um dos sítios em estudo, e textos de fecho procurando diagnosticar as dinâmicas específicas.

O critério de arrumação foi definido da seguinte forma: para cada concelho apresentam-se os sítios arqueológicos com ocupação romana (Império) ou

durante a Antiguidade Tardia, organizados de acordo com cada Carta Militar de Portugal em leitura sequencial (1: 25.000), nas quadrículas lidas no sentido Oeste-Este e Norte-Sul<sup>2</sup>. Por isso, sítios contíguos no terreno, ou a curta distância, podem aqui ser apresentados com afastamento entre si. No texto, a existência de campos específicos foi reduzida ao mínimo: apenas o topónimo, a indicação da Carta Militar Portuguesa, a menção do Código Nacional de Sítio (CNS), a redacção de um texto genérico descritivo e crítico, e a indicação das principais referências bibliográficas não inseridas no bloco anterior (remetidas para rodapé), com a inclusão apenas das mais significativas para a compreensão dos conteúdos apresentados.

O critério de reunião dos sítios foi presidido por um ponto fundamental: o objectivo do presente estudo centra-se na reconstituição das redes de povoamento, e portanto o critério “sítio arqueológico” foi decisivo. Foram considerados apenas os indicadores respeitantes à existência comprovada de um sítio de época romana (Império) ou de Antiguidade Tardia. Desta forma, foram eliminados todos os indicadores que se referem a “achados isolados” (com excepção das epígrafes funerárias, que remetem para um espaço sepulcral dificilmente detectável em prospecção de superfície), a situações dúbias e que dificilmente são passíveis de esclarecimento no terreno, e ainda a imprecisões informativas. Por exemplo, muitos objectos arqueológicos, ou mesmo manchas de materiais, são identificadas em contextos secundários, e nesse sentido não foram consideradas por não ser possível a sua correspondência a um local concreto. As descrições dubitativas também foram eliminadas: em fichas constantes da base de dados *Endovelico* observa-se que a atribuição à categoria “romano” não é compatível com algumas descrições nos campos respectivos, notando-se alguma impreparação dos arqueólogos de terreno que atribuem à época romana realidades que, pela descrição, se percebe serem posteriores. Note-se ainda que, nos sítios apresentados, o critério de escolha refere-se sempre a locais de povoamento ou a espaços tumulares. Desta forma, estruturas isoladas também não foram consideradas (como barragens, por exemplo), a menos que em relação directa com sítios. Embora o foco de análise seja a rede de povoamento rural, e portanto a estruturação e orgânica dos *espaços de vida*, as necrópoles foram incluídas por serem um contraponto fundamental à percepção das gentes que habitaram este território, mas a atenção e desenvolvimento que a elas são dedicados é compreensivelmente muito menor.

---

2 De acordo com o consagrado modelo apresentado em *Roman Portugal* (RP: Alarcão, 1988).

(Página deixada propositadamente em branco)



## I. CONCELHO DE ALTER DO CHÃO

Em termos teóricos, este seria um território que se poderia constituir como privilegiado *case study* para o conhecimento das redes de povoamento romano no Alto Alentejo. Aqui, encontramos uma das paragens referidas no Itinerário de Antonino – *Abelterium*, dado já comprovado arqueologicamente<sup>3</sup> – e o troço de via pertencente ao percurso XIV, que atravessa o concelho no sentido longitudinal já no seu terço sul, cruzando com a via XV na proposta que em outra ocasião dei a conhecer<sup>4</sup>.

Desta forma, em Alter do Chão estão duas componentes essenciais para o estudo da arquitectura do povoamento rural em época romana:

- a relação entre um *sítio congregador* – e utilizo intencionalmente este termo neutro para evitar a discussão sobre se *Abelterium* terá sido uma *civitas*, *vicus*, *mansio* ou ainda uma outra realidade<sup>5</sup> – e o seu território envolvente. Ou seja (e sempre funcionando em plano teórico), olhando para os campos de Alter, o desafio imediato seria tentar perceber se este pólo teria escalonado ou centralizado os sítios rurais em volta, e se

---

3 A partir de um grafito realizado sobre um imbrice: António & Encarnação, 2009a.

4 Ver Carneiro, 2008, em particular pp. 58-67.

5 Não sendo este o lugar para tecer considerações sobre o perfil de povoamento alterense, nem cabendo fazê-lo visto que decorrem trabalhos de campo em várias frentes, limito-me apenas a chamar a atenção para o facto de ser possível assumir duas valências concretas em *Abelterium*: primeiro, as recentes escavações já deixaram evidente que seria um povoado relevante do ponto de vista social, económico e (provavelmente) administrativo, mesmo que ainda não saibamos em concreto *o que foi*, pois não está (ainda?) claro se o local tinha uma malha urbana e funções cívicas concretas (com tudo o que tal implica em época romana); em outro plano, a já relevante concentração de epígrafes votivas neste território leva a pensar que o mesmo se encontraria dotado de uma carga simbólica muito forte, esteja esta localizada no actual núcleo de Alter ou nas suas imediações. O facto de todas as epígrafes apresentarem o teónimo não nomeado (embora também por desgaste impossibilitador da leitura) implica a existência de um santuário. Ver IRCP nº 614 (Reguengo) e nº 635 (Passareira ou Passadeiras) e a mais recente descoberta em António & Encarnação, 2009b.

na leitura dessa dinâmica poderíamos perceber as interacções campo – aglomerado.

- a relação entre um elemento estruturante – o troço de via de um itinerário principal – e os diversos sítios rurais, tentando perceber se a passagem da estrada funcionaria como elemento *deformador* dos diversos pontos de ocupação, promovendo a sua proximidade (e nesse caso procedendo ao seu *alinhamento sequencial*) e/ou a sua hierarquização (com os sítios mais relevantes junto a si e uma franja periférica de segunda ordem mais afastada).

Infelizmente não é ainda possível confirmar expectativas, embora se possam enunciar tentativas de leitura. Faltam prospecções sistemáticas e publicações sobre sítios e conjuntos de materiais, e até lá as hipóteses de reconstrução da rede de povoamento antigo estão em larga medida comprometidas por uma notória insuficiência de informação. Como veremos, o povoamento rural do concelho de Alter está confinado a uns poucos sítios, cuja distribuição cartográfica é tão esparsa e rarefeita que impede que possamos conceder profundidade a uma análise que, para ser efectivada, necessitaria de uma massa informativa mais densa. Note-se, por exemplo, que existem freguesias inteiras que não apresentam indícios registados, como Cunheira ou Chança.

Como interpretar este vazio?

Para já, esta dificuldade de análise resulta apenas da *geografia da investigação* e não se deve a uma ausência de sítios nem a um qualquer desinteresse que o mundo romano tenha tido por esta zona (ilógico, aliás, se considerarmos a presença de *Abelterium* e do troço viário pertencente a um dos principais itinerários de ligação para a capital provincial). Apesar de um estudo relativamente precoce para o contexto distrital<sup>6</sup>, trata-se de um espaço mal conhecido porque só muito recentemente se começaram a desenvolver em *Abelterium* projectos conducentes ao conhecimento do que em época romana Alter efectivamente foi<sup>7</sup>. Esta situação é tanto mais difícil de explicar quanto as potencialidades locais já de há muito eram conhecidas. Para além das ressonâncias toponímicas entre Alter e *Abelterium*, os dados arqueológicos já tinham sido identificados, embora eventualmente confundidos com as lendas que muitas vezes enturvam o passado das localidades. Mas as referências existiam, e não apenas para o espaço urbano. Já em 1635 o cónego Novaes, na relação do bispado elvense, dizia que “vense ainda muitos alicerces destes edificios antiguos, muitos pedaços de muros terraplenados, como são os que chamão da Caza da Vallada, muitas taipas de cal e ladrilho moído, e outras

---

6 Timóteo, 1978.

7 Moura, Paulo, “César, Virgílio, Joviano, António e o mosaico mais belo do império”, *In: Público* de 16.02.2009.

empedradas de pedrinhas e varias côres, do tamanho d'uma unha; e destas pedrinhas, affirmavam os antigos, estava edificado um famoso templo d'idolos, e alcançaram ver muita parte d'elle em pé. Entre as ruínas destes cahidos, e arrazados edificios, se tem achado em varios lugares, e tempos, algumas figuras de idolos de pedra, e não há muitos annos se achou huma estatua de Cupido, com aljava, settas, e venda tudo de gentil escultura”<sup>8</sup>, mencionando em seguida o troço de via romana junto à vila. Também nesta época outro documento contém referências a sítios na zona de S. Bartolomeu. Apenas um é reconhecível, a mesma “Casa da Avelada” (Casa de Alvalade), referenciando-se “alicerces de monumentos sumptuosos” em Cabeça d'El Rei e no “chamado Outeiro do Clarinho ao Caminho da Mo”, além de uma necrópole na “Courela chamada da Retorta”<sup>9</sup>. Esta lembrança cristalizou na memória, surgindo repetida em entradas de dicionários corográficos, nas *Memórias Paroquiais* da freguesia<sup>10</sup> ou em textos genéricos de divulgação. Mas apesar de sugestiva, não desencadeou qualquer processo de investigação, e apesar da corrente identificação entre *Abelterium* e Alter (do Chão ou Pedroso, consoante os autores), até tempos recentes nenhuma experiência no terreno se tentou para averiguar a veracidade toponímica, nem mesmo quando Bairrão Oleiro<sup>11</sup> iniciou escavações no conjunto de Ferragial d'El-Rei começando a colocar à vista um balneário termal do precioso complexo estrutural de *Abelterium*. No espaço rural a situação apenas se alterou em 1978 quando investigadores locais publicaram o “subsídio para o estudo” da “Arqueologia romana de Alter do Chão”. Logo salientaram que “Não obstante a riqueza arqueológica de que dá provas, a bibliografia sobre este concelho revela-se assaz escassa e, pior do que isso, limitada quanto aos assuntos”<sup>12</sup>. Deu-se então a conhecer o Cabeço de Santa Luzia, Convento de São Veríssimo, Casa de Alvalade, Quinta do Pião, e dois pontos no interior da vila, o já conhecido Ferragial e a Cerca do Convento.

Em rigor, a investigação sobre o mundo rural de Alter do Chão não avançou de forma significativa desde então, exceptuando-se o sistemático projecto levado a cabo no perímetro murado da Coudelaria de Alter<sup>13</sup>, do qual

---

8 O autor refere-se ao sítio de Casa de Alvalade: Novaes, 1635: 28. A propósito de um santuário, não deixa de ser curioso (embora de acordo com o espírito da época) que Novaes mencione um “templo d'idolos”.

9 Documento intitulado *Antiguidades de Alter do Chão*, em manuscrito anónimo da segunda metade do século XVII, guardado na Biblioteca Pública de Évora. Encontra-se transcrito em Oliveira, 2006: 234-235.

10 Figueiredo, 1895: 317.

11 Oleiro, 1956.

12 Timóteo, 1978: 275.

13 Oliveira, 2006. No extenso conjunto de trabalhos aqui realizados apenas foram identificados um “abrigo improvisado” (p. 226) no interior da Anta da Horta (relatório de escavação entre as pp. 103-151) e também da Anta da Soalheira (*idem* pp. 152-169). Estes dois registos não foram considerados no presente inventário por em rigor não estarmos perante “sítios”, mas ocupações pontuais de estruturas pré-existentes.

acabou por não resultar a detecção de quaisquer sítios de época romana, o que constitui um dado curioso (pela ausência) para se avaliar a existência de *vazios territoriais* no período cronológico da nossa referência.

Quanto ao quadro geográfico, o concelho apresenta uma assinalável diversidade paisagística. Quando olhamos para Cunheira, hoje envolvida por eucaliptais que cobrem os relevos suaves e arenosos dos terraços fluviais quaternários, não encontramos semelhanças com Chança, onde o terreno apresenta ainda os solos cascalhentos que se prolongam a partir da bacia do Tejo e da área de Ponte de Sôr. E muito menos as vemos com Alter Pedroso, coroando o maciço rochoso que marca os relevos vigorosos do Alto Alentejo central. Trata-se portanto de um concelho heterogéneo, onde rapidamente se passa do substrato granítico para os relevos acentuados do xisto, ou para áreas de contacto geo-morfológico que apresentam notável variedade.

O concelho é marcado pela ribeira de Seda que, embora atravessasse o território pela franja noroeste (e portanto descentrada), acaba por modelar e centralizar a rede hidrográfica do concelho, constituída, na sua maior parte, pelos seus afluentes. De qualquer modo, e ao contrário de outros concelhos, a rede hidrográfica não é muito densa e abundante, o que inclusivamente, com a prática de uma agricultura agressiva, e com o represamento dos cursos secundários, tem conduzido a situações de *stress hídrico* significativas, acentuadas ainda pelas «campanhas do trigo» do século XX. Por este último motivo, largas extensões de terreno foram limpas para possibilitar o cultivo em larga escala, o que contribuiu decisivamente para o apagamento de realidades como os monumentos megalíticos que, sobretudo na área sul, foram desmantelados. Também o incremento da exploração bovina, com produção de forragem, contribuiu para uma decisiva alteração no quadro natural, eliminando-se o carrascal típico destas paragens. Para o perímetro da Coudelaria foi feito um estudo antracológico que nos fornece uma imagem do que seria a paleopaisagem alterense<sup>14</sup>. Apesar de limitações qualitativas na análise evidenciou-se o modo como o quadro paisagístico se alterou lentamente, passando do bosque de árvores mistas (freixos, *Fraxinus angustifolia* e azinheiras, *Quercus ilex*) predominante no Neolítico, para uma paisagem centrada em espécimes perenes (azinheiras, *Quercus ilex* e oliveiras, *Olea europaea*) que denunciam a antropização do território, culminando no espectro atribuído à época romana, onde dominam matos de *Leguminosae sp.* que demonstram o impacto dos sistemas agro-pecuários e a prática da pastorícia extensiva.

O relevo é bastante irregular, oscilando entre paisagens onduladas de cabeços suaves e algumas elevações de grande porte que funcionam como marcadores territoriais. Destacam-se algumas cumeadas que poderão

---

14 David Duque, “El médio vegetal de la Coudelaria de Alter do Chao a partir de los resultados antracológicos.” In: Oliveira, 2006: 242-256. Ver também Duque, 2005.

ter albergado povoados proto-históricos, embora sobre este período o desconhecimento seja total: pontos onde hoje se erguem povoações, como Seda (201m) ou Alter Pedroso (413m), ou outros como São Miguel (359m) ou S. Lourenço (368m), são exemplos de grandes volumes que se destacam na paisagem. Na metade Sudeste do concelho merecem referência as Serras dos Arneirinhos e Almanhares, hoje deixadas a mato, e que albergam antas e povoados da Idade do Ferro. Estas duas faixas de rochas xistosas e de grauvaques estendem-se em direcção ao concelho de Fronteira, irrompendo na paisagem como um filão aflorando quase na vertical. Constituem o limite Noroeste do designado “Planalto carbonatado do Câmbrico de Elvas”, que no desenvolvimento para Sudeste irá modelar decisivamente as paisagens de outros concelhos, com as suas cotas entre a altimetria 200 e 400 funcionando como elementos de separação do território, condicionando as linhas de fecho e as zonas de passagem. Neste campo, não deixa de ser curioso notar que a passagem da via XIV se faça aproveitando um dos mais cómodos e confortáveis circuitos de transição.

## Sítios e comentários

### 01.01. Monte da Ferraria

CMP 357/ N 39° 13' 28.1" / 7° 47' 41.6" / Topónimo / Necrópole

Nesta herdade, próxima da passagem da ribeira de Seda, existem informações sobre o aparecimento de “seis sepulturas contendo as respectivas ossadas, e cuja arquitectura parece corresponder ao período romano”<sup>15</sup>.

### 01.02. Cabeço de Santa Luzia

CMP 357 / CNS 489 / N 39° 13' 06.9" / 7° 47' 20.5" / Terreno / Casal

A elevação que, na margem direita está sobranceira à ponte de Vila Formosa, albergou em tempos a abandonada Capela de Santa Luzia. No alto, “numa área total de cerca de 600 m<sup>2</sup>”<sup>16</sup>, encontrar-se-iam muitos fragmentos de cerâmica de construção (tegula e imbrices), um peso de tear, bordo de *dolium* e uma asa de ânfora, além de escória de vidro. Interpretado como “uma espécie de «estaleiro»” das obras da ponte, esta hipótese não convence por se tratar de uma elevação pouco adequada para esta função. Dada a presença do peso de tear e da cerâmica de armazenamento, poderemos pensar na existência de um casal agrícola ou de um ponto de armazenamento e prestação de serviços próximo da via, embora a eminência do local e a pervivência religiosa possam remeter para algum templo na proximidade da ponte. Em prospecções efectuadas no

---

15 Timóteo, 1978: 276.

16 Timóteo, 1978: 276.

local com óptima visibilidade, nada foi encontrado, à exceção de alicerces e cerâmica de construção moderna. Já Félix Alves Pereira afirmava que “examinei sem resultado os destroços”<sup>17</sup>.

*Outras referências: RP 6/98.*

### **01.03. Moradeia da Froia 1**

CMP 358 / CNS 11089 / N 39° 16' 45.8" / 7° 43' 43.4" / Bibliografia / Povoado

A primeira de três “moradeias” descritas por Agostinho Isidoro<sup>18</sup>. “Está num pequeno cabeço desta herdade, na folha do Apiadeiro, a uns 400m do Apiadeiro da Mata, e para nascente deste. A linha do caminho de ferro passa-lhe a norte, a uns 200m. Tem a área de uns 2500m<sup>2</sup>. À superfície do terreno encontram-se muitas pedras afeiçãoadas e alinhadas; umas estão fixas ao terreno e outras, desagregadas pelos arados, permanecem soltas.”<sup>19</sup> No *Endovelico* lê-se: “no local são abundantes as cerâmicas de construção e comuns, em dois locais a cerca de 50 metros um do outro. No seu conjunto cobrem uma área de cerca de 2000 m<sup>2</sup>, atingindo a concentração de maiores dimensões cerca de 1800 m<sup>2</sup>, e apresentando ainda vestígios de muros de considerável espessura à superfície”, apontando-se uma “*villa*, talvez fortificada”. Finalmente, Oliveira e Palmeiro assinalam que “Encontra-se muito destruída, talvez pela construção de barragens que ocupa parte da sua área [...]”<sup>20</sup> Discrepâncias entre os diferentes autores, portanto. Nos trabalhos de campo constatou-se a existência de eucaliptos, pelo que a visualização do solo não foi conseguida.

### **01.04. Moradeia da Froia 2**

CMP 358 / CNS 11090 / N 39° 16' 47.3" / 7° 43' 44.1" / Bibliografia / Povoado

Cedendo a palavra ao autor: “Fica a norte da 1<sup>a</sup> moradeia e distante dela cerca de 70m, para norte. Tem uma área de 100m<sup>2</sup>. À superfície do terreno há fragmentos de telhas e tijolos”<sup>21</sup>. A consulta da entrada no *Endovelico* remete para uma laje de granito e “esteios de uma caixa da sepultura”, que obviamente não têm nada que ver com o sítio descrito por Isidoro. Em trabalho de índole

---

17 Pereira, 1912: 218.

18 1966. O termo foi originalmente cunhado por Leite de Vasconcellos (1921-1922) para designar antigos pontos de povoamento com sinais de época romana, mas eventualmente mais tardios, e em sítios elevados. Em artigo de 1930-1931 explica este regionalismo: “vim a averiguar que se dava aquele nome a um mórro em que existiam vestígios de muralhas e de casas: o que tudo constituía uma *moradeia*, pois *moradeia* para o povo de aqui designa ruínas de habitações antigas, de tempos geralmente muito remotos: pelo menos, romanos e pre-romanos.” (174)

19 Isidoro, 1966: 33.

20 Oliveira e Palmeiro, 1993/1994 [sem número de página]. A fotografia mostra uma grande pedra vertical que talvez sinalizasse uma entrada; as autoras referem a existência de “algumas pedras de pequena dimensão”.

21 Isidoro, 1966: 34.

local, o sítio foi dado como destruído “restando apenas no local uma pedra com o comprimento de um metro”<sup>22</sup>.

### **01.05. Moradeia do Couto da Balsinha**

CMP 358 / CNS 11088<sup>23</sup> / N 39° 16' 42.1" / 7° 44' 05.0" / Bibliografia / Povoado

Do terceiro sítio desta tipologia fica a descrição: “Encontra-se num sítio em que o terreno é plano, na folha do Talefe, pertencente à courela da Balsinha. A 150m de distância para sul há um cabeço, que tem no cimo um talefe. É uma *moradeia* pequena, pois a sua área anda à volta dos 40m<sup>2</sup>. Há seis pedras aparelhadas e alinhadas, cravadas no terreno e em volta das mesmas muitos fragmentos de tijolos e de telhas, estas de cor castanha e vermelha.”<sup>24</sup> Em data posterior, o sítio ainda era visível: “Moradeia em forma circular, de pequenas dimensões, onde se pode encontrar cinco pedras que possivelmente terão pertencido a uma anta hoje desmantelada. [...] Três destas pedras, encontram-se no interior da Moradeia e as restantes estão numa posição vertical, aparentando ser a entrada da moradeia. A limitar a entrada desta, verifica-se e [*sic*] existência de um conjunto de pedras de pequena dimensão, as quais formam um muro”<sup>25</sup>.

### **01.06. Monte Redondo**

CMP 358 / N 39° 14' 01.6" / 7° 45' 24.4" / Topónimo / Necrópole

Conjunto de materiais oferecidos a José Leite de Vasconcellos que deverão pertencer a um ambiente funerário: uma taça de terra sigillata, uma garrafa de cerâmica “avermelhada”, uma lucerna com marca “ACATOS”<sup>26</sup>. A vastidão da propriedade, e o facto de hoje ser uma reserva de caça (logo, sem prática agrícola e consequentemente com muita vegetação), objectivamente impedem que se proceda à relocalização do local.

*Outras referencias: RP 6/96.*

### **01.07. Casa de Alvalade 2**

CMP 358 / N 39° 13' 18.9" / 7° 43' 18.7" / Terreno / Necrópole

Situa-se no topo da elevação suave fronteira ao sítio de Alvalade, com o qual mantém contacto visual. Na margem oposta do pequeno curso de água encontram-se lajes de xisto (em zona de granitos) e cerâmica de construção dispersa: corresponde a uma necrópole?

*Referência: Inédita.*

---

22 Oliveira e Palmeiro, 1993/1994 [sem número de página].

23 Registada como “Courela da Balsinha”.

24 Isidoro, 1966: 33.

25 Oliveira e Palmeiro, 1993/1994 [sem número de página]. A fotografia mostra um conjunto ainda bem preservado, com um alinhamento de pedras de formato sub-circular.

26 Vasconcellos, 1927-1929: 178-179.



### 01.08. Casa de Alvalade 1

CMP 358 / CNS 487 / N 39° 13' 12.1" / 7° 43' 02.2" / Terreno / *Villa* (?)

Um sítio promissor, com um conjunto de indicadores que merecem um olhar muito atento, mas apresentando um elevado grau de destruição em curso (menção a detectores de metais). Situado no cruzamento de duas linhas de água (a que corre a sul, mais encaixada, apresenta condições para uma barragem), implanta-se no topo de elevação suave, situada junto ao troço de via XIV, dominando o horizonte, em especial para norte e oeste. Embora sem destaque na paisagem, as construções deveriam conceder ao local uma função de referente visual.

O sítio já era conhecido por referências documentais<sup>27</sup> e pela visita de Maria Abranches Timóteo, onde se descreve “um muro de *opus incertum*, com aproximadamente 30m de comprimento e 0,70 de espessura”<sup>28</sup>. O muro ainda se encontra no local: uma extensa recta que marca o coroamento da elevação. Mas mais elementos existem. Mesmo no topo existe um pavimento de *opus signinum*, e um outro lanço de muro, com 1,50 por 50cm de altura; no terço superior a estrutura já referida, sólida e com excelente qualidade na alvenaria, aflorando em 1,20m no ponto mais elevado, definindo uma extensa plataforma que funciona como uma acrópole. Um pouco mais abaixo, um terceiro lanço de muro, com um metro de comprimento por 40cm de altura. É difícil perceber a funcionalidade do conjunto: Timóteo alude a “ângulos rectos” nas suas extremidades, formando “uma espécie de esplanada”, parecendo que existiria uma fachada monumental panorâmica coroada por um espelho de água, dado o *opus signinum* do topo. No terreno há uma profusão de cerâmicas e blocos de pedra empregues em construções. Encontram-se imbrices, alguns com excesso de cozedura, tégulas, fragmentos de *dolium* (fundos e bordos) e cerâmica comum, maioritariamente clara. Os materiais cerâmicos estão muito bem conservados. Nas três visitas feitas, sempre com excelente observação do solo, não se encontrou qualquer fragmento de cerâmica de importação, mas existem menções a *terra sigillata*. Timóteo recolheu um fundo de ânfora, um peso de tear e um bordo de *dolium* com a marca *FLACCINI*. Na encosta a norte vêem-se materiais pétreos queimados, e na primeira visita eram visíveis bolas de cinza e várias lajes de xisto. Sob uma azinheira estão depositados silhares de de grão grosso, indicadores de

---

27 Figueiredo, 1895: 317: “37. De Alter do Chão (Alemtejo)

«Em diversas partes dentro, e fóra desta povoação, se vem ainda hoje muitos alicesses de edificios antigos, com muy grandes pedaços de muros terraplanados, como são os que chamão Casa de Avelada; grandes taipas de cal, e ladrilho moído, e outras empedradas de pedrinhas de varias côres do tamanho de uma unha [mosaico]; e d'estas pedrinhas affirmão alguns antiquarios, que estava guarnecido hum grande templo de idolos, do qual haverá cem annos se via ainda alguma parte em pé, e que entre as ruinas destes cahidos, e arrazados edificos, se tem achado em varios lugares, e tempos, algumas figuras de idolos de pedra, e, segundo afirma o Conego Novaes, pouco tempo antes do em que elle escrevia a sua Relação do Bispado de Elvas, se tinha descoberto huma estatua de Cupido, com aljava, settas, e venda tudo de gentil escultura.»

28 Timóteo, 1978: 277 e fig. 2.



monumentalidade a acrescentar a uma base de coluna e um fragmento de fuste recolhidos por Timóteo<sup>29</sup>. De acordo com o proprietário de uma das parcelas, encontraram-se “azulejos de pavimento” e o peso de lagar depositado junto ao Monte da Porra é daqui proveniente.

Na elevação suave a oeste encontra-se uma mancha de materiais, e na seguinte encontra-se uma mancha ainda mais extensa, onde está depositado um girante de mó. Portanto existem dois núcleos nas duas elevações progressivamente menos elevadas.

Como comentário final, devo salientar que não é fácil interpretar o sítio de Casa de Alvalade. Aparentemente tratar-se-á de uma *villa*, com indicadores de monumentalidade: fuste e coluna, silhares, a referência a mosaicos, a robustez dos muros. Todavia, a implantação é atípica, no alto de uma elevação (embora suave e ondulada), e demasiado próxima de um caminho de época romana. Finalmente, os nódulos de cinzas e as marcas de fogo visíveis em objectos à superfície são um elemento cuja origem deveria ser averiguada, parecendo indicar uma também atípica contiguidade entre estruturas e um espaço sepulcral de incineração. A hipótese de um templo não deve ser descartada.

*Outras referências: RP 6/108; Saa, 1956: 179.*

### **01.09. Reguengo**

CMP 358 / CNS 2726

Epígrafe de carácter votivo, o que, salvaguardadas as dificuldades de leitura, aponta para a existência de um templo ou santuário. Foi encontrada *numa arrecadação da Coudelaria de Alter, mas provém de um sítio próximo denominado Reguengo*<sup>30</sup>. Apesar um projecto de investigação recente ter realizado prospecções sistemáticas no perímetro da Coudelaria, a situação permaneceu inconclusiva: *Desconhecemos onde estes autores terão obtido essa informação, contudo, na área do Reguengo, tanto no interior da Coudelaria, como fora, não identificámos vestígios romanos que justificassem a presença desta ara*<sup>31</sup>.

*Outras referências: RP 6/107; IRCP n° 614; Carneiro, 2009–2010.*

### **01.10. Vila Formosa**

CMP 369

Uma das incógnitas sobre o povoamento romano de Alter do Chão reside nas referências a um aglomerado situado na herdade próxima da ponte homónima. Por estes terrenos subsiste a memória de uma povoação,

---

29 1978: 278. Segundo os autores a base apresentava 0,45m x 0,45m; o fuste, 0,25m de diâmetro.

30 Timóteo 1978: 282.

31 Oliveira 2006: 226. Informação de Jorge de Oliveira adiantou que a peça poderá ser proveniente do próprio núcleo urbano de Alter do Chão.

onde viviam as pessoas que construíram a ponte, e que, após uma invasão, foi abandonada, tendo os habitantes encontrado refúgio no alto de Seda. Todavia, não existem provas materiais que suportem este relato.

### **01.11. Herdade da Comenda**

CMP 369 / CNS 5430

Entrada na base de dados *Endovelico* referindo uma *villa*, sem mais informação. O Monte da Comenda encontra-se na margem oposta do Monte de Vila Formosa, e por aqui não existem memória de achados. Parece-me que a confusão com o sítio seguinte é evidente, pelo que este registo deverá ser apagado.

*Referência: Endovelico, Processo IPA 6D/071.*

### **01.12. Convento de S. Veríssimo**

CMP 369 / CNS 488 / N 39° 11' 58.0" / 7° 46' 54.8" / Terreno / *Villa*

Defronte da elevação onde se ergue Seda, na margem esquerda da ribeira. Temos assim uma relação directa entre uma provável *villa* e um possível povoado fortificado da Idade do Ferro, reocupado em época medieval<sup>32</sup>. Encontram-se estruturas que reaproveitam pedras aparelhadas e foram recolhidos uma base de coluna e um fuste<sup>33</sup>. São visíveis numerosos fragmentos de telhas, imbrices e tijolos, além de blocos de *opus signinum*. Localmente mencionam-se “termas” e mosaicos<sup>34</sup>. Encontra-se em plataforma sobranceira à ribeira com um hectare de dispersão de vestígios.

### **01.13. Porto das Passadeiras**

CMP 369 / CNS 2652<sup>35</sup> e 5782<sup>36</sup> / N 39° 11' 31.6" / 7° 47' 44.9" / Topónimo / Santuário (?)

Epígrafe com severas dificuldades de leitura mas possivelmente votiva. Ancestral local de passagem a vau da ribeira de Seda onde ainda se encontra uma poldra. A ser correcta a interpretação, aqui poderia existir algum templete.

*Referência: Timóteo, 1978: 281 e fig. 14; IRCP nº 635; RP 6/101.*

### **01.14. Horta da Moura**

CMP 370 / CNS 5778

Mencionado como necrópole, topónimo hoje não localizável. Certamente junto à via de saída para Este de *Abelterium*.

*Referência: Pereira, 1912: 216; RP 6/117.*

---

32 Havendo localmente a registar mais uma das conhecidas *lendas de transferência*: segundo se conta, a população habitava nesta elevação mais baixa até surgir uma invasão de formigas que as levou a refugiarem-se no alto.

33 Timóteo, 1978: 276-277. Base com 0,48m por 0,48m, fuste com 0,38m de diâmetro.

34 RP 6/102.

35 Porto das Passadeiras.

36 Passadeira.

### 01.15. Cascalheira

CMP 370 / N 39° 12' 03.5" / 7° 35' 09.6" / Terreno / *Mutatio*

Pequena mancha de materiais mesmo junto ao percurso da possível ligação entre as vias XIV e XV, do lado Sul. Trata-se de uma concentração de tegulas e imbrices com cerca de 100m<sup>2</sup>, colada ao leito de rodagem, no ponto mais elevado de uma lomba que separa duas bacias hidrográficas. Provável *mutatio* a cerca de 7km de Alter.

*Referência: inédito.*

### 01.16. Quinta do Pião

CMP 370 / CNS 486 / N 39° 09' 44.2" / 7° 37' 14.8" / Terreno / *Villa*

A descrição contida no *Endovelico* surpreende pela contenção: “situado num patamar registaram-se à superfície [*sic*], vestígios de cerâmica romana e materiais de construção (imbrex e tegulae).” E surpreende porque este é um dos grandes valores patrimoniais da região, um conjunto em previsível excelente conservação, protegido por um punhado de oliveiras centenárias que inibiram a prática agrícola e salvaguardaram as estruturas.

A Quinta do Pião encaixa perfeitamente nos cânones vitruvianos: ocupando o terço inferior de uma elevação, o “patamar” mais não é do que o volume de construções no subsolo, dois ou três metros acima da pendente da encosta, delimitando perfeitamente o edificado em cerca de 8.000m<sup>2</sup>. Voltada a oeste, dispõe de abundantes recursos hídricos, incluindo o “Açude” que certamente terá origem romana. E dispunha de bons acessos para a via romana que transita a cerca de quinhentos metros. Aquando de outra descrição<sup>37</sup> a *villa* apresentava duas absides, uma com muros conservados em cerca de meio metro de altura, e outra que ainda apresentava um revestimento parietal a fresco pintado, posto a descoberto por remeximentos de terra. Entre várias estruturas que afloravam à superfície, era evidente um grande alicerce em *opus mixtum* que se erguia a um metro de altura, encoberto por um silvado. Outros muros percebiam-se entre as raízes das oliveiras. Subindo a encosta, bocados de muros arrancados pelos tractores indicavam que a área construída seria mais extensa. Inclusivamente, junto ao monte encontravam-se mais muros, e as canalizações da horta pareciam ser de fábrica romana. Todas as estruturas apresentavam esmerado fabrico e grande robustez. Existem notícias de mosaicos<sup>38</sup>. Outro elemento que impressionava o visitante era a qualidade de preservação da cerâmica de construção (ausentes os tipos de cerâmica comum e de importação, o que sem dúvida se devia ao bom estado dos níveis arqueológicos), com

---

37 Carneiro, 2004: 152-153 e ficha 59, que por um lamentável lapso foi obliterada na publicação monográfica, devendo por isso recorrer-se ao original de 2002.

38 Timóteo, 1978: 278-279.

pastas bem depuradas, acabamentos com polimento cuidado, morfologias bem desenhadas, solidez geral e uma característica tonalidade laranja-encarniçado. Como então aponte, empiricamente notava-se que existia uma proximidade entre estes elementos e os recolhidos nos sítios próximos de São Pedro e Horta da Torre, o que poderia indicar a mesma fonte de abastecimento, situação que seria interessante averiguar com análises conjuntas de pastas.

A Quinta do Pião representa um dos melhores exemplos de *villa* de elevada monumentalidade e requinte nos componentes visíveis. Será fundamental averiguar a relação com *Abelterium* (a cinco quilómetros de distância em linha recta), podendo ter funcionado como *villa* suburbana de algum detentor de magistraturas locais ou, pelo menos, com importante estatuto social e económico.

Desde 2008 encontra-se em curso de escavação.

*Outras referências: RP 6/121; TIR J-29:127; Processo IPA S-00486; RP 6/121.*

### **01.17. Courela do Gafanhoto**

CMP 370 / N 39º 09. 00.4” / 7º 40. 06.2” / Terreno / Casal (?)

Em 2004 localizei alguns elementos em granito à porta de uma residência em Vale de Seda<sup>39</sup>. Foi-me mencionado que o local de proveniência estaria no regolfo da barragem de Alter, em local onde se encontravam silhares, colunas e cerâmicas de construção. Por várias vezes tentei localizar o sítio, mas fosse pela extensão da área, pelo facto de em várias folhas se encontrar gado bravo, ou por maus caminhos e acessos, tal não foi conseguido. Todavia, junto ao casão agrícola abandonado, no topo de uma elevação, um pouco distante da barragem e em local que não corresponde à descrição, encontram-se blocos pétreos e uma base de coluna. Junto ao monte está uma eira com blocos de pedra talhados que foram embutidos no conjunto, e uma mancha de cerâmica de construção cuja dimensão não foi possível avaliar (dado o mato existente), mas que seguramente será de pouca extensão.

O sítio principal estará ainda por encontrar, devendo este ser um ponto secundário, apresentando cerâmica de construção e algumas pedras de alvenaria de uma estrutura, tendo os materiais pétreos de maior porte sido trazidos para o local e aqui depositados.

*Referência: inédito.*

### **01.18. Monte de São Pedro**

CMP 371 / CNS 17692<sup>40</sup>

V. entrada respectiva no concelho de Fronteira.

---

39 Uma base de coluna e uma mó. Noticiei-os em Carneiro, 2004: 152, nota 1.  
40 “S. Pedro 2”.

### **01.19. Alto da Alavada \***

CNS 27923

Classificado como “casal rústico”, descreve-se uma “pequena concentração de material de construção de época romana” interpretada como uma pequena unidade de povoamento. Não foi localizado pela imprecisão toponímica e informativa.

*Referência: Processo IPA 2006/1(524)*

### **Herdade do Arraial \***

CMP 358 / CNS 5777

De acordo com o *Endovelico*, em algum ponto desta herdade foram identificados “alicerces, *opus signinum* e cerâmica de construção”. Surge também em RP6/116, remetendo para a fonte: Mário Saa refere a Herdade do Arraial quando descreve a Casa de Alvalade (“Avelada”, na sua denominação<sup>41</sup>). Portanto, um sítio a apagar dos registos.

## **Comentários gerais**

A primeira impressão, quando olhamos para um concelho que contém dois traçados de via romana que o percorrem (Itinerários XIV e XV) e um putativo aglomerado urbano, resulta na escassez de sítios identificados. Esta contingência, que fere qualquer tentativa de análise, já foi comentada, e portanto será redundante regressar ao tema. Devo no entanto acrescentar que, para além da escassez, os poucos dados são desconexos, porque frutos de uma identificação ditada por factores aleatórios e onde falta a sistematicidade, além de pouco precisos, misturando-se as notícias antigas com os achados casuais ou que caiem no domínio da lenda e da mitologia local. Também há a destacar o modo como, em extensões mais afastadas dos traçados das vias, a rarefação de povoamento é óbvia. Para algumas freguesias, como Cunheira ou Chança, nenhuma informação temos; na zona norte do concelho, apenas as notícias de Agostinho Isidoro sobre as moradeias; mesmo para sudeste, em direcção a Vale de Seda, poucas informações existem. Em resumo, o panorama parece ser – com as necessárias reticências – semelhante ao verificado em Ponte de Sôr: os itinerários estruturam o povoamento, funcionando como um factor de atracção para a implantação, e à medida que nos afastamos da via a densidade de locais diminui. Este fenómeno é bastante curioso, e mais visível nas citadas freguesias, onde subsiste a paisagem característica da bacia do Tejo no prolongamento pontessorense, e portanto distante dos arquétipos vivenciais latinos. Portanto, prospectar melhor estas paisagens impõe-se, não sendo de excluir que estejamos perante sítios com um *registo arqueológico minimalista*,

---

41 Saa, 1956: 179.

feito de indicadores diferentes dos que estamos habituados, como construções em adobe e taipa (dada a escassez de rocha disponível em solos arenosos), que deixem um menor registo arqueológico de superfície, obstando à sua detecção.

Outro factor aliciante residia na possibilidade de encontrarmos um ponto polarizador – *Abelterium*, independentemente da dimensão e estatuto que possa ter tido –, que tivesse à sua volta um conjunto de *satélites* rurais de povoamento. Conforme foi exposto, creio que Quinta do Pião terá funcionado como uma *villa urbana*, e o mesmo poderá ter ocorrido com Casa de Alvalade (se inserida nesta tipologia), e no eventual sítio da Courela do Gafanhoto/Barragem de Alter (se confirmada a informação de partida). Se *Abelterium* tivesse promovido o povoamento do território envolvente, então encontraríamos mais sítios próximo da localidade; mas são áreas vazias, como a extensa zona para norte, em direcção ao Crato, onde existe uma paisagem pedologicamente próxima do ideal latino. Ou seja, o principal factor de atracção de povoamento terão sido os itinerários, e não tanto o aglomerado urbano, o que deve ser realçado. Este fenómeno é concordante com o fortíssimo investimento feito nos troços viários: marcos miliários e a ponte de Vila Formosa são exemplos eloquentes desta dinâmica. Olhar para as vias de Alter é perceber o papel fundamental que estas infra-estruturas desempenharam, quer enquanto depositárias de investimento, quer enquanto eixos articuladores da presença humana.

Note-se no entanto que, na progressão para Este partindo do vale do Tejo, é chegando a estas paragens que começamos a identificar as grandes *villae*. Quinta do Pião, sem dúvida, tê-lo-á sido; Casa de Alvalade, o eventual sítio da Barragem de Alter e ainda Convento de S. Veríssimo, poderão também ser integrados nesta classe. O concelho de Alter, sob este ponto de vista, marca a progressão para a paisagem caracteristicamente latina, com os sítios rurais de grande volumetria organizando a propriedade fundiária. O facto mais interessante, sob este ponto de vista, reside na relação com os traçados viários (o mais distante, Convento de S. Veríssimo, a não mais de três quilómetros), o que pode fornecer o dado indirecto de esta paisagem se encontrar ainda *selvagem* e pouco colonizada, com o progressivo arroteamento dos solos a iniciar-se a partir dos eixos referenciais. Este movimento não foi radicular – a partir de um centro urbano – mas capilar, em função dos traçados viários e das acessibilidades geradas. É ao longo dos caminhos que encontramos as poucas referências a necrópoles: Monte da Ferraria, Monte Redondo, Horta da Moura e o sítio 2 de Casa de Alvalade. Olhar para esta *geografia tumular* é também vermos o alinhamento viário, o que nos alerta para duas situações: o cuidado redobrado que é necessário ter no acompanhamento das dinâmicas da paisagem ao longo destes eixos (situação para que já Mário Saa alertara<sup>42</sup>)

---

42 O desmantelar ou ocultar da rede viária romana terá sido um dos impulsos determinantes para que Mário Saa empreendesse a escrita da sua monumental obra, conforme o próprio autor

e como é ainda insuficiente a correspondência entre lugares de povoamento e necrópoles, por existirem ausências nestes pares.

Um comentário para as epígrafes votivas, que nos deve recordar o facto de existirem outro tipo de estruturas. Uma proveniente do sopé da elevação de Seda (poderemos relacioná-la com Convento de São Veríssimo?), outra da área da Coudelaria (e não havendo registo de sítios neste perímetro, poderemos atribuí-la a Casa de Alvalade?), ambas infelizmente com a divindade inominada, o que tanto pode significar um santuário votivo como a integração em uma estrutura doméstica. Em ambas as situações, seria de todo o interesse compreender melhor o contexto original, o que se aplica também para a terceira, cuja atribuição será feita ao núcleo de *Abelterium*.

Fora dos eixos viários ficaram apenas as três *moradeias* (sítios 3, 4 e 5). Agostinho Isidoro, profundo conhecedor do concelho do Crato, deixou-nos o relato de três sítios na freguesia de Cunheira, muito próximos de Aldeia da Mata e hoje em zona despovoada, apropriadamente designada como “Mato de Alter”<sup>43</sup>. Englobam-se no complexo de sítios designados como “moradeias”, que Leite de Vasconcellos atribuía a uma longa diacronia de povoamento que remontava a comunidades da Idade do Ferro, dada a presença de “louça pré-romana”<sup>44</sup>. Do complexo alastrando para Tolosa e Gáfete, estes são os localizados mais a sul, mas no mesmo ambiente paisagístico. Embora nenhum tenha sido localizado nas prospecções efectuadas, há dois aspectos a referir: ambos estão próximos de antigos caminhos de circulação e de passagem da ribeira de Seda, quer em zona de Froia<sup>45</sup>, quer em Mato de Alter. Segundo, encaixam perfeitamente no modelo de povoamento em zonas marginais – ou, diria *menos romanizadas*. Embora a ampla diacronia proposta por Leite de Vasconcellos possa ser revista (a “louça pré-romana” pode corresponder às cerâmicas da Antiguidade Tardia em que o retrocesso nas técnicas faz ressurgir os modelos em torno lento e cozeduras a baixas temperaturas), constituem uma fórmula alternativa às *villae* e casais, com lajes verticais (confundidas com tampas de sepultura) funcionando como estelas, que marcam a entrada para

---

enuncia logo no preâmbulo do primeiro Tomo: “Esta nossa obra, *As Grandes Vias da Lusitânia*, surge precisamente no momento em que se efectua o completo desfazimento da rede dos caminhos velhos, (nunca tal como hoje), rede que, por constância de circunstâncias naturais, trasladava para o nosso século a dos romanos. Estamos nos últimos dias dos sulcos viais da antiguidade. Em meia dúzia de anos tudo terá desaparecido. Esta nossa obra passará, então, a prova testemunhal do Passado, muita embora já distante dele...” (Saa, 1956: Tomo I, p. 7).

43 A utilização dos topónimos Aldeia da *Mata* e *Mato* de Alter mostra bem como esta é uma zona de pouca presença humana. Note-se contudo que, na literatura agrarista do século XIX (em especial Picão, 1983 e Costa & Castro, 1900), o conceito de “Mato” aplica-se a terrenos de montado de sobreiro, ou seja, trata-se de um termo que sofreu alterações nos seus significantes.

44 1921-1922: 121.

45 Saa, 1959: 127.

compartimentos rectangulares. Alguns comentários se impõem. Primeiro, a dificuldade de percepção: o que quer que tenham sido, não foram certamente *villas fortificadas*, conceito que de resto não existiu na área territorial em estudo. Poderemos estar perante povoados do *fundo indígena*, que mantém as dinâmicas evolutivas mesmo perante o domínio romano, eventualmente porque, ocupando áreas marginais e não integradas em *fundi* de *villae*, persistem no seu modelo vivencial? Ou foram povoados de tipo aldeias, aglomerados dispersos que procedem ao aproveitamento agro-pecuário de territórios periféricos? Ou resultam do desmantelamento da rede de povoamento imperial, e são fundados em época alto-medieval, como o retrocesso nas técnicas de execução cerâmica parece levar a entender? Seja como for, no plano conceptual, o significado do termo, e do que ele representa em termos arqueológicos, deverá ser mais bem definido, recorrendo a prospecções sistemáticas para ampliar o universo. Segundo aspecto, o facto de se encontrarem agrupados - os três *em cacho* - pode também significar um de dois fenómenos: ou a zona está insuficientemente prospectada, e com o decorrer da investigação mais locais aparecerão, ou estamos perante a faixa Sul de um modelo de povoamento que, vindo de Gáfete e Tolosa, a norte, encontrou nesta área uma identidade comum e vinculada a um território (e a um quadro paisagístico) concreto. Ou seja, as moradeias - seja o que for que entendemos como tal - podem ser a expressão arqueológica de uma identidade vinculada a uma área geográfica específica. E desse ponto de vista, torna-se aliciante defini-las na sua globalidade.



## 2. CONCELHO DE ARRONCHES

Entre as diversas acções com vista à detecção e caracterização do património arqueológico em alguns dos concelhos do distrito de Portalegre, talvez o caso de Arronches seja o mais surpreendente. Não porque se desconhecesse o potencial dos sítios aqui implantados – afinal, pertence a Leite de Vasconcellos uma das primeiras notícias sobre um sítio romano no distrito, Coutada do Povo<sup>46</sup>. E também não se pode alegar a inexistência de investigação arqueológica, dada a concretização dos projectos conduzidos por Isabel Pinto<sup>47</sup>. Mas a situação alterou-se com os trabalhos promovidos no estudo académico de António Lopes<sup>48</sup>, que ampliaram exponencialmente o volume informativo disponível, possibilitando uma visão de síntese, que se espera que possa vir a ser ampliada com o decurso da investigação do autor, ancorada em prospecções intensivas no terreno. Desta forma se conseguiu um salto qualitativo, pois até aí a mais

---

46 Vasconcellos, 1927-1929: 180, onde se lê: “Ao Poente da vila de Arronches, na Coutada do Povo, onde existem alicerces de casas antigas, e se descobrem, ao cavar, pilares de marmore, e ladrilhos muito grossos de barro, apareceu em 1899 um lança de mosaico policromico (pavimentum, ou opus, vermiculatum), de que a dona da hospedaria em que nos alojámos me ofereceu um pedacinho, de 0m,124 de comprimento [...] e de que outro fragmento, disseram-me que com a figura de um veado, fôra levado para o Museu de Elvas. O pedacinho aqui figurado tem tesselas de tres côres: branca, vermelha (ou avermelhada) e azul (ou azulada). Duas series de tesselas azuis formam um angulo, em que está incluso outro, composto de tesselas vermelhas (com falha de uma); dentro d’este ha um triangulo de tesselas brancas, com uma azul no centro. Fôra do primeiro angulo vêem-se tesselas vermelhas e azuis colocadas paralelamente a um dos lados; ao outro lado encostavam-se tambem series de tesselas, mas só resta uma de cor branca. A existencia do mosaico e das outras vèlharias faz crer que na Coutada do Povo houve uma villa, ou quinta, romana.” É uma das primeiras notícias de mosaicos em sítios do Alto Alentejo e também umas das mais precoces identificações de uma *villa*.

47 Escavação na *villa* da Capela e PNTA/98 – Estudo do povoamento rural no actual concelho de Arronches. Do primeiro resultou a publicação em Pinto, 1999-2000, do segundo foi dada notícia em Pinto, 2000.

48 Lopes, 2010.

profusa menção a sítios permanecia o desequilibrado conjunto de referências contidas nos volumes de Mário Saa<sup>49</sup>.

Não que tal fosse inesperado. Os 314 km<sup>2</sup> do concelho de Arronches albergam todas as condições para uma plena ocupação do território: a passagem de um itinerário fundamental (para mais, com evidências ainda muito bem conservadas no terreno), e um conjunto de aptidões naturais que tornam a presença humana muito propícia. Aqui se marca a transição dos contrafortes da Serra de S. Mamede – presente na franja Norte do território – para a peneplanície de modelação suave, conformando um espaço de fácil transição, sem acidentes naturais que obstruam a passagem. Os relevos são amenos, proporcionando amplos domínios visuais, conformes com a *delectatio* tão cara ao espírito latino. O coberto hoje dominante é o montado de sobre e/ou azinho, permitindo pastagens que alimentam o gado bovino e sobretudo o suíno, hoje um dos elementos mais importantes na vivência concelhia e verdadeiro emblema da economia local. Raras são as bolsas de solos mais férteis que permitam uma forma de exploração agrícola intensa: os amplos terraços junto aos rios não são, como em outros espaços, de deposição aluvionar, mas periodicamente são varridos pelas grandes cheias que, até ao recente represamento dos cursos de água, caracterizavam este território. Desta forma, apenas em alguns pontos específicos encontramos aptidão que permite o policultivo de forma sustentada; no geral predominam os solos do maciço granítico, leves e fáceis de trabalhar, mas que para a economia romana não apresentam um patamar de rendimento que os torne suficientemente atractivos para uma agricultura de horta. É portanto plausível que, na generalidade do território, o *fácies* de exploração económica das *villae* se centrasse na agricultura extensiva de sequeiro combinada com a pecuária. Como iremos ver, assim se explica a densidade de mós e pesos de lagar encontrada, ficando a agricultura de regadio e de enxada mais adstrita a pontos de povoamento concretos, que beneficiam de bolsas de solos mais férteis, como acontece, por exemplo, nas *villae* da Capela ou da Coutada do Povo, em que os meandros da ribeira de Arronches criam uma situação favorável.

Embora não existam contrastes na harmónica paisagem do concelho, a dominância da Serra de S. Mamede faz com que a Norte se encontrem as principais elevações: a Serra do Almo, com os seus 584m, é o ponto culminante, seguindo-se a Serra dos Louções (452m) e a Serra da Cabaça (460m). Os restantes relevos, no entanto, são muito suaves, não ultrapassando genericamente os 300m, embora se note uma ondulação nos sentidos

---

49 Genericamente, 1956-1967, embora sejam os tomos II (1959) e VI (1967) os que mais menções contém. Apelido de “desequilibrado” porque naturalmente o intuito do autor consistia na enumeração dos pontos de povoamento ao longo dos traçados viários, sem qualquer atenção aos restantes ou intuito de sistematicidade.

noroeste/sudeste provocando alguns vales fluviais mais recortados, embora nunca com perfis declivosos ou acidentados. Portanto, e em resumo, uma paisagem amena e aprazível.

Para sul, embora existam alguns acidentes topográficos, motivados pela ocorrência de cristas quartzíticas na dependência da Serra de S. Mamede, os relevos tornam-se ondulados dada a dominância dos solos graníticos. Como já frisei, são estes os domínios dos montados de sobre e azinho: outras ocorrências no coberto vegetal são mais raras, havendo apenas a registar manchas de olival e, em áreas pontuais, de eucaliptos. É por esta paisagem que correm as principais linhas de água: a mais relevante é o rio Caia, cujo regolho da barragem avança pela área sudeste do concelho de Arronches. Serpenteando desde a zona norte, onde se origina o seu curso nos contrafortes da Serra de S. Mamede, este rio modela em larga escala a rede hidrográfica e funciona como factor de atracção do povoamento romano, que encontra em alguns terraços fluviais a rara oportunidade de aproveitar as bolsas de solos de mais elevada aptidão. Quanto à área actualmente menos povoada, orienta-se para a ribeira de Abrilongo, com o seu curso paralelo ao rio Caia, e também represada pela barragem homónima. Verifica-se que os aquíferos não são abundantes, ocorrendo poucos poços e fontes, o que motivou uma apurada gestão da água.

Uma atenção especial para a ocorrência de filões mineiros passíveis de exploração em época romana, dada a presença de escórias em alguns sítios. Os minerais aproveitados seriam o ferro e o cobre. Em época posterior alguns voltaram a ser usufruídos, tendo sido criadas explorações de grande escala nos finais do século XIX nas minas da Tinoca, já próximo do limite com Degolados (onde subsiste o topónimo “Ferreiros”), o que obliterou as evidências romanas. Ainda neste campo, outra opção poderia ser o aproveitamento dos aluviões fluviais na freguesia da Esperança, onde áreas de impressionantes escoriais denunciam uma actividade que, em época romana, poderá ser vinculada à base de subsistência primordial de alguns pequenos pontos de povoamento.

## Sítios e comentários

### **02.01. Monte da Silveira/Moinho da Monsoa**

CMP 372 / N 39° 10' 32.8" / 7° 17' 48.3" / Terreno / Casal

Na zona baixa junto à linha de água, próximo do encaixe dos relevos em Mosteiros. Implantação adequada, em encosta suave protegida a norte, mas sem desfrutar de qualquer visibilidade. Plataforma com materiais dispersos: cerâmica de construção (tegulas, imbrices e tijolos), cerâmica comum e pesos de tear, um grafitado. Área de dispersão atribuída de um hectare, mas na visita feita, com boas condições de visibilidade, apresentava-se circunscrita a não mais de 2000m<sup>2</sup>.

*Referência: Lopes, 2010 nº 5.*

## 02.02. Alto da Silveira

CMP 372 / N 39° 10' 27.0" / 7° 17' 55.6" / Terreno / Pequeno sítio (?)

Implantação completamente atípica: materiais junto à crista quartzítica, mesmo no topo do esporão rochoso. Cerâmica comum, escassa cerâmica de construção, que se apresenta em maior quantidade na zona onde a crista faz uma depressão, e se encontra uma plataforma que pode corresponder ao espaço de edificação. Imponente domínio visual, incluindo em contacto com o Pego do Inferno<sup>50</sup>. Torna-se complexo propor uma funcionalidade para o local. A perspectiva estratégica é evidente. Pelo facto de se implantar mesmo defronte da igreja de Mosteiros, actualmente um imponente *locus sacer* na paisagem, talvez exista também uma componente simbólica. A hipótese que deve ser mais seriamente considerada será a presença de um pequeno sítio de controlo de pastagens e de gado.

*Referência: Lopes, 2010: n° 6.*

## 02.03. Mosteiros

CMP 372 / CNS 5115 / N 39° 10' 22.1" / 7° 17' 28.5" / Terreno / Casal (?)

Local que merece uma investigação atenta, pois certamente esconde conteúdos relevantes. Situa-se junto a uma antiga via – ainda hoje marcada pelo topónimo *Canada* -, e o estabelecimento, neste local, da sede de freguesia e da imponente igreja deveriam ser averiguados com estudos documentais e prospecção intensiva no terreno. De concreto existem dois indicadores: o *podium* do cruzeiro, constituído por silhares romanos, também dispersos pelo adro da igreja, servindo de bancos; e uma sepultura de incineração dentro da qual foi encontrado um fragmento de um unguentário<sup>51</sup>. As várias prospecções feitas, por mim e por António Lopes, não trouxeram novos dados, estando a questão em aberto.

*Outra referência: Lopes, 2010 n° 16; RP 6/130.*

## 02.04. Monte das Algueireiras

CMP 372 / N 39° 10' 16.0" / 7° 19' 46.1" / Topónimo / Necrópole

Próximo das casas do Monte, referências à descoberta de sepulturas, em caixas de lajes de granito, com pelo menos uma tampa em mármore. Também se mencionam telhas e outros indícios de um povoado, situado possivelmente onde hoje se encontra a charca. A prospecção feita foi inconclusiva, mas António Lopes encontrou tegulas e tijolos que relaciona com “montes de terra artificiais resultantes da actividade mineira”.

*Referência: A partir de informação oral e Lopes, 2010: n° 15.*

---

50 Povoado em esporão ribeirinho com ocupação em momento republicano, mas aparentemente sem continuidade para o Império. Um possível fortim controlando a portela de passagem para o interior da serra. Lopes, 2010 n° 4 e p. 9-10.

51 Vasconcellos, 1896: 4; Pires, 1901: 223; Alarcão, 1968: 7.

### **02.05. Moinho de Zuzarte**

CMP 372 / N 39° 10' 03.7" / 7° 17' 58.7" / Bibliografia / Pequeno sítio

Junto da ribeira de Arronches foi encontrada uma pequena mancha dispersa de materiais de cerâmica comum, de *dolia* e de tegulas e tijolos.

*Referência: Lopes, 2010 nº 7.*

### **02.06. Rei Santo/Nave Fria**

CMP 372 / N 39° 10' 19.3' / 7° 14' 14.2" / Terreno / Pequeno Sítio (?)

Outro sítio com implantação peculiar. Encontra-se mesmo no topo, junto ao marco geodésico, mas os materiais (certamente devido a escorrências) começam a encontrar-se na subida para o último terço da elevação, junto à depressão entre elevações onde se ergue a igreja de Rei Santo. Entre materiais de diversas épocas (do Bronze Final até à época moderna) estão tegulas muito dispersas e cerâmica comum, embora a mistura de materiais de diversas épocas seja evidente. Os materiais romanos parecem concentrados na plataforma junto ao penedo (abaixo da muralha da Idade do Ferro) e na encosta em direcção ao templo cristão.

É difícil ler a situação, que aponta para uma de duas hipóteses: um posto de vigilância, dado o fabuloso alcance visual a partir dos 506m do topo, ou uma estrutura relacionada com conteúdos sagrados, com memória sacra prolongada pela ermida próxima.

*Referência: Inédito a partir de informação oral.*

### **02.07. Monte das Algueireirinhas**

CMP 372 / N 39° 09' 39.3" / 7° 19' 20.9" / Terreno / Necrópole

No cruzamento das estradas, na baixa, foi encontrada uma sepultura em trabalhos agrícolas. Foi retirado o espólio e destruída. No local não se encontram evidências.

*Referência: Inédito a partir de informações orais*

### **02.08. Monte das Ronceiras**

CMP 372 / N 39° 09' 37.7" / 7° 18' 07.9" / Terreno / Casal

Implantação adequada, em encosta suave voltada a Este junto aos meandros da ribeira de Arronches. Mancha de materiais com imbrices, tegulas e tijolos, além de uma mó. Certamente um casal, votado à exploração dos bons solos agrícolas da envolvente.

*Referência: Lopes, 2010 nº 8.*

### **02.09. Monte da Capela**

CMP 372 / CNS 15697 / N 39° 09' 26.7" / 7° 17' 02.0" / Terreno / Villa

Projecto de investigação iniciado com escavações em 1999 e 2000, da responsabilidade de Isabel Pinto, dos quais foi realizada uma notícia sumária<sup>52</sup>,

---

52 Pinto, 1999-2000.

sendo que da última campanha não existem dados publicados. No essencial, porém, a área intervencionada não forneceu dados de interpretação clara e evidente, apesar da filosofia de *open area*, o que constitui um exemplo ilustrativo das dificuldades que as estruturas de época romana levantam, especialmente quando os projectos são precocemente interrompidos. Para mais, os elementos identificados encontravam-se muito perturbados pelas raízes de árvores e pela prática agrícola no local.

O interesse pelo sítio surgiu a partir da existência de uma escultura de aqui proveniente<sup>53</sup>, além de elementos arquitectónicos hoje depositados junto às casas, como colunas e capitéis. Existe ainda a memória do achado de um mosaico policromo. Quanto à escavação, permitiu a identificação do que se pensa ser parte do sector termal da *villa*: uma sala ampla, com caixa-de-ar entre os pavimentos de *opus signinum* e os muros, e bancos para assento fazendo parte de um *apodyterium*. O espaço era servido por duas entradas, uma voltada para um corredor, protegido por um telhado, acesso que foi interpretado como ligando à *pars urbana*. Em outro ponto identificaram-se duas absides, intersectando-se, no que poderia ser uma estrutura de *hypocaustum* entretanto refeita<sup>54</sup>. Na primeira campanha foram recolhidos fragmentos de um painel em estuque com pinturas em tons de vermelho pompeiano e de verde; mencionam-se ainda cerâmica comum, sem presença de outros tipos, o que levantou dificuldades à inserção cronológica dos contextos. Na segunda campanha foram encontrados três fragmentos de *terra sigillata* hispânica. Mesmo assim, o conjunto artefactual parece ser para já algo pobre, o que se poderá justificar pela elevada erosão a que o sítio esteve sujeito.

De acordo com um informante, a sul da escavação de Monte da Capela encontra-se uma malhada abandonada. Aí, aquando do grande surto de peste suína africana, foi feito um covão para enterrar porcos e apareceram sepulturas romanas.

*Outras referências: Reis, 2004: n.º 84; Lopes, 2010: n.º 21; Processo IGESPAR S-15697.*

## **02.10. Monte da Freirinha**

CMP 372 / N 39° 09' 14.1" / 7° 19' 31.5" / Terreno / Casal

Junto às casas estão depositados um peso de lagar e uma mó manual. Na elevação a Nordeste, separada pela estrada, encontra-se uma plataforma artificial e os materiais concentram-se nessa zona, em grande densidade com cerca de 1000m<sup>2</sup>: cerâmica de construção, fragmentos de *dolium* (bordos e fundos) e notícia do achado de mós. Para Norte, em direcção às minas dos Fartos, foi encontrado um tijolo de quadrante.

*Referência: Inédito a partir de informação oral.*

---

53 Possivelmente um Eros, doado pelo Dr. Barahona ao Museu Nacional de Arqueologia: mais informações e referências em Gonçalves, 2007: n.º 95.

54 Pinto, 1999-2000: 103.

### **02.11. Monte do Rebolo/Monte da Venda**

CMP 372 / N 39° 09' 10.7" / 7° 15' 22.9" / Terreno / Casal

Pequena mancha de cerâmica de construção romana ocupando uma plataforma no topo de uma elevação. É feita referência a estruturas, sem discriminação de época.

*Referência: Lopes, 2010 nº 11.*

### **02.12. Monte das Pereiras**

CMP 372 / N 39° 08' 06.8" / 7° 22' 07.9" / Terreno / Villa

Sítio relevante, próximo do itinerário da Calçada do Alicerce, com o qual mantém contacto visual. Junto às casas estão silhares e uma coluna.

Os elementos encontram-se sob e à volta da malhada em ruínas: silhares, elementos estruturais e alguns materiais de cerâmica de construção compõem o que parece ser uma elevação artificial, constituída por estruturas ainda no subsolo, indicando um excelente estado de preservação. Embora a área não seja muito extensa (até 5000m<sup>2</sup>), também não foram realizadas prospecções na envolvente para avaliar a existência de mais núcleos ou evidências materiais, mas nas fotografias aéreas são perfeitamente visíveis vários alinhamentos no coberto arbóreo.

*Referência: Lopes, 2010 nº 17.*

### **02.13. Coutada do Povo**

CMP 372 / CNS 4521 / N 39° 08' 39.7" / 7° 17' 53.4" / Terreno / Villa

Implantação típica de *villa*, próximo do topo de uma elevação suave voltada a sul e a oeste, entre linhas de água. Contacto visual com a via XIV, mas sem que se divise um *diverticulum* de ligação. Em zona onde hoje está um olival existem bons solos agrícolas em cotas mais baixas na envolvente, junto aos recursos hídricos. A abertura da estrada deve ter afectado apenas uma extremidade do sítio, que estará preservado mais para o topo. Área com cerca de um hectare, em especial em torno de uma plataforma que é claramente visível no terreno, próxima da cota mais elevada, e que certamente corresponde a um núcleo construtivo. Numerosas cerâmicas de construção, blocos de granito, incluindo um elemento de lagar, mas não se encontrou cerâmica comum ou *terra sigillata*. Boa qualidade de fabrico dos elementos cerâmicos visíveis. Leite de Vasconcellos deu a conhecer um fragmento de mosaico policromo, mencionando um outro com representação de um veado<sup>55</sup>, e ainda materiais de construção em mármore. Por todos estes indicadores, será claramente um dos mais perfeitos exemplos de *villa* no concelho.

*Outras referências: RP 6/ 131; TIR J-29: 71; Lopes, 2010 nº 20.*

---

55 Vasconcellos, 1927-1929: 180; para a descrição remeto para a nota 46.



#### **02.14. Herdade do Bacharel**

CMP 372 / N 39° 08' 30.8" / 7° 17' 11.2" / Bibliografia / Casal

Mancha de dispersão de materiais em zona de olival e que topograficamente corresponde ao cimo de um outeiro suave de onde se desfruta uma ampla visibilidade sobre a ribeira de Arronches. Cerâmica de construção (tegulas, imbrices e tijolos) e comum.

*Referência: Lopes, 2010 n° 9.*

#### **02.15. Monte de Martim Tavares**

CMP 372 / N 39° 08' 41.9" / 7° 14' 55.5" / Terreno / Villa

Ampla extensão de materiais em plataforma relacionada com a existência de uma capela dedicada a N. Sr.<sup>a</sup> da Aparecida. No local encontra-se um largo quadrilátero, de talvez 50 x 50 metros de cada lado, que apresenta um desnível de cerca de meio metro que o sobre-eleva aos terrenos envolventes. Está definido por estruturas em pedra, que por vezes afloram, parecendo de construção romana, pois a sua colocação é muito cuidada. O material de superfície é abundante: tegulas, tijolos, imbrices, sempre em bom estado de preservação, além de fragmentos de cerâmica comum, de *dolium* e bojos de ânfora. Servindo de marco de propriedade encontra-se uma coluna em granito, e outra está tombada junto ao monte.

*Referência: Lopes, 2010 n° 10.*

#### **02.16. Vinha do Desembargador**

CMP 372 / N 39° 07' 57.6" / 7° 16' 43.8" / Terreno / Casal

Sítio fronteiro a Arronches, entre o núcleo urbano e a Coutada do Povo, do qual pouco dista. Exposição a sul com ribeira na base. Abundam as cerâmicas de construção e alguma cerâmica comum, além de bojos de ânfora. A área de dispersão está bem definida em torno de uma plataforma, mas o sítio está severamente rasurado pelos trabalhos agrícolas, agravados pela escassa potência de solo, rasgando o afloramento. A atribuição do local como *villa* deve ser revista pela área de dispersão limitada (cerca de 3000m<sup>2</sup>), ausência de cerâmica de importação e proximidade do sítio já referido.

Referência: Lopes, 2010 n° 78.

#### **02.17. Monte dos Passões/Horta da Carapeta**

CMP 372 / N 39° 08' 09.7" / 7° 16' 30.0" / Bibliografia / Pequeno Sítio

Cerâmica de construção dispersa em elevação entre duas linhas de água de pouco caudal. Certamente um pequeno sítio de apoio ao pastoreio.

*Referência: Lopes, 2010 n° 12.*

#### **02.18. Monte do Regato dos Alfaiates**

CMP 373 / N 39° 09' 14.7" / 7° 08' 24.5" / Bibliografia / Casal



Implantação adequada, em encosta suave com ribeira na base, embora os solos envolventes sejam de pouca aptidão agrícola (junto encontra-se um olival), e a paisagem seja já de âmbito serrano. São visíveis estruturas de planta rectangular e muitas cerâmicas de construção e comum. Existe uma menção a sepulturas. Na área envolvente encontram-se evidências de mineração, mas a sua cronologia romana é incerta.

*Referência: Lopes, 2010 n.º 26<sup>56</sup>; Oliveira, Bairinhas e Ballesteros, 1996: n.º 6<sup>57</sup>.*

### **02.19. Monte Velho das Ligeiras**

CMP 373 / N 39º 08' 29.2" / 7º 11' 50.8" / Bibliografia / Pequeno Sítio  
Pequeno sítio com cerâmica de construção romana e uma mó girante.

*Referência: Lopes, 2010 n.º 35.*

### **02.20. Monte dos Louções**

CMP 373 / N 39º 08' 53.3" / 7º 11' 35.0" / Bibliografia / Pequeno Sítio  
Informação oral menciona abundantes achados de cerâmica em torno do monte (de onde derivaria o topónimo). De concreto existe a localização, no topo de uma elevação, de mancha de cerâmica de construção circunscrita com tegulas e imbrices.

*Referência: Lopes, 2010 n.º 34.*

### **02.21. Vale de Junco**

CMP 373 / CNS 20800 / N 39º 08' 36.4" / 7º 10' 48.5" / Topónimo /  
Necrópole

Notícias antigas mencionam descobertas de estelas funerárias, uma lança e um escopro<sup>58</sup>. Também existem menções ao aparecimento de sepulturas junto à linha de água. No local encontram-se cerâmicas de construção dispersas e lajes de xisto, confirmando o espaço funerário. Próximo do cabeço encontra-se “uma ocupação de pequenas dimensões, do período romano”<sup>59</sup>.

*Outras referências: Oliveira, Bairinhas e Ballesteros, 1996: n.º 5 e n.º 6; Pinto, 2000; Lopes, 2010 n.º 30.*

### **02.22. Monte da Granja**

CMP 385 / N 39º 07' 01.8" / 7º 19' 55.8" / Terreno / *Villa*

Notável sítio, em processo de destruição acelerado, devido à exploração suína que aqui conduziu a extremos revolvimentos no solo.

---

56 Embora denominado de “Monte do Regato dos Algarves”, a localização cartográfica confirma ser este sítio.

57 É com o nome de “Monte do Regato dos Alfaiates” que se encontra mencionado no inventário do Parque de São Mamede com o n.º 1.

58 Vasconcellos, 1927-1929.

59 Processo IGESPAR S-20799, Informação n.º 016/IPA-Crato de 19 de Janeiro de 2005 de Nélson Almeida. No *Endovelico* surge classificado como *villa*.

Implantação paisagística perfeita, com o troço da via XV no horizonte a oeste, e na direcção oposta uma enorme abrangência visual sobre a Serra de S. Mamede e Albuquerque, conferindo-lhe uma *amoenitas* muito particular. A meia-encosta, com poço e duas linhas de água nas proximidades. A plataforma de construções ergue-se a pendente da encosta com uma forma rectangular que ocupa uma superfície estimada em 3000m<sup>2</sup> (embora o sítio seja seguramente maior, com mais núcleos nas proximidades). Como indica a porta de entrada ainda visível, conservada sob uma construção posterior, o edificado estaria voltado a oriente, contemplando a Serra e deixando nas suas costas a via. Com a porta sensivelmente a meio, observa-se um muro com cinquenta metros que define a distância mais ampla, partindo das extremidades dois muros com cerca de quarenta metros cada. Pontualmente afloram silhares, tornando evidente o perímetro rectangular da estrutura. Os revolvimentos do solo estão a destruir os contextos arqueológicos: são abundantes as cerâmicas de construção além de cerâmicas comuns, fragmentos de *dolium* e de ânforas da zona Tejo/Sado, bem como blocos de escória. As cerâmicas de importação são, apesar da excelente visibilidade, escassas. Sob um sobreiro, aflora um pavimento em *opus signinum*, a uma cota mais elevada do que a restante construção.

Um sítio que merece uma urgente salvação, com um levantamento topográfico que permita o registo de estruturas em acentuado risco de perda. Certamente uma *villa*, apesar dos indicadores de conforto e monumentalidade não serem para já muito óbvios.

Referência: Lopes, 2010 n.º 36.

### 02.23. Monte do Campino

CMP 385 / N 39° 06' 55.0" / 7° 19' 39.8" / Terreno / *Villa* (?)

Provável dependência do anterior, mas por falta de comprovação arqueológica directa mantém-se aqui o desdobramento. Na direcção oposta da linha de água, na encosta fronteira do sítio anterior, encontra-se a meio de uma ligeira elevação de pendente suave. Com uma área de dispersão apreciável, superior ao sítio anterior (5000m<sup>2</sup>), encontram-se sobretudo cerâmicas de construção e blocos de granito. Nas casas do monte estão depositados silhares de granito e duas bases de coluna. Confirmando-se uma relação directa, aqui poderia estar a *pars urbana* de uma *villa*, frente à *pars rustica* constituída pelo sítio anterior. Mas para já talvez seja precipitado assumir essa hipótese.

Referência: Lopes, 2010 n.º 37.

### 02.24. Torre

CMP 385 / N 39° 06' 20.5" / 7° 19' 24.0" / Terreno / *Mansio*

A enigmática construção alcandorada no alto da elevação tem uma óbvia relação com a via XV, havendo um *diverticulum* de ligação, muito bem conservado, que permite o trânsito até ao itinerário principal. Ainda hoje esta

construção é conhecida como a *Estalagem*. O edificado, ainda imponente, é indiscutivelmente de época moderna, embora empregue na alvenaria algumas cerâmicas de construção e vários silhares de granito. No entanto, alguns muros aflorando à superfície poderão ser de época romana. Em colecção particular guardam-se mós e aras anepígrafas provenientes deste local.

É complexa a proposta funcional para este sítio: não parece corresponder, pela implantação e ausência de sinais mais distintivos, a uma *villa*; a óbvia relação com a via advoga uma possível *mansio*, embora as aras constituam um referente importante.

Referências: Saa, 1959: 145; Carneiro, 2008: 74, nota 136; Lopes, 2010 n° 34.

### **02.25. Monte da Quinta**

CMP 385 / N 39° 06' 22.8" / 7° 18' 19.0" / Terreno / *Villa*

Afectado pela actual utilização do local como horta, com intensa agricultura de regadio e edificados que parcialmente se sobrepõem a estruturas romanas. As evidências são várias e abundantes: concentração de cerâmica de construção (tegulas, imbrices e tijoleiras), dois pesos de lagar e topos de muros aflorando que deverão ser romanos. O tanque da horta tem uma alvenaria que poderá ser desta época, ou refeito sobre uma estrutura original. Pela implantação espacial, dispendo de férteis solos e abundantes aquíferos que possibilitam todas as condições para uma agricultura de regadio, pela exposição a ocidente e boa visibilidade, poderá ser uma *villa*, a menos de um quilómetro da via mas sem relação visual directa.

Referência: Carneiro, 2008: 74, nota 136; Lopes, 2010 n° 42.

### **02.26. Monte da Rasquilha**

CMP 385 / N 39° 06' 39.9" / 7° 13' 50.5" / Bibliografia / Casal

Pelas evidências de superfície temos um pequeno sítio: área circunscrita a 500m<sup>2</sup> com tegulas, imbrices e cerâmica comum. Junto ao monte, contudo, estão dois silhares: provenientes deste sítio ou de outro ponto de povoamento nas imediações, ainda não detectado? Seja como for, a relação com a exploração de filões superficiais é óbvia, ainda se encontrando nas imediações muita cascalheira resultante do desmonte de afloramentos.

Referência: Lopes, 2010 n° 55.

### **02.27. Mina do Baloco**

CMP 385 / N 39° 06' 40.6" / 7° 13' 23.9" / Bibliografia / Pequeno Sítio

Junto a um dos poços da exploração do século XIX encontra-se uma mancha de materiais romanos. Os poços, a galeria e as escombrelas são de época contemporânea, mas sobreviveu a evidência de um pequeno ponto de povoamento (unicamente tegulas e imbrices, com não mais de 500m<sup>2</sup>) que procedeu à exploração de algum filão superficial.

Referência: Lopes, 2010 n° 56.

## 02.28. Belmonte

CMP 385 / CNS 5744<sup>60</sup> / N 39° 06' 04.5" / 7° 18' 02.5" / Bibliografia / *Villa*

Ao longo da via XV, e em curta distância, as evidências sucedem-se, não sendo fácil discernir, pela leitura de Mário Saa, as fronteiras espaciais entre todos. Ensaaiemos portanto uma separação, ficando o vizinho sítio de Safara aparte, um povoado de altura da Idade do Ferro protegido por um cordão de muralhas, e presença romana republicana<sup>61</sup>. “No m.<sup>te</sup> de Belmonte, que é junto do sinal geodésico da Safra [Safara, onde está o povoado] e na berma da Calçada, acha-se, por entre enredadas fragas de granito, singular dispersão de fragmentos de telharia romana, alicerces, paredes e sepulturas, por vezes degraus sobre as rochas.”<sup>62</sup> Já antes o autor mencionara que “No sítio da Sáfara, no cruzamento do Alicese com o caminho de Arronches para o M.<sup>te</sup> de El-Rei, apareceram sepulturas (eu próprio as vi), por baixo do pavimento da calçada. Eram orladas de tégulas, sendo, pois, anteriores ao calcetamento do Alicese”<sup>63</sup>. Portanto, em curto espaço de centenas de metros teríamos dois povoados, um de cada lado da via (Belmonte, com alicerces, paredes e sepulturas, e El-Rei), além de sepulturas “por baixo” do pavimento da calçada, fronteiras ao povoado indígena de Safara. António Lopes<sup>64</sup>, sobre Belmonte, encontrou, em “meio de um olival”, “uma área de dispersão bastante grande e constante” com cerâmica de construção e comum, além de *dolium* e “muitos fragmentos de ânfora”. Existe ainda um conjunto de estruturas, onde a mancha de materiais se torna mais concentrada. Encontram-se silhares no local e uma lagareta, tratando-se possivelmente de uma *villa*.

*Outras referências: RP 6/150.*

## 02.29. Monte d’El-Rei

CMP 385 /CNS 5764 / N 39° 06' 02.6" / 7° 17' 50.4" / Bibliografia / Casal (?)

No lado oposto do itinerário XV, a norte, Saa afirma que “Aqui se vêem, à beira da via, restos de construções romanas, e há sinais de povoado”<sup>65</sup>. Nos trabalhos de campo nada sinalizei; António Lopes menciona uma “pequena mancha de materiais” que se apresenta “bastante dispersa”<sup>66</sup>.

*Outras referências: RP 6/<sup>\*\*\*</sup> (p. 150).*

- 
- 60 Na base de dados surge localizado no concelho de Elvas.  
61 Gamito, 1982.  
62 1967: 39-40.  
63 1959: 146.  
64 2010: n° 43.  
65 Tomo II, 146-147.  
66 Lopes, 2010: n° 45.

### 02.30. Monte da Tapada do Diogo

CMP 385 / N 39° 05' 59.3" / 7° 16' 19.6" / Bibliografia / Pequeno Sítio

Ponto de povoamento com cerâmica de construção e doméstica. A relação com a via é também óbvia, podendo indicar um pequeno sítio ou uma *mutatio*.  
Referência: Lopes, 2010 n° 46.

### 02.31. Porto das Escarninhas

CMP 385 / CNS 5748 / N 39° 05' 59.9" / 7° 15' 56.2" / Terreno / *Mansio* (?)

Na travessia do Caia, no local onde presumivelmente se erguia uma grande ponte pelo registo documental publicado por Pedro Azevedo<sup>67</sup>, à qual poderiam pertencer os silhares que ainda servem de poldra no leito do rio (e um peso de lagar). Na margem oeste, junto ao caminho, encontra-se um sítio romano. Tem uma área de dispersão circunscrita, com não mais de 1000m<sup>2</sup>, limitado à envolvente da elevação. Aqui vemos uma densa concentração de tegulas (não foram encontrados imbrices), tijoleiras, *dolia*, cerâmica comum, ânforas e um peso de tear rectangular. Em conjunto de pedras mais afastadas, e também dispersas pelas lavras, alguns blocos de granito róseo aparelhados e um fragmento de mó girante. Junto ao moroiço há uma depressão circular circundada por pedras, talvez um poço entulhado. No local encontra-se tombada uma coluna de granito<sup>68</sup>.

Sendo óbvia a relação espacial com a via, talvez tenhamos uma *mansio* ou um qualquer ponto de apoio na passagem do curso de água, embora os pesos de tear e de lagar indiquem actividades económicas. Próximo encontra-se a arruinada igreja de Santo Isidro, um hagiotopónimo habitualmente associado às rotas da transumância.

Referências: *RP 6/ 154; Deus, Louro & Viana, 1955: 574; Pinto, 2000; Carneiro, 2008: 74: nota 134; Lopes, 2010: 50.*

### 02.32. Monte da Rabasca 2

CMP 385 / N 39° 05' 50.8" / 7° 14' 54.2" / Terreno / Casal

Ocupando uma plataforma em ligeira elevação, com linha de água na base e recursos hídricos (poços) nas proximidades, encontram-se cerâmica de construção e fragmentos de *dolium* em área de 1000m<sup>2</sup>. Diversos silhares nas casas do monte, mas não parece possível que sejam provenientes de um local com indicadores relativamente escassos. Na base corre a via XV, distando do local menos de trezentos metros.

Referência: Lopes, 2010 n° 54.

### 02.33. Monte da Rabasca 1

CMP 385 / N 39° 06' 19.3" / 7° 14' 45.5" / Terreno / Casal

---

67 1896: 264.

68 Medindo cem centímetros de altura por 39 de largura.

Na malhada do gado no acesso ao monte observa-se que a esquina noroeste é formada por blocos de granito rosa, e no interior da construção encontram-se silhares. Na seqüência de elevações para noroeste encontra-se, ao longo da linha de cumeeada, um alinhamento de manchas de cerâmicas de construção, de fragmentos de *dolium* bem conservados e blocos de granito. Não é possível definir uma mancha central; os materiais surgem em continuidade, muito dispersos ao longo de mais de quinhentos metros. Apresentando uma grande visibilidade envolvente não é fácil interpretar este sítio, podendo corresponder a dois ou três casais, ou pequenos sítios, em seqüência.

Referência: Lopes, 2010 n° 53.

#### **02.34. Monte das Escarninhas**

CMP 385 / N 39° 05' 38.9" / 7° 15' 45.8" / Terreno / *Villa*

Implantação privilegiada, em duas extensas plataformas de onde se observa o curso do Caia, desfrutando de agradável panorâmica, com o povoado da Idade do Ferro do Castro do Baldio erguendo-se ao fundo no horizonte. O sítio tem dois patamares: o de cota mais elevada contém as estruturas e os materiais cerâmicos, e mais abaixo há menor densidade de elementos. Notam-se construções aflorando, em especial o topo de um muro que parece formar uma abside. No patamar inferior, de menor extensão, não se notam estruturas, mas encontra-se um paralelepípedo de granito rosa de grandes dimensões<sup>69</sup> e observa-se um recinto quadrangular, de cerca de cinquenta metros em cada limite, que está definido por um cordão de tegulas. Os materiais são variados: um peso de tear, tijolos de *suspensurae*, fragmentos de ânfora, de *dolium* e de cerâmica comum, em área que, somando as duas plataformas, atingirá dois hectares. Finalmente, deve ser referida a existência de alguns silhares, deslocados do seu contexto original e acumulados no limite da encosta. Alguns materiais pétreos que se encontram no monte deverão ser daqui provenientes: um capitel, um elemento cilíndrico, talvez de peso de lagar, e mais alguns elementos de construção. Talvez seja aqui o local mencionado onde “se encontram alicerces de edifícios romanos, e uma necrópole, também romana, na qual há dez anos destruíram algumas sepulturas”<sup>70</sup>. Em resumo, uma *villa* com a particularidade de estar voltada para a contemplação da paisagem fluvial do curso do Caia e de funcionar em patamares, com pelo menos duas plataformas bem marcadas. Parece estar em bom estado de conservação.

Outras referências: Lopes, 2010 n° 51.

#### **02.35. Monte da Sancha 2**

CMP 385 / N 39° 05' 47.4" / 7° 13' 24.9" / Terreno / *Villa*

---

69 150 cm de comprimento por 50 de largura por 52 de espessura.  
70 Deus, Louro & Viana, 1955: 574.

Largo recinto de feição quadrangular, defronte de Sancha 1, do outro lado do caminho e de uma linha de água. Está virado a este e a sul, desfrutando de ampla visibilidade. Além da estrutura, encontram-se vários blocos de granito e grande quantidade de cerâmica de construção. Dentro do recinto notam-se patamares internos, correspondentes a estruturas. Sob os moroiços vêm-se troços de muros aflorando. No canto sudeste estão dois blocos de granito alinhados, parecendo constituir a base de um alpendre. Na plataforma acima do sítio estão também materiais. Com uma área de cerca de um hectare, apresenta indicadores muito relevantes com grau de conservação promissor.

Referência: Lopes, 2010 n° 85.

### **02.36. Monte da Sancha 1**

CMP 385 / N 39° 05' 41.3" / 7° 13' 05.1" / Terreno / Casal

No lado sul do acesso ao monte. Está em encosta suave, voltada a oeste e a norte. Nota-se uma pequena plataforma entre dois moroiços, onde se vê muito material cerâmico – tegulas, imbrices, *dolium* e uma asa de ânfora. Em um dos moroiços está um grande silhar, e alguns blocos de granito. Certamente relacionado com o sítio 2, com o qual tem contacto visual, podendo corresponder a uma dependência rústica.

Referência: Lopes, 2010 n° 86<sup>71</sup>.

### **02.37. Monte das Cabanas**

CMP 385 / N 39° 05' 11.5" / 7° 21' 20.2" / Bibliografia / Pequeno Sítio

Próximo de linha de água: mancha de tegulas e imbrices.

Referência: Lopes, 2010 n° 40.

### **02.38. Monte do Alfeirão**

CMP 385 / CNS 5745<sup>72</sup> / N 39° 05' 13.1" / 7° 20' 48.9" / Bibliografia / Casal (?)

Foi encontrada uma pequena mancha de cerâmica de construção e uma mó; será por aqui a “oficina de cerâmica” que Mário Saa indica?<sup>73</sup>

Outras referências: Lopes, 2010 n° 41; RP 6/151 (Alfeirão).

### **02.39. Monte de Paiva**

CMP 385 / N 39° 04' 58.2" / 7° 16' 02.0" / Bibliografia / Casal

---

71 Número da referência cartográfica, pois a ficha de sítio apresenta outra correspondência.

72 “Alfeirão”, colocado no concelho de Elvas. “Alfeirão” é o topónimo aqui adoptado e assim grafado na Carta Militar.

73 Embora a menção se localize em Safara, mas existe a aproximação toponímica: “Vi também sepulturas antropomórficas abertas em granito, perto da Sáfara, no M<sup>te</sup> de Alfeirão. No mesmo monte existiu oficina de *tegula* e *imbrex*, cujos calcinados restos aí se patenteavam em montões, defronte da casa do lavrador. Por motivo de remodelação desta, desapareceram de lá.” (1959: 147: nota 1).



Em implantação propícia, um vale formado pelo encaixe de duas pequenas linhas de água, no topo de uma elevação sem visibilidade envolvente. A notícia de descoberta menciona fragmentos de *terra sigillata*, além de bordos de cerâmica comum e ainda cerâmica de construção.

Referência: Lopes, 2010 n° 52.

#### **02.40. S. Bartolomeu/Herdade de Revelhos**

CMP 385 / CNS 5203 / N 39° 04' 48.0" / 7° 12' 47.9" / Terreno / *Villa* (?)

Um caso de estudo muito interessante, dada a epígrafe daqui proveniente: *LIBI/RAII*, de menção inusual pois “são pouco frequentes as dedicatórias feitas exclusivamente a *Libera*; a deusa surge associada, dum modo geral, a *Liber*, formando um par favorável à fecundidade ligado ao movimento dionisíaco”<sup>74</sup>. A peça foi encontrada “junto da parede do antigo forno da casa do ermitão da referida Igreja”<sup>75</sup>. No local já António Thomaz Pires havia recolhido material arqueológico para o Museu de Elvas, registando a existência de mosaicos<sup>76</sup>. A curta distância encontramos um troço de via romana, possivelmente incluído no Itinerário XV de Antonino, que apresenta outros testemunhos nas proximidades. Aliás, na base da elevação onde se ergue o Monte de Revelhos, junto a um portão, encontra-se uma coluna em granito<sup>77</sup>. Os vestígios no local seriam suficientemente relevantes para que Mário Saa<sup>78</sup> tivesse proposto aqui a localização da *mansio* de *Matusarum*, e de facto, por informações orais menciona-se que na base da elevação da igreja existem telhas e “azulejos”.

Realizei várias prospecções no local, quer no entorno da igreja, quer na zona baixa, próximo da ribeira de Revelhos, mas sem qualquer sucesso, confirmando apenas o traçado da via. A questão permanece, por isso, em aberto, sem que seja possível propor a presença de uma *villa*, uma *mansio* ou outro qualquer tipo de povoado. A igreja, atribuída aos finais do século XIV e hoje em dramática delapidação, de algum modo perpetua a memória sacra que existiu no local.

*Outras referências: RP 6/157; Azevedo, 1897; Lopes, 2010: n° 57.*

#### **02.41. Monte da Valada**

CMP 385 / N 39° 04' 16.5" / 7° 14' 32.4" / Bibliografia / Casal

Implantação em elevação muito acentuada e distante de bons solos, com indicadores em área circunscrita (não mais de 2000m<sup>2</sup>, contando

---

74 IRCP n° 567.

75 Emílio Moitas, “Arronches romana – Pedras com História de Revelhos e Reguengo”. *Fonte Nova* n° 1251 de 09 de Abril de 2005, p. 14.

76 1901, recolhendo também a epígrafe.

77 Ou fragmento de miliário? As dimensões não o parecem autorizar: 35cm de largura por 55 de altura.

78 1967: 40-41



com as escorrências): tegulas, imbrices, cerâmica comum e tijolos; também um silhar.

Referência: Lopes, 2010 n° 58.

#### **02.42. Monte da Chamorra**

CMP 385 / N 39° 03' 59.6" / 7° 13' 00.8" / Terreno / Casal

Em encosta suave, com linha de água no fundo, reforçada por poços. Uma implantação privilegiada, portanto. Os materiais presentes apontam para um casal: cerâmica de construção (tegulas, imbrices, tijolos), uma mó, pesos de tear e cerâmica comum.

Referência: Lopes, 2010 n° 75.

#### **02.43. Monte do Zambujal**

CMP 385 / N 39° 03' 18.3" / 7° 14' 17.7" / Terreno / *Villa*

Notável implantação, em península que avança sobre o encaixe da ribeira de Algalé com o rio Caia, dominando o que é hoje um amplo regolfo da albufeira. Sob as construções do volumoso monte com igreja anexa, os indicadores estão sobretudo na encosta voltada a nascente, no que é hoje uma horta. Os materiais que periodicamente são postos a descoberto pelo trabalho da enxada estão em muito bom estado: tijoleiras de pavimentos, tegulas e imbrices, de excelente qualidade de fabrico, e alguma cerâmica comum. Nos muros que rodeiam a casa encontram-se, no pano de construção, pedras de granito trabalhado (estranho ao contexto local) que provém do sítio. Apenas se encontram no lanço de muro junto ao sítio romano. Da mesma forma, e apesar de caiada, as juntas da esquina da igreja têm uns grandes blocos de granito.

Descendo na direcção das sepulturas escavadas na rocha começamos a encontrar materiais cerâmicos pertencentes a outro momento: imbrices e tegulas mais imperfeitos, certamente de um povoado alto-medieval que se encontra na plataforma a meia-encosta, próxima da água, onde está uma azinheira que recobre muros e estruturas visíveis por entre as raízes. Nas escorrências da encosta, um grande número de cerâmicas, chamando a atenção a elevada quantidade de escória. Mais junto à base encontram-se cinco sepulturas escavadas na rocha, um afloramento com marcas de corte e uma pia escavada na rocha.

Referência: Pinto, 2000; Lopes, 2010 n° 61.

#### **02.44. Horta Nova**

CMP 385 / N 39° 02' 58.1" / 7° 12' 47.8" / Terreno / Casal

Está situado na margem norte da ribeira das Furadas, ocupando um pequeno alto que domina a foz do curso de água, mas submerso em fases de maior enchimento. Vêm-se vários compartimentos de planta quadrangular, oscilando entre os 50 e os 200m<sup>2</sup> cada de indubitável construção com método romano, usando pedras fincadas exteriormente e miolo preenchido de pedra miúda e

terra húmida, sem utilização de argamassa. Em certos pontos, o afloramento foi cavado para a inserção das paredes, que assim arrancavam directamente a partir da rocha. Dos diversos sítios da zona, este será um dos que se encontram em melhores condições de preservação, mas o refluxo sazonal das águas da barragem está a danificá-lo irremediavelmente. Encontram-se pesos de tear, *dolia*, fundos e bordos de panelas, sem a presença de cerâmica de importação. Os únicos elementos alógenos serão as ânforas, com alguns bojos. Encontram-se tegulas, algumas com excesso de cozedura, mas sempre bem vincadas e perfeitas, tal como os imbrices. Estão presentes escórias em grandes quantidades.

Ao contrário de outros sítios seus vizinhos, este parece ser plenamente imperial. Dada a presença de espaços votados a actividades de transformação e espólio representativo poderá ser um casal (ou um pequeno povoado?) de cariz agro-pecuário.

*Referência: Lopes, 2010 nº 75.*

#### **02.45. Monte do Reguengo/Igreja de N. Sr.<sup>a</sup> da Lameira**

CMP 386 / N 39° 02' 47.4" / 7° 11' 39.3" / Terreno / Povoado

Um alinhamento muito extenso, feito com enormes blocos de pedra sem qualquer preparo ou talhe, verdadeiramente de construção megalítica. Impressionante cordão que forma um recinto de planta rectangular ou elíptica com talvez cem metros de comprimento, na sua maior extensão, embora a outras cotas se vejam mais alinhamentos deste tipo. Em alguns pontos este muro apresenta um enchimento rude com cerâmica e pedra miúda, mas o miolo encontra-se ausente, situação que não é de estranhar por estar a ser desgastado pelo regolfo da albufeira. Define-se um recinto de um hectare que forma uma plataforma sobranceira à junção das duas linhas de água. Escassa cerâmica de construção (menos que nos outros sítios), mas encontram-se blocos de *opus signinum* fragmentados. Subindo um pouco, na direcção da igreja (antiga sede de freguesia), um extenso sítio romano, ao qual pertencerão os materiais de escorrências. Está no meio da plantação de pinheiros, e aquando da prospecção as condições de observação não foram as melhores. Mesmo assim, nota-se que a extensa plataforma a 50m a Este da igreja será artificial, derivada de construções. Domina todo o vale, virado a sul e oeste. Muito revolvidos pela plantação recente encontram-se numerosas cerâmicas de construção, algumas em bom estado, e pedras reviradas pelas máquinas. São escassos os materiais, mas em contrapartida toda a zona baixa apresenta inúmeros fragmentos de cerâmica comum e de construção. Próximo encontra-se um extenso troço de via, atravessando a linha de água em direcção ao seguimento do eixo Reguengo/Freiras.

O local tem uma carga de conteúdos simbólicos que atravessam a diacronia. Próximo encontra-se a “Pedra dos Desejos”, um afloramento de cultos litolátricos de fertilidade; junto está a antiga igreja de N. Sr.<sup>a</sup> da Lameira, hoje arruinada. O templo encontra-se destruído e coberto por silvas. Tem anexa uma casa,

parecendo que a igreja deve datar do século XVI ou XVII. Na envolvente, entre o templo e a via, encontra-se um possível sarcófago, reutilizado como bebedouro, em granito<sup>79</sup>.

*Referência: Lopes, 2010 n° 66; RP 6/159.*

#### **02.46. Monte Branco 1**

CMP 386 / N 39° 03' 31.0" / 7° 08' 03.1" / Bibliografia / Pequeno Sítio  
Mancha circunscrita de materiais cerâmicos.

*Referência: Lopes, 2010 n° 86.*

#### **02.47. Monte Branco 2**

CMP 386 / N 39° 02' 57.3" / 7° 07' 51.7" / Bibliografia / Casal

Plataforma com mancha concentrada de cerâmicas de construção, comuns e referência a pesos de tear. Domina uma linha de água, sem dispor de grande visibilidade.

*Referência: Lopes, 2010 n° 87.*

#### **02.48. Monte Branco 3**

CMP 386 / N 39° 02' 57.3" / 7° 08' 01.3" / Bibliografia / Pequeno Sítio

Reduzida mancha de cerâmicas. Menção a estruturas, situação não confirmada.

*Referência: Lopes, 2010 n° 88.*

#### **02.49. Monte do Reguengo 2**

CMP 386 / N 39° 02' 24.3" / 7° 11' 48.2" / Terreno / Povoado

Sítio habitualmente submerso, mesmo no extremo da península que separa Reguengo de Freiras. Do outro lado da elevação corre um dos mais bem conservados troços viários do Alto Alentejo, com miliário. Estruturas de habitação de planta rectangular com áreas individuais delimitadas entre os 50 e os 100m<sup>2</sup>, sendo a observação mais confusa pelo péssimo estado de conservação em que as mesmas se encontram (no leito de cheia). Grande abundância de materiais, com tegulas, imbrices e cerâmicas comuns, além de fragmentos de *dolium*. Próximo encontram-se seis sepulturas escavadas na rocha, aproveitando a abundância de afloramentos graníticos que pontuam esta zona.

*Referência: Lopes, 2010 n° 67.*

#### **02.50. Monte das Freiras**

CMP 386 / N 39° 01' 55.8" / 7° 11' 12.0" / Terreno / Povoado

Na encosta voltada a oeste, na direcção do antigo leito do rio, sem qualquer destaque na paisagem. As sepulturas estão próximas do topo, na pendente para

---

79 Tem de largura 34 cms, 170 de comp., 18 de profundidade.

o leito de cheia. São visíveis três, com cistas rectangulares feitas com lajes de pedra local (granito mal consolidado), com duas pedras nas cabeceiras e duas de cada lado, em cutelo. Uma conserva as tampas. Próximo encontra-se uma grande concentração de tegulas com perfil abatido e linhas pouco vincadas. Vêm-se numerosos fragmentos de grandes contentores, em especial bilhas, com asas largas de canelura central, mas também pequenos recipientes de cerâmica comum, talvez copos, dada a verticalidade das paredes. Na zona de habitação alguns alinhamentos supõem compartimentos, mas a paisagem é desordenada. É evidente o espaço da necrópole contíguo ao povoado que está próximo do regolfo, a uma cota baixa. Mas no topo, junto a um poste, existem compartimentos quadrangulares. Seguindo para norte, na suave elevação seguinte, encontra-se uma grande mancha de cerâmicas e uma sepultura com a estela marcando a cabeceira. Próximo, está uma sepultura escavada na rocha. Junto à actual linha de água encontra-se um grande compartimento, com fiadas de pedra alternadas, em aparelho de cerca de 80cm de espessura com uma área de 36m<sup>2</sup>, perfeitamente quadrangular, e tegulas no interior. Continuando sempre para norte, rodeando o topo, a meia-encosta, está um recinto em aparelho de construção mais irregular, com pedras de grande volumetria, cavalgando o afloramento. Seguem-se mais uns pequenos compartimentos, com tegulas no interior, de bom fabrico, e vêem-se tijoleiras de pavimento *in situ* formando um piso.

Trata-se de um sítio com realidades difíceis de interpretar, dada a variedade de modos de construir e de estruturas ao longo do espaço, havendo ainda a contiguidade habitações/necrópole. Área extensa, ocupando todo o rebordo sul e oeste da península, com uma grande variedade de estruturas e de ambientes, e amplas diacronias, quer na zona funerária (sepulturas de inumação em cista/sepulturas escavadas na rocha) quer nas áreas habitacionais (compartimentos rectangulares com métodos de construção romanos e alinhamentos megalíticos em curva).

*Referência: Lopes, 2010 nº 68.*

### **02.51. Monte da Contenda**

CMP 386 / N 39° 02' 04.2" / 7° 08' 05.4" / Terreno / Povoado

Em zona baixa, sem domínio visual. São visíveis numerosas estruturas, sobressaindo um recinto rectangular com muro de cerca de dez metros de comprimento. Tem aparelho de construção cuidado: pedras fincadas nas faces externas, enchimento com pedra miúda e ligante de terra húmida. Grande densidade de tegulas, tijolos e imbrices. O sítio prolonga-se para o outro lado da ribeira do Vidigão, ocupando um total de dois ou três hectares; apesar de, na visita, o nível da albufeira estar baixo, não foi possível perceber até onde vão as estruturas na direcção do antigo leito de rio, mas parecem circunscritas às cotas mais elevadas. Encontram-se muros em grande densidade, uns de maior dimensão, outros mais pequenos, por vezes paralelos. Em determinado ponto distingue-se um alpendre,

com pedras de suporte alinhadas. Os materiais são escassos, mas de boa qualidade de fabrico: cerâmica comum, *dolia* e bojos de ânforas.

*Referência: Lopes, 2010 n° 69.*

## Comentários gerais

No quadro de conhecimentos o concelho de Arronches ocupa presentemente um lugar singular. De espaço periférico, mal conhecido e pouco explorado, passou a deter uma posição invejável – quanto mais não seja, sob o ponto de vista quantitativo – no elenco da área geográfica. Mais de cinquenta pontos de povoamento estão identificados, muitos de grandes dimensões e visibilidade. É certo que o inventário de António Lopes<sup>80</sup> apresenta ainda um conjunto de lacunas, que se espera venham a ser ultrapassadas com o decorrer dos trabalhos, agora dotados de novos objectivos e de maior profundidade de leitura. Entre essas lacunas, a menor não será a de terem sido privilegiadas áreas específicas em detrimento de outras: olhando para a distribuição cartográfica realçam-se vazios, que poderão, não tanto reflectir as realidades antigas, mas tão somente as estratégias de prospecção adoptadas, que foram realizadas individualmente e orientadas em função de focos de atenção específicos. O segundo aspecto a notar é o facto de a caracterização dos sítios necessitar de progressivas afinações. A maioria foi visitada apenas uma vez; não ficaram claros, nem as evidências da cultura material, que agora poderão ser mais detalhadas, quer nas ocorrências (diversificando os tipos de materiais encontrados), quer nas especificações (que fabricos de *terra sigillata*, que protótipos e origens anfóricas, etc.), nem as categorizações conceptuais: em certos casos é difícil discernir se o sítio será uma *villa*, um casal, ou uma outra qualquer classe, porque é necessário visitá-lo várias vezes, avaliando as distintas cambiantes que apresenta. Ou seja, exige-se agora a possibilidade de, em face da contínua leitura das realidades de terreno, expandindo os critérios de trabalho e apertando os crivos conceptuais, se colocar a caracterização dos sítios romanos do concelho em patamares avaliativos mais elevados.

O panorama obtido é, contudo, surpreendente, e permite olhar para este território com uma leitura completamente distinta do que até recentemente sucedia.

Colocando os pontos no mapa, o que mais capta a atenção é a desigual distribuição pelo território – situação não surpreendente na essência, apenas no *parti-pris* historiográfico que proclamava a paisagem como um todo homogéneo. O mais notório e aliciante, porém, é que se distinguem claramente perfis específicos em função da potencialidade económica e estratégica. Esta

---

80 2010.

situação já havia sido detectada por António Lopes ao definir três grandes sub-áreas: povoamento a Norte do concelho, ao longo da via XV e na albufeira do Caia<sup>81</sup>. Raras vezes, como em Arronches, se consegue olhar distintamente para esta realidade. A possibilidade de definirmos áreas sectorizadas de exploração, motivadas pelos recursos económicos específicos, é aliciante e obriga a um olhar pormenorizado.

Assim, impõe-se um comentário detalhado aos sítios da CMP 373 (sítios 18, 19, 20, 21 do presente inventário). Porque o povoamento romano na freguesia da Esperança, em análise preliminar, configura um modelo alternativo ao das paisagens de sobro e azinho, e estruturado em torno dos recursos mineiros da bacia da ribeira de Abrilongo. Estas ocorrências estão presentes na toponímia (Monte da Mina, Alto da Mina) e com evidências de exploração ainda presentes na paisagem, embora de cronologia incerta<sup>82</sup>. O que temos aqui? Uma paisagem agricolamente pobre, de relevos acidentados e linhas de água sinuosas e escavadas, entre as elevações terminais da Serra. Claramente uma área marginal, periférica e afastada das vias e das grandes unidades de povoamento. E no entanto, os vestígios de presença humana existem: pequenos casais, com áreas restritas de dispersão de materiais, conjuntos artefactuais pobres mas, curiosamente, com evidências estruturais bem preservadas, fruto certamente do fraco impacto da mecanização agrícola. O que parece motivar a exploração do território serão as ocorrências de filões de mineral que afloram nas penedias rochosas, o que levou ao estabelecimento de pequenos casais. Um modelo de povoamento alternativo, que certamente se prolonga para o território de Portalegre e de Espanha, onde a investigação tem sido menos sistemática. Portanto, a área norte, nos contrafortes da Serra de S. Mamede, está vinculada a um território menos forte do ponto de vista agrícola, mas aliciante para a exploração mineira. Os escoriais de Monte da Cabeça<sup>83</sup>, ou as cortas e valas na freguesia da Esperança, atestam este recurso. O que parece claro, contudo, é o facto de estas áreas marginais e pedologicamente menos aptas terem sido colonizadas em momento imperial, por permitirem o sustento de pequenas unidades que exploravam recursos mineiros superficiais, ou que exigiam menor esforço no desmonte de terras, com o rápido esgotamento dos filões determinando abandonos precoces.

Na área oeste, e depois, com a inflexão do Caia, no plano sul, temos o povoamento ao longo da provável via XV. Um conjunto de sítios em alinhamento sequencial, que parecem respeitar um espaçamento constante. Em todos eles não encontramos indicadores de monumentalidade ou de conforto,

---

81 2010: ponto 4.: 11-19.

82 O sítio de Monte dos Algarves [Monte do Regato dos Alfaiates] (Lopes, 2010: nº 25), com valas de extracção mineira e conjuntos de fossas que podem apontar para uma exploração do tipo *ruína montium*.

83 Ver concelho de Portalegre.

mas ressalta a vinculação à exploração agro-pecuária do espaço envolvente. Alguns apresentam indicadores materiais dessa actividade – pesos de tear, pesos de lagar, cerâmicas de armazenamento – mas, em quase todos, detectamos uma implantação próxima de hortas ou de bolsas de solos férteis, reforçadas por recursos hídricos. Em Pereiras, Granja e Campino (eventualmente dois sectores do mesmo sítio), em Monte da Quinta ou Monte da Sancha, por exemplo, estas situações são absolutamente cristalinas. Nestes locais a actividade seria heterogénea, aproveitando os abastecimentos (e escoamentos) que a via propiciava, uma agricultura de regadio e a agro-pastorícia extensiva de sequeiro. Ao longo da via encontramos pequenos sítios, às vezes próximos do traçado (*mutationes?*), e ainda pontos de perfil indeterminado, cuja caracterização será certamente um dos próximos passos a tomar.

As grandes *villae* estão a média distância. Destacam-se três: Coutada do Povo, Capela e Monte das Escarninhas. De um modo geral, o panorama artefactual de superfície não é tão exuberante como em concelhos vizinhos: resta saber se tal se deve a contingências específicas dos factores pós-deposicionais, ou se reflecte uma efectiva repercussão em época antiga. Do elenco surgem duas impressões: Monte das Escarninhas pode ser uma *villa* de *otium* e contemplação da paisagem (neste caso fluvial), com implantação atípica por se situar em cota elevada; e o facto de os outros dois sítios pertencerem a uma, digamos, quarta *área cultural* não referida por António Lopes: a zona central do concelho. Entre as freguesias de Arronches e Mosteiros, no corredor centro-norte, e ao longo da ribeira que banha a sede de concelho, encontramos grande densidade de sítios. Já mencionei as duas *villae*, porventura as de maior exuberância material, mas esta sub-área encontra-se preenchida: possíveis *villae*, como Pereiras, Martim Tavares ou Monte da Silveira/Moinho da Monsoa, e casais, por vezes com expressão material (como Vinha do Desembargador). Este conjunto beneficia do curso da ribeira para uma prática agrícola intensiva, permitindo a maior aproximação de sítios com *fundi* restritos, como se deduz do menor intervalo de distâncias intra-sítios.

Quanto aos sítios da margem esquerda do rio Caia: os locais 43, 44, 45, 49, 50 e 51 da presente listagem, os conteúdos podem ser mais longamente problematizados. Os povoados ocorrem em pelo menos seis núcleos no concelho de Arronches. Não deve ser esquecido, contudo, que notícias de sítios similares também existem na margem direita, na freguesia de Santa Eulália, concelho de Elvas, incluindo Ermida de Santa Catarina, onde foi encontrada a dedicatória a Belona<sup>84</sup>. Todavia, nem António Lopes (cujo foco primacial de atenção se limitava ao concelho de Arronches), nem eu próprio fizemos prospecções na margem direita. Da mesma forma, não se exclui a existência de outros sítios similares na própria margem arronchense, quer devido à difícil progressão e

---

84 FE 46 nº 207, ver concelho de Elvas.



visualização que a paisagem apresenta, quer devido às flutuações no nível de cheia do regolfo<sup>85</sup> que poderão esconder mais realidades.

Os diversos sítios da albufeira do Caia estão listados em seis entradas próprias, mas poderão constituir mais unidades. Em Contenda, as estruturas espalham-se pelas duas margens de um meandro interior do regolfo da albufeira (ou seja, duas margens da margem norte, passe a expressão), podendo tratar-se de um local em continuidade espacial, ou de dois pontos diferentes. O mesmo acontece em Horta Nova e Freiras, com vários núcleos espacialmente distintos. Por outro lado, tal não significa que estivessem ocupados em simultaneidade: embora seja de destacar a notável homogeneidade da cultura material visível em todos – nomeadamente as similitudes nas cerâmicas de construção –, em alguns temos estruturas romanas, em outros estruturas romanas com acrescentos tardios, e pelo menos em Monte das Freiras, sepulturas tardias contíguas ao espaço de povoamento. Registe-se ainda que as sepulturas escavadas na rocha pontuam todo este território, funcionando como um momento de tumulação posterior.

Um aspecto que deve ser realçado reside na ambiência integralmente rústica. Em nenhum se encontram indicadores de conforto, de monumentalidade ou de riqueza. Nem um pode integrar a categoria *villa*. E no entanto, todos estão plenamente inseridos nos circuitos da romanidade: um troço de via que une todos os sítios, e a qualidade das cerâmicas de construção e comuns que denuncia a capacidade de abastecimento a estes locais. Não estamos na presença de sítios em territórios marginais; pelo contrário, com o possível nó viário de *Ad Septem Aras* unindo os troços das vias XIV e XV<sup>86</sup>, encontramos-nos em pleno centro das rotas de circulação de gentes e materiais no Alto Alentejo. Mas aqui temos um modelo próprio, bem distinto das grandes *villae* que a sul e este, entre Elvas e Campo Maior, organizam a paisagem, e dos núcleos rurais que se distribuem a norte. Note-se o contraste: quase todos os sítios arronchenses apresentam silhares de granito, mesmo os casais; no Caia, nem um silhar se encontrou. O que temos, portanto? Um modelo de povoamento fortemente vinculado com a exploração agro-pecuária. Em todos os sítios encontramos cerâmicas de armazenamento, em alguns deles, escórias e pesos de tear, havendo ainda espaços que se assemelham a armazéns e outros a estruturas de lagar. Em todos a matriz rústica é evidente. Em dois casos – Contenda e Reguengo – encontram-se patamares murados que serviram como hortas, fossilizadas na paisagem. Sítios onde a vinculação agrária é evidente, onde a romanidade entrou – no domínio das técnicas de edificação dos muros, por exemplo – mas de modo superficial, com uma matriz identitária

---

85 Embora as prospecções feitas por mim e por António Lopes tenham decorrido entre finais de 2008 e finais de 2009, com a ocorrência de um estio prolongado com boas condições de visualização de cotas mais baixas.

86 Remeto para o respectivo capítulo sobre as vias e itinerários de circulação.



que sobrevive ao fim do Império, mantendo-se a presença humana por mais tempo. Zonas hoje escassamente povoadas, mas que sustentaram muita gente, unidades que funcionam como sítios dispersos polinucleados. Lugares de uma forte carga simbólica, com um culto litolátrico, uma epígrafe votiva e duas ermidas, o que indica a persistência de significados.

Na tentativa de encaixe dos dados de terreno com os parâmetros conceptuais encontramos evidentes dificuldades. Estamos perante casais rústicos operando em sistema de laboração autónoma? A grande mancha contínua de dispersão de algumas unidades leva a afastar a hipótese. Teremos um *vicus*? Com as evidentes dificuldades que tal categoria implica do ponto de vista operacional, deve ser considerada a distância entre Horta Nova, o sítio mais a noroeste, e Contenda, ou mesmo Santa Catarina, se englobarmos a margem oposta. Tal facto afasta a hipótese de um modelo de tipo “aldeia”, que concebemos como espacialmente mais limitado, e em caso algum leva a supor uma matriz de tipo urbano ou proto-urbano, pois o que temos são pontos de povoamento dispersos entre si mas concentrados nas diversas unidades (passe o paradoxo do termo). Considero a hipótese de aqui se situar *Ad Septem Aras*, a *mansio* que é peça comum nos itinerários XIV e XV, mas resta definir o perfil de povoamento, pois não estamos perante uma *mansio* viária, embora para esse factor de dispersão já a menção toponímica original aludisse.

Em resumo, estamos perante um modelo de povoamento polinucleado, de cariz vincadamente rústico (no sentido económico do termo), de tipo não-urbano e persistente na diacronia. Plenamente inserido nos circuitos viários, dele não beneficiou para incrementar os índices de conforto e de monumentalidade, mantendo um *fácies* de exploração agrícola intensiva (dada a presença de hortas) e simultaneamente extensiva no espaço, porque disposto ao longo de uma larga área. Não posso deixar de salientar a semelhança com Póvoa e Meadas, curiosamente também em torno de uma actual barragem. Da mesma forma, em nenhum se encontram indicadores alto-imperiais, parecendo todos corresponder a um momento tardio que se prolonga para lá do Império. É tentador encontrar nestes sítios um modelo de economia agro-pecuária de largo espectro, enquadrável no que Claude Raynaud definiu como “des zones vides ou peu fréquentées jusqu’alors, en particulier basses vallées, deltas et régions lagunaires, font l’objet d’une intense colonisation aux IV<sup>e</sup> et V<sup>e</sup> siècles.<sup>87</sup>” Nestes locais encontram-se as únicas marcas concelhias de persistência para além do fim do Império. Em Zambujal, Horta Nova, Reguengo, Freiras e Contenda encontramos de forma clara uma diacronia que rompe os limites temporais, e que se

---

87 2000-2001: 492. Também Van Ossel & Ouzoulias (2000: 139) mencionam idênticos fenómenos em torno de cursos de água, nomeadamente dando como exemplo o vale do Meuse e a região Oeste de Paris.

prolonga sob a forma de conteúdos simbólicos que por ora nos escapam: como já anteriormente referi, a zona está pontuada de estruturas de culto cristão, ou ainda de pé, ou em ruínas, consubstanciando uma densa carga de marcadores na paisagem. A contiguidade de áreas funerárias a estruturas marca alguns locais (com a ocorrência permanente de sepulturas escavadas na rocha); mesmo a evolução da cultura material e o facto de em alguns destes locais se encontrarem estruturas que são encerradas, cortadas ou rearranjadas, ou ainda zonas de materiais romanos contíguos a outros tardo-romanos, evidencia uma continuidade da presença humana nestes terraços junto ao rio Caia. Sendo uma das formas de povoamento mais originais e relevantes do alto Alentejo, os núcleos do Caia necessitam de um levantamento topográfico urgente antes que as constantes variações na albufeira apaguem de vez estas evidências estruturais e sepulcrais.

A persistência não se encontra nos outros locais de Arronches. Na *villa* da Capela, o único escavado, o balneário foi abandonado durante o século III ou inícios do IV. Nos outros sítios, por só existirem materiais de superfície, as leituras são mais frágeis, mas não se encontram indicadores de presença pós-imperial. Sendo assim, estaríamos perante uma brutal retracção de povoamento, que deixaria como sítios ocupados unicamente os da zona do Caia. Sendo perigoso supor um movimento destes com tão frágeis dados, a hipótese não poderá ser descartada, pois não parecemos estar em paisagem *plenamente romana*: por enquanto faltam os sítios de grande porte e elevada monumentalidade de gosto urbano, notando-se sobretudo nos dados de prospecção a ausência de uma cultura material exuberante e significativa (utilização de mármore, por exemplo). Raros são os sítios com *terra sigillata*, variedades anfóricas ou diversos morfotipos de cerâmica de construção, por exemplo; o que, sendo uma impressão somada ao longo das prospecções, vale o que vale, mas deve ser registada.

Nesta leitura necessariamente superficial falta-nos um dado, pois a presença epigráfica é pouco expressiva<sup>88</sup>. Conhecer as onomásticas, as raízes destas populações<sup>89</sup>, poderia dar-nos uma noção da inserção deste território na escala do Império. O estudo de terreno deverá ser incrementado, para que esta visão, necessariamente preliminar, ganhe consistência. O conhecimento dos sítios – mesmo que unicamente através dos achados de superfície – depende da sedimentação de dados obtidos em consecutivas prospecções; esta acumulação será tanto mais efectiva, quanto diferentes visitas ocorram em diferentes momentos do ano, com diferentes condições de observação, mas que

---

88 Exceptua-se uma epígrafe específica, ainda não divulgada, que em futuro estudo irá ser analisada de modo detalhado, dados os feixes de leitura que propicia, e que eram laterais ao projecto que agora se conclui.

89 Para já visível apenas no excepcional testemunho epigráfico apresentado em Carneiro, Encarnação, Oliveira & Teixeira, 2008.

também sejam realizadas por diferentes investigadores, com distintos olhares e capacidades de detecção. Os sítios romanos de Arronches só nos últimos anos começaram a ser observados. Esta impressão de um território com sub-unidades distintas, onde os padrões materiais são pouco diversificados, e que poderá ter entrado em retracção precoce, é apenas uma leitura preliminar. Em resumo, é o ponto de partida.

(Página deixada propositadamente em branco)

### 3. CONCELHO DE AVIS

Um extenso concelho com oito freguesias e uma área de 606 km<sup>2</sup>, a mais elevada do distrito. Sendo em termos genéricos homogénea, apresenta particularidades dignas de nota. Uma delas, talvez a mais curiosa, e derivada da acção antrópica recente, reside no facto de uma extensa área pertencer ao regolfo da barragem do Maranhão, sendo que também a albufeira de Montargil abrange uma pequena fatia no limite oeste do concelho. Portanto, em termos de *área real de prospecção* o espaço disponível é efectivamente mais curto. Avis situa-se na mesma área sub-regional que Ponte de Sôr e Gavião, concelhos que marcam a transição da bacia do Tejo para o Maciço Antigo do interior alentejano. Como nos anteriores, a progressão de ocidente para oriente permite a progressiva mutação da paisagem, que vai deixando de apresentar os solos arenosos ou de cascalheira típicos dos terraços do quaternário para entrarmos em relevos ondulados, modelados por uma milenar erosão, onde o montado substitui o esteval, único coberto vegetal que progride em solos de baixa aptidão agrícola. O concelho é cortado por uma rede hidrográfica orientada pela ribeira de Seda, cujo represamento alterou profundamente a percepção da paisagem. Este curso de água seria originalmente bravio, alteroso e, na sua orientação nordeste/sudoeste, um obstáculo sério a quaisquer vias e eixos de comunicação. A grande maioria dos cursos de água são seus afluentes, mas o facto do relevo ser genericamente suave leva a que apenas na freguesia de Figueira e Barros – a mais ocidental – encontremos cursos de água correndo encaixados e com margens alcantiladas. Ou seja, embora pela sua orientação a rede hidrográfica fosse um obstáculo natural para o trânsito, a sua dificuldade de transposição é sazonal. De um modo geral, a rede hidrográfica não é densa, nem os recursos aquíferos abundantes. Destacam-se cursos de água secundários como as ribeiras de Santa Margarida, de Sarrazola, de Almadafe e do Alcórrego, todos com algum volume de transporte. No entanto, em largas extensões, sobretudo para ocidente, a rede é débil e muito dependente da pluviosidade, o que constitui uma

natural condicionante à presença humana e à prática agrícola. Genericamente o relevo é suave. A altimetria ascende até aos 250 metros na transição para o concelho de Fronteira, onde o substrato xistoso conduz a relevos mais vigorosos. Mas em termos genéricos é o concelho mais plano e suave da área em estudo, e embora ocorram alguns ondamentos, em especial em Valongo e Aldeia Velha, o panorama é moderado. Esta homogeneidade de superfície é enganadora pois o substrato geológico apresenta grande variedade, com rápidas transições: xistos, quartzitos e grauvaques, com uma matéria-prima pobre, e rochas mais consolidadas que, por exemplo, encontramos empregues em alguns dos maiores monumentos megalíticos do Alto Alentejo, como nas manchas graníticas de Ervedal e Figueira e Barros. Já quanto ao potencial agrícola, o concelho apresenta uma aptidão genericamente baixa, fruto da ocorrência dominadora de solos delgados, de tipo mediterrânico amarelo ou claro, tonalidades que aliás caracterizam a cerâmica que se encontra nos sítios arqueológicos, denunciando a utilização do substrato local. Na zona de Figueira e Barros já encontramos os solos vermelhos argilosos, criando zonas que alagam aquando das chuvas (justificando o topónimo local). Não é em vão que na passagem para o concelho de Fronteira encontramos a *villa* de Defesa de Barros.

Temos portanto um concelho extenso e de transição entre os territórios ribatejanos e o interior alentejano. Um espaço de ressonâncias milenares, pelas bem conhecidas necrópoles megalíticas, mas também com uma fortíssima carga histórica, por ter albergado a ordem militar homónima. E temos uma terra com um dos poucos museus municipais com colecções de Arqueologia na área em estudo, não esquecendo o facto de em Ervedal se encontrar sedeada a Fundação Arquivo Paes Telles, onde se guarda o espólio recolhido por Mário Saa. Portanto, e *a priori*, um espaço propício para encontrarmos muita e bem estudada informação.

Acrescentemos outra realidade.

Um dos dados mais curiosos em relação ao conhecimento do passado avisense reside no facto de, em diversos momentos, algumas individualidades se terem interessado pelo concelho e pelas suas raízes. Infelizmente nenhuma destas personagens tinha formação na área, pelo que a atenção foi episódica e sem qualquer propósito sistemático. É o caso de António Pais da Silva Marques, tio de Mário Saa e principal influência do autor que mais tarde se dedicaria ao estudo das vias da Lusitânia, que foi um dedicado correspondente de Leite de Vasconcellos<sup>90</sup> e o principal incentivador para as escavações no sítio de Ladeira, onde foi recolhida a epígrafe dedicatória a *Fontanus*<sup>91</sup>. Posteriormente irá manter-se uma sólida amizade entre ambos, ficando António Pais da

---

90 N.º 2538 do Epistolário depositado no MNA, tendo trocado uma copiosa correspondência com o então Director do Museu, avançando para uma relação que se tornou de grande amizade e cordialidade mútua.

91 Relato em Vasconcellos, 1912.

Silva Marques como um atento informador do Director do Museu, embora progressivamente o foco da correspondência se vá deslocando para os domínios etnográficos que vão captando o interesse leitiano na parte final da sua vida. Quanto a Mário Saa, embora o investigador radicado no Ervedal não se tivesse dedicado profundamente ao estudo do património arqueológico concelhio, existem, mesmo assim, alguns materiais recolhidos na zona, bem como notas e documentação de âmbito local. Outros investigadores, de forma episódica ou prolongada, circulam pelo património arqueológico local, mas o centro das atenções reside no valioso conjunto de monumentos megalíticos, enumerando-se Vergílio Correia e o casal Vera e Georg Leisner. Todavia, e como em outros concelhos, o rasto da investigação perde-se durante os anos cinquenta e sessenta dos século XX, para ressurgir de forma voluntarista com uma associação local sediada no Ervedal, o Grupo de Trabalho e Acção Cultural Ervedalense (com uma secção de Arqueologia) que na década de setenta irá proceder a algumas escavações não documentadas em sítios romanos e em antas da freguesia. Deste momento fica o embrião daquele que é hoje o Museu Municipal, onde foram guardados algum espólio e documentação, a par de uma importante recolha de património etnográfico. Também Gustavo Marques realizou prospecções e procedeu à escavação da então destruída *villa* de Bembelide. No final da década, realizam-se trabalhos na necrópole de Carapeta. O panorama adquire contornos profissionalizados com a integração de uma arqueóloga na autarquia, que para além das necessárias intervenções em âmbito urbano, se irá dedicar a partir de 2005 à realização da Carta Arqueológica concelhia, bem como retomar os trabalhos em Ladeira (Ervedal), abandonados desde os tempos de Vasconcellos. No âmbito do primeiro projecto foram dados a conhecer alguns resultados<sup>92</sup>, sendo de esperar que a intensidade da investigação possa vir a trazer profícuos dados para o conhecimento do passado avisense.

## Sítios e comentários

### 03.01. Goiã 2

CMP 369 / CNS 29699/ N 39° 09' 47.1" / 7° 52' 15.9" / Topónimo / Casal  
Área de dispersão de materiais romanos onde predomina a cerâmica de construção. Um conjunto de pedras pode marcar a implantação de uma estrutura. Apesar de não existirem mais dados, deverá tratar-se de um casal, implantado em zona com abundantes recursos hídricos (ribeiro da Goiã e mais dois poços).

Referência: Processo IGESPAR 2004/1(190)

---

92 Ribeiro, 2008. O seu resumo da investigação (pp. 2-3) constitui o único texto historiográfico sobre a investigação arqueológica no concelho e forneceu importantes pistas para a redacção deste texto.

### 03.02. Monte da Barrada

CMP 369 / N 39° 09' 09.7" / 7° 54' 09.4" / Terreno / Casal

De acordo com informação oral, junto à malhada em ruínas encontra-se uma concentração de tegulas e imbrices. O sítio implanta-se em elevação com excelente visibilidade envolvente, mas sem qualquer destaque ou preocupação defensiva.

*Referência: Inédito a partir de informação de Jorge de Oliveira.*

### 03.03. Entre Águas 1

CMP 382 / CNS 1629<sup>93</sup> e 29676 / N 39° 07' 01.9" / 7° 52' 06.0" / Terreno / *Villa*

De há muito que se conhece a lápide romana embutida na parede posterior da igreja de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> de Entre Águas<sup>94</sup>, que documenta *Lobesa*, filha de *Lovesius*, dois antropónimos pré-romanos. Todavia, não tem sido mencionado que o edifício possui silhares embutidos na construção, em especial no anexo que, por não estar caiado, tem o aparelho bem visível, e também um peso de lagar reaproveitado nos degraus da entrada. Inclusivamente, é possível que o referido anexo onde se encontra a epígrafe cavalgue uma estrutura anterior, dado o perfeito alinhamento dos silhares, em método construtivo pouco habitual em época medieval. O templo sobrepõe-se a um sítio romano de largas dimensões, possivelmente uma *villa*. À superfície encontra-se cerâmica comum, de construção, *terra sigillata* e fragmentos de *opus signinum*, em área ampla com cerca de um hectare, que se espalha pela península, mas também pelo topo a norte, onde o arranque do olival deixou ver mais manchas de material. Particularmente interessante a sobreposição do edifício de culto cristão ao sítio romano, bem como a fundação do núcleo urbano de Benavila na margem fronteira, documentando continuidades de presença humana e relevâncias simbólicas que deverão ser melhor aferidas.

*Outras referências: RP 6/115; Processo IGESPAR 2004/1(190); Saa, 1962: 268.*

### 03.04. Monte do Castelo 1

CMP 382 / CNS 29678 / N 39° 07' 11.9" / 7° 50' 35.0" / Topónimo / *Villa* (?)

Um sítio relevante dado o conteúdo epigráfico: um teónimo pertencente ao grupo *Band-*, com o epíteto *Saisabro*<sup>95</sup>. Acresce o topónimo “Castelo”, que poderia remeter para um qualquer povoado fortificado, o que não parece ser o caso. Seja como for, o *fundo indígena* manifesta-se. Do local existem informações orais que apontam para a recolha de ânforas e o achado de mosaicos. No terreno encontra-se material cerâmico de construção e elementos pétreos que deverão

---

93 A lápide mereceu CNS próprio.

94 IRCP n° 459, com referências.

95 FE 46, n° 206, 1994; ver ainda Carneiro, 2009-2010: XIII.



ter pertencido a estruturas. Junto à ribeira, em leito de cheia, estão silhares de granito. Infelizmente, os indicadores são demasiado imprecisos para uma leitura de conjunto.

*Outras referências: Processo IGESPAR 2004/1(190).*

### **03.05. Bembelide**

CMP 382 / CNS 29677 / N 39° 06' 38.1" / 7° 53' 17.5" / Terreno / *Villa*

No terreno ainda se nota uma área de dispersão de materiais, correspondendo a uma *villa* destruída por movimentação de terras. O sítio foi intervencionado de emergência por Gustavo Marques na década de oitenta, guardando-se os materiais no Museu Municipal de Avis. O relatório dos trabalhos produzido, muito completo mas já documentando o elevado grau de destruição do local, nunca foi publicado.

*Outras referências: Processo IGESPAR 2004/1(190).*

### **03.06. Monte do Chafariz 1**

CMP 382 / CNS 29675 / N 39° 06' 41.4" / 7° 50' 24.6" / Terreno / *Villa*

No local foi referido que o sítio romano foi escavado nos anos setenta pelo grupo de arqueologia. Hoje está em parte submerso pela barragem. No âmbito da carta arqueológica concelhia foi encontrada cerâmica de construção, comum, *terra sigillata*, de armazenamento, ânforas e pesos de tear<sup>96</sup>. Aquando da visita, as condições de observação eram más, observando-se apenas imbrices fragmentados e rolados. Junto às casas estão dois silhares. Note-se ainda que está na margem fronteira ao sítio de Castelo.

Outras referências: Processo IGESPAR 2004/1(190)

### **03.07. Monte do Chafariz 2**

CMP 382 / CNS 29681 / N 39° 06' 33.7" / 7° 50' 32.7" / Terreno / Necrópole

Informação oral referente à identificação de uma necrópole de inumação aquando da abertura de um tanque de rega. Descobertas duas sepulturas, uma coberta com tijoleiras e com abundante espólio: *terra sigillata*, cerâmica comum, recipientes em vidro. A outra não apresentava espólio mas continha restos osteológicos. De acordo com o *Endovelico*, no local existem cerâmicas de construção de época romana.

*Referências: Processo IGESPAR 2004/1(190).*

### **03.08. Torre do Ervedal 8**

CMP 382 / CNS 16389 / N 39° 03' 10.6" / 7° 48' 30.4" / Bibliografia / Casal

Sítio onde se encontraram fragmentos de telhas muito roladas, cerâmica fina alaranjada e fragmentos de *dolium*. Pode corresponder ao sítio 9 (CNS

16388), onde se detectou uma pequena área com imbrices, tegulas e um silhar em granito depositado em morouço que pode esconder um peso de lagar e mós.

*Referências: Processo IGESPAR 2004/1(190)*

### 03.09. Ladeira

CMP 382 / CNS 1702<sup>97</sup>, 5693, 29707<sup>98</sup> / N 39° 02' 42.2" / 7° 48' 36.0" /

Bibliografia / *Villa*

Intervencionado por Leite de Vasconcellos, tendo descoberto “parte de uma casa”. O dado mais conhecido é, todavia, a dedicatória a *Fontanus*<sup>99</sup>, de cuja proveniência o próprio nos deixou indicação: “[...] a ara encontrou-se em 1870 num campo chamado Tapada da Alameda [...]. Ao pé havia uma nascente grande de agoa [...]. À superfície do terreno descobrem-se muitos cacos antigos”<sup>100</sup>. No local encontra-se uma fonte, motivo do agradecimento *ob aqua inventas*, e apresenta duas particularidades: uma de âmbito onomástico, a identificação dos *tria nomina* de Gaio Apuleio Silão, o detentor da propriedade, e outra o cariz da relação social – *servus* – de Threpto, que poderia ser um *villicus*, se acaso se confirmar a existência de uma *villa* no local. Os indicadores de superfície registados na carta arqueológica avisense foram promissores: “cerâmica de construção, cerâmica doméstica de armazenamento, fina e comum. Foram identificados, para além do *opus signinum*, alguns fragmentos de granito e mármore, provavelmente associados a estruturas. Destacam-se do conjunto de materiais recolhidos dois almofarizes em mármore branco, um dos quais de reduzidas dimensões.”<sup>101</sup> Todavia, as recentes escavações não permitiram caracterizar de forma mais precisa e extensiva o tipo de ocupação. Também é de notar que, dada a imprecisão das notícias existentes, em especial da intervenção de Leite de Vasconcellos, em rigor não é possível perceber que tipo de sítio terá este sido, embora o achado de tesselas seja relevante<sup>102</sup>.

*Outras referências: Processo IGESPAR S-05693 e 2004/1 (190); RP 6/135 e /\*\*\*; Saa, 1956: 124 e 1962: 269; Reis, 2004: n° 084.*

### 03.10. Carapeta 1

CMP 382 / CNS 29674 / N 39° 02' 29.8" / 7° 55' 56.3" / Bibliografia / Casal

Implantado junto à área de inundação da albufeira do Maranhão, e por isso semi-submerso. No âmbito da carta arqueológica concelhia noticia-se uma área de dispersão de materiais romanos, com cerâmica de construção

---

97 “Ervedal” e classificado como “balneário romano”, seguramente refere-se ao sítio de Ladeira.

98 Como “Azenhas 1/Quinta da Fontana”, referindo-se à epígrafe.

99 IRCP n° 437; Carneiro, 2009-2010: XII.

100 Vasconcellos 1912: 620-621.

101 Ribeiro, 2008: 8.

102 Segundo a autora, 444 unidades recolhidas em contexto secundário. Ribeiro, 2010: 52.

e um elemento de mármore. Trabalhos de escavação no final de década de oitenta nunca foram publicados. Nas proximidades, uma estrutura de planta rectangular associada a tegulas e fragmentos de *dolium* (a designada Carapeta 3, possivelmente um núcleo do sítio principal).

*Referência: Processo IGESPAR 2004/1(190)*

### **03.11. Carapeta 2**

CMP 382 / CNS 5202 / N 39° 02' 31.8" / 7° 55' 47.0" / Bibliografia / Necrópole

Sepulturas identificadas durante o plantio de um olival, com escavação não publicada na década de oitenta. Registam-se caixas sepulcrais definidas por lajes, contendo no interior esqueletos em conexão anatómica e com jarras de barro de pequenas dimensões colocadas próximo do crânio.

*Referência: Processo IGESPAR S-05202 e 2004/1(190).*

### **03.12. Cardoso**

CMP 383 / CNS 29710 / N 39° 03' 02.0" / 7° 44' 24.7" / Terreno / Povoador

Um sítio difícil de enquadrar do ponto de vista conceptual. Implantado em elevação suave sobre a ribeira Grande, em zona sem particulares aptidões pedológicas ou paisagísticas. O elemento mais evidente é um troço de muro que aflora sob as raízes de uma oliveira. Por toda a elevação notam-se tegulas, bastante dispersas, e elementos de granito. Depois existem estruturas circulares em pedra, com difícil enquadramento cronológico e funcional. A visita posterior confirmou um dado evidente em 2002<sup>103</sup>, a ausência de qualquer elemento datante.

*Outras referências: Batata, Boaventura e Carneiro, 2000: 244; Carneiro, 2004: nº 60.*

### **03.13. Defesa de Barros**

CMP 397 / CNS 32148 / N 39° 01' 49.7" / 7° 43' 42.3" / Terreno / Villa

Implantação típica, em encosta suave voltada a sul, com recursos hídricos e bons solos agrícolas (pesados e argilosos, como indica o topónimo) na envolvente. É facilmente localizável por se encontrar sob a igreja abandonada. Quanto às evidências arqueológicas, a visita trouxe poucas novidades em relação momentos anteriores, pois as obras na igreja espalharam montes de entulho sobre a área em volta. No acesso era evidente um extenso pavimento de *opus signinum* oculto sob as oliveiras, que ocorria em dois pontos diferentes. Em área extensa, não inferior a um hectare, encontravam-se materiais diversos como cerâmica de construção, cerâmica comum, pesos de tear, fragmentos de *terra sigillata* e de ânforas. Depositados no adro da igreja estavam silhares e um tambor de coluna

---

103 Carneiro, 2004: 154.

em granito, cuja ocorrência geológica aqui não se verifica, e que na visita mais recente já não encontrei. O elemento mais conhecido é todavia uma ara funerária finamente decorada, peça de enorme qualidade que motivou a visita de Leite de Vasconcellos expressamente para a sua aquisição<sup>104</sup>. Decorada por motivos faunísticos, arquitectónicos e vegetalistas, destaca-se a onomástica grega, quer de Calpúrnia (?) Hegestrate, quer de Calpúrnio (?) Alexandre, eventualmente libertos, de acordo com a sugestão de José d'Encarnação<sup>105</sup>.

Seguramente teremos uma *villa* com necrópole associada<sup>106</sup>, sendo de presumir, a partir da qualidade da epígrafe, uma elevada capacidade aquisitiva e um refinado gosto dos ocupantes.

*Outras referências: RP 6/134.*

### **Casas Novas 1 \***

CNS / 29682

Destruído por actividades agrícolas. No Monte conservam-se pesos de tear, fragmentos de cerâmica comum e um elemento de mó. Foi destruída uma sepultura.

*Processo IGESPAR 2004/1(190)*

## **Comentários gerais**

A primeira impressão a reter sobre o povoamento romano de Avis centra-se na sua dispersão. É certo que estamos perante um extenso território, com condicionantes severas para a investigação – extensões despovoadas e de completo abandono, onde o mato irrompe desordenadamente, com um quadro ambiental pouco apto para o perfil de exploração latino. É certo também que estamos perante um problema de intensidade na investigação: note-se como, do escasso elenco de sítios conhecidos, boa percentagem são *villae*, ou seja, locais com elevado registo de indicadores de superfície que captam a atenção de outras pessoas que não apenas os investigadores; ou de como foram as epígrafes que primeiro chamaram a atenção, levando a uma posterior identificação dos pontos de povoamento propriamente ditos. Portanto, e em resumo, poderemos optimisticamente esperar que o aprofundar da investigação permita avançar para realidades de mais difícil detecção e para uma malha mais fina.

Regressando ao tema, o povoamento romano do concelho de Avis caracteriza-se sobretudo pela sua dispersão. Quero com isto dizer que a

---

104 1916a: 317; IRCP n.º 448; Matos, 1995: n.º 42.

105 IRCP, n.º 531.

106 Sendo que, quer em 2000-2001, quer mais recentemente, realizei meras visitas ao sítio (que para mais é fácil de localizar).

distância entre sítios é assinalável, não se observando as habituais concentrações ou alinhamentos. Existem associações, algumas *pequenas sociedades*: Monte do Castelo 1, Bembelide e Chafariz 1 e 2 estão próximos, e também em Ervedal os locais de Ladeira e Torre do Ervedal 8 não estão distantes. Mas não existem nexos de ligação (se exceptuarmos Chafariz 1 e 2, que poderemos entender como uma *villa* com necrópole associada), ou seja, torna-se complexo perceber se estes locais tiveram algum tipo de espacialidade simultânea. Para além de rarefeito, os focos de povoamento surgem-nos desestruturados, ou seja, não é clara a organização da rede. Quero com isto dizer que os sítios de Avis apresentam a situação paradoxal de, nem estarem de forma hierarquizada, nem (ao inverso) nivelados entre si. Esta (estranha) impressão deriva, por um lado, da sua insuficiente caracterização e entendimento (por exemplo, o que foi a Ladeira?), e por outro, da dificuldade já mencionada de conseguirmos estabelecer níveis de leitura comuns transversais entre sítios. Note-se que não é fácil esboçar o panorama da rede viária. As propostas adiantadas por Mário Saa parecem manifestamente exageradas, nomeadamente a centralidade concedida a Ervedal, hipervalorizada por ser a localidade onde o autor tinha um dos espaços de trabalho<sup>107</sup>. Aliás, a rede viária nem sequer é discernível, quer nas evidências de terreno, completamente ausentes (calçadas e/ou obras de arte), ou em uma qualquer *linearização* na disposição de sítios. Ausência de estruturação das redes de povoamento, e de indicadores de rede viária, são então dois elementos que caracterizam a presença romana em Avis. Ambos têm em comum um dado, a *ausência*. E no entanto, os sítios romanos apresentam conteúdos de *presença*.

Um tem a ver com o conjunto de *villae*. Ou de sítios interpretáveis como tal. Em alguns casos destruídas, ou severamente danificadas, o que é sempre de lastimar: Casas Novas, Bembelide, eventualmente Carapeta e Chafariz. Em outros, sítios que ainda poderão dar frutos para a investigação: Defesa de Barros, eventualmente Ladeira e Entre Águas. Temos portanto sete possíveis *villae* em quatorze sítios registados, o que é uma inversão da estrutura piramidal que caracteriza o povoamento romano. Note-se que, nos sítios de tipo “casal”, temos um magro lote, com apenas Goiã, Monte da Barrada, Torre de Ervedal 8 e, eventualmente, Cardoso (um sítio mais difícil de enquadrar conceptualmente). Castelo poderá ter tido conteúdos ligados ao mundo votivo (a invocação teonímica é relevante, apontando para um culto religioso permanente, e não apenas um agradecimento fortuito como em Ladeira), e restam-nos as necrópoles de Chafariz e Carapeta, ambas associadas de modo seguro a pontos de povoamento, uma ligação nem sempre fácil de estabelecer. Desta forma, em Avis temos mais *villae* do que “casais”, pelo menos no actual estado da investigação, e em face

---

107 Ervedal, “grande estância romana, das mais intensas desta parte da Lusitânia. Apresenta casario romano, lendas, inscrições em caracteres latinos e ibéricos” (Saa, 1956: 129).

dos elementos descritivos (imperfeitos, é certo). Ora, este facto é relevante por dois motivos. Um prende-se claramente (e mais uma vez) com a *geografia da investigação*. É normal que sítios com maior densidade de vestígios captem a atenção das pessoas que os noticiam, sobretudo quando estamos perante um território em que muitos dos agentes eram cidadãos com escassa formação na área, ou agindo de forma voluntarista. Certamente que, com mais pesquisa, as outras categorias de sítios virão a aparecer. O facto nada tem de extraordinário e reflecte a natural progressão da investigação. O outro dado é mais curioso e merece uma reflexão atenta. Na verdade, o simples facto de surgirem sítios classificáveis como *villae* (mesmo que alguns o possam não ser, mas essa é outra questão) significa que elas terão existido, que estamos a entrar no seu território. Ou seja, nesta área territorial temos três concelhos com um ambiente marcado pela bacia do Tejo: Gavião, Ponte de Sôr e Avis. Mas enquanto nos outros dois concelhos as *villae* estão ausentes, em Avis já as recenseamos. Em rigor porque é um concelho misto, de transição entre ambientes paisagísticos distintos. Se olharmos mais para oeste, para Mora, aí sim, encontramos uma generalizada ausência dos sítios desta categoria<sup>108</sup>. Em Avis, pelo contrário, existem *villae* pelo simples facto de que *elas já lá estão* – dispersas, é certo, indicando grandes territórios de exploração ou extensas áreas em vazio, uma situação que se prolonga para os concelhos limítrofes de Fronteira e Sousel e que nos mostra como, apesar de tudo, ainda não estamos em territórios onde este modelo de povoamento estruturado nas grandes unidades encontra o seu pleno potenciamento. Outra hipótese explicativa, também tentada para Ponte de Sôr, reside na utilização de materiais de construção de menor grau de detecção ao olhar do arqueólogo. Se as grandes *villae* mantêm a sua fisionomia construtiva, nestes solos onde a pedra escasseia é possível que os pequenos casais adoptassem soluções baseadas nos recursos locais: o adobe e a taipa, elementos que, como é sabido, mais facilmente se diluem com o passar do tempo e deixam, no registo arqueológico, traços mais ténues. A dificuldade de identificação dos materiais de superfície seria dificultada pela própria matéria-prima; e nos solos arenosos, de charneca e largas extensões de coberto silvícola, estes pequenos sítios mais rapidamente vão-se apagando e mesclando com o solo natural. As largas extensões de território vazio poderiam não o estar, só que estes pontos de povoamento estão perdidos na paisagem.

Se o território avisense já se encontra pontuado por *villae*, de que eram? A questão assume pertinência, pois estamos em território periférico, nas margens da infra-estruturação imperial e em zona pedologicamente menos apta. Passemos em revista os diversos indicadores: elementos de mármore em Ladeira (incluindo dois almofarizes), Carapeta e Defesa de Barros (a ara), ou seja, uma razoável frequência, embora sem elementos arquitectónicos noticiados. Quanto ao granito, silhares em Entre Águas, Castelo 1, Chafariz 1,

---

108 Informação de Leonor Rocha, que muito agradeço.

Torre de Ervedal 8 (classificado como casal, mas com certa monumentalidade) e Defesa de Barros, além de Ladeira (elementos de granito, sem especificação). Portanto, em ambas as matérias, inexistência de colunas ou capiteis. Podemos acrescentar as menções a *opus signinum* em Entre Águas, Ladeira e Defesa de Barros, pois a sua presença mostra o domínio das técnicas de *saber-fazer* romanas, além de poderem pertencer a estruturas funcionais ou lúdicas. Finalmente, de mosaicos, temos apenas uma tênue menção em Castelo 1 e recolha de tesselas em Ladeira. Passemos aos indicadores produtivos: um peso de lagar em Torre do Ervedal 8 e outro reaproveitado em Entre Águas. Mós noticiam-se neste mesmo sítio e em Casas Novas. Ânforas estão presentes em Castelo 1 (?), Chafariz 1 e Defesa de Barros. Quanto a pesos de tear, temos Chafariz 1, Defesa de Barros e Casas Novas. Para já, as escórias estão ausentes.

Em resumo: um feixe de dados que aponta para unidades rurais dotadas de relativa monumentalidade, embora estejam ausentes colunas, capiteis, mosaicos e estuques. Mas de um modo geral, os sítios de Avis apresentam pautas de registos materiais reveladores de uma certa capacidade aquisitiva. Não podemos, neste momento, falar de *materiais de prestígio* ou de *gosto urbano*, mas existem elementos caracterizadores das *villae*, com o seu expoente máximo na ara de Defesa de Barros, uma peça de requinte e erudição significativas. Mais, a oferta de Threpto indica um investimento considerável em uma peça que se destina a honrar um acontecimento, a descoberta de uma nascente de água, querendo isto dizer que existem recursos aplicáveis naquela situação concreta. Quanto aos indicadores económicos, ou de exploração, verifica-se que quase todos os sítios apresentam elementos que cobrem o leque de actividades tradicionalmente considerado: pesos de lagar e de tear, *dolia* e mós, além de ânforas. Ou seja, um território inserido nos circuitos de troca e votado a uma intensa exploração agro-pecuária do espaço envolvente. Portanto, um conjunto de ocorrências mais conforme aos que encontramos em territórios a oriente e que se vai distanciando do espaço geográfico da bacia do Tejo, a ocidente (concelhos de Ponte de Sôr, Gavião e, fora desta área de estudo, Mora). É certo que a repartição não se faz de forma homogénea, e tem uma fronteira natural: a ribeira de Seda, pois os sítios com o registo material analisado estão todos para Este do curso de água. É nas freguesias de Avis, Benavila, Alcórrego ou Ervedal que encontramos os sítios arqueológicos com as características mencionadas, e não em Valongo ou Aldeia Velha, por exemplo. Este dado é, também, interessante, porque o curso de água configura aqui um limite que não é meramente cultural mas influi na expressão material. O concelho de Avis apresenta um cariz específico na distribuição de sítios, uma situação que o desejável progresso da investigação poderá confirmar ou infirmar. Sem uma rede viária organizadora ou um elemento que estructure a rede de forma concêntrica (centro urbano ou um agregador), delinea-se um quadro disperso e heterogéneo, com agrupamentos de sítios motivados



por recursos específicos (nichos de exploração em torno de manchas de solos férteis ou de pontos hídricos), mas onde não se distingue uma arquitectura do povoamento estratificada.

Outro foco de informação reside na presença epigráfica, que é substantiva para um concelho onde a investigação arqueológica se tem processado de modo pouco profundo. Temos quatro epígrafes, todas alocadas a sítios concretos: Entre Águas, Castelo 1, Defesa de Barros e Ladeira. A impressão mais significativa reside na variabilidade antroponímica: duas manifestam presenças autóctones: a *Lobesia* filha de *Lovesius*, em Entre Águas e *Rufinus* filho de *Rufus*, em Castelo, onde o cultuante, embora com onomástica indígena, se identifica ao modo latino. Aliás, a epígrafe de Castelo é culturalmente relevante, como já tive ocasião de comentar<sup>109</sup>, pois temos uma divindade do *fundo local* cultuada por um elemento do *fundo local*, mas um devoto que age de acordo com os preceitos e normas latinas (embora a epígrafe apresente óbvia rusticidade). Temos mais um exemplo de *revestimento cultural* que a romanização levou a este território. Também por este facto, seria extremamente importante localizar o santuário de *Band-Saisabro* para se perceber se este *revestimento* atingiu a própria dimensão arquitectónica do local de culto. Regressando aos antropónimos, temos ainda o exemplo de Ladeira, com *Threpto* fazendo o seu voto a *Fontanus*, e explicitamente auto-identificando-se como *SER(vus)* de *Caius Appuleius Silonis*. O elemento mais curioso reside precisamente na auto-nomeação servil, demonstrando a existência de redes sociais precisas e implementadas. *Threpto* seria um *villicus* de Silão, funcionando a Ladeira como sede de exploração agrícola, destinando-se a água da fonte a fins de regadio? E estaria Silão residindo na *villa*, em outra *villa*, ou seria um *dominus* absentista por residir em um qualquer centro urbano? Acrescente-se o facto de *Threpto*<sup>110</sup> ser um antropónimo que ocorre na área geográfica, neste caso como *servus* de um possível cidadão itálico. Por fim, a peça de Defesa de Barros, um exemplar notável pela delicada decoração escultórica e simbologia erudita que demonstram um requintado gosto por parte do encomendante. Aqui temos *C(alpurnius?) Alexander*<sup>111</sup> e *Cal(purnia?) Hagesistrate*, este um antropónimo deveras raro. O facto mais relevante reside na denominação de origem helénica, o que pode indicar uma de três situações: uma proveniência da região (situação provável, tendo em conta a transmissão do nome), um modismo (bastante frequente na época) ou a presença de libertos (com atenção para a magnífica expressão plástica, embora de notável contenção e sobriedade para o geralmente conhecido neste grupo social). Seja qual for a

---

109 Carneiro, 2009-2010: XIII.

110 *Threpto*: Mérida (ILER 6205); *Threptario*, Mérida (HAE, 1008). A designação é de origem grega; um elemento curioso se pensarmos na epígrafe vizinha de Defesa de Barros.

111 Sendo de destacar a escassez de denominações de *Alexander*: na Lusitânia apenas quatro, ocorrendo também na capital provincial (AE 1982: 484), Condeixa-a-Velha (FE 24: n.º 109) e na zona de Tavira (IRCP n.º 395).



hipótese correcta, obriga-nos a olhar para o sítio de proveniência como uma *villa* que seria urgente conhecer, quer pela possibilidade de relacionarmos a cultura material (entendida em sentido lato) com a peça, quer para que se perceba a razão de, em momento avançado, ser erguida uma igreja. Em lugar de ser construída no meio do edificado do monte, como é natural na região, a implantação do templo coincide precisamente com a sobreposição à estrutura pagã, ficando assim a igreja no descampado. Provavelmente o edifício romano seria ainda bem visível, ou teria algo que levou à necessidade de o recobrir, de o integrar na esfera religiosa (aliás, os pavimentos de *opus signinum* ainda afloram). Encontramos este fenómeno da cristianização de sítios anteriores também em Entre Águas, indicando que estes locais seriam ainda, de alguma forma, simbolicamente relevantes – embora no sítio próximo de Benavila haja a particularidade de a epígrafe ter ficado bem exposta, na traseira do templo mas voltada para o caminho de passagem.

Torna-se no entanto complexo percepcionar o que ocorreu no espaço avisense entre o final do Império e a chegada muçulmana. Poderemos pensar no *esvaziamento* típico da Antiguidade Tardia, dada a posição excêntrica. E de algum modo tal poderá ter acontecido, pois a única ocorrência tardia parece ser a necrópole de Carapeta com enterramentos do século III em diante. Como se vê, o conceito de *tardio* é muito relativo, pois estamos em órbita plenamente imperial. Mas a verdade é que a escassez de dados tanto pode ser interpretada como uma situação pontual, derivada da investigação, como um sintoma do que efectivamente ocorreu. Mas neste momento, após as visitas aos sítios, não existe qualquer dado sobre o povoamento de Avis a partir do século IV.

(Página deixada propositadamente em branco)

#### 4. CONCELHO DE BORBA

Trata-se de um dos de menor extensão territorial na área considerada. Apenas 145 km<sup>2</sup>, distinguindo-se ainda pela grande superfície ocupada pelos seus núcleos urbanos: Borba, Orada e Rio de Moinhos. Desta forma, poder-se-ia pensar que a realidade arqueológica seria simples, linear e reduzida.

Não é assim.

Borba apresenta um conjunto de valências que em época romana foram determinantes para a polarização de pontos de povoamento em espaço tão circunscrito, sendo o principal o facto de a maior parte do concelho ser atravessada pelo anticlinal marmóreo de Estremoz, cuja exploração foi intensa, embora com evidências obliteradas pela industrialização registada no século XX, sendo ainda hoje (apesar do declínio recente) um dos principais sustentáculos económicos. Todavia, o concelho apresenta uma assinalável diversidade geológica. Borba situa-se em área de transição, dos acentuados relevos da Serra d'Ossa para as igualmente vigorosas (mas correndo a cotas baixas) paisagens de xisto da freguesia da Orada. A diversidade geomorfológica cria uma assinalável gama de recursos económicos e agrícolas.

Do ponto de vista dos recursos económicos, além do mármore, terão sido importantes os recursos minerais<sup>112</sup>. Também na freguesia de Rio de Moinhos se conhecem minas e escoriais, embora a alegada cronologia romana seja para já incerta<sup>113</sup>.

---

112 Existem notícias antigas que apontam para a exploração de pedras semipreciosas no Outeiro da Mina e da exploração junto à vila de “minas de sulfureto de chumbo, prata, cobre e manganez”, de acordo com Ribeiro, 2003: 47 (com referências anteriores).

113 “3.6. Minas [...] Destaca-se o Tuno, vala ou galeria nas imediações dos Vilares (25), por ter sido reaproveitada como ponte [*sic*, o autor refere-se a fonte]. Por outro lado, a mina do Batanete (43), de todas elas, a mais complexa em termos de estrutura. [...]” (EMDEME (1993), texto da autoria de Manuel Calado, Plano Director Municipal E.A.3.2. Património Arqueológico, p. 14). A cronologia de exploração é geralmente atribuída à época romana, mas encontram-se por vezes sepulturas escavadas na rocha.

Em outro âmbito, também junto à sede de concelho conhecem-se nascentes de água com propriedades salutíferas<sup>114</sup> e a abundância do manancial aquífero é visível pela Fonte das Bicas, que polariza a praça da cidade. O concelho é densamente irrigado, com grande profusão de aquíferos que permitem o estabelecimento humano e uma intensa prática agrícola. Dois cursos de água se destacam pelo volume do caudal: a ribeira do Lucefece, a sudeste, um separador natural entre as pendentes da Serra d'Ossa – de onde recebe o maior volume de escorrências, que em alguns momentos afluem desordenadamente, originando um volume de água bravo e de muito difícil gestão – e o território interior; e a ribeira de Borba, para onde desembocam os escoamentos a Este, e que nasce quase junto ao núcleo urbano. Temos ainda a ribeira de Alcaraviça, mais irregular, mas que funciona como ordenador da área norte, correndo progressivamente mais encaixada à medida que se aproxima da freguesia de Veiros, com várias azenhas que demonstram a importância económica da ribeira, que também origina férteis várzeas da qual beneficia, por exemplo, a *villa* de Zumbrete, implantada próximo do seu traçado.

Estas condicionantes locais propiciam uma rica variedade de aptidões pedológicas e de valências várias a nível económico. Embora pequeno em dimensão, o concelho de Borba é um reconhecido pólo económico de excelência na produção agrícola. Inclusivamente, como demonstrou João Miguel Simões<sup>115</sup>, foi a reorientação do perfil económico assente na cerealicultura para a aposta na produção vitivinícola que reactivou a exploração marmórea no século XVII, permitindo a fixação local de artífices especializados em diversas artes. O dado mais curioso reside no modo como a praga da filoxera em finais do século XIX obrigou a uma nova reorientação estratégica, diversificando explorações e conduzindo a uma aposta na produção de azeite de elevada qualidade. Entre o cereal, o vinho e o azeite, temos a sucessão de vocações agrícolas que, também em época romana, poderão ter encontrado uma convergência.

Em leitura geral trata-se portanto de um concelho pequeno, heterogéneo, rico nas suas ocorrências, e muito diverso no leque de valências naturais. Tem uma outra particularidade, a de estar orientado em eixo norte/sul, parecendo “entalado” entre os seus vizinhos, o que se deve à existência de uma separação – até do ponto de vista natural, com a passagem da Serra de Alcaraviça – entre as freguesias mais a sul e a de Orada, que se estende já inserida em quadro natural muito diverso.

Com estes recursos motivou a fixação de uma elite económica e cultural bastante activa, mas que não direccionou o seu olhar para o património histórico-arqueológico.

---

114 Ribeiro (2002), *Plano de Pormenor de Salvaguarda da zona antiga de Borba*, p. 21, com referências.

115 2007, em especial p. 11 a 28.

Em momentos recuados existem algumas notícias, mas são demasiado imprecisas e eivadas de elementos mitológicos para que possam ser avaliadas com rigor<sup>116</sup>. Na verdade, é apenas a realização do Plano Director Municipal de 1993 que conduz a uma melhor definição do património arqueológico, motivando trabalhos de campo que irão conduzir à identificação de 64 pontos. Destes, um lote de 23 são de ocupação em época romana. Todavia, dos sítios é feita apenas uma sumária listagem, reforçada com indicação cartográfica; de alguns verifica-se que a sua atribuição à época romana não é segura nem conclusiva, e sobre alguns outros a menção não é minimamente explícita. Apresenta ainda o problema de a freguesia de Rio de Moinhos se encontrar sobre-valorizada em relação às restantes, sobretudo a Orada, criando desequilíbrios na leitura cartográfica<sup>117</sup>. Em momento posterior são promovidas duas acções, ambas integrados no Gabinete Técnico Local e da responsabilidade da arqueóloga Ana Ribeiro. O primeiro consubstancia-se no projecto *Programa de Estudo Arqueológico do Concelho de Borba*, e o segundo reflecte-se na escavação da *villa* da Cerca, então ameaçada pela expansão do núcleo urbano de Borba e que posteriormente irá também ser intervencionada por Artur Rocha, antes de ser destruída. Dos dois projectos, foi publicado um artigo que reúne os principais dados e que constitui até ao momento a visão de conjunto possível sobre o passado romano<sup>118</sup>.

De 2003 para cá não existem mais dados a reter sobre acções tendentes ao conhecimento do património arqueológico de Borba.

## Sítios e comentários

### 04.01. Vale de Zebro

CMP 412 / N 38° 53' 29.7" / 7° 28' 56.6" / Terreno / Pequeno Sítio

Cartografado no PDM concelhio (n° 3) apresentando materiais de superfície, no terreno observou-se uma mancha de imbrices e tegulas em área limitada, sobranceira a curso de água hoje represado. Lajes de xisto (material autóctone) em lâminas talhadas, indicando a utilização em construções.

### 04.02. Zumbrete

CMP 426 / N 38° 50' 36.7" / 7° 28' 03.2" / Terreno / *Villa*

Cartografados dois sítios no PDM de Borba, mas na realidade trata-se de um único ponto de povoamento, por sinal de grande extensão.

---

116 Listadas em Ribeiro, 2003: 48, nota 4.

117 Observe-se por exemplo que a na CMP 412, onde se encontram alguns dos melhores solos e terraços fluviais, apenas se encontra registado um sítio, Vale de Zebro.

118 Ribeiro, 2003. No já referido *Plano de Pormenor de Salvaguarda da zona antiga de Borba* surgem listadas com maior desenvolvimento as actividades desenvolvidas pela arqueóloga no âmbito do GTL.

*Villa* romana com cerca de dois hectares, ocupando uma plataforma em terraço fluvial próximo da ribeira, no terço inferior da encosta, o que não lhe permite desfrutar de grande visibilidade para a envolvente. Nota-se com grande clareza a área de implantação estrutural, quebrando o declive da encosta e sobre-elevando-se em relação à envolvente, quando ocorre a maior densidade de vestígios de superfície. Infelizmente, a surribe e as lavras para a vinha têm conduzido a lesivas acções de revolvimento. O sítio foi visitado em três ocasiões, permitindo a recolha de uma importante massa informativa. Grande densidade de materiais, sobretudo na plataforma: tegulas de muito bom fabrico, com ângulos bem marcados e pastas depuradas; imbrices; um tijolo de quadrante e tijolos de *suspensura*; tijoleiras de pavimento, algumas com marcas de *caliga*. São visíveis pedras com argamassa, blocos de *opus signinum* e nódulos de argamassa. Encontram-se bastantes fragmentos de mármore, incluindo uma base de coluna muito fragmentada, com talvez 50 a 60cm de diâmetro. Nas cerâmicas encontram-se vários fragmentos de *dolium*, de ânforas de fabrico lusitano, de *terra sigillata* hispânica e africana clara D, e ainda um de cerâmica de paredes finas de fabrico emeritense. Foram encontrados dois pesos de tear e numerosos blocos de escória. Foi ainda encontrada uma tampa em xisto. Finalmente, nos elementos marmóreos há a registar uma placa moldurada e um elemento escultórico (pequena perna). Na encosta a Norte existem condições para a existência de uma barragem.

Predomina uma rica cultura material que deixa entrever ser um dos sítios de mais elevado potencial da área.

*Referência: PDM Borba nº 12; Processo IPA 2002/1(128): 11<sup>119</sup>.*

#### **04.03. Moinho do Zurrague<sup>120</sup>**

CMP 426 / N 38° 50' 39.3" / 7° 28' 18.3" / Terreno / Pequeno Sítio

Também situado em vinha. Alguma cerâmica de construção, incluindo tegulas, escassos e dispersos em local afectado por lavras.

#### **04.04. Freixo**

CMP 426 / N 38° 50' 40.9" / 7° 27' 43.9" / Terreno / Pequeno Sítio

No topo da elevação fronteira à *villa* de Zumbrete encontra-se um sítio com materiais dispersos: imbrices, tijolos e alguns fragmentos de *dolia*. Mancha de 2000 m<sup>2</sup>, alterada e mexida pelo plantio da vinha existente que rasga o afloramento. Foi encontrado um percutor. Tem um enorme campo visual para

---

119 Na fotografia 17 está representado um molde de lucerna que então foi aqui recolhido; na fotografia 18 encontra-se um fragmento de terra sigillata clara D decorado com círculos concêntricos.

120 Designado no PDM (nº 11) de Borba como “Zumbrete” e descrito como habitat, preferi a designação de Moinho do Zurrague por ser este o topónimo mais próximo.

todos os lados menos para Oeste, em que algumas elevações cortam a visibilidade. Muito exposta a norte.

*Referência: PDM Borba nº 13.*

#### **04.05. Sr.<sup>a</sup> dos Convertidos**

CMP 426 / CNS 543 / N 38° 50' 09.4" / 7° 28' 09.5" / Topónimo / *Villa* (?)

Referências antigas à existência de um sítio romano de grandes dimensões em torno do templo cristão. O sítio foi prospectado em várias ocasiões sem que nada fosse encontrado, com a propriedade muito dividida e nem sempre de fácil acesso.

*Referência: Processo IGESPAR 86/1(115).*

#### **04.06. Cerca**

CMP 426 / CNS 10786 / N 38° 48' 32.9" / 7° 27' 10.1" / Terreno / *Villa*

Um local com uma história recente muito atribulada. Ameaçada pela expansão urbana da cidade, foi intervencionada em primeiro momento por Ana Ribeiro, que aqui realizou uma escavação em sondagem que, pelos resultados, depois se ampliou para *open area*. Desta fase resultou a publicação dos primeiros resultados em artigo mais amplo<sup>121</sup>. Em processo conturbado, o sítio foi entregue a Artur Rocha, que em 2004 efectuou sondagens que todavia não trouxeram qualquer avanço na leitura do local, dada a escassa área disponível na opção metodológica tomada. Desta segunda fase não resultou qualquer publicação. Aparentemente, de então para cá o local foi entregue à sua sorte, sacrificado pela prevista realização de loteamentos. Desta forma, escrever sobre o local é uma tarefa complexa, porque em rigor nenhuma área estrutural foi claramente identificada.

A *villa* já havia ficado afectada pela construção de um loteamento na década de oitenta que a terá rasurado em medida incerta. As escavações vieram a revelar a superficialidade estrutural, o que muito terá contribuído para a sua erosão e depredação.

Na sondagem 1 foi recuperada parte da planta de um edifício com absides geminadas e revestidas interiormente a estuque de cor branca<sup>122</sup>. Certamente pertenceriam a uma estrutura áulica, parcialmente com mosaico monocromático de cor branca. Este pavimento sobrepunha-se a um em tijoleira, que se encontrava sobre um terceiro em *opus signinum*, testemunhando-se assim uma sobreposição estrutural, demonstrando o que parece ser um rápido ritmo de remodelações e de beneficiações neste espaço. Infelizmente, contudo, e apesar do mosaico, não é claro o ambiente estrutural que aqui decorreu. Um outro mosaico, em área anexa, apresentava já tesselas policromáticas.

---

121 Ribeiro, 2003.

122 Ribeiro, 2003: 51.

Em intervenção posterior, não especificada, menciona-se que “Foi identificado, de igual modo uma possível estrutura hidráulica (caleira e tanque)”<sup>123</sup>. Não é claro se é a este contexto que se refere “um muro/parede e um pavimento de *opus signinum* revestido com mármore em muito bom estado de conservação.”<sup>124</sup> Em outro ponto, “Na sondagem XCIX/104 as áreas construtivas - não interpretadas - apresentam uma ligeira alteração nos eixos construtivos, denunciando dois momentos. A mesma sucessão verificou-se na Sondagem CII-CIII/100-101.”<sup>125</sup>

Em resumo, portanto, não é clara, nem adiantada pelos autores das intervenções, a planta estrutural dos ambientes, sendo porém assumido que se trata de um sítio com diacronia complexa, destacando-se um momento de profunda remodelação entre o Alto e o Baixo Império. Resulta relevante que na passagem da primeira para a segunda fase de intervenção não se note uma continuidade interpretativa, ou o propósito de adicionar informação ao conjunto já obtido, ou seja, a segunda fase decorreu sem qualquer articulação com a primeira, inviabilizando ainda mais a leitura estrutural.

Dada a superficialidade estrutural, o espólio foi relativamente escasso e sem a devida leitura estratigráfica. Apenas na notícia de 2003 se faz menção aos materiais recolhidos, estando essa situação ausente das memórias posteriores. O espólio parece estar plenamente inserido em ambiente doméstico de recorte urbano. Numerosos fragmentos de *terra sigillata* e de cerâmica de paredes finas, “moedas, um alfinete de cabelo em osso e escassos fragmentos em vidro”<sup>126</sup>. Destaca-se a proporção de *terra sigillata* com 157 registos em 543, indiciador de um sítio com uma capacidade aquisitiva significativa.

O que foi o sítio da Cerca não é possível determinar em face de informação tão fragmentária. A planta aponta para um conjunto de compartimentos, dois deles absidados, eventualmente desenvolvendo-se em patamares, conforme a topografia do local sugere.

Uma epígrafe funerária daqui proveniente sugere um espaço de necrópole<sup>127</sup>.

#### **04.07. Vilares**

CMP 426 / N 38° 46' 45.9" / 7° 30' 46.3" / Bibliografia / *Villa* (?)

O PDM menciona “Vestígios de provável “villa” romana.”<sup>128</sup> Surge em projecto posterior “[...] profundamente afectada pelos trabalhos agrícolas [...] materiais de superfície são escassos [...]”<sup>129</sup> Apesar da indicação cartográfica, o local não foi relocalizado.

---

123 Rocha, 2004: ficha de sítio.

124 Rocha, 2004: 23.

125 Rocha, 2004: ficha de sítio.

126 Ribeiro, 2003: 52.

127 Alfenim & Encarnação, 1997 (*FE* 56).

128 PDM Borba ficha nº 25.

129 Processo IPA 2002/1(128): 12.



#### **04.08. Louseira**

CMP 426 / CNS 539 / N 38° 46' 38.1" / 7° 30' 18.3" / Bibliografia / Necrópole

Em ambiente de afloramentos de xisto e de núcleos de sepulturas escavadas na rocha existe a notícia de “2 sepulturas de inumação definidas por ortóstatos de mármore; recuperou-se espólio osteológico e objectos de bronze. Destruída.”<sup>130</sup>

*Outra referência: Processo IPA 86/1(115).*

#### **04.09. Travassos 2**

CMP 440 / N 38° 45' 55.7" / 7° 28' 17.4" / Bibliografia / Pequeno Sítio

Menção a “Área com materiais romanos de superfície.”<sup>131</sup> Não foi realocado.

#### **04.10. Raposeira**

CMP 440 / N 38° 45' 43.8" / 7° 31' 02.3" / Bibliografia / Mina

Mina com poço e galeria, entulhada e actualmente não visível. A cronologia romana é estimada mas não segura, podendo ser posterior.

*Referência: PDM Borba ficha nº 38.*

#### **04.11. S. Gregório**

CMP 440 / N 38° 45' 34.2" / 7° 30' 39.9" / Bibliografia / Pequeno Sítio

Materiais romanos que se misturam com outros mais recentes provenientes da aldeia próxima. Trabalhos de plantio de uma vinha tê-lo-ão danificado severamente.

*Referência: PDM Borba ficha nº 40.*

#### **04.12. Laranjal**

CMP 440 / CNS 542 / N 38° 45' 28.4" / 7° 30' 25.8" / Bibliografia / Pequeno Sítio

Junto a uma ribeira, em terraço fluvial, estariam materiais romanos pertencentes a um sítio de tipo indeterminado, com menção à existência de uma mina de poço e galeria. O local foi visitado, mas o uso actual da propriedade impediu uma avaliação correcta.

*Referência: PDM Borba ficha nº 42.*

#### **04.13. Nogueiras**

CMP 440 / N 38° 45' 31.5" / 7° 28' 02.3" / Terreno / *Villa*

Sob o ponto de vista dos conteúdos apresentados é um dos sítios mais interessantes desta sub-área regional, e que merece um olhar muito atento. Todavia, para a sua compreensão é necessário ampliar o espectro da análise.

---

130 PDM Borba ficha nº 30.

131 PDM Borba ficha nº 48.

Encontra-se próximo de uma grande estrutura conhecida por Horta do Forte ou Castelão das Nogueiras, hoje destruída e tapada por limpezas de terrenos devidos ao plantio de uma vinha. Este sítio, alegadamente escavado mas não publicado, testemunha um primeiro momento de ocupação romana republicana no local. Na fotografia aérea ainda se encontra, mais a Sul, uma mancha quadrangular (mas sem evidências no terreno, também devido à vegetação que cresce abundantemente porque o local se encontra em pousio) que talvez corresponda à passagem do ponto de povoamento do recinto fortificado para uma primeira instalação, eventualmente em pequena *villa* ou casal agrícola, predecessora das Nogueiras. Subindo o curso da ribeira do Álamo, as imagens mostram também uma barragem fósil que corta a linha de água. Finalmente, ainda mais a montante (Horta Nova) encontram-se as antigas pedreiras de cantaria, com as linhas de extracção bem visíveis, que foram poupadas pelas explorações modernas. Por aqui, segundo informações orais<sup>132</sup>, existiam nos anos oitenta um bloco de mármore picotado (onde se marcou o limite do bloco a extrair mas não se iniciou o talhe), mós inacabadas, um pé de altar visigótico, capiteis e colunas inacabados.

A *villa* situa-se à esquerda do caminho de entrada da propriedade, em zona de plataforma sobre-elevada a meio da encosta virada a oeste (correspondendo o patamar certamente ao edificado romano). Tem amplo domínio visual para a Serra d'Ossa. Encontra-se muita escória no caminho de acesso, e o terreno é aí mais escuro. Os vestígios ocupam cerca de dois hectares, com *opus signinum*, blocos de mármore trabalhado, fragmentos de ânforas lusitanas, *terra sigillata* galo-romana, hispânica e africana Clara D (um bordo denteado), *dolium* e cerâmicas de construção (tegulas, imbrices e tijolos de *suspensura*). Elevada densidade de vestígios. Junto ao ribeiro a Norte encontra-se uma grande laje de mármore<sup>133</sup>. No lado oposto da estrada, na plantação da vinha, no decorrer de trabalhos agrícolas surgiram colunas e uma espécie de pia baptismal em mármore. Por isso existe aqui a lenda de uma igreja. Por aqui encontram-se alguns materiais dispersos, nomeadamente cerâmica de construção e alguma escória. O núcleo principal do sítio encontra-se na margem oeste da estrada, podendo este corresponder a um momento posterior.

A interpretação do local como *villa* parece a proposta mais aceitável, tendo em consideração também a delimitação quase perfeita que se consegue da área edificada. Embora muito danificada pelo plantio do pomar, poderá ter resistido bem, não se observando pedras ou elementos de construção arrancados. Os indicadores de monumentalidade estão referenciados, e a cultura material

---

132 Incluindo de Jorge de Oliveira, a quem agradeço.

133 Tem formato rectangular, uma das superfícies picada e no verso uma superfície mais lisa com o que parece ser uma depressão de soleira de porta. Comprimento 154cm, largura 91, espessura 14cm.

demonstra uma inequívoca inserção nos circuitos de abastecimento comercial. O dado mais relevante para a investigação, contudo, reside na correlação espacial que pode ser estabelecida com pontos de povoamento e evidências anexas, como o Castelão, o edifício quadrangular, a suposta igreja (e assim teríamos uma longuíssima diacronia de ocupação), além da possível barragem e pedreiras. Sendo assim, a interpretação do local como uma *villa marmoraria* torna muito aliciante qualquer iniciativa que possibilite um melhor entendimento do local e as escórias que recobrem o solo poderão estar ligadas com esta actividade (manufatura de ferramentas, por exemplo) ou com as notícias de minas no redor.

*Referências: PDM Borba ficha nº 50; Processo IPA 86/1(115); Processo IPA 2002/1(128).*

#### **04.14. Defesa de Cima 1**

CMP 440 / CNS 5013 / N 38° 44' 42.8" / 7° 29' 43.1" / Bibliografia / Pequeno Sítio

Referenciado no PDM concelhio como “vestígios de habitat: tegulae, imbrices, lateu [*sic*]; cerâmicas comuns”. Não foi relocalizado, embora a área cartografada fosse prospectada. Notícia de recolha de vidros.

*Referência: PDM Borba ficha nº 53; RP 6/264; Alarcão, 1971: 39.*

#### **04.15. Defesa de Cima 2**

CMP 440 / N 38° 44' 16.6" / 7° 30' 26.4" / Bibliografia / *Villa*

Situado junto ao Monte da Defesa de Baixo, apesar da denominação toponímica atribuída. A área cartografada foi percorrida em mais de uma ocasião, sempre com excelentes condições de visibilidade. As informações apontavam para “Restos de uma “villa” romana, com abundantes materiais de superfície.” Nenhum indicador foi registado. O recente plantio de sobreiros pode ter conduzido ao apagamento dos vestígios.

*Referência: PDM Borba ficha nº 56.*

#### **04.16. Defesa de Baixo**

CMP 440 / N 38° 44' 24.1" / 7° 29' 42.2" / Bibliografia / Necrópole

Notícias antigas sobre a recolha de uma epígrafe<sup>134</sup>, eventualmente o local onde foi recolhido um recipiente de vidro proveniente de uma sepultura de incineração<sup>135</sup>.

*Referência: PDM Borba ficha nº 58; RP 6/266.*

---

134 “1. Pedra com letras

Na herdade da Defesa de Baixo, proximo de Bencatel (Alemtejo), apareceu ha annos, segundo me disse o Sr. João Joaquim Catalão, do Redondo, uma «pedra-marmore lavrada e com letras». Não pude saber mais nada, nem tambem se a pedra se conserva nessa herdade, ou se foi para o proximo convento da Luz. [...]” (Vasconcellos, 1895b: 64).

135 Nomeado todavia como “Defesa de Cima”: RP 6/264.

## Comentários gerais

Mesmo considerando o facto de o concelho de Borba apresentar uma área circunscrita e com severas limitações ao trabalho de campo (propriedade repartida, extensas áreas de extracção de mármore, zonas de agricultura intensiva), sobressai o relativamente baixo número de registos. Olhando com mais atenção, a maioria organiza-se em torno de Rio de Moinhos, identificados no âmbito do PDM local. Para o estudo em apreço, alguns deles não foram relocizados, certamente devido às alterações no uso do solo e a destruições, o que impede a possibilidade de se avaliar o perfil funcional dos sítios, e ainda de completar os descritores face às sintéticas menções do PDM. Desta forma, sobre a malha de povoamento romano, continuam válidas as palavras escritas em 2003: “Esta realidade é, no entanto, mal conhecida, uma vez que os dados até agora disponíveis resultam de acções pontuais, orientadas segundo diferentes objectivos e modos de concretização, nunca tendo sido desenvolvido um plano sistemático de prospecções”<sup>136</sup> apesar das intenções de alguns investigadores. Os dados são fragmentários e assimétricos.

Para a arquitectura do povoamento resulta relevante a confirmação de três grandes *villae*, ficando por confirmar outros pontos interpretados como tal mas não localizados. Todavia, os três apresentam diferentes conteúdos: Zumbrete, uma unidade muito vinculada à exploração agro-pecuária da envolvente, embora com sinais de monumentalidade e requinte decorativo; Cerca, cuja hipótese de investigação parece infelizmente ter-se perdido apresenta também elementos de gosto urbano; e Nogueiras, cuja relação com a exploração marmórea parece evidente. Os três distribuem-se de forma muito espaçada (Zumbrete a Norte, Cerca no centro e Nogueiras na faixa Sul), mas esta repartição equilibrada deverá ser ilusória, ficando por confirmar com uma possível melhor aferição dos outros sítios em falta. Talvez Vilares, Convertidos e Defesa de Baixo possam ser acrescentados a este lote, acaso venham a ser localizados no futuro.

Um dos melhores exemplos do desequilíbrio existente é a ausência dos pontos de povoamento intermédios na pirâmide arquitectónica. Dos locais registados, nenhum pode ser enquadrado na categoria “casal”. Existem as já referidas *villae* e um conjunto de pequenos sítios, concentrados em áreas específicas. Mas os casais, os pontos de exploração agro-pecuária, caracterizados por vestígios de superfície já significativos, e sobretudo com elementos vinculados à base económica de cariz agro-pecuário (mós, pesos de lagar, pesos de tear...) não se encontram registados. O vazio é surpreendente, pois estamos perante um território rico e afamado do ponto de vista agrícola, onde inclusivamente a tríade mediterrânica de produção tem todas as condições para o pleno desenvolvimento, aliás confirmado pela história recente. Mas não temos indicadores de cariz agro-pecuário, à excepção dos pesos de tear de Zumbrete.

---

136 Ribeiro, 2003: 47.

A importância da exploração do mármore encontra-se comprovada no eixo Nogueiras/Horta Nova, parecendo que nesta *villa* temos uma unidade de exploração de âmbito privado vocacionada para este recurso económico. Seria muito importante intensificar a realização de prospecções no local, correlacionando-se com outros pontos de povoamento envolventes (mesmo que de épocas distintas) e com zonas de pedreiras e de minas. Seja como for, a extracção e tratamento de mármore no local é certa, a julgar pelos numerosos blocos informes que se encontram à superfície e pela laje picada e inacabada que ficou depositada junto à linha de água. A utilização do mármore como elemento decorativo está também confirmada em Zumbrete, quer pelas placas molduradas, quer pelos blocos informes, quer ainda pelo elemento escultórico aqui encontrado. Em Cerca não são referidos materiais marmóreos.

A necessidade de se compreender melhor a malha de povoamento borbense é ainda avaliada por outra situação. Embora o seu traçado não esteja completamente determinado no terreno, é seguro que por aqui circula o itinerário da via XII no seu trânsito Este/Oeste. Ora, não existe nenhum ponto relacionado com este itinerário. A *villa* de Zumbrete encontra-se a média distância, mas note-se que estão ausentes os lugares habitualmente interpretados como *mutationes* ou como entrepostos de apoio ao traçado viário. Esta lacuna é notória, e é lesiva em dois planos: por um lado, impede-nos de perceber o traçado da via, dada a inexistência de alinhamentos de sítios ou de uma lógica estratégica; e por outro, fractura-nos a percepção dos circuitos de abastecimentos e relações comerciais. Esta leitura seria essencial, também, para rastrear os circuitos de escoamento marmóreo.

Com três *villae* apresentando indicadores relevantes, com uma malha de pequenos sítios cuja amostra indica o que poderá ser uma densa ocupação do território, e ainda com algumas necrópoles cartografadas, o concelho de Borba apresenta elevados índices de integração na esfera romana, como aliás seria de esperar pela passagem da via e pela geo-estratégia posicional. Infelizmente, sobre a população e gentes que aqui ocuparam a paisagem, os dados são praticamente nulos. Apenas se percebe uma elevada capacidade aquisitiva, que se poderá ter mantido ao longo da Antiguidade Tardia, tendo em consideração as presenças de *terra sigillata* africana em Zumbrete e Nogueiras (em Cerca os materiais não são discriminados). Para os momentos tardios são estes os únicos dados que existem, a par dos “fragmentos de elementos arquitectónicos” paleocristãos reconhecidos em Nogueiras e eventualmente concordantes com as lendas sobre a existência de uma igreja<sup>137</sup>. Desta forma, os dados não permitem uma análise mais profunda, embora os diversos núcleos de sepulturas escavadas na rocha demonstrem uma presença humana estabilizada durante os momentos posteriores.

---

137 Estes “fragmentos” são mencionados por Ana Ribeiro no *Plano de Pormenor de Salvaguarda da zona antiga de Borba* na p. 53 e visíveis na fig. 54 e atribuídos a uma colecção particular, não sendo fornecida qualquer outra descrição.

(Página deixada propositadamente em branco)

## 5. CONCELHO DE CAMPO MAIOR

Embora não tenha atraído a atenção dos investigadores na escala que outros concelhos vizinhos apresentam, decorreram já iniciativas muito relevantes. Foi estruturado um projecto de investigação sobre a rede de povoamento romano – no âmbito do PNTA/98, intitulado *Vias de Comunicação e Estratégia de Povoamento Romano: o Nó Viário de Ad Septem Aras*<sup>138</sup> - e realizadas escavações nos sítios de Defesa de S. Pedro, de S. Salvador e em Herdade das Argamassas, neste ultimo caso no âmbito de um projecto de investigação que se pretendia extensiva e plurianual, escapando às contingências das intervenções de salvamento que caracterizam o panorama geral da arqueologia.

Muito tempo atrás, a realidade arqueológica campomaiorense atraiu a atenção dos curiosos ou de investigadores. Já o Cónego Novaes<sup>139</sup> dava notícias de importantes informações relativas à Defesa de S. Pedro. Também os vestígios de Degolados surgem mencionados em documentação antiga<sup>140</sup>, levantando-se a hipótese de um destes locais ter sido a *mansio* de *Ad Septem Aras* mencionado nos itinerários das vias XIV e XV. Será precisamente para tentar esclarecer estas questões que, na década de noventa já do século XX, é estruturado o projecto de investigação atrás mencionado, e que consubstancia uma atenção específica que Campo Maior vinha merecendo desde a década anterior. O despoletar destas iniciativas que foram lançadas terá sido a identificação, em 1980, de uma necrópole romana na zona de expansão urbana de Campo Maior, precisamente na Defesa de S. Pedro, aquando da abertura das valas de fundação do Bairro Social do Fundo de Fomento de Habitação, mas que ocorre na sequência de outras iniciativas que conduzem, por exemplo, à escavação do povoado pré-histórico de Santa Vitória.

---

138 Da responsabilidade de Sandra Brazuna Lopes e de Sofia Melo Gomes.

139 1635; também mencionado em Azevedo, 1993 (manuscrito sem data).

140 Memórias Paroquiais da freguesia de Degolados de 1758, publicadas por Azevedo (1897) e recuperadas em Saa (1959: 149 e 1967: 43, nota 1).

Durante a década de oitenta, o movimento orienta-se em duas direcções: por um lado, escavações com carácter de urgência: em S. Pedro, como já foi mencionado, com campanhas sucessivas mas sem continuidade e estruturação lógica entre si, decorrendo de forma não sequenciada até 2001; e no sítio de S. Salvador, um local ameaçado por derrocadas, devido ao leito do rio Xévorá se encontrar a escavar o terraço fluvial onde a *villa* se implanta, e devido à “abertura duma vala de protecção contra incêndios” em redor do Monte<sup>141</sup>. Aqui, os trabalhos terão uma duração mais limitada<sup>142</sup>, deles ficando uma notícia<sup>143</sup>. Já fora desta dinâmica, mas também compreendendo a escavação de grandes *villae*, temos o caso de Argamassas, onde se iniciaram trabalhos promovidos por uma empresa privada, mas na qual a duração foi limitada<sup>144</sup>. Em 1988 realizaram-se sondagens de diagnóstico, aprofundadas mais tarde por escavações dirigidas entre 2002 e 2004. O outro foco de atenção relativa aos testemunhos romanos de Campo Maior centrou-se na publicação do rico legado epigráfico que o concelho alberga, situação que também data da década de oitenta. Assim, são sucessivamente dados a conhecer a ara votiva da Defesinha<sup>145</sup>, uma placa funerária de Aveleda<sup>146</sup>, e dois marcos miliários mencionados em notícias antigas e então redescobertos, um referente a uma notícia de Estevão Azevedo<sup>147</sup> e outro confirmando menção nas Memórias Paroquiais de 1758<sup>148</sup>. O conjunto será tão significativo que, com outras ocorrências epigráficas, irá merecer uma síntese própria<sup>149</sup>.

Pelo exposto se conclui que a década de oitenta constituiu um “pico” na investigação sobre o território campomaiorense. De então para cá, assistiu-se a uma apatia, que acaba por ser surpreendente tendo em conta a qualidade dos resultados obtidos e o promissor campo que se abria à investigação.

Mas essa base de trabalho, constituída por um denso feixe de conteúdos materiais, já era de algum modo previsível, tendo em consideração a posição estratégica deste território. A visão que no mapa se obtém sugere Campo Maior como um “enclave” destacado em território espanhol. O concelho assemelha-se a um triângulo, que sugere um espaço avançado e descentrado, oferecendo-lhe

---

141 Relatório dos trabalhos arqueológicos na *villa* do Monte de S. Salvador. Campanhas de 1987/1988, [policopiado] por Ana Carvalho Dias.

142 Nas memórias produzidas não é deixada menção a quaisquer datas de intervenção. Indicam-se “As sondagens de 87 e 88” (Informação *Villa romana do Monte de São Salvador (Campo Maior)*, 27 Março 1992, A. C. Dias), mas as plantas produzidas mostram uma escavação em área, sem sondagens indicativas.

143 Dias, 1994: 122-124 (*Informação Arqueológica* nº 9).

144 Brazuna, 2011.

145 Diogo, 1984.

146 Carvalho, 1988a.

147 Carvalho, 1988c.

148 Carvalho, 1988b.

149 Encarnação, 1989a.



um perfil muito assimétrico. O que motiva este adiantamento tão evidente é a existência de dois acidentes topográficos, que funcionam como barreiras naturais para a defesa do território, aquando dos conflitos com Castela: a elevação onde se ergue Ouguela, com os seus prolongamentos para sul e norte, e a curva do rio Xévor, precisamente na sua busca para ultrapassar o acidente atrás mencionado, que origina um braço mais anguloso que, devido ao estrepitoso caudal do rio em momentos de acentuada pluviosidade, transforma-o em curso de água de difícil travessia e, à sua maneira, como um obstáculo natural que a fronteira sublinha.

No restante, o território concelhio é marcado por dois cursos de água, ambos afluentes do Guadiana: a oriente o Xévor, e o seu principal afluente, a ribeira de Abrilongo, que nos seus percursos acabam por definir a fronteira com o território espanhol. Portanto, a fronteira delimita-se não apenas pelo vale dos rios – que aliás correm em perfil muito aberto, circulando entre terraços – mas sobretudo devido à correnteza de elevações que os marginam, como a já citada Ouguela ou, mais para montante, Cabeço do Mourato, Adães ou Misericórdia. Não se tratam de elevações de cota substancial (a arruinada atalaia de Ouguela, um pouco acima da povoação, ergue-se a 275m), mas o facto de os rios quebrarem os relevos nos seus sopés permite que, destes pontos, se desfrute de um formidável domínio visual em direcção aos territórios de Albuquerque. O sítio de Casarões da Misericórdia ergue-se apenas a 220m; no entanto, daqui se vislumbra um dos mais impressionantes panoramas do Alto Alentejo, com o horizonte para sul, este e norte completamente limpo de barreiras, em larguíssima extensão. Estes terraços erguem-se a cotas baixas, mas quebradas, o que motivou então a ocorrência da linha de fronteira política, e o facto de Ouguela ser uma das cidadelas inexpugnáveis do limite português.

Do lado oposto, outro curso de água serve de delimitador administrativo do concelho para ocidente. O rio Caia ajuda a estrangular o território campomaiorense, pois na freguesia de Degolados é, na realidade, uma estreita faixa de terra comprimida entre as linhas de água – hoje ambas estão represadas, formando extensos leitos de albufeira que reduziram ainda mais este corredor. Ambos são rios bravios que em momentos de grande pluviosidade alteravam o seu volume de caudal, chegando a extravasar os seus cursos. O Xévor, sobretudo, era muito conhecido por saltar de leito, ou seja, mudar frequentemente o seu percurso de passagem. Desta forma, os dois rios constituem-se como elementos que definem o espaço concelhio, assumindo-se simultaneamente como fonte de vida e de fertilidade, mas também como obstáculos naturais que cavam o relevo e que, sazonalmente, podem ser impeditivos para o livre trânsito (ou, pelo menos, obrigando a outras soluções).

Uma das características do espaço campomaiorense é o facto de apresentar uma elevada heterogeneidade pedológica, com distintas aptidões agrícolas. Dominam os solos mediterrâneos pardos, e junto aos cursos de água ocorrem extensas plataformas de capacidades A+B ou B, com terras escuras, pesadas e

difíceis de trabalhar, mas que em contrapartida possibilitam um excepcional rendimento agrícola. Dando mostras do modo como em época romana se processou por estas paragens a agricultura intensiva de regadio, é precisamente nesta área que se erguem os paredões de barragens como Muro, Olivã ou Mourinha, testemunhos do tipo de exploração económica que aqui se processou, e que colocam este como um dos concelhos nacionais com maior relevância de estruturas hidráulicas recenseadas<sup>150</sup>. Em contexto de grande diversidade geológica, encontram-se ainda zonas de calcários, de dioritos ou de gabros, o que tem necessários reflexos nas alvenarias de época romana, pois raramente encontramos os distintivos silhares de granito, predominando a matéria-prima local. Contudo, estas nem sempre são as melhores pedras para utilizar em construções de grande porte, e por isso (e pela intensa mecanização), encontramos os arrancamentos de alvenaria ou as paredes que juncam os solos onde os sítios romanos se encontram. Junto aos rios, aliás, a escassez de boa pedra para construção é ainda maior, e por isso deparamos com os muros compostos de seixos de rio, como em S. Salvador, ou com os calhaus rolhados embutidos em enchimentos de estruturas de grande porte, como na ponte da Sr.<sup>a</sup> da Enxara. Na barragem romana de Muro, por exemplo, encontra-se a utilização de *opus mixtum* que, em parte, consegue contornar estas limitações, com blocos de gabros talhados e dispostos em fiadas intercaladas com cerâmica de construção, de modo a disfarçar a brandura de uma pedra que, naturalmente, não seria a escolha indicada para estruturas sujeitas a tão grandes pressões.

Do ponto de vista do aproveitamento agrícola, portanto, estamos em territórios da máxima relevância económica e estratégica, permitindo combinar a agricultura de regadio e de horta com as largas extensões de vinha, olival ou de sequeiro, que ainda hoje caracterizam este espaço. Trata-se portanto de um espaço que permitia um policultivo muito do agrado da economia mediterrânica, com uma diversidade de estratégias que certamente terão marcado a presença humana aqui registada, e com um quadro paisagístico que seria mais variado e rico do que na actualidade. Na economia não deve ser esquecida a ocorrência de recursos mineiros em Degolados, onde as explorações de Tinoca e do Marco Alto remontam ao século XX. Ocorrem filões de cobre e de quartzo, com capas ferruginosas que permitem simultaneamente uma laboração de tipo industrial mas também o aproveitamento de pequenas ocorrências de superfície.

Em resumo, portanto, um concelho com especificidades marcadas por duas amplas bacias hidrográficas. Um espaço de relevos suaves, pontuado por algumas elevações dominadoras. Um território com bons solos agrícolas, atravessado por uma via principal e onde todas as condições são propícias para o desenvolvimento de uma *paisagem romana*, com gentes habitando e circulando por esta área.

---

150 Quintela, Cardoso & Mascarenhas, 1987 e 1999.

## Sítios e comentários

### 05.01. Moinho da Lapagueira<sup>151</sup>

CMP 386 / CNS 5752 / N 39° 06' 19.4" / 7° 02' 02.7" / Bibliografia / Casal (?)

Uma menção difusa a “alicerces”, em local onde foi recolhido um *turibulum* em bronze. Dois pontos cartografados no PDM concelhio, em Riscas e nas proximidades do Moinho, sem que deles surja descrição (embora ao primeiro corresponda certamente uma anta). Possivelmente o sítio conhecido como “Moinho da Lapagueira 2”, com “Mancha de Ocupação” onde “Encontraram-se cerâmica de construção e comum”<sup>152</sup>.

*Outras referências: PDM nº 12; Diogo, 1983: 52-53.*

### 05.02. Herdade da Defesinha

CMP 386 / CNS 5738 / N 39° 06' 00.7" / 7° 01' 28.0" / Topónimo / Templo (?)

“A ara tinha aparecido quando se arava com um tractor na Herdade da Defesinha<sup>153</sup>”. Esta exploração, contudo, estende-se por centenas de hectares, pelo que localizar o ponto de proveniência da epígrafe foi tarefa não conseguida, apesar das prospecções ali realizadas<sup>154</sup>. Os conteúdos são muito relevantes: Q[...] P[...] D(eae) S(anctae) [Turubrigensi] /V(otum) Q(uod) F(ecit) A(nimo) L(ibens) [P(osuit)] / ... / E(x) M(onitu). Deve referir-se, como aliás se depreende da proposta de reconstituição, que o epíteto *Turubrigensis* é especulativo.

*Outras referências: RP 6/166; TIR J-29: 74; Encarnação, 1989a: 84-85; Carneiro, 2009-2010: XVII.*

### 05.03. Monte do Malha-Pão

CMP 386 / N 39° 05' 50.9" / 7° 01' 52.3" / Topónimo / Casal (?)

Materiais depositados no MNA, sem que seja possível definir a sua proveniência em função de um sítio concreto. Talvez do local onde foram noticiadas recolhidas: “Para o museu etnografico de Belem, pela mão do sábio Dr. Leite de Vasconcelos, foram varios objectos romanos, em bronze, que lhe haviam sido oferecidos pelo inteligente agricultor nosso amigo Luiz Videira, que encontrara numas escavações que fez na sua fazenda nas margens do Xévora [...]”<sup>155</sup>

---

151 Mencionado como “Herdade” da Lapagueira em RP 6/160, na realidade a referência cartográfica faz-se a uma “Quinta”, embora o local se encontre atribuído nas proximidades da estrutura conhecida como “Moinho” da Lapagueira.

152 *Endovelico*, CNS 25393. No Processo 98/1(698) do IGESPAR o local é interpretado como um “pequeno sítio” implantado em elevação suave na baixa junto à margem direita do Xévora, em local sujeito a inundações. Cerâmica de construção e comum.

153 Diogo, 1984: 9 (FE 8 nº 32).

154 26.03.2008. Apenas se encontrou uma coluna de mármore, junto às casas, mas que deverá ser de um momento recente.

155 *Brados do Alentejo* de 05-05-1935, ano V, nº 223, p. 7, notícia da autoria de João Ruivo.

#### 05.04. A-do-Rico

CMP 386 / CNS 5749 / N 39° 05' 00.9" / 7° 09' 37.5" / Topónimo /  
Necrópole

Necrópole em local indeterminado (sendo que Deus, Louro e Viana<sup>156</sup> explicitam a sua pertença a Degolados, embora a casa agrícola se encontre no concelho de Arronches<sup>157</sup>), e encontrada em grande destruição: “[...] por motivos de um grande chuvada, as águas de um ribeiro, saindo do leito, rasgou o terreno, pondo a descoberto uma necrópole de incineração, de onde os pequenos pastores extraíram umas 200 vasilhas de barro, que passaram a servir de brinquedo de crianças. [...] Exploramos duas sepulturas”, com a recolha de um lacrimatório em ferro, pregos e cardas em metal e peças de cerâmica, uma com o grafito *FRONDICOMVS*. O espaço funerário seria muito extenso.

*Outras referências: RP 6/156; Viana, 1953: 240; Viana & Deus 1955b: 265; Nolen, 1985: 13.*

#### 05.05. Minas da Tinoca

CMP 386 / N 39° 04' 48.9" / 7° 08' 42.0" / Terreno / Minas

Minas com exploração contemporânea, deixando monumentais escombros no terreno. O seu aproveitamento em época romana é fortemente plausível, dada a qualidade do minério: “A testemunhar a possibilidade de as minas terem sido exploradas pelos romanos, regista-se a notícia de um jarrão de cobre atribuído aos romanos, encontrados em finais do Séc. XIX, soterrado na Mina da Tinoca, ao proceder-se a prospecções naquele local”<sup>158</sup>. O apoio a esta leitura surge em autor antigo: “Junto da freguezia se vem vestígios de tanques e canos que mostram aver ali algu dia fazendas de melhor qualidade, porque hoje se não semeão senão de trigo. Ha no meyo da Freguezia tres vestígios de minas de ferro que inda hoje conservaõ o nome de ferrarias, e parece forão dos Romanos; porque a pouca distancia dellas se vem vestígios de huma calçada (a que aqui dão o nome de alicerse) muito antiga, que pelo meyo das pedras, tem azinheiras muito velhas, e se deixa ver em partes fora dos caminhos, que hoje tem, atravessando muitas erdades [...]”<sup>159</sup> Claude Domergue<sup>160</sup> localiza vestígios de exploração de um filão de pirite de ferro e calcopirite.

*Outras referências: TIR J-29: 152.*

---

156 1955: 574.

157 Na base de dados *Endovelico* encontra-se atribuída ao concelho de Elvas.

158 Lopes & Vieira, 1987:13.

159 Memórias Paroquiais de Degolados, Tomo XIII, fl. 56, reproduzido em Azevedo, 1897, nº 141. Curiosamente, como se reproduz na passagem, o autor explicitamente fala em “junto da freguezia”, mas a referência tomou-se em sentido literal como “sob a povoação”, sendo assim referida em autores posteriores.

160 1987: 523.

### 05.06. Malhada dos Covões

CMP 386 / N 39° 03' 25.7" / 7° 05' 55.9" / Terreno / Pequeno Sítio

Junto ao troço da via XV, em local onde actualmente cruza com um outro caminho, proveniente de Degolados, precisamente no encontro dos dois traçados. Mancha de materiais muito dispersos, ressaltando-se que as condições de observação não eram as melhores (terreno recentemente lavrado, mas com muito pó). Mancha de 200m<sup>2</sup> com tegulas, imbrices e alguma cerâmica comum.

*Referência: Inédito.*

### 05.07. Eiras do Pompílio

CMP 386 / CNS 5753

Sítio destacado por Mário Saa como sede de um extenso povoado<sup>161</sup> em “pequeno planalto que domina o chafariz do Monte Novo”. O micro-topónimo já não é hoje reconhecível, e apesar das indicações e de intensas prospecções na zona, o sítio não foi localizado, podendo corresponder a um dos que em seguida se indicam.

*Outras referências: RP 6/161.*

### 05.08. Poço dos Surdos

CMP 386 / CNS 5755 / N 39° 02' 52.3" / 7° 03' 41.0" / Bibliografia / *Villa* (?)

Novamente a fonte provém de Saa, que indica “restos de remotos edifícios, como alicerces”<sup>162</sup> em cruzamento de vias. Nos trabalhos de campo não localizei qualquer indicador. Todavia, no já referido projecto de investigação, foi localizado (sob a designação de “Poço dos Surdos 2”<sup>163</sup>), em “Terreno lavrado, e lavado pelas chuvas. Encontraram-se cerâmica de construção e comum, *terra sigillata* hispânica (Drag. 24/25), tijolo de *praeurnium* e um machado de pedra polida”, presumindo-se uma *villa*. Um dos locais está no PDM concelhio, tendo sido realizadas prospecções na área indicada, mas sem resultados.

*Outras referências: RP 6/163; Processo IGESPAR S-05755; 98/1(698).*

### 05.09. Monte da Cabecinha de Lebre

CMP 386 / CNS 25739 / N 39° 03' 23.7" / 7° 02' 40.5" / Bibliografia / *Villa* (?)

Identificado no decurso do projecto sobre o nó de *Ad Septem Aras*, e então classificado como *villa*. Implantação privilegiada em topo de cabeço, com linha de água reforçada por um poço, dispondo de bons solos onde hoje se encontra uma horta. Os materiais e evidências de superfície todavia, parecem pouco

---

161 1959: 154-155: “Houve aí diversas habitações romanas, cognoscíveis pela telharia” e 1967: 43: “[...] em cuja área se dispersa abundância de fragmentos de telha romana.

162 Saa, 1959: 155. No tomo final (1967: 41-42) menciona as “ruínas romanas”, e aqui localiza *Ad Septem Aras*, conferindo ao local uma inusitada e não explicada importância.

163 CNS 25389.

representativos: são enumerados tijolos, telhas e cerâmica comum, que foram confirmados no terreno.

*Referência: Processo IGESPAR 98/1(698)*

### **05.10. Herdade das Argamassas**

CMP 386 / CNS 4427 / N 39° 02' 38.2" / 7° 05' 31.6" / Terreno / *Villa*

Implantação típica de *villa* beneficiando de óptima exposição solar, bons acessos à via XV e de uma variedade de solos na envolvente que lhe permitiria adoptar um modelo de exploração plurifacetado. Para mais, as evidências de exploração mineira sugerem que os filões de cobre foram também aproveitados. O projecto de investigação, que se previa plurianual, acabou por ser precocemente interrompido mas, ao contrário de outras situações, foi dado a conhecer, pelo que existem noções concretas sobre os resultados das escavações e a relevância do sítio e do seu espólio<sup>164</sup>. Contudo, a área escavada acabou por ser insuficiente para se perceber o modelo de *villa* que existiu neste território.

Na que se confirmaria ser a *pars urbana* implantou-se a Sondagem 1, onde foram escavados quinze compartimentos, registando-se os habituais índices de conforto com a presença de pavimentos musivos (sempre combinando motivos geométricos e vegetistas, embora em um deles pareça ser identificável um curso), e elementos de bases e de colunas em mármore. Um dos aspectos mais interessantes reside no modo como os pavimentos já se encontravam deteriorados antes dos derrubes de telhados terem selado os espaços, não tendo sido encontradas tesselas soltas e, inclusivamente, mostrando alguns destes pavimentos sinais de remendos.

Pelas dimensões da área intervencionada não é possível perceber a planimetria da casa. Destaca-se um espaço principal, o Compartimento 1 (em posição central face aos restantes, o que não significa que fosse essa a sua posição no edificado), com os seus 52.2m<sup>2</sup>, o mais amplo de todos. Poderia anteceder uma sala de tripla abside – o espaço 7/11, pelo menos a julgar pelo arranque da parede de fecho a Sul, mas tal não é absolutamente claro. Mas a tomar esta hipótese, então poderia situar-se descentrado face ao eixo do peristilo, resultante contudo de um rearranjo da área em momento tardio, pois corta um muro anterior. Em olhar geral salienta-se a pequena área ocupada pela generalidade dos compartimentos, pequenos *cubiculae* ou espaços de trabalho, a tal ponto que resulta complexo propor sentidos de circulação. Dentre eles destaco o 12, com uma base de lareira em posição central onde foram recolhidas várias mós e fragmentos de cerâmicas de armazenamento, parecendo um ambiente de trabalho inserido em plena *pars urbana*. É difícil perceber se estamos perante um contexto romano, concordante

---

164 Sirvo-me sobretudo da comunicação apresentada por Sandra Brazuna (2011) nas III<sup>as</sup> Jornadas de Arqueologia do Norte Alentejano e dos relatórios dos trabalhos arqueológicos apresentados pela Era-Arqueologia S.A. e da responsabilidade de Brazuna, Jorge e Sarrazola (2002) e Brazuna (2002-2003) que permitem uma radiografia exaustiva dos trabalhos realizados.

com o restante contexto de uso, ou se perante uma reocupação posterior, como em dado passo parece propor a autora, embora a primeira hipótese seja plenamente plausível. Assume-se que “a identificação de diversos instrumentos agrícolas sob o derrube das coberturas em compartimentos da área residencial, sobre pavimentos em mosaico, e a inexistência de espólio cerâmico, ou outro, que não seja residual, apontam para que este espaço tenha sido abandonado pelos seus proprietários de forma organizada, tendo posteriormente sido utilizado para diferente funcionalidade e talvez por outras pessoas.”<sup>165</sup> Seria muito interessante perceber se são estas as actividades, ou pessoas, que realizam os rasgos nos pavimentos de mosaico.

Quanto ao espólio, note-se que sobre os níveis de pavimento foram encontrados elementos de cerâmica comum, cerâmica de paredes finas, lucernas e *terra sigillata* hispânica e norte africana, enquanto que, associado aos derrubes, foram exumados fragmentos de *terra sigillata* hispânica e clara D, configurando um momento de colapso algures no século V (ou VI, dependendo dos fabricos africanos). Particularmente interessante resulta a presença de alfaías agrícolas sobre os pavimentos<sup>166</sup>, incluindo os de mosaico, o que pode reflectir um momento terminal de ocupação do sítio em que este tivesse perdido a sua vocação residencial e se tivesse reconvertido em grande espaço de trabalho agrícola, ou de armazenamento e apoio a actividades rústicas. Contrariando esta leitura com uma perspectiva mais prosaica, poderia pensar-se que se tratam dos instrumentos com que o *dominus* procedia à manutenção do seu *hortus*, mas parece claramente não ser esse o caso, dadas as alterações estruturais (pavimentos de mosaico rompidos, lareira...). Ou seja, a *villa* de Argamassas documenta uma rara situação de transformação da *pars urbana* em actividades de cariz fortemente rural nos seus últimos momentos de ocupação, tornando-a em caso exemplar para a compreensão dos processos que conduzem ao final das *villae*.

Em outra área intervencionada – na Sondagem 9 – os sete compartimentos identificados parecem pertencer a outro sector dentro da mesma *pars urbana*. Detectaram-se dois momentos, com uma reformulação dos módulos estruturais, passando parte deste espaço a ser utilizado como lixeira, com grande quantidade de cerâmica comum, por vezes possibilitando colagens, além de outros materiais (*terra sigillata* clara, lucerna, duas moedas, um anel), mas sobretudo muitos ossos e carvões. Este conjunto sobrepunha-se aos vestígios de um muro anterior. De acordo com os materiais aqui encontrados, a duração de utilização deste espaço parece ser bastante tardia, com fragmentos de *terra sigillata* clara D, embora estes elementos necessitassem de ser claramente aferidos<sup>167</sup>. A escassa potência de solo e o alto grau

---

165 Brazuna, 2003: 4.

166 No decurso dos trabalhos nas Sondagens 1 e 4 foram encontrados um escopro, um maço em ferro e uma foice sob o derrube (na 4); uma colher em ferro e um possível elemento de charrua, associados ao derrube (Sondagem 1).

167 Sem um correcto conhecimento dos morfotipos desta família é difícil ler as cronologias,



de destruição dos contextos e estruturas inviabilizam uma leitura mais clara, mas mais uma vez parece assistir-se à “ruralização” de um contexto residencial.

Em outra Sondagem – a 4 – foram intervencionados ambientes pertencentes à *pars rustica*, que assim não estaria muito distante do núcleo central. Os pavimentos em terra batida e os compartimentos de alvenaria mais grosseira albergaram uma área de fundição de metal, com inúmeras escórias e cerâmicas com marcas de sobre-aquecimento. Todavia, ficaram por localizar outros espaços de cariz artesanal e de transformação que certamente comporiam o núcleo de actividades económicas da propriedade. Finalmente, nas Sondagens 5, 6 e 7 foram identificadas áreas de condução e contenção de água com valas de drenagem e o que poderá ser uma boca de cisterna.

Em leitura geral, a *villa* da Herdade das Argamassas traz alguns dados relevantes para o debate, não esquecendo contudo que a área escavada e registada é ainda uma ínfima parte em relação ao total. Trata-se de uma unidade rural com um denso e coerente lote de testemunhos, sobretudo a partir do século III, dado que não existem materiais ou outros indicadores para os momentos anteriores (apenas fragmentos de cerâmica de paredes finas). É possível que este seja o século de uma ampla reformulação estrutural, diagnosticada em algumas estruturas que cortam espaços anteriores. A este momento pode então corresponder o processo de monumentalização da residência, com a possível ábside do Compartimento 7 assentando sobre estruturas anteriores. Não é fácil perceber em planta este espaço e a relação com o restante edificado, mas a confirmar-se ser uma sala de tripla ábside, teríamos uma área muito extensa, seguramente acima dos 300m<sup>2</sup>. Em momento terminal, o espaço parece entrar em rápida degradação antes do abandono final. É possível que a *pars urbana* tivesse sido transformada em outro tipo de ambiente: os mosaicos deixam de ser cuidados e o espaço “ruraliza-se”. Admitamos que a propriedade tivesse mudado de mãos, e agora fosse utilizada como um mero armazém ou espaço de actividades produtivas. Se durante o século III/IV assistíamos à *monumentalização*, os séculos V e/ou VI trazem a *ruralização* do edificado. Em resumo, encontramos neste sítio um raro testemunho de um processo arqueologicamente difícil de diagnosticar, e que se prende com o final das *villae* enquanto espaço de representação do proprietário e passagem para um novo modelo de gestão.

### **05.11. Tapada da Pombinha**

CMP 387 / CNS 6686 / N 39° 04' 47.3" / 7° 01' 16.3" / Terreno / Casal

Conhecido pela recolha de uma epígrafe, infelizmente quase ilegível<sup>168</sup>. O provável ponto de proveniência encontra-se fixado no terreno, localizado no

---

mas parece-me que as propostas adiantadas pela autora (Brazuna, 2005) são excessivamente tardias, falando-se em uma “baliza cronológica muito lata que abrange, de momento, o séc. I ao séc. VI” ou mesmo no VII (2003: 80).

168 IRCP n° 601; Encarnação, 1989a: 89-90, onde se tecem interessantes considerações sobre o facto de a epígrafe ter sido embutida “em monumento de uma certa grandiosidade” (p.



decurso de prospecções. Junto às casas encontram-se elementos arquitectónicos em granito: blocos simples, com talhe rudimentar (não se tratando de silhares), uma pedra de canto e um peso de lagar fracturado. Os materiais estão muito dispersos, embora as condições de visibilidade não fossem as ideais (terrenos lavrados recentemente, com muito pó superficial). Encontram-se tegulas, de muito bom fabrico (baixas e de perfil arredondado) e tijolos de pavimentos. Não se encontraram imbrices. Alguma escória, mas registre-se a ausência de cerâmicas comuns e de outros tipos. Dada a dispersão de indicadores, não foi possível definir um núcleo central, mas ocupam uma área de cerca de 1000m<sup>2</sup>, com desigual intensidade. Junto às casas da Guarda Fiscal, mais materiais: um peso de lagar reconvertido em mó e um tambor de coluna, sempre em granito. Implantação na última elevação antes do leito do rio Xévorá, dominando a passagem na ponte de Sr.<sup>a</sup> da Enxara.

Dados os elementos encontrados é inequívoca a existência de actividades de transformação agrícola (peso de lagar, mós), podendo pensar-se em um casal ou pequena *villa* (dado o escasso espaço de implantação) com área funerária anexa (a partir da epígrafe). A presença de metalurgia do cobre também deve ser notada. Resulta pouco habitual a completa ausência de imbrices e cerâmica comum, pelo menos na visita efectuada.

*Outras referências: RP 6/167.*

### **05.12. Monte da Quinta**

CMP 387 / N 39° 03' 50.2" / 7° 00' 27.5" / Bibliografia / Casal (?)

Classificado no PDM concelhio como "habitat romano" e cartografado junto ao leito do Xévorá. Não foi possível relocalizá-lo, desconhecendo-se mais indicações.

### **05.13. Monte de S. Salvador**

CMP 387 / CNS 7268 / N 39° 02' 40.1" / 6° 58' 39.5" / Terreno / *Villa*

Identificado no decurso de trabalhos agrícolas e que exigiu urgente intervenção, dado o iminente risco de colapso por se situar em terraço fluvial que se encontra (ainda hoje) a ser escavado pelo leito do rio Xévorá. Aliás, o perigo de derrocada é neste momento substancialmente superior. Esta íntima relação com o rio marca decisivamente a *villa* de S. Salvador, sendo provável que aqui tivéssemos um local de *otium* e de contemplação da paisagem, tão evidente é o alcandoramento das estruturas face ao curso de água. Na sua orientação o edificado acompanha o curso de água, parecendo que este funcionou como eixo vertebrador das construções, que lhe estão paralelas. A melhor forma de chegar ao local é ainda hoje atravessando o próprio rio, em

---

90), o que é perfeitamente compatível com o facto de haver um contacto visual com a via logo, propiciar-se a contemplação da estrutura da qual faria parte. Como tal, poderíamos não estar perante um simples casal, mas outro tipo de sítio.

passagem a vau que certamente já seria utilizada em época romana. De resto, a ermida que ali se ergue marcou este ponto como local de peregrinações e de demanda da população.

Os resultados da intervenção não foram integralmente publicados, embora uma notícia tenha sido dada a conhecer publicamente<sup>169</sup>. Com a leitura dos relatórios então produzidos<sup>170</sup>, consegue-se obter uma noção da escavação realizada, embora a ausência de menções ao espólio encontrado torne mais complexa a interpretação total. Visitando o local, dois elementos captam imediatamente a atenção: a presença de um grande peristilo, que forma a linha axial da casa; e a matéria-prima utilizada nas construções, com a inclusão de seixos de rio e de um composto que deveria ser de taipa ou adobe nas alvenarias, uma matéria mais negra e pouco compacta, que se dissolve com a passagem do tempo e das chuvas. Assim se contornou a ausência de pedra localmente disponível, embora junto à ermida os silhares de granito demonstrem a imponência de alguns elementos de alvenaria que teriam sido utilizados em pontos da construção que exigiam maior tensão de forças. O sítio teria pouca potência estratigráfica, o que inviabilizou uma leitura cronológica mais apurada<sup>171</sup>. De acordo com a memória descritiva, “A observação das plantas e dos perfis estratigráficos mostra-nos uma casa que parece ter sido planeada e construída duma só vez, a sua longa utilização levou a pequenas e eventuais remodelações e a reparos. [... De acordo com os materiais e mosaicos, uma] construção tardia de finais do séc. III ou séc. IV. [...] A necrópole foi localizada, mas a área escavada é restrita pelo que não permite conhecer a sua evolução, a sepultura escavada é já tardia, situando-se num período tardo-romano.<sup>172</sup>” Esta menção à existência de uma área funerária remete para um outro local, junto à casa do guarda, e não é perceptível em que ponto da *villa* original se situaria, ou a relação do espaço sepulcral com a área residencial. De notar contudo que, na informação publicada, é explicitamente referido que “Por vezes há muros que se encontram adossados uns aos outros, o que nos parece confirmar diferentes fases de construção ou novas reutilizações dos compartimentos”<sup>173</sup>, contrariando a informação atrás mencionada, que apontava para uma única fase de edificação. Também sobre o mosaico B se diz que “Este mosaico está a 31cm de profundidade e assenta directamente sobre *opus signinum* que poderá corresponder a 1 antigo pavimento ou mesmo a 1 anterior tanque”<sup>174</sup>, esbatendo assim uma impressão de homogeneidade estrutural.

---

169 Dias, 1994.

170 Processo IPPAR 4.04.009

171 Refere-se “uma profundidade entre os 12 e os 50cm (Dias, 1994: 122).

172 Memória descritiva constante no processo de classificação, IPPC, 5.Junho.1991, A. C. Dias.

173 Dias, 1994: 122.

174 Dias, 1994: 122.

Planimetricamente trata-se de uma *villa* de peristilo<sup>175</sup>. Apresenta, entre o corredor e o rio, um conjunto de compartimentos amplos, mostrando que deveria existir uma forte vocação contemplativa no local. Foram identificados pelos menos seis espaços, que apresentam em comum o facto de terem vãos de ligação amplos, indicando o que parece ser uma *villa* pouco intimista e mais aberta à circulação interna e, sobretudo, à paisagem externa, embora seja difícil de definir esta situação dado o grau de arrasamento estrutural. Dois deles parecem funcionar como vestíbulos, servindo de passagem para compartimentos maiores, certamente os espaços de representação do proprietário. Quase todos eles teriam pavimentos em mosaico, mas encontrados já em estado de elevada degradação. O pavimento em mosaico da galeria porticada ainda se conservou, embora com remendos feitos com *opus signinum* aquando da implantação de uma canalização. Pelo menos em parte do peristilo um dos muros (M16) seria recoberto com estuque pintado, parcialmente conservado.

O compartimento mais importante parece ser o D, um vestíbulo de passagem com pavimento musivo apresentando “Uma faixa lateral de tesselas pretas e brancas, formando um motivo floral, ladeia toda a sala; o emblema central apresenta motivos geométricos com destaque para os “nós de Salomão”. As entradas E e W, que dão passagem respectivamente ao peristilo e ao compartimento C, têm ao nível do mosaico uma representação distinta, organizando-se as tesselas pretas e brancas em desenho geométrico, demarcando uma soleira.” Neste espaço existe um momento posterior, marcado por “uma cavidade circular (0,50 x 0,52m), cujo topo era revestido a *opus signinum*. [...] No seu interior jazia um almofariz fracturado, em mármore branco [...] tendo sobre ele parte de uma tijoleira. [...] Esta estrutura parece-nos corresponder a uma remodelação deste compartimento como o documenta a forma como o mosaico foi rompido e a alteração da área contínua à “soleira” em mármore que dava passagem ao peristilo, onde foram adossados tijoleiras e remendos em *opus signinum*.”<sup>176</sup> Aqui encontrava-se uma parede com estuque pintado representando uma decoração de marmoreados com tons encarnados sobre fundo cor de rosa leve, em painéis estreitos delimitados por filetes de cor preta e assentes em faixa branca. Ou seja, estamos em plena zona de prestígio,

---

175 “Peristilo. Galeria W: comp. máx: 19,60m e larg. máx.: 2,80m [...] grandes blocos de granito aparelhado, situado a uma distância que varia entre 1,80m e 1,90m. Sobre estes blocos, assentavam as bases de coluna [...] em mármore branco. Estes sustinham fustes, também em mármore branco, como o atesta o achado de um, fracturado ao meio e já deslocado do seu local original [...]. Estas colunas estavam ligadas por um pequeno murete de 0,20m de altura, construído em tijoleira e materiais cerâmicos reutilizados, que funcionaria como resguardo e divisória da área do *impluvium*.” (Trabalhos arqueológicos na villa do Monte de S. Salvador. Campanhas de 1987/1988, Ana Carvalho Dias [relatório entregue ao IPPC, sem numeração], de onde se extraem as citações seguintes).

176 Embora o almofariz possa ali ter sido depositado por algum tipo de arrastamento, pois adiante refere-se que foi encontrado outro fragmento do mesmo junto ao muro destruído.

embora em momento tardio ocorra um fenómeno de ruptura da vivencialidade do espaço com a inclusão de uma estrutura de depósito.

A restante estrutura edificada é menos fácil de caracterizar. O Compartimento C, uma sala rectangular<sup>177</sup>, caiu em parte ao rio. Tinha também várias saídas de comunicação para outros espaços. O maior seria o A<sup>178</sup>, seguindo-se outros mais pequenos e de feição rectangular, como o E, onde foram encontrados vários restos de fauna (o que levou a autora a propor a sua utilização como espaço de cozinha, embora esta interpretação seja feita na ausência de uma estrutura de combustão ou de lareira). Também o B se encontrava muito destruído pela erosão provocada pelo leito do rio, podendo ter funcionado como uma varanda de contemplação. Neste caso havia apenas uma faixa de mosaico, funcionando a área restante em piso de *opus signinum*. Outros espaços funcionais foram apenas parcialmente escavados, inviabilizando uma leitura mais clara.

Em segundo patamar, mais próximo do rio, junto “ao caminho de acesso ao monte”, foi intervencionada uma Zona 2: “Aqui escavou-se uma área de 32 cm, limitando-nos a identificar revestimentos em *opus signinum* e muros. Estes vestígios encontravam-se entre os 5 e os 10cm de profundidade, o *opus* estava bastante danificado na área de passagem das viaturas, mas conservava o seu suporte em seixos de rio.”<sup>179</sup> É provável que a *villa* tivesse um patamar entre o rio e o edificado principal, eventualmente servindo como porto de acostagem para pequenas embarcações, ou simplesmente como um contraforte de sustentação e de prevenção contra subidas de um curso de água tão bravo.

Finalmente, na Zona 3, foi encontrado um muro ao lado do qual se situavam quatro sepulturas. Apenas foi escavada a nº 1: “de planta rectangular, foi construída com grandes blocos de pedra e tijolos, a cobertura era também constituída por tijolos, que na sua maioria, foram arrancados pelas máquinas. O interior forneceu apenas uma pequena bilha de bocal trilobado [...] os vestígios antropológicos assentavam directamente no solão, e o seu estado de conservação era muito mau.” Documenta um momento de utilização funerária em período tardio, dada a menção à bilha trilobada. Refira-se que o muro N1 rompeu algumas sepulturas, mas não é mencionado se a nº1 foi uma delas; assim, ou teríamos uma área funerária romana rompida por um muro, ao qual se segue uma sepultura tardia, ou uma necrópole tardia rompida por um muro posterior (relacionado já com a capela?). Em outro ponto, a abertura de uma fossa séptica irá conduzir à destruição de “parte do complexo termal da villa, nomeadamente dois arcos dum hipocausto”<sup>180</sup>.

---

177 Tendo de comprimento 6,40m x 2,92m.

178 Apresentando 6,40m por 6,00 (?).

179 Dias, 1994: 124.

180 *In*: Informação. Villa romana do Monte de São Salvador (Campo Maior). Abril de 1992. Ana Carvalho Dias.

Em capítulo final são apresentadas considerações sobre os tapetes de mosaicos – todos com motivos geométricos e vegetalistas – e sobre o conjunto artefactual: “O espólio da *villa urbana* rareia e é pouco característico. Após o levantamento do telhado surge imediatamente o pavimento [...]. Recolheram-se alguns fragmentos de sigillata clara, um fragmento de ânfora, um fragmento de lucerna. As moedas exumadas provêm da zona revolvida pela máquina ou da camada humosa, dum total de 5, só uma é romana, uma FEL TEMP. REPARATIO, as outras 4 são moedas portuguesas, destacamos uma de D. Fernando, uma de D. Sebastião e uma de D. João V. Outros objectos metálicos foram recolhidos tais como 3 botões, parte de 1 espelho (?), um pequeno fragmento de bronze que eventualmente poderá ser um elemento de uma estátua.”

Em leitura geral, trata-se de uma estrutura fundiária muito interessante pela relação visual e espacial com o rio. Note-se que, por enquanto, não existe menção a actividades produtivas ou económicas – o que, obviamente, não quer dizer que não existissem - indicando que estamos em pleno ambiente doméstico de cariz urbano. Todo o contexto parece ser inteiramente residencial, com índices elevados de requinte – mármore, mosaicos, estuques pintados (um dos poucos sítios da região onde se documentam), uma eventual estátua de bronze. Claramente uma *villa de otium*, com renovações posteriores, e uma necropolização do espaço cuja dimensão necessitava de ser mais bem apurada. Um sítio dotado de uma planta estrutural que teria elevados índices de originalidade.

#### 05.14. Velada

CMP 400 / CNS 4771 / N 39° 01' 20.2" / 7° 06' 15.4" / Topónimo / Necrópole

Em paisagem fechada em fundo de vale, e em ponto indeterminado, foi recolhida uma epígrafe funerária<sup>181</sup>, em local onde já havia sido encontrado um jarro de vidro<sup>182</sup> (certamente do mesmo ambiente sepulcral) e identificada uma sepultura<sup>183</sup>. Realizei prospecções no local sem resultados, desconhecendo-se um eventual ponto de povoamento relacionável.

#### 05.15. Defesa de São Pedro/S. Pedro dos Pastores

CMP 400 / CNS 3393<sup>184</sup>, 5756<sup>185</sup>, 23179<sup>186</sup> e 25395<sup>187</sup> / N 39° 01' 10.9" / 7° 03' 31.2" / Terreno / *Villa* (?)

---

181 Carvalho, 1988a; comentários desenvolvidos em Encarnação, 1989a.

182 Alarcão, 1984: 175 e RP 6/164, como “Valada”.

183 Processo IPPAR 4.04.007. com ofício datado de 08 Abril 1972 em que Mário de Castro Hipólito informa sobre o aparecimento de uma sepultura romana na propriedade da Valada, Campo Maior.

184 “Defesa de S. Pedro”.

185 “S. Pedro dos Pastores”.

186 “Ermida de S. Pedro”.

187 “S. Pedro”.

Um projecto que funciona como um bom espelho das vicissitudes que rodeiam a gestão do património arqueológico distrital, e do sub-aproveitamento de um local com potencial científico e patrimonial. Hoje sepultado, por muito tempo abandonado e degradado, em “penoso panorama”<sup>188</sup>, a Defesa de São Pedro – nome pelo qual é localmente conhecido, referindo-se a invocação à antiga ermida entretanto recuperada – foi intervencionada em diversos momentos, por diferentes agentes, mas sempre sem uma cuidada publicitação de resultados ou um esforço de integração conjunta.

Olhemos então para a realidade arqueológica. Sítio difícil de interpretar, já tendo sido proposta a classificação de *mansio*, de *vicus* ou de *villa*, terá sido detectado por Teresa Júdice Gamito em 1981, devido à destruição de sepulturas aquando da implantação de uma nova urbanização. São então realizadas as primeiras escavações por José Olívio Caeiro, das quais não existem relatórios, apenas uma notícia sumária (mas a única publicada<sup>189</sup>). Mas o sítio já era conhecido em notícia antiga: “Que fossem os Romanos os fundadores desta vila se prova pelas colunas que ainda hoje existem como adiante se verá, porém duvidamos que a Povoação fosse fundada no sítio onde hoje está o Castelo, senão no que ainda se acharam ao presente as duas colunas, porque não só se descobriram estas mas se acham muitos cimentos, ruínas e vestígios de edifícios e sepulturas, tendo visto abrir algumas feitas de alvenaria cobertas com uns tijolos quadrados, e de grande tamanho, e em algumas se acharam ossamentas, havendo tradição que algumas pessoas acharam dinheiro nelas. Neste sítio há uma Ermida do Apóstolo S. Pedro [...]”<sup>190</sup>. O autor dá a conhecer em seguida os dois marcos miliários que aqui se encontravam junto à ermida, motivo pelo qual a função viária de S. Pedro será doravante assumida. Posteriormente, e sempre em contexto de obra, o sítio virá a ser escavado por Ana Carvalho Dias (1986 e 1988) e, após a abertura de mais valas para moradias, por Rafael Alfenim (1991), a que se seguem campanhas de maior extensão por Miguel Lago da Silva em 1992 e 1993. Em 1996 a construção de garagens implicou a realização de quatro sondagens da responsabilidade de Ana Gonçalves. Em 2001 é feito o acompanhamento da abertura de sondagens mecânicas “num terreno situado entre as Hortas de S. Pedro e a Quinta de S. Pedro, aproximadamente a 200m para NE do sítio romano de S. Pedro”<sup>191</sup> por Rita

---

188 Reis, 2004: n.º 87.

189 Caeiro, 1984-1985: 2-6.

190 Azevedo, 1993: 29. A notícia de Estevão da Gama de Moura e Azevedo não tem data de redacção, sendo dada a conhecer por António Carvalho em carta de 1918, mas o autor será certamente setecentista. O miliário de Severo Alexandre foi reconstituído, em termos de leitura, por Encarnação (1989a: 90-91), ressaltando-se que certamente terá sido objecto da *damnatio memoriae* a que a memória desonrosa do Imperador votou as suas invocações. Contem contudo um elemento da maior importância: as LIII milhas que separavam o local da sua implantação da capital provincial.

191 Era 2001: 9.

Ramos, e o estado de abandono do sector principal levou a que fosse limpo antes de ser definitivamente tapado. Este historial, aqui brevemente resumido, explica a multiplicação de entradas na base de referência nacional<sup>192</sup>; o facto de dele nunca ter sido feita uma síntese dos resultados; e o desequilíbrio da informação, embora de todas as intervenções tenham sido produzidos relatórios<sup>193</sup>.

Da primeira campanha, da responsabilidade de José Olívio Caeiro, os resultados salientados pelo autor limitam-se a “uma estrutura sub-rectangular, com muros de pedra onde se inseria um enorme *dolium* de asas decoradas por estampilhagem”, à menção não especificada nem ilustrada de dois fragmentos cerâmicos da Iª Idade do Ferro (um substrato indígena que não mais voltará a ser mencionado no local) e, pela sua raridade regional, a um fragmento de terra sigillata marmoreada (não ilustrado nas três estampas publicadas)<sup>194</sup>. Em 1988 foram identificados “os mais importantes vestígios romanos encontrados nesta estação arqueológica, com vestígios de construções, em óptimo estado de conservação, chegando alguns muros a conservarem ainda 3m de altura”<sup>195</sup>. É neste momento que se identifica “Um importante complexo termal (hipocaustos, piscina revestida a mármore, canais de descarga de água, pavimentos em mosaico e em *opus signinum*...)” e vários arcos da *suspensura*<sup>196</sup>, tendo a Leste um corredor pavimentado a *opus signinum* pertencente a um possível peristilo, ladeado por “dois pequenos tanques absidados contrapostos”. A mais intensa campanha de intervenção irá decorrer nos anos de 1992 e 1993, resultando nos dois relatórios de escavação mais completos. No final destes trabalhos, o sítio ascende de categoria, pois foi confirmado que “tais vestígios não dizem respeito apenas a uma unidade agrícola romana (*villa*), mas a um povoado (*Vicus*) com uma longa ocupação, como o demonstram os diferentes níveis arqueológicos detectados e as remodelações verificadas nas estruturas.”<sup>197</sup> Analisemos o que foi encontrado.

Embora não seja fornecida uma noção da área de intervenção ou das relações espaciais de carácter estrutural, é feita uma descrição individualizada dos compartimentos. O denominado A formava uma unidade com o B, separados apenas por uma arcaria interior, com duas bases de coluna de mármore *in situ*, ou seja, um pórtico. Algumas paredes seriam revestidas a estuque pintado, e no seu interior “A natureza e coloração das terras apontam para a ocorrência de

---

192 Reúna-se a informação: “Campo Maior”, CNS 1495; “Defesa de São Pedro”, CNS 3393; “São Pedro dos Pastores”, CNS 5756; “Ermida de São Pedro”, CNS 23179; “S. Pedro”, CNS 25395.

193 À excepção do caso já referido, de que foi elaborada uma pequena notícia.

194 Caeiro, 1984-1985: 3.

195 Informação IPPC 22 Dezembro 1991, Rafael Alfenim/Ana Carvalho Dias, Processo IPPAR nº 4.04.002.

196 Motivo pelo qual constará no inventário de Pilar Reis (2004: 130, nº 87).

197 Informação IPPAR de 3 de Junho 1993, Ana Carvalho Dias.



um incêndio.”<sup>198</sup> O pavimento era em *opus signinum* com rodapé em meia-cana. No compartimento vizinho, o B, foi identificado um sarcófago em mármore, que se encontra individualizado em posição central, com cobertura em lajes de mármore, aparentemente reaproveitadas do pavimento, pois apresentam maior tamanho do que as dimensões do próprio sepulcro (embora a envolvente imediata tivesse pavimento em tijoleira). Os muros da área em torno tinham sinais de dois momentos de edificação, com um arranjo do espaço favorecendo o fechamento, “encurtando ligeiramente a sala” para a transformar em mausoléu. Foi ainda encontrado o Compartimento C, com pavimento em *opus* de meia-cana, e uma área porticada, com “duas grandes bases de pilares em tijoleira e argamassa, com aproximadamente 80cm x 60cm.”. Neste espaço encontraram-se duas sepulturas “tardias”. Em outro quadrado “foi identificada uma estrutura bastante danificada. Era constituída por blocos de granito pouco salientes do solo, em que tinha sido aberto um sulco, aparentemente para escorrimento de líquidos [...] tipo fonte [...]. [...] o tanque era circundado pelo pavimento em tijoleira e que possuía aproximadamente 1.30m x 1.30m e uma profundidade de 0.70m”. A circunstância de serem detectados vários blocos de mármore “que poderão corresponder a elementos decorativos” faz pensar na existência de uma fonte com um pequeno espelho de água envolvente. Outra sondagem demonstrou a continuidade do pavimento em tijoleira do pátio e, “após um primeiro arranjo do pavimento com argamassa, foi construída uma escadaria em tijoleira, que nos surgiu já bastante arruinada. [...] Posteriormente ao abandono desta escada, foi nela aberto um buraco para implantação de uma sepultura”. Ou seja, um pavimento argamassado que depois sustenta uma escada de degraus em tijoleiras (em esquina, ascendendo para um segundo andar), tendo na margem uma sepultura de momento tardio.

A necrópole contou com um total de doze sepulturas: a principal seria o já referido sarcófago de mármore, que no “interior apresentava uma fina camada de terra, que não chegava a cobrir o esqueleto feminino ali depositado.” As restantes tinham cobertura de lajes e cerâmicas. Não é feita qualquer menção a espólio (nem a materiais recolhidos na escavação). Em resumo, uma estrutura com um pátio central, largo, delimitado por uma galeria porticada em duas extremidades. Dois compartimentos estão unidos por uma arcaria interior; em um deles será instalado um sarcófago, assistindo-se ao preenchimento de sepulturas em outras áreas do complexo estrutural. Nada que faça supor um *vicus*, antes um edifício – talvez parte de uma *villa* – áulico, com estruturas de contenção de água e embelezamento do espaço por uma fonte, que em momento posterior é transformado em espaço sepulcral, com uma sepultura ocupando uma posição de destaque, que leva à monumentalização do espaço ficando as restantes em áreas secundárias.

---

198 Sítio romano de S. Pedro - Campo Maior. Relatório de trabalhos arqueológicos (Campanha de 1992), Miguel Lago da Silva. Não se encontra numerado.



No ano seguinte a área é mais limitada. Menciona-se uma lixeira (com ossos e conchas de consumos sumptuários), recobrando o fundo de um tanque com “um murete delimitador e de sustentação que aponta para uma estrutura de pouca profundidade”; é possível que se tratasse de um *impluvium*<sup>199</sup>. Pela natureza da intervenção “parece ser impossível definir espaços funcionais, mas possível distinguir dois momentos: um mais antigo, em princípio do séc. II; outro, provavelmente de reconstrução e readaptação após grandes derrubes e incêndios”, não havendo qualquer conclusão temporal.

As intervenções seguintes são sectorizadas e menos ricas em pormenores: em 1996 a área foi limitada, havendo como dado mais relevante a recolha de um fragmento de capitel coríntio. Nas sondagens mecânicas de 2001 apenas se pode inferir a existência de estruturas em outros pontos: “Em cinco das sondagens mecânicas foram assinalados contextos arqueológicos indeterminados: 2 muros de alvenaria insossa, que reutilizam cerâmica de construção romana; duas concentrações de tegulae; e uma concentração de blocos e calhaus de granito, eventualmente resultantes de acção antrópica (derrube?). Nas outras cinco sondagens, não foram detectados contextos arqueológicos conservados, sendo, no entanto, de registar a presença de material de construção romano, muito provavelmente em contexto de deposição secundária.” A limpeza da área central nada de relevante trouxe, sendo digno de menção apenas “uma tessela” que confirma a presença de pavimentos de mosaico, que a população localmente refere, mas que nenhuma intervenção diagnosticou.

Em face dos dados, torna-se complexa uma interpretação. O espaço construído é amplo, organizando-se como uma galeria porticada em torno de um pátio, com áreas abertas revestidas a tijoleira, incluindo uma escada para um piso superior. No compartimento em maior destaque irá ser instalado um sarcófago, assistindo-se ao momento de necropolização do edificado, o que implica um novo arranjo estrutural dotando o sarcófago de centralidade e indiscutível impacto visual. Uma área sepulcral claramente tardia, em espaço construtivo originado no século I ou II, ocupado nos seguintes (com arranjos) e entretanto abandonado, mas que em momento seguinte recebe beneficiações para acolher tão digno defunto (ou defunta). Quanto à função original do espaço, é difícil perceber, mas nada aponta para um *vicus*: um estabelecimento termal e o provável peristilo, ou galeria porticada em torno de um pátio, com tanques e uma fonte, parecem ser parte do ambiente áulico de uma *villa*, com um ambiente de requinte de mármore e estuques, havendo ainda algum espólio relevante (como um capitel, como vidros, como ânforas ou ainda conchas) indicadores de um consumo de carácter sumptuário. No momento final, então, temos a passagem do edificado a espaço funerário ou

---

199 Sítio romano de S. Pedro - Campo Maior. Relatório de trabalhos arqueológicos (Campanha de 1993), Miguel Lago da Silva. Não se encontra numerado.

religioso. Talvez possamos supor um carácter basilical, articulado em torno de um mausoléu monumentalizado, mas note-se que a enigmática peça de um “MONASTERIO SILVESTER”<sup>200</sup> poderá, afinal, pertencer à Defesa, mostrando uma função litúrgica perpetuada até à actualidade, com a igreja de S. Pedro bem próxima do local.

*Outras referências: RP 6/165; Saa, 1956: 135; IRCP nº 593.*

#### **05.16. Monte da Eira**

CMP 400 / CNS 25384 / N 39° 00' 02.6" / 7° 08' 16.9" / Topónimo / Casal (?)

Próximo do paredão da barragem do Caia, com implantação propícia junto ao rio, encontraram-se cerâmicas de construção (um tijolo de quadrante) e comum.

*Referência: Processo IGESPAR 98/1(698).*

#### **05.17. Capela**

CMP 400 / CNS 6694 / N 38° 59' 21.7" / 7° 07' 20.6" / Topónimo / Necrópole

Um vaso votivo, proveniente de ambiente funerário, correspondendo assim à necrópole da *villa* próxima, da qual se encontra separada por uma pequena linha de água.

*Referências: Alarcão, 1978: 103, 108; RP 6/194.*

#### **05.18. Horta da Capela**

CMP 400 / CNS 25383 / N 38° 59' 27.3" / 7° 07' 22.3" / Topónimo / *Villa*

Sítio com atribuição de *villa*, embora muito próxima de Silveira. De acordo com a referência, deverá situar-se sob o monte, encontrando-se uma grande variedade de materiais ao longo de uma larga extensão. São mencionados cerâmica de construção e comum e fragmentos de *dolium*. Junto ao monte estão depositados silhares.

*Referência: Processo IGESPAR 98/(698).*

#### **05.19. Silveira**

CMP 400 / CNS 25381 / N 38° 59' 14.6" / 7° 06' 58.0" / Terreno / *Villa*

Em inventário de estruturas hidráulicas romanas menciona-se que a barragem da Mourinha estaria “em conexão com uma *villa* situada muito próximo”<sup>201</sup>. Posteriormente o local terá sido realocado no âmbito do

---

200 Alvez Dias & Gaspar, 2006: nº 157, com bibliografia. Todavia, Deus, Louro e Viana (1955: 573) mencionam a primeira das pedras como tendo sido encontradas no sítio de Alivã.

201 Quintela, Cardoso & Mascarenhas, 1986: 67. A implantação cartográfica localiza a *villa* junto a Silveira e a barragem junto ao Monte de Mourinha. As fotografias 15 e 16 mostram a estrutura, e serviram de guia de orientação no campo face às dúvidas entretanto levantadas após a destruição do paredão.

projecto de investigação sobre o nó viário de *Ad Septem Aras*<sup>202</sup>. Trata-se de uma paisagem muito propícia à implantação de uma estrutura fundiária, com áreas de hortas que seguem actualmente em cultivo, abundantes recursos hídricos e manchas de solos de elevada capacidade.

No terreno, cedo se percebeu que a agricultura intensiva teria transformado de forma inequívoca todas as marcas de presença humana antiga no terreno. Foram feitas prospecções em dois momentos diferenciados, e a localização do sítio romano mencionado apenas foi conseguida na segunda visita, confirmando-se o elevado grau de apagamento das evidências: da *villa* encontram-se materiais dispersos a noroeste do monte, mas o terreno foi todo limpo mecanicamente para permitir a passagem do *pivot* de rega, somando ao impacto dos canais de irrigação que perfuraram extensamente a encosta. Implantação típica, a meia-encosta, aproveitando uma plataforma, virado a sul, dominando a linha de água na base. Materiais muito dispersos, com alguma cerâmica de construção e cerâmica comum, incluindo púcaros laranjas, imitando cerâmica de paredes finas<sup>203</sup>. Foi impossível avaliar a área de dispersão de materiais, dada a presença de revolvimentos de solo, tubagens e apetrechos de rega. O local da barragem foi localizado (com recurso ao suporte fotográfico publicado) mas nem uma evidência estrutural foi encontrada *in situ*, notando-se apenas uma ligeira elevação topográfica correspondente à implantação do paredão. Já no caminho de terra de saída da propriedade, na descida, há um moroiço de entulhos de obras e pedras onde se vêem dois troços grandes de muro, arrancados e partidos. Parece tratar-se da estrutura, mas a visualização não foi adequada pela oposição da proprietária.

### 05.20. Casarões da Misericórdia

CMP 401 / CNS 5741 / N 39° 01' 27.8" / 6° 58' 15.0" / Terreno / *Villa*

Espantosa implantação paisagística que confere a este sítio um dos mais impressionantes domínios visuais do Alto Alentejo. Situado no limite de uma das elevações que dominam o terraço fluvial do rio, junto a um troço de via, é um local unicamente referido por Mário Saa<sup>204</sup>, apesar da abundância de elementos visíveis à superfície.

---

202 “*Villa* localizada na vertente, na margem esquerda do rio Caia. Dispersão de materiais desde a linha de água em frente ao monte da Silveira até ao limite, em frente ao monte da Capela. A abertura de canais para a rega trouxe à sup. mais materiais. Muito destruída devido à implantação do sistema de rega.” (Ficha de sítio em *Endovelico*, informação de Sandra Brazuna e Sofia Gomes).

203 Na ficha de sítio constante do relatório citado enumera-se: “Tijolos, tegulas, cerâmica comum, terra sigillata hispânica e africana, pedras de lagar, escória.”

204 1959: 158, onde se lê: “Os casarões eram o resto dum destruído edifício, de construção magnífica, ali postado num alto, perto dos M.<sup>te</sup> do Xévora e d’ A de Crastos, a dominar a subjacente via, pelas várzeas. - Seria, acaso, torre ou castelo, a que chamavam *castrum*, nome que se estendeu à actual herdade e residência, na qual também existe uma atalaia ou torre?” E no passo da p. 162: “Nas Ilhas reajusta-se a Estrada à Calçada mourisca, sob a protecção duma fortaleza romana, de silhares graníticos, a cujas ruínas, como dissémos, dão nome de Casarões.”

Implanta-se em topo sem defensabilidade, mas com visibilidade total sobre o vale do Xévorá em mais de 180°, incluindo toda a zona da passagem do vau em Ilhas e o troço de via que corre nessa direcção. A plataforma no topo indica claramente a presença de estruturas no subsolo, e efectivamente no aglomerado de pedras há restos de muro, um deles, talvez *in situ*, parecendo formar uma abside. Encontram-se vários silhares de granito, bem como grandes fragmentos de *opus signinum*. A mancha tem pelo menos um hectare de vestígios, que incluem cerâmica de construção (tegulas, imbrices e tijoleiras bem conservadas); numerosas cerâmicas comuns de várias tipologias, algumas de formas finas; bojos que deverão pertencer a ânforas. Foram encontrados fragmentos de *terra sigillata* hispânica, hispânica tardia e clara D<sup>205</sup>, asas de ânfora de proveniência bética, vidros, fragmentos de mosaicos com tesselas brancas, um troço de coluna de granito fragmentado<sup>206</sup>, estuque pintado em tons de azul claro, tijolos de quadrante e escórias em grande quantidade. Foram ainda encontrados dois fragmentos de placas de mármore. Em visita posterior, os moroiços com silhares e placas de mármore desapareceram, por alguma limpeza agrícola do solo entretanto realizada. Também a abside já não era visível, apenas se observando pontualmente troços de muro aflorando à superfície. O terreno foi objecto de cultivos com impactos violentos, e continuará a ser, o que põe em causa a sua conservação.

No Monte de Crasto<sup>207</sup> estão depositados materiais que poderão provir de Casarões: à porta do monte, um peso de lagar. No pátio, uma base de coluna com fuste e duas pedras, e à porta da igreja do monte, duas aras anepígrafas (?) em granito.

Para terminar, é a este sítio que se poderão referir Deus, Louro e Viana<sup>208</sup> quando mencionam que “Numa herdade próxima, chamada “dos Castros”, existe abundância de alicerces e de fragmentos de tégulas”, referindo em seguida uma barragem e moedas.

*Outras referências: RP 6/169.*

## **05.21. Casarões da Misericórdia 2**

CMP 401 / N 39° 01' 26.6" / 6° 57' 58.3" / Terreno / Pequeno Sítio

---

Pela prosa se deduz que os vestígios seriam bem evidentes na época.

205 Neste caso tratando-se de pratos de grande diâmetro, possivelmente Hayes 67 ou 76, indicando cronologias de ocupação bastante avançadas.

206 Com 39 cm de diâmetro.

207 No *Endovelico* surge uma menção de “Monte de Crasto 1” (CNS 25375) obtida a partir do relatório do processo IGESPAR 98/1 (698) que duplica a informação de Casarões, devendo por isso ser eliminada. Em “Monte de Crasto 3” (CNS 25378) completa-se a informação sobre os materiais pétreos acima mencionados: “2 pedras de lagar e 2 aras. Peso de lagar: alt: 82 cm; esp: 44 cm.; larg: 46 cm. Apresenta encaixes laterais e superior. Peso de lagar: 56 cm; diâmetro mínimo: 32 cm. Aras: alt: 68 cm; larg. máx: 50 cm”.

208 1955: 573. Os autores não visitaram o local, reproduzindo uma informação oral.

Cerca de trezentos metros a este do casario temos uma plataforma sobre-elevada em relação ao Xévorá, com enorme domínio visual sobre a envolvente. Em meio a abundantes seixos de rio, encontram-se imbrices e tegulas, dispersos ao longo de cerca de 1000m<sup>2</sup>.

*Referência: Inédito.*

### 05.22. Ilhas

CMP 401 / CNS 5740 / N 39° 01' 52.7" / 6° 57. 33.7" / Terreno / *Mutatio* (?)

Zona de transposição do Xévorá, sendo aqui o caudal tão irregular, serpenteando entre os terraços fluviais, que a passagem se efectua a pé, mesmo em momentos de maior pluviosidade. Constitui por isso um ponto estratégico de travessia. Mário Saa menciona neste local “alicerces e objectos romanos”<sup>209</sup>. Na visita ao local apenas se referenciou um padrão de granito, eventual marco miliário<sup>210</sup>.

*Outras referências: RP 6/168.*

### 05.23. Monte da Alivã<sup>211</sup>

CMP 401 / CNS 5727 / N 38° 59' 24.2" / 7° 00' 16.0" / Terreno / *Villa*

Sítio em encosta suave, com maior concentração entre dois olivais em área onde se nota uma ligeira plataforma sobre-elevada. Virado para nascente, com pequena linha de água mas sem particulares recursos hídricos nas imediações. Deve no entanto notar-se que se encontra a jusante da pequena barragem de Olivã<sup>212</sup>, da qual poderia beneficiar.

Ao longo de um hectare encontra-se grande concentração de cerâmica de construção (tegulas, imbrices e tijolos), cerâmica comum (de fabricos cuidados e pastas claras, predominando pequenas formas como púcaros e copos), ânforas, *terra sigillata* clara D, argamassas, fragmentos de *opus signinum* e escória. Encontram-se muitas pedras de pequenas dimensões, incluindo seixos de rio que conservam argamassa que indica a sua inclusão em construções, embora também existam granitos (uma matéria-prima inexistente nas imediações). O sítio mantém contacto visual com Crastos e Casarões da Misericórdia.

---

209 1959: 158.

210 Pode também ter sido concebido como marco fronteiro, pois neste local corre o limite entre o território português e o espanhol. Um padrão de granito, originalmente cilíndrico mas agora com a secção cortada em três quartos. Está em posição vertical. Tem 30cm de diâmetro e 1,10 de altura. Todas as faces estão picadas, pelo que é impossível determinar a existência de uma epígrafe. Mencionei-o em Carneiro, 2008: 67, notando que, de acordo com a contagem miliária a partir de *Augusta Emerita*, aqui ocorre precisamente a milha XLII.

211 Na CMP 401 surge apenas grafado o topónimo de “Monte da Olivã”. No terreno, contudo, existem duas explorações de cariz agro-pecuário e residencial: o “Monte da Olivã” e o “Monte de Alivã” (que também a notícia de identificação de Deus, Louro & Viana, 1955, mantém), certamente devidos a uma repartição de propriedade originalmente mais extensa. O sítio encontra-se neste último terreno, tendo por isso optado por conservar a grafia original, embora no Endovelico surja na entrada “Olivã”.

212 Quintela, Cardoso e Mascarenhas, 1986: 65-66.

Embora a propriedade seja extensa, podendo existir mais ocorrências, parece plausível que seja este o local relacionado com a referência deixada por Deus, Louro e Viana<sup>213</sup>: “*Herdade de Alivã* – [...] uma área enorme, completamente coberta de pedras aparelhadas, fragmentos de telhas e de outra cerâmica, e de mosaico. Há na mesma herdade uma grande depressão de terreno, na qual se diz ter existido um circo<sup>214</sup>. Efectivamente, uma pequena sondagem pôs a descoberto pedras aparelhadas, colunas, capitéis e pavimentos, tudo a grande profundidade”. Os autores mencionam também uma pilastra e uma lápide<sup>215</sup>, ambas visigóticas, encontradas em “escavação”. Será possivelmente nesta ocasião que se recolhe um fragmento de relógio de sol de quadrante esférico dado a conhecer autonomamente<sup>216</sup>.

Não é fácil fazer a correspondência entre as evidências materiais encontradas no terreno e as mencionadas na citação, pois actualmente o panorama é mais pobre, seja pela carga predatória tremenda da agricultura, ou porque a referência se pode alocar a um ponto ainda não identificado, pois os terrenos são vastos, e a paisagem muito idêntica.

*Outras referências: Gorges, 1979: 463 (PC 15).*

## Comentários gerais

Em artigo genérico reflectindo sobre as ocorrências epigráficas do concelho, José d’Encarnação<sup>217</sup> concluía que, embora escassa, seria legítimo supor que “a possibilidade de a zona de Campo Maior ter sido povoada com colonos itálicos não é pois, despidianda” e que “a epigrafia disponível até ao momento não comprova a existência de um importante estrato populacional pré-romano”. É de notar ainda “a ligação da zona aos centros populacionais e administrativos mais importantes da província”, dada a presença de dois marcos miliários e, em geral, “a população conhecia bem os cânones estéticos clássicos”.

De então para cá o universo epigráfico não se alterou, pelo que no essencial se mantém o núcleo central de conclusões então formuladas. Poderia mesmo ampliar o leque de inferências, relembando a presença de dois monumentos votivos, sugerindo uma manifestação de devoção que por certo estará também

---

213 1955: 573.

214 Que RP 6/197 aponta poder ser lida como uma represa; caso seja a de Olivã, já mencionada, deve ser sublinhado que a mesma não se encontra em depressão de terreno, mas pelo contrário, em encosta suave, ligeiramente elevada pela ocorrência do paredão. Contudo, no sítio visitado e aqui descrito, não se verificou a presença de qualquer depressão, embora se implante em uma forma de anfiteatro natural.

215 Trata-se da peça com a inscrição de “MONASTERIO SILVESTER” já mencionada a propósito da Defesa de S. Pedro.

216 Cardoso, 1987: 223 e fig. 2.

217 1989a: 1993.

ligada à visibilidade que as vias proporcionavam, e a presença de significativos exemplares epigráficos e escultóricos de carácter paleocristão, mostrando que a expressão epigráfica e literária não se perdeu de modo significativo durante os vários séculos. É tentador procurar estas marcas da romanidade latina. Infelizmente, o universo campomaiorense é ainda restrito, não chegando às três dezenas de entradas; embora a área concelhia seja pequena, este facto reflecte o estado embrionário da investigação, pouco sistemática e insistente. Em boa verdade, Campo Maior tem condições propícias para a fixação em época romana, como sejam as de carácter natural (bons solos, cursos de água e recursos hídricos abundantes e ocorrências mineiras), estratégico (proximidade da capital provincial) e infra-estrutural (materializados na impressionante ponte de Enxara e em dois percursos viários, além de eixos secundários de passagem). A rede de povoamento parece confirmar a intensidade da presença. A ocorrência de sítios de grande expressão material é significativa, embora todos permaneçam insuficientemente caracterizados: São Pedro dos Pastores será o caso paradigmático, um sítio com elevado potencial só parcialmente intervencionado e de modo lacunar para uma cabal caracterização. A planimetria clássica é evidente mas a sua classificação como *villa* é dubitativa. Inequívocas *villae* existiram, e a sua enumeração é significativa: Poço dos Surdos (?), Cabecinha de Lebre, Pombinha (?), Eira (?), Horta da Capela, Silveira, Casarões, Alivã e os sítios escavados de Argamassas – com indicadores de prestígio e monumentalidade, coabitando com a vocação agrícola e mineira – e de S. Salvador – eventualmente o melhor exemplo de *villa* de *otium* e *delectatio*, com uma planimetria que seria importante poder recuperar pois representa a adopção de cânones e protótipos itálicos. Ou seja, temos um território densamente ocupado, com relevantes indicadores de monumentalidade (por exemplo, vários sítios com silhares em terrenos que não são graníticos) e materiais que consubstanciam a intensa exploração do território. Neste âmbito é importante referir a presença de três<sup>218</sup> estruturas hidráulicas, sendo que a barragem de Muro é um dos exemplares de maior monumentalidade em toda a *Lusitania*.

A vertente económica expressa-se em algumas das suas sub-unidades. Em torno de Degolados a exploração mineira das minas da Tinoca parece inequívoca, materializada nos escoriais identificados em Argamassas. Ao longo dos principais cursos de água – o Caia e o Xévora – teríamos sítios procedendo a uma intensa agricultura de regadio. Os indicadores de monumentalidade permitem pensar em grandes estruturas fundiárias repartindo entre si as áreas disponíveis, maximizando a exploração de solos de elevado rendimento. Em algumas destas extensões a agricultura contemporânea tem agido de forma

---

218 Embora no inventário de aproveitamentos hidráulicos de Quintela, Cardodo e Mascarenhas surja atribuída a Campo Maior a barragem de Moralves (4.3.6., p. 67-70), esta situa-se efectivamente no território de Elvas.



fortemente lesiva, impedindo a confirmação de notícias antigas. Note-se ainda que largas extensões de terreno não foram prospectadas, o que poderá levar à identificação de mais unidades deste calibre. Por último, temos um conjunto de sítios alinhados ao longo dos percursos viários, funcionando como receptores e escoadores dos produtos indispensáveis à vivificação das actividades comerciais. Mas alguns poderiam ter também uma função votiva, dada a identificação de expressões de culto, e de forma mais intensa junto ao Xévorá, nas proximidades do actual santuário de N. Sr.<sup>a</sup> da Enxara, em Pombinha e em Defesinha.

Em visão geral, olhando para o quadro de sítios, temos uma assinalável predominância de grandes unidades rurais de carácter agro-pecuário. Salientam-se ausências e uma dimensão onde estão alojadas algumas interrogações.

Em primeiro lugar, destaca-se a inexistência de pequenos sítios. Apenas Malhada dos Covões e Casarões da Misericórdia 2<sup>219</sup>, ambos localizados no decurso do presente projecto de investigação, encaixam no protótipo. Trata-se de um dos casos em que melhor podemos perceber a ausência de trabalhos de campo sistemáticos, pois apenas em prospecções intensivas são identificados. Estes pequenos pontos, que em outros concelhos constituem a base da pirâmide de povoamento, encontram-se por agora ausentes. Em segundo lugar, as unidades de povoamento desprovidas de monumentalidade, como os casais rústicos ou as unidades de povoamento disperso. Note-se, por exemplo, que não se encontram os povoados que em Arronches se dispersam ao longo do Caia. O paredão da albufeira parece constituir uma fronteira artificial, induzindo-nos em erro; ou então entramos em outro território, mais *latinizado*, pois as unidades ao longo do rio - Monte da Eira, Horta da Capela, Silveira - já se encaixam no conceito da *villa* ou, pelo menos, do casal agrícola com indicadores de monumentalidade (dos quais os silhares de granito ausentes nos povoados de Arronches, constituem a face visível). Aquilo que, nesta fase da investigação, pode ser designado como o *facies indigienizante* da arquitectura de povoamento está ausente. Os sítios que encontramos estão inseridos na estratégia de povoamento imperial, sendo por isso de considerar a proposta de José d'Encarnação, e de reflectir sobre os conteúdos que tal perfil implicaria. O modelo de ocupação do território foi baseado na implantação de grandes estruturas fundiárias, plenamente inseridas no universo latino (entendido aqui enquanto matriz cultural, não necessariamente vinculando-o etnicamente), e assentes na sólida exploração dos recursos económicos que o espaço colocava à disposição.

Dois pontos de interrogação centrais levantam-se, contudo, ambos sobre sítios hoje inseridos em malha urbana: um no centro da povoação (e por isso aqui não considerado) e outro na sua periferia (e por isso abordado, embora

---

219 Embora com maior área de dispersão de vestígios, o que se deverá plausivelmente ao facto de se implantar em zona que foi lavrada como aceiro, o que conduziu à disseminação dos indicadores de superfície.



eventualmente forçando os parâmetros definidores do universo de escolha adoptado). Refiro-me a Degolados – o primeiro caso – e a Defesa de S. Pedro, no segundo exemplo. Difícil se torna perceber o que existiu em cada um, sendo que a continuidade de ocupação dificulta necessariamente a compreensão das dinâmicas antigas, mas de alguma forma distorce também a perspectiva da investigação, que neles tendem a ver núcleos urbanos antigos – *Ad Septem Aras*, a *mansio* dos itinerários XIV e XV, nos dois casos. Esta tentativa, de encontrar em povoações actuais as antigas, é um erro de perspectiva sem sólido fundamento, e que por isso vicia a leitura.

Sobre a Defesa de S. Pedro a descrição está feita. Em resumo, uma planimétrica plenamente romana, com um pátio lajeado, estruturas de contenção de água e pórticos de acentuada feição volumétrica. Não existem dados sobre eventuais vocações agrícolas ou económicas, e a presença de dois miliários na área envolvente levou a considerar o sítio como prestador de funções viárias. Certo é que seria dotado de elevada relevância, pois em momento tardio implantou-se um (possível) mausoléu, com a função sagrada mais tarde transferida para a capela de S. Pedro. Quanto a Degolados, a informação é incerta, remetendo-se para Mário Saa: “Degolados possui origem romana. Mostra incalculável quantidade de fragmentos de telharia, pedras de cantaria, moedas, estatuetas, letreiros e profusão de alicerces. Isto se evidenciou principalmente quando aí se fizeram recentes removimentos de terras, para canalizações de água e de esgotos. Degolados era ponto de atracção vial, lugar de edifícios, de templos, e de muita comodidade para o viandante.”<sup>220</sup> E em outro tomo: “O sub-solo de Degolados, especialmente na berma setentrional da E. N. N.º 371, revelou, por ocasião de obras de canalizações, de há poucos anos, profunda rede de espessos alicerces romanos e bancadas de fragmentos de telharia da época. Bem assim, entre muitos e variados objectos, moedas romanas e estatuetas de bronze, de carácter religioso, mas cujo destino ulterior desconheço. Examinei, porém, os entulhos no período das obras.”<sup>221</sup> Estas descrições foram-me localmente confirmadas na povoação, havendo memória do achado de mosaicos, aquando do rompimento da estrada que atravessa a localidade. Mas não permitem perceber efectivamente *que tipo de sítio* existiu, parecendo-me que a implantação espacial, a distância face ao eixo viário e a descrição dos achados (feitos pela hiperbólica pena de Mário Saa) sejam mais compagináveis com uma *villa*. Se avaliarmos a classificação dos sítios apenas pela descrição eloquente de autores, então certamente que os dados apontados por Deus, Louro e Viana<sup>222</sup> para Alivã com o seu “circo”, também induzem na hipótese de um qualquer centro urbano. A eventual existência de uma unidade deste tipo não se afigura clara, parecendo-me que, quanto mais não

---

220 1959: 149-150.

221 1967: 43.

222 1955: 573.

seja por uma questão de mera prudência, qualquer um dos sítios atrás apontados possa ser entendido como uma *villa*, e não como *vicus* ou *mansio*. Não se nota, aliás, qualquer centralidade, ou de uma *satelitização* de sítios rurais em relação a eles. Como foi mencionado, o mapeamento permite concluir que muito mais fortes são as sinergias geradas pelas redes viárias – na qual, aliás, Degolados e Defesa de S. Pedro se inserem – e pelos cursos dos rios principais – onde Alivã ou S. Salvador encontram a sua implantação. Estes são os elementos matríciais na dispersão das unidades fundiárias, em consonância aliás com o que temos visto em outros concelhos.

Poucos dados existem sobre a transição para a Antiguidade Tardia e para o mundo medieval. Materialmente, os dados resumem-se a dois indicadores: os elementos escultóricos e epigráficos paleo-cristãos, e as cerâmicas de importação norte-africanas. Ambos encontram-se presentes. Como já foi mencionado, regista-se uma epígrafe, uma pilastra e dois colunelos; as *sigillatas* africanas foram recolhidas em Defesa de S. Pedro, Argamassas e S. Salvador em escavação, e encontradas em prospecções em Alivã e Casarões da Misericórdia 1 (neste caso, com formas de inícios do século VI). Ou seja, uma pervivência da presença e dos abastecimentos que assume um valor numericamente importante. Os elementos mais relevantes, contudo, encontram-se nas escavações. Em Argamassas, um indício de *ruralização* da *pars urbana*, com a recolha de alfaias agrícolas em pleno espaço de representação (salas revestidas a mosaico), e a possível reconversão de divisões em áreas de trabalho e transformação. A *villa* prolonga a sua existência, mas reconfigurando a vivência da área residencial. Quanto a S. Salvador e Defesa de S. Pedro, a *necropolização* das estruturas existentes foi confirmada. Se no primeiro caso é problemático perceber que espaço foi reconvertido, no segundo parece evidente ter sido uma divisão relevante, axializada em relação ao pátio, e que recebeu inclusivamente melhoramentos significativos para a aposição de uma estrutura funerária que poderemos considerar como um mausoléu (com uma redução métrica dos espaços, transformando uma divisão ampla em um espaço mais pequeno de modo a realçar o peso simbólico do sarcófago). No âmbito de um espaço monástico, como a epígrafe de Silvestre poderia indicar, acaso pertença a este sítio? De resto, a presença cristã pós-Reconquista far-se-á de modo impositivo junto aos sítios romanos, como se torna evidente em S. Pedro, em S. Salvador ou na edificação do santuário de N. Sr.<sup>a</sup> da Enxara precisamente junto à ponte romana, e próximo de antigos espaços votivos, cuja presença pressentimos pelos achados epigráficos e artefactuais. Em todo o caso, esta actividade humana em momentos tardios pode indicar também a manutenção da circulação de produtos e pessoas nas vias que por aqui atravessam o território – note-se que todos os sítios mencionados estão próximo ou junto de eixos viários –, e a existência de uma identidade que permite atravessar tempos pretensamente conturbados. Se se baseava em actividades económicas fortes,

como a agricultura de regadio proporcionada pelos ricos solos da zona, é uma hipótese a analisar com o decurso da investigação.

Certo será que, a um momento de presença de matriz itálica, inserida na fase de criação da paisagem imperial, parece seguir-se uma estabilidade nestes locais directamente vinculados com as vias e base económica poderosa. Esta permanência manifesta-se como um eixo de presença até tempos muito tardios.

(Página deixada propositadamente em branco)

## 6. CONCELHO DE CASTELO DE VIDE

Um território polimórfico e heterogéneo, por isso aliciante, mas simultaneamente difícil de manusear do ponto de vista da análise. E esta situação aplica-se tanto ao quadro físico e paisagístico como à natureza da informação.

Começemos por este ponto.

Desde os tempos de oitocentos que Castelo de Vide possui uma rica tradição na investigação histórica e arqueológica. De todos os concelhos que compõem a área em estudo, foi o segundo a dispor de uma Carta Arqueológica publicada, em 1975, por Conceição Rodrigues. Desde então a autarquia incentivou uma prática arqueológica baseada na intervenção no terreno com prospecções – é um dos concelhos mais eficazmente batidos no terreno –, e com escavações realizadas. Pelo seu constante labor, Castelo de Vide tem hoje uma reserva de materiais e um centro de documentação absolutamente exemplares. Todavia, por contingências próprias desta evolução, desde 1975 os trabalhos publicados são escassos e um, digamos, *pensamento reflexivo* sobre estas realidades está ainda por realizar, de modo a reunir e *digerir* os vastíssimos dados documentais e de terreno.

No entanto, a vila albergou alguns distintos investigadores que dirigiram a sua atenção para o património histórico, assim criando uma sensibilidade própria. Entre estes nomes, destaca-se Possidónio Laranjo Coelho que em 1924<sup>223</sup> nos deixa um precioso registo informativo ao qual devemos, por exemplo, a provável demarcação do término de administração da *civitas ammaiensis* com base em documentação medieval. Todavia, esta elite ilustrada não concretizou no terreno qualquer tipo de iniciativa, nem deixou uma tradição de investigação que sobrevivesse à sua própria geração. Durante as décadas seguintes não encontramos qualquer tipo de registo sobre elementos do património romano local. Será apenas na já citada data de 1975 que voltaremos a ter dados, então

---

223 Reeditado em 1993.

com a consistência de uma tentativa de carta arqueológica<sup>224</sup>. Daqui resultaram outros trabalhos, e sem preocupação de exaustividade (até porque alguns nunca foram divulgados), registem-se prospecções nas principais áreas do concelho e intervenções em Mascarro, Vale da Bexiga, Santo Amarinho e Azinhaga da Boa Morte.<sup>225</sup>

Do ponto de vista geográfico, Castelo de Vide é um dos mais pequenos concelhos englobados neste estudo, com os seus 255 km<sup>2</sup>. E, no entanto, apresenta uma extraordinária vivacidade no modo como as suas paisagens e ambientes rapidamente se alteram. Em poucos quilómetros passamos das *safaras* (para utilizar o étimo vasconcelliano) de Póvoa e Meadas para os vigorosos relevos da Serra de São Mamede, ou para os ásperos contrafortes do rio Sever. Verdadeiro *concelho-escada*, em Castelo de Vide temos uma progressão altimétrica que sobe desde a bacia do Tejo até às cotas da Serra. Se, algures próximo de Póvoa e Meadas, olharmos para a paisagem, temos de um lado as sucessivas quebras do relevo até às margens do grande rio, já no concelho de Nisa, e no extremo oposto, os pináculos onde se empoleira a sede de concelho e, um pouco mais atrás, a vila de Marvão<sup>226</sup>. Trata-se, ainda, de um território com assinaláveis recursos, juntando-se à qualidade de algumas manchas de solos a riqueza mineira em cobre, chumbo e ferro, e ainda a rede hidrográfica que origina férteis várzeas permitindo a agricultura intensiva.

Este polimorfismo é também originado pela diversidade do substrato geológico. A face a norte e a ocidente é desenhada pelos granitos, ocorrendo em duas formas, uma de fácies mais negro e de grão grosso, e outra claro e compacto. Entrando nos relevos do Sever encontramos os xistos de formação arcaica que provocam um terreno cavado, por vezes íngreme (como ocorre ao longo das encostas que delimitam o vale do rio), e quase impossível de percorrer pelas abruptas pendentes. O relevo alcantilado do quadrante onde se situa a sede de concelho é um bom exemplo: as impressionantes penhas da Serra de Castelo de Vide iniciam aqui o seu percurso até Portalegre, criando pontos de defesa, miradouros naturais (como a própria vila, com o seu altivo domínio visual para a Beira) e definindo portelas de passagem estreitas e localizadas. A vila de Castelo de Vide situa-se, portanto, estrategicamente colocada no início

---

224 Rodrigues, 1975.

225 Remeto para as entradas respectivas de sítios para detalhes mais concretos. Numerosos textos produzidos sobre sítios e peças arqueológicas do concelho encontram-se disponíveis no *site* do município em [http://www.cm-castelo-vidе.pt/arqueologia\\_monumentos\\_arqueologicos.htm](http://www.cm-castelo-vidе.pt/arqueologia_monumentos_arqueologicos.htm). No mesmo endereço encontra-se uma “*Bibliografia e outros documentos publicados ou não, que referem trabalhos, informações ou estudos [...]*” que apresenta com exaustividade artigos e relatórios não publicados.

226 Esta progressão topográfica é visível no curso do rio Sever, que ao longo de 63 quilómetros de curso vence um desnível de 800 metros (Oliveira, 1997: 119), o que nos mostra como o concelho de Castelo de Vide se encontra altimetricamente colocado em patamares voltados a norte, para o grande rio peninsular.

destas poderosíssimas linhas de relevo que, no entanto, aparecem marginais ao território. Na realidade, apesar da aparência alcantilada que o visitante leva da “Sintra do Alentejo”, o concelho é constituído mais pela paisagem ondulada, relativamente suave, que encontramos para outras direcções. Portanto, esta *mutabilidade* do quadro natural, esta diversidade camaleónica, é um dos dados mais interessantes do pequeno concelho de Castelo de Vide.

O contraste é também visível em outros domínios, como na hidrografia. A leste temos os vales onde os rios correm estrangulados e com estrépito: o já referido Sever, uma parte do curso da ribeira de São João, a ribeira de Vide ou a ribeira do Vale do Cano, que pelo facto de se encontrarem tão enrugados na paisagem constituem também fronteiras administrativas, seja com outros concelhos, seja com Espanha. Por outro lado, nas freguesias de Póvoa e Meadas e em parte de São João Baptista, temos ribeiras que transitam de forma mais suave, espraiando-se pelas margens e fornecendo aptidões para uma antropização diferente. A ribeira de Figueiró ou a ribeira de Nisa, por exemplo, criam outras dinâmicas na relação do Homem com o meio, originando férteis várzeas e solos propícios para a agricultura de horta. Apesar das dinâmicas recentes na alteração dos recursos naturais, conseguimos ainda entrever o que terá sido a paisagem antiga. Nas faldas voltadas a norte e a nordeste da Serra de São Mamede sobrevivem manchas de arvoredos que os incêndios ou a prática agrícola não corromperam: alguns bosques de carvalhos (*Quercus lusitanica*) e de castanheiros (*Castanea sativa*) de grande importância na economia local, e em certos pontos mais esparsos irrompem pinheiros-bravos (*Pinus pinaster*). Albergados por estas diferentes espécies crescem matos rasteiros que, com o sucessivo êxodo rural, vão novamente recuperando o porte e impedindo a visualização da superfície do solo ou até, em casos cerrados, impossibilitando de todo o trabalho de prospecção. Este coberto arbustivo tem também grande relevância para a economia local, seja através das produções directas, seja das derivadas, como o vime para cestaria ou o mel que as abelhas fornecem. Neste âmbito, as urzes (*Erica arborea*), giestas (*Cytisus striatus*) e alguma esteva (*Cistus ladanifer*) preenchem o campo onde os cultivos cessaram ou nunca se realizaram. Todavia, o concelho apresenta belíssimos solos agrícolas, detendo extensões com elevada aptidão, sejam aquelas encaixadas nos meandros das ribeiras que correm entre as fragas da serra, sejam nos terraços fluviais dos relevos abertos de Póvoa e Meadas ou da ribeira do Figueiró, mais próximo de Alpalhão. Aqui temos solos leves e arenosos mas escuros e produtivos, muito fáceis de trabalhar. Dada a existência de um rico húmus resultante da folha caduca do coberto vegetal, e com a abundante água existente, possuem uma propensão para o policultivo pois aguentam bem a cultura intensiva hortícola. Os espaços amplos ficam reservados para os pastos de forragem do gado. Em zonas abrigadas da Serra formam-se micro-climas de grande diversidade ecológica que possibilitam produções de excelência: os pomares de maçãs, de

peras, de cerejas, de laranjas ou a produção de figos, são exemplos conhecidos e de merecida fama. Finalmente, para o campo aberto, encontramos os prados de pastagem ou as searas, sendo famosas as amplas extensões de cereais na zona de Póvoa e Meadas ou junto às margens do Sever, que mesmo em solos quase esqueléticos, conseguiam elevada rentabilidade e notáveis volumes de produção. É aliás nestes campos que se irão construir imponentes casas agrícolas cuja arquitectura de grande vulto ainda marca a paisagem. São bem conhecidos os grandes lavradores e gerentes de casas agrícolas que fizeram fortuna ao longo do século XIX e XX, tendo por pilares económicos estas produções extensivas que transformaram a paisagem com a lenta charruagem e despedrega dos campos. Com os devidos cambiantes, não custa imaginar que fosse este o quadro geral na época em estudo: uma propriedade repartida na zona mais recortada, com sítios de *economia de amplo espectro*, e uma paisagem aberta pontuada por grandes *villae* ocupando-se da tríade mediterrânica nas áreas de solos seareiros. De que forma, e quais os sítios que materializam esta impressão, veremos em seguida.

## Sítios e comentários

### 06.01. Chão Salgado (=Barbuda)

CMP 325 / CNS 524<sup>227</sup> e 7003<sup>228</sup> / N 39° 32' 57.8" / 7° 27' 08.9" / Topónimo / Necrópole

Em zona erma e despovoada, hoje de quase impossível acesso pelos cerrados eucaliptais e reservas de caça que levaram ao fechamento de caminho públicos. Nesta extensa paisagem, entre Fidalgo e o Monte de Santo Isidro, há indicadores difusos mas que conviria explorar. Além de várias sepulturas escavadas na rocha (Casão das Taigas), Conceição Rodrigues informa-nos de que “[...] no local denominado «Chão Salgado» quando procedia à lavoura do terreno o arado ficava preso em muitas destas sepulturas, levantando-lhes a tampa, donde uma vez tirou um machado e uma «cantarinha» [...]. Diz o mesmo trabalhador que apareciam aqui pequenas mós. [...] Esta área, actualmente, é deserta daí a nossa dificuldade em localizar o referido cemitério.” E depois, uma curiosa lenda: “[...] O trabalhador citado, homem de avançada idade, conta que o seu bisavô, dizia lembrar-se que naquela região viviam homens selvagens de cabelos e barbas compridas e loiras e de olhos azuis”<sup>229</sup>. Informações orais de pesos de lagar que também não foi possível confirmar.

### 06.02. Casão do Leandro

---

227 Barbuda.  
228 Chão Salgado.  
229 Rodrigues, 1975: 186.



CMP 325 / N 39° 31' 20.6" / 7° 26' 01.8" / Terreno / Povoado (?)

Nas malhadas da casa encontra-se uma coluna romana em granito de grão grosso e de tom cinza com 32 cm de diâmetro por 40 de altura. Informação de Jorge de Oliveira indica que em tempos antigos estava depositado um colunelo visigótico na construção. Na casa estão embutidos vários silhares e pedras aparelhadas, em especial nas esquinas. Uma outra coluna está na fachada principal.

*Referência: Inédito a partir de informação oral de Jorge de Oliveira.*

### **06.03. Casão do Inferno**

CMP 325 / N 39° 30' 50.9" / 7° 25' 01.3" / Terreno / Povoado(?)

Pequena construção de apoio agrícola com esquinas em blocos de pedra de granito de grão grosso trabalhado. Na envolvente, quer nos limites da propriedade, quer junto às cancelas, estão mais silhares.

*Referência: Inédito a partir de informação oral de Jorge de Oliveira.*

### **06.04. Casão da Machouqueira**

CMP 325 / N 39° 30' 51.9" / 7° 24' 33.1" / Terreno / Povoado (?)

O maior conjunto edificado e o que apresenta mais elementos pétreos reaproveitados. Tem um silhar almofadado, vários apresentam marcas de forfix e os esquadriamentos para inserção em construções.

*Referência: Inédito a partir de informação oral de Jorge de Oliveira.*

### **06.05. Mato da Póvoa – Mosteiros**

CMP 325 / CNS 483<sup>230</sup>, 5800<sup>231</sup> e 10315<sup>232</sup> / N 39° 30' 53.0" / 7° 32' 52.8" / Terreno / Santuário (?)

Um sítio vertiginoso, porque no carrossel de subidas e descidas vamos sempre encontrando novas estruturas e uma infinidade de pedras, de cerâmicas, de memórias abandonadas pela história. E no topo, o Olimpo: uma vista arrebatadora e um panorama que sobre-eleva toda a envolvente. Portanto, é uma tarefa complexa, a de descrever o sítio de Mosteiros, porque é um verdadeiro *tell* onde, da base para o topo da elevação somos continuamente surpreendidos por núcleos de vestígios materiais. Curiosamente, a maior parte dos elementos escapou a Conceição Rodrigues, que apenas refere o forno cerâmico e as construções medievais<sup>233</sup>. Mas já Leite de Vasconcellos visitara o local: “Quanto ao carácter das ruínas, não havia dúvida que elas eram romanas. A sua extensão é que era muito grande para que pudesse ser explorada de repente; talvez ocupem uma área não inferior a quatro hectares.<sup>234</sup>” Em devido

---

230 Referente ao forno.

231 Registado como “Tapada de PaiAnes”.

232 Como “*Villa romana dos Mosteiros*”.

233 Rodrigues 1975: 139-145.

234 Vasconcellos, 1930-1931: 179.

lugar<sup>235</sup> já tive ocasião de expor os dados que sustentam a minha convicção de ser aqui o local de proveniência da ara de *P. Carminivus Macer*, situação deduzida a partir do texto vasconcelliano e de uma passagem em epístola do seu correspondente local, o Dr. Basso: *a restante* [epígrafe] *no Mato da Póvoa ou Pai Anes*<sup>236</sup>. O próprio “mandou fazer pesquisas cautelosas, com intuito de averiguar qual a extensão que ocuparia a «mouraria», e qual o caracter d’esta: e, com tanta sorte, que descobriu o seguinte: a ara a que ha pouco me referi; o anverso de uma *lucerna* (candeia), de barro, no qual se vê a figura de Mercurio; muitos *lateres* (tijolos), fragmentos de *dolios* (potes); uma asa de anfora; dois fustes de colunas, graníticos; pedaços de *opus Signinum* (formigão), e de *imbrices* (telha curva).<sup>237</sup> Por via desta referência, o sítio entrará em inventários posteriores<sup>238</sup>. Será também referido em breve passagem de Mário Saa: “Transposta a Póvoa, atinge, 3 km depois, os Mosteiros, campo de ruínas que, na tradição local, andam atribuídas a destruído convento. Mas são ruínas de idades e épocas várias, principalmente da romana: vasta e densa dispersão tégular, com todo o mais material daquelas específicas construções. Paredes grossas e rijas, empedernidos alicerces, segmentos de condutas de água, fragmentação de pavimentos a cores, silos subterrâneos.”<sup>239</sup> Outra referência é feita por Jorge de Oliveira, importante por dois aspectos: é então que pela primeira vez se alude à interpretação do local como um templo e porque refere a existência de materiais romanos na escavação do monumento megalítico da Tapada dos Matos<sup>240</sup>. Todavia, apesar da exuberância dos vestígios, nunca merecerá um olhar atento até que em trabalho académico recente Mário Monteiro (2002-2003) procede a uma cuidada descrição dos núcleos estruturais, quer com base em impressões de terreno muito rigorosas, quer através de um exaustivo levantamento de informações orais. São estas que também permitem perceber o ritmo de delapidação do sítio, inclusive com recurso a detectores de metais. De referir ainda que, no monte de Mato da Póvoa, está uma coluna e um capitel de granito aqui recolhidos, elementos arquitectónicos que se somam a um outro capitel em mármore, actualmente depositado no GACV, mas com uma cronologia muito tardia<sup>241</sup>.

---

235 Carneiro, 2009-2010.

236 Correspondente nº 2998, carta 1756, sublinhado original.

237 Vasconcellos, 1930-1931: 178.

238 Gorges, 1979: 464-465; RP 6/35 (entrada PaiAnes) e 6/36 (entrada Mosteiros)

239 1967: 190. O autor diferencia o sítio de Mosteiros do “alcarial romano” de Paio Anes [sic].

240 1997: 478-479, menção a “templo”, uma “ampla estrutura quadrangular” onde foram descobertos “fragmentos de mosaicos policromáticos” na nota 3. A anta contígua, da Tapada dos Matos, revelou na sua escavação materiais como “uma fíbula, várias moedas, fragmentos de peças de vidro e de sigillata clara” indicando, se não um enterramento, pelo menos “que os romanos a visitaram”.

241 Mário Monteiro (2003: 47) aponta várias opiniões que unicamente coincidem no facto de ser um exemplar tardio, oscilando todavia entre o século VIII e o IX. Adiante que, de acordo com a figura publicada, aproxima-se do de Vale da Bexiga ou o exemplar de Mosteiros (Crato).

O primeiro elemento a notar é a óbvia proximidade a um caminho romano, o mesmo que transita por Poço de Marvão, Ponte Velha e Póvoa e Meadas e que, para oeste, servindo de limite administrativo dos concelhos, corre em direcção ao povoado da barragem. Uma azinhaga larga, com marcas de rodados e pendentes muito suaves. Resulta também evidente da leitura do trabalho de Mário Monteiro que a área envolvente se encontra repleta de sepulturas escavadas na rocha e lagaretas. Chegados ao sítio, a impressão imediata centra-se na imponência da elevação, grande massa de terreno que assinala o contacto entre o complexo xisto-grauváquico com a mancha de granitos. O pequeno curso de água que daqui emana parte de uma fonte de mergulho, possivelmente de fábrica romana, que tem tradição salutífera de “fonte das águas santas”. Aqui se encontram as estruturas conhecidas como os *Mosteiros*, de construção medieval embora em lintel de uma porta se encontre a gravação de 1725. De acordo com as fontes consultadas por Mário Monteiro<sup>242</sup> não existe qualquer referência à existência de uma estrutura monástica aqui situada, faltando, neste como em tantos outros sítios, um levantamento documental de arquivo que seja exaustivo.

É extremamente complexo realizar uma descrição dos numerosos núcleos, mais a mais sem um levantamento topográfico que urge realizar antes que mais informação se perca. De qualquer forma, da base para o topo encontram-se três grandes núcleos. Sigo o ordenamento e numeração de Mário Monteiro, com algumas indicações adicionais.

Conjunto da base, articulado em torno de uma plataforma artificial que se ergue entre 3 a 4 metros de altura, quebrando a pendente da encosta:

E1 – Na base, no extremo oeste. Estrutura rectangular com aproximadamente 2x2,5 metros terminando em nichos circulares a Este, com cerca de 90 cm de diâmetro, revestidos a argamassa com pinturas a ocre. Atribuídos a uma estrutura termal.

E2 – o conjunto mais complexo: a norte, três estruturas muito próximas, uma delas erguendo-se com aparelho de *opus latericium* solidamente unido por uma argamassa muito compacta e branca. Formam uma estrutura em tripla ábside, forrada a mármore branco, conservada com altura máxima de um metro.

P1 – Área sobre-elevada, com muitos blocos de granito no seu interior. Seria aqui que se encontraria o mosaico que foi identificado e fotografado na década de oitenta antes de ser destruído pelo proprietário.

E3 – Estrutura em *opus caementicium* já muito destruída, interpretada como pertencente a um aqueduto ou estrutura de condução de águas.

C1 – mais próximo da base e da linha de água. Duas estruturas, uma medieval, idêntica às outras casas dos “Mosteiros”, que cavalga em parte (porque a de base é de maiores dimensões) uma estrutura de fortíssimo embasamento.

---

242 2002-2003: 5-6.

A mais recente reaproveita vários silhares, enquanto a da base é de um *opus* fortemente argamassado.

E4 – forma parte do núcleo este da base. É uma construção dos “Mosteiros”, portanto medieval ou posterior, formada por vários silhares, alguns almofadados. É aqui, no lintel da porta, que se encontra a inscrição “1725”. Os muros que afloram nas suas imediações, e as oscilações do relevo, indicam que existem estruturas no subsolo. É possível, como indica Mário Monteiro, que houvesse por aqui um recinto murado delimitando a parte edificada, e a entrada actual da estrutura de algum modo perpetuasse o antigo ponto de passagem.

E5 – Troços de muros que prolongam o anterior recinto para norte e sul. Claramente romanos. Um deles, com mais de meio metro de altura, tem na base uma meia-cana na união do pavimento.

F – A já referida fonte de mergulho com água permanente. Nas proximidades encontra-se um alinhamento de pedras desmanteladas (um paredão de barragem?).

T – Tanque rectangular com 2,5 por 3 metros, próximo da fonte, à qual está unida por um canal. Os silhares envolventes indicam que as paredes foram partidas para que o gado tivesse acesso à água. A hipótese de Mário Monteiro de aqui se situar um *castellum aquae*, de onde poderia partir um aqueduto, deve ser considerada, mais do que a interpretação como banho termal, manifestamente inadequada face à robustez das paredes e pequenas dimensões do interior.

E6 – Estrutura rectangular com 1,30 por 0,90m, de função indeterminada e que emprega uma laje de xisto envolta na argamassa do aparelho.

P – Poço quadrangular com 2,8 por 2,8m em aparelho de blocos de granito.

Forno – De planta quadrangular com 5,55m de cada lado. Referido por Conceição Rodrigues, foi escavado de forma voluntarista em 1982 pelo GACV, sem que fossem realizados relatórios. Não subsiste nenhuma ideia sobre que materiais foram aqui produzidos, embora se refiram doze pesos de tear encontrados no seu interior. O depósito de rejeitados ou resíduos permanece por identificar. Nas imediações foram encontrados indicadores que configuram a existência de uma área artesanal: escórias de ferro e chumbo e uma possível bigorna, em zona com muitos fragmentos de cerâmica de construção. Quanto ao forno, surpreende pelo excelente estado de conservação na altura em que foi identificado. Estrutura típica, com uma câmara de combustão curta, de corredor central e seis arcos em tijolo. Grelha em *opus caementicium* com linhas de agulheiros arredondados onde se encontraram tampas de argila com impressões digitais. Entrada do *prae-furnium* rectangular, delimitada por silhares de granito. Paredes revestidas a argamassa argilosa, decorada com largas incisões formando uma retícula. Pelos poucos vestígios de utilização, levanta-se a hipótese de ter funcionado durante um curto período de tempo.

Patamar intermédio da elevação:

P2 – Tapete de pavimento em *opus signinum*, talvez com 8 por 5 metros, ligeiramente sobre-elevado em relação à envolvente, e servindo de base para um moroiço onde estão várias pedras aparelhadas. Aqui a encosta quebra o declive, tornando-se em larguíssima plataforma artificial onde sobressai um *podium* com 20 metros de comprimento delimitado por dois largos silhares de granito em cada extremidade. A frente do *podium* por vezes aflora à superfície ou espreita sob as raízes das azinheiras. Daqui se desfruta um amplíssimo panorama, incluindo o conjunto da base e a anta e que abrange todo o vale.

C2 – A construção anexa emprega variados elementos de construção no seu aparelho. Silhares, uma soleira de porta embutida na verga que separa os dois compartimentos interiores e um fragmento de coluna em granito junto à parede sul.

No topo da elevação:

E7 – Conhecido como a “Torre”, é uma enorme estrutura que aflora em meio a uma elevação artificial com 3 a 4 metros de altura em relação ao solo envolvente. Tem um rectângulo interior de blocos de pedra fragmentados, formando um outro *podium* ou um embasamento rodeado em três frentes (excepto a este) por meias-canas de um *opus caementicium* extremamente forte, com pedras de médio calibre e uma argamassa muito pura (branca), com meia-cana de cerca de 30cm de altura, parecendo formar um espelho de água em três lados, espaçada a cerca de 1 metro da estrutura central. O total da estrutura não tem menos de 15 metros. Na base é referida a antiga existência de uma calçada que rodeava toda esta estrutura e que foi desmontada, razão pela qual se encontram tantos blocos de granito nas imediações e nos muros de separação de propriedade. Mais abaixo, uma plataforma de perímetro circular, a C6. Neste topo existem notícias de achados de ossos, razão pela qual foi proposta a existência de um mausoléu familiar. Mário Monteiro relaciona esta estrutura com um torre que procedesse à vigilância sobre as Terras de Azafa, mas a construção é romana. Em primeiro olhar, parece tratar-se de um espelho de água, delimitado pelo *opus* e a meia-cana, que definiria um tanque de um metro de espessura que emoldurava a estrutura central, talvez um templo. A panorâmica abrangente é dominadora, embora a elevação não tenha destaque quando avistada de longe.

Necrópole – A cerca de 400 metros para Norte, junto ao ribeiro. O único indicador conhecido é a descoberta acidental de uma urna de chumbo com incineração no seu interior, exumada no interior de uma cavidade com paredes em xisto e planta rectangular<sup>243</sup>. É difícil determinar o seu recheio, pois o GACV deparou-se com o achado já removido e disperso, mas as informações orais recolhidas por Mário Monteiro apontam para uma ou duas moedas, pelo menos dois recipientes cerâmicos e um de vidro. Aparentemente, cinco lucernas são provenientes do seu interior. Resta saber se se trata de um enterramento

---

243 Descrição em Caetano, 2002a: 323-325.

isolado, o que é pouco provável, pois mencionam-se fragmentos de cerâmica de construção e de *opus signinum* na zona. Mário Monteiro<sup>244</sup> aponta para uma cronologia de meados do século III ou inícios do IV, o que faria desta sepultura um exemplo tardio do rito de incineração. Relembre-se ainda que são muito raras as urnas de chumbo no território actualmente português, sendo esta a única conhecida no Alto Alentejo.

\*

Em resumo, e com tão extenso conjunto de indicadores materiais, o que se pode dizer sobre Mosteiros?

Desde logo, o óbvio: trata-se de um dos grandes sítios arqueológicos do Alto Alentejo, infelizmente em acentuado processo de delapidação.

Existem alguns componentes inusuais, que devem ser atentamente considerados. Um reside no campo estrutural: toda a elevação está pontuada de construções, progressivamente mais imponentes à medida que procedemos à ascensão para a cota mais elevada. Se o conjunto que temos na base apresenta alguma componente sacra – a fonte, o conjunto monástico – o quadro global pode ser interpretado como uma *villa*: notícia de mosaicos, um edifício que parece representar uma sala de tripla abside, estruturas relacionadas com o armazenamento e condução de águas, espaços identificáveis com uma *pars rustica*. Todavia, o que está mais para cima já não é uma *villa* assumindo, pela sua monumentalidade, integração paisagística e cariz dominador, uma componente sacra. E aqui é indispensável fazer a relação com a dedicatória de *P. Carmivus Macer*, peça-chave neste contexto, feita a uma divindade inominada, o que indica tratar-se de um entidade tópica. A epígrafe sempre foi encarada neste âmbito, já desde a primeira notícia feita por Leite de Vasconcellos, mas o que se torna necessário esclarecer será ou o cariz privado (no âmbito de um *lararium* ou templo de uma *villa*), ou se dentro de uma estrutura cultural pública se integrava – um santuário na verdadeira acepção da palavra, um espaço de devoção agregador das comunidades em redor. Neste aspecto, o impressionante volume da massa edificada deve ser tida em consideração: o *podium* panorâmico a meio da encosta e a estrutura emoldurada por um espelho de água que se encontra culminando a elevação, não parecem ser edifícios de âmbito doméstico, por muito sumptuoso que este pudesse ser. Não há aqui uma estrutura contínua de edifícios, mas núcleos que vamos encontrando ao subir da encosta, como se de um *corredor processional* se tratasse. De resto, corresponde a um modelo já conhecido, o dos *santuários de terraços*, espaços nucleados onde decorrem festividades e cerimónias de culto.

É então de excluir a existência de uma *villa*? Neste aspecto os dados não são claros. Na base poderemos ter uma estrutura desse âmbito, como já foi referido no início desta argumentação. Mas invertamos a perspectiva: a *villa* poderia estar na outra margem da ribeira, em PaiAnes, em ponto ainda não identificado,

---

244 2002-2003: 30-31.

e aqui teríamos um recinto, delimitado pelo talude visível a este e com a entrada onde se encontra hoje a porta com a inscrição “1725”. Entrando para o recinto poderíamos ter jogos de água, ou tanques para banhos rituais ou de purificação. As estruturas existentes não podem ser interpretadas no ponto actual dos conhecimentos, mas correspondem a espaços de reunião ou de âmbito sagrado, reforçadas por zonas de actividades produtivas relacionadas com a função sacra, ou com actividades comerciais em momentos de festividades, corporizadas nas possíveis forjas e no forno, de resto com sinais de esporádica utilização.

Para finalizar: não é possível saber, neste momento, o que terá sido Mosteiros. Certos são os sinais de uma inequívoca romanização ou, dito de outra forma, de fortes índices aquisitivos. O *tria nomina* epigrafado é um desses sinais, como também a urna de chumbo, a variedade de tipos de *terra sigillata* dados a conhecer por Mário Monteiro ou o elevado número de lucernas. Este pode ser mais um indicador de função sacra, pois é sabido que o objecto-lucerna é mono-funcional, apenas servindo para iluminação de ambientes, seja nos espaços de vivência, de celebração religiosa ou no sentido metafórico na deposição funerária, como elemento psicopompo que clareia a viagem no domínio das trevas. A ocorrência de sete lucernas neste sítio arqueológico (quatro ou cinco na urna) é um padrão anormal, pelo excesso, face ao conhecido na região. É certo que os materiais visíveis à superfície são escassos e pouco expressivos – maioritariamente cerâmica de construção e alguma comum – mas tal pode dever-se à boa qualidade de preservação de níveis arqueológicos pouco remexidos (apesar das acções furtivas recentes). Relembro que, mesmo em época romana, a coabitação entre residência privada e estrutura cultural pública existia, e nesse sentido não existiam exclusões ou territórios separadores<sup>245</sup>. A componente sagrada é evidente, e neste âmbito Mosteiros é um marco referencial na geografia religiosa da região, sendo desde logo necessário identificar o teónimo respectivo, não explícito na invocação epigrafada. Santuário ou complexo cultural, parece-me fora de dúvida, mas não elimino a hipótese de uma estrutura residencial associada, embora me pareça preferível situá-la em PaiAnes, na margem oposta da ribeira (embora aqui os dados sejam escassos). Pelos argumentos apresentados, não fica claro que no sítio em causa exista efectivamente uma *villa*, parecendo-me que, a existir, não seria *só uma villa*.

Seja o que quer que tenha sido, Mosteiros é um dos grandes *complexos arqueológicos* do Alto Alentejo.

*Outras referências: Proc. IPPAR 4.05.009; Processo IPA 2003/1(144); RP 6/36; TIRJ-29: 113.*

---

245 Relembro a nota 89 em Carneiro, 2009-2010: na *Epistola IX.39* de Plínio-o-Jovem ficamos a saber que em uma sua propriedade existia um templo a *Ceres* com duas estruturas separadas por uma estrada: de um lado o templo privado, do outro um espaço público porticado, para descanso e orações dos viajantes, estando ambos situados dentro da sua estrutura fundiária. Aliás, com o decorrer do Império esta abertura de estruturas culturais privadas ao comum visitante intensifica-se, de modo a funcionar como modelo de ostentação e auto-representação das famílias proprietárias.



#### **06.06. Poço de Marvão**

CMP 325 / N 39° 31' 01.4" / 7° 29' 15.9" / Terreno / Povoado (?)

O sítio está no topo de uma elevação, tendo na base um caminho antigo morfologicamente muito interessante, que conduz à chamada Ponte Velha (e, no seu seguimento, para Mosteiros). Está na cota mais elevada, mas não dispõe de visibilidade para sul, pois tem o obstáculo de uma linha de cumeeada nesta direcção. Para norte temos uma elevação mais pequena, pelo que o relevo funciona em sequência de patamares. O casebre em ruínas – de pequenas dimensões – apresenta nas três faces em que a alvenaria está visível, porque o reboco caiu, os cantos feitos de silhares de enormes dimensões, alguns com talhe correctíssimo, outros mais grosseiros, uns de grão grosso cinzento e outros de grão mais fino e claro. Encontra-se um pedestal com dois encaixes<sup>246</sup> e um fragmento de um peso de lagar. A casa está sobre um local de ocupação: encontram-se imbrices e tegulas, e ainda cerâmica comum, todos de feição tardo-romana. A mancha, todavia, é escassa, sendo difícil de perceber a origem dos materiais pétreos.

*Referência: Inédito.*

#### **06.07. Monte do Senhor Eusébio**

CMP 325 / N 39° 30' 48.4" / 7° 33' 52.0" / Topónimo / Casal (?)

Informações não confirmadas sobre a existência de sítio romano sob o edificado. A propriedade sempre encerrada impediu o acesso. Trata-se de uma zona com densa concentração de sepulturas escavadas na rocha<sup>247</sup>.

#### **06.08. Monte do Doutor Eugénio**

CMP 325 / N 39° 30' 30.7" / 7° 26' 14.3" / Terreno / Achado

Vários materiais romanos depositados nos anexos do monte, em especial pesos de lagar e silhares. Deverão ser provenientes de Tapada Grande, propriedade nos domínios desta casa agrícola.

*Referência: Inédito a partir de informação oral de Jorge de Oliveira.*

#### **06.09. Meada (= Ameada/Santo Amador)**

CMP 325 / N 39° 30' 13.7" / 7° 27' 02.7" / Terreno / Pequeno Sítio

Vários materiais romanos depositados nas casas da antiga freguesia, uma situação idêntica à anterior face à proximidade com a *villa* da Tapada Grande. Conceição Rodrigues afirma que “Houve continuidade de habitação neste local, que chega até aos nossos dias. Muitas das casas existentes foram construídas com materiais da antiga vila romana”, mas em seguida aponta como local de proveniência dos materiais a referida *villa*<sup>248</sup>. No entanto, no olival em frente

---

246 45cm de largura mínima, 72 de espessura, 68 de espessura máxima e 18 de altura.

247 Rodrigues, 1975: 197 a 201.

248 1975: 150. Por este motivo, RP 6/37 duplica os sítios.



à casa encontra-se uma mancha de cerâmica de construção muito dispersa e rolada (cerca de 200m<sup>2</sup>).

### **06.10. Tapada Grande**

CMP 325 / CNS 485<sup>249</sup> / N 39° 30' 05.0" / 7° 26' 44.5" / Terreno / *Villa*

Extensa *villa* romana hoje muito delapidada. O elemento patrimonial mais relevante é a barragem com paredão conservado de 115 metros, cortando a ribeira de Vide. O sítio encontra-se um pouco a jusante da estrutura hidráulica, no olival. Curiosamente está exposto a norte, embora esse seja o padrão das *villae* vizinhas, como Garrianchos e Torre, já em Marvão. Nesse sentido, está no termo oeste de uma frente de várias *villae* em sequência.

Para quem chega ao sítio, o panorama é relativamente decepcionante: em mancha com cerca de um hectare encontram-se tegulas, imbrices e cerâmica comum (grandes recipientes, mas também púcaros de tom cinza) rolados e fragmentados. É evidente a superficialidade do afloramento, mas não se encontram vestígios de estruturas. Os elementos mais expressivos foram daqui retirados por acção da agricultura intensiva. Pesos de lagar em número variado e indeterminado, sendo um de considerável volume<sup>250</sup>, bases e tambores de coluna, silhares, cornijas e mesmo duas aras infelizmente ilegíveis<sup>251</sup>.

*Outras referências: Gorges, 1979: 465; RP 6/38; IRCP nº 612.*

### **06.11. Fonte da Beldroega**

CMP 325 / N 39° 29' 29.5" / 7° 24' 53.3" / Terreno / Povoado

No portão de entrada para a Tapada da Chaminé estão três silhares de cada lado, com almofadado e marcas de forfex. No topo da elevação existe uma mancha de cerâmica extensa, um cossoiro e um elemento de mó girante. Alguma da cerâmica comum é manual, podendo indicar um sítio do Ferro romanizado. Nas casas observa-se que, na mais junto ao topo, se encontram novamente silhares nas esquinas, alguns apresentando marcas de forfex. Em resumo, parece tratar-se de um povoado do Ferro romanizado, mas não foi possível determinar o ponto de origem dos materiais de maior volumetria.

*Referência: Inédito a partir de informação oral de Jorge de Oliveira.*

### **06.12. Monte dos Agrões**

CMP 334 / N 39° 27' 04.6" / 7° 35' 09.8" / Terreno / Achado

Epígrafe localizada em recente Estudo de Impacto Ambiental. O sítio apresenta excelentes condições para a implantação de uma *villa*

---

249 Referido como "Meada", os dados devem ser atribuídos a este sítio.

250 Rodrigues, 1975: 152, não indicando medidas.

251 Rodrigues, 1975: 150-152.

mas na prospecção feita não se obtiveram resultados, nem existem indícios de tal existência.

Referência: Inédito a partir de informação oral de Mário Monteiro.

### **06.13. Vale da Bexiga**

CMP 334 / CNS 506 / N 39° 24' 42.6" / 7° 34' 44.2" / Terreno / Villa

Encontra-se em plataforma de declive suave para sul, com excelente enquadramento paisagístico, dominando uma linha de água e férteis várzeas agrícolas. Ocupa o terço inferior da encosta em plataforma que quebra a descida.

No terreno não é visível qualquer sinal de construções no subsolo, nem foi visto o troço de parede referido por Conceição Rodrigues. Mas o local encontra-se muito exposto a fenómenos pós-deposicionais e à erosão. Os materiais visíveis são escassos, mas espalham-se em área não inferior a um hectare. De cerâmica de importação, apenas um bordo de *terra sigillata* clara D e alguns bojos de ânforas. Alguma cerâmica comum também foi encontrada, genericamente com boa qualidade de fabricos (um de pasta clara). A cerâmica de construção está dispersa, com imbrices, tegulas e tijoleiras de grão fino e tom vermelho-claro, com pastas com numerosos e.n.p. de quartzo. Alguns exemplares são de deficiente fabrico, com pastas que se esfarelam ao toque. Encontram-se tegulas com excesso de cozedura, e blocos de pedra que talvez pertençam a construções.

De acordo com memória escrita, terão sido “levados a efeito trabalhos arqueológicos no local, tendo sido postos a descoberto diversas estruturas habitacionais e sepulturas. Estes vestígios, depois de consolidados, mantiveram-se a descoberto até que o rendeiro da propriedade procedeu à sua destruição [...]”<sup>252</sup> Os trabalhos arqueológicos referidos consistiram em sondagem aberta pelo GACV no local. A análise das fotografias então realizadas permite perceber que a intenção inicial seria avaliar o estado de preservação de sepulturas identificadas, mas como estas se encontravam em meio ao edificado, foram abertas valas seguindo o traçado desses mesmos muros. Pela planta realizada foram identificadas cinco sepulturas que apresentam semelhanças estruturais – caixas lajeadas de granito – com as de Boa Morte ou Santo Amarinho. A novidade aqui, porém, é que de acordo com a planta produzida (único elemento de compreensão) as sepulturas estão em meio do edificado, ficando por determinar, evidentemente, *o que seria* esse edificado. Note-se, porém, a similitude na orientação das estruturas e das sepulturas. Pela planta produzida, o conjunto edificado a sul, sem sepulturas e fechado, poderia corresponder a um mausoléu, embora, note-se, o interior não tenha sido escavado (!), dada a filosofia de seguimento dos muros que norteou a intervenção. A continuação dos muros faz pensar que se trata de uma estrutura pertencente a um todo

---

252 Ofº SRAZ 550/86, 16 Dez. 86, Caetano Mello Beirão em Proc.º IPPAR.

maior. Neste contexto o dado mais relevante acaba por ser o pequeno colunelo visigótico pertencente a um templete.

Defronte encontra-se a Ermida da Senhora das Virtudes, local que provavelmente corresponde a uma *kuba* islâmica cristianizada e que incorpora blocos de granito na construção. Próximo está uma sepultura escavada na rocha. Todavia, não me parece que se possa deduzir uma “continuidade de habitat” como refere Jean-Gérard Gorges, dada a distância entre ambos, e também porque a sequência ter-se-á verificado, como vimos, no próprio local. De referir ainda que Vale da Bexiga seria servida por um *diverticulum* que chega vindo de oeste (de Malhada das Cabras) e se prolonga para este, na margem oposta da ribeira, para Tapada da Mesa.

Em resumo, trata-se de uma *villa* dedicada à exploração dos férteis terrenos da envolvente. O padrão de implantação e os dados de terreno apoiam esta leitura. Torna-se no entanto fundamental perceber melhor o que aqui se passa no final do Império: teremos a invasão do espaço residencial por uma necrópole, estruturada em torno de uma basílica ou mausoléu reconfigurando o anterior local de habitação? Ou a intervenção arqueológica incidiu sobre uma área periférica, individualizada e *não-romana* distante da *pars urbana*?

*Referências: Proc.º IPPAR nº 4.05.007; Gorges, 1979: 463-464; RP 6/58; Rodrigues, 1975: 155-156.*

#### **06.14. Azinhaga da Boa Morte**

CMP 335 / CNS 238 / N 39º 28' 51.8" / 7º 32' 56.6" / Terreno / Necrópole

Vários núcleos de sepulturas identificadas em diferentes fases. Inicialmente (1975) noticiou-se uma necrópole constituída por oito sepulturas, mais duas a duzentos metros a este, em linha recta. Escavada em duas ocasiões, por Conceição Rodrigues em 1974 ou 1975 e José Olívio Caeiro em 1981/1982 (cujo relatório apenas repete a informação anterior), o total de espólio ascende a três bilhas de cerâmica, mais uma fivela e um anel de bronze com a gravação *ISISI* e uma estilização de palmeta ou ave. Em 1996, na sequência de prospecções intensivas, dão-se a conhecer novos conjuntos com duas sepulturas de inumação escavadas sem espólio (III), outras duas apresentando as mesmas características (XVII), e uma outra isolada (XIX). Já no núcleo XXII, com três sepulturas rectangulares, o espólio recolhido incluiu um pote e um jarro “das cabeceiras das sepulturas”, sem discriminação<sup>253</sup>. Um local que convinha analisar de forma mais profunda, peça-chave para conhecermos o mundo funerário do século V/VI, aqui em relação com o suposto *vicus* da Barragem que fica na margem oposta.

*Referências: Proc.º IPPAR nº 4.05.006; Rodrigues, 1975: 182; Sarnadas, 1996: 53-56.*

## Vale do Cano

V. Vale do Cano e Pereiro, concelho de Marvão (CMP 335).

### 06.15. Barragem da Póvoa

CMP 335/CNS 13830 / N 39° 28' 18.0" / 7° 33' 19.2" / Terreno / Vicus

Conjunto muito extenso de indicadores prolongando-se por uma área dificilmente avaliável (cinco hectares?) que abrange as duas margens do regolfo da actual barragem. Numerosas habitações ainda são visíveis, com parcelamentos de propriedades feitos com muros de pedra seca. Todavia, nos anos oitenta algumas habitações ainda estavam bem preservadas, observando-se nas fotografias então obtidas o volume construtivo de algumas. As construções apresentam sempre alvenaria de pedra seca, colocada com grande precisão, definindo estruturas rectangulares, que delimitam duas ou três divisões com pequenas áreas internas onde se encontra com frequência um piso com pedras pequenas. De notar que por vezes existe o reaproveitamento de silhares, ocasionalmente com almofadado. As portas estão delimitadas com pedras maiores, na vertical, e orientam-se tendencialmente a sul ou nascente. Em alguns casos, as sepulturas invadem o espaço habitacional com caixas semelhantes às de Azinhaga da Boa Morte. Em outros pontos encontram-se estruturas produtivas, observando-se encaixes de pesos de lagar, havendo notícias de no leito da ribeira se encontrar um “lagar romano” com um peso *in situ*. Em determinado ponto foi encontrado algo interpretado como o *podium* de um templo, tendo sido recolhidos fragmentos marmóreos de frisos decorativos e platibandas de granito dessa estrutura (hoje em parte incerta). Os materiais cerâmicos são frequentes, predominando a cerâmica de construção, com telhas, imbrices e tijoleiras. Pouca cerâmica comum, sempre de fabricos locais, e inexistência de tipos de importação. Ainda se notam azinhagas muradas de acesso ao local<sup>254</sup>. No actual regolfo há ainda a mencionar uma ponte, hoje submersa (conhecida como do Ribeiro do Carvalho), com um arco de volta perfeita construído em tijolo e de tabuleiro horizontal, cuja cronologia não se conhece.

Uma escavação foi realizada em ponto indeterminado deste sítio nos anos oitenta<sup>255</sup>. As fotografias constantes do processo indicam que decorreu

---

254 Para complemento informativo transcreve-se a descrição na Informação nº 90/IPA-Crato/99 de Carlos Batata: “O nível das águas encontra-se muito baixo, o que permitiu ver as estruturas ali existentes. Ambas as margens da barragem têm vestígios de época romana. Assim, foi possível verificar a existência de 1 núcleo onde se encontravam grande número de habitações, com os respectivos quintais ou parcelas demarcadas por pedras. Parte das estruturas encontram-se submersas. Um segundo núcleo encerra o que parece ser o pódio de um pequeno templo; um 3º núcleo diversas construções industriais romanas, bem como parcelas de terreno delimitadas por pedras e muros; um 4º núcleo com habitação e muros de delimitação de terrenos; um 5º núcleo, com habitações, delimitação de parcelas e duas sepulturas; um 6º núcleo que se encontra debaixo de água (lagar romano, com peso de lagar *in situ*); uma estrada delimitada por pedras (via romana).”

255 Relatório Barragem da Póvoa e Meadas. Castelo Vide. Estação arqueológica tardo-romana. Jorge Oliveira, 10. Dezembro. 1986 [dactilografado], constante do Processo do IPPAR consultado.

sobretudo em zona de necrópole, sendo visível uma caixa tumular de lajes de granito verticais em sepultura semelhante às da vizinha necrópole da Boa Morte. A sondagem intervencionou duas sepulturas, verificando-se que se encontravam sem espólio.

O quadro geral é coincidente com um *vicus* com uma larga diacronia de ocupação, iniciada em época romana, mas que se prolonga até momentos medievais. O local necessita de um projecto estratégico que proceda ao levantamento topográfico das diversas estruturas e núcleos e que prospecte intensivamente zonas ainda não percorridas.

*Outras referências: Processo IPPAR nº 4.05.005; Processo IPA S-13830; Sarnadas, 1996.*

#### **06.16. Tapada da Ameixoeira**

CMP 335 / CNS 511 / N 39° 28' 14.3" / 7° 26' 51.5" / Topónimo / Casal (?)

Escassas informações de Conceição Rodrigues: “Num feliz acaso recolhemos, na Tapada da Ameixoeira, um fragmento de imbrice que tem inciso um pentalfa, símbolo que parece ser de origem maometana, com significado mágico-religioso. [...] observámos, nas imediações, alicerces de construções circulares feitas com enormes pesos de lagar de médias proporções”<sup>256</sup>.

#### **06.17. Joucel**

CMP 335 / CNS 31363<sup>257</sup> / N 39° 27' 97.2" / 7° 28' 24.7" / Terreno / Povoado

Um dos *povoados escondidos* da Alta Idade Média que ocorrem nos relevos da Serra de São Mamede. Servido por uma azinhaga serpenteante, próximo de uma fértil várzea, temos 11 sepulturas escavadas na rocha, uma delas infantil, outra com tampa, algumas com molduras e ombros. Mais próximo da linha de água está um pequeno povoado, com compartimentos rectangulares e pedras fincadas, meio coberto pela vegetação e escondido por uma árvore.

Referência: Processo IGESPAR S-31363

#### **06.18. Monte da Murela**

CMP 335 / CNS 14366 / N 39° 26' 51.2" / 7° 34' 01.1" / Bibliografia / Casal

De acordo com a descrição, uma mancha de dimensões indeterminadas de cerâmica de construção, cerâmica comum e dois pesos de tear. Em topo de ligeira plataforma a meio de uma encosta suave com linha de água na base.

*Referência: Processo IPA 90/1(00).*

#### **06.19. Vale da Manceba**

CMP 335 / CNS 484 / N 39° 25' 57.5" / 7° 33' 57.3" / Topónimo / Villa

---

256 Rodrigues, 1975: 194-195.

257 No *Endovelico* como “Junçal”.

No seguimento de Vale da Bexiga, percorrendo o antigo caminho romano em direcção a oriente, situa-se uma provável *villa*. A descrição de Conceição Rodrigues será o melhor guia para conhecer um sítio hoje difícil de detectar pela vegetação arbustiva que recobriu a superfície do solo após o abandono agrícola: “Logo que saltámos a parede chamou-nos imediatamente a atenção a abundância de cerâmica constituída por inúmeros fragmentos de *tegulae*, de *imbrice*, tijolo de variadíssimas dimensões e espessuras, asas de vasilhas tipicamente romanas e até uma *tessella* de quartzo leitoso, perfeitamente limada pelo uso numa das faces. As paredes divisórias das tapadas circunvizinhas tinham abundantes quantidades de *tegulae*, *imbrice*, tijolo e silhares. Algumas destas pedras afeiçoadas foram empregues na reconstrução do portal de entrada de uma casa de falsa cúpula que existe a 200m a norte deste local. Nos quinais, nas ombreiras e soleiras das portas das construções anexas à referida casa de falsa cúpula são visíveis pedras talhadas, descortinando-se em algumas as características almofadas romanas. Por uma área de 5000m<sup>2</sup>, sobre a margem direita da linha de água, são abundantes os vestígios de habitação tipo romana.<sup>258</sup>”. Em leitura posterior o quadro muda: “habitats, vizinhos, do tipo casais agrícolas [...] uma grande concentração de pequenas unidades de exploração familiar<sup>259</sup>”, uma escadaria escavada no afloramento, pesos de lagar, silhares, escórias e blocos de *opus signinum*. Implantação canónica, em encosta suave voltadas a sul, com linha de água na base e fonte próxima, além de dominar férteis várzeas.

*Outras referências: Processo IPA 90/1(100); Gorges, 1979: 464; RP 6/53.*

## **06.20. Tapada da Pedreira**

CMP 335 / CNS 505 / N 39° 25' 17.3" / 7° 30' 24.2" / Bibliografia / *Villa*

O achado de uma coluna de granito (2,10m) em trabalhos agrícolas desencadeou a descoberta, hoje em propriedade vedada e de muito difícil acesso. As indicações não são muito claras: a autora procedeu à “abertura de uma pequena vala” em meio a grande dispersão de cerâmica de construção, cerâmica comum e blocos de pedra. A 60 cm de profundidade identificou-se um pavimento de lajes de granito, tendo sido recolhido grande quantidade de cerâmica, vidros e um peso de tear. Outra vala teve resultados similares quanto a espólio, mas indeterminados quanto a estruturas, pois a autora apenas refere “ter aqui existido uma *villa* rústica romana”<sup>260</sup>. A coluna é um indicador de monumentalidade mas os dados são pouco esclarecedores. Mais uma vez uma implantação canónica com encosta voltada a sudoeste, férteis solos na base da encosta, onde corre uma linha de água.

*Outras referências: Gorges, 1979: 464; RP 6/55.*

---

258 Rodrigues, 1975: 147

259 Pita & Magusto, 1996: 69-70.

260 Rodrigues, 1975: 157.

### 06.21. Tapada do Ribeiro do Carvalho

CMP 335 / CNS 304 / N 39° 25' 18.4" / 7° 30' 17.9" / Bibliografia / Casal

A 700 metros para Norte do anterior, em elevação de terreno em “local inóspito e pedregoso”, foram localizados “alinhamentos de pedras”, cerâmica de construção e *dolia*, tendo a autora realizado novamente uma “pequena escavação”, desta feita sem resultados<sup>261</sup>. Em 1982 uma sondagem realizada pelo GACV identificou uma construção “provavelmente relacionada com a actividade de tecelagem”<sup>262</sup>.

*Outras referências: RP 6/54.*

### 06.22. Colegiada

CMP 335

Um dos mais curiosos testemunhos epigráficos desta área regional: [...] / MAR[CI F(*ilius*)] (?) / EX CO[NS(*ulto*)] (?) / ANDAIECQ / P(*ius*?) P(*osuit*?), indicando um culto de carácter oracular, mais interessante ainda porque se trata de uma divindade indígena, a primeira menção conhecida a *Andaieco*. Documenta-se uma prática cultural estruturada de acordo com a *formatação* latina, apesar de o dedicante e a divindade serem autóctones. Na zona existem “vestígios de alinhamentos”. A memória oral localiza aqui uma antiga igreja.

*Referências: Carneiro, 2009–2010; Encarnação, 1995a (FE 49, nº 221).*

### 06.23. Monte do Mouratão

CMP 335 / N 39° 24' 44.9" / 7° 34' 14.9" / Topónimo / Casal (?)

Referência imprecisa sobre sítio romano nas proximidades do monte agrícola.

*Referência: Inédito a partir de informação oral de Jorge de Oliveira.*

### 06.24. Monte do Mascarro

CMP 335 / CNS 531 / N 39° 24' 35.0" / 7° 30' 47.0" / Bibliografia / *Villa*

Um sítio dotado dos mais relevantes conteúdos, essencial para compreendermos diversas dinâmicas (culturais, temporais, funcionais...) e que por isso necessita de uma reavaliação atenta. As informações sobre as realidades identificadas são confusas.

A descoberta do sítio verifica-se a partir do achado de uma moeda visigótica em ouro cunhada por Egica (687-702). A visita de Conceição Rodrigues ao local indica que “Depois de percorrermos uma área de cerca de 6000m<sup>2</sup> no local onde a moeda tinha sido encontrada constatámos, pelos numerosos fragmentos de tegulae, imbrices, dolias, alinhamentos de paredes e fragmentos de colunas de granito [...]”, o potencial do sítio.<sup>263</sup> Segue-se uma escavação, “junto a um

---

261 1975: 166.

262 Pita & Magusto, 1996: 69.

263 1975: 168. Moeda descrita na página 188 e na listagem de Almeida, 1971: 224 a 226.



dos alinhamentos de paredes”, cuja estratigrafia parece ser a seguinte: a trinta centímetros de profundidade “um pavimento feito de tijolo moído que assentava sobre uma camada de seixos dispostos regularmente”, seguramente o seu alicerce. A referência seguinte menciona uma sepultura (descoberta por “um operário” enquanto a autora procedia a prospecções) de inumação que não apresentava espólio. A fotografia apresentada<sup>264</sup> não mostra qualquer relação com estruturas, mas depreende-se que estaria próximo do referido pavimento. Entretanto havia sido descoberto “um muro de alvenaria de pedra e cal, *opus mixtum*” que no ano seguinte viria a ser escavado. Aqui, a dez centímetros de profundidade “apareceu um pavimento formado por argamassa de tijolo moído”, ou seja, de *opus signinum*, sendo que a estampa CVII mostra um pavimento com meia cana. Da referência a “um fragmento de tijolo que se supõe ter pertencido ao estabelecimento de banhos” e a este pavimento depreendeu Pilar Reis<sup>265</sup> que estaríamos perante um edifício termal, mas tal não é necessariamente relacionável. Deverá tratar-se de um tanque, sobreposto a “outro pavimento, mas diferente do primeiro”, pois a setenta centímetros surgiram “grandes ladrilhos”, ou seja, um piso de tijoleiras. A autora dos trabalhos imediatamente conclui a existência de “duas correntes culturais diferentes, uma de base romana outra visigótica”, certamente não pelas estruturas, todas romanas, mas pelas moedas, a que, acrescento, poderemos juntar a sepultura. Na escavação não se mencionam materiais. Os que a autora apresenta são achados de superfície – colunas de granito, “vários fragmentos de ladrilho calcinados e vidrados”<sup>266</sup> e moedas romanas em colecção particular (bronzes de Galieno, Macrino, Quietus, Teodósio (?), Magnêncio e Constâncio, ou seja, uma colecção coerente entre o início do século III e os finais do IV), a que se junta uma outra visigótica, de ouro, entretanto vendida<sup>267</sup>.

Resta-nos ainda um elemento cultural do maior interesse: “próximo do local anteriormente descrito”, ou seja, em propriedade vizinha, foi recolhida uma ara votiva. Desta forma, não é tão seguro que seja proveniente do *lararium* doméstico, como anteriormente supus<sup>268</sup>, mas de templo situado no *fundus*. Dedicada a uma divindade inominada, o que indica a inclusão em estrutura cultural própria, tem o aspecto mais interessante no contraste entre o cuidado suporte pétreo, irrepreensivelmente esculpido, e a fruste gravação, desalinhada e imperfeitamente desenhada, o que mostra que a peça foi comprada algures e gravada no local por indicação do proprietário.

Em 1983 regressaram os trabalhos de escavação, mas de modo tão desarticulado que motivaram uma intervenção a cargo do então SRAZS<sup>269</sup>. Seguiram-se duas

---

264 Est. CVIII, fig. 1 e 2.

265 Reis, 2004: n° 86.

266 Rodrigues, 1975: 170.

267 Estampa CXV.

268 Carneiro, 2009-2010.

269 Relatório de Trabalhos Arqueológicos na Herdade de Mascarro, dir. Jorge de Oliveira,



campanhas, momento em que se procede, pela primeira vez, à obtenção de um levantamento topográfico e de uma sequência estratigráfica rigorosa.

No sector A definiu-se uma primeira camada de derrube de cerâmica de construção<sup>270</sup>, sobreposta a um outro, por sua vez sobre uma camada de terra arenosa, com mais um bronze de Constantino e um fundo de ânfora. Aqui se situa um piso estreito, lajeado, nas proximidades de um tanque com meia-cana anteriormente detectado (na campanha de 1972?), o que leva o autor da escavação a propor “uma construção relacionada com a obtenção de vinho ou azeite”. No sector C predominou uma camada de cinzas, escória de ferro e “borra de vidro”. Definiram-se duas pequenas estruturas rectangulares com pavimento em tijoleira muito fracturado por contínua sobre-exposição a altas temperaturas. Nesta zona haveria uma soleira de porta com entrada para o interior de uma estrutura não descrita, recolhendo-se vários fragmentos de canalização em chumbo. No sector D procedeu-se à limpeza da zona anteriormente intervencionada por Conceição Rodrigues, com “uma extensa divisão habitacional” que apresenta um “piso de tijolo moído sobre um nível de calhaus rolados”. É então que temos a informação sobre a existência, não de uma, mas de duas sepulturas, “sobre o piso de tijolo moído”, a um dos extremos do compartimento. Foram ainda detectados muros sob este pavimento, e um piso de tijoleiras onde assentaria uma coluna visigótica, da qual ainda não havíamos tido notícia. As sepulturas, rompendo o piso de cima, tinham a sua base nestas tijoleiras. Salienta-se a ausência de “cerâmica fina” (*sigillata* ou paredes finas) e de mosaicos, apontando-se como possível localização para a *pars urbana* o próprio monte de Mascarro.

A campanha de 1985 acrescenta detalhes e confirmações: no sector A um outro reservatório para líquidos com *opus signinum* em meia cana e uma canalização de granito. Nesta área, sob derrubes, recolheram-se seis moedas de Constantino. No sector C, confirmou-se a presença de escórias de ferro, cinzas e cerâmicas com excessiva cozedura, apontando-se uma “oficina ou anexos de ferreiro”.

Desta forma temos uma estrutura fundiária, provavelmente uma *villa* com a monumentalidade conferida pelas colunas em granito. Temos duas estruturas relacionadas com a água, estando uma sobreposta a um momento mais antigo constituído por um pavimento de *laterae*. As cerâmicas calcinadas indicam uma estrutura de produção e o numeroso espólio monetário mostra a plena inserção nos circuitos comerciais. Todavia, não há qualquer referência a elementos de importação. É legítimo concluir que nas proximidades estaria

---

Castelo de Vide, Agosto de 1984 [dactilografado], constantes no processo do IPPAR e entregue aos Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Sul.

270 Referem-se “grande número de fragmentos de tijoleira com marca de pata de cão”, o que é fruto da secagem destes materiais em eiras ao ar livre, antes da cozedura no forno. Esta menção deve ser relacionada com os materiais vidrados e sobre-cozidos que indicam um forno de produção de cerâmica.

um templo privado inserido na propriedade. Em momentos finais o espaço (produtivo?) necropoliza-se mas o local mantém a vitalidade nas correntes de âmbito comercial e em economias monetarizadas, com duas moedas de ouro visigóticas a marcarem a continuidade de ocupação (agora em perfil funerário). Existe uma sepultura escavada na rocha nas imediações.

*Outras referências: Proc. IPPAR nº 4.05.002; Processo IPA 86/1(113) e S – 00531; Almeida, 1971: 224–226; Gorges, 1979: 463; IRCP nº 613; RP 6/57.*

#### **06.25. Santa Marinha (= Santo Amarinho)**

CMP 335 / CNS 627 / N 39º 24' 27.8" / 7º 29' 45.5" / Terreno / Necrópole

Conjunto de dezasseis sepulturas em caixas formadas por lajes de granito. Atribuídas à “época medieval”, deverão datar do século VI ou VII. Escasso espólio, com bilhas feitas a torno lento e menção a uma fíbula. Na encosta em frente existe a menção a uma antiga ermida. Em 2002 foi valorizada e é hoje visitável.

*Referências: Processos IPA 86/1(113), S-627 e S-00531; Rodrigues, 1975: 177–181; RP 6/56; IRCP nº 619.*

#### **06.26. Chafurdão de Santa Marinha**

CMP 335 / N 39º 24' 35.5" / 7º 29' 50.5" / Terreno / Casal (?)

De acordo com Conceição Rodrigues, seria um ponto de povoamento relacionado com a necrópole de Santa Marinha. Foi encontrada uma epígrafe funerária de um cluniense do século I d.C. A vegetação persistente não permitiu confirmar a presença no local.

*Referência: Mendes de Almeida & Ferreira, 1967: 68–69; Rodrigues, 1975: 177–178.*

### **Comentários gerais**

Olhando para o quadro geral de Castelo de Vide uma primeira impressão pode ser esta: vindos do Tejo, entramos no domínio das grandes *villae*. Todavia, será assim?

Não querendo levar as leituras deterministas ao extremo, parece-me no entanto interessante regressar ao quadro geográfico. À medida que vamos progredindo de norte para sul, vamos deixando os relevos do Tejo e entrando progressivamente em dois espaços: a Serra de São Mamede, mas também os ricos solos agrícolas das freguesias de S. João Baptista e de Santa Maria da Devesa. E é precisamente aqui, nestes relevos menos pronunciados, que encontramos sítios como Tapada Grande, Mascarro, Vale da Bexiga, Tapada da Pedreira ou Vale da Manceba, que em tudo parecem *villae*. Saímos de uma paisagem mais agreste, com lugares que podemos interpretar como *vicus*, para as grandes estruturas fundiárias que associamos à paisagem do Alentejo romano.

No entanto, uma perspectiva crítica torna menos linear esta leitura. E analisar este ponto, por onde se iniciou a abordagem genérica, é estimulante, pois na realidade o feixe central do debate aplica-se, em sentido mais amplo, aos fenómenos interpretativos e conceptuais com que o estudo da paisagem romana usualmente lida, ou à maneira como todos os sítios de alguma dimensão são encaixados na categoria *villa*. Olhando com mais atenção, nos sítios referidos nada nos indica com particular precisão, ou grau de certeza, que efectivamente estamos perante *villae*. O indicador mais considerado está ausente: os pavimentos em mosaico, o *opus tessellatum*. A referência à *tessela* de quartzo leitoso em Vale da Manceba é extremamente duvidosa, pelas características petrológicas e de fractura desse material<sup>271</sup>. Apenas se regista em Mosteiros, um sítio que, como já foi amplamente referido, mais do que uma *villa* poderá ter sido *outra coisa* e que, mais do que marcar a paisagem fundiária, marca certamente a geografia sagrada desta área tão rica, aliás, de conteúdos. Portanto, e regressando aos mosaicos, estão ausentes. Pisos em *opus signinum* (tanques?), em tijoleiras ou lajeados de granito são conhecidos, mas não em mosaico. Pinturas murais também ausentes. Cerâmica de importação, tais como paredes finas, ânforas, *terra sigillata* (com a excepção de Mosteiros) não se mencionam. Indicadores de monumentalidade são unicamente as colunas em granito (Tapada Grande, também com silhares, Tapada da Pedreira e Mascarro), mas como sabemos as colunas não indicam necessariamente a existência de uma *villa*. Indicam, sim, duas coisas: a verticalização de planos e/ou a existência de pórticos, geralmente associados a um peristilo doméstico, mas que podem na realidade pertencer a mais tipos de estruturas: fachada de um templo, galerias de um *macellum*, um edifício de *vicus* ou *mansio*, etc. Note-se que também existem indicadores de monumentalidade no povoado da Barragem da Póvoa (incluindo frisos decorativos) e esse sítio certamente não terá sido uma *villa*. Então esta posição poderá suscitar perplexidade, porque nas fichas individuais estes locais foram sendo constantemente apresentados como *villae*. E, de facto, poderão tê-lo sido, mas o que agora pretendo defender é uma postura mais relativista: na verdade, todos eles *poderão ter sido villae*, mas nada confirma que *foram efectivamente villae*, portanto, todos e cada um deles *poderão ter sido* outro tipo de sítios. Esta situação alerta-nos para o modo como os lugares são apressadamente classificados como aquilo que os investigadores pretendem que eles tenham sido, ou de acordo com os estereótipos conceptuais que têm em mente, mas a posição actual exige mais prudência<sup>272</sup>. Em resumo, em nenhum deles se documentam os indicadores de *gosto urbano* que caracteriza o conceito-*villa*. É verdade que os sítios mencionados já se enquadram em características

---

271 O conceito de “limada pelo uso numa das faces” é duvidoso face ao talhe que uma *tessela* implicava.

272 Seis dos sítios do concelho – Mosteiros, Mascarro, Vale da Bexiga, Tapada da Pedreira, Vale da Manceba e Meada (designação de Tapada Grande) – constam do inventário temático de J.-G. Gorges (1979).

paisagísticas e pedológicas diferentes: na realidade, em todos sente-se um *ar de família* que tem a ver com a inserção nos cânones vitruvianos para a construção de propriedades individuais e fundiárias em meio rural. Genericamente protegidos dos ventos a norte (à excepção de Tapada Grande), inseridos a meia-encosta, dominando férteis várzeas com recursos hídricos reforçados por fontes e poços, desfrutando de ampla visibilidade (por vezes de panorâmica amplíssima, apesar da implantação discreta), discernimos em todos eles o padrão característico deste tipo de lugares.

Independentemente do que poderão ter sido, o que se destaca nas evidências materiais é a fortíssima vinculação à exploração agro-pecuária do meio envolvente. Em alguns casos, presume-se a intensidade nessa dinâmica: o enorme peso de lagar da Tapada Grande é complementado com os vários pesos e mós depositados na actual casa agrícola de Monte do Doutor Eugénio e de Meada. O conjunto reforça-se com a imponente barragem para fins de regadio e de intensiva prática agrícola, pois a sua implantação a montante do sítio impede que seja considerada como um espelho de água com fins ornamentais ou lúdicos. Nos diversos sítios registam-se pesos de lagar (Poço de Marvão, Tapada da Ameixoeira, Vale da Manceba), pesos de tear (Monte da Murela, Tapada da Pedreira e Tapada da Ribeira do Carvalho) e escórias (Vale da Manceba e Mascarro), além do forno e oficina de Mosteiros. Curiosamente, Vale da Bexiga está ausente destes indicadores o que, tendo em conta a precária intervenção no local, não é significativo. Também de notar que nos sítios onde temos pesos de lagar não há notícia de pesos de tear, sendo aliás que estes últimos parecem corresponder a locais arqueológicos de menor dimensão e, digamos, exuberância de conteúdos, configurando pequenos casais. E merece menção o caso de Mascarro, onde a intervenção possivelmente incidiu sobre uma das poucas *pars rusticae* de que temos conhecimento no Alto Alentejo, embora os dados não sejam claros pela interrupção de um projecto promissor.

Este panorama é exclusivo da metade sul do concelho, quando os relevos se aplanam e a paisagem se torna mais suave. Na metade norte, nos domínios de Póvoa e Meadas, o registo torna-se mais fragmentado e os sítios ainda mais difíceis de enquadrar conceptualmente. Os primeiros locais da listagem – Chão Salgado, Casão do Leandro, Casão do Inferno, Casão da Machouqueira, além de Poço de Marvão e Fonte da Beldroega – são desconcertantes: em meio de uma paisagem quase desértica temos volumosos materiais de construção empregues em casões agrícolas<sup>273</sup> hoje semi-abandonados. Estes quatro sítios encontram-se hoje no meio de uma paisagem completamente despovoada e em grande parte de muito difícil acesso. Trata-se do terraço sobranceiro ao rio Sever, uma paisagem escalvada e desértica, muito ampla, de planalto cortado por pequenas

---

273 Porque de facto são apenas estruturas de apoio às actividades humanas desenvolvidas nesta paisagem sem que haja habitação permanente, não se tratando por isso de montes. Reforço este ponto também para indicar o isolamento deste território.

linhas de água que correm em meio aos sulcos do xisto. Zona de grande produção cerealífera até à década de oitenta do passado século, a prática agrícola foi rasgando a fina espessura de terra arável até ferir a rocha de base, criando o ar de *paisagem lunar* que hoje se contempla. E todavia, nesta paisagem estéril, encontramos nas construções solitárias e abandonadas, colunas e silhares cuja romanidade é indiscutível. Não se vislumbra qualquer ponto de proveniência; pelo seu porte e quantidade, descarto a hipótese de terem sido para aqui trazidos de longa distância, sobretudo se pensarmos que todas as construções onde os encontramos são irrelevantes casões agrícolas que não justificariam tal esforço construtivo. É possível que esteja nestas paragens uma *villa* de grande porte ainda por localizar. Um santuário, alcandorado sobre o rio, também é hipótese a considerar. Sobre este espaço, portanto, não há possibilidade de se tecerem grandes considerações. Digamos que há uma relação inversamente proporcional entre a *invisibilidade* dos presumíveis locais de proveniência e a magnitude dos blocos pétreos. Como é natural, depreende-se a necessidade de se encarar esta margem do Sever como uma extensa área (uma língua entre o rio e a ribeira de S. João) prioritária para a realização de prospecções de malha fina de modo a captar locais ainda por identificar.

Temos ainda um caso específico. Trata-se da estrutura que conceptualmente pode ser considerada como um *vicus* na Barragem da Póvoa. Próximo da necrópole de Boa Morte, e rodeado de mais tardias sepulturas escavadas na rocha, apresenta um conjunto de características que o aproximam – até pela implantação junto a um actual regolfo de albufeira – do caso da barragem do Caia (Arronches). Trata-se de um modelo de povoamento disperso e polinucleado que raras vezes tem sido identificado no território alentejano. São vários os conteúdos de relevo, desde a referência a espaços de cariz produtivo (um lagar, embora não fique claro se é atribuído à época romana) à necessidade de conhecermos melhor as arquitecturas domésticas e a compartimentação interior destas pequenas habitações tão distante do *modelo-villa*. Permita-se-me no entanto destacar a estrutura interpretada como um *podium* de templo sobranceiro ao encaixe de duas linhas de água. Poderia tratar-se de um ponto organizador do próprio povoado, um referente agregador da comunidade, mais um elemento constituinte desta *geografia sagrada* que na área Norte do Alto Alentejo apresenta tantos testemunhos. Neste campo, o concelho é terreno fértil para o conhecimento dos cultos e crenças religiosas e das suas estruturas enquadradoras. À semelhança do vizinho espaço de Nisa encontramos uma divindade indígena, *Andaiecus*, com duas especificidades: a menção a estruturas (ou seja, uma correspondência arqueológica) e a inferência sobre a formalização de um culto de carácter oracular. Ora, tal implicaria uma estrutura arqueológica de recepção e albergue dos cultuantes, ou seja, uma complexidade nos espaços que leva a que uma futura intervenção se possa revestir de grande interesse para a investigação. E é precisamente em complexidade estrutural que o sítio

de Mosteiros apresenta uma significativa valência. A profusão de espaços visíveis ou apenas perceptíveis não facilita a análise, o que é um pouco paradoxal, pois geralmente ocorre o processo inverso. A verdade é que muitas das estruturas são, digamos, *de sinal contraditório*, pois combinam interpretações residenciais, lúdicas, produtivas e sagradas. Todavia, independentemente deste aspecto e de um outro que reside nas dúvidas que ainda se poderão levantar sobre a proveniência da ara de *P. Carminius Macer* (que a meu ver estão esclarecidas, mas ainda não *definitivamente esclarecidas*), penso que a dimensão simbólica e/ou sagrada do local (entendendo esta diferença no facto de o sítio ser *só* um santuário ou *também* um santuário) é indubitável. Para além da monumentalidade das estruturas do topo há um padrão de implantação em altura que confere uma majestosa abrangência visual, que do ponto de vista simbólico é fortíssima. Mas a minha impressão não se funda apenas no *ar de lugar*, antes em dados concretos: a estrutura do topo apresenta um largo espelho de água rectangular (com uma meia-cana em relevo) que emoldura um *podium* em alicerce de alvenaria pétreia, e a meio da encosta temos outra estrutura onde se combinam a silharia granítica e um amplo e robusto aparelho de *opus signinum*. O todo parece novamente configurar a plataforma de um *podium* de dimensões muito superiores ao do topo. Quanto aos núcleos da base, onde se encontram as estruturas produtivas (forno, oficina de fundição), estruturas de armazenamento de água (tanque, fonte, poço) e elementos edificados, a análise é dificultada pelo facto de as percepções do cariz funcional dessas valências, e do modo como se articulavam entre si, ser ambíguo. Retomo o que escrevi na ficha individual: na base podemos entender o espaço como uma *villa*, mas à medida que vamos ascendendo o cariz sagrado reforça-se e o elemento mais *doméstico* associado a uma *villa* vai perdendo. Seja como for, na paisagem de Castelo de Vide o sítio de Mosteiros ganha forma por ser o local mais *romano*: do ponto de vista construtivo a variedade e qualidade de aparelhos e técnicas, e no campo material, a *terra sigillata* e as lucernas, ou o exemplar caso da urna em chumbo.

Este ponto é relevante e merece atenção, pois nos diversos sítios listados vamos encontrando um, digamos, *fácies identitário* vinculado ao *fundo indígena*, embora se detecte, apesar dos frágeis dados disponíveis, uma ágil integração das inovações romanas. Se Mosteiros parece ser, por enquanto, um sítio com forte componente latina nas expressões construtivas e nos elementos da cultura material, os restantes sítios estão, como dizer?, com esta componente menos marcada.

Um último comentário para a evolução diacrónica. Uma significativa quantidade destes sítios encontra-se ocupado em períodos tardios. Para além das necrópoles de Santo Amarinho e de Azinhaga da Boa Morte também nos locais de habitação encontramos essa expressão. Necropolização da *pars rustica* em Mascarro. Capiteis paleocristãos em Vale da Bexiga e Mosteiros. Evidente diacronia na Barragem de Póvoa e Meadas. E mais alguns dados soltos que deverão ser melhor avaliados, em especial na faixa ao longo do Sever. Portanto, para já, indícios de continuidade e de estabilidade.

## 7. CONCELHO DE CRATO

Território de grande diversidade e rápidas transições entre paisagens distintas. Sob o ponto de vista geográfico, o Crato funciona com um micro-cosmos, um *concelho-síntese* das principais tendências no quadro paisagístico do Alto Alentejo. Nesta perspectiva, talvez uma das explicações resida no facto de, não sendo o mais representativo em área (embora os seus 388 km<sup>2</sup> lhe concedam destaque, não é o mais vasto), apresenta uma distribuição espacial atípica, inclinado no plano noroeste/sudeste, e por isso detém o segundo maior número de confrontações concelhias (com outros sete municípios, apenas atrás de Monforte, que possui oito). Esta heterogeneidade não é conflituante com o facto de apresentar um cunho biofísico próprio, marcando uma antropização da paisagem que, para utilizar a expressão de um autor, foi articulada em torno de pólos fundamentais onde “a água e a pedra, o barro e o leite, marcam permanências milenares”<sup>274</sup>, ou seja, onde os substratos produtivos assumiram um papel fundamental ao longo da diacronia. O Crato é um concelho que possui um conjunto de *marcas de água* específicas e identitárias que modelam o seu *facies* de povoamento e concedem a este âmbito territorial, diverso na sua essência geográfica, um perfil muito marcado.

Que espaço é então este?

O concelho do Crato é um limiar na transição espacial, uma zona que articula territórios distintos e que por isso serviu, desde sempre, de biótopo de cruzamento e transição inter-regional. Cruzando o Crato passamos, de norte para sul, das ambiências da Serra de São Mamede (cujas faldas meridionais atravessam a zona oriental de Almojanda) para a peneplanície suave e modelada; ou, no canto nor-ocidental, das *safaras* graníticas, no prolongamento da Comenda e Tolosa, para a extensa plataforma que desemboca em Fortios. Da mesma forma, vindos das charnecas de Ponte

---

274 Parreira, 1996: 11.



de Sôr entramos na mancha granítica onde temos os grandes monumentos megalíticos que transformaram o Crato em laboratório de estudo. Um dos dados mais relevantes do território cratense reside na diversidade dos substratos geológicos. Predominam – especialmente a norte e no centro – extensões de rochas magmáticas, nomeadamente de dioritos, ortognaisses e de granitos, estes ocorrendo em distintas variantes, com uma heterogeneidade tremenda<sup>275</sup>. Este facto condiciona as distintas formas de modelação e trabalho da pedra, tal como observado nas distintas tipologias de monumentos megalíticos, de sepulturas escavadas na rocha, ou mesmo no talhes dos silhares, consoante a granulometria, densidade e resistência da pedra. Já a sul do concelho, ou em outros pontos ocorrendo em manchas isoladas, temos formações litológicas de substratos xistosos ou grauváquicos, irrompendo na paisagem em cristas ou afloramentos dentiformes. Embora em áreas restritas, a paisagem altera-se, com a presença de litossolos que, por disporem de uma escassa potência arável, se tornam propensos para uma agricultura menos intrusiva. Todavia, os solos com afloramentos superficiais ocorrem também nas extensões de substrato granítico: foi registada esta situação na escavação da necrópole de Lage de Ouro e ainda hoje, para quem se desloca ao local, são evidentes as penedias graníticas. A ocorrência destes blocos, espalhados por todo o concelho, é por vezes impactante na paisagem. Na zona de Froia, por exemplo, a ribeira corre estrangulada entre os caos de penedos que tornam qualquer prospecção no local uma actividade arriscada. Em algumas extensões que marginam este curso de água a paisagem altera-se decisivamente, com gigantescos blocos graníticos sub-esféricos ou apenas levemente arredondados pelo boleamento originado pela erosão, e que se erguem de forma imponente ao longo das margens. Infelizmente, onde os blocos terminam, ocorreu a plantação de eucaliptos que nos impede a percepção da paisagem. Nos itinerários descritos por Mário Saa na zona a norte de Monte da Pedra, onde localiza os sítios de Aguilhão e Vale de Magre, o plantio de eucaliptos ocorreu onde pelas cumeadas o trânsito seria possível, mas cuja transitabilidade ficou definitivamente encerrada, o que nos obliterou a leitura de vias e dos sítios associados. De resto, a simples análise das Cartas Militares nº 345 (Comenda) ou 346 (Vale do Peso) permite-nos observar a extensão da sinalética de afloramentos e, também, dos plantios de eucaliptos. Todavia, nem todas as margens são alcantiladas. Em largas extensões ocorrem aluviosolos que permitem uma agricultura de elevado rendimento, embora em larguras reduzidas e sujeitas ao hidromorfismo que sazonalmente leva a encharcamentos com possível perda de colheitas. De qualquer modo, ao longo das ribeiras, ou nas suaves depressões das zonas graníticas, ocorrem férteis várzeas que permitem o policultivo ou, dada a abundância da rede

---

275 Ver a notícia explicativa da folha 28-D da Carta Geológica de Portugal 1/50.000 dos Serviços Geológicos de Portugal.



hidrográfica e da ocorrência de nascentes, a agricultura hortícola e de regadio das culturas sachadas.

Nos solos do concelho uma das ocorrências mais notáveis do ponto de vista económico é a extensão de solos mediterrânicos vermelhos caracterizados por terras espessas, barrentas e ricas em argilas. Ocorrem em dois pontos, estando um a sul, confrontando com Alter do Chão, para onde se estende, mas o elemento mais significativo é aquele que envolve a norte a vila do Crato e que possibilita a rica tradição oleira dos barros de Flor da Rosa<sup>276</sup>. A relevância comercial mantém-se toponimicamente na *Estrada dos Louceiros* que manteve os circuitos comerciais que, aproveitando a via XV, se orientavam para mercados meridionais. Estas ocorrências são relevantes por dois motivos: primeiro, porque manifestando-se em depósito, permitem alimentar a demanda de objectos em barro; mas também porque, em solos de espessura delgada fornecem nutrientes que permitem uma elevada fertilidade e aproveitamento agrícola. A tradição de hortas em Crato e Flor da Rosa comprova esta realidade geológica. De um modo geral, portanto, ao longo do concelho encontramos bolsas de grande produtividade económica reforçadas por uma rede hidrográfica densa e por uma elevada capacidade de retenção de água, seja nos próprios solos (especialmente os argilosos), mas também por ribeiras de caudal irregular mas que raramente secam em absoluto nos estios acentuados.

Não é possível hoje entender o modo como se estruturava a paisagem do concelho. Embora apresente uma considerável capacidade de preservação ambiental, com a genérica ausência de impactos lesivos (exceptuando a densa mancha de eucalipto que corre na franja norte, em especial na freguesia de Vale do Peso), os incêndios que periodicamente vão fustigando estas extensões impedem uma visualização do que seria o coberto florestal. Todavia, no canto nordeste do concelho, no corredor que segue de Vale do Peso para Fortios, ainda se encontra carvalho cerquinho (*Quercus faginea*) e o mais comum carvalho negral (*Quercus pyrenaica*), sendo ainda visíveis castanheiros (*Castanea sativa*). Com alguma segurança podemos supor que predominaria um matagal de arbustos (o carrascal de folha perene, em especial onde o areão granítico ou o substrato delgado impossibilitam a fixação e crescimento de outras espécies), o mesmo que em áreas menos aptas ainda hoje encontramos, dificultando a prospecção. Ainda temos grafado o topónimo “Vale do Linho”<sup>277</sup>, cujo fundamento não é possível conhecer em termos históricos. Para as extensões mais a sul, os montados de azinheiras (*Quercus ilex*) e de sobreiro (*Quercus suber*) predominariam, como ainda hoje sucede. Durante a época romana ter-se-á intensificado o derrube das espécies principais e o arroteamento, possibilitando

---

276 Em 1940 estavam em laboração ainda cerca de 60 oleiros e a actividade empregava 70% da população.

277 CMP 347, Fortios.

o livre desenvolvimento das manchas de cereal, de oliveiras e de vinhedos, sendo que apenas estes últimos desapareceram da paisagem actual. Todavia, até muito recentemente a paisagem era bravia: ainda em 1932 a imprensa local noticiava as montarias aos lobos que atacavam rebanhos nos arredores de Aldeia da Mata<sup>278</sup>. Esta alteração do quadro natural está, curiosamente, bem documentada na investigação arqueológica, bastando comparar as fotografias constantes do inventário megalítico promovido pelo casal Leisner com a envolvente actual<sup>279</sup>. Finalmente, a promoção da repartição da propriedade, delimitada por recintos murados – as *tapadas* –, contribuiu para a alteração da percepção desta paisagem.

Hidrograficamente, o dado mais relevante do concelho é o modo como, em traços largos, se encontra delimitado por dois cursos de água: a ribeira de Sôr, pelo norte, e a ribeira de Seda, a sul, ambos afluentes de um curso maior, o Sorraia, mas que de algum modo funcionam como delimitadores da paisagem e, pela irregularidade do seu caudal, como condicionadores das zonas de passagem e circulação, obrigando à construção de monumentais obras de arte para a sua transposição. Por todo o concelho ocorrem nascentes, fazendo com que o espaço esteja bem dotado de aquíferos.

Um dos dados mais curiosos que podemos assinalar, olhando de relance, é o modo como a diversidade paisagística encontra um curioso paralelo na heterogeneidade dos processos de investigação. Obviamente que não existe relação entre os dois elementos, mas de algum modo acentua-se assim uma impressão paradoxal, pois temos um espaço já trabalhado pela atenção dos investigadores mas onde ainda muito está para descobrir. Ou, dito de outro modo, falta cumprir uma leitura que organize de forma sistemática a numerosa informação dispersa. E trata-se de um concelho que inclusivamente possui um Plano Director Municipal (PDM) exemplar, no rigor e tratamento sintético da informação, mas onde mesmo assim aflora, por um lado, a ausência de trabalho de campo (alguns sítios estão cartografados pela aproximação toponímica e, inéditos para o mundo romano, apenas Salgadas 1 e 2 são novidades), quer, por outro, a posterior divulgação de estudos<sup>280</sup>. O facto é tanto mais de realçar como, ao contrário de outros concelhos desta área regional, em Crato temos investigadores originários do meio local, e que por essa via foram procedendo a um cuidado registo informativo das realidades documentais e de terreno. No plano histórico temos Manuel Subtil, que nos deixou a monografia de Vale do Peso e também um importante registo de apontamentos em larga medida por descobrir<sup>281</sup>. Na Arqueologia, contamos

---

278 *Brados do Alentejo* nº 64 de 17-04-1932, p. 8.

279 Chamada de atenção em Parreira, 1996: 19.

280 Sobretudo Parreira, 1996, que utiliza o PDM como base de trabalho, mas que procede à realocização de antas já conhecidas e à identificação de novos sítios.

281 A monografia foi publicada em 2001; a documentação guarda-se na Junta de

com a obra deixada por Agostinho Isidoro, mais interessado no património megalítico (embora com referências a sítios posteriores, nomeadamente às “moradeias”<sup>282</sup>) e, em especial, de José Carlos Caetano, que nos legou a informação reunida no PDM e, também, a modelar escavação da Lage do Ouro e as reflexões que se seguiram sobre os ritos funerários, conjuntamente com Helena Frade<sup>283</sup>. Deve ser ainda de registar que o Crato foi um dos primeiros concelhos do Alto Alentejo a receber uma tese de mestrado<sup>284</sup>, além de ter assistido à realização de um número já significativo de intervenções arqueológicas<sup>285</sup> e de albergar um notável museu municipal. Trata-se portanto de um rico repositório de informação, ao qual acrescem outros elementos, entre os quais destaco as notícias deixadas por Leite de Vasconcellos<sup>286</sup> e um importante núcleo de impressões de terreno por Mário Saa<sup>287</sup>, que na prática constitui o único testemunho para alguns sítios arqueológicos actualmente devorados por eucaliptos.

O único problema reside no facto de esta informação ser sectorial, faltando uma visão de conjunto que a organize e proceda ao seu tratamento analítico, aprofundando os sectores ainda descurados (com recurso a trabalhos de terreno utilizando prospecções sistemáticas). É óbvio o imenso potencial arqueológico (no sentido mais lato da palavra) deste concelho, que apesar do notável esforço empreendido pelas personalidades enumeradas, se encontra ainda em tão larga medida por rentabilizar. Cada investigador trabalhou em *fatias* específicas da diacronia, ou em áreas diferenciadas do concelho, o que faz com que existam ainda extensos universos (temporais e territoriais) por conhecer. Por estes motivos, considero que o já numeroso conjunto de sítios que o Crato apresenta em época romana e alto-medieval é, mesmo assim, ainda uma indefinida porção de um significativo lote de testemunhos substancialmente superior.

---

Freguesia local e, apesar de toda a amável disponibilidade manifestada para consulta, acabou por não me ser possível proceder a uma análise cuidada do espólio.

282 O artigo inicial é de 1962, complementado depois com sucessivas adições publicadas entre 1963 e 1964; última notícia em 1973.

283 Caetano, 2002a; 2002b; Frade & Caetano, 1987, 1991, 1993.

284 Parreira, 1996.

285 Destaco naturalmente as que incidiram sobre o período cronológico que aqui mais interessa: a *villa* da Granja, por Manuel Heleno, nos anos trinta do século XX, e a necrópole da Lage do Ouro, por Helena Frade e José Carlos Caetano, na década de oitenta. Nos monumentos megalíticos o número é substancialmente superior, essencialmente por Agostinho Isidoro (embora com padrões de escavação muito distantes de qualquer metodologia aceitável) e por Victor S. Gonçalves, encontrando-se referenciadas em Parreira, 1996.

286 Vasconcellos, 1921-1922; 1927-1929a; 1930-1931. Apenas destas datas nos ficaram memórias publicadas de visitas ou de registos informativos, mas o Director do MNA tinha família em Tolosa e Gáfete, com quem foi trocando copiosa correspondência que se guarda no Epistolário pessoal naquela instituição.

287 Em especial no Tomo II (1959), mas também com revisão posterior no Tomo VI (1967).

## Sítios e comentários

### 07.01. Horta do Pascoal

CMP 334 / CNS 5798 / N 39° 25' 26.2" / 7° 39' 10.2" / Bibliografia / Necrópole

Informação de Leite de Vasconcellos sobre a descoberta de um “cemitério antigo”, no qual estava reaproveitada uma epígrafe romana oferecida ao MNA “onde já se guarda na secção competente”. Segundo o autor, a lápide funerária teria sido reaproveitada neste cemitério mais tardio, sobre o qual não há qualquer indicação cronológica. Da epígrafe não resta paradeiro. O sítio não foi relocado e do topónimo não ficou memória. Apresenta-se a indicação cartográfica constante do PDM concelhio.

*Referências: PDM: 26; Vasconcellos, 1930-1931: 176; RP 6/52.*

### 07.02. Sôrinho

CMP 345 / CNS 5822<sup>288</sup> / N 39° 22' 10.3" / 7° 47' 23.8" / Terreno / Povoado

O concelho do Crato apresenta algumas antigas aldeias que hoje jazem abandonadas no meio da paisagem: é bem conhecido o caso de Chamiço, ainda com as casas conservadas, e menos divulgado o de Rôdo, abandonado em momento mais recuado. O caso mais interessante, todavia, será o de Sôrinho, que desempenhou funções viárias, mas do qual hoje nada resta. Em Sôrinho o apagamento foi completo, alegadamente por uma destruição aquando das invasões francesas<sup>289</sup>. A inclusão do Sôrinho neste inventário deve-se à sua posição mesmo junto ao possível traçado da via XV, e também às informações de Mário Saa sobre a ocupação romana: “No Sôrinho - sensivelmente a meio caminho de Alvega ao Crato - há, dispersos, os habituais sinais do povoamento romano, como fragmentos de *tegula* e *imbrex* e silos abertos no terreno, sobre os quais, como é lógico, existiam habitações, que os resguardavam. O vulgo chama-lhe *vila do Sôrinho* que, diz, fôra dos mouros. Não se vêem lá restos de casas mas muita pedra solta, entre altas penedias graníticas. Era contudo estância romana.”<sup>290</sup> Genericamente as três visitas ao local confirmaram as indicações de Saa: o sítio encontra-se em alto, mesmo junto à via e a uma tapada murada que possibilita a sua fácil identificação cartográfica. Não existe qualquer vestígio de edificações mas o chão está juncado de cerâmica de construção, pedras, fragmentos de estuque e blocos de argamassa, todos de época moderna. A área

---

288 Registada uma “ponte romana”.

289 O abandono deverá contudo ter ocorrido em momento anterior, a julgar pelas Memórias Paroquiais: “... Monte da Pedra que algum dia era sua povoação no lugar do Sourinho e se mudarão seus moradores para este monte ou por ser aquelle sitio munto doente, como dizem huns, ou por que nelle aparecião humas fantasmas que atemorizavão seus moradores como dizem outros e os obrigavão a deixar aquelle lugar de que hoje só estão alguns vizinhos vistígios, em 1634 ainda a igreja estava no lugar do Sorinho». (Tomo XII, fl. 3206).” (Azevedo, 1897: 141).

290 Saa, 1959: 117-118. Nova referência ao local em 1967: 80.

é restrita, cerca de 5000 m<sup>2</sup>, e correm notícias sobre achados de moedas que trazem ao local detectores de tesouros. Todavia, não foi possível confirmar as indicações de Saa: as telhas curvas são finas e fechadas, plenamente modernas, e há fragmentos de cerâmica que tanto podem ter pertencido a tegulas como a tijolos, pois estão reduzidos a pequenas dimensões, característica aliás distintiva dos restos materiais que aqui se observam, indicando a destruição do local. Existem menções a uma gruta com ocupação humana.

Como nota final, mantenho as dúvidas sobre uma possível ocupação do local em época romana; mas fazendo fé nas observações de Saa, a relação com a via é evidente.

*Outras referências: PDM 1; RP 6/66.*

### **07.03. Monte da Granja do Carvalho**

CMP 346 / N 39° 22' 53.4" / 7° 43' 34.4" / Topónimo / Povoado

Informação fornecida por Mário Saa sobre um povoado romano, que não discrimina, e também a sepulturas escavadas na rocha. Na visita ao local o proprietário foi de uma grande simpatia e levou-nos a várias destas últimas mas desconhecia qualquer sítio com povoamento antigo.

*Referência: PDM 3; Saa, 1967: 82; RP 6/65.*

### **07.04. Monte do Biscaia**

CMP 346 / CNS 11078 e 11079 / N 39° 22' 56.8" / 7° 41' 51.1" / Topónimo / Povoado

Nesta propriedade existem várias notícias. Leite de Vasconcellos alude a uma *moradeia*, perto de uma anta, com “cacos romanos ou visigóticos, de potes e tijolos; aí apareceram também pesos de barro e várias moedas romanas de bronze, e, pelas informações que me deram, uma *mola manuaría*. As moedas são de Antonino, Claudio 2º e Constantino 1º. [...] Noutra moradeia apareceu um valioso objecto de bronze, visigótico (chapa de cinturão), que será estudado noutra artigo.”<sup>291</sup> Agostinho Isidoro também visitou o local, confirmando a notícia anterior, e acrescentando uma área de “1000 m<sup>2</sup>, a moradeia deve corresponder a um pequeno número de casas.”<sup>292</sup> Já Mário Saa indica, “na área do m.<sup>te</sup> do Biscaia e courela das Cachopas”, uma “importante mouraria, ocupando, com seus detrictos, patentemente romanos, uma área de hectares”<sup>293</sup>, sem mais especificações, ficando por saber se os diversos investigadores terão encontrado o mesmo sítio. Posterior informação é apresentada no *Endovelico* em duas entradas: no sítio 1, “Abundância de cerâmica de construção e comum no alto da elevação, na vertente Sul e Este, esta última, já transposto o muro

---

291 Vasconcellos, 1921-1922: 121.

292 1962: 23.

293 Saa, 1967: 82.

para a propriedade seguinte. Vestígios de muros enterrados entre os sobreiros, perto do muro, na face virada para o Monte”, e no 2, apontando para “abundante cerâmica de construção e comum no alto da elevação”. Depois indica uma área de 100m<sup>2</sup> com abundância de cerâmicas, o que é manifestamente diferente dos “hectares” de Saa<sup>294</sup> ou da estimativa de Isidoro.

A prospeção no local permitiu reconhecer um conjunto de sepulturas escavadas na rocha em três pontos diferentes<sup>295</sup> e também confirmar um “pontão muito antigo” na ribeira de Magre, que todavia não pareceu ser de construção romana. Quanto aos locais de povoamento, surgem discriminados em seguida, mas não é possível perceber se, dentro da diversidade de sítios encontrados, algum corresponde com as informações anteriores.

*Outras referências: PDM 9; RP 6/68; Isidoro, 1962: 22-23.*

### **07.05. Monte do Biscaia 2**<sup>296</sup>

CMP 346 / N 39° 22' 43.6" / 7° 41' 42.5" / Terreno / Casal

Do lado sul da ribeira, em elevação suave e exposto a norte, estão tégulas, ímbrices, *dolia*, materiais dispersos. Pelo menos duas pedras de granito de pequena dimensão que pertenceram a construções. Cerca de 1000m<sup>2</sup> de área de dispersão. Em contacto visual com o pontão e com o troço de caminho antigo, lajeado em parte e com guardas laterais. Na elevação seguinte estão duas sepulturas escavadas na rocha<sup>297</sup> e uma lagareta.

*Referência: Inédito (?)*

### **07.06. Monte do Biscaia 3**

CMP 346 / N 39° 22' 57.1" / 7° 41' 32.4" / Terreno / Pequeno Sítio

No casão agrícola, situado na encosta a Este que mantém contacto visual com a casa principal. O edifício está sobreposto a um sítio alto-medieval: encontra-se cerâmica de armazenamento, comum, tijolos e ímbrices, todos com muitos e.n.p., materiais que se encontram visíveis na encosta para Norte. Área limitada, com 400 a 500 m<sup>2</sup>. Pequena elevação entre duas linhas de água, com fonte próxima. Descendo a encosta no sentido do monte estão três sepulturas escavadas na rocha, uma delas magnífica, adequando-se à curvatura do afloramento<sup>298</sup>.

*Referência: Inédito (?)*

---

294 Nos dois casos, a tipologia apresentada na *Endovelico* é a de “*villa*”, sendo neste caso uma classificação nada compatível com “100m<sup>2</sup>”. Existe ainda uma entrada para o sítio 3 (CNS 11080), este classificado como “povoado”, mas que duplica inteiramente os conteúdos do sítio 2, ficando por se saber se existe um lapso ou se ocorrem dois sítios idênticos nos vestígios de superfície.

295 Devidamente divulgadas em Valdez, Pinto & Nisa, 2008.

296 Dada a dificuldade de manuseamento da informação listada no sítio 4., e da sua difícil correspondência com estas realidades agora identificadas, optei por atribuir nova numeração a estes sítios.

297 Valdez, Pinto & Nisa, 2008.

298 Valdez, Pinto & Nisa, 2008.

### 07.07. Couto Vale

CMP 346 / N 39° 23' 24.7" / N 39° 23' 24.7" / Terreno / *Villa*

Pelo proprietário do Monte da Biscaia foi-nos contada a lenda de uma antiga igreja, construída junto à ribeira, em zona onde ainda era frequente o aparecimento de “telhas grossas”. Após algumas prospecções infrutíferas foi localizado, um pouco mais distante, este sítio romano. Situado no vale, junto ao entroncamento de duas linhas de água, sobre plataforma que o alteia em relação ao leito de cheia. Protegido dos ventos a norte, encontra-se voltado para oeste, desfrutando de grande exposição solar. As ripagens da plantação florestal puseram à vista os indícios, que até aí estariam bem conservados porque as cerâmicas de construção estão quase inteiras. Vestígios ao longo de (pelo menos) um hectare. Pedras de granito aparelhadas, numerosa cerâmica de construção, em especial uns imbrices muito particulares, de tonalidade de um amarelo muito claro, pouco compactos, desfazendo-se ao toque<sup>299</sup>. Encontra-se também estuque de parede, fragmentos de cerâmica comum e cerâmicas grosseiras com sobre-cozedura. Referência ainda para um peso de tear.

*Referência: Inédito (?)*

### 07.08. Rôdo

CMP 346 / CNS 5820 / N 39° 21' 45.2" / 7° 37' 20.7" / Terreno / Povoado

Aldeia abandonada onde já não são visíveis edificações, mas se notam sinais de proto-urbanismo, como vias de acesso, caminhos interiores e uma grande cintura murada envolvendo a área, bem visível, aliás, nas fotografias aéreas. A sua inclusão neste inventário deriva da menção de Mário Saa ao “alcarial castrejo e romano<sup>300</sup>” com “suas demonstrações de notável castro romanizado, de que possuo alguns objectos. Há aí os montijos das habitações destruídas, com os respectivos detritos de cerâmica doméstica. Recolhi das ruínas um machado neolítico. Houve aqui uma cerca defensiva. Abundância de águas.”<sup>301</sup> Na visita ao local não foi detectado qualquer indício de presença anterior ao momento medieval, mas ressalvo que a mesma decorreu em momento no qual a vegetação se encontrava já em pleno ressurgimento<sup>302</sup>.

---

299 O facto de terem este tom particular dificultou muito a sua detecção no terreno, confundindo-se com o areão de granito erodido que existe localmente.

300 Saa, 1967: 84. Surge classificado no *Endovelico* como “Achado(s) Isolado(s)”.

301 Saa, 1967: 85.

302 Dado o interesse do excerto, deixo aqui a notícia de Manuel Subtil (2001: 18-19) referente ao Rodo: “Existe no Arquivo Nacional da Torre do Tombo uma bem elaborada *Memória* sobre Vale do Peso da qual foi autor o Dr. José Nunes Fidalgo, filho ilustre desta mesma terra, formado em Filosofia pela Universidade de Évora e falecido em 1769. [...] Foi escrita em 1759, e já nessa altura o Pé-do-Rolo [*sic*] se encontrava despovoado e ao abandono, como se vê na seguinte passagem, que transcrevo integralmente: ...«hua povoação chamada Pé-do-Rolo em distancia de quarto de legoa para o Nascente de que há ainda fresca lembrança e nas suas ruínas mostra ter sido de poucos vezinhos, e nos livros da Igreja há acentos de casados



*Outras referências: PDM 28; RP 6/69.*

### **07.09. Vale do Peso/Monte Velho**

CMP 346 / CNS 11087 / N 39º 22' 14.7" / 7º 38' 20.1" / Terreno / Povoado (?)

Novamente deixo a descrição para Mário Saa: “à distância de 1 km, a norte do lugar do Vale do Peso, há outra mouraria, ou moradeia, com dispersão tégular”<sup>303</sup>. Deve corresponder ao sítio testemunhado por Manuel Subtil: “No sítio chamado *Monte Velho* um quilómetro ao norte de Vale do Peso, têm sido encontrados vestígios de antiga povoação, num vale fértil: grandes tijolos, pedra trabalhada, fragmentos de objectos de barro, escórias de ferreiro ou jorra e até um ornato de coluna de pedra”<sup>304</sup>. Situação que ainda seria observada em 1995: “Numa área de 4000 m<sup>2</sup>, dentro dum eucaliptal abundam os materiais de construção cerâmicos. Existem vestígios de muros soterrados e uma peça prismática de construção, em granito, de grandes dimensões e com entalhes de fixação de vigas em cada face visível. Trata-se provavelmente do remate superior de uma coluna de sustentação. Apesar da evidente destruição provocada pela surribo dos eucaliptos, a abundância e extensão dos vestígios justificaria que este arqueosítio fosse melhor analisado. Provável existência de

---

e baptizados e defuntos com datas de cem anos pouco mais ou menos a esta parte, declarando os nomes de pessoas que habitavão nella, de que os vivos ainda dão notícias, por seus Pays adquiridas, porque hoje só se conserva uma casa em pé, e muitas paredes de outras, e junto delas algumas fazendas cercadas de paredes de pedra com árvores de figueira, oliveiras e sobreiros, sendo a conservação das ditas paredes, o melhor demonstrativo de ter sido povoado aquelle sítio; porque no termo do Crato em que os pastos são comuns a todos os gados dos seus moradores não se permitem semelhantes tapadas senão em vizinhança dos Povos para seu uzo particular»... [nota 1: Memória inserta do Dic. Geográfica de Portugal, vol. 38, fl. 275 n.º 52]. Em 1621, ainda era habitado [...]. Nesse ano faleceu, em Vale do Peso, Diogo Afonso, homem abastado, que no seu testamento determina que se vestissem doze pobres orfãos «*aqui e no Pe-do-Rodo* [...]». [2: Desembargo do Paço - Alentejo, Maço n.º 373, doc. n.º 3]. [...] Vê-se, pois, que não tem fundamento a conhecida lenda de que os moradores do *Pé-do-Rodo*, acossados por uma invasão de formigas, de tal ordem, que algumas crianças ficaram com os olhos comidos, tiveram que abandonar o pequeno povoado, vindo fundar a actual povoação de Vale do Peso. As duas terras coexistiram, talvez durante séculos.” E depois, a nota arqueológica: “Em 1923 o proprietário dum terreno anexo ao povoado, pelo lado norte, procedeu à demolição de alguns alicerces e à remoção das pedras para outro local a fim de utilizar o terreno ocupado pelas antigas habitações na cultura dos cereais, que por sinal se desenvolveram com pujança raríssima nestes sítios, graças ao longo pousio do terreno. Durante esse penoso trabalho que levou muitos meses a executar, apareceram de mistura com a terra negra, revolvida pelo alvião, pela picareta e pela enxada, muitas e muitas moedas desconhecidas dos trabalhadores que as encontravam [...]. O que porém, mais me impressionou foi saber que, envolto com a terra, apareceu também um esqueleto humano em posição horizontal, diversos ossos dispersos e uma infinidade de objectos de uso doméstico: tesoura, dedais, cabos de garfo e de facas, ferramentas de várias espécies, bainhas de punhais, pentes, muitos fragmentos de loiça, etc.” (p. 20).

303 1967: 84.

304 Subtil, 2001: 24, nota 1.



uma necrópole<sup>305</sup>. Actualmente o local foi devorado por eucaliptais, não sendo possível localizar qualquer indício. Como em outros locais, sobre Monte Velho também existe uma *lenda de transferência* dos habitantes para Vale do Peso.

### 07.10. Aguilhão

CMP 346 / N 39° 22' 42.8" / 7° 45' 02.2" / Topónimo / Povoado

Outro dos sítios que com elevada probabilidade se perderam e do qual apenas Mário Saa deixou nota: “junto do sinal geodésico do Aguilhão, fronteiro ao lugar do Castelo Sernado [Comenda], e no ponto em que se acham destruições de casario romano, como que outro lugar estalajadeiro, à beira do caminho antigo: muitas pedras de construção, muita dispersão de fragmentos de «tegula», «opus» signinum», tejos e ladrilhos. Do alcarial romano retirámos um fragmento de coluna de granito, com alguns caracteres imperceptíveis.”<sup>306</sup> O local está hoje com eucaliptos e foi impossível confirmar esta informação. De notar a proximidade ao traçado da via e a referência ao fragmento de coluna com caracteres, eventual miliário.

*Outra referência: PDM 2; RP 6/64.*

### 07.11. Ermida de Santa Eulália

CMP 346 / CNS 5819 / N 39° 21' 18.6" / 7° 39' 15.2" / Terreno / *Mansio* (?)

Na elevação sobranceira a Vale do Peso existiu o templo de invocação à mártir emeritense<sup>307</sup>. Situa-se mesmo no ponto mais elevado, desfrutando de excelente domínio visual para a envolvente, junto à passagem do antigo caminho que poderá corresponder à via XV, e neste sentido o hagiotopónimo é revelador. Está próximo à linha da CP, notando-se uma estrutura quase rectangular e materiais cerâmicos de diversas épocas, incluindo imbrices espessos, algumas tegulas e blocos de granito talhados, em cerca de 1000m<sup>2</sup>

---

305 Ficha respectiva no *Endovélico*, sendo que a notícia deverá ser relacionada com o PDM concelhio.

306 Saa, 1967: 81-82. Por lapso, em Carneiro, 2008: 70 dupliquei este excerto nas notas 112 e 114, sendo aplicável apenas a esta última.

307 Dele nos deixou notícia desenvolvida o autor da monografia local, Manuel Subtil: “Fora de Vale do Pêso, antiga povoação do Priorado do Crato, mas a pequena distância, para o lado de noroeste, há uma colina sobranceira a todas as elevações que a circundam e que o povo designa por alto de *Santa Olaia*. [...] Neste local ameno e airoso esteve erecta, durante séculos, uma ermida [...] consagrada a Santa Eulália [...]. Os naturais, maiores de 60 anos, ainda se lembram das ruínas da ermida [...]. Fôra edificada, segundo todas as probabilidades, nos finais do século XVI ou logo no princípio do século XVII [...]. Tinha apenas um altar com a imagem de Santa Eulália, escultura regular com cerca de meio metro de altura, mas pesadíssima por ser de pedra macissa. A capela era separada do corpo da ermida por um arco de volta completa, que ainda se conservava de pé em meados do século passado. [...] A fachada da ermida ficava voltada ao nascente [...]. Santa Eulália era festejada na sua ermida a 12 de Fevereiro [...]” (*Brados do Alentejo* de 10-03-935, ano V, nº 215). O edifício foi destruído para a passagem do caminho-de-ferro (Subtil 2001: 41).

de área. Já Mário Saa apontara o substrato romano do local: “Dá entrada no Vale do Peso pelo local de S.<sup>ta</sup> Eulália onde existiu um templo desta invocação, do qual persistem restos, bem assim o chão juncado de fragmentos tégulares, romanos”.<sup>308</sup>

*Outra referência: PDM 30; RP 6/70.*

#### **07.12. Monte dos Cem Dias**

CMP 346 / CNS 5816 / N 39° 21' 08.8" / 7° 36' 18.5" / Topónimo / Povoado  
Referência imprecisa deixada por Mário Saa a “outra notável moradeia” que além de sepulturas escavadas na rocha apresentava “tradições de moirama, mas de facto com despojos romanos”<sup>309</sup>. Também aqui se procedeu ao plantio de eucaliptos, de modo que não foi encontrado qualquer vestígio na visita realizada.

*Outra referências: PDM 31; RP 6/74.*

#### **07.13. Laje de Santo Estevão**

CMP 346 / N 39° 21' 17.9" / 7° 45' 20.5" / Terreno / Pequeno Sítio  
Na saída de Monte da Pedra para Chança encontra-se um extenso afloramento plano. O local está repleto de evidências que mereciam uma prospecção e registo detalhados, mas aqui interessa realçar uma mancha de imbrices espessos (com ausência de tegulas) que se encontram entre os afloramentos, por trás da construção que pontifica o local<sup>310</sup>.

*Referência: Inédito.*

#### **07.14. Fonte Santa 2<sup>311</sup>**

CMP 346 / CNS 11082 / N 39° 20' 43.2" / 7° 44' 45.4" / Topónimo / Casal  
Do lado oposto da estrada, o *Endovelico* informa-nos de um sítio com cerâmica de construção “abundante” em cerca de 400 m<sup>2</sup> onde foi recolhida uma “moeda de bronze em mau estado e de difícil identificação, provavelmente de Constantino”. Possível casal ou pequena unidade de povoamento – embora no *Endovelico* surja classificado como *villa*.

#### **07.15. Vale Seco**

CMP 346 / CNS 5789 / N 39° 20' 37.2" / 7° 36' 19.5" / Topónimo / Povoado

---

308 Saa, 1967: 84.

309 Saa, 1967: 85.

310 Azevedo, 1900: 344, reproduzindo as Memórias Paroquiais da localidade: “Chama-se-lhe a Lagem de Santo Estêvão porque está perto de hum cazarão que era antigamente Ermida de Santo Estêvão que se acha hoje colocada na Igreja desta Freguezia [...]”

311 Na base de dados não surge qualquer entrada “Fonte Santa 1”, desconhecendo-se a origem da numeração. Da mesma forma, temos “Fonte Santa 3” (CNS 11083), classificada como “necrópole”, mas que reproduz integralmente os conteúdos do sítio 2.

A única indicação sobre o local pertence a Mário Saa, que deixou um dos seus vocábulos neutros: “muitas provas romanas”<sup>312</sup>. No local nada se encontrou porque a barragem poderá ter afogado os vestígios.

*Outra referência: PDM 31; RP 6/75.*

#### **07.16. Sampaio**

CMP 346 / N 39° 20' 18.7" / 7° 43' 46.3" / Terreno / Pequeno Sítio

Em elevação suave encontram-se vários elementos inéditos: uma sepultura escavada na rocha, visível da estrada, uma lagareta junto à ribeira (com um ponto de passagem que apresenta marcas de rodados na rocha de base e uma guarda lateral), um afloramento com covinhas e, o que aqui nos interessa, um pequeno sítio com imbrices, defronte da sepultura.

*Referência: Inédito.*

#### **07.17. Salgadas 1**

CMP 346 / N 39° 20' 03.6" / 7° 44' 06.1" / Bibliografia / Casal (?)

Referenciado com “abundância de cerâmicas de construção e domésticas” no PDM concelhio, sem mais dados. Terá sido severamente afectado pela construção da linha do caminho de ferro e por eucaliptos, a tal ponto que foi impossível fazer prospecção.

*Referência: PDM 14.*

#### **07.18. Salgadas 2**

CMP 346 / N 39° 20' 03.2" / 7° 44' 00.6" / Bibliografia / Necrópole

A muito curta distância do sítio anterior, com o qual é possível estabelecer uma relação de identificação, mas infelizmente tendo sofrido os mesmos impactos.

*Referência: PDM 15.*

#### **07.19. Lage do Ouro 1**

CMP 346 / CNS 1064 / N 39° 19' 16.0" / 7° 42' 28.4" / Terreno / Necrópole

No terreno não se individualiza, pois de acordo com a localização cartográfica estaria muito próximo da *villa*. É uma das mais relevantes necrópoles do Alto Alentejo, essencialmente porque a intervenção arqueológica foi publicada de modo exemplar. Conhecem-se duas inscrições funerárias<sup>313</sup>. Quanto aos enterramentos, atingiram um número muito elevado de sepulturas

---

312 Saa, 1967: 85.

313 Brandão, 1971: 57-61 (erroneamente atribuída ao sítio da Granja) e IRCP nº 624 e 628. A primeira é uma estela muito relevante, porque ajuda a definir uma área cultural muito própria onde o recurso a este tipo de suporte epigráfico é característico. O crescente com as pontas para cima tem paralelo em IRCP nº 626, também do concelho do Crato. Em todos os casos os antropónimos são indígenas.

identificadas (135), para além de outras perturbadas por curiosos locais, atraídos pela lenda que originou o topónimo. A par das 45 sepulturas de incineração foram escavadas mais 90 sepulturas de inumação. A maioria das deposições caracterizava-se por manchas de cinzas com espólio depositado em covas abertas no saibro granítico, havendo ainda alguns cinzeiros, ocorrendo também covas que não apresentavam, nem espólio, nem sinais de esqueletos. Algumas sepulturas, não contendo cinzas, detinham montículos de esquirolas de osso. A partir destas situações foi possível definir um conjunto de grupos principais com distintas arquitecturas, rituais e deposição de espólio funerário, paralelos aos exemplos conhecidos na área regional – casos de Ponte de Sôr (Santo André) e Fronteira (Outeiro do Mouro). Note-se ainda a evolução topográfica do local, com as sepulturas de incineração centrando-se na área mais elevada de um pequeno outeiro, conjuntamente com as inumações mais antigas, ficando as seguintes no decurso da encosta, formando “anéis concêntricos”<sup>314</sup>. A heterogeneidade do espólio recolhido é assinalável, denunciando uma comunidade diferenciada nas suas capacidades aquisitivas. Desde a sepultura com um único prego até ao conjunto com cerâmicas, vidros, moedas e artefactos metálicos, a variabilidade das ocorrências é significativa, embora em nenhum momento com achados excepcionais, nem do metal que baptizou o sítio<sup>315</sup>. Note-se ainda que a diversidade de *terra sigillata* é reduzida, com apenas três peças de fabrico hispânico (aparentemente hispânica tardia) e outra de clara C, o elemento cronológico mais tardio do local juntamente com algumas moedas. Há ainda a recolha de nove lucernas<sup>316</sup>, mas temos um espólio genericamente pouco variado, o que não deixa de ser interessante se pensarmos que o ponto de habitação foi classificado como *villa*. Inclusivamente, os artefactos de metal são utilitários, atribuídos a profissões como pedreiro, carpinteiro, lenhador e agricultor, verificando-se ainda uma espada<sup>317</sup>. Teremos aqui a necrópole dos trabalhadores do sítio principal, estando por localizar o mausoléu ou espaço sepulcral dos proprietários, que poderia conter elementos de maior prestígio (e de onde procedem as estelas conhecidas)? Ou os proprietários pertenciam ao *fundo indígena* mantendo uma relativa capacidade aquisitiva e/ou um apego ao *pacote artefactual* próprio da sua filiação (o que, diga-se, em espaço sepulcral datado até inícios do século IV, não faz sentido manter como posição de análise teórica)? Sendo o espólio maioritariamente utilitário, a primeira hipótese ganha expressão. Acrescento ainda que a Lage do Ouro confere uma

---

314 Caetano, 2002b: 199.

315 Os objectos de adorno mais significativos são constituídos por um anel de prata e uma pulseira de vidro.

316 Duas com a marca de GES de oficina emeritense. Mereceram um estudo específico em Caetano, 2002b.

317 Na sepultura L38.5, em que foi também recolhido um machado.

datação tardia para os ritos de incineração, que se verificaram neste local até meados do século III.

*Outras referências: PDM 19; Processo IGESPAR S-01064; Frade, 1982; Frade e Caetano, 1985; 1991; 1993; RP 6/72; TIR J-29: 98; RP 6/72.*

### **07.20. Lage do Ouro 2**

CMP 346 / N 39° 19' 15.8" / 7° 42' 25.4" / Terreno / Villa

Aquando do plantio do olival foram encontrados mosaicos policromos e estruturas que indicavam uma *villa*. Existem ainda, embutidas no muro de propriedade, cerâmicas de construção (tegulas, imbrices, tijolos), silhares e um fuste de coluna. Já Isidoro aludira a “uma moradeia” junto do penedo granítico que originou a lenda e topónimo, mencionando achados vários e relacionando a estela de *Camira*<sup>318</sup> com o local. No terreno encontram-se numerosos materiais: cerâmica de construção e comum, fragmentos de ânforas (bojos de tons claros), escórias e materiais em pedra vermelha-escura que deverão pertencer a elementos decorativos. Ainda uma soleira em granito. O plantio de eucaliptos em redor impede a percepção da paisagem envolvente. Em solos arenosos e leves, trata-se de uma elevação discreta na paisagem, com uma ribeira na base da encosta norte e outra, de maior caudal no lado oposto (ribeira da Várzea), reforçadas por várias fontes e poços.

*Referências: PDM 18; Isidoro, 1962: 23-24; RP 6/72.*

### **07.21. Tapada da Colobra**

CMP 346 / N 39° 18. 46.2" / 7° 39' 33.7" / Terreno / Povoado

Mesmo junto à ponte, na margem norte, encontra-se no cimo de uma pequena elevação um povoado alto-medieval: notam-se as divisões das habitações, com muros de compartimentação interiores, e ainda se encontram lagaretas na rocha, pias e mós. Área de meio hectare que domina a passagem da ribeira, possivelmente da via XV. Numerosa cerâmica de construção também visível junto à via.

*Referência: Inédito.*

### **07.22. Monte da Paiola**

CMP 347 / N 39° 21' 41.3" / 7° 34' 08.3" / Terreno / Casal

No topo de uma elevação encontraram-se blocos de pedra com aparelhamento, além de numerosa cerâmica de construção (com indicação de tegulas, imbrices e tijoleiras). Menção para um bloco de *opus signinum* e um peso de lagar. Na visita efectuada o sítio foi realocado, observando-se alinhamentos de pedras junto à casa preenchidos por numerosos fragmentos de imbrices, alguns digitados, com tonalidades castanho-escuras e grande diâmetro

---

318 IRCP nº 624; Frade, 1982 (FE 2, nº 9).

de abertura. A localização no meio de um denso eucaliptal impede a percepção da sua implantação na paisagem.

*Referência: Processo IGESPAR 2006/1(141).*

### **07.23. Monte da Cunha 1**

CMP 347 / N 39° 21' 12.4" / 7° 33' 20.5" / Terreno / Povoado

Conjunto de estruturas de interpretação complexa, formando um compartimento rectangular, com entradas definidas por pedras fincadas ao alto, com 100m<sup>2</sup> de área, e compartimentos mais pequenos. Também existem alinhamentos sub-ovais. Não se encontram materiais. No extremo está uma sepultura escavada na rocha.

*Referência: Inédito.*

### **07.24. Monte da Cunha 2**

CMP 347 / N 39° 21' 17.4" / 7° 33' 24.9" / Terreno / Povoado

Junto a duas sepulturas escavadas na rocha voltamos a encontrar estruturas rectangulares, com lajeados e portas definidas por lajes verticais. Alguns imbrices e tijolos de fabrico grosseiro.

*Referência: Inédito.*

### **07.25. Monte da Cunha 3**

CMP 347 / N 39° 21' 16.5" / 7° 33' 32.8" / Terreno / Povoado

Na margem fronteira ao pequeno curso de água a situação repete-se: recintos rectangulares e sub-ovais com lajes verticais definindo as entradas. No interior temos sub-divisões do espaço. Este povoado tem larga extensão, cerca de meio hectare. Encontramos novamente imbrices e tijoleiras, sempre de fabrico grosseiro, mas os imbrices são espessos na tradição romana.

*Referência: Inédito.*

### **07.26. Monte das Braguinas**

CMP 347 / N 39° 20' 23.3" / 7° 34' 13.3" / Terreno / Villa

Um micro-território que exige um projecto de investigação específico. Os indicadores espalham-se por vários núcleos; em alguns não foi possível fazer prospecção, apesar de toda a amabilidade manifestada pelo proprietário. No monte encontram-se um peso de lagar, um tambor de coluna, pelo menos seis silhares e, servindo de elemento de coroamento de uma fonte, um capitel<sup>319</sup>. Do lado oposto da estrada, na fonte junto aos casões, encontra-se a epígrafe já publicada, agora caiada de branco<sup>320</sup>. Aqui está depositada uma base de

---

319 Tambor de coluna – 30cm de diâmetro por 40 de alto. Peso de lagar – 90cm de diâmetro, 80 de alto, encaixe com 60 de altura. Capitel – ábaco com 10cm de altura e 36 de largo.

320 IRCP n° 635a.

coluna. Foi percorrido o topo imediatamente a sul, uma pequena elevação desenvolvendo-se de forma alongada sobre o entroncamento de dois cursos de água, com pouca altura, mas suficiente para a sobre-elevar em relação ao vale. Ao longo de toda essa elevação (um hectare?) encontram-se numerosas cerâmicas de construção (tegulas e imbrices), e blocos de granito fracturados, além de fragmentos de *dolia*. Mário Saa menciona uma “luminosa várzea” com “alicerces, sepulturas em grupo, respectivos vasos lacrimatórios e, por vezes, epígrafes”<sup>321</sup>, apresentando uma leitura da peça, na altura já embutida na fonte. A indicação topográfica leva a crer que Saa se refere ao sítio do vale. No entanto, no PDM concelhio surge uma outra localização cartográfica, em elevação a duzentos metros a oeste da casa principal. Também nesse documento se alude a uma “Necrópole descoberta, há uma dezena de anos, quando da surribo para a plantação de uma vinha. Os materiais foram dados a alguém de Castelo de Vide.”<sup>322</sup> Já o peso de lagar no monte foi encontrado aquando da construção de um casão agrícola, numa elevação cerca de cem metros a norte da casa, onde não foi possível percorrer a superfície.

Temos assim vários pontos, indicando um conjunto polinucleado, embora com contacto próximo. Conviria precisar melhor a funcionalidade destes diversos locais, mas em leitura preliminar parece tratar-se de uma *villa* (na várzea), dados os elementos de monumentalidade (capitel, silhares, coluna), eventualmente estendendo-se até à actual casa, onde, a meia-encosta, dominaria os férteis solos do vale e seus recursos hídricos. Um pouco mais acima na encosta a possível *pars rustica*, sob o casão, onde existe memória do surgimento de muitas telhas aquando da construção. A necrópole estaria próximo.

*Outras referências: RP 6/76.*

### **07.27. Monte da Espadaneira**

CMP 347 / CNS 5815 / N 39° 20' 21.2" / 7° 33' 23.0" / Topónimo / Casal (?)

“Também defronte do m.<sup>te</sup> da Espadaneira e na margem direita da ribeira deste nome, transpõe, a via, terrenos peçados de detrictos da mesma época”<sup>323</sup>. Trata-se da única referência existente a este local, e objectivamente de pouca utilidade, pois não existe um Monte da Espadaneira (apenas uma Fonte, próximo do Monte do Couto dos Algarves, a que Saa também se refere). Mesmo assim, a área presumível foi prospectada, sem sucesso.

*Outras referências: PDM 65; RP 6/77.*

### **07.28. Couto dos Algarves**

CMP 347 / N 39° 20' 18.3" / 7° 33' 08.2" / Topónimo / Povoado

---

321 Saa, 1967: 85.

322 PDM 63.

323 Saa, 1967: 88.



Trata-se de uma larga extensão de terreno, que engloba a anterior, em boa parte hoje plantada de eucaliptos, onde se poderiam localizar as indicações. As referências são novamente deixadas pela pena de Mário Saa: “Algarves (com marcação geodésica do seu nome), cuja etimologia é aqui cifrável em «algar», o qual se mostra ainda como profunda e considerável cratera a que dão, localmente, nome de Cova da Moura, apresenta, espalhados pelos cabeços circunvizinhos, restos de habitações romanas, isoladas, mas formando conjunto apertado, com a indispensável profusão de *tégula*. Jaz o conjunto dos Algarves 800m ao nascente das Braguinas.”<sup>324</sup> O autor relaciona o topónimo com «algares», surgindo daí a referência à Cova da Moura, “um algar enorme rodeado de moradeias ou destroços”<sup>325</sup>. De acordo com os “800m”, o local situar-se-á precisamente no eucaliptal. Localmente, a lenda da “Cova da Moura” já não é rastreável. Todavia, alguns parcos indícios existem: entre as casas do Couto dos Algarves está uma lagareta, arrancada do seu afloramento, e um fragmento de mó girante; à saída do caminho para Guerreiros está um grande fragmento de peso de lagar, em granito e muito fracturado<sup>326</sup>, e mais dois elementos de mó. Depois, ao longo do vale da ribeira da Espadaneira fomos encontrando quinze fragmentos de mós de diversos tamanhos e tipologias. No leito, são frequentes as tegulas, outra cerâmica de construção e um peso de tear, junto ao Poço do Matias, sendo que não é fácil determinar a proveniência destes materiais. Uma larga extensão de terreno foi prospectada, mas é possível que o local original se encontre nas manchas de eucalipto.

*Outras referências: PDM 64; RP 6/78.*

### 07.29. Mosteiros

CMP 347 / CNS 5813 / N 39° 19' 45.2" / 7° 32' 53.3" / Terreno / *Villa*

Em primeiro olhar, mais uma das superlativas descrições de Mário Saa: “As casas, as habitações destruídas, mantêm-se aí em montijos, sobre os quais se adensam os fragmentos de *tégula*, as soleiras das portas e cantarias várias, apesar do muito que dali tem sido retirado. É difícil achar em qualquer outro ponto do país um tal alfofre de material romano, de construção, de entulhos, de que muito se poderia aproveitar para novas construções. Era, no dizer dos habitantes limítrofes, a «cidade» dos Mosteiros.”<sup>327</sup> Apesar da descrição mais nenhum autor se interessou posteriormente por este sítio. O silêncio a que tem sido votado é paradoxal: estando no terreno, observando as construções, não é fácil compreender com um sítio com esta massa construída (um dos mais

---

324 Saa, 1967: 88.

325 Saa, 1967: 87.

326 92cm de comprimento por 55cm de diâmetro conservados, de um lado foi escavada em depressões consecutivas, parecendo talvez tratar-se de uma vara de lagar.

327 Saa, 1967: 89; menção também em pp. 76-77. Mosteiros encontra-se classificado no *Endovelico* como “Achado(s) Isolado(s)”.



impressionantes do Alto Alentejo) tem passado despercebido à investigação, pois, se exceptuarmos o autor radicado em Ervedal, não existe qualquer outra referência ao local. Mesmo a indicação do PDM está deslocada para norte, junto à menção toponímica.

Encontra-se voltado a oeste, em pequena plataforma junto a uma linha de água. Este curso de água subsidiário da ribeira da Espadaneira deve ter sido represado, notando-se ainda um alinhamento de pedras. Temos vários moroiços, todos eles quase inteiramente cobertos com uma enorme densidade de cerâmica de construção dos mais variados tipos, e pedras aparelhadas e trabalhadas de várias formas. Note-se que todos os materiais cerâmicos estão muito bem preservados e são de excelente qualidade de fabrico. É ainda evidente a existência de dois patamares entre a ribeira e o sítio principal, indicando que deveriam existir terraços, talvez com construções. Topograficamente mais acima distingue-se uma massa constituída por um acumulado contínuo de pedras de consideráveis dimensões, ocupando uma área de meio hectare, que cobre um ou mais edifícios, parcialmente aflorando. O sítio tem uma entrada voltada para oeste, onde se encontra uma coluna tombada<sup>328</sup>. Entrando para o interior temos um largo pátio, liberto de pedras, e de ambos os lados estão panos de construções relativamente estreitas, definidas por um muro exterior que corre a toda a área do complexo e que o limita. Este muro apresenta na face este uma larga ábside que remata todo o edificado. Aqui, a altura de muros conservados aflora em cerca de meio metro face ao solo, mas a diferença altimétrica para o terreno exterior envolvente é de mais de metro e meio, indicando a conservação das estruturas no subsolo. Nesta face este encontramos, entre o pátio e a ábside, um conjunto de grandes compartimentos cobertos por blocos de pedra solta que, aliás, estão em enorme quantidade em toda a área edificada. Neste bloco este, no topo sul, aflora um canto de um compartimento rectangular que foi objecto de uma violação, pois é o único local onde se vê o pano de muro: com cerca de meio metro de profundidade, o buraco permite ver uma estrutura extremamente bem construída, revestida por estuque que, por estar coberto de líquenes, não permite perceber se terá sido colorido. Este amplo conjunto estrutural é perfeitamente ortogonal e parece simétrico: entrada rigorosamente a meio do edificado, pátio largo marginado por dois blocos construídos de cada lado, e um conjunto residencial rematado por uma larga ábside. Uma planimetria clássica, que necessitaria de um levantamento topográfico urgente, antes que maiores danos a atinja. Toda a zona está repleta de blocos de pedra que, amontoados sobre as estruturas, impedem a percepção clara do conjunto, confirmando a descrição de Saa. Neste acumulado foi recolhido um capitel em mármore brando, possivelmente visigótico. Encontram-se ainda silhares,

---

328 Uma peça única notável, de granito, com 252cm de altura visível por diâmetro de 32cm, embora se encontre semi-enterrada.

alguns almofadados. Por trás, no sentido este, os frondosos silvados escondem uma grande estrutura rectangular, um tanque, dadas as paredes de *opus signinum* arrancadas e tombadas. Todavia o espaço, hoje uma horta, terá tido outras funcionalidades: também sobre-elevado em relação ao solo envolvente encontram-se troços de muros, uma soleira de porta que sinaliza uma passagem, e degraus de tijoleira *in situ*. A percepção das estruturas não é fácil, dada a vegetação, as silvas e o amontoado de pedras e/ou arames que aqui se encontram. Todavia, a área geral é extensa, talvez duplicando o conjunto edificado.

Entre os materiais observados enumeram-se cinco mós, um tijolo de quadrante, um bordo de *dolium* com decoração penteada, *laterae* com pegadas de animais, vários tijolos de *suspensura* e um tambor de coluna em granito. A cerâmica comum é escassa, o que indica um bom nível geral de preservação, e não foram detectadas cerâmicas de importação (exceptuando-se bojos claros que poderão pertencer a contentores anfóricos). Outras informações foram deixadas por Mário Saa: um fragmento de ara em mármore branco, “na encosta, entre restos de construções”, o que pode indicar mais núcleos, pois o sítio está em relevo plano. Além disso, o autor distingue dois pontos, pois afirma que “A poucas centenas de metros do local [da ara] vemos o Alcarial dos Mosteiros”<sup>329</sup>, não sendo assim de excluir a existência de mais elementos por identificar.

Torna-se necessário conhecer melhor este monumental sítio, que tem permanecido discretamente longe do olhar da investigação. Não restam dúvidas de que se trata de uma edificação romana que prolonga a sua existência para o período posterior (dado o capitel visigótico), podendo a ressonância toponímica indicar uma ainda maior perduração. Localiza-se em ponto axial de caminhos, muito próximo de dois eixos viários, um no sentido longitudinal, que segue de Braguinas para Fortios, e outro vertical, que desce da zona de *Ammaia* e Alagoa para os territórios do Crato. Todavia, Mosteiros não se encontra junto a qualquer um destes caminhos, mas a uma prudente distância. O conjunto construído apresenta-se com uma planta perfeitamente simétrica e ortogonalizada, com um amplo pátio interior rematado por dois blocos laterais e o complexo da ábside na extremidade oposta à da entrada, sendo que o remate da ábside termina no ponto diametralmente oposto. Existe portanto um rigoroso planeamento construtivo axial, com o que terá sido o complexo residencial a ser reforçado com uma presumida barragem, e com um outro conjunto de edificações com leitura mais complexa, mas que poderiam estar vinculados a funções agro-pecuárias. A interpretação do local como *villa* parece-me evidente, dados os sinais de monumentalidade (como a impressionante coluna tombada), as estruturas de contenção de água e os sinais indirectos de termas e de áreas produtivas.

*Outras referências: PDM 67; RP 6/79.*

---

329 Saa, 1967: 89.

### 07.30. Couto dos Guerreiros

CMP 347 / CNS 6324 / N 39° 19' 36.8" / 7° 31' 54.4" / Topónimo / Povoado

Notícias antigas sobre achados de cerâmica de construção e mós. Uma ponta de lança e um *pondus* guardam-se no MNA. A descoberta faz alusão a um topónimo específico: “Os objectos foram encontrados n'uma pequena elevação no "Couto dos Guerreiros" junto ao vale da "Nave da Cal" na freguesia dos Martyres, concelho do Crato, em propriedade que me pertence.”<sup>330</sup>

*Referência: PDM 66; Campos, 1907: 218; RP 6/80.*

### 07.31. Monte das Veladas

CMP 347 / CNS 14377 / N 39° 19' 51.8" / 7° 31' 06.3" / Topónimo / Casal (?)

Em prospecção detectaram-se materiais cerâmicos de construção, cerâmica comum e pedras aparelhadas. Situado em pequena elevação junto a uma linha de água.

*Referência: Processo IGESPAR 90/1(100).*

### 07.32. Mato Silva

CMP 347 / CNS 5905 / N 39° 19' 24.8" / 7° 34' 00.3" / Terreno / Povoado

Mais uma ocasião em que a referência nos surge de Mário Saa: “Próximo da via, a cerca dumhas centenas de metros, acha-se a moradeia do Mato Silva, em que, por motivo das revoltas ruínas, não pode entrar a charrua, mantendo-se o terreno em estado bravio”<sup>331</sup>. A referência não é precisa, para mais estando o monte distante do itinerário proposto, que ligava Braguinas a Fortios. Do local conhece-se ainda outra peça: “o capitel que V. aqui viu. Foi encontrado na folha do Coito de cima da herdade da Cabeça do Clérigo, freguesia dos Martires, cº do Crato, quando se procedia a lavoura [...]. A charrua empeçou com elle e como viram uma pedra branca, tiraram-na e ficou descoberto. Estava enterrado n'uma cabeça que ha n'uma folha junto à linda de uma courella que faz hoje parte da herdade do Matto Silva. Por aqui não tenho noticia de ter apparecido nada”.<sup>332</sup> De qualquer modo, junto à grande casa agrícola encontram-se materiais depositados: uma coluna, um peso de lagar, silhares, um tanque de lagar ou sarcófago reaproveitado com orifício de escoamento lateral. Todos em granito fino, castanho, pouco habitual na zona<sup>333</sup>, mas sem proveniência atribuída. O local apresenta um panorama dominador sobre o vale de Mosteiros.

*Outras referências: PDM 84; RP 6/81.*

---

330 Carta enviada por Barahona, Francisco Cordovil Caldeira Castelo Branco (250) a 15-08-1906 (1443), em depósito no MNA (epistolário de José Leite de Vasconcellos).

331 Saa, 1967: 88.

332 Carta enviada por Barahona, Francisco Cordovil Caldeira Castelo Branco (250) a 21-10-1918 (1455), em depósito no MNA (epistolário de José Leite de Vasconcellos).

333 A coluna tem 35cm de diâmetro por 43 de alto. O peso de lagar tem 78cm de alto, 50 de largo, a altura do encaixe é de 39cm, a largura máxima do encaixe é de 19cm

### 07.33. Rua de Crasto

CMP 347 / CNS 5806 / N 39° 19' 06.2" / 7° 31' 22.3" / Terreno / Povoado

Um caso muito interessante, que contrasta o volume de informações com a ausência de indicadores no terreno. Na visita ao local as evidências foram poucas, à excepção do caminho, que foi confirmado, conforme se comenta no capítulo próprio. Como sucede para o cordão de sítios a nordeste do concelho do Crato, Mário Saa tornou-se a fonte privilegiada para comunicar os vestígios mas, embora conceda grande importância, nunca é explícito: menciona o “alcárcial romano”<sup>334</sup>, expressão com que baptiza a maioria dos locais da zona<sup>335</sup>; em passo posterior, “um edifício que seria torre ou castelo; enfim, o «castrum» do seu nome actual”<sup>336</sup>. Finalmente, “Crasto era o nome da construção antiga, cujas destruições, de material romano, se acham espalhados no local, de mistura com edifícios modernos, certamente à custa do material antigo”<sup>337</sup>, chegando a situar a *mansio* de *Fraxinum*. Mas Saa não é o informador exclusivo: uma inscrição é atribuída<sup>338</sup>; e “Segundo informação oral, foi aqui achado um pote cheio de “preguinhas em ouro”, que foi vendido para o museu de Lisboa. Igualmente Saa, 1967, refere este achado. Poderão corresponder aos botões em ouro existentes no MNA (Tesouros, nº 87), identificados como provenientes de Fortios”<sup>339</sup>. A visita não foi conclusiva, embora os blocos pétreos que se observam na estrutura do forno anexo ao edificado possam ser silhares de granito. No perímetro das casas existe uma infinidade de cerâmica de construção, mas aparentam ser contemporâneas. Seguindo o caminho na direcção de Fortios, subindo a elevação onde se encontra a anta, encontramos um ponto de povoamento. Nessa elevação, sem destaque na paisagem, está uma plataforma com excelente visibilidade para todo o vale, e aqui encontra-se um extenso alinhamento de pedras, algumas rectangulares, outras quase sem talhe. A sua disposição define um largo recinto com cerca de 2000m<sup>2</sup>. Construção grosseira, mas rigorosamente alinhada. Todavia não se encontram materiais, nem no seu interior, nem na envolvente, embora o solo não seja agricultado por servir de pastoreio, o que não facilita a identificação de vestígios de superfície. Encontrou-se apenas um fragmento de *dolium* e um percutor<sup>340</sup>. Um panorama muito distinto, portanto, da “torre” indicada por Saa.

*Outras referências: RP 6/82.*

### 07.34. Ermida de S. Bento

CMP 358 / N 39° 18' 10.4" / 7° 38' 38.6" / Terreno / Povoado (?)

---

334 Saa, 1967: 74.

335 A alternativa empregue é o termo “moradeias”.

336 Saa, 1967: 86.

337 Saa, 1967: 90.

338 IRCP nº 626; Lambrino, 1967: 215.

339 PDM 70.

340 As coordenadas apresentadas referem-se a este local.

Entre o Crato e Flor da Rosa, próximo desta localidade, existiu a antiga ermida, cujos dados históricos são manifestamente escassos. Apontada como um cenóbio do século X (com possível construção anterior), albergou culto até ao século XIX, momento em que uma derrocada terminou com a vida do edifício. Do templo cristão sobreviveram materiais pétreos arcaizantes, interessantes para o conhecimento das tradições construtivas que perpetuam os fazeres paleocristãos. Existem informações orais que apontam para um sítio romano no local, com identificação de tégulas. A construção de uma rotunda, na variante de acessos às duas localidades, acentuou o apagamento dos vestígios, dos quais há uns anos restavam ruínas e elementos arquitectónicos. Na visita nenhum elemento de filiação romana foi encontrado.

*Referências: PDM 35; Pinho Leal, 1874: 441; Rodrigues & Pereira, 1987: 183-191.*

### **07.35. Herdade do Matinho de Baixo**

CMP 358 / CNS 31601 / N 39° 17' 08.1" / 7° 35' 58.2" / Bibliografia / Casal

Em elevação foram identificados blocos graníticos com aparelhamento e materiais de época romana (tegulas e imbrices). O sítio foi objecto de sondagens, diagnosticando uma ocupação da Antiguidade Tardia, severamente perturbada por alterações recentes. Além de uma “carapaça” pétreia, identificou-se um alinhamento de três blocos de pedra e recolheram-se materiais avulsos (cerâmica de armazenamento e potes de perfil em S)<sup>341</sup>.

*Referências: Processo IGESPAR 98/1(666).*

### **07.36. Monte do Chocanal**

CMP 358 / CNS 16385 / N 39° 16' 32.7" / 7° 38' 27.0" / Terreno / Vicus

Um dos casos mais interessantes na região, não tanto pelas evidências de terreno – bastante discretas –, mas pela possibilidade de aqui vincular um aglomerado urbano de importância secundária expresso epigraficamente: IOVI / OPTVMO / MAXVMO / VICANI / CAMALO / C [...] IN [...] <sup>342</sup>. Esta peça, hoje em paradeiro desconhecido, estaria colocada em altar, ou em uma qualquer estrutura que albergaria o culto. Teríamos, portanto, a hipótese de conhecer, pelos achados de superfície, a expressão material de um *vicus*, o que constituiria um salto qualitativo na identificação deste tipo de realidades, inserido em importante zona de passagem e circulação. Acrescente-se a sugestiva passagem deixada no relato de José de Cornide<sup>343</sup>: “En el Xocanal [Chocanal], campo libre y desembarazado en el término de O Crato, en un

---

341 Herdade do Matinho. Escavação Arqueológica. Relatório dos trabalhos arqueológicos. IC13 – Alter do Chão/Portalegre incluindo a ligação ao Crato e Flor da Rosa. Era Arqueologia S.A. (2005).

342 IRCP nº 614 - a ficha apresenta um conjunto de referências bibliográficas mais antigas sobre a descoberta da epígrafe.

343 Abascal & Cebrián, 2009: 672.

alto con ruinas de edificio, descubrióse hacia 1726 y por espacio de media legua hay ruinas y antas quebradas. Llevóse a Machoquinho<sup>344</sup>.” Naturalmente que a menção a ruínas de um edifício é de destacar. Infelizmente, os dados são extremamente lacunares. Na base de dados *Endovelico* a entrada apresenta uma “área de cerca de 1200m<sup>2</sup>”, o que é manifestamente pouco coincidente com um *vicus*. Segue-se uma descrição de *um muro construído com grandes blocos de granito, eventual podium* de uma estrutura<sup>345</sup>.

O local foi visitado em duas ocasiões. Na primeira, junto ao conjunto residencial foram vistos alguns blocos de granito de grande porte, que posteriormente não foram poupados pelas obras de reabilitação do imóvel, tendo desaparecido. Indicavam uma construção de alguma volumetria, eventualmente sob o próprio monte, mas não foi encontrado qualquer indício suplementar. Na península entre as duas ribeiras, mesmo na extremidade, foi localizada uma mancha com cerca de 500m<sup>2</sup> unicamente composta por imbrices, possivelmente de cronologia romana. Em visita posterior foi confirmada a informação referente à mancha de cerâmica<sup>346</sup> (os blocos inseridos em muro não foram encontrados). Área pouco expressiva, entre 500 e 1000m<sup>2</sup>, ocupando o alto de uma pequena elevação, com boa visibilidade sobre todo o percurso da ribeira. Vestígios unicamente no ponto mais elevado, onde se nota uma pequena plataforma. Cerâmica de construção fragmentada e dispersa (tegulas e imbrices), alguns blocos de granito pequenos, cerâmica comum de tonalidade castanha e cinzenta. Junto à estrada de alcatrão, um silhar.

Por estes dados se compreenderá que a situação do *vicus* do Chocanal se encontra longe de estar esclarecida. Se o PDM local refere, além dos elementos arquitectónicos já mencionados que estavam depositados no monte, “fragmentos cerâmicos de diversas épocas espalhados por toda a colina”, o que indica uma área e diversidade substancialmente superiores<sup>347</sup>, será muito provável que o *verdadeiro* sítio ainda não tenha sido localizado.

*Outras referências: Processo IGESPAR S-16385; RP 6/104; TIR J-29: 63; Carneiro, 2009-2010: IX.*

### **07.37. Herdade da Zambujeira<sup>348</sup>**

CMP 358 / CNS 31600 / N 39° 16' 57.4" / 7° 34' 44.3" / Bibliografia / Casal

Sítio reconhecido em contexto de obra com escavação muito parcelar. Identificada cerâmica de construção à superfície, um fragmento de *terra sigillata*

---

344 Em seguida remete para as Memórias da Orden Militar de Malta, por Fr. Lucas de Santa Catharina, 1734, representando a epígrafe.

345 De resto, as referências seguintes são mais enigmáticas: *Na vertente oeste, aparece [?] a camada de destruição [?], constituída por imbrices*. Base *Endovelico*, <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/>, consultada em Abril de 2008 e Janeiro de 2009).

346 As coordenadas apresentadas referem-se a este ponto.

347 PDM 49.

348 O sítio encontra-se cartograficamente grafado “Zambujeiro”, e é assim conhecido.

clara, pesos de tear e cerâmica de paredes finas, além de blocos graníticos. Na escavação, só efectuada na área de afectação da obra, reconheceu-se que o estado de preservação era muito mau, mas reconheceu-se “um pequeno ajuntamento de pedras e materiais sem no entanto formar nenhuma estrutura reconhecível”.

*Referência: Processo IGESPAR 98/1(666).*

### **07.38. Granja**

CMP 358 / CNS 259 / N 39° 15' 50.4" / 7° 38' 11.1" / Terreno / *Villa*

Cortado ao meio pela passagem da E.N.245, apresenta uma implantação canónica: ocupa o terço inferior de uma encosta voltada a sudeste (embora desfrutando de boa visibilidade para norte e para a vila do Crato), com férteis várzeas regadas por poços e fontes de caudal vigoroso que alimentam uma linha de água que desagua na ribeira de Seda. Tem contacto visual com a via atribuída ao itinerário XV, em proximidade física pouco habitual, pois não distam mais de duzentos metros.

A primeira referência ao local deriva de uma memória que Leite de Vasconcellos noticia: “Informaram-me, em 1896, de que no sitio da Granja, próximo da estação ferroviaria do Crato, apareceram sepulturas dispersas, que continham ossos desfeitos e vasos de barro. – Provavelmente sepulturas romanas”<sup>349</sup>. Mas o sítio já deveria ser bem conhecido na zona devido a uma descoberta feita por curiosos locais: “Na quinta da *Granja* foram encontrados importantes vestígios da época romana, os quais foram meticulosamente postos a descobertos, em parte, graças ao louvável zêlo do reverendo padre João da Assunção Jorge, quando era Prior da vila do Crato. Ali foram encontrados mosaicos muito interessantes, com desenhos geométricos perfeitíssimos: um pavimento constituído por *mosaicos* muito sumidos, com um lambrim de *mármore branco*; dois degraus forrados de *mármore branco* com dois centímetros de espessura; - Um *capitel de mármore*, no qual se divisam, já bastante gasto, folhas de acanto; - Outro *capitel visigótico*, encaestado, como o anterior, nos alicerces de uma casa que foi reconstruída recentemente. No pátio actual da Granja e em terrenos que o ultrapassa há mosaicos soterrados, em quantidade, e telhas. Este [padre Jorge] pensou em forrar o pavimento do baptistério da Igreja Matriz com os belos mosaicos da Granja; não pôde, porém, satisfazer esse louvável desejo, por não conhecer processo eficaz de levantar o pavimento sem prejudicar os valiosos e antiquíssimos mosaicos romanos.”<sup>350</sup> Mais tarde Manuel Heleno deslocou-se ao local, tendo ordenado a realização de escavações arqueológicas. Os trabalhos terão decorrido durante a década de trinta, deles ficando apenas breves menções<sup>351</sup>. Na notícia mais desenvolvida,

---

349 1918: 369.

350 Subtil, 2001: 184-185. Sublinhado original.

351 Heleno deixou a menção a “prospecções” (1956a: 231), o termo habitualmente empregue para escavações sem continuidade ou, como hoje diríamos, sondagens. Saavedra Machado localiza em 1936 os “reconhecimentos e depois investigações” (1964: 117).



descreve cinco pavimentos de mosaico, o que indica uma pesquisa em extensão. Em todos ressalta já um nível elevado de destruição: o pavimento 1, policromo, “pavimentava uma sala com as paredes forradas a mármore que media, de Este para Oeste, 8,40m e de Norte para Sul 10,30m”<sup>352</sup>, o que perfaz uma área de quase 100m<sup>2</sup>, com núcleo central muito destruído. Policromo, apresentava decoração geométrica. O segundo, em sala onde se encontrava uma coluna, era de xadrez a preto e branco, o mesmo se verificando no terceiro, com um centro de losangos bícromos. O quarto estava muito destruído e o quinto, em sala de dimensões semelhantes à nº 1, era também policromo e geométrico, repetindo alguns dos motivos já conhecidos nos anteriores. Portanto, ou a *villa* apresentava uma decoração mosaística padronizada e monótona, ou as salas principais não foram intervencionadas. Quanto ao sítio em si, pouco nos é descrito: uma área de 15.000m<sup>2</sup> com dispersão de telhas, imbrices, colunas e tijolos. Claramente não motivou Heleno a prosseguir os “reconhecimentos”, provavelmente devido ao grau de destruição dos pavimentos. Certo é o desinteresse pela Granja, que terá ficado ao abandono. Mário Saa refere-o, com uma nota de rodapé dando a entender que as estruturas visíveis eram local procurado para a recolha de objectos<sup>353</sup>. O estado de degradação levou a sucessivas trocas de correspondência entre o município e as entidades de tutela. Em 04.12.1979 houve um reconhecimento do local, sem novidades<sup>354</sup>, e a situação manteve-se até ao final do milénio, quando as estruturas foram recobertas com geotêxtil. Em 2006, na sequência de acompanhamento da instalação de condutas de água, foi identificada a necrópole, a cerca de trezentos metros a sul, com “algumas sepulturas, uma das quais de carácter monumental”<sup>355</sup>, nas quais foram exumados dezoito recipientes cerâmicos, uma

---

352 1953:258. O artigo termina com a menção de “continua”, que Heleno várias vezes utilizava.

353 “[...] as vastas ruínas da Granja. Há aqui paredes antigas, construções de pesados blocos de granito, facetados, restos de silhares romanos, colunas de mármore, dispersão de tijolos, por hectares de terreno, extensões de mosaicos policrómicos”. E depois, a nota: “Possuo um fragmento, em 4 tonalidades: branco, azul, amarelo, vermelho.” (Saa, 1959: 123). Dadas as relações pessoais entre o autor e o antigo Director do MNA, esta menção deve ser vista como mais uma farpa lançada nessa direcção, criticando por deixar um sítio ao abandono quem tantos outros investigadores criticou por também deixarem sítios ao abandono (*vide* o exemplo de Carrão, Elvas).

354 Relatório de José Olívio Caeiro constante do Processo IPPAR nº 4.06.004. Dele consta que na “Zona nº 1” (a Oeste da estrada) se encontram “visíveis alguns troços de parede romana”.

355 Informação constante da base de dados *Endovelico* do antigo IPA e entretanto retirada. Os dados então apresentados eram os seguintes:

“A necrópole associada à Villa Romana da Granja insere-se cronologicamente, a partir dos séculos III e IV d.C., sendo esta cronologia tão vasta, fundamentalmente baseada em estudos tipológicos para recipientes cerâmicos (recolhidos durante a escavação arqueológica). Neste sentido a interpretação das características construtivas e tipológicas das sepulturas, da sua análise espacial e estratigráfica, permitiu que se estabelecessem três fases distintas na utilização e abandono do espaço definido pela necrópole:

- A primeira fase corresponde à implantação de sepulturas de fossas simples escavadas na rocha que subsiste no século I até ao século VII d.C., algumas delas com sinais de abandono e / ou violação anteriores à nossa intervenção (Sepulturas 2, 4, 7, 8 e 9).”



lucerna, quatro recipientes de vidro e um objecto em ouro, talvez um brinco. Hoje o sítio ainda capta a atenção a quem circula pela estrada que o cortou: os muros de entrada da propriedade estão repletos de blocos pétreos, embora o proprietário tenha informado que são provenientes da vila do Crato, salvos do abandono em que estavam na lixeira municipal. Nas construções do monte, sim, são visíveis vários materiais romanos, embutidos no aparelho e alpendres anexos. Uma coluna de mármore encontra-se oculta atrás de uma árvore. Os materiais encontram-se em maior número no casão agrícola; silhares, frisos, tambores de coluna, um capitel, pesos de lagar. O casão, aliás, apresenta contrafortes laterais pouco habituais em construções deste tipo, bem como o que parece ser uma cabeceira absidal, e sobre ele existe uma lenda de ter sido uma antiga igreja. Segundo informação oral, aqui foram feitas escavações, pondo à vista uma estrutura que parecia ser “o altar de um templo”.

A *villa* da Granja apresenta-se como um sítio que merecia algo mais do que um conjunto de escavações feitas de forma aleatória, ou em prevenção do impacto de obras. Trata-se de um local que, de acordo com as descrições e fotografias deixadas por Manuel Heleno, não revelou grande monumentalidade nas estruturas postas a descoberto, o que levou ao desinteresse pela continuidade dos trabalhos, mas apresenta um conjunto edificado com pavimentos em mosaicos policromos, todos com motivos geométricos, e com significativos indicadores de monumentalidade (coluna, tambores, capiteis). Para mais, seria de toda a conveniência perceber a tipologia do edifício ao qual se sobrepõe o actual casão. Finalmente, a proximidade do espaço sepulcral valorizaria qualquer projecto de investigação que entendesse os dois universos como um todo.

*Outras referências: PDM 58; Processo IGESPAR C-00259, 2002/1(624) e 98/1(666); RP 6/105; TIR J-29: 86; Rodrigues & Pereira, 1989: 10.*

### **07.39. Monte de Marrocos/S. Lucas**

CMP 358 / CNS 5810 / N 39° 14' 57.7" / 7° 37' 04.6" / Terreno / *Villa* (?)

Sobre Monte de Marrocos existem informações dispersas: Mário Saa situa “demonstrações de vária ordem, alicerces, etc.”, quando se refere a esta propriedade e a Abodaneira<sup>356</sup>. Conhece-se uma peça rara, um bastão de dolerito

---

- Na segunda fase de ocupação integrámos as sepulturas estruturadas com a aplicação de ladrilhos (lateres) na elaboração dos sepulcros. Esta tendência parece ter-se difundido, essencialmente, a partir de inícios do século IV em associação com as práticas de inumação (Sepulturas 1, 3 e 6).

- A terceira fase corresponde à evidência estrutural (Sepultura 5) associada a uma profunda transformação na mentalidade no que diz respeito ao modo como se lida com o mundo dos mortos. A escavação da sepultura de inumação esteve a cargo da Dr.<sup>a</sup> Teresa Ferreira (antropóloga). A fragmentação do material osteológico dificultou bastante a sua análise. De acordo com os estudos antropológicos (Ferreira, 2006) apontam para um indivíduo adulto, talvez do sexo masculino (?). Esta sepultura é eventualmente, enquadrável a partir de inícios do século IV.”

356 1959: 135.

com duas cabeças de felino em bronze nos seus remates, uma peça de função desconhecida e tipologicamente inusual. Sobre o contexto de proveniência nada é adiantado<sup>357</sup>. Tendo em vista o esclarecimento destes dados foram feitas prospecções em alguns dos terrenos da herdade, que apresenta uma enorme extensão, o que inviabilizou uma batida sistemática. A prospecção rapidamente se orientou para o abandonado Monte de S. Lucas (pertencente ao terreno de Marrocos), pela implantação paisagística (terço inferior de encosta voltada a sudoeste, com excelente domínio visual e proximidade de vários poços) e pelo hagiotopónimo. Nas paredes encontram-se silhares reaproveitados, embutidos na esquina que, por ter caído o reboco, estão à vista desarmada. Entre o monte e a parede em ruínas encontra-se uma eira, cuja construção pode ter destruído ou ocultado o sítio romano, e há um muro que se prolonga para a zona baixa; no seu seguimento estão um fragmento de peso de lagar e um tambor de coluna fragmentado, ambos em granito. Na boca do forno de cal está, na parede norte, outro tambor de coluna em granito. De realçar que não foram encontrados materiais cerâmicos em nenhum ponto, mas certamente que por estes terrenos se encontrará um sítio romano, cuja proximidade ao percurso da via XV, a “Estrada dos Louceiros”, dista entre quinhentos a mil metros.

*Outras referências: PDM 60; RP 6/106.*

#### **07.40. Abodaneira**

CMP 359 / CNS 5775 / N 39° 14' 28.3" / 7° 34' 20.2" / Topónimo / Povoado

A única referência conhecida deve-se a Mário Saa<sup>358</sup> e já foi apresentada no sítio anterior, sendo muito sintética e inexpressiva. No local nada foi encontrado mas a herdade, como a atrás descrita, é de uma enorme extensão. Encontra-se junto da via XV mas no lado oposto (a norte) em relação ao anterior, podendo funcionar no sistema de sítios alternados ao longo da estrada, como é conhecido para outras zonas.

*Outras referências: PDM 81; Processo IGESPAR 2003/1(741); RP 6/110.*

#### **07.41. Aguilhão**

CMP 371 / N 39° 12' 42.1" / 7° 32' 46.8" / Terreno / Casal

Próximo do cruzamento de vias da “Taberna dos Mouros” encontramos um sítio romano junto ao entroncamento de uma linha de água afluente da ribeira da Enfermaria. Está no termo de um conjunto de elevações, onde se encontra uma plataforma um pouco mais elevada que contém os vestígios e voltado para sul, para a referida linha de água. Encontra-se uma mancha com algumas dimensões – 1000 a 2000m<sup>2</sup> – com ímbrices, tégulas, tijolos, um troço de muro sob uma azinheira e um elemento de mó.

---

357 Almeida & Matos, 1970: 416-417  
358 1959: 135.

#### 07.42. Taberna dos Mouros

CMP 371 / N 39° 12' 12.0" / 7° 32' 37.5" / Terreno / *Mansio* (?)

Mais um caso em que a única descrição provém de Mário Saa: “Há, no cruzamento [da via XIV com a XV], empedernidos alicerces e paredes, tangentes à via (a dentro da canada pastoril), a que se chama, localmente, a Taberna dos Mouros. Em torno do que resta do edifício, vê-se profusão de fragmentos da habitual telharia. O edifício, mais se afigura templo que taberna.”<sup>359</sup> Percorri todo este território em variadas ocasiões, procurando o encontro das vias. Foi localizado o ponto exacto, onde se vê uma crista do afloramento, em zona onde nunca houve agricultura e por isso o mato cresce desordenadamente impedindo uma visualização correcta. Não existem indícios de um sítio, embora a descrição de Saa (nomeadamente quanto à “telharia”) indique que terá observado realidades no terreno. Mais uma questão que permanece em aberto.

*Outras referências: RP 6/\*\*\*\* (p. 149).*

#### 07.43. Almarjão

CMP 371 / N 39° 12' 06.5" / 7° 30' 36.2" / Terreno / *Villa*

Do local já fora noticiada a proximidade ao troço de via romana da “Canada do Alicerce”<sup>360</sup>. O sítio romano em si, todavia, só mais tarde chega ao conhecimento do funcionário do MNA João Lino da Silva, então encarregado das escavações em Torre de Palma, que o noticia ao Director, Manuel Heleno. Lino da Silva ter-se-á deslocado ao local mediante informações da descoberta acidental de mosaicos e de algumas peças que lhe foram noticiados por trabalhadores de Vaiamonte, mas por falta de condições logísticas o local não foi alvo de escavações<sup>361</sup>. A barragem vem a ser noticiada por Mário Saa<sup>362</sup>, mas o ponto de povoamento tem passado ignorado à investigação. Apenas surge mencionado em obra mais genérica onde a barragem é o elemento de atenção primordial<sup>363</sup>: “estruturas arruinadas na colina da margem esquerda”, destruídas pela construção das casas agrícolas. “No entanto, num local da margem esquerda 130m a jusante e a uma altura inferior à do actual coroamento da barragem, observam-se materiais romanos à superfície”. Observam-se ainda vários elementos de construção nas casas e em um forno de cal arruinado por trás da casa – eventualmente o que deu origem à descoberta, pois Lino da Silva refere que foi aquando da abertura de uma cova para o processo de obtenção de cal que os vestígios foram identificados. De qualquer forma, a

---

359 Saa, 1959: 141.

360 Vasconcellos, 1927-1929: 185.

361 Carneiro, 2005b: 291.

362 1959: 135, sem qualquer referencia à *villa*. Nomeado como “Almeijão”.

363 Quintela, Cardoso & Mascarenhas, 1986: 57. A barragem surge descrita nas pp. 53-57 e fig. 3 e 4.

área merecia prospecções intensivas: foi localizado um ponto de povoamento inédito, a cerca de 300m a sul da barragem, na direita do caminho, antes da junção de um pequeno curso de água com a ribeira, em pequena elevação, onde está um silhar em moroiço e uma pequena concentração de cerâmica de construção (tijoleiras, ímbrices, tégulas), um pequeno sítio na dependência do principal. Desta forma, teríamos pelo menos dois pontos na área do sítio central, correspondendo a pequenos pólos dentro do *fundus* da *villa*.

*Outras referências: PDM 76; RP 6/111.*

#### **07.44. Fonte da Figueira**

CMP 371 / CNS 5812 / N 39° 11' 24.4" / 7° 30' 07.8" / Terreno / Povoado (?)

Mais uma vez o informante é Mário Saa: “Vêem-se, na Fonte da Figueira, junto da via, no sopé do alto morro da Cabeça, fortíssimos e grossos muros, de construções romanas, com fragmentos de *tegula* e *imbrex*”<sup>364</sup>. Apenas foi localizada a fonte, onde se encontram quatro grandes silhares, rudemente afeiçoados. Parece ser muito antiga: de mergulho, em abóbada, com pequena piscina na frente. Desta forma, deve-se considerar que o sítio de proveniência destes blocos, e referido por Saa, não foi ainda localizado.

*Outras referências: PDM 78; RP 6/122.*

#### **07.45. Ribeiro do Freixo**

CMP 371 / N 39° 11' 11.7" / 7° 30' 46.1" / Terreno / *Mansio* (?)

Sítio que se estende por dois concelhos (Crato e Monforte) dado que existem evidências dos dois lados da via, que aqui serve de limite concelhio. Está mesmo junto à passagem da ribeira. A maior concentração de materiais está próximo de um afloramento, onde se nota uma plataforma. Todavia, encontram-se também do lado sul da via, indicando uma extensão grande, em torno a 5000m<sup>2</sup>. Encontram-se tijolos, ímbrices, tégulas, cerâmica comum, fragmentos de ânfora e blocos de *opus signinum*. A passagem da ribeira seria por um pontão idêntico ao da ribeira da Navalha, ainda se encontrando uma estrutura pétrea no corte da linha de água. Aqui está um marco com a Cruz de Malta, possivelmente reaproveitando um marco miliário, indicando que o local serviu como termo de confrontação de territórios das ordens militares, como hoje serve de concelhos.

*Referência: Inédito.*

### **Comentários gerais**

Em todo o Alto Alentejo, o concelho do Crato assume uma situação singular: por aqui vários investigadores trabalharam, mas nunca houve

---

364 1959: 135.

um esforço sistemático de pesquisa; e por esta via, os dados são soltos e heterogêneos, mas quando os reunimos e pesamos, concluímos que são densos em quantidade e qualidade. Detém uma posição privilegiada na contabilização geral, com mais de quarenta sítios recenseados, mas a impressão geral é a de um relevante repositório de informação para o futuro. Sítios de grande qualidade, do ponto de vista patrimonial e científica, e que só parcialmente são conhecidos, faltando ainda descobrir outros mais.

O Crato é nitidamente um concelho de transição e a diversidade de paisagens e de ambientes beneficia-o nesta leitura. Atravessando-o abandonamos, por um lado, a bacia do Tejo (quer de norte para sul, vindos de Nisa, quer de oeste para este, vindos de Gavião e Ponte de Sôr), e por outro, saímos do ambiente serrano de São Mamede (vindos de Alagoa e Fortios) para os grandes espaços do Alto Alentejo central. A paisagem modela-se progressivamente, nas ondulações ritmadas dos cabeços que se vão sucedendo, deixando para trás as cristas e as erupções xistosas que até aí reconhecíamos. Entramos na paisagem que possibilita o *otium* contemplatório próprio da alma latina, mas também um modelo de exploração agro-pecuária de policultivo e, sobretudo, a base da tríade mediterrânica da vinha, do olival e das extensões de cereais. Em resumo, entramos no território das grandes *villae*. Unidades que, para norte, convivem com os povoados abertos – as designadas *moradeias*, se seguirmos a linha de Vasconcellos – e progressivamente vão dominando a paisagem: Granja, Couto Vale, Almarjão, Braguinas, Lage do Ouro ou o impressionante sítio de Mosteiros, indiscutivelmente um dos grandes valores patrimoniais do distrito. Este modelo é para já uma hipótese de trabalho, sendo necessário determinar a profundidade e validade da leitura. Em panorâmica geral (muito geral, reforçaria), o que teríamos seria assim, progredindo de norte para sul e simultaneamente de ocidente para oriente, a transição, feita de modo suave: sítios como Rodo ou Sôrinho, ou mais pequenos, como Cem Dias e Colobra, vão lentamente cedendo o passo a estruturas de maior porte. De modo simbólico, penso que o *vicus* de Chocanal parece marcar a fronteira: junto ao itinerário viário, se o percorrêssemos vindos do Tejo, seria por estas paragens que o referido modelo começaria a alterar-se, pois de seguida teríamos a Granja. Esta leitura é sugestiva, mas necessita de ser melhor afinada. De muitos destes sítios temos uma sumária caracterização, seja porque alguns foram afectados pelo plantio de eucaliptos e estão hoje perdidos, seja porque de muitos temos apenas as crípticas passagens deixadas por Mário Saa, que era lacónico na descrição de sítios que sabia só ele conhecer. O que dizer de Espadaneira, com os seus “terrenos pejados de detrictos”, por exemplo? Ou da sensação de em locais como Taberna dos Mouros ou Rua de Crasto termos estado no local onde Saa esteve, mas não termos observado o que descreveu? Esta incómoda impressão poderá vir a ser ultrapassada com mais trabalho de campo que identifique novas realidades, ou então teremos de

conformar-nos com a ideia de se terem perdido. Mas relembro o sucedido em Mosteiros: foi apenas ao fim do terceiro dia de prospecções (efectuados em três momentos diferentes do ano) que foi relocalizado, e neste caso não estamos propriamente a referir-nos a um sítio arqueológico pequeno ou de escassas evidências.

Este ponto é relevante e merece ser destacado. Pois apesar dos mais de quarenta sítios constantes do inventário, sempre que podemos realizar prospecções intensivas, novos pontos foram identificados. Biscaia, por exemplo, com o vizinho lugar de Couto Vale, ou Sampaio (com evidências de épocas diferenciadas) são exemplos de uma malha de povoamento densa e apertada que aflora sempre que existem condições para a realização de um trabalho de campo intensivo. Neste sentido, o Crato foi um laboratório muito interessante, onde novas descobertas foram identificadas de modo inesperado, ou onde evidências que julgávamos perdidas foram recuperadas: dou como exemplo a antiga ermida de Santa Eulália, com a surpresa de se encontrarem restos materiais de época romana. Outro exemplo foi o conjunto de pontos aos quais chegámos por informação oral do proprietário de Braguinas: com ele foram identificadas sepulturas escavadas na rocha e depois, em posterior visita para a obtenção de coordenadas geo-referenciadas, os três povoados de Monte da Cunha. Estes merecem um comentário específico, porque são exemplos relevantes dos conjuntos que Leite de Vasconcellos chamou de *moradeias*. Três núcleos dispersos, mas próximos entre si, que se instalam entre afloramentos, delimitando a área edificada por uma cintura de pedras e onde observamos a individualização das presumíveis habitações, com as entradas sinalizadas com pedras fincadas. A novidade, nestes locais, reside na proximidade de sepulturas escavadas na rocha (nos sítios 23 e 24 estão situadas em uma extremidade do povoado) e na existência de alinhamentos sub-ovais definindo hortas (?). Trata-se de um modelo de povoamento que encontramos em outras áreas da região: mais a norte, no limite inferior do concelho de Nisa, e ainda na Serra de São Mamede. Estes três povoados estão entre os exemplos mais a sul, registando-se ainda os casos de Froia em Alter do Chão. Como é evidente, é muito difícil determinar a cronologia destes sítios: a utilização de imbrices e tijolos com uma tipologia idêntica à dos materiais romanos (mas com muito inferior qualidade de fabrico) leva-me a considerá-los como da Antiguidade Tardia, mas esta proposta pode ser revista para momentos posteriores, até em função da coabitação com as sepulturas escavadas na rocha.

Tendo estes pressupostos em mente, regressemos aos modelos de povoamento para concluir que, este conjunto de sítios, já numericamente substancial, é já uma boa base de trabalho para posteriores investigações. Porque uma análise mais apurada permitirá aferir esta hipótese: a de estarmos perante um território de transição, de passagem, onde progressivamente assistimos ao emergir do modelo de exploração centrado nas *villae* que se sobrepõe aos

povoados em espaço aberto. Ou, em outra leitura, estes povoados ficam afinal remetidos para as áreas marginais, enquanto as *villae* repartem entre si os territórios de mais elevada aptidão agro-pecuária. Claro que este é um modelo falível, e efectivamente quando olhamos para os dois concelhos limítrofes onde poderíamos esperar uma continuidade a leitura falha: em Alter do Chão e em Portalegre detectamos extensas áreas vazias, onde as *villae* parecem ausentes – e no segundo caso estão mesmo, de modo absoluto. Claro que poderemos sempre culpar a ausência de investigação, e pensar que com mais pesquisa ultrapassaremos o vazio. Mas sem embargo de tal acontecer, olhamos para o Crato e, em concelho que não beneficiou assim de tanta investigação, encontramos uma substancial quantidade de *villae* e uma já densa malha de povoamento.

A solução deverá residir em outra chave de leitura: a rede viária. No Crato temos um território de trânsitos entre gentes das mais variadas paragens. Temos um itinerário que o atravessa em sentido transversal – a via XV –, um outro que o margina a sul – a ligação à via XIV, que sinaliza sítios como Fonte da Figueira, Ribeiro do Freixo ou Almarjão – e vários itinerários que tiveram grande relevância, como pode ser constatado pelo porte dos sítios que deles se aproximam. A rede viária, seja a principal, sejam os ramais secundários, condiciona os modelos de povoamento existentes. Se escalonarmos os sítios pelas categorias operacionais, descobrimos que as *villae* e os sítios directamente relacionados com funções viárias – seja a *mansio* ou a *mutatio* – estão no alinhamento dos principais eixos. A sequência de pontos é evidente: a curta distância (até um quilómetro) encontramos uma extensa lista: Sôrinho (povoado junto à via), os sítios de Biscaia, Couto Vale (*villa*), Rodo, Monte Velho (*villa?*), a ermida de Santa Eulália, o povoado de Aguilhão, a *villa* de Lage do Ouro, o povoado de Colobra, a *villa* de Braguinas, os sítios indeterminados de Espadaneira, Algarves e Mato Silva, a *villa* de Mosteiros e o povoado de Rua de Crasto, a ermida de S. Bento, o *vicus* de Chocanal, a *villa* de Granja e a possível de S. Lucas, os sítios imperfeitamente caracterizados de Abodaneira, o casal de Aguilhão, Taberna dos Mouros (este em entroncamento viário), a *villa* de Almarjão, a possível *mansio* de Ribeiro do Freixo e o sítio de Fonte da Figueira. Ou seja, todas as *villae*, o *vicus*, dois hagiopónimos com antecedente romano, alguns sítios com proximidade evidente à via e um conjunto de locais mal caracterizados. Os restantes locais, longe dos eixos viários, são Cem Dias (“moradeia”), Santo Estêvão (...?), Vale Seco (“moradeia”), Sampaio (pequeno ponto de ocupação), Salgadas 1 (...?), Paiola e os diversos locais de Monte da Cunha, que também encaixam no conceito de “moradeias”. Em Sampaio e no núcleo de Monte da Cunha acresce a proximidade a sepulturas escavadas na rocha. De qualquer forma, em todos referimo-nos a povoados de segunda ordem, modestos no seu perfil e expressão material, remetidos para as franjas do território. Esta leitura coincide com outros concelhos onde assistimos a esta, digamos, *linearização* do povoamento em função dos eixos de circulação. A novidade, em Crato, é o



facto de termos uma massa de dados substancialmente superior em relação a, por exemplo, Ponte de Sôr e Alter do Chão. Infelizmente, não conseguimos categorizar estes sítios de modo sistemático, o que seria particularmente útil para procedermos a uma hierarquização ou escalonamento das cadeias de ocupação do território.

Genericamente os mesmos conteúdos são mantidos quando procuramos construir uma leitura diacrónica. É de momento impossível perceber o modo como este elenco de sítios evoluiu ao longo do tempo que aqui nos interessa. Temos uma malha que em época romana acompanha a rede viária, que por estratégia imperial se consolidou na região. O dado mais interessante, todavia, parece residir no facto de que, pelos escassos dados disponíveis, esses sítios se foram mantendo ao longo do tempo, não havendo substanciais alterações. O que, de modo indirecto, nos indica que a rede viária se manteve até, pelo menos à reorganização pós-Reconquista que os Hospitalários irão empreender a partir de 1232, com a doação de D. Sancho II e, especialmente, com a fundação de Flor da Rosa em 1356. Neste momento podemos supor que a geo-estratégia do território se altera, embora a existência de povoados de larga diacronia próximo de vias, como Sôrinho e Rodo, possa indicar que os principais caminhos se mantiveram em funcionamento. Mas a partir desta fase, os eixos viários rodam para o sentido norte/sul, abandonando a tradicional orientação noroeste/sudeste que caracteriza a ligação da capital provincial com o Atlântico.



## 8. CONCELHO DE ELVAS

O município elvense apresenta uma posição singular no panorama em estudo. Em vários domínios.

Começando pelo palco geográfico, há desde logo a considerar que, no território português, o concelho de Elvas é o mais próximo da capital da província da *Lusitania*, a cidade de *Augusta Emerita*. Este facto liga-se com um outro, a circunstância de a linha de fronteira dos dois países se orientar em função do rio Caia e do Guadiana, limites naturais apenas no plano hidrográfico, pois em âmbito paisagístico a continuidade das margens é evidente. Quero com isto dizer que, na prática, entre os territórios actualmente separados, existe uma homogeneidade e similitude paisagística, sendo o espaço elvense um natural prolongamento do ambiente emeritense para oeste. Portanto, Elvas seria um território enquadrado na *urbs*, sob administração directa ou com uma atenção especial, em função de um ambiente fisiográfico comum e no corredor natural de passagem do rio Guadiana, ao longo do qual se estruturava a via XII. Desta forma, o concelho de Elvas (e também o de Campo Maior) é a continuidade do *territorium* emeritense, do ponto de vista geográfico e cultural, em ambiência próxima da colónia de fundação itálica. Elvas está marcado pelo curso do Guadiana e sua confluência com o Caia, que nele entronca vindo de norte. Quase todo o território pertence à bacia hidrográfica: apenas a ribeira Velha se orienta para a ribeira Grande e, por extensão, para o Tejo. Do ponto de vista das pendentes a inclinação determinante é para este/sudeste, e como tal, o concelho apresenta uma ambiência geral favorável. Há ainda a considerar que o território está repleto de cursos de água de pequena e média dimensão, facilmente *domesticáveis* ou represáveis, e apresenta uma densidade de aquíferos notável, o que permite ultrapassar qualquer estio mais rigoroso, beneficiando de uma magnífica capacidade de armazenamento de águas subterrâneas. O Guadiana torna-se também determinante na modelação do ambiente físico. O seu curso, como o do Caia, é caracterizado por uma ampla planície aluvionar. Estes

terraços são de formação terciária, e se por vezes neles abundam as cascalheiras de seixos, testemunhando presenças paleolíticas, geralmente são constituídos por espessos solos de elevado rendimento agrícola. Os bem conhecidos *barros de Elvas* são “singularmente propícios à cultura cerealífera que neles se explora com vantagem e em larga escala”<sup>365</sup>, o que motivou uma intensa acção antrópica que marca o próprio historial da investigação arqueológica: nos meados da década de quarenta e ao longo da década de cinquenta do século XX, a agricultura mecanizada (que pela primeira vez entra nos campos) porá à vista um grande número de evidências até aí ocultas, quer de espaços de habitações, quer de necrópoles, motivando os intensos trabalhos de salvamento de António Dias de Deus e de Abel Viana. Ambos desenvolveram um labor só possível por serem “escavações de realização relativamente fácil e pouco dispendiosa, em que acudimos, na medida do possível e dentro de curto prazo, sob pena das lavouras já determinadas tudo destruírem sem remédio.”<sup>366</sup> Esta antropização mecânica revolve os solos em outros tempos sulcados pelos arados romanos, também atraídos por estas terras argilosas, pesadas no Inverno e gretadas no Verão, mas extremamente ricos e propícios para a agricultura. Hoje, infelizmente, nestas paragens instalaram-se acções ainda mais lesivas de uma agricultura de regadio que requer pivots mecânicos e valas de rega, mas já não existem vigilantes tão atentos e eficazes como o foram Deus e Viana para salvar esses testemunhos.

Em terrenos interiores existem outras condições naturais e paisagísticas. Em torno de Elvas ou de S. Vicente, próximo de Barbacena ou no vale de Varche, temos grandes reservas naturais de água, que alimentam férteis hortas e extensos pomares. A paisagem modifica-se, com propriedades repartidas, vedadas e com um denso coberto de superfície presente durante todo o ano. Muitas produções gozam de considerável fama, como as laranjas, as maçãs ou as consagradas ameixas, para além da agricultura de sacho e enxada. Neste domínio, a fertilidade do termo elvense propiciou que no entorno da cidade florescessem uma infinidade de pequenas hortas, como a consulta das sucessivas entradas do *Dicionário* de Vitorino d’Almada logo esclarece.<sup>367</sup> Mais longe surgem as características paisagens de montado, estendendo-se para os concelhos vizinhos. Estas extensões assumem uma grande variabilidade, “áridas e monótonas no rigor do estio, tristes no Inverno e floridas na Primavera”<sup>368</sup>.

---

365 Picão, 1983.

366 Deus, Louro & Viana, 1955: 576. Por isso os autores estabelecem a prioridade de intervenção em necrópoles, mais do que em *villae*, “em que há alicerces de edifícios, pavimentos de mosaico e outras obras a descobrir, implicando a remoção de volumosas quantidades de terra, o emprego de pessoal numeroso e longos períodos de tempo”.

367 Victorino d’Almada [s.d.], *Elementos para um dicionário de geographia e história do concelho de Elvas. Apontamentos manuscritos*. Fichas manuscritas depositadas no Arquivo Municipal de Elvas.

368 Picão, 1983.

Ao longo de Vila Boim e Terrugem, ou de Santa Eulália e Barbacena, vemos sobro e azinho monotonamente espalhados pelo horizonte, com terrenos vazios deixados para a agricultura de charrua mecânica. A metade ocidental do concelho apresenta amplas propriedades fundiárias.

Em termos gerais, a paisagem é suave, com uma modelação amena. Por vezes o panorama altera-se, com elevações evidentes, todas de feição noroeste/sudeste, a tónica geral dos alinhamentos na região. Alguns locais foram povoados durante a Idade do Ferro, como a Atalaia dos Sapateiros que, com 469 metros constitui uma referência altimétrica. O mesmo se verifica no alto da Serra de Segóvia onde, apesar de a cota ser mais baixa (314 metros), se desfruta de uma amplíssima panorâmica sobre os terraços fluviais a oriente. Uma outra linha importante é a Serra da Malefa, ao longo da qual se implantam as três importantes defesas de fronteira, o Forte da Graça, o Castelo de Elvas e o forte de Santa Luzia. No quadro natural, uma última palavra para os recursos mineiros. Resulta óbvio pela consulta das fichas do *Dicionário* de Almada<sup>369</sup> a profusão de afloramentos passíveis de exploração, em especial de cobre, embora não existam evidências arqueológicas do seu aproveitamento. Fica a referência, contudo.

O outro domínio em que Elvas ocupa uma posição ímpar situa-se no plano da investigação arqueológica, em especial na vertente do povoamento romano. A uma riquíssima tradição de trabalho junta-se uma tese de mestrado. Porque relativamente recente<sup>370</sup>, julgo redundante tratar de forma aprofundada o tema da investigação concelhia. Relembro apenas os traços gerais.

No concelho encontramos das primeiras notícias sobre sítios arqueológicos graças à obra do cónego Aires Varela, de meados do século XVII<sup>371</sup>. Dentro do espírito da época, o texto encontra-se eivado de ressonâncias míticas<sup>372</sup>, porém preciosas para o registo de várias fontes entretanto perdidas, como no campo epigráfico. Nos finais do século XIX residiu em Elvas uma elite de tremenda preparação intelectual, que dedicou um olhar apaixonado aos vestígios patrimoniais, destacando-se Victorino d'Almada (cujo incomparável *Dicionário* malogradamente nunca mereceu publicação condigna) e de António Thomaz Pires, correspondente de Leite de Vasconcellos, e a cujo esforço devemos a fundação do Museu Municipal que em tempos recentes a edilidade entendeu desmantelar. O ambiente cultural da cidade era fervilhante, como a leitura dos periódicos editados deixa entrever (chegaram a ser cinco os jornais em

---

369 Almada [s.d.].

370 Almeida, 2000, sendo que o capítulo “1.1. História da investigação arqueológica no actual concelho de Elvas” (p. 12-32) foi desenvolvido em estudo autónomo (Almeida, 1999-2000).

371 Foi consultado o texto da edição de 1915, embora o original tenha sido redigido entre 1644 e 1655, data da morte do autor (Almeida, 2000: 12).

372 “he esta cidade em quanto à sua primeira fundação mais antiga que Roma, e que a ilustre Cartago edificada pela casta Dido” (Varela, 1915: 5).

publicação simultânea<sup>373</sup>), muito por via da presença de contingentes militares, o que motivou a instalação na cidade de indivíduos eruditos e actuaentes<sup>374</sup>. Este facto é extremamente importante, pois neste período algumas obras públicas foram empreendidas, dada a repercussão das políticas fontistas (desde o caminho-de-ferro a caminhos rurais), o que levou a muitas descobertas fortuitas (geralmente de necrópoles), circunstâncias noticiadas por Almada e alvo de salvaguarda de peças recolhidas por Thomaz Pires. Conseguiu-se assim documentar um período de perda de informação quase equiparável à mecanização da agricultura da década de quarenta do século XX, que em outros concelhos não foi acompanhada. A eleição da Arqueologia “como território epistemológico preferencial”<sup>375</sup> permitiu que este campo fosse acarinhado, e intensamente trabalhado, por estes investigadores.

A segunda vaga de investigação arqueológica no território elvense ocorre na década de quarenta do século XX. Mais uma vez em momento propício, aquando da *tractorização* da agricultura portuguesa. O movimento parte de figuras influentes na sociedade local, como António Dias de Deus ou o P.<sup>e</sup> Henrique da Silva Louro, que rapidamente irão contar com a presença de Abel Viana. Todo o trabalho dos primeiros, feitos com denodado empenho pessoal<sup>376</sup>, será enquadrado cientificamente pelo último, dando início a um período de intenso trabalho e correspondente sequência de publicações<sup>377</sup>. Ao longo de menos de dez anos Elvas tornar-se-á um laboratório onde são sucessivamente intervencionados os mais diversos contextos, privilegiando-se todavia as necrópoles romanas que as charruas iam pondo a descoberto. Outras escavações, é certo, ficaram sem que delas fosse dado conhecimento, como na *villa* de Monte da Ovelheira ou na de Herdade do Carrão<sup>378</sup>.

---

373 Almeida, 2000: 16, nota 4. Estes diversos periódicos encontram-se disponíveis para consulta no Arquivo Municipal de Elvas e, embora alguns deles sejam sobretudo de âmbito político, em quase todos encontramos notícias sobre elementos patrimoniais e de interesse arqueológico. Destaca-se contudo *O Elvense*, onde Victorino d'Almada foi deixando informações duplicadas do seu *Dicionário* na coluna “Apontamentos para a chronica da cidade d'Elvas” que regularmente publicava.

374 “Convém salientar que, durante a segunda metade do séc. XIX e início do séc. XX, Elvas está longe de ser uma cidade de “interior”, periférica ou isolada.” (Almeida, 1999-2000: 55). Pelo contrário, sendo uma das principais portas de entrada para o território português (Carvalho, 2009), a cidade albergou uma relevante vida cultural e recebeu sempre a visita de distintas personalidades.

375 Almeida, 2000: 16.

376 Viana, 1950: 289.

377 Deus, Louro & Viana 1955; Louro, 1948; Viana, 1950; 1953; 1955; 1959; Viana & Deus, 1950a; 1950b; 1951; 1955a e 1955b.

378 Ficou apenas a notícia da identificação do local em Viana, 1950: 296, com uma nota insólita que muito diz das dificuldades de investigação nesta área face à insensibilidade de muitos autores das descobertas: “Em 1942 [informaram A. Dias de Deus] de que na ocasião da debulha os trabalhadores tinham achado uma cabeça de estátua, com a qual se divertiram, atirando-a uns aos outros, à maneira de bola. A despeito das diligências empregadas por António Dias, tal cabeça não voltou a aparecer.”

É interessante salientar o facto de estes investigadores assumirem uma postura diferente: porque Dias de Deus era um agente local, bem relacionado e profundo conhecedor do terreno, assistimos a um intenso projecto de intervenções que não se limita às escavações mais “apelativas” das necrópoles e grandes *villae*, mas inclui sítios pequenos, intervencionados em contexto de “salvamento” (para utilizar um termo actual) como Horta da Serra ou Herdade da Camugem, ou “prospecção orientada”<sup>379</sup> que, no fundo, consubstanciam um projecto de intervenção integrada na paisagem com poucos paralelos a nível nacional. Extravasando os limites do concelho de Elvas, e actuando também em Arronches, Vila Viçosa ou Monforte, os investigadores levam a cabo um modelar processo de supervisão e salvaguarda do património. Mesmo considerando a ausência de formação na área, e o modo como Abel Viana terá tido de “controlar” Dias de Deus<sup>380</sup>, cuja acção inicial foi inquestionavelmente lesiva apesar da sua boa vontade, é da mais elementar justiça elogiar o esforço denodado que resultou na recolha de um incomparável conjunto informativo e de uma lógica de trabalho que encarou parte do território elvense como um todo que deveria ser salvo ou salvaguardado<sup>381</sup>.

Os tempos posteriores são mais desequilibrados na produção de informação, que decorreu de forma episódica. Unicamente temos notícias de sítios que sofreram arrasamentos ou danos importantes, e também de alguns achados, geralmente de âmbito epigráfico<sup>382</sup>, sempre na década de oitenta. Na segunda metade desse período algumas intervenções de emergência são efectuadas sem que delas restem memória ou publicações<sup>383</sup>. Na década seguinte as notícias são emitidas no âmbito de estudos de impacto ambiental, como no caso da A6 que permitirá a identificação do importante sítio de Monte da Nora<sup>384</sup>. Nesta década a nota de destaque irá necessariamente para o projecto de investigação da *villa* da Quinta das Longas<sup>385</sup>, que permitiu pôr a descoberto um dos mais

---

379 Almeida, 2000: 25.

380 Veja-se o extraordinário documento de defesa redigido por Viana (1950) dedicado ao “sagaz embora modesto pesquisador” (p. 289).

381 Para além das publicações, registe-se que a maior parte deste espólio encontra-se no Paço Ducal de Vila Viçosa, tendo sido publicado por diversos autores, destacando-se de forma especial a colecção de cerâmica comum, dada a conhecer no estudo de referência de Jeannette Nolen (1985). O restante espólio também foi objecto de estudos temáticos, embora de menor dimensão: a *terra sigillata* por Adília Alarcão (1961), as lucernas por Alarcão & Ponte (1976), os metais por Ponte (1986) e os vidros por Alarcão & Alarcão (1967).

382 Ver resenha informativa em Almeida, 2000: 28.

383 É o caso das situações verificadas em São Romão (Almeida, 2000, ficha 38) e de uma parte de uma necrópole em Monte de Alcobaça (*idem*, ficha 35).

384 Gonçalves, Morán, Posselt & Teichner, 1999.

385 Aprovado pelo antigo IPA em sucessivos PNTA com o acrónimo PEVLONG. Entre os diversos artigos já dados a conhecer no âmbito deste projecto de investigação refiram-se: Almeida & Carvalho 1998, 2004; Cardoso & Detry, 2005; Carvalho 1992, 1994; Carvalho & Almeida, 2003, 2005; Carvalho, Almeida & Pinto 1997; Carvalho & Almeida, 1999-2000; Guerra, Carvalho & Almeida, 2006-2007.

significativos conjuntos edificados de uma *pars urbana*, para além de ser uma das poucas intervenções plurianuais sistemáticas e recorrendo a modernas metodologias de trabalho, que decorreram no Alto Alentejo. Finalmente, em 2000, temos a já citada tese de mestrado de Maria José de Almeida, que sistematiza toda a informação.

## Sítios e comentários

### 08.01. Fontalva

CMP 399 / CNS 4151 / N 38° 58' 57.7" / 7° 17' 56.2" / Topónimo / Necrópole

Conjunto heterogéneo que, pelo menos em parte, provém de uma sepultura com “moedas do Baixo-império, cerâmica vulgar e de «terra sigillata», vasos de vidro, etc., que [...] pode datar-se do século IV”<sup>386</sup>. Os materiais incluem cerâmicas de paredes finas<sup>387</sup>, objectos em ferro (armas - pontas de lança e ponta de dardo - e instrumentos de trabalho - cinzel, escopro, punções), uma fivela visigótica, um fundo de vaso em pedra e um fragmento de estela em granito. Nos vidros inclui-se uma garrafa prismática.

*Outras referências: RP 6/179; Alarcão, 1997: 163; Almada [s.d., vol. 18]; Paço & Ferreira 1951: 416-425; Paço, Ferreira & Viana 1957: 111-133; Almeida, 1962: fig. 363, est. LXVI; Ferreira 1966; Almeida, 2000: nº 5.*

### 08.02. Monte Velho de Fontalva

CMP 399 / N 38° 59' 12.3" / 7° 17' 51.9" / Topónimo / Casal (?)

Em topo de cabeço, uma mancha de cerâmica de construção (6400m<sup>2</sup>).

*Referência: Almeida, 2000: nº 4.*

### 08.03. Vila Covinha

CMP 399 / CNS 15972 / N 38° 58' 40.4" / 7° 14' 50.2" / Topónimo / Casal (?)

Materiais depositados junto ao monte (um silhar e uma mó), que denunciam um ponto de povoamento em articulação com a necrópole seguinte.

*Referência: Almeida, 2000: nº 10.*

### 08.04. Vila Cova

CMP 399 / CNS 5212 / N 38° 58' 26.4" / 7° 15' 00.9" / Topónimo / Necrópole

Sepultura de incineração descoberta nos finais do século XIX com “dois fragmentos, um de vaso outro de ladrilho, romanos”<sup>388</sup>.

---

386 Paço & Ferreira, 1951: 14. A datação proposta parece excessivamente tardia em função do espólio.

387 Sepúlveda & Carvalho, 1998.

388 Vasconcellos, 1896: 4.

*Outras referências: RP 6/185; Pires 1901: 220; Pires 1931: 119; Almeida, 2000: nº 9.*

### **08.05. Vinagreira**

CMP 399 / CNS 11960 / N 38º 58' 17.1" / 7º 13' 58.9" / Topónimo / Pequeno Sítio (?)

Um caso de “arqueologia de salvamento”<sup>389</sup>. No entanto, tem passado despercebida a referência de Viana & Deus ao “Castro da Vinagreira”, com “vestígios de edifícios que parecem ser de época romana. [...] Esta estação é do mesmo tipo que a do Atalaião ou Atalaia dos Sapateiros, e a da Herdade de Fontalva, ambas na mesma zona de Elvas.”<sup>390</sup> Quanto ao sítio em análise, “Uma primeira acção de delimitação e caracterização ocorreu no início de Julho de 1996, tendo-se constatado que a área de dispersão de fragmentos cerâmicos à superfície era bastante reduzida: cerca de 10 m<sup>2</sup>”<sup>391</sup>. Na sondagem subsequente, de 8x8 metros, verificaram-se apenas duas unidades estratigráficas, com a detecção de dois embasamentos de muros em alvenaria de xisto, formando um canto de compartimento rectangular. Fora de contexto foi encontrado um “elemento de cantaria em calcário, eventualmente pertencente a uma fonte. Tratava-se de um silhar bem aparelhado, de forma cúbica [...]”<sup>392</sup>. Quanto ao espólio, cerâmica comum “de fabrico grosseiro” e fragmentos de *dolium*. Foi também recolhido um elemento raro, “uma placa de fivela de cinturão liriforme, atribuível ao período visigótico”<sup>393</sup>. Em face dos indicadores a autora propôs “a interpretação do local como “abrigo ou cabana de ocupação temporária relacionada com determinados trabalhos agrícolas ou de pastoreio e/ou local de armazenamento de produções agrícolas ou florestais”<sup>394</sup>, uma análise que contudo não se coaduna com o elemento pétreo interpretado como de fonte, e com a fivela visigótica<sup>395</sup> de alguma personagem privilegiada.

### **08.06. Horta das Laranjeiras**

CMP 399 / N 38º 58' 06.3" / 7º 15' 49.5" / Topónimo / *Villa* (?)

Em relatório de prospecções inserido em projecto de investigação sobre o povoamento da Idade do Ferro<sup>396</sup> mencionam-se, nas proximidades do Castro do Chichorro, “os vestígios de uma grande e provavelmente sumptuosa

---

389 Bugalhão 1998: 133-134.

390 Viana & Deus 1957: 98-99.

391 Bugalhão, 2004a: 97.

392 Bugalhão, 2004a: 101.

393 Bugalhão, 2004a: 106.

394 Bugalhão, 2004a: 107.

395 Note-se que bem próximo, em Fontalva, foi encontrada uma peça idêntica: Almeida, 1962: fig. 363, est. LXVI.

396 Processo IPPAR 04.002.0001



*villa* romana, com vestígios de cantarias trabalhadas constituindo por certo o portal de residência [...]. Passamos novamente pelo Castro do Chichorro já localizado anteriormente numa breve campanha de prospecções de 1982, e observamos perto vestígios de um aqueduto, que possivelmente conduziria água para a *villa*<sup>397</sup>. Seguindo a localização cartográfica apensa ao relatório foi prospectada toda a zona sem que qualquer vestígio fosse identificado nas margens da ribeira do Torrão. Paisagem fechada mas com excelentes aquíferos proporcionando férteis hortas<sup>398</sup>.

### 08.07. Horta da Cortina

CMP 399 / N 38° 57' 28.6" / 7° 13' 18.2" / Terreno / *Villa* (?)

Indicação de Mário Saa sobre o “Povo de São Vicente, junto do qual houve uma povoação romana que hoje se chama da Abóbada, e da Cortina, com profusão de alicerces, tanques, além de abundante *tegula* e *imbrex*”<sup>399</sup>. Já Thomaz Pires deixara a memória das ruínas nas “fontes da Curretina, que foram de mouros. A gente daquele campo conta estremadas patranhas de mouras encantadas e thezouros escondidos em edificios antigos, de que ainda se descobrem grandes vestígios”<sup>400</sup>. Mas o primeiro autor a indicar vestígios foi Victorino d’Almada:

“Vol. 10 - Con-Cor

*Corretina*

Na herd<sup>c</sup>., entre a aldêa de S. Vicente e a horta ha á beira da estrada uns restos de paredes fortes e mais para cima um como pequeno chafariz communicando com um grande lago (tudo restos muito arruinados, e d’uma argamassa antiquíssima) por um cano de que se percebe facilmente a direcção.”

Efectuei prospecções no local, sendo que na margem direita do pequeno afluente do ribeiro da Nogueira encontram-se materiais romanos (cerâmica de construção), a meia distância da linha de água, embora extremamente dispersos. Na zona do monte não foi possível uma observação fiável, pois obras recentes e entulhos dificultam a visão. Registo ainda que a propriedade seguinte se chama “Monte da Água de Banhos”, havendo memória de achados, mas nada foi encontrado. Todo o quadro natural é propício à implantação de uma *villa*, eventualmente sob o edificado.

*Outras referências: RP 6/187; Almeida, 2000: nº 12 (S. Vicente).*

### 08.08. Anta do Reguengo

CMP 399 / CNS 5732 / N 38° 57' 21.5" / 7° 18' 56.3" / Bibliografia / Casal (?)

---

397 Relatório preliminar: Castro do Baldio – 1983, da autoria de Teresa Júdice Gamito, constante do processo referido na nota anterior.

398 Próximo da área, em Alentisca, foi encontrado no púlpito da antiga igreja paroquial uma estela funerária em mármore (Pires, 1901: 212; IRCP nº 582); ver entrada RP 6/183.

399 Saa, 1956: 198.

400 Pires 1931: 6.



Ponto de povoamento próximo de via: “Perto da anta há muitos vestígios de habitações romanas e ali recolheu vasilhas de barro, de vidro e outros objectos. Neste local conserva-se um lanço de caminho romano”<sup>401</sup>. No local nada foi encontrado.

*Outras referências: RP 6/181; Almeida, 2000: n.º 7.*

### **08.09. Santa Catarina**

CMP 400 / N 39° 01' 25.7" / 7° 09' 55.0" / Terreno / Casal (?)

Dos povoados do “complexo do Caia”<sup>402</sup> é o único implantado na actual margem direita da barragem, ou seja, no concelho de Elvas. Seria também um dos mais relevantes, dado o conteúdo teonímico: VALGIVS / MARCI F(*ilius*) / ARAM BE / LLONAE / DE VOTO [POS]V[I]T (?). Atribuída genericamente a Santa Eulália, a notícia da descoberta é mais precisa: “Foi achada, em 1993, no leito seco da barragem do Caia, no meio das pedras que serviam de base ao altar, em ruínas, da antiga capela da invocação de Santa Catarina [...]. [...] esta capela assentava sobre construções romanas [...]”<sup>403</sup>. O templo foi objecto de restauros recentes que não deixam ler a relação estrutural com as “construções romanas”. Atrás do edifício estão elementos construtivos, incluindo um fragmento de peso de lagar. São evidentes os materiais ao longo de uma larga extensão que se prolonga para a outra margem do regolfo da albufeira, semi-submersos nas zonas de cota mais baixa, notando-se também uma esquina de estrutura coberta pelo mato, mas com similitudes com as conhecidas na zona<sup>404</sup>. Para além de estruturas habitacionais e de uma necrópole, existem notícias sobre uma ponte antiga hoje submersa.

*Outras referências: Carneiro, 2009-2010: XVIII.*

### **08.10. Monte do Cachim**

CMP 400 / N 38° 59' 35.5" / 7° 09' 42.5" / Terreno / Casal

Duas manchas de materiais pertencentes ao mesmo sítio: uma a meia-encosta, junto a afloramentos, com cerâmica de construção dispersa. A outra encontra-se sob um monte em ruínas: a construção deste provocou um terreiro, delimitado por pedras, e por aqui vêem-se materiais, e a casa reaproveita pedras de granito. Em área de 1000 m<sup>2</sup> estão cerâmicas de construção e comuns, tegulas, imbrices, tijolos. Entre ambos passa um troço de via, notando-se um lajeado. No momento da visita<sup>405</sup> a vegetação encontrava-se mais verde no segundo ponto.

*Referência: Inédito.*

---

401 Viana, 1950: 300.

402 Ver concelho de Arronches, sítios n.º 45, 46, 50, 51, 52, e comentários.

403 Maciel, Maciel & Encarnação, 1994.

404 N 39° 01' 19.7" / W 007° 09' 44.6".

405 25.05.2009.

### 08.11. São Pedro e Silveira

CMP 400 / CNS 5718<sup>406</sup> / N 38° 58' 45.6" / 7° 10' 17.2" / Terreno / *Villa*

Um conjunto de referências que convém harmonizar<sup>407</sup>. Começamos pela ermida de S. Pedro (grafada “Capela”), actualmente em ruínas, implantada em outeiro com um talude sub-circular que se ergue em meio de abundantes materiais romanos, como silhares e cerâmica de construção, alguma incorporada na alvenaria, e outras em escorrências pela encosta. A igreja está sobranceira a um troço de via consolidado no terreno por larga extensão. Pode ser relacionada com a lenda de um santo anacoreta que nos deixou Mário Saa, que refere também uma “edícula romana”<sup>408</sup> não encontrada. O mesmo autor menciona “alicerces”<sup>409</sup> romanos em local indeterminado. Próximo, em Silveira, uma lápide funerária reaproveitada em soleira de porta<sup>410</sup>. “Junto ao actual monte encontram-se um fragmento de fuste de coluna em mármore e um peso de lagar que, segundo informações no local, terão sido aí colocados após terem sido removidos do seu local original em sequência de trabalhos agrícolas.”<sup>411</sup> A autora indica uma *villa* onde “São ainda visíveis restos de construções e sarcófagos em granito” em S. Pedro<sup>412</sup>, de onde eventualmente terão provindo os materiais de Silveira. Portanto, temos a ermida de S. Pedro, templo medieval em ruínas sobre sítio romano indeterminado; uma *villa* romana em S. Pedro; e uma área de necrópole, com epígrafe funerária reutilizada no Monte de Silveira.

*Outras referências: RP6/188 e RP 6/189; Pires 1901: 234; Pires 1931: 106.*

### 08.12. Ventosa

CMP 400 / CNS 13650 / N 38° 58' 06.4" / 7° 11' 32.3" / Terreno / Casal (?)

Ermida rural implantada em topo, desfrutando de magnífica visibilidade para este e sul. Encontra-se sobre um sítio romano com materiais estendendo-se para uma área substancialmente maior, que ronda os 5000m<sup>2</sup>. O templo foi recentemente reconstruído, ocultando a alvenaria, mas em redor encontram-se vários silhares de granito, servindo de bancos de recreio. Na envolvente, telhas e imbrices. Uma epígrafe funerária encontrada nas imediações foi considerada suspeita. A implantação não parece propícia a uma *villa*, e o recobrimento por templo cristão é relevante.

*Referências: Almeida, 2000: nº 13.*

---

406 “Capela 1”.

407 Almeida, 2000, fichas nº 14, 15, 16 e 17, com correspondente bibliografia.

408 Saa 1956: 198.

409 Saa 1956: 197. Ainda telharia, sarcófagos e moedas.

410 Saa, 1956: 197.

411 Almeida, 2000: nº 16.

412 Almeida, 2000: nº 17.

### 08.13. Pereiras

CMP 400 / CNS 11953 / N 38° 57' 16.7" / 7° 07' 23.7" / Terreno / *Villa*

*Villa* intervencionada parcialmente devido a um gasoduto<sup>413</sup>. Com implantação privilegiada (onde se reconhece um talude com maior concentração de materiais), a escavação só permitiu conhecer sectorialmente o que existiu. Na denominada Zona 1 encontraram-se dois compartimentos com muros de alvenaria argamassada em elevado grau de destruição. Em outro ponto, uma área interpretada como lixeira ou zona de despejos no limite sul de uma habitação ou pátio, dedicada à laboração, dada a presença de pesos de tear e agulhas (em osso e uma em bronze). O espólio recolhido apresentou fragmentos de cerâmica de paredes finas, cerâmica comum (incluindo um grafito em cruz e um peixe), *terra sigillata* hispânica e africana (com grafitos, “F” e “NERI”), além de fragmentos de lucerna, de ânforas, de vidro, de pesos de tear. Uma pedra de anel trabalhada em motivo floral é um indicador relevante. Acrescento elementos arquitectónicos depositados em moroiço junto às casas, embora espacialmente distantes do ponto intervencionado (na margem oposta, a uma cota superior): uma base de coluna, um tambor de coluna e um fragmento de peso de lagar, todos em granito de grão fino, cinzento, elemento geológico estranho à região<sup>414</sup>. Em resumo, uma *villa* com conteúdos muito interessantes e que merecia uma escavação em área. Destaco os relevantes índices de literacia em materiais cerâmicos, na provável zona de laboração.

*Outras referências: Almeida, 2000: n° 27.*

### 08.14. Amimôas de Cima

CMP 400 / CNS 5723 / N 38° 56' 38.6" / 7° 08' 33.9" / Topónimo / *Villa*

Notícias antigas que nem Maria José Almeida nem eu próprio conseguimos relocalizar: “destroços de um aqueduto, possivelmente romano, restos de casas com cunhais de granito, bocados de cerâmica romana, colhendo-se nessa ocasião uma moeda de bronze, também romana”<sup>415</sup>.

*Outras referências: RP 6/191; Saa 1956: 133; Almeida, 2000: ficha n° 26.*

### 08.15. Herdade dos Campos ou Genemigo

CMP 413 / CNS 5728 / N 38° 56' 33.0" / 7° 17' 38.3" / Topónimo / Casal (?)

Sítio no qual o grau de conhecimento é residual. Foi escavado por Dias de Deus na década de trinta, e dado a conhecer duas décadas mais tarde por Abel

---

413 Brazuna, 2004.

414 Tambor de coluna – ainda apresenta argamassa de revestimento. Altura 49cm, diâmetro 34 cm. Base coluna (fracturada) – diâmetro no topo de 28 cm, na base, 49 cm, altura máxima 44 cm. A coluna apresenta a máxima largura na base, com ligação ao tambor feita por dois anéis progressivamente mais finos.

415 Viana 1950: 299.

Viana. Junto a uma anta, a nº 4, encontravam-se “vestígios de casas romanas”<sup>416</sup>, de planta rectangular, com materiais de construção cerâmicos e blocos de granito aparelhados. “A própria anta mostrava indícios de ter sido aproveitada para qualquer fim em época romana, visto conter muitos bocados de vidro, de ferro e de cobre, ou bronze, pertencentes à referida época”<sup>417</sup>. Junto de outra anta a situação repetia-se. Desta zona provém um miliário de Caracala<sup>418</sup>.

*Outras referências: RP 6/182; Viana & Deus, 1951; Saa 1956: 296; Louro 1970:106; Almeida, 2000: nº 6.*

### **08.16. Pena Clara**

CMP 413 / N 38° 56' 31.2" / 7° 15' 37.3" / Terreno / Casal (?)

Sítio romano junto ao entroncamento da estrada de Alentisca com a de Barbacena, em plataforma junto de duas linhas de água e um poço, pelo que dispõe de recursos hídricos abundantes. Dois silhares e uma mancha dispersa de cerâmica de construção (imbrices e telhas) com cerca de 500m<sup>2</sup>. O nosso guia informou-nos que tem sido recolhida cerâmica comum (pratos). No lado oposto da estrada há um extenso muro rectangular definindo o perímetro de um tanque; a alvenaria é moderna, mas a estrutura é desproporcionada para o uso actual do solo, pelo que pode ser construída sobre alicerces anteriores. Não existem materiais do lado sul da estrada, apenas um tambor de coluna em granito, junto à linha de água, relevante indicador de monumentalidade.

*Referência: Inédito.*

### **08.17. Monte do Passo**

CMP 401 / CNS 17735 / N 38° 54' 34.3" / 7° 19' 21.3" / Terreno / Casal (?)

Conhecido da referência deixada pelo Padre Henrique Louro: “A poucas dezenas de metros da estrada de Elvas, na herdade do Passo, defronte do Instituto de Reeducação ainda se conhecem vestígios de uma grande casa romana e um pouco mais acima na encosta se acharam sepulturas da mesma época”<sup>419</sup>. A herdade apresenta uma enorme extensão, e prospecções feitas por Maria José de Almeida e por mim próprio foram infrutíferas. Todavia uma informação oral mencionou um local onde foram feitas escavações nos anos 80, por “jovens de Vila Fernando”<sup>420</sup>. Encontra-se no lado oposto da estrada de alcatrão, em zona alta com excelente visibilidade para ocidente, incluindo

---

416 Viana & Deus, 1955c, menção confirmada por Mário Saa.

417 Viana, 1950.

418 IRCP, nº 662.

419 Louro, 1961: 9; Louro 1966: 5.

420 Em Vila Fernando esteve sediado um grupo de interessados pelo património local que chegou a realizar algumas escavações em sítios arqueológicos e a incentivar as autoridades públicas a interessarem-se pela realidade local. Ver a ficha de sítio de S. Romão.

o troço da via XII. O local apontado, onde se encontra uma zona plana com muita pedra solta, foi percorrido, mas não se encontraram quaisquer vestígios.

*Outras referências: Almeida, 2000: n° 36.*

### **08.18. São Romão**

CMP 413 / N 38° 54' 32.1" / 7° 17' 47.7" / Terreno / *Villa*

Também dado a conhecer pelo Padre Louro que mencionou, entre a ribeira homónima e o marco geodésico de Serra Branca, “vestígios de edifícios” e um “túmulo em mármore”.<sup>421</sup> Em plataforma junto à linha de água, foi alvo de intervenção arqueológica a partir de uma indicação do grupo de arqueologia de Vila Fernando, que alertou para uma descoberta fortuita no decurso de trabalhos agrícolas. Então, “[...] Em Novembro de 1987 o Serviço Regional de Arqueologia do Sul iniciou uma escavação de emergência, durante uma semana, com o intuito de retirar o máximo de informações arqueológicas e de averiguar o estado de conservação da ‘villa’.”<sup>422</sup> Previa-se a continuação dos trabalhos para o ano seguinte, mas uma carta enviada em Fevereiro de 1989 pela referida agremiação dava conta do estado de abandono das ruínas e extravio dos materiais encontrados. De facto, no local é visível uma pequena área de escavação que colocou à vista dois muros paralelos. Em volta, ao longo de cerca de um hectare, a boa visibilidade propiciada por lavra recente permitiu observar grande quantidade de tegulas, fragmentos de *dolium* e alguma escória, além de cerâmica comum. Poderá existir uma barragem no cruzamento das linhas de água.

*Outras referências: Processo IGESPAR S-2530; Almeida, 2000: n° 38.*

### **08.19. Carrão**

CMP 413 / CNS 4600 / N 38° 54' 42.5" / 7° 16' 35.5" / Terreno / *Villa*

Notável sítio arqueológico, emblemático das vicissitudes que impendem sobre o património arqueológico da região. Realizaram-se escavações, deixando ainda hoje à vista estruturas, mas o estado de abandono e as mutilações levadas a cabo pela inflexibilidade de proprietários fazem com que não esteja valorizado ou aproveitado. Quanto aos resultados dos trabalhos, nunca foram devidamente publicados.

Em 1942 Dias de Deus acorre ao local, pois havia sido informado do achado de uma cabeça de estátua<sup>423</sup>. Conjuntamente com Luís Agostinho, o então responsável da Colónia Correccional de Vila Fernando realiza escavações, situação que, conjugada com o aparecimento da contígua necrópole da Herdade

---

421 Louro, 1966: 5.

422 IPPC/SRAS Ofício 188/88 - 5 Abr. 88, por António Carlos Silva. Processo IPPAR n° 4.07.005.

423 Viana, 1950: 296.

da Chaminé, irá motivar a visita de Manuel Heleno<sup>424</sup>. Observando o valor científico e patrimonial do(s) sítio(s), o Director do actual Museu Nacional de Arqueologia impede Dias de Deus de prosseguir os trabalhos alegando a sua ausência de qualificações<sup>425</sup>, situação que motivará a chegada de Abel Viana e o início do trabalho na arqueologia de Elvas. Desta forma, o sítio torna-se conhecido pelas notas que dele deixam Heleno e Viana, em sentidos opostos, pelo que se torna complexo perceber o que efectivamente foi descoberto<sup>426</sup>. Aparentemente teríamos uma *villa* áulica de peristilo, intervencionada na *pars urbana* e em parte do edifício termal. O sítio seria muito extenso, com vários compartimentos, um deles com planta absidal. Os pavimentos em mosaico apresentavam seis painéis distintos (um com figuração de Epona), em “quatro planos de nível diferente”<sup>427</sup>, o que pode indicar uma construção em patamares na direcção da ribeira. No edifício termal, mais próximo da linha de água<sup>428</sup>, foram postas a descoberto três salas, uma com pavimento em mosaico “decorado com bolotas, mas já muito destruído, passava-se a outra divisão toda pavimentada a mosaico, e com um ralo de pedra, de forma de roseta, a um dos cantos”, e com motivos pisciformes<sup>429</sup>. Ainda um outro pavimento de mosaico, com motivos geométricos, e um compartimento absidado, “talvez tanque”<sup>430</sup>.

---

424 Cujá motivação inicial para a visita se centrou na descoberta dos mosaicos de Carrão, que seguramente o alertou, dado o recente aparecimento dos mosaicos de Torre de Palma em 1947. Embora Heleno indique que já visitara o local em 1939 e que “Pensei mesmo em explorá-la em 1945, obtendo para isso a promessa de pessoal gratuito da Colónia Penal de Vila Fernando, mas outros serviços mais urgentes se antepuseram” (1951: 92), na prática não existem indicações de um projecto nesse sentido. Mas o que irá captar a atenção heleniana será o campo de urnas da Chaminé, por dois motivos: possibilitar o preenchimento de uma lacuna no conteúdo expositivo do Museu, que não apresentava testemunhos deste tipo de realidade crono-cultural, e possibilitar ao autor a prossecução das suas teses celtizantes sobre a originalidade do povo português que na altura, também por motivos exteriores à temática arqueológica, crescentemente o interessavam.

425 “Pois foi nesta região que o falecido António Luís Agostinho e o sr. António Dias de Deus realizaram, nos últimos anos, com interesse e cuidado, mas sem os conhecimentos técnicos requeridos [...]” (Heleno, 1951: 83). Será a ausência de enquadramento metodológico que Heleno irá invocar, mas na prática a sua vontade assentava na apropriação das urnas da Chaminé, dado que o próprio lastimava a ausência deste tipo de espólio na exposição do então Museu Etnológico. A sua intenção passou então pela realização de escavações na Chaminé em nome próprio, tendo para tal feito diligências: “Fizemos um reconhecimento [descrito em Heleno, 1951: 86] no campo de urnas da Chaminé (Vila Fernando), cuja exploração iniciada por Dias de Deus, pensamos continuar; [...]” (Heleno, 1956a: 231), situação que nunca se verificou.

426 Ver Heleno 1951: 91-94; sintética descrição dos achados em Deus, Louro & Viana 1955: 568-569 e lam. 4 e 5; Viana 1950: 295-296; Viana 1955a: 550-551.

427 Deus, Louro & Viana 1955: 577. Estão descritos em artigo de Manuel Heleno (1951).

428 Que Manuel Heleno, nos seus apontamentos e no artigo de 1951 (p. 92-94), designa de “Mosaico da Chaminé (poço)”, indicando que está a cinquenta metros da necrópole da Chaminé. Portanto, o conjunto de seis mosaicos do Carrão, da provável *pars urbana*, encontram-se a oeste da casa, em local onde ainda hoje se ergue a construção absidada, e os três mosaicos “da Chaminé”, pertencentes às termas, entre a casa e a necrópole, junto à linha de água.

429 Heleno, 1951: 93; Mourão, 2008.

430 Cujá escavação estava ainda no início na altura da visita de Heleno (1951: 93).

Em outro ponto, uma construção que poderá pertencer à *pars rustica*, dado o achado de fundos de ânfora sobre um pavimento de tijolos quadrados, por baixo do qual existiria um canal de drenagem em tijoleira. O local teria duas barragens, uma ainda parcialmente conservada, no pequeno curso de água que passa no sopé das estruturas, e poderia funcionar como um espelho de água que criasse um ambiente de *amoenitas* em frente ao edificado. A segunda, maior, estava na ribeira da Colónia, mas foi destruída recentemente. Analisando estes dados soltos e fragmentados parece-me possível afirmar que estamos perante uma *villa* áulica de grande qualidade e requinte decorativo, com pavimentos musivos e estatuária, recorrendo a terraços para criar níveis descontínuos, tirando partido da contemplação da paisagem envolvente e inserida em contexto muito modificado pelo Homem, de modo a poder realçar a estrutura arquitectónica e a vivência do local. Os restos ainda visíveis, do paredão de uma barragem e de uma estrutura absidada, são imponentes e reveladores do ambiente construído.

*Outras referências: RP 6/211; Heleno 1951: 91-94; Louro 1966: 5; Gorges 1979: 467; Quintela, Cardoso & Mascarenhas 1987: 70-71; Almeida, 2000: n.º 40; Reis, 2004: n.º 90; Mourão, 2008: 106-107.*

## 08.20. Herdade da Chaminé

CMP 413 / CNS 1472 / N 38º 54' 41.8" / 7º 16' 30.5" / Terreno / Necrópole

Do lado oposto da linha de água, se tomado por relação ao sítio de Carrão. Uma necrópole impressionante pela dimensão espacial e amplitude cronológica: só o núcleo da Idade do Ferro apresenta mais de 150 sepulturas de incineração com depósitos em urnas<sup>431</sup>. Temos uma incineração alto-imperial, com sete peças cerâmicas, incluindo uma de *terra sigillata* e outra de cerâmica de paredes finas, além de um recipiente em vidro e uma moeda de bronze do século I d.C.<sup>432</sup>, e com um conjunto de características atípicas<sup>433</sup>, levando a pensar em uma sepultura em *busta*. Desta fase foram também identificados alguns *ustrina* indicando uma maior extensão da área funerária. Em seguida o local é ocupado com 25 sepulturas, “orientadas de N. a S.”, estando duas a um nível inferior, “rectangulares e perfeitamente construídas”, e as restantes 23 de planta trapezoidal, “formadas por lajes ora de granito ora de xisto, e menos cuidadas na construção que as da camada de baixo”. Deste momento temos um relevante espólio com “vasilhas de barro, fragmentos de alfinetes de osso, muitas contas de colar, entre elas muitas de âmbar e dois médios bronzes do Baixo Império”<sup>434</sup>. Finalmente, seguem-se 75 sepulturas de inumação em

431 “[...] mais de duzentas urnas” segundo Heleno (1951: 86).

432 Referida em Heleno, 1951: 89 e Viana, 1950b: 69, possivelmente sob ou junto a uma *ustrinum*.

433 “[...] urnas cinerárias enterradas e cobertas por algumas pedras toscamente dispostas por cima e em roda.” (Viana & Deus, 1950b: 69).

434 Citações retiradas de Deus, Louro & Viana, 1955: 569. Moedas de Constantino.



decúbito dorsal com invólucro formado por lajes de xisto que “continham um ou mais esqueletos, colocados de lado. Somam-se contas amarelas, fivelas, anéis, um com SS, vários brinco e uma vasilha apenas” pertencente a um momento tardo-romano<sup>435</sup> ou alto-medieval<sup>436</sup>. Faça notar contudo que a necrópole seria substancialmente superior, pois o prosseguimento da escavação foi travado por Manuel Heleno, ficando uma área indeterminada por intervencionar<sup>437</sup>. Como nota Carlos Fabião<sup>438</sup>, o local ainda se encontra preservado e poderá ser objecto de novas investigações.

*Referências:* RP 6/210; TIR J-29: 62; Viana & Deus 1950a: 230-236; Viana 1950a: 306-311; Heleno, 1951: 85-91; Viana 1953: 238, 255; Viana 1955a: 548-550; ; Viana & Deus 1956: 134-137; Alarcão 1961: 186; Louro 1966: 5; Alarcão & Alarcão 1967: 22; Alarcão & Ponte: 1976: 82; Nolen 1985; Frade & Caetano 1993: 850; Fabião 1998: 369-386; Almeida, 2000 n° 41.

### 08.21. Serrones

CMP 413 / CNS 5715 / N 38° 54'09.9" / 7° 21'39.5" / Terreno / Necrópole

Necrópole escavada por Abel Viana e Dias de Deus, mas com referências pouco precisas. É significativa a coexistência de ritos de inumação e incineração, sendo esta atribuída ao século I e II d.C., e algumas das restantes podendo ser mais tardias, dada a ausência de espólio. O número total apontado é de 92 sepulturas, sendo as de incineração (31) dotadas de um espólio numericamente relevante.

O local foi confirmado presencialmente pelo proprietário e está situado junto ao caminho de acesso entre Monte dos Serrones e Serronicos, em baixa da crista do afloramento que permite a passagem. Encontra-se no triângulo dos afloramentos, onde ainda se nota a diferença de cor da vegetação (mais verde) na zona mais baixa entre as duas casas. Foi descoberto quando se procedeu à implantação dos postes de electricidade. A cerca de 500m para oeste, há cerca de quinze anos, foi encontrada outra sepultura, isolada, no decurso de trabalho agrícola, com tijoleiras no fundo e nas paredes. No interior não havia espólio. A cerca de 200m para leste, quando se implantava a cerca da propriedade, foi encontrada uma talha ou um *dolium*, com o interior coberto de terra negra.

*Referências:* RP 6/212; TIR J-29: 146; Viana 1950: 296-297; Viana 1953: 247; Viana & Deus 1954: 153; Viana & Deus 1955: 55-68; Deus, Louro & Viana, 1955: 570-571; Alarcão 1961; Alarcão & Alarcão 1967: 2; Nolen 1985; Frade & Caetano 1993; Almeida, 2000 n° 33.

---

435 Heleno, 1951: 89.

436 No artigo referido, Manuel Heleno adianta o século VI.

437 Viana & Deus afirmam mesmo, sobre a necrópole da Idade do Ferro, que dela “se escavou apenas uma pequena parte.” (1950b: 67).

438 1998: 370. A necrópole da Idade do Ferro foi extensamente estudada pelo autor (p. 369-386).



### 08.22. Alcarapinha

CMP 413 / CNS 5716 / N 38° 53' 57.8" / 7° 18' 34.2" / Topónimo / Necrópole

Três sepulturas com *tegulae* colocadas junto de uma anta (da qual foram reaproveitados os esteios) e escavadas por Dias de Deus, que nelas encontrou brincos de bronze. Do local provém também um marco miliário, e junto às casas ainda se encontra um tambor de coluna. Por aqui passa a via XII<sup>439</sup>.

*Referências: RP 6/213; Viana 1950: 293; Louro 1966: 5-6; Almeida, 2000: n° 37.*

### 08.23. Monte de Alcobaça

CMP 413 / CNS 1751 / N 38° 53' 25.4" / 7° 21' 37.7" / Terreno / Necrópole

Em relação ao sítio anterior encontra-se do lado oposto da via. Em 1986, na sequência de trabalhos agrícolas, foi alvo de um reconhecimento que identificou sete sepulturas de planta rectangular. Todavia, quando se projectava uma intervenção mais ampla, deu-se a destruição do local, pelo que as autoras apenas puderam proceder a uma limpeza de três cortes em 1987. O espólio recolhido foi muito escasso, apenas alguns fragmentos de cerâmica comum e de *terra sigillata* (não especificada), além de um denário de Antonino sem contexto atribuído. As autoras mencionam ainda um pavimento em tijoleira.

*Referências: Processo IPPAR n° 4.07.004; Processo IGESPAR S-1751; Almeida, 2000: n° 35.*

### 08.24. Herdade de Alcobaça

CMP 413 / N 38° 53' 08.8" / 7° 21' 46.4" / Terreno / Casal (?)

Topónimo reconhecido por dois marcos miliários<sup>440</sup>, mas que foi difícil localizar no terreno até que recentes trabalhos cartografaram o troço da via XII que passa entre as casas<sup>441</sup>. A inclusão neste inventário deriva da menção a um ponto de povoamento: “No sítio das Cabanas há vestígios de cerâmica e a poente do Monte a poucos metros, na descida os arados levantam grossos tijolos do chão de uma casa sobre a qual hoje se semeia o trigo. No dito sítio se encontrou uma coluna e capitel de mármore e uma inscrição num bloco de granito”<sup>442</sup>. As prospekções reconheceram uma mancha de cerâmica de construção dispersa, em plataforma a meio da encosta, a pouca distância a oeste do monte, sem os indicadores de monumentalidade referidos.

*Referências: RP 6/215 (miliários); TIR 1995: 27; Vasconcellos 1914; Pires 1931: 9; Saa 1956: 293; Louro 1966: 6-7; Lambrino 1967: 207-208; Alarcão 1987: 77-78; Gorges & Rodríguez Martín 1999a: 261-262; Almeida, 2000: n° 34.*

439 Almeida, Carneiro, Rodríguez Martín & Morgado, 2011.

440 IRCP n° 670 e 679.

441 Almeida, Carneiro, Rodríguez Martín e Morgado, 2011.

442 O autor refere-se à inscrição IRCP n° 679. Em Louro, 1966.

### 08.25. Farisôa 1

CMP 413 / CNS 17751 / N 38° 51' 47.4" / 7° 22' 18.3" / Terreno / Necrópole

Uma bilha em cerâmica comum depositada no MNA<sup>443</sup>. A partir desta referência foi possível identificar o sítio de proveniência, com a amável ajuda do proprietário, que reconstituiu o processo de recolha da peça. Assim, no vale do Monte da Ordem, em zona voltada a leste, foram encontrados restos de habitações – muros, telhas e “louça”. Relevo suave, com pendente ligeira, próxima de uma fonte de mergulho. No topo e na encosta voltada a sul, já do lado oposto da elevação, foi escavado parte de um “cemitério romano-visigótico”. Aquando de uma lavra nocturna, um tractor levantou uma laje. A filha do lavrador era na altura aluna de Manuel Heleno, que autorizou que os proprietários realizassem escavações. Nesta área, estimada em um hectare, também foram encontrados muros. As sepulturas tinham lajes em cutelo, cobertas por uma laje grande de xisto com uma perfuração central. No interior, ossos e bilhas. No local atribuído à necrópole a implantação é no entanto típica de uma *villa*, e os materiais são também de ambientes mais característicos de um ponto de habitação: grande concentração de tegulas, bordos de panela e fundos de cerâmica comum, e uma asa de ânfora Almagro 51c. A par de lajes de xisto encontram-se grandes blocos de granito. No local atribuído ao povoado, em zona baixa, a mancha de superfície tem cerca de 5000m<sup>2</sup>, observando-se unicamente cerâmica de construção dispersa à superfície.<sup>444</sup>

### 08.26. Farisôa 2

CMP 413 / N 38° 51' 28.0" / 7° 22' 21.0" / Terreno / Pequeno Sítio

Em topo, no entroncamento de duas linhas de água, tem contacto visual com o sítio principal, virado a este e a sul. Tem 300m<sup>2</sup> de área e apresenta tegulas, imbrices e tijolos.

*Referência: Inédito.*

### 08.27. Valbom

CMP 413 / CNS 7561 / N 38° 52' 00.0" / 7° 17' 29.2" / Bibliografia / *Villa*

Mencionado por Abel Viana, Henrique Louro e António Dias de Deus com “ruínas de edifícios, tendo-se achado nelas um triente de Tulga”<sup>445</sup>. Posteriormente, por se encontrar na área de construção da A6, foi reconhecido em prospecções um “casal rústico romano pouco importante e já muito destruído”<sup>446</sup>, depois objecto de sondagens mecânicas, que não revelaram

---

443 Almeida, 2000: n° 50.

444 Atrás da casa em ruínas fronteira ao Monte da Ordem, em pequena elevação, um povoado pré-histórico, com cerâmica, elemento de mó manual e um percutor.

445 Deus, Louro & Viana, 1955: 574.

446 Processo IPA 98/1(76).

quaisquer vestígios de materiais ou de estruturas. Maria José de Almeida identificou “uma área de dispersão de vestígios arqueológicos com cerca de 1 a 2 ha, com abundantes materiais de construção (cerâmica - *tegulae* e *imbrices* e blocos de *opus signinum*).”<sup>447</sup> Em resumo, uma *villa* com presença visigótica, e área sepulcral associada, elementos que seguramente foram destruídos. Do local provém uma placa funerária.<sup>448</sup>

*Outras referências: RP 6/221.*

### **08.28. Horta da Serra**

CMP 413 / CNS 5706 / N 38° 51' 48.0" / 7° 14' 56.5" / Topónimo / Necrópole

Necrópole de incineração intervencionada por Viana, Deus e Louro, com quinze sepulturas. Foram recolhidos vinte recipientes em cerâmica, um anel, pregos e uma moeda de bronze. Próximo, estariam “alicerces de uma casa provavelmente romana”, onde recolheram um fragmento de fíbula em bronze<sup>449</sup>.

*Outras referências: RP 6/224; Viana, 1950: 574; Nolen, 1985; Almeida, 2000: nº 57.*

### **08.29. Pomarinho da Torre das Arcas**

CMP 413 / CNS 5704 / N 38° 51' 46.5" / 7° 13' 06.6" / Terreno / *Villa*

A descrição apontava para um sítio de relevo: “Junto deste tanque foram achadas as paredes de algumas casas, de sete palmos de altura, afora os alicerces, [...], e a um recanto da parede uma grande porção de pequenos quadrados que serviam para mosaicos. Tomando a direcção deste tanque ha uma aqueduto inutilizado que serve de cerca à fazenda do foral e que se prolonga pela herdade na direcção de umas outras casas demolidas a uns 120 m do dito Foral.”<sup>450</sup> Em seguida alude-se a muitos escoriais.

O sítio encontra-se junto ao caminho de acesso à quinta, onde brota uma nascente. Exposição em zona plana, elevada face à pendente da encosta, protegida por várias elevações. No ponto mais elevado desta encosta encontra-se a anta. Está virado a leste. Existem vários núcleos:

- Aqueduto – um troço apresentando um canal interno com no máximo 60 cms de altura por 8 metros de comprimento. Está no topo da subida de onde parte a nascente.

---

447 Almeida, 2000: nº 54.

448 CNS 5703, IRCP nº 590.

449 Deus, Louro & Viana, 1955: 574.

450 *O Elvense*, “vestígios de construções enterradas no Foral - Torre das Arcas”, [s.a.], 07.08.1881, nº 66, p. 3.

- Construções – entre o aqueduto e a barragem estão duas azinheiras que cresceram sobre um troço de muro que aflora sob as raízes. Nota-se uma plataforma artificial.
- Barragem – ao longo de 15 metros, cortando a linha de água. Tem canal interior e uma construção muito resistente<sup>451</sup>.

Muitos materiais visíveis entre a nascente e a anta, ocupando um total de um hectare. Cerâmica de construção, *dolium*, escória de metal e cerâmica vitrificada. O sítio prolonga-se para a base da elevação da anta. À porta do monte estão dois silhares de granito.

*Outras referências: RP 6/222; Viana 1955b: 241; Almeida, 2000: n° 60.*

### 08.30. Torre das Arcas

CMP 413 / CNS 4326 / N 38° 51' 35.0" / 7° 13' 00.3" / Topónimo / Necrópole

As notícias existentes sobre o local são muito antigas:

“Torre das Arcas [...]

Por ocasião de se proceder, em 1897, á surriba de uns terrenos da horta desta herdade, para a plantação de laranjeiras, foram descobertas duas sepulturas romanas, de tijolos, unidas, servindo a parede ou tijolos do meio de divisão de ambas, e ao topo dessas sepulturas foi encontrado um vaso romano, de barro de cor vermelha [...].”<sup>452</sup>

Em data posterior foi escavada uma necrópole com 79 sepulturas, predominando as inumações (45), com a coabitação deste rito com o de incineração (16)<sup>453</sup>. Aparentemente, sete serão tardias e 22 não apresentavam espólio. A diversidade da arquitectura funerária é digna de realce, com um polimorfismo que indica grande variedade no universo de indivíduos. Nos espólios estão ausentes a cerâmica de paredes finas e *terra sigillata*, chamando a atenção a elevada quantidade de lucernas (21) e a variedade de metais.

*Outras referências: RP 6/225; TIR J-29: 154; Pires 1901: 218; Viana 1953: 238; Viana & Deus 1955b; Deus, Louro & Viana 1955: 574-575; Alarcão & Alarcão 1967: 12; Alarcão & Ponte 1976; Nolen 1985; Frade & Caetano 1993; Almeida, 2000: n° 59; Processo IGESPAR S-4326.*

### 08.31. Monte da Nora

CMP 413 / CNS 11667 / N 38° 51' 20.5" / 7° 19' 43.9" / Terreno / Vicus (?)

451 Tem 50cm de altura por 70 de largura.

452 Pires, 1931: 114.

453 Embora em quatro sepulturas as inumações se encontrem precisamente sobre urnas cinerárias, denunciando uma substituição dos ritos. Em 18 casos o rito é indeterminado.

Um sítio relevante pelos conteúdos, que permitem um raro vislumbre do que poderia ser um povoado indígena em ocupação constante durante o Império. Todavia, não é cómodo manusear os dados disponíveis, quer pelos factores pós-deposicionais, naturais em sítio sujeito a elevada erosão (implantação em topo de cabeça), quer pelo facto de a intervenção ter decorrido na construção de uma infra-estrutura viária, o que fez com que apenas tivesse sido parcialmente escavado. Foram detectadas as seguintes fases<sup>454</sup>:

- Entre a segunda metade do século II a.C. e os inícios do século I d.C. (com um hiato) temos um povoado com duas linhas paralelas de fossos, com um portão central de acesso. Um conjunto de “buracos de poste” escavados na rocha sugere torres de vigia construídas em madeira. Na cultura material as importações itálicas estão omnipresentes, coexistindo com os protótipos indígenas.
- Durante o Alto Império a presença reforça-se, com uma planta mais complexa: os fossos são parcialmente cortados por estruturas de âmbito rústico, como dois fornos de produção cerâmica, ou um lagar com dois tanques de contenção de água e uma prensa. São construídas diversas áreas habitacionais com plantas e orientações distintas, o que concede a aparência de um mosaico de espaços que se vão implantando sem planificação (apesar da existência de uma rua e de uma entrada pública). O conjunto é densamente habitado, com uma população vinculada às actividades produtivas, e é de notar a plena aplicação de princípios, técnicas e materiais de construção romanos, sem que da pré-existência anterior fique sequer um traço.
- No século IV um dos fornos é encerrado pela abertura de silos que se prolongam para uma área bastante maior; parece haver uma reorientação produtiva, implicando o reforço das actividades agro-pecuárias e das necessidades de armazenamento, em detrimento da produção artesanal. Em outros pontos, novas habitações são construídas sobre derrubes de tegulas e imbrices, sugerindo rearranjos dos espaços construídos (em especial na zona A, onde o emaranhado é evidente).
- Em momento indeterminado, eventualmente durante o século V ou VI, assiste-se à necropolização do ambiente doméstico, feita após o comprovado abandono do sítio. Uma necrópole de inumação com a orientação das sepulturas apontando para uma presença cristã recorrendo a distintas arquitecturas funerárias.

Em termos gerais, e apesar do evidente *fundo anterior*, o sítio de Monte de Nora estava inserido nos circuitos de abastecimento comercial, como

---

454 Evolução das plantas estruturais e ocupação de espaços em Teichner, 2008: 70, Abb. 14.

aliás a proximidade da via XII deixa antever. Todos os fabricos de *terra sigillata* estão presentes à excepção dos primeiros exemplares norte-africanos (residual presença dos morfotipos A), ausência que também se verifica na cerâmica africana de cozinha. Os protótipos anfóricos da *Lusitania* estão bem representados. No final do Império as dinâmicas de abastecimento prosseguem com fabricos de clara D e numismas de Teodósio e Valentiniano como *terminus post quem*. O elemento mais revelador, contudo, é o modo como no Alto Império recebe “colonos romanos”<sup>455</sup> que se instalam, ficando por saber como se processou a interacção entre esta comunidade e a indígena. O povoado *romaniza-se*, reconvertendo o seu sistema produtivo e eliminando os dispositivos defensivos. A discussão sobre o perfil de povoamento e a relevância do local permanece. Foi aventada a proposta<sup>456</sup> de aqui se situar a *mansio* de *Montobrica* do itinerário XII; todavia, a distância da via e a ausência de estruturas relacionadas com o apoio viário (como um espaço de acolhimento ou um estabelecimento termal), não autorizam que essa leitura seja viabilizada. Portanto, tendo em conta que foi apenas parcialmente escavado, pode ser provisoriamente interpretado como um povoado que de funções defensivas evoluiu para um modelo aberto, aproximado a *vicus*, investido de funções agro-pecuárias e artesanais tendendo à autonomia ou auto-suficiência. Um modelo de ocupação territorial muito curioso, sobretudo se tivermos em conta que se encontra inserido em território de *villae* que o rodeiam.

*Outras referências: Processo IPA 98/1(76); Gonçalves, Morán, Posselt & Teichner: 1999; Almeida, 2000: nº 52.*

### **08.32. Ribeira dos Mosqueiros**

CMP 413 / CNS 18798 / N 38° 51' 24.1" / 7° 19' 25.0" / Bibliografia / Pequeno Sítio (?)

Outro sítio identificado no decurso dos estudos da A6. Contudo, não foi intervencionado por se situar fora da área de afectação. Mancha de materiais de construção e de pedras aparelhadas. Nos trabalhos de campo não foi relocado.

*Referência: Processo IPA 98/1(76); Almeida, 2000: nº 53.*

### **08.33. Horta do Rangem**

CMP 414 / CNS 13637 / N 38° 56' 39.9" / 7° 12' 19.4" / Terreno / Casal

Interpretado como casal, eventualmente no *fundus* da *villa* da Quinta das Longas. Ampla mancha de vestígios, com um hectare de dispersão, limitados a cerâmica de construção, comum e fragmentos de ânforas. Implantação privilegiada para a agricultura de regadio hortícola, pelos aquíferos e capacidade de uso dos solos.

*Referências: Carvalho, Almeida & Pinto 1997; Almeida, 2000 nº 18.*

---

455 Teichner, 2008.

456 Alarcão, 1999a; Teichner, 2008.

### **08.34. Pombal**

CMP 414 / CNS 13638 / N 38° 56' 27.3" / 7° 11' 49.2" / Terreno / Pedreira  
Afloramento com marcas de extracção interpretado como pedreira.

*Referência: Almeida, 2000: nº 19.*

### **08.35. Torre de Sequeira 2**

CMP 414 / CNS 16220 / N 38° 56' 28.9" / 7° 11' 43.1" / Terreno / *Villa* (?)

Numerosos materiais de superfície, incluindo cerâmicas de construção (tegulas e imbrices) e comuns. Fronteira à *villa* da Quinta das Longas, foi considerada nesta tipologia.

*Referência: Almeida, 2000: nº 21.*

### **08.36. Torre de Sequeira 1**

CMP 414 / N 38° 56' 31.4" / 7° 11' 06.7" / Terreno / Necrópole (?)

Interpretado como *villa*, embora se avenge a hipótese de aqui se situar a necrópole da Quinta das Longas, dada a presença de uma base de pequena coluna (material não especificado), talvez pertencente a edícula ou mausoléu. Os vestígios de superfície são substanciais, com cerâmicas de construção e comum, fragmentos de *dolium*, além de ânforas da *Baetica*. Encontraram-se silhares de granito e uma mó.

*Referência: Almeida, 2000: nº 20.*

### **08.37. Horta do Rafael**

CMP 414 / CNS 16221 / N 38° 56' 26.8" / 7° 10' 50.8" / Terreno / *Villa* (?)

Prosseguindo na descida do curso da ribeira de Chaves temos, sempre na margem Norte, um outro sítio, com uma grande parede de alvenaria conservada em mais de 1.60m de altura, sem ocorrência de materiais de superfície.

*Referência: Almeida, 2000: nº 23.*

### **08.38. Quinta das Longas**

CMP 414 / CNS 5722 / N 38° 56' 28.8" / 7° 11' 07.8" / Terreno / *Villa*

O único projecto de investigação plurianual que, apesar de precocemente interrompido e ainda não totalmente publicado, deu a conhecer a *pars urbana* de uma *villa* intervencionada de modo sistemático e rigoroso. Porque várias publicações já foram dadas a conhecer, considero desnecessário estar a empreender uma sistemática revisão dos conhecimentos. Portanto, prefiro adoptar uma leitura mais interpretativa do que descritiva.

A primeira nota a registar centra-se na implantação espacial, canónica para o modelo das *villae* (a única nota dissonante no facto de estar voltada a norte), com proximidade de abundantes aquíferos e tomando partido da ribeira de Chaves, sobre a qual existiria uma *esplanada* ou varandim avançado, de acordo com a terminação da fachada norte, sendo que a adaptação do edificado à topografia indica que seria uma *villa* em patamares. O curso de água assumiria



um papel primordial na *arquitectura cénica*, potenciada pelo facto de o ninfeu estar mais próximo da ribeira<sup>457</sup>. Note-se contudo que a *villa* melhor conhecida, e planimetricamente realçada pelo projecto de valorização, ser a correspondente ao segundo momento de edificação. Isto porque no século I d.C. foi construído um primeiro edifício (entre os imperialatos de Tibério e Cláudio<sup>458</sup>), que em momento posterior (século III?) é sobrepujado por um outro, cujo plano rasga por completo a pré-existência. A ruptura incide na orientação das estruturas, que sofrem uma completa rotação, mas também nas técnicas construtivas<sup>459</sup> e na racionalização dos espaços. Ou seja, em Longas temos um raro testemunho de uma radical reconfiguração da edificação. Note-se que mesmo durante a vida do segundo espaço existirão pontuais remodelações<sup>460</sup>. Este facto, comprovado plani- e estratigraficamente, alerta-nos para a complexidade dos processos construtivos em época romana, e para o modo como cada encomendante não hesitava em investir profundamente na criação de espaços arquitectónicos ao seu gosto, se necessário, rompendo com os anteriores. Quanto ao término da presença humana, está balizado durante o século IV ou nos inícios da centúria seguinte<sup>461</sup>, tornando a Quinta das Longas um caso singular, pois “temos assim um período de ocupação relativamente curto, confinado a três ou quatro gerações, o que confere um carácter particular ao sítio [...]”<sup>462</sup>. Portanto, um segundo edifício com forte investimento inicial mas de vida curta.

Embora não existam suficientes dados sobre a vida do primeiro edifício, é legítimo supor que a componente produtiva fosse mais marcada do que na segunda fase, em que a estrutura se transforma em *villa* de *otium* e de *delectatio*. O facto mais curioso é a forma como a *pars urbana* se apresenta com um plano arquitectónico modesto e, à excepção do ninfeu e seu conjunto estatuário, com baixos índices de investimento nos pormenores decorativos. Tal é visível nos mosaicos, exclusivamente de padrões geométricos ou figurativos (vegetalistas),

---

457 Havendo o sítio de Torre de Sequeira 1 fronteiro à *pars urbana*, é de supor que este fosse uma continuação da Quinta das Longas, ou tivesse uma íntima relação com a *villa*. Sendo assim, aqui poderíamos estar, não perante outra *villa* ou um mausoléu deduzido pela base de coluna, mas perante um pequeno pavilhão ou estrutura dedicada ao lazer, complementar e na dependência do sítio principal.

458 Carvalho & Almeida, 2002: 16-17. Os numismas mais precoces são do imperialato de Domiciano (Almeida & Carvalho, 2004: 372 e fig. 2).

459 Os muros da segunda fase são de uma alvenaria heterogénea que reaproveita materiais cerâmicos da fase I.

460 “*Villa* I - meados do séc. I ao séc. III e *Villa* II - final do séc. III a início do séc. V, com três momentos de remodelação: IIa - até ao início do séc. IV; IIb - séc. IV e IIc - final do séc. IV a início do séc. V.” (Almeida, 2000: nº 22).

461 Embora alguns remendos nos pavimentos de mosaico sejam atribuídos aos inícios do século V: Oliveira, Carvalho & Almeida, *no prelo*. Todavia, os fabricos de *terra sigillata* clara apresentam uma predominância de tipos C e D que oscilam entre 230/240 e 350 d.C. (Almeida & Carvalho, 2004: 380).

462 Almeida & Carvalho, 2004: 373.



com uma relativa monotonia que se prendem com o facto de a grande peça ornamental do ambiente doméstico ser o ninfeu. Portanto, a modéstia das estruturas decorativas arquitectónicas e de pavimento permitia que a atenção do visitante se centrasse no espaço privilegiado. É certo que o conjunto foi muito depredado, e seria um local com um forte investimento nos frisos e pavimentos marmóreos entretanto destruídos, mas a aparência geral resulta na percepção de uma *villa* requintada mas não ostentatória ou de fausto. A casa articula-se em torno de um peristilo central, com um *impluvium* profundo e amplo. O conjunto seria envolvido por um pórtico colunado, com tapetes de mosaicos de motivos vegetalistas. A peça principal reside na sala de tripla ábside a ocidente, na terminação do eixo central do peristilo, em posição diametralmente oposta à entrada da casa. Curiosamente, contudo, o pavimento desta sala de representação é em *opus signinum* sem qualquer valor decorativo. Aliás, toda a sala apresenta índices baixos de monumentalidade, o que se liga com a data precoce de abandono do sítio, não ocorrendo os fenómenos de representação do poder do *dominus* característicos da Antiguidade Tardia. A sala detinha a norte um extenso espelho de água, largo e pouco profundo, que pelo revestimento marmóreo constituía indubitavelmente um elemento de valorização estética do conjunto. Do lado sul da casa correm vários compartimentos. Alguns chamam a atenção por pormenores repletos de significado. É o caso do nº 5, com a inserção de um *chrismon* no centro da ábside, um discreto mas revelador testemunho da presença de um novo sentimento religioso. Neste conjunto contudo, o espaço mais trabalhado é o do Compartimento nº 12, precedido por um vestíbulo, que contém o pavimento musivo mais relevante<sup>463</sup>, um compartimento absidado, interiormente aquecido por um sistema que recorria a *tubuli* inseridos no forro da parede, alimentados por um hipocausto que se encontra sob a divisão. Este sistema demonstra a relevância do espaço, um *scriptorium* ou *triclinium* de Inverno, pavimentado com lajes de mármore no espaço da ábside. Uma entrada daria acesso a um compartimento de grandes dimensões, mas infelizmente este espaço, e também toda a fachada principal da casa, foram cortados pelo muro que actualmente separa propriedades. Na ala norte do peristilo temos o conjunto mais rico de conteúdos culturais. Pavimentado a *opus sectile* de mármore e xisto, formando um jogo cromático a branco e preto que os jogos de água realçavam, teríamos um conjunto estatuário inserido em nichos parietais, datado de meados do século III, correspondendo portanto ao momento de edificação da *villa* II. São elementos escultóricos pertencentes a fragmentos de dez ciclos mitológicos inseridos nos cânones clássicos e no grupo de Afrodísias, cuja vitalidade e estabelecimento na *Hispania*

---

463 Oliveira, Carvalho & Almeida, *no prelo*. Além dos padrões vegetalistas, apresenta tesselas de vidro e de calcário que concedem ao tapete uma acentuada policromia.

começa a ser reconhecido<sup>464</sup>. A decoração do espaço, interpretado como ninfeu, atinge um requinte com raros paralelos na *Lusitania*, reforçado pelas placas de mármore como frisos parietais, com decoração em relevo formando um padrão geométrico. A escolha de elementos escultóricos de duas dimensões diferentes demonstra o modo como a sua colocação, e o ambiente do espaço, foi pensado ao pormenor. O ciclo escultórico, de indiscutível valor, seria mais um elemento no embelezamento e criação de um ambiente com fortíssima carga cenográfica, que denuncia um proprietário de elevada mundividência cultural e com apego aos valores helenísticos. O conjunto da Quinta das Longas é uma amostra do que seriam os programas decorativos das *villae* desta região. Como afirmam os autores, “es posible que programas de excavación sistemática en algunas de las *villae* en esta área regional, principalmente en el território de Elvas, puedan revelar algunas sorpresas en lo que se refiere a sus programas decorativos, matizando la clasificación de excepcional que hoy atribuimos al conjunto escultórico de la Quinta das Longas.”<sup>465</sup> Ainda nesta ala norte, a divisão nº 20 parece ter sido uma pequena cozinha, separada da gémea nº 22 por um estreito corredor que se dirigia para uma área porticada fronteira à ribeira de Chaves, um espaço de contemplação. Todo o conjunto assenta sobre áreas residualmente conservadas da “*villa* I”, interpretadas como de armazenamento de produtos (vinculados à *pars rustica* ou *fructuaria*), significando que radicalmente se reformulou a concepção da utilização dos espaços de uma para a outra fase de ocupação.

A *villa* demonstra uma inequívoca inserção nos circuitos da *Lusitania*, com uma cultura material vinculada à capital provincial (nas cerâmicas de paredes finas e lucernas, por exemplo, onde as produções emeritenses esmagadoramente dominam), mas também aos territórios costeiros, como se torna evidente nos protótipos anfóricos<sup>466</sup>. Outro elemento reside na identificação de um antropónimo denominado *Tertiolus*, inscrito em fragmento de *dolium*, gravado com a pasta ainda fresca<sup>467</sup>.

Desta forma, a Quinta das Longas apresenta um significativo acervo informativo: um primeiro plano arquitectónico, completamente reformulado para uma segunda fase radicalmente distinta, momento em que se afirma uma *villa* de extrema qualidade decorativa e cultural. Embora de plano arquitectónico modesto e conservador, é dotada de um espaço muito significativo, que representa um fortíssimo investimento escultórico e cénico. Curiosamente, mais tarde e de forma muito discreta, outra religião faz a sua aparição.

*Outras referências: RP 6/190; TIR J-29: 100; Pires 1901, 1931; Saa 1956: 134 e 297-298; Gorges 1979: 467; Carvalho 1992, 1994; Sepúlveda & Carvalho*

---

464 Nogales Basarrate, Carvalho & Almeida, 2004.

465 Nogales Basarrate, Carvalho & Almeida, 2002b: 107.

466 Almeida & Carvalho, 2004.

467 Guerra, Carvalho & Almeida, 2006/2007.

1998; Almeida & Carvalho 1998, 2005; Carvalho & Almeida, 1999-2000, 2000, 2003; Almeida, 2000: n° 22; Cardoso & Detry, 2005.

### 08.39. Horta das Pinas

CMP 414 / CNS 1686 / N 38° 55' 44.0" / 7° 09' 53.7" / Terreno / Necrópole

Necrópole extensamente escavada por Abel Viana e Dias de Deus. Apenas foi documentado o rito de incineração, com 61 tumulações “quase contíguas”<sup>468</sup>, todas em covachos. Foram também localizadas nove estruturas interpretadas como *ustrina*. De acordo com os materiais teríamos um arco cronológico alto-imperial, sendo o espólio abundante, incluindo “200 vasilhas de barro, dos quais cerca de um terço é *terra sigillata* e do tipo de *Aco*”<sup>469</sup>. Desconhece-se um ponto de povoamento relacionado<sup>470</sup>.

*Referências:* RP 6/192; TIR J-29: 90; Viana & Deus 1950a: 242-244; Viana & Deus 1950b: 70-71; Viana, 1950b: 70-71; Viana & Deus 1951: 95-98; Viana, 1953; Viana & Deus 1955; Viana 1955: 552-553; Viana & Deus, 1956: 10-21; Viana & Deus 1956: 142-153, 177-190, Viana 1959; Alarcão & Alarcão, 1967: 3; Ponte, 1986; Frade & Caetano, 1993: 851-852; Sepúlveda & Carvalho 1998: 243-244; Almeida, 2000, n° 25.

### 08.40. Monte do Correio-Mor

CMP 414 / CNS 88<sup>471</sup> e 5712 / N 38° 55' 19.7" / 7° 07' 25.4" / Terreno / Villa

Um dos grandes valores patrimoniais da região, com o conjunto estrutural associado – aqueduto, tanque e barragem. Um sítio de enorme valia, infelizmente destruído pelos agentes climáticos e agricultura intensiva. As notícias sobre o local são antigas:

“Amoreirinha dos Arcos

Deve este nome a uns arcos, que alli existem, de construção antiquissima [...]. Proximo dos arcos descobriram-se ultimamente, por effeito de escavações, umas ruinas romanas dignas de estudo, e, entre ellas, restos de um chão de mosaico polychromico; apparecendo tambem uma urna cineraria de barro cinzento, um grande pedaço de canalisação de chumbo, capiteis de marmore, *tegulae*, e outros objectos de ceramica, e de pedra [...]. Tambem se descobriu parte de uma pequena lapide funeraria, com inscripção latina, em que se destacam as seguintes letras:

D / IP / SER / AVG / PARE / STT

Parece ter havido naquelle local um importante estabelecimento metalurgico, pois que tambem se encontraram escorias de ferro e vestigios de fornalhas de fundição. Merecem estas ruinas uma exploração larga e methodica [...].”<sup>472</sup>

468 Viana, 1950b: 71.

469 Ou seja, cerâmica de paredes finas: Deus, Louro & Viana, 1955: 570. Em artigo de 1953, Viana precisa o número de 269 vasilhas de barro, 27 peças e vidro e 12 objectos de bronze.

470 Sepúlveda & Carvalho (1998: 255) levantam a hipótese de poder ser a necrópole correspondente à Quinta das Longas, com base nas similitudes da cerâmica de paredes finas.

471 “Amoreirinha dos Arcos”.

472 Pires, 1931.

A área de dispersão de vestígios é impressionante: para leste do aqueduto estende-se uma mancha contínua superior a dois hectares, dos dois lados do caminho. Vêem-se plataformas e ligeiras elevações, indicando um sítio escalonado desde a meia-encosta até próximo da linha de água, com um terraço artificial junto à margem originado por estruturas no subsolo, funcionando como uma esplanada sobre a ribeira. Por todo o lado, em mancha contínua, vêem-se cerâmicas de construção e pedras argamassadas, indicando uma lenta e persistente destruição de níveis e estruturas arqueológicas. Existem numerosos tijolos, tegulas e imbrices, *terra sigillata* hispânica em grande quantidade, mas sem formas reconhecíveis, e um fragmento de africana clara A; alguma cerâmica comum, ânforas de fabrico lusitano e fragmentos de *dolium*. Placas de mármore fracturadas, algumas brancas e outras de tonalidade cinzenta com manchas negras, placas de xisto e fragmentos de estuque com pigmento de cor vermelho pompeiano, também são visíveis. Registe-se ainda a solidez impressionante dos muros, fortemente argamassados. Junto ao monte estão dois pesos de lagar de enormes dimensões, além de duas colunas de mármore, um capitel em granito e numerosos silhares e mós. Do monte para Fangeiros (ou de oeste para este, descendo a ribeira), no lado direito do caminho (junto ao curso de água) temos os seguintes núcleos:

- Na sequência do aqueduto, mas ligeiramente a este do alinhamento, encontra-se uma estrutura rectangular de 4x8m (no sentido N/S), com pedras alinhadas e grande quantidade de *opus signinum*. Talvez um tanque.
- Junto ao caminho, uma estrutura absidada voltada para a ribeira; existem três metros de linha de muro visível.
- Núcleo 3: no extremo oposto, junto à linha de água, uma abside em oposição à primeira, mas com maiores dimensões. Um sólido embasamento é visível em 8 metros.
- Núcleo 4: cerca de 20 metros a este encontra-se uma linha de muro com três metros de comprimento. Em uma das faces visíveis arranca um pavimento de *opus signinum* com considerável espessura.
- Núcleo 5: na extremidade este da grande mancha de vestígios, e a 20 metros do anterior. Está sob uma árvore. É visível uma estrutura rectangular forte e espessa, de talvez seis metros no sentido N/S por dois no sentido E/W.

Todos estes núcleos estão semi-cobertos por terra ou moroiços de pedra, dificultando a avaliação das medidas. A distância entre o aqueduto (e a primeira estrutura) e o núcleo 5 é de cem metros. Na última visita<sup>473</sup> verificou-se que

---

473 O Correio-Mor foi visitado em várias ocasiões. A que beneficiou de melhores condições de observação, e que permitiu a individualização dos núcleos acima descritos, ocorreu a 07/02/2008.

tenham ocorrido importantes destruições, motivadas por perfurações para sistemas de rega e de saneamento. No corte de terreno foi perfurado um extenso pavimento de *opus signinum*.

Os elementos mais impressionantes encontram-se distantes. O aqueduto, um dos melhor conservados do território português<sup>474</sup>; o enorme tanque de contenção de água, destacado a meio da encosta<sup>475</sup>; uma pequena barragem na ribeira do Ceto, seguramente para fins ornamentais; e a barragem de Moraves, um pouco mais longe.

A vocação agro-pecuária é evidente, e as infra-estruturas anexas, impressionantes mesmo para os padrões de hoje, denotam o elevado investimento na agricultura de regadio e também na qualidade e conforto habitacional da residência, razão pela qual Jean-Gérard Gorges e Germán Rodríguez Martín aventam a hipótese de haver um proprietário presencial que aqui habitava em continuidade.

*Outras referências: Processo IGESPAR S-88; RP 6/227; Pires 1931: 13-14; Maciel & Maciel 1985a: n.º 65; Quintela, Cardoso & Mascarenhas 1987: 67-70; 132; 144; 151; Gorges e Rodríguez Martín 1999a; Almeida, 2000: n.º 29; Reis, 2004: n.º 94.*

#### **08.41. Monte do Paço**

CMP 414 / CNS 5713 / N 38° 54' 59.0" / 7° 05' 57.7" / Terreno / *Villa*

Extensa *villa* romana cujo grau de afectação pelas dinâmicas de uso de solo é difícil de perceber. Foi identificada aquando da construção de uma conduta de água do subsistema do Caia, e objecto de um parecer onde se lê:

“[...] blocos de granito, talhados em paralelepípedos, à superfície e paredes constituídas pelos mesmos sobrepostos aos pares a aflorar de uma sondagem e forneceu outros elementos de interesse sobre o local, designadamente no que se refere a abóbadas postas a descoberto [...]”

4. Nas proximidades da citada moradia notam-se restos de paredes a aflorar no terreno, formando umas plantas rectangulares e outras de contorno arredondado.

5. Em vasta área da herdade observamos a existência à superfície de numerosos fragmentos de materiais de construção de época romana (telhas de dois tipos, tijolos, pedras com bocados de argamassa) e inúmeros fragmentos de vasos de cerâmica grosseira e um de pasta fina<sup>476</sup>.

---

474 Com 14 arcos de volta inteira, tendo o maior 2.2 m de altura e 5m de vão, conservado em cerca de 110m de comprimento, embora com várias componentes em risco de colapso iminente.

475 36x34m com mais de três metros de profundidade máxima conservada.

476 Proc. IPA JN 7/1 (56): Parecer de M. Farinha dos Santos (15 Março 1968).

Na ocasião foi recolhido um numeroso espólio, com moedas do século IV, um fragmento de *terra sigillata* “lisa e tardia”, cerâmica de construção e comum, uma mó, uma base de coluna e placas de mármore lavradas. Outros núcleos estariam associados, pois “apareceram a cerca de dois metros de profundidade grandes vasilhas inteiras (potes), posteriormente quebrados pelos operários, “fornos” com cinzas e ossos queimados, um punhal”, além de “uma escada de tijolo, de que se destaparam três degraus”. Talvez seja deste ponto que provém uma epígrafe funerária.

Uma intervenção arqueológica recente, em contexto de obra (acompanhamento de uma vala com 59 metros) e com condições climáticas adversas que dificultaram “a escavação e registo”<sup>477</sup>, conduziram à identificação de um tanque de *opus signinum* ladeado por dois muros “bastante robustos”, e anexo a um deles encontrava-se o início de um segundo tanque. A cerca de 20 metros para oeste um outro muro, “de construção bastante robusta, fabricado com pedra de pequena a grande dimensão e argamassa resistente”, existindo entre estes núcleos “uma espessa camada de derrube” de pedras e tijolos. Em outro ponto, “na zona Oeste da vala”, identificou-se um forno em tijolo, com cúpula formando um arco de volta perfeita com o topo destruído, mas a parede norte bem conservada, com quase um metro de altura. A sua construção perfurou em parte o substrato rochoso. “O interior da câmara encontrava-se preenchido por terras castanhas, heterogêneas, compactas, com grande quantidade de nódulos de terra queimada, fragmentos de tijolo, *tegulae* e grandes pedaços de argila queimada”. A escavação permitiu recolher um denso conjunto de materiais, incluindo 44 fragmentos de *dolium* (um com marca MAX.F), diversas cerâmicas comuns, cerâmica de paredes finas, *terra sigillata* e lucernas. Uma lâmina em ferro e um anel completo são os registos mais significativos nos metais, acrescentando ainda fragmentos de vidro e uma mó em granito.

Actualmente os vestígios estendem-se para montante e jusante do monte e foram também danificados pelas casas e um canal de rega que o atravessa em cheio. Os diversos pontos de vestígios estão sempre a meia-encosta, virada a sul e este, com bons solos agrícolas. Muita cerâmica de construção, alguma com argamassa, ânforas, *dolium*, *terra sigillata* hispânica e hispânica tardia, cerâmica comum e um fragmento de cerâmica de paredes finas. Junto à casa encontram-se dez silhares de grandes dimensões, em granito claro de grão fino, um dos quais parece ter sido convertido em sarcófago.

*Referências: Processo IGESPAR S-5713; RP 6/\*\*\*\* e 6/228 [“Monte do Passo”]; Maciel e Maciel 1985a: n.º65<sup>478</sup>; Almeida, 2000: n.º 31.*

---

477 “Relatório final da escavação de emergência no Monte do Paço II (Elvas). Rede de gás natural de Elvas”. Responsabilidade científica de Elisabete Barradas, empresa Ozecarus, Abrantes, Junho de 2008 [policopiado], constante do processo IGESPAR mencionado nas referências finais.

478 Publicado como “Monte do Passo”. Aí se referem informações orais sobre “um possível *theatrum* e respectiva *cavea*, actualmente destruída ou soterrada”.

#### 08.42. Botafogo 1

CMP 414 / CNS 5694 / N 38° 54' 03.3" / 7° 04' 31.0" / Terreno / *Villa*

Foi recolhido um sarcófago e colunas em mármore. Maria José de Almeida<sup>479</sup> identificou abundante cerâmica, com *terra sigillata* hispânica, cerâmica de armazenamento (*dolium*), fragmentos de ânfora, cerâmica comum e de construção, além de blocos de *opus signinum*. Acrescento tijolos de pavimento e de hipocausto. Enorme abrangência visual para este, no sentido do Caia e do Guadiana e contacto visual com Monte do Paço. Encontram-se plataformas e elevações entre a cumeada e o terraço fluvial, o que faz pensar em mais núcleos de estruturas. Também se encontram seixos retocados do Paleolítico.

*Outras referências: RP 6/229; Pires 1901; Maciel e Maciel 1985a: nº65.*

#### 08.43. Botafogo 2

CMP 414 / N 38° 54' 09.6" / 7° 04' 45.2" / Terreno / Pequeno Sítio

Pequeno ponto na dependência do anterior, com implantação idêntica e a duzentos metros para oriente. Mancha de cerâmica de construção com cerca de 200m<sup>2</sup>.

*Referência: Inédito.*

#### 08.44. Fonte Branca

CMP 414 / CNS 5695 / N 38° 53' 10.7" / 7° 07' 24.8" / Terreno / Templo (?)

Em outro lugar<sup>480</sup> tive ocasião de tratar as interessantes questões levantadas por este local, de onde putativamente provêm cinco aras dedicadas a Proserpina, mas que de forma algo surpreendente nunca chamou a atenção dos investigadores. A chave da sua identificação provém do *Dicionário* de Vitorino d'Almada:

“Fonte Branca (Torre da)

Atalaia de que resta uma só face, perto do sitio deste nome, à direita da estrada real para Badajoz. Foi provavelmente destruída pelos espanhóis na guerra da aclamação. Este paredão fica a 1106 braças do Outeiro do Paraizo e a 919 do do Ouradinho.”<sup>481</sup>

Complemente-se com a nota de Thomaz Pires:

“Atalaião, sítio do, freguesia de S. Pedro: ao lado direito da estrada que conduz a Badajoz. Deu-lhe o nome uma atalaia, que se denominou Fonte Branca e de que ha apenas uns restos de parede, tendo sido destruída em 1663 pelo exército de João de Áustria. Em 1553 se chamava este sítio *do Torrejão*”<sup>482</sup>.

---

479 2000: nº 32.

480 Carneiro, 2009-2010: XXI.

481 Almada [s.d.] Vol. 18 - Fil-Fon, Manuscritos em depósito no Arquivo Municipal de Elvas.

482 1931.



A atalaia ainda tem um pano de muralha erguido. No terreno são evidentes os materiais cerâmicos indicadores de uma estrutura romana, à qual eventualmente se devem alguns taludes perceptíveis, marcando a micro-topografia. A alvenaria do edifício incorpora blocos de granito de construções anteriores. No entanto, a existência de pontos de extracção de pedra e o uso moderno do solo não perspectivam uma boa preservação das evidências no subsolo, sendo notórios os profundos revolvimentos (e a passagem de um canal de rega). Mais uma vez a relação espacial e visual com um itinerário viário é óbvia, tratando-se da via XII que cruza o Guadiana próximo de Alfarófia.

*Outras referências: RP 6/230; IRCP nº 571 a 574; Almeida, 2000: nº 46.*

#### **08.45. Nora Úveda**

CMP 414 / CNS 13646 / N 38° 52' 05.5" / 7° 06' 10.6" / Terreno / *Villa*

Identificado por Maria José Almeida<sup>483</sup>, na altura apresentando substanciais condições de preservação. Foi referenciada uma parede de alvenaria de época romana, ainda existente, e registadas notícias de colunas de mármore e silhares de granito, além de observada cerâmica de construção e comum. Aquando da primeira visita, em 2007, já se haviam efectuado grandes destruições devido à abertura de valas de rega<sup>484</sup>. Os materiais visíveis encontram-se em torno do monte: cerâmica de construção de boa qualidade (tegulas e imbrices), *terra sigillata* hispânica e hispânica tardia, grandes contentores, cerâmica de cozinha com marcas de fogo, fragmentos de vidros e escórias. Em entulho de obra encontravam-se silhares de granito. Área de dispersão em torno de um hectare. Implantação típica, em terraço dominando curso de água, com excelentes solos agrícolas na envolvente e boa visibilidade para este e sul dominando os férteis terraços da ribeira da Lã.

#### **08.46. Alfarófia**

CMP 414 / CNS 3742 / N 38° 52' 13.4" / 7° 02' 30.7" / Terreno / *Villa*

Junto ao itinerário da via XII, em pequena elevação na extremidade de terraços fluviais e próximo do leito do Caia. Foi severamente afectado pela terraplanagem devido aos arrozais, mas uma extensão indeterminada ainda se conserva. O sítio aparecera em notícias antigas, com a “descoberta em 1895 [de] uma sepultura romana de alvenaria ordinária coberta por três pedras e sem inscrição funerária. Dentro da sepultura apenas se encontrou uma panela em barro grosseiro de cor vermelha, partida na parte superior com vestígios de ter havido asa, e com indícios do uso da roda de oleiro; está no Museu Arqueológico elvense”<sup>485</sup>. Em 1990 dá-se a detecção devido à destruição:

---

483 2000: nº 48.

484 Provavelmente devido aos mesmos motivos, a “Ponte Lagarto” (Almeida, 2000: nº 47) também não foi encontrada, dado o plantio de um olival.

485 Pires, 1931: 9.



“[...] A prospecção permitiu determinar uma vasta área, a NE do Monte de Alfarófia, com vestígios arqueológicos tais como materiais de construção romanos (tijolos, tegulae, blocos de granito) de cerâmica comum e terra sigillata. [...] Posição geo-estratégica - pequena elevação sobranceira ao Rio Caia (entre o talude e uma casota de madeira) onde se evidenciavam blocos de granito, que correspondem a uma construção, que poderá eventualmente ser a casa do proprietário de uma ‘villa’ rustica. Área limítrofe a esta pequena elevação, com maior incidência de materiais arqueológicos e vestígios de pavimentos, manifestados pela concentração de seixos do rio e fragmentos de ‘opus signinum’.”<sup>486</sup>

No terreno encontram-se silhares e elementos de granito<sup>487</sup>, cerâmica comum e de construção. Realce para um bordo de *terra sigillata* clara D Hayes 91, além *terra sigillata* clara A (bordo Hayes 15), hispânica decorada (Dragendorff 27), cerâmica de paredes finas, asas de ânfora (fabricos béticos) e fragmentos de *dolia*. Também cerâmica de construção, placas de mármore lisas, pavimentos de *opus signinum*, paredes em estuque branco e restos de muros, com grande percentagem de seixos de rio e cerâmica de construção. Alguns poderão estar *in situ*, mas as condições de visibilidade são precárias. Ostras denunciam consumos sumptuários. Como refere Maria José de Almeida, “A árula funerária da herdade das Caldeiras (nº45), bem como a ponte soterrada sob os arrozais do Caia referida por Justino e Tarcísio Maciel devem relacionar-se com este sítio, embora actualmente se encontrem noutra propriedade.”<sup>488</sup>

*Outras referências: Processo IGESPAR S-3742; RP 6/232; [s.a.], 1978.*

#### **08.47. Terrugem**

CMP 427 CNS 4599 e 5700 / N 38º 50' 48.4" / 7º 20' 32.0" / Terreno / Villa

Relembrem-se os dados postos a descoberto por Henrique Louro (que foi pároco na localidade), Abel Viana e Dias de Deus<sup>489</sup>. Os testemunhos de uma “povoação romana que existiu no cabeço de Santo António em cuja falda assenta a aldeia da Terrugem” são inequívocos, pois “Uma notável extensão de terreno acompanha os vestígios que se vêem ainda, tais como: tijolos, telhas, cubos de granito, ferro, cerâmica, vasos de cobre, um fragmento de lousa sepulcral com letras, uma coluna de mármore, uma linda rosácea em

---

486 Ana Carvalho Dias, Informação de IPPC/SRAS de 27 Novembro 1990 em Processo IPPAR nº 4.07.007. Existem mais dois processos relativos ao sítio: IPA 78/1(94): devido à recolha em 1972 de 3 fragmentos de mosaico levantados por uma charrua, oferecidos para o MNA em 1978; e IPA JN8/1(33), processo relativo a moedas modernas (D. Manuel I; D. João II, D. João III) - CNS 3742 (com indicação de “conjunto de moedas de prata e ouro; tesouro, cronologia indeterminada).

487 Com 60x90x45cm, bem como uma coluna em granito de 0.35m diâmetro e quase um metro de altura.

488 Almeida, 2000: nº 49.

489 Deus, Louro & Viana 1955: 571-572; Louro 1948: 347-348; Louro 1964.

granito, fragmentos de mosaico, um amuleto, etc.”<sup>490</sup> Em determinado ponto, não especificado, “vêm-se os arcos de tijolo que suportaram o pavimento de um *caldarium*”<sup>491</sup>, indicando um estabelecimento termal, além de canalizações em cerâmica. Talvez aqui se situasse um edifício onde no interior jazia uma coluna de mármore lisa com 1,80m de altura, próximo do *caldarium*. Mas sobre a presença romana, alegadamente de uma *villa* com numerosos testemunhos de superfície<sup>492</sup>, mais nenhuma notícia é deixada, sendo todavia o espólio revelador de um sítio com elevados índices de conforto. O feixe de informações mais relevante diz respeito à mudança no perfil de ocupação em momento tardio. Instala-se uma necrópole de inumação com 22 sepulturas recenseadas<sup>493</sup>, de planta trapezoidal, com variadas tipologias construtivas utilizando tegulas, lajes de xisto e placas de mármore. Estas “rodeiam por três faces os alicerces de um edifício de planta rectangular, quase quadrada, feitos de blocos de granito”<sup>494</sup>, que a planta publicada deixa perceber que funcionou como polarizador do espaço sepulcral. Merece destaque uma colher litúrgica com inscrição cristã, em “sepultura da criança, onde apareceu a colher, tinha ao que parece 1,10m”<sup>495</sup>. A intervenção foi sectorial e deixou a maior parte dos testemunhos ainda por identificar.

Hoje, no local, encontra-se uma densidade de materiais por vezes impressionante, mas ressalta a ausência de cerâmica de importação. Vários blocos de escória e cerâmica de construção variada, incluindo tegulas de secção arredondada. Há materiais vitrificados: tijolos, tegulas e imbrices. No moroiço central está uma coluna fracturada<sup>496</sup> e lateres inteiros<sup>497</sup>. Há ainda *opus signinum* e algumas tesselas brancas. Foi também encontrado um vidro de vidraça de tom verde-garrafa, plano e espesso. A área é muito extensa, com cerca de dois hectares. A meia encosta notam-se duas plataformas, divididas por uma crista do afloramento. Portanto, a que está mais alta pode ser natural (devido ao transporte e acumulação de terras), mas a segunda será de origem antrópica. Os materiais vão diminuindo para norte, na aproximação da EN4 e do depósito de água.

*Outras referências: RP 6/217; TIR J-29: 152; Heleno 1948; Almeida 1962: 202, 235; Gorges 1979: 466-467; Almeida, 2000 nº 51; Reis, 2004: nº 89.*

---

490 Louro, 1948: 347. Surge de forma mais detalhada em Deus, Louro & Viana, 1955: 572.

491 Deus, Louro & Viana 1955: 572. Nos seus apontamentos de campo, Manuel Heleno indica que um arco de fornalha havia sido destruído.

492 Incluindo em outros pontos, pois “fizeram-se algumas ligeiras sondagens que acusaram a presença de alicerces de outros edifícios” em zonas distanciadas da necrópole (Deus, Louro & Viana, 1955: 572).

493 Todavia, Manuel Heleno deixou registado nos seus cadernos de campo que na necrópole as sepulturas eram “mais de 30 e não está esgotada”.

494 Deus, Louro & Viana 1955: 572.

495 Cadernos de Campo de Manuel Heleno. A colher litúrgica tem a inscrição AELIAS. VIVAS IN (*chrismom*).

496 Na altura e no diâmetro. Este, conservado, tem 36cm.

497 Um deles tem uma digitação em círculo imperfeito, com um diâmetro de 5cm.

#### 08.48. Camugem

CMP 427 / CNS 5701 / N 38° 50' 26.5" / 7° 16' 31.0" / Terreno / Necrópole

Necrópole de inumação constituída por três sepulturas. O dado mais interessante consiste no reaproveitamento de duas epígrafes funerárias<sup>498</sup> em uma das inumações.

*Outras referências: RP 6/218; Pires 1931: 33; Viana 1950a: 313-315; Saa 1956: 131-132; Deus, Louro & Viana 1955: 571; Louro 1961: 9-11; Encarnação 1977: 53; Frade & Caetano 1993: 861; Almeida, 2000: nº 66.*

#### 08.49. Padrão

CMP 427 / CNS 1469 / N 38° 46' 35.2" / 7° 13' 15.6" / Topónimo / Necrópole

A descoberta aconteceu em 1948, aquando da abertura de uma estrada municipal, e foi feita uma intervenção de imediato<sup>499</sup>. Foram identificadas 22 incinerações e inumações com caixas utilizando lajes de xisto e recolhido um relevante espólio de onde se destaca uma lucerna com representação de Ísis e Serapis, além de *terra sigillata* hispânica e cerâmica de paredes finas. A cronologia aponta para finais do século I d.C. e inícios do seguinte.

*Outras referências: RP 6/249; TIR J-29: 122; Viana, 1950b: 70; Viana, 1953; Nolen 1985; Frade & Caetano 1993: 850-851; Sepúlveda & Carvalho 1998: 233-265; Almeida, 2000: nº 66.*

#### 08.50. Ovelheira

CMP 428 / N 38° 51' 06.6" / 7° 08' 09.6" / Terreno / Villa

Mais um relevante valor patrimonial com estruturas apresentando elevada monumentalidade e um magnífico enquadramento paisagístico. Foi dado a conhecer por Abel Viana e António Dias de Deus, que promoveram escavações, sendo que ainda se reconhecem alguns pontos em que estruturas foram postas a descoberto. No essencial, porém, apresenta-se praticamente inédito. A área de edificação romana ultrapassa largamente a do monte, embora não atinja o “mais de um quilómetro de comprido” referido<sup>500</sup>. Está em esplanada virada a este, sobre curso de água, com excelentes solos agrícolas na envolvente. Dispõe de um óptimo alcance visual, em especial para sul. Vêem-se escassos materiais, mas a quantidade de estruturas não é contabilizável, de tão numerosas. De norte para sul, surgem evidentes no início da elevação, onde se encontra o que parece ser uma entrada, em esquina, depois ladeada por silhares, para um acesso em rampa. Este dá passagem para um edifício termal<sup>501</sup>, com um tanque com degraus e vários outros compartimentos forrados a *opus signinum*.

498 IRCP nº 585 e 597. Uma terceira está atribuída ao local: Encarnação, 1988b.

499 Deus, Louro & Viana 1955: 569-570; Viana & Deus 1950; Viana 1953; Viana & Deus 1953; Viana 1955; Viana & Deus 1956.

500 Deus, Louro & Viana 1955: 572-573.

501 Reis, 2004: nº 88, onde se procede a uma cuidada descrição do núcleo termal.

As estruturas prolongam-se sob o monte, reconhecendo-se alinhamentos rectangulares à frente da fachada das casas. A oeste, um extenso tanque, conservado com alvenaria de *opus mixtum* em mais de três metros de altura, que funciona como contraforte artificial de toda a elevação. Talvez aqui se situassem os “restos de um lagar” referido pelos autores. No seu alinhamento há mais núcleos estruturais onde decorreram as escavações, em pano de fachada que se prolonga por dezenas de metros. Foi encontrado um compartimento de planta absidal contendo uma sepultura coberta com lajes de mármore. O casão agrícola, a sul, cavalga uma estrutura anterior, muito poderosa dados os enormes silhares de granito visíveis. Este núcleo, recuado face ao anterior, prolonga-se por mais algumas dezenas de metros. Os materiais visíveis à superfície são escassos, o que constitui um bom indicador da preservação de níveis arqueológicos. Alguma cerâmica e um fragmento de coluna em granito juntam-se a uma coluna em mármore encontrada nas escavações.

Na herdade situada imediatamente a sul, o Monte da Calada, estão dois moventes de mó mecânica, um sarcófago em granito e o que parece ser uma *cupa* em granito cinza de grão grosso, tendo no topo um orifício rectangular e nos dois lados duas “pegas”. Apresenta três sulcos em cada face. Não foi possível determinar a proveniência, mas dada a proximidade da Ovelheira é de considerar esta hipótese. Um azulejo de 1836, na parede da casa, apresenta o sítio como “Monte da Capela”.

*Outras referências: RP 6/233; Pires 1931: 78; Gorges 1979: 465; Almeida, 2000: nº 62.*

### **08.51. Chões**

CMP 428 / CNS 4477 / N 38° 50. 91.5' / 7° 12' 23.2' / Terreno / *Villa*

Sítio referenciado em contexto de perda: “Numa pequena elevação, com uma cota aproximada de 256m, entre a ribeira de Varche, Monte de Santo António, estrada Elvas/Quinta do General e o caminho que dá acesso ao Monte Chões, são visíveis numerosos materiais de construção (tegulae, laterae, blocos de pedra) bem como vestígios de construções. Estes vestígios foram recentemente muito afectados pelos trabalhos de “ripagem” que “limparam” o terreno de grandes quantidades de blocos de pedra que foi depositada junto à berma da estrada (blocos aparelhados, bases de coluna em mármore).”<sup>502</sup> Por este motivo foi dado como “destruído” por Maria José de Almeida<sup>503</sup>. Todavia, apresenta-se como um dos sítios mais interessantes do concelho. Tem implantação atípica, encaixado no vale da ribeira, o que o coloca em cota baixa, sem visibilidade a não ser a que permite dominar o vale encaixado, orientado a sudeste. É possível que uma das fachadas estivesse para aqui voltada, dado

---

502 Proc.º IPPAR nº 4.07.104, Informação SRAS de 30. Nov. 1990 de Ana Carvalho Dias. Foi também consultado o Processo IGESPAR S-4477, com o mesmo conteúdo.

503 2000: nº 63.

o alinhamento estrutural com a panorâmica. Dispõe de abundantes recursos hídricos e solos de excelente qualidade, escuros e soltos. Seria necessário realizar um levantamento micro-topográfico urgente, mas a leitura de terreno é tão nítida que, mesmo à vista desarmada, definem-se núcleos construtivos. Deve tratar-se de uma *villa* em dois patamares, pois são visíveis socalcos orientados para a ribeira funcionando como “varandas”. O maior terá um perímetro de 5000m<sup>2</sup> em planta rectangular orientada a sudeste, e o de cota alta terá 500m<sup>2</sup> de área, com o pano mais largo correndo na mesma direcção, sendo neste que os muros afloram. Foi cortado em parte pela estrada mas o núcleo central, mais alto, está preservado, se exceptuarmos os impactos provocados pela lavra agrícola. A densidade de materiais é enorme, em especial à medida que nos aproximamos do ponto mais elevado. Nota-se uma grande diversidade na cerâmica comum mas, mesmo com a abundância de materiais, são raros os elementos de importação. Cerâmica de construção de excelente qualidade (de diversas morfologias), de armazenamento e comum, além de materiais pétreos de vários tipos (em especial blocos de calcário cristalino semelhantes a mármore). Encontraram-se blocos de *opus signinum* e um fragmento de mó. Tegulas (algumas de tonalidade laranja-claro, com uma cor fora do comum), tijolos de vários tipos, ladrilhos, imbrices. *Terra sigillata* galo-romana e clara D, embora em pouca proporção. Bordos de *dolium*. Foi encontrado um bordo de taça pequena de vidro negro opaco, de parede troncocónica (aberto para o exterior). Uma lasca de sílex retocada. Junto a uma separação de propriedades encontram-se os elementos arquitectónicos mencionados<sup>504</sup>. É possível que tenha uma barragem, ou que o vizinho topónimo de “Ponte Velha” remeta para o paredão de uma estrutura de contenção de água.

#### 08.52. S. Rafael

CMP 428 / CNS 5691 / N 38° 46' 38.0" / 7° 11' 64.7" / Terreno / Necrópole

O templo é antigo, pois nas *Memórias Paroquiais* afirma-se que “Tem hua Ermida chamada São Raphael, esta destilhada e sem portas e as paredes com raxas.” Numerosos imbrices estão reaproveitados na alvenaria de construção, e tijoleiras estão embutidas nas jambas da porta de entrada. Em topo de outeiro, em torno da antiga igreja, “reconhecemos vestígios de edificações com abundância de fragmentos de tégula”, onde foi recolhida uma “ara anepígrafa, ornada com uma rosácea circundada por duas palmas”<sup>505</sup>. Próximo foi identificado um cemitério de inumação, com mais de vinte sepulturas, presumivelmente tardo-romano ou alto-medieval, com invólucro sepulcral formado por lajes de xisto

---

504 Coluna em mármore com altura de 89cm e diâmetro de 26. Capitel em granito com altura de 48cm, diâmetro de 30, na base quadrangular de 43, altura do plinto da base de 15cms, com canelura no centro.

505 Deus, Louro & Viana, 1955: 573.

com topos aflorando à superfície. No decurso dos estudos relacionados com a albufeira de Alqueva foi reconhecido um “habitat romano”, que por ficar fora da área de influência mínima do regolho não foi intervencionado.

*Outras referências: RP 6/250; Viana & Deus 1957: 96-97; Almeida, 2000: nº 71.*

### **Vargem das Barrancas \***

CNS 29626

Sítio cortado por uma estrada onde no talude se observavam três sepulturas. Em torno existia material romano à superfície, como tegulas, cerâmica comum, *opus signinum*, pregos e uma moeda. Foi intervencionado de emergência, e a “escavação permitiu reconhecer a existência de cinco sepulturas, sendo que uma delas estava vazia, duas estavam muito danificadas, e duas apresentavam esqueleto preservados. Quatro das sepulturas estavam escavadas em solo geológico, enquanto apenas uma apresentava uma construção cuidada, com argamassa e tijoleiras a servir de pavimento.”<sup>506</sup>

*Referência: Processo IGESPAR S - 29626 e 2001/1(011).*

## **Comentários gerais**

“É um território rural profundamente romanizado nos modos de vida e ideais culturais do império, durante o longo período que vai do séc. I à época tardo-romana”. Desta forma sintetizava Maria José Almeida<sup>507</sup> a impressão geral sobre o perfil de povoamento elvense, deitando o olhar sobre o seu *facies cultural*. Efectivamente é esta a leitura mais forte que os dados nos transmitem: um espaço profunda e intimamente relacionado com a capital provincial, *Augusta Emerita*, da qual recebeu influências fortes e estruturantes, e nele sentimos uma presença de marcada componente itálica (ou clássica, para utilizar um termo culturalmente neutro). Mas antes de avançar para os conteúdos, centremos a análise nos sítios e no terreno.

É certo que a impressão é ainda difusa, apesar dos denodados esforços de Abel Viana e António Dias de Deus ou de, mais tarde, Maria José de Almeida. Para os primeiros, o investimento recaiu mais nas necrópoles, por contingências específicas do momento temporal. A impressão dos sítios de habitação foi escassa, sendo que apenas em Carrão – com um mosaico figurativo representando *Epona* e uma cabeça de estátua não atribuída – se encontraram indicadores culturais relevantes. Temos depois o moderno caso de Quinta das Longas, revelador por se tratar de um sítio com uma cultura material de superfície relativamente discreta mas onde o programa de

---

506 Base de dados *Endovelico*.

507 2000: 167.

investigação plurianual identificou um magnífico conjunto escultórico e um arrojado plano arquitectónico. E torna-se emblemático para a investigação que tenha sido de um sítio tão restrito e discreto (centro-me nos dados prévios à intervenção<sup>508</sup>) que estes conteúdos tenham provindo, e não de uma das “grandes *villae*” monumentais, como Correio-Mor, Carrão ou Ovelheira.

Cartograficamente, a primeira impressão do território elvense reside na densa concentração de pontos. No terreno é perturbadora a dimensão da massa edificada, a profusão de estruturas e de materiais, por vezes em espantoso grau de conservação. Portanto, se do ponto de vista quantitativo estamos em território densamente ocupado, na perspectiva qualitativa estamos em pleno foco de elevados índices de indicadores materiais e culturais. Vários aspectos propiciam esta situação. A amenidade do relevo, a fertilidade dos solos, em especial dos terraços do Caia e Guadiana (onde, não por acaso, estão as maiores *villae*), uma densa rede hidrográfica (com alinhamentos de sítios, como sucede ao longo da ribeira do Ceto, com Correio-Mor, Paço e Botafogo), reforçada por abundantes mananciais... Em resumo, condições paisagísticas privilegiadas para as exigências do espírito latino. Outro factor central reside na proximidade da capital provincial, na qual o aro elvense poderia estar administrativamente integrado. Um território onde o eixo da via XII funciona como espinha dorsal, ao longo do qual encontramos numerosos sítios. Um espaço comercialmente activo, onde os abastecimentos funcionavam na perfeição, como ficou evidente na cultura material dada a conhecer na Quinta das Longas<sup>509</sup>. Mas sobretudo um lugar de fixação e circulação de pessoas vinculadas à mundividência latina, como a marca epigráfica deixa perceber, com uma acentuada percentagem de indivíduos com *tria nomina*. São pessoas com forte capacidade aquisitiva e que transpuseram para as residências de campo os *urbana ornamenta* que caracterizam essa mundividência. Os sítios de Elvas deixam duas fortes impressões: monumentalidade e abundância. O território elvense é o universo das grandes *villae* ancoradas nos domínios da cultura clássica. Dos 53 sítios, 17 podem garantidamente ser considerados como *villae*, o que constitui uma percentagem elevadíssima nos índices de ocupação. É certo que este foi um dos concelhos mais densamente investigados; mas é de longe o que engloba mais sítios da categoria. E se olharmos para a distribuição espacial, vemos que a concentração ocorre sobretudo nos terraços fluviais dos dois grandes cursos de água, havendo ainda um lote significativo ao longo da via XII. Tal indica-nos que os *fundi* seriam restritos: ou trabalhavam solos de elevado rendimento, ou teríamos *villae* que incorporariam o *otium* e *contemplatio*, como

---

508 Apresentados em Carvalho, 1994, com discussão sobre as problemáticas específicas e a acção dos factores pós-deposicionais.

509 Refiro-me aos bens alimentares, às produções cerâmicas do eixo emeritense – Tejo/Sado, mas também aos conteúdos culturais e civilizacionais (em especial, Almeida & Carvalho, 2004).



Quinta das Longas. E desta forma teríamos *possessores* com residências que eram sobretudo espaços de fruição. Apenas em Correio-Mor encontramos estruturas de captação e condução de água e os desmesurados pesos de lagar que sinalizam actividades agrícolas. Nos restantes locais, as evidências são mais discretas ou reduzidas do ponto de vista numérico. Neste aspecto, é evidente o contraste com outros concelhos, como o eixo Castelo de Vide/Marvão ou a zona de Monforte/Arronches, onde pesos de lagar e mós ocorrem em valores numéricos elevados.

Um dos aliciantes maiores para o futuro da investigação arqueológica reside na detecção de outras categorias de sítios. A tipologia “casal” encontra-se quase ausente, bem como a de “pequeno sítio”. Esse é outro dos elementos relevantes: a pirâmide de povoamento está invertida, com o predomínio da classe de topo e o quase desaparecimento de sítios pequenos e modestos. Duas chaves explicativas: consideremos a ausência de uma investigação sistemática, pois os trabalhos de Viana e Deus foram feitos ao sabor das descobertas mais significativas que iam aparecendo, enquanto as prospekções de Maria José Almeida foram orientadas para sítios específicos<sup>510</sup>; e eu próprio não tive oportunidade de o fazer, embora nas escassas ocasiões em que esses trabalhos foram feitos, tivessem originado resultados (o caso de Cachim e de Botafogo 2). Os sítios identificados no regolfo do Alqueva<sup>511</sup> merecem reservas pela não especificação dos elementos cerâmicos de construção, podendo tratar-se de reutilizações em épocas posteriores. Quanto à segunda chave de explicações, centra-se na pura ausência, ou rarefacção, dessas tipologias, porque os domínios fundiários estariam tão repartidos entre as grandes *villae* que remetiam os sítios secundários para espaços marginais, o que talvez se prenda com a riqueza dos territórios agrícolas. Poderão estar nas freguesias menos estudadas: em Santa Eulália ou Barbacena, ou nos territórios interiores de Vila Boim e de Terrugem, a investigação tem estado menos atenta do que junto ao Guadiana e Caia. Enquanto as grandes *villae* repartiam entre si os melhores solos, não deixando espaço entre os seus *fundi* para a eclosão de estruturas menores, estas estariam em territórios marginais onde a investigação não ocorreu com tanta intensidade. Seja como for, o concelho de Elvas apresenta-nos um caso singular, o único exemplar arqueologicamente comprovado de um povoado aberto, um eventual *vicus*: Monte da Nora. Local que evolui em continuidade desde a Idade do Ferro até momentos avançados

---

510 “No entanto, esse carácter sistemático [dos trabalhos de campo] foi assumido no plano das intenções do projecto de investigação, não tendo sido possível reunir as indispensáveis condições para o levar à prática. [...] Na impossibilidade de realizar prospekções sistemáticas na área definida para o presente estudo, ou mesmo optar por um critério de amostragem que exigiria mais tempo e meios do que aqueles que dispunha, optei por orientar o trabalho no sentido de confirmar a existência e localização dos sítios identificados a partir da bibliografia e outras fontes disponíveis.” (Almeida, 2000: 8-9).

511 Almeida, 2000: nº 68, 69, 70, 72 e 73.



e elimina os dispositivos de defensabilidade para os condenar com estruturas produtivas, possivelmente ligadas a algo mais do que a mera auto-subsistência. Fornos de produção cerâmica e um pequeno lagar testemunham a laboração inserida em contextos sociais que seria de todo o interesse conhecer melhor. Neste aspecto lastima-se o silêncio epigráfico ou o facto de não haver uma necrópole relacionada, pois seria do maior interesse entender o *facies* identitário. Teríamos uma comunidade que aplicava a sua força laboral em proveito próprio, como campesinato livre, ou prestava serviço nas propriedades de grandes *domini* nas *villae* das imediações, como em Farisoa ou Terrugem?

Outro feixe de leituras. O conjunto de pontos alinhado em curta distância da ribeira de Chaves (sítios 33. a 38.) levanta questões relevantes para a compreensão das dinâmicas de povoamento. É certo que se trata de uma zona agricolamente rica, repleta de recursos hídricos abundantes. Mas causa surpresa o facto de estarem tão próximos. A sua análise deve ser encontrada em dois níveis de percepção. Antes de mais, o facto de terem sido detectados, porque houve um plano programado de intervenção que foi em volta procurando detectar outras evidências. Portanto, temos um território densamente povoado *também* porque foi intensivamente investigado. Depois, o facto de estes sítios existirem também deve ser analisado, ou seja, a sua presença no terreno significa algo: são pontos com relevante extensão e diversidade de materiais indicando, ou *villae*, ou *villae* com casais. O que leva a pensar que neste micro-território os *fundi* seriam relativamente restritos, coexistindo unidades relevantes em espaços contíguos. Eventualmente, a vocação agro-pecuária não seria o perfil prioritário e alguns seriam de recreio e lazer dispondo de *fundi* limitados, cumprindo uma função mais aproximada dos *horti*.

Finalmente, a questão com a qual se iniciou a análise. Elvas apresenta um valioso núcleo epigráfico que nos fala um pouco da sua população, uma comunidade romanizada e vinculada aos valores clássicos. Vários cidadãos com *tria nomina* e um substrato populacional que maneja perfeitamente os códigos gramaticais das mensagens. Nos suportes pétreos encontramos também a utilização intensiva do mármore, por vezes com um apuro formal que denuncia os gostos e exigências do encomendante. Note-se, contudo, que surgem pessoas de outras paragens: se considerarmos como de proveniência uniforme o núcleo de Proserpina, putativamente de Fonte Branca, lemos nele uma grande diversidade onomástica que englobaria libertos, cidadãos com *tria nomina* e eventualmente de origem oriental. Também nas influências culturais vemos uma ara a Belona, uma a *Dea Sancta Burrolobrigensis*<sup>512</sup>, um mosaico com figuração de Epona e ainda o conjunto de dedicatórias a Proserpina. Ao contrário de outros espaços, não temos divindades indígenas ou um *fundo*

---

512 IRCP 566. Neste caso mais um dedicante com *tria nomina*, *Q[uintus] I[ulius] E[meritus]*.

*anterior* que por reformulação evolui para o quadro clássico. Aqui, na vida como na morte, o quadro parece ser plenamente do poder instalado.

Mas é precisamente no mundo funerário que o concelho de Elvas apresentou um significativo contributo para a investigação arqueológica do mundo rural alentejano. Graças aos trabalhos de António Dias de Deus e de Abel Viana temos um panorama impressionante desta realidade. Dez necrópoles foram intensivamente escavadas e, de forma mais ou menos exaustiva, publicadas e dadas a conhecer. No total, várias centenas de sepulturas foram descritas, permitindo-nos conhecer de modo profundo os ritos e práticas de tumulação. Este facto tem um inegável valor, mais ainda se pensarmos que em vários locais existe uma relação directa entre o espaço de vida e o de morte, ambos identificados. É certo que urge fazer uma profunda revisão dos trabalhos, das evidências estruturais e dos materiais arqueológicos. Muitas necrópoles foram dadas a conhecer de modo sintético, apressado, ou com lacónicas descrições de Viana; em alguns casos, os materiais foram apresentados de forma separada, em *coleções* e não em estudos de contextualização e de relação cruzada, como seria desejável. Mas sobre Elvas temos um conhecimento do mundo funerário como não sucede para nenhum outro território do sudoeste peninsular. E a imagem é a de uma sociedade complexa, heterogénea e em rápida mudança, incorporando novos ritos e crenças com assinalável velocidade. A impressão geral que fica, contudo, é a de que os sepulcros das elites ainda não foram identificados e escavados, pois de um modo geral a densidade de sepulturas por necrópole é numerosa (o que também concede uma noção da dimensão demográfica deste espaço densamente povoado), com um espólio que não integra elementos de excepção. Note-se a baixa ocorrência de espólio metálico, com escassa frequência de prata e ferro e a ausência de objectos em ouro. Note-se ainda a tímida presença de moedas: uma em Serrones e duas em Torre das Arcas<sup>513</sup>. E faltam correlações entre os espaços funerários e de habitação. A título de exemplo, seria do máximo interesse proceder-se à identificação da necrópole correspondente à Quinta das Longas, não só porque temos um sítio intensamente escavado, mas também pelos conteúdos (um ambiente de representação clássico e conservador – o ninfeu – e um indicador de presença cristã, o *chrismon* inscrito em mosaico).

A necessidade de se proceder a uma reavaliação da informação legada, sobretudo, por Deus e Viana é urgente. Rer ler os dados à luz da investigação actual, sistematizá-los e ordená-los, alocando-os aos diversos pontos de proveniência. Da mesma forma, muito trabalho de campo ainda resta para esclarecer várias questões em aberto.

---

513 Viana, 1953. Neste artigo consulte-se outro vector de análise: nas 380 sepulturas do universo em estudo, englobando a necrópole de Padrãozinho (Vila Viçosa) foram exumados apenas 147 vasos de *terra sigillata* e 68 “do tipo de *Acó*”, ou seja, cerâmica de paredes finas.

Por exemplo, a sincronia.

Plasmando todos os pontos na cartografia, a primeira impressão que fica reside na possibilidade de todos terem sido ocupados em simultâneo, e nesse caso teríamos um território fervilhando de gentes e de lugares. Mas pode não ter sido bem assim. Os poucos dados existentes apontam para fenómenos dúplices, de continuidade e ruptura. No primeiro caso, temos espaços funerários e/ou habitacionais perdurando por longo tempo. Em Chaminé está o melhor exemplo, com uma área sepulcral do Ferro que detém tumulações até época tardia, e um momento intermédio que pode ser relacionado com a ocupação da estrutura fundiária próxima (Carrão). Portanto, um espaço funerário de grande diacronia de ocupação. Em impressão genérica o território parece deter uma relativa estabilidade e homogeneidade substantiva. No entanto, existiram rupturas e abandonos. Em alguns casos, temos reconfigurações: em Camugem, epígrafes funerárias reaproveitadas em contextos posteriores; ou Terrugem, onde existe uma necropolização da habitação (mas em que núcleo?, termal?). Um caso arqueologicamente comprovado é Quinta das Longas, com um término de presença precoce, algures no início do século V. Existe um encerramento pacífico, embora pareçam existir fenómenos de ocupação posterior, ainda não devidamente inseridos na cronologia. Mas o sítio, em rigor, é abandonado e deixado com o seu recheio intacto (ou, pelo menos, parte dele). Por que motivo? A concentração fundiária, que pode ter conduzido a que fosse inserida em um *fundus* mais vasto e, dado o facto de apresentar um perfil vivencial específico (ligado ao *otium* e à fruição), tornou-o menos apelativo para uma reconversão? Ou essa terá ocorrido em outro ponto ainda não intervencionado, como nas termas ou na *pars rustica*? E como interpretar os sinais de ocupação visigoda (as fivelas de Fontalva e Vinagreira<sup>514</sup>)? Seguramente as grandes *villae* permaneciam, mas como nenhuma foi escavada (à excepção de Longas, cuja ocupação termina em momento precoce), poucos ou nenhuns dados temos para manusear. Seria, portanto, do maior interesse conhecer o que se passa em território tão denso, tão ocupado, tão percorrido por gentes e ideias. Persistências, continuidades, rupturas, evoluções. Em sentidos variáveis que convém conhecer.

---

514 Em registo de mera curiosidade deixo a nota de um pequeno poema que se contava sobre a fundação da vila de Barbacena, nas proximidades da qual se encontram os sítios arqueológicos referidos: “Á beira de uma fonte murmurante / É tradição que alguém alevantou / Cabanas, contra o frio penetrante / Nos quais um povo rude se albergou”. Poema do Dr. António de Oliveira registado em *Brados do Alentejo* por José Hermida em 29-1-1933, ano III nº 105 p. 40.

(Página deixada propositadamente em branco)

## 9. CONCELHO DE ESTREMOZ

A crista ondulada da Serra d'Ossa marca o limite sul da área em estudo. Os relevos marcados da linha de cumeadas funcionam como referente natural da paisagem, delimitador administrativo e ainda como um elemento que fecha a grande bacia do Alto Alentejo, contendo o espaço e restringindo as linhas de passagem. Do alto de Evoramonte, com 479m, ou de S. Gens (653m), ou ainda do Castelo (642m), o panorama visual para norte abarca quase toda a área escolhida, observando-se ao longe a Serra de São Mamede e os relevos das Portas do Rodão. Vindos de sul, o espaço do Alto Alentejo inicia-se aqui.

Orograficamente, o concelho de Estremoz é bastante acidentado. Para além dos relevos que marcam a fronteira sul, o território é atravessado pelo anticlinal marmóreo, uma formação de rochas carbonatadas que é um elemento fulcral para este espaço: pela ocorrência dos filões de mármore, de tão decisiva importância em época romana, mas também pelas bolsas de água que se infiltram pelas suas irregularidades, criando um pólo de grande produtividade agrícola. O anticlinal marca decisivamente a vivência. Na paisagem, prolongando-se em sucessivos conjuntos de elevações (Serra da Laje, Serra Murada, Serra de S. Miguel), que proporcionam pontos de controlo estratégico (dos quais a sede de concelho será o melhor exemplo), mas também pelo alfobre económico que proporciona. Embora seja Estremoz o concelho que apresenta menor rentabilidade no aproveitamento das reservas de mármore (dado o elevado grau de fracturação a que o mesmo se encontra sujeito<sup>515</sup>), é neste espaço que a dominância e extensão é maior em termos percentuais, percorrendo-o em direcção noroeste/sudeste em praticamente toda a superfície. Todavia, a litologia estremocense é variada e marcada por uma assinalável heterogeneidade. Frequentemente ocorrem áreas xistosas, por vezes acidentadas, provocando uma paisagem desértica, inóspita, irregular e árida, onde apenas a esteva irrompe. Na freguesia de Veiros o trânsito

---

515 Abreu & Corte Real, 1994: 3/12.

é difícil, com os rios correndo encaixados em vales de cotas muito marcadas. Temos um corredor que se prolonga por S. Bento do Ameixial até às faldas da Serra d'Ossa. Mas rapidamente a paisagem transforma-se e entramos em pene-planícies graníticas, como acontece na fronteira norte, junto ao concelho de Monforte, onde os solos são fáceis de trabalhar. Para oeste encontramos uma extensa planície que, com pontuais interrupções, se estende até Vimieiro, com considerável amplitude visual. Em todas as direcções os solos são magros e delgados, propícios para o plantio da vinha que actualmente concede reputação mundial a Estremoz, mas genericamente de pouca aptidão para produções agrícolas intensivas. A impressão geral, contudo, é dominada pelo substrato calcáreo: na maior parte da paisagem predomina um tipo de solo argiloso, que se torna muito enlameado com as primeiras chuvas, dado o seu carácter barrento, e que frequentemente apresenta uma fina espessura, deixando os afloramentos irromperem à superfície. Na freguesia de Arcos, por exemplo, os calcários criam uma paisagem pedregosa, condicionando a prática agrícola. Os solos são de tipo delgado pardo ou delgado vermelho, sendo a espessura arável reduzida, apenas se ampliando em áreas de deposição que, no entanto, não ocorrem frequentemente, pois o relevo é genericamente aplanado. Desta forma, não ocorre transporte sedimentar, pelo que a paisagem apresenta-se pontuada de afloramentos brancos ou amarelados. Este é um quadro natural pouco propício para a agricultura extensiva, pois o terreno torna-se difícil de trabalhar, muito rochoso em geral e variável ao longo do ano, oscilando entre a secura extrema, fracturante, e o toque barrento e pesado. Em contrapartida, é nestas reservas de argila que ao longo dos tempos se colheu a matéria-prima para a elaboração dos conhecidos “Barros de Estremoz”, com produções cerâmicas muito específicas mas também características pela sua qualidade.

A prática agrícola ocorre de modo mais favorável nos terraços fluviais, ou nos patamares extensos criados pelos cursos de água que correm em zonas desafogadas. Aqui, em aluviossilos com desenvolvimento, combina-se a agricultura de sequeiro, nas cotas mais elevadas, com a prática hortícola ou horto-frutícola, sendo as produções locais de reputada fama<sup>516</sup>. Em alguns casos, os pomares ou olivais estendem-se pela paisagem e invadem as zonas de solos xistosos menos propícios. Ao contrário de outros concelhos, raramente encontramos o montado de sobro, sobretudo na mancha ocidental. Dadas as condições de drenagem (exceptuando talvez a freguesia de Veiros, já referida), a água acaba por se infiltrar por entre as porosidades calcáreas, motivando

---

516 “Não há parte do Reyno a onde as Hortaliças sejam mais crecidas, e saborozas. As couves Murcianas de dilicado Gosto, chegão a pezar vinte arrates; e os Repolhos dezaseis arrates, os Nabos chegão a este pezo. As Sinouras, Rabanos, Batarrabas são muito grossos, e tenros, particularmente em Estremoz [...] Colhe frutas saborozas, tanto de Pivide como de Carouso. Laranjas; Limas, Limoens; Pecegos, Damascos, Alperches, Peras, Masãas, Romãas, Marmellos; e Gamboas. As Ginjas Garrafais, e Sereijas de Estremoz, e Borba [...]” (Fonseca, 2003: 125).

a formação de extensos lençóis freáticos. Em anos de maior estio, contudo, a situação torna-se mais delicada. Mas a rede hidrográfica é marcada pela presença de alguns grandes cursos de água, embora o concelho não tenha um rio marcante ou que sirva como elemento estruturante. A sul destaca-se a ribeira de Tera, correndo no sopé dos contrafortes da Serra d'Ossa, um curso de água bravio e que levanta dificuldades à sua transposição. Para norte, será de realçar a ribeira de Ana Loura que corre mais espraçada (se exceptuarmos o traçado entre as fragas xistosas de Veiros), e que assume um papel fundamental na economia dos terrenos por onde circula, proporcionando a prática hortícola. Ao longo do seu curso encontramos uma multitude de engenhos de água (em especial em S. Bento e S. Domingos), que demonstra como o seu papel foi fundamental na infra-estruturação económica. Embora não existam grandes cursos de água, o concelho está pontuado por recursos estratégicos, possibilitados pela porosidade do subsolo geológico. A ocorrência de poços e de reservas de água é abundante, escasseando apenas onde encontramos substratos xistosos (criando maior aridez, como ao longo da “Estrada das Tetas” ou na zona de Veiros) ou de granitos e gnaisses (como a norte de Orada, por exemplo).

Se as produções horto-frutícolas gozam de merecida fama, contudo, o grande produto local é o mármore. Elemento estruturante para a dinâmica do concelho, é explorado no anticlinal de Estremoz, que ocupa sobretudo a franja sudeste. Aparte os recursos proporcionados pelos mármore, o substrato não é rico em jazidas mineiras. Destaca-se contudo o caso das Minas da Mostardeira<sup>517</sup>, com ocorrências de pirite arsenical e cuja laboração atingiu grande expressão, tendo deixado um monumental património industrial<sup>518</sup>. Quanto às ocorrências de ouro de aluvião, não foram confirmadas<sup>519</sup>.

Desde sempre terra de passagem para o trânsito que circula entre a capital e a fronteira de Badajoz, Estremoz foi sede de uma assinalável elite cultural que, desde o século XIX, se interessou pelas suas tradições e património. De forma algo paradoxal, todavia, este movimento nunca se articulou em torno do seu legado arqueológico, ainda hoje sub-aproveitado. No território estremocense decorreram duas grandes intervenções, ambas por iniciativa do Museu Nacional de Arqueologia: em 1915/1916 por Luís Chaves na *villa* de Santa Vitória do Ameixial, com resultados publicados muito *a posteriori*<sup>520</sup>; e

---

517 Cujá exploração se iniciou por alvará de 7/8/1862, sendo uma das mais antigas do país no carácter industrial da laboração (Abreu & Corte Real, 1994: 4/12).

518 Realizei várias prospecções na envolvente procurando vestígios de laboração romana, mas sem resultados.

519 “No Ribeiro de S. Braz, junto da villa de Evora Monte, se achão no tempo do Inverno, folhetas e grãos de ouro de vinte e quatro quilates, que os curiosos vendem aos ourives de Estremoz, do que sou testemunha ocular.” (Fonseca, 2003: 127).

520 Notícias em pequenos artigos (Chaves, 1922; 1932; 1936); descrição de resultados apenas em 1956.

em 1934 no conjunto funerário de Silveirona, envolvendo meios inusuais para a época<sup>521</sup> mas que inexplicavelmente permaneceram no limbo até uma recente abordagem que sistematizou os dados<sup>522</sup>. O dado mais curioso, porém, é que este fenómeno de intervenções centrais, que não reverteram para o conhecimento local, foi vigorosamente agitado pela imprensa da época, que censurou a falta de mais-valias para a sociedade local<sup>523</sup>. Mais tarde, este alheamento geral voltará a ser lamentado<sup>524</sup>. Ou seja, o que poderia, em dois momentos, funcionar como detonador para o melhor conhecimento do passado de um território, acabou por não deixar quaisquer frutos, quer entre a comunidade, quer no interesse que outros pudessem ter pelo património estremocense. Sede de concelho, pólo económico, local incontornável de passagem e berço de uma activa elite e imprensa regional, Estremoz nunca conseguiu potenciar esses factos para criar uma dinâmica sustentada de investigação. As intervenções aqui ocorridas sucederam-se ao sabor de achados fortuitos ou de contingências, não sendo sequer possível detectar uma tendência que congregue os factos ocorridos. Aparte as intervenções já referidas, que geraram um sobressalto, mas que não ganharam qualquer continuidade, os restantes trabalhos foram esporádicos e

---

521 As célebres fotografias aéreas, pela primeira vez utilizadas na Arqueologia portuguesa mas nunca encontradas (Cunha, 2008: 28).

522 Cunha 2008.

523 Autor não identificado, *Brados do Alentejo* de 19-08-934, nº 186, p. 1: “Não sabemos se estão ou não dadas por findas as escavações do "cemitério romano visigótico" da herdade de Silveirona neste concelho. Apenas tivemos conhecimento de que se suspenderam os trabalhos [*sic*] por ausência do arqueólogo que dirigia a investigação, dr. Manuel Heleno. Também sabemos que os preciosos achados foram dar "valiosa matéria para o Museu Etnográfico de Lisboa", a enriquecer a capital - "sorvedoiro da Nação" - como muito bem disse Joaquim Câmara Manuel no seu artigo - "Património artístico do Alentejo" - em *Brados do Alentejo* de 22 de Julho, próximo passado, insurgindo-se contra as absorções centralizadoras [...]. Ora! E quem sabe? Talvez tenhamos razão perante certos indiferentismos municipais que costumamos por aí ver! Mas, perguntamos: - Acabaram-se as escavações do Cemitério romano visigótico e deixar-se-há este abandonado sem respeito pelo seu significado arqueológico local e sem consideração pelos que ali supuzeram ter o seu descanso eterno? Ao menos, uma vedaçãozinha decorosa, para conservar o que não foi possível levantar-se. E até em respeito pelos mortos....” Também no mesmo jornal [s.a.] de 06-09-1964, nº 1732, p. 2,5 e 7: “A área da freguesia, em 1934, fez convergir sobre ela as atenções mundiais. A arqueologia e a antropologia agitaram-se e com certa razão. A descoberta do acaso na Silveirona dum cemitério identificado depois como Romano-Visigodo não era para menos agitação e interesse: achado raro, de importância incalculável para o estudo do homem e destes povos, sobretudo dos godos. Situarão-no no Século VI, antes de Cristo [*sic*], com a bonita idade de 1400 anos. Achados de alto valor, peças preciosas que poderiam ter sido aproveitadas para o enriquecimento do património artístico e histórico do concelho e que lamentavelmente se deixou sair de Estremoz para enriquecer os museus de Lisboa. Esqueletos, vasos de barro, luzernas [*sic*], objectos artísticos, lanças, material que poderia servir para um centro de estudos aqui localizado. Ao lado do cemitério, havia vestígios de uma povoação e identificou-se um lagar.” Registe-se ainda o conjunto de “lindas cantigas” e de poemas reproduzidos em Cunha, 2008: 125-128. Para estas e outras menções ver também pp. 28-29 e referências bibliográficas na p. 240.

524 Crespo, 1950.



nunca divulgados: as escavações de Gustavo Marques na década de sessenta do século XX são noticiadas<sup>525</sup> mas não conhecidas; e os recentes projectos de trabalho não foram concretizados<sup>526</sup>. O aro estremocense permanece, no que toca à investigação do seu passado romano, largamente por conhecer.

## Sítios e comentários

### 09.01. Herdade da Guardaria

CMP 398 / CNS 5686 / N 38° 58' 19.2" / 7° 29' 22.2" / Terreno / *Villa* (?)

Local onde foi recolhida uma inscrição funerária em mármore branco de Estremoz de *Lucius Marcus Caprarius*, da tribo *Papiria*<sup>527</sup>, e certamente existiria uma estrutura de tipo mausoléu, dada a relevância do defunto. Sendo assim, estaria junto a um itinerário viário de grande importância que transita próximo. Um sítio foi identificado em recente estudo de impacto ambiental<sup>528</sup>, defronte do anterior, embora separado pelo actual traçado viário, que aliás parece tê-lo rasurado em larga fatia. Os dados de terreno não são explícitos, apontando-se “uma grande mancha de dispersão de materiais, identificados como fragmentos de cerâmica doméstica comum, cerâmica de construção e de armazenamento. Não foi descurtinada [*sic*] quaisquer construção [*sic*] antiga ou alguma pedra aparelhada.”<sup>529</sup>

### 09.02. Teixeira

CMP 411 / N 38° 56' 36.8" / 7° 35' 18.9" / Topónimo / Necrópole

Uma inscrição funerária denunciando a existência de uma necrópole<sup>530</sup>. O local foi percorrido sem que nada tenha sido observado<sup>531</sup>.

### 09.03. S. Bento do Cortiço

CMP 411 / CNS 5682 / N 38° 55' 49.2" / 7° 34' 49.5" / Topónimo / Necrópole

A referência conjunta esconde vários pontos onde foram exumadas sepulturas, em intervenções dirigidas por Manuel Heleno. Infelizmente, a

---

525 Referências a trabalhos em vários pontos do concelho, incluindo Santa Vitória do Ameixial, mas sem produção escrita.

526 Em especial os projectos de Carta Arqueológica conduzido por Patrícia Ascensão, e de sondagens arqueológicas em Tanque dos Mouros por Adélia Garcia.

527 IRCP nº 461, mencionado como “Herdade da Granaria”; notícia da identificação em Alves Dias, 1983.

528 EIA Barragem de Veiros: Processo IPA 2002/1(502).

529 *Endovelico*.

530 Alves Dias, 1986.

531 Noto contudo que uma informação oral confirmou o achado de sepulturas, aquando de lavras, designando-as de “caixas de pedra”.

maior parte dos microtopónimos perdeu-se. A menção surge em artigo do próprio<sup>532</sup>, onde se indica que “Também explorámos os cemitérios romanos de Estremoz da Herdade da Silveirona, Monte da Boa-Vista e de S. Bento do Cortiço;” mas a lista (supostamente) exaustiva das intervenções está em artigo de Saavedra Machado<sup>533</sup>, onde se enumeram as “investigações arqueológicas”, “Em várias estações romanas, nos arredores de Estremoz:

- Monte da Boa Vista
- Eira do Madruga
- S. Bento do Cortiço
- «Villa» da Coelha
- Malpique<sup>534</sup>
- S. Lourenço
- Mourinhos
- Cerca
- St.º Estevão
- Freixeirinha”.

A consulta dos cadernos do campo do antigo Director da instituição também não foi esclarecedora: em escrita telegráfica, mencionam-se 21 sepulturas de inumação, quase todas sem espólio, no cemitério que fica situado junto ao Monte da Boa Vista, a cerca de 150 m da igreja da aldeia de S. Bento do Cortiço para o lado do sul, “quer na frente do mesmo, quer na eira, aonde vi várias.<sup>535</sup> Terão sido escavadas em Outubro de 1934, aproveitando os trabalhadores ocupados em Silveirona. No mesmo local, em Barreiros<sup>536</sup>, “Existem aqui sepulturas com lajes laterais e nas cabeceiras e com cerâmica”, mencionando-se ainda que “Na herdade da Amieira apareceu um vaso com ossos e na Cacharroeira, que fica junto, apareceram muitos”, sem mais especificações.<sup>537</sup> De qualquer modo, existe espólio numismático, depositado no Museu Nacional de Arqueologia, atribuído a “S. Bento do Cortiço”<sup>538</sup>. Em resumo, a situação é confusa, pois mais do que perante uma necrópole, teremos diversos contextos funerários, possivelmente de várias épocas e também desconectados no espaço. A imprecisão das informações e a ausência de um

---

532 Heleno, 1956a: 231.

533 Machado, 1964: 112-113.

534 Não se conhece nenhum Malpique na zona. Todavia, nas proximidades de S. Bento do Ameixial (CMP 425) está a Horta do Malpique. Se acaso for este, o raio de exploração teria sido substancialmente superior.

535 Reproduzido em Rocha, 2005: 267.

536 Na extremidade oeste da aldeia.

537 Cadernos M. Heleno – Cemitério romano da Boa Vista – Out. 1934 (S. Bento do Cortiço – Estremoz), depositados no MNA.

538 No MNA tem o número de registo 2702.

caderno de campo com informação impedem a correcta avaliação da situação, também não sendo indicado um qualquer ponto de povoamento relacionado com estes ambientes sepulcrais.

*Outras referências: RP 6/204.*

#### **09.04. Santo Estêvão**

CMP 411 / CNS 5683 / N 38° 55' 07.8" / 7° 35' 47.6" / Terreno / *Villa*

Como em outros pontos do concelho de Estremoz, torna-se complexa a tarefa de atribuir as peças e as referências aos sítios em concreto. Saavedra Machado<sup>539</sup> menciona as “investigações arqueológicas” de Heleno, empregando um termo dúbio, que não esclarece se estaremos perante escavações, visitas a sítios ou deslocações para angariação de peças. A Santo Estêvão é atribuída uma peça rara e enigmática, pois trata-se de um baixo-relevo paleocristão figurando um cavaleiro com panejamento; no entanto, Túlio Espanca refere que “a placa votiva, de mármore, hoje recolhida em Estremoz e que, durante anos esteve depositada na ermida de S. Romão, situada na vizinha freguesia de S. Lourenço de Mamporcão, poderia ter sido descoberta nesta mesma estação paleo-cristã”, ou seja Silveirona<sup>540</sup>. Todavia, em RP 6/205 a peça surge atribuída a Santo Estêvão: “Vestígios romanos não especificados. Um baixo-relevo talvez paleocristão.”

Embora nenhum autor as refira, certas são as evidências que existem no local, mesmo atrás do templo cristão, em plataforma extensa que separa o edifício do curso da ribeira. Um sítio com quase um hectare, apresentando uma mancha abundante de cerâmica de construção (imbrices, alguns com digitações, tegulas, tijoleiras, incluindo uma com marcas de *caliga*), fragmentos de bojos de ânforas, cerâmica comum e um bordo de *terra sigillata* hispânica (Dragendorff 37). Pelos indicadores e quadro de implantação fisiográfica, a proposta de *villa* parece plausível, com um relevante recobrimento por um templo cristão, sede de freguesia isolada no campo. Note-se ainda que, junto à igreja, uma crista pronunciada do afloramento poderá ter sido objecto de cultos litolátricos.

#### **09.05. Santa Vitória do Ameixial**

CMP 411 / CNS 11238 / N 38° 53' 59.5" / 7° 40' 37.1" / Terreno / *Villa*

Pelos dados disponíveis tratar-se-ia de um modelo de *villa* raro, com indicadores de carácter sumptuário que a tornariam certamente em um dos mais

---

539 Machado, 1964: 113.

540 Espanca, 1975: 222, nota 1; na p.250, sobre a Ermida de Santa Cruz (hoje designada de S. Romão São Lourenço de Mamporcão): “No edifício se guardou longos anos, de proveniência locativa, mas desconhecida, uma bela placa votiva, de mármore branco, rectangular, infelizmente incompleta, representando um sacerdote praticando o sacrificio ritual pagão num cerdo. Baixo-relevo romano das primeiras centúrias do Cristianismo, mede: alt. 50 x larg. 48cm.”. A placa surge representada no vol. II, est. 31.

absolutos exemplares da *villa* de *otium* clássica. Infelizmente, o crescimento do núcleo urbano, a fortíssima erosão, o rompimento de uma estrada e, nos últimos tempos, o alheamento a que está votado, fazem com que seja um recurso patrimonial – o segundo classificado como Monumento Nacional na região em estudo, a par de Torre de Palma – completamente subaproveitado, sem resultados publicados e, na sua essência, difícil de compreender e de caracterizar. Os dados estão muito soltos, pelo que convém tentar uma leitura de conjunto, regressando às primeiras notícias por forma a ordenar a informação disponível.

As primeiras referências ao local são muito antigas, sendo localmente bem conhecidas as materialidades romanas. Nas *Memórias Paroquiais* de 1758 lê-se:

“42. De Ameixial (Alemtejo)

«Da igreja para a parte do Occidente e Norte, no mais alto sitio, se conserva ainda hum pedaço de parede fortissima, a que chamão Torrião, em altura de vinte palmos, e mais de cinco de grossura, que mostra ser hobreira de porta, que teria huma vara de largura, e de algum grande edificio, e dão a entender (como tambem corrobora este sentir as muitas pedras soltas, e espalhadas, que por alli se vem, alem das que se tem já aproveitado os moradores para as suas casas) haver alli nos tempos antigos povoação, ou ser palacio de algum grande personagem; porem disto não ha memoria ou tradição: ainda que o vulgo diz ser povoação *de Mouros*, que talvez por isso a fonte, que está no baixo se chame *da Moura*. Existe mais hum, que parece foy lago, ou tanque de parede fortissima com espigão por cima, com dez palmos de altura, e dous e meyo de largura, e noventa por lado em quadro ao comprimento; e junto a este está outro mais pequeno demolido: e entre a Igreja, e Torrião, outros dous alicesses de canos, e arquetas tudo destruido, por onde parece lhe vinha agua das fontes da Granja, e Ruivinos, o que só poderia ser por aqueductos de arcos, de que não ha vestigios.» (Tomo I, pag. 440).<sup>541</sup>”

Aqui surge a menção à “Torre”, a dois tanques, um deles de grandes dimensões, a canalizações e aqueduto (“arquetas”), indicando a monumentalidade, fortíssima construção e o papel fundamental que a circulação hídrica teria no local. Quase idêntica é a descrição de Henriques da Silveira:

“6. O Templo Parrochial foi idificado na Herdade dos Machadinhos, e a tiro de Mosquete, sobre huma pequena collina se descobrem vestigios de Povoação antiga, que julgo haver sido do tempo dos Romanos, achão-se ladrilhos de desuzada grandeza, restos de hum aqueducto, lágos para recolher as ágoas. Hum destes tem noventa palmos de comprido, dez palmos de altura, e com parede de dois palmos e meyo de largura de materia soledíssima, e dois lágos mais pequenos, que estão quaze demolidos.

7. No sitio mais elevado havia huma Torre meya demolida, a qual os camponeses desfizerão no anno de 1750, para empregarem a pedra nas obras da rezidencia do Parrocho. Por todo o sitio em roda tem descobrido os Lavradores

---

541 Figueiredo, 1895: 318-319

muitas sepulturas e medalhas do tempo dos Romanos, sendo as mais modernas do Imperador Theodozio.

8. No anno de 1778 mandou o Doutor Constantino da Silva Zagallo, Senhor da dita Herdade fazer huma pequena excavação, e nella descobriu huma meya coluna de marmore branco, huma casa de banho, e no anno de 1797 descobriu o lavrador hum idificio subterraneo, com muitos arcos formados de ladrilho cuja grossura era de hum palmo, e os pegoens tão chegados huns aos outros, que só podiam dar passagem a hum homem. O tempo poderá descobrir algumas couzas mais importantes, e talvez o nome da povoação.”<sup>542</sup>

As descobertas continuam a fazer-se durante os séculos XVIII e XIX, assistindo-se à progressiva depredação dos indicadores, como o citado “Torrião”, desmantelado durante esse período. Contudo irá captar a atenção de José Leite de Vasconcellos, que em 1916 menciona “Objectos obtidos: [...] um colunelo de mármore, e moedas de cobre do século IV, tudo proveniente do local do mosaico lusitano-romano de Santa Vitória do Ameixial [...]”.<sup>543</sup> Por esta altura já se tinham iniciado as escavações arqueológicas no local, a cargo de Luís Chaves (1914-1915), mas na prática dirigidas por Manuel Pedro Madeira<sup>544</sup>. Será Chaves o responsável pela publicação dos resultados, em extenso artigo que, para a época e considerando o panorama português, se pode considerar modelar no tratamento da informação recolhida e na descrição de estruturas e espaços identificados em escavação. Os resultados são publicados bastante *a posteriori*<sup>545</sup>, mas o artigo central é uma extensa descrição dos principais resultados<sup>546</sup>. O texto está escrito em tom superlativo, enfatizando os espectaculares resultados, sendo a pedra de toque o conjunto musivo, então considerado como “o mais rico de Portugal”<sup>547</sup> e exposto em posição central no percurso expositivo criado no Museu Nacional de Arqueologia. O artigo salienta devidamente a implantação espacial privilegiada do local, que aproveita uma pequena plataforma para desfrutar de um panorama majestoso, em especial para sul e oeste. O conjunto edificado é descrito de modo desequilibrado, com natural pormenor na área termal e da casa do patamar superior (com os mosaicos em destaque), e menor riqueza de conteúdos informativos nas áreas restantes. Indica-se, a sudoeste da casa, “um cemitério de inumação”<sup>548</sup>. E no

---

542 Fonseca, 2003: 194.

543 1916a: 162.

544 Cujas cartas enviadas ao Director do Museu se encontram guardadas no Epistolário José Leite de Vasconcellos depositado na mesma instituição (correspondente nº 1919). Infelizmente, o conteúdo das mesmas não adianta informações sobre o decorrer dos trabalhos e os resultados das escavações. Luís Chaves menciona esta situação em 1956: 77, nota 1.

545 Chaves, 1922: 83-92; 1932: 250-255; 1945: 157-160.

546 1956: 14-117.

547 1938: 18.

548 No “monte” das Discorreias”, onde o autor procedeu a “pesquisas”, encontrando sepulturas de inumação em caixas de xisto, com o espólio que em seguida se menciona.

sopé da vertente oposta encontrei vestígios de templo, com capitéis, colunas, uma inscrição, talvez simples *aediculum*.<sup>549</sup> O primeiro estava “Num outeiro, junto de Santa-Vitória, aí a duas centenas de metros da *villa*, era o cemitério dos escravos, onde se abriam os túmulos de teolos grandes, cobertos de laje. Eram inhumados e sem adornos os despojos: uma ou outra conta que traziam ao pescoço, e ao lado a tenaz, o martelo ou o sacho, como indícios do ofício; a pobreza do espólio indica bem a vida de opressão dêsse pessoal agrícola.<sup>550</sup> Todavia, destas “investigações” não ficou qualquer descrição.

Nas décadas seguintes, o local permaneceu ao abandono, com a contínua progressão do núcleo urbano para a área edificada, e os habituais fenómenos de destruição e depredação que, inclusivamente, levaram a que parte das evidências identificadas por Chaves se viessem a perder. Em data indeterminada, mas na década de sessenta, Gustavo Marques realizou trabalhos no local, deles não ficando qualquer registo. Os trabalhos serão retomados em 1970 por José Luís de Matos, que procede à abertura de várias “valas de diagnóstico” que permitirão ampliar um pouco o leque de conhecimentos – por exemplo, com a identificação de pilares de um aqueduto – mas que não permitem uma suficiente leitura em planta, dada a opção metodológica escolhida. Uma das valas acompanhou o corredor de acesso ao peristilo, e a outra, perpendicular, seguiu em toda a linha da encosta em direcção às termas. Em 1986, uma equipa dirigida por Amélia Canilho realiza uma limpeza intensiva em toda a área até então escavada, aproveitando também para realizar escavações pontuais em zonas que exigiam atenção imediata. É neste relatório que encontramos uma leitura de conjunto do edificado e algumas considerações crono-funcionais de grande utilidade para o melhor entendimento deste sítio arqueológico. Finalmente, entre 1996 e 1997 as empresas *Arkhaios* e *Era-Arqueologia* realizam trabalhos pontuais de limpeza, valorização e sondagens de minimização em diversos pontos, destacando-se uma intervenção mais ampla na área onde se projectava a construção do centro interpretativo e que foi posteriormente publicada.<sup>551</sup>

No terreno, começemos a descrição pelo topo da pequena elevação. Os resultados centraram-se em dois âmbitos: espaços interiores e áreas de circulação. Esta zona terá sido muito afectada por diversos factores destrutivos, o que infelizmente impossibilitou a leitura planimétrica do edificado, inviabilizando a análise da que poderia ser uma das mais complexas e requintadas plantas de *villae* da região. Na parte residencial (o designado Sector A), foram escavadas salas articuladas ao longo de um peristilo (com cerca de 15 metros de lado, e de planta aparentemente quadrada) com um

---

549 Chaves, 1956: 21. Ver também p. 89.

550 1956: 28, considerações plenamente inseridas no quadro conceptual da *villa* esclavagista, em leitura rigorosa do paradigma catoniano.

551 Gomes, Macedo & Brazuna, 2001.

tanque central. Nos trabalhos realizados em 1986 ficou claro que “o tanque foi sujeito a alterações. Numa primeira fase teria maiores dimensões, sendo posteriormente parte do seu extremo sul enchido com terra e fragmentos de telha e tijolo que reduziu o seu extremo cónico de 1,5m. A presença de argamassa de assentamento do mosaico cobrindo o canto sudoeste do tanque e projectando-se 0.10m para além do limite do tanque a sul, indica que o mosaico foi colocado aquando das alterações do tanque de que provavelmente foi a causa.”<sup>552</sup> Também o mosaico evidenciava sinais de restauro com outras tesselas e *opus signinum*, portanto, efectuado em época tardia. Em 1997 foi identificada uma “área das cozinhas” na “ala nordeste do peristilo” que se apresentou “constituída por três compartimentos geminados”<sup>553</sup>, um deles com inequívocos sinais de utilização como espaço de confecção de alimentos. Os indicadores de consumo sumptuário foram também testemunhados<sup>554</sup>. Nesta área ficaram ainda evidentes as reformulações do espaço, com a utilização de diversos sistemas construtivos, e o que poderia ser “uma escadaria de acesso a um piso superior”<sup>555</sup>. Do lado oposto verificou-se um hipocausto na ala noroeste do peristilo, possivelmente para aquecimento de um compartimento, no que poderá constituir mais um indicador dos elevados níveis de conforto que o edificado apresentava. Também aqui foi registado um grande corredor de acesso ao peristilo<sup>556</sup>, revestido a mosaico com motivos geométricos, na continuação do tanque. “Para Leste projecta-se um pequeno corredor (4,5m x 2,20m) pavimentado a *opus signinum* grosseiro que termina em três degraus, feitos de grandes blocos de granito. [...] A presença de grande número de tegulas sugeriu, desde o início, que esta zona fora, talvez, um corredor coberto”.<sup>557</sup> Nesta área foi efectuado em 1986 um acerto de corte, permitindo delinear uma sequência estratigráfica com testemunhos de época tardo-antiga: “Ao acertar as paredes norte e leste pôs-se a descoberto imediatamente abaixo da terra vegetal um nível de derrube (L.016) constituído por tegulas e argamassa com maior concentração na parte leste da parede norte. A restante área a oeste (L.018) é provavelmente contemporânea mas possui menor quantidade de materiais. A ocorrência [*sic*] de uma camada de terra estéril (L.015) imediatamente abaixo deste nível de derrube indica que a queda do telhado ocorreu algum tempo após o abandono da área. Sob esta camada encontrámos um nível de

---

552 Amélia Canilho, Relatório da campanha de limpeza de 1986 [dactilografado], p. 4. Processo IGESPAR S-11238.

553 Gomes, Macedo & Brazuna, 2001: 55.

554 Incluindo fauna malacológica como ostras, vieiras, búzio macho e berbigão de bico, indicando a inserção do local nos circuitos de abastecimento (Gomes, Macedo & Brazuna, 2001: 55).

555 Gomes, Macedo & Brazuna, 2001: 57.

556 Designado *ambulacrum* por Chaves, 1956: 86, com extensão preservada (mas não total) de 15,90m.

557 Canilho, 1986: 6.



cinzas (L.014) que se estende por 3 metros novamente com maior concentração para leste da parede norte da vala.”<sup>558</sup> Assim se documentou uma lareira sobre pavimento em terra batida. Em outro corte, a sequência era a seguinte: “De acordo com a evidência, esta área serviu para o escoamento da água acumulada no tanque no topo da elevação para Norte, encosta abaixo. Após o abandono destas condutas, ou paralelamente, vários pavimentos, foram construídos e destruídos pelo uso da área para lareiras [onde foi encontrada uma carapaça de tartaruga ou cágado]. Os “restos de cozinha” encontrados associados a objectos como um caldeirão e uma colher de bronze, aparentemente descobertos nesta mesma área em escavações anteriores [...] reforçam a evidência estratigráfica: as camadas de cinza intervaladas com camadas de terra, especialmente bem visíveis no corte leste da vala, indicam o uso repetido da área e também o seu carácter temporário.”<sup>559</sup> Mesmo após a leitura pormenorizada destes dados é complexa a interpretação, mas estaremos perante um indício de “*squatterização*” em época tardia, ou pelo menos de um uso “repetido” mas “temporário” deste espaço que, relembre-se, seria exterior, uma área de passagem entre dois blocos distintos<sup>560</sup>.

Do conjunto termal foi posta a descoberto parte da planta, sem que (mais uma vez) infelizmente pudesse ser obtida uma leitura geral, ficando por confirmar o que parece ser uma das mais originais plantas de balneários na área. “Bastante atrevida en la comunicaci3n de los espacios”<sup>561</sup>, é sobretudo conhecido o pavimento do *frigidarium*, com o notável mosaico representando a passagem de Ulisses diante das sereias descrita na *Odisseia* de Homero. O dado mais curioso, contudo, parece ser a coabitação no mesmo pavimento da cena com outras representações que, embora frequentes em ambientes deste tipo, raramente aparecem em conjunto, ou seja, “parecem ter sido recolhidos de diversos cartões e reunidos aqui sem ordem ou coerência.”<sup>562</sup> Curioso como em contexto residencial tão requintado e erudito a justaposição de várias cenas que não têm relação entre si assemelha-se a um *pastiche* cuja coerência não é discernível. Digase que o conjunto de materiais recolhidos neste conjunto termal é consentâneo com o ambiente geral da *villa*, com “fragmentos de vidro plano, seguramente pertenecientes a las ventanas del edificio, varios *acri crinales* de hueso, bronce y hierro, una *bull*a de oro, 13 figuras femeninas de hueso y un ladrillo con la marca *VIBULUS* grabada a punta roma”<sup>563</sup>, ou seja, uma diversidade e qualidade de registos verdadeiramente ímpar, a que se juntam, entre outras, a estátua representando

---

558 Canilho, 1986: 7.

559 Canilho, 1986: 9.

560 Para uma descrição da área e realidades estratigráficas ver também Gomes, Macedo & Brazuna, 2001: 59.

561 Reis, 2004: 108, nº 58. A autora procedeu a uma análise exaustiva das plantas de Chaves (pp. 105-108), pelo que me abstenho de repetir informação.

562 RP 6/201. Ver também TIR J-29: 142.

563 Reis, 2004: 108, nº 58.



possivelmente a figura de Inverno reclinado, a conhecida carranca de mármore, ou os frisos parietais marmóreos<sup>564</sup>. Todavia, nenhum conjunto de materiais provenientes das várias escavações foi alguma vez publicado. O requinte decorativo deste núcleo fica evidente, também, pela vultuosa quantidade de fragmentos de estuque pintados com policromia, com padrões “divididos em caixilhos quadrados lisos, ornados de florões e separados por largas faixas”<sup>565</sup>. Também na parte residencial se constatou que grande percentagem das paredes se encontrava revestida com pinturas murais. Entre estes dois conjuntos estariam “terraços descobertos que desceriam o outeiro por degraus e que estariam decorados com plantas e alguns pequenos tanques”<sup>566</sup>. A adequação do edificado ao relevo em encosta obrigou à criação de patamares intermédios (os “terraços” mencionados por Chaves), ladeados por jogos de água, que certamente forneceriam a este ambiente uma fortíssima carga cenográfica de enorme requinte e sumptuosidade. Poderíamos ter uma *villa* de terraços ou patamares, no que seria uma das mais imaginativas soluções em ambientes rurais áulicos da *Lusitania*. As diversas plantas publicadas por Luís Chaves terão de ser revistas, mas em particular a n.º 5<sup>567</sup> evidencia bem a complexidade estrutural do espaço edificado.

Terá também sido intervencionado, de forma muito parcial, um sector muito pequeno da *pars rustica*, mas infelizmente os dados são muito imprecisos, desconhecendo-se ainda o acervo instrumental enumerado por Luís Chaves<sup>568</sup>.

Neste sítio deve destacar-se a intensa utilização do mármore como elemento ostentatório. Em particular sobressai a harmonia desta matéria com os jogos e espaços de água, que assim sabiamente realçariam a pureza e brilho do mármore branco de Estremoz. Vários espaços de contenção de água encontram-se forrados com “grandes chapas de mármore, onde se notava o desgaste da serra a toda a largura”<sup>569</sup>; nas paredes da sala do principal mosaico, placas e frisos forravam o espaço; são bem conhecidos os ornamentos marmóreos que foram utilizados, como as colunas caneladas e com motivos geométricos e as placas decorativas molduradas, com particular relevância para as figurações da flor de lótus, de óbvia influência oriental<sup>570</sup>. O rosto masculino que funcionou como carranca de fonte<sup>571</sup> é um exemplo deste universo decorativo e críptico que só palidamente se entrevê: note-se, por exemplo, que muitas das peças têm vestígios de pigmentação, o que lhes daria um aparato cromático distante da alvura do mármore branco original. Todavia, nem todos os espaços estavam assim guarnecidos; a sala B de Chaves

---

564 Matos, 1995: 35, 114, 120 e 122.

565 Chaves, 1956: 97.

566 Chaves, 1956: leg. Est. III.

567 1956: 75, desdobrável Estampa III.

568 1956: 71-74, materiais enumerados em 74 e em 101-104.

569 Chaves, 1956: 98.

570 Matos, 1995: n.º 122; ver também n.º 120.

571 Matos, 1995: n.º 114; Gonçalves, 2007: n.º 233 (com bibliografia).

“diferia em ter lajes de xisto em vez de mármore”<sup>572</sup>, contrapondo o negro azulado dessa rocha. Como peça decorativa chegou até nós uma figuração, possivelmente do Inverno, que faria parte de um quadro mais amplo, temático e repleto de conteúdos, ressaltando da peça a utilização do mármore local com “má qualidade” no talhe e precisão escultórica<sup>573</sup>.

Do local conhecem-se ainda um total de 3500 moedas, não se sabendo se com algum contexto de entesouramento ou em numerário isolado<sup>574</sup>. De qualquer modo, evidencia-se assim a plena inserção do sítio nas correntes de circulação monetária. A cultura material conhecida – praticamente apenas a recolhida na intervenção de 1997 – aponta para um ambiente de elevado requinte e capacidade aquisitiva: são várias as jóias e objectos de adorno, incluindo anéis em bronze, um brinco em ouro, alfinetes de cabelo e contas de colar (o que, tendo em conta os contextos intervencionados, é significativo)<sup>575</sup>. Outro elemento notável, até por se tratar de um tipo de elementos mal conhecidos na região, reside na recolha de um conjunto de baixela e vasos em bronze. Neste conjunto destacam-se ainda elementos relacionados com ambientes lúdicos<sup>576</sup> e um eventual instrumento musical<sup>577</sup>. Dentro deste ambiente áulico chama a atenção a recolha da única peça epigráfica do local, um bloco calcário com a inscrição “*Bono reip(ublica) | natu*”<sup>578</sup>, dedicatória muito característica dos conturbados tempos do século IV. Um dos elementos mais interessantes trazido pela escavação de 1997 reside na recolha de diversos fragmentos de terra sigillata itálica, denunciando um contexto precoce de ocupação. Inclui-se um fragmento de Goudineau 7 (c. 30 a.C.), cuja cronologia obviamente não deverá ser lida à letra, mas que, conjugada com os dados da cerâmica de paredes finas, mostram como nos finais dos tempos augustanos, ou sob Tibério, se inicia uma vivência duradoura<sup>579</sup>. De acordo com os mesmos dados, a permanência no local verificou-se até inícios do século VI<sup>580</sup>.

---

572 Chaves, 1956: 99.

573 Matos, 1995: n° 35; Gonçalves, 2007: n° 129 (com bibliografia).

574 Catálogo/Relatório do estudo numismático do tesouro de Santa Vitória do Ameixial. Milagro Sienes Hernando, Coimbra, 1996 [policopiado], constante do Processo IGESPAR S-11238. A listagem contém sobretudo espécies maioritárias da segunda metade do séc. IV; praticamente não há exemplares anteriores, o que, dada a ausência de comentários, inviabiliza a leitura do seu contexto de recolha.

575 Gomes, Macedo & Brazuna, 2001: 59. Os materiais recolhidos por Chaves são mencionados nas pp. 104-106, incluindo uma *bullae* de ouro, um relevante indicador de *status*.

576 Malhas e fichas de jogo, incluindo um tabuleiro. Uma apresenta um grafito representando um cavalo com arreios (Gomes, Macedo & Brazuna, 2001: 65). Chaves menciona uma ficha em marfim (1938: 108).

577 Talvez uma ocarina em cerâmica figurando uma cabeça de pássaro (Gomes, Macedo & Brazuna, 2001: 65).

578 Notícia em Chaves, 1956: 89-90; comentários em Lambrino, 1967: 206-207 e IRCP n° 441.

579 Gomes, Macedo & Brazuna, 2001: 61.

580 Hayes 81 recolhida na área de cozinha: Gomes, Macedo & Brazuna, 2001: 62.

Em resumo, portanto, o que há ainda a acrescentar? Penso que, pelos dados apresentados, ficou claro como Santa Vitória do Ameixial é uma das *villae* do Alto Alentejo que apresenta mais elevados índices de requinte, quer na planta arquitectónica e repartição dos espaços, quer na cultura material. Uma *villa* de *otium* em que pelo menos um dos proprietários foi uma figura de alto prestígio e capacidade aquisitiva, capaz de materializar um sítio onde os conceitos da fruição rústica foram consubstanciados em ambiente extraordinariamente propício.

*Outras referências: Chavarría Arnau, 2007: 270; Mourão, 2008: 80-90.*

### 09.06. Monte da Coelha

CMP 411 / N 38° 53' 36.6" / 7° 36' 28.1" / Topónimo / *Villa*

Ponto de povoamento sondado pelas equipas que procederam às escavações em Silveirona, e só recentemente trazido à luz pela investigação sistemática da colecção depositada no MNA<sup>581</sup>. O universo de dúvidas deixou numerosas *zonas de sombra*, ficando por saber, por exemplo, que tipo de realidades arqueológicas foram identificadas. O sítio apontado – onde hoje se encontra o edificado – tem as características de implantação propícias para uma *villa*, com ampla exposição solar, voltada a este e a sul, dispondo de bons solos e de duas linhas de água que a rodeiam (uma hoje represada, situação que também seria possível na época). Aparentemente, as escavações decorreram em duas áreas funcionais: “Em Outubro do mesmo ano, Manuel Heleno mandou fazer uma sondagem no actual Monte da Coelha, perto de Silveirona (Anexo 1, fig. 5), onde “encontraram os alicerces duma grande casa de habitação” (Anexo 2, Cad. n.º 8) com pavimentos de mosaicos, a que ele chamou a “villa da Coelha”<sup>582</sup>. “Numa sondagem que mandei fazer em Outubro de 1934 encontraram os alicerces duma grande casa de habitação. Numa das divisões que se abria para o lado de SW havia um mosaico infelizmente já em grande parte destruído. Contudo, ainda foi possível observar alguns fragmentos. Um deles de tipo opus tecelatum era constituído por pedras brancas, pretas e vermelhas. O fundo branco era rodeado por uma cercadura de linhas pretas ornamentadas por uma espécie de SS [S invertido] em preto, amarelo e vermelho (Anexo 2, fig. 85). A casa em que se encontra este fragmento (e talvez haja mais pois não foi possível escavá-la toda) mede de comprimento 5 m e de larg. 4 m. A par desta divisão havia outra, ligada ainda a outras, o que mostra a importância da habitação. O cemitério visigótico fica-lhe a poente a 200 m de distância e o romano a Sul a 100 m de distância.” (Anexo 2, Cad. n.º 8)<sup>583</sup> Em face destes dados, o contexto poderia ser interpretado como a *pars urbana* de uma *villa*,

581 Cunha, 2004; 2008. Sigo preferencialmente a edição policopiada da tese de mestrado onde se encontra maior informação documental.

582 Cunha, 2004: 10. As citações da autora referem-se ao Cadernos de Manuel Heleno depositados na instituição e reproduzidos em anexo.

583 Cunha, 2004: 19-20.

embora a precariedade informativa não permita uma melhor leitura. De notar que o conjunto artefactual daqui proveniente, e inventariado por Mélanie Wolfram Cunha, é escasso e pouco representativo<sup>584</sup>. No entanto, os elementos arquitectónicos reaproveitados na necrópole visigótica concedem uma pálida imagem do que teria sido uma unidade de povoamento com elevada expressão arquitectónica e sumptuosidade<sup>585</sup>.

Todavia, um outro tipo de contexto foi intervencionado: “Um dos artigos de *Brados de Alentejo* refere ter sido encontrado o “pavimento de um lagar com dois pisos, vendo-se em volta o desgaste do solo feito pelo circular dos escravos que procediam ao esmagamento do fruto” [...] “Uma fotografia mostra uma parte deste mosaico (Anexo 2, fig. 85) e noutra é visível o pavimento de um possível lagar (Anexo 2, fig. 84)<sup>586</sup>. Naturalmente que a menção ao “lagar com dois pisos” é enigmática, parecendo tratar-se de uma divisão com dois níveis topográficos. Desta forma, a segunda “sonda” terá incidido em edifício de carácter produtivo, a *pars rustica* de uma *villa*, embora a interpretação esteja condicionada pelos dados da necrópole, como em seguida se comentará.

### 09.07. Silveirona

CMP 411 / CNS 4916 / N 38° 53' 30.2" / 7° 36' 59.0" / Terreno / Necrópole

Sítio recentemente resgatado do limbo graças a uma minuciosa análise conduzida por Mélanie Wolfram Cunha<sup>587</sup>. Analisando as peças depositadas no MNA, a documentação que repousava em fotografias e cadernos de campo esquecidos, e procedendo a uma cuidada integração crono-cultural dos diversos elementos em jogo, se conseguiu reconstituir o ambiente funerário das várias comunidades que ocuparam este espaço, sem embargo de permanecerem ainda numerosas *zonas de sombra* (resolúveis só com novas escavações metodologicamente rigorosas), e que impedem uma compreensão

---

584 O que no fundo diz mais sobre as prioridades da escavação então realizada, e dos objectivos de recolha artefactual, do que sobre a cultura material da *villa*. Na ficha escrita em Fev. 2003, da autoria de Mélanie Cunha, registo de sítio “Herdade da Coelhoa”, nº 2800 de depósito no MNA, temos os materiais então recolhidos e que deram entrada no museu lisboeta:

2003.32.1. - Um fundo púcaro

2003.32.2. - Um bordo de aba horizontal

2003.32.3. - Um fragmento de bordo

2003.32.4. - “

2003.32.5. - Um bico de ânfora

585 Anexos fotográficos em Cunha, 2008.

586 Cunha, 2004: 10. Novamente faço notar que as referências em texto remetem para os anexos gráficos apresentados pela autora na dissertação original. A notícia de *Brados do Alentejo* acima mencionada é a seguinte: “Na mesma zona, numa pequena elevação cercada de pedras e tijolos soltos descobriu-se igualmente, uns metros abaixo do solo, o pavimento de um lagar de dois pisos, notando-se ainda no pavimento de argamassa de cimento o desgaste provocado pela vida que ali se viveu.” (J. A. C., 07-01-1983, nº 80, 3ª série, p. 8).

587 2008; leitura geral em 2007.

global do que terá ocorrido em um dos mais promissores, e ignorados, sítios arqueológicos da área em análise – ou como a *vida secreta* dos sítios poderá, com a devida persistência e capacidade de trabalho, um dia devolver os seus conteúdos à comunidade científica.

Enumerem-se os dados existentes.

O local já surge referido em antigas notícias: “villa de Estremoz; em cujo termo habitarão os Árabes, como se mostra pelas Sepulturas, que delles se descobrem na Herdade da Coelha”<sup>588</sup>. A escavação decorreu entre Maio e Julho de 1934 no designado “cemitério romano-visigótico”<sup>589</sup> de Silveirona. A posterior análise do espólio e da documentação permitiu separar os conteúdos funerários em um ambiente imperial (“Silveirona I”<sup>590</sup>) e um tardo-antigo (“Silveirona II”). O primeiro universo apresenta severas dificuldades de leitura, por ausência de relação entre as sepulturas e os seus conjuntos funerários. Terão sido intervencionadas oitenta e seis inumações e incinerações<sup>591</sup>, totalizando “pouco mais de cem peças de cerâmica (sobretudo cerâmica comum, alguma *terra sigillata* tardia, cerâmica fina), alguns vidros, peças metálicas (pontas de lança, pregos, cardas, e peças de caixões provavelmente) e moedas.”<sup>592</sup> Desde já se pode comentar que salta à evidência a grande expressão numérica do total de sepulturas, tratando-se de uma comunidade extensa, sendo o conjunto ainda mais significativo se tivermos em consideração que se trata de apenas um período de tumulação (de dois a três séculos, entre oito e dez gerações), ficando a necrópole alto-imperial provavelmente no referido “cimo da Varzinha da Coelha”. Nota-se também a homogeneidade na arquitectura funerária<sup>593</sup> e nos elementos do mobiliário fúnebre, indicando uma marcada coerência ao longo das séries tumulares<sup>594</sup>. Mas estão ausentes os elementos

---

588 Fonseca, 2003: 149; repetido em 193.

589 Cunha, 2008: 27.

590 Note-se a possível existência de um espaço sepulcral anterior, a julgar pelo caderno de campo nº 1 de Heleno: “Na Herdade da Silveirona, alem do Curralinho da Mina aonde estava o cemitério lusitano-romano há outro local ao cimo da Varzinha da Coelha aonde Bernardino Rebola encontrou há anos um cemitério de incineração com tigelas cobertas com tijolos cheias de cinzas e pucarinhos com ossos queimados colocados em fossas circulares abertos propositadamente. Este local e o Curralinho ficam próximos de restos de construções chamados Alto da Mina.” (reproduzido em Cunha, 2008: 37).

591 “Três casos prováveis e dois incertos” (Cunha, 2008: 55) de incinerações, sendo os restantes inumações, apesar de em algumas sepulturas não se terem encontrado vestígios osteológicos – o que, dadas as condições operacionais da intervenção, recorrendo a pessoal não especializado, não será de todo surpreendente. De registar que o cálculo foi obtido decifrando o peculiar sistema de registo de Heleno, o que permitiu ultrapassar a ausência de um caderno de campo, entretanto desaparecido (Cunha, 2008: 50).

592 Cunha, 2008: 50; comentários ao espólio e descrição individual em p. 55-68 e 129-171.

593 Quatro tipologias, mas semelhantes entre si: Cunha, 2008: 52-53.

594 Individualizados cinco tipos de conjuntos (Cunha, 2008: 56-57). Note-se o reduzido número de oferendas por sepultura, não ultrapassando as cinco ocorrências, perfeitamente normal em época baixo-imperial.

de prestígio ou de opulência (mesmo na cerâmica de importação, com apenas quatro peças de *terra sigillata*), o que contrasta com o sucedido em Silveirona II, levantando-se a hipótese de esta ser apenas uma das necrópoles utilizadas. A este respeito, note-se que os proprietários do local – presumivelmente a *villa* em Herdade da Coelhoa – seriam indivíduos de grande relevância social, com um “total grau de romanização”<sup>595</sup>, conforme ficou documentado no conjunto epigráfico recolhido neste local. Deste modo, parece perfeitamente possível que o seu espaço funerário ainda não esteja identificado, e que na necrópole I estejamos perante o sepulcro de *rustici* vinculados às actividades rurais da *villa*, estando o ponto de enterramento dos *domini* em outro local (seguramente o local de proveniência das epígrafes e dos frisos marmóreos reaproveitados em Silveirona II). Deve ser relembado que o estudo não apresenta os conjuntos metálicos, havendo “sete sepulturas [que] continham uma “arma”<sup>596</sup>, sendo estas entendidas, não no contexto guerreiro em sentido estrito, mas “identificando o defunto nas suas actividades de caça ou mesmo como ferramenta de trabalho”<sup>597</sup>. Esta área sepulcral terá funcionado entre meados (ou finais) do século II até ao século V, altura em que se processaria a transferência, o “deslizamento” no dizer da autora<sup>598</sup>, para a necrópole II, embora algumas sepulturas pareçam funcionar como “pontes de transferência” por cruzarem dados dos dois espaços, indicando uma continuidade ininterrupta da presença humana no local<sup>599</sup>.

Quanto a Silveirona II, foram descobertas trinta e cinco sepulturas identificáveis como tal, com uma planta de conjunto desenhada por Francisco Valença<sup>600</sup>. Todavia, não deve ser esquecida a nota de Heleno, a propósito do panorama com que se deparou antes de iniciar a escavação: “Infelizmente o cemitério estava já metade destruído, *remexido*, sem nexo e ordem e só na metade seguinte se poderia fazer escavação sistemática. Apareceram mais de 50 sepulturas, infelizmente nada se pode dizer sobre a forma.”<sup>601</sup> Se considerarmos que “Nas sepulturas havia por vezes 5 crânios, tudo foi destruído”<sup>602</sup>, estaríamos perante um recinto funerário que albergou uma população ainda mais elevada do que na necrópole baixo-imperial (que, como já foi notado, teria um registo de ocorrências excepcional). Este dado é de extrema importância, pois o complexo epigráfico aqui revelado apresenta um lapso de tempo

---

595 Cunha, 2008: 87.

596 Cunha, 2008: 60.

597 Cunha, 2008: 61, com referências.

598 Cunha, 2008: 102.

599 Cunha, 2008: 68.

600 Cunha, 2008: fig. 9.

601 Heleno, Caderno de campo nº 1, reproduzido em Cunha, 2004: 123. A autora estima em “no mínimo, oitenta e cinco sepulturas” as pertencentes a este conjunto.

602 Idem, ibidem. A autora realizou um dedicado estudo dos números mínimos de indivíduos na necrópole conservada, estimando em “pelo menos sessenta e três” o número de sepultados (Cunha, 2008: 74).



muito curto (513-544) de apenas uma geração<sup>603</sup>, o que nos indica que este espaço foi portanto tumultado por uma comunidade extremamente numerosa e (também a julgar pela epigrafia), de elevado estatuto social. A diversidade na arquitectura funerária já é aqui um elemento distintivo (ao contrário do ocorrido na necrópole I), com sepulturas simplesmente abertas no solo, com muros de tijolos, ou de alvenaria composta, com lajes de cutelo, em sarcófagos ou ainda em tipologias mais raras, em total de dez tipos diferentes<sup>604</sup>, com cobertura por lajes ou por epígrafes. Do ponto de vista da implantação, o dado mais interessante consiste na instalação do espaço funerário em ambientes anteriormente utilizados. O grau de percepção do contexto anterior não foi inteiramente conseguido, pela opção de se privilegiar a escavação das sepulturas em lugar de uma intervenção em área, mas a análise de alguns materiais soltos e das estruturas desenhadas por Francisco Valença parece levar a crer na sobreposição a um sector da *pars rustica* (armazéns?) da *villa*: pesos de tear, elementos metálicos (pregos, chocalhos, entre outros), fragmentos de *dolia* e de ânforas, além de outra cerâmica. Desta forma, “são muito provavelmente os núcleos [os alicerces] que atraíam as sepulturas”<sup>605</sup>, ou seja, a escolha dos locais de enterramentos ter-se-á orientado pela existência de testemunhos materiais de uma vivência anterior, criando uma nova centralidade (agora de âmbito funerário). Este espaço pré-existente, ainda não devidamente conhecido, terá sido abandonado em momento indeterminado (inícios ou meados do século IV) até ser reocupado, em função funerária, a partir dos finais do século IV, a julgar pela datação do marco miliário (317 d.C.) e de moedas de Constantino. A orgânica estrutural centra-se em torno de um espaço quase quadrangular, de grossos alicerces e de função indeterminada (a “Estrutura A”), no interior da qual foi encontrado em contexto secundário o referido marco miliário e, imediatamente na parede exterior, a lápide de *Sabinus vir honestus* e os dois sarcófagos (ou seja, as principais sepulturas existentes na necrópole). Para esta estrutura não é possível realizar uma atribuição que confirme a proposta de “templo ou túmulo” feita por Heleno<sup>606</sup>, mas a recolha de colunas indica que este era um espaço monumentalizado e que funcionou como pólo agregador do espaço funerário. A dispersão de sepulturas privilegiadas em seu torno parece indicar tratar-se de um *martyrium* ou de um mausoléu, na continuação de um anterior espaço funerário pagão, embora a proximidade à eventual *pars rustica* não abone a favor desta hipótese. A não ser que, como foi devidamente salientado por Mélanie Wolfram Cunha, todo o conjunto estrutural seja uno e pertença a uma grande basílica rural, como os variados e

---

603 Cunha, 2008: 87.

604 Cunha, 2008: 72-73.

605 Cunha, 2008: 81.

606 Cunha, 2008: 70.

monumentais elementos arquitectónicos parecem permitir supor, explicando-se assim a grande densidade demográfica da necrópole<sup>607</sup>. Neste caso, seria de supor a transformação de uma grande unidade senhorial para um pólo agregador de diversas comunidades em volta, assumindo uma função de *locus sacer* de relevância supra-local que atraiu gentes desejando-se tumular próximo a um marco simbólico de grande relevância.

O espólio funerário é escasso, como habitualmente sucede em necrópoles do século VI. As cerâmicas resumem-se a bilhas e uma urna; os objectos de adorno são mais numerosos e variados, com brincos, um par de argolas e dois anéis, além de fivelas de cinturão, e de uma placa com decoração zoomórfica<sup>608</sup>. As características intrínsecas do espólio e do ambiente funerário levam a que se proponha “uma cultura material com influências germânicas mais do que de uma cultura material visigótica propriamente dita”<sup>609</sup>, na sequência de um ambiente formal e vivencial que evolui a partir de uma “herança romana, todavia nota-se uma presença ténue de influências materiais germânicas”<sup>610</sup>. Deste ponto de vista, a cultura material apresenta evidências cristãs apenas no relevante conjunto epigráfico e na taça com decoração cristológica cujo contexto de recolha não foi (infelizmente) definido<sup>611</sup>, estando ausente na maioria dos conjuntos.

As epígrafes merecem um comentário específico. Por um lado, a plena utilização do mármore demonstra como as actividades de extracção se mantinham, acrescidas do saber-fazer que a decoração vegetalista e o domínio dos protótipos formais evidenciam por parte dos canteiros e gravadores, mesmo que com evoluções distintivas face aos cânones clássicos<sup>612</sup>. Outra chamada de atenção para a presença de *Sabinus*, denominado de *vir honestus*, uma designação que aponta para uma condição social privilegiada, e que conservaria um papel relevante na organização da comunidade, sendo a localização da sua sepultura um elemento de reforço a esta leitura. Outras onomásticas recensadas – *Veranianus*, *Savinianus* – demonstram “a nova antropologia derivada do Cristianismo”<sup>613</sup>, distante do *tria nomina* latino. E por aqui também entrevemos distinções sociais muito marcadas, visíveis desde logo na desigual repartição das sepulturas face ao *centro de poder* que parece ser a Estrutura A. Nesse aspecto, a progressiva complexidade do invólucro sepulcral que testemunhamos na passagem de Silveirona I para Silveirona II, com alguns

---

607 Cunha, 2008: 102.

608 Cunha, 2008: 79-80 e catálogo em 172-189.

609 Cunha, 2008: 80.

610 Cunha, 2007: 461.

611 Taça nº 103 com grafito representando uma iconografia de folha de louro e peixe em Cunha, 2008: 162. Peça muito relevante pois aparentemente trata-se de um fabrico em cerâmica comum imitando os protótipos da taça Hayes 44.

612 Conforme sublinhado em Cunha, 2008: 92.

613 Cunha, 2008: 95.



elementos intermédios, parece mostrar como de uma relativa homogeneização na morte se passa, em momento plenamente cristão, para uma individualização do aparato funerário, em aparente contracorrente com o movimento de nivelação social que associamos ao cristianismo. Quero com isto dizer, usando as palavras da autora, que “Observando por um lado o conjunto funerário de Silveirona I e por outro Silveirona II, aparecem claramente diferenças a nível material que são o reflexo de uma mudança. Silveirona I, pelo menos a primeira fase, com as suas sepulturas simples, em geral sem revestimento lateral e com coberturas de lajes de xisto, contrasta com as sepulturas de diversos materiais e tipos de construção de Silveirona II.”<sup>614</sup> É certo que podemos estar a comparar comunidades diametralmente opostas: os *rustici* no sítio I, os *potentiores* em II. Mas deve ser realçado que temos o exponenciar das assimetrias dentro da mesma comunidade, caminhando a par com o desejo de individualização na morte, ou desta entendida como o prolongamento das posições sociais mantidas em vida.

*Outras referências: RP 6/202; TIR J-29: 148; Almeida, 1962: 209-210; Alarcão, 1978: 103-108.*

#### **09.08. Monte do Topete**

CMP 411 / N 38° 52' 44.7" / 7° 36' 35.6" / Topónimo / Necrópole

Menção feita em caderno de campo referente às escavações de Silveirona:

“Cemitério do Topete

Fica junto ao monte do mesmo nome, junto da cocheira nova. Eduardo José Serra, há cerca de dez anos, abriu duas sepulturas, encontrando numa um punhal e caveiras. Na outra só ossos.”<sup>615</sup>

Como fica explícito, não é segura a sua cronologia romana, mas é sugestiva a menção a um “punhal”, dada a grande quantidade de armas encontradas em Silveirona.

#### **09.09. Espírito Santo**

CMP 411 / N 38° 52' 45.5" / 7° 35' 35.7" / Terreno / Casal

Na saída do Monte da Granja para a Sotileira, no lado direito da estrada, em ligeira elevação que se destaca na paisagem suave, virado a norte e sul, desfrutando de amplo panorama. Um sítio romano (na encosta a oeste), junto a um medieval (mais para o topo), com imbrices e tegulas, *dolia*, um peso de tear e várias asas de cerâmica comum. Um bordo de Almagro 51c e bojos de ânfora importadas da *Baetica* devem ser destacados. Alguns taludes podem indicar construções. Área com cerca de 2000 a 3000m<sup>2</sup>.

*Referência: Inédito.*

---

614 Cunha, 2008: 100.

615 Cunha, 2004: 150 em Caderno de Campo nº 5.

### 09.10. Granja

CMP 411 / N 38° 52' 25.3" / 7° 35' 40.4" / Bibliografia / Pequeno Sítio (?)

Reproduzo a informação constante de relatório, visto que nos trabalhos de campo não foi relocalizado: “Planalto suave com elementos pétreos (calcário), fragmentos de cerâmica de construção (telha, tijolo), de cerâmica comum (bordos, asas e fundos), dispersos numa área de 80 m<sup>2</sup>. Não foi identificada cerâmica manual à superfície. A cerâmica comum identificada apresenta pastas castanhas alaranjadas, com desengordurantes pequenos, sem vestígios de combustão e muito rolados. Os fundos são planos, os bordos apresentam-se ligeiramente exvertidos e as asas apresentam uma forma em ‘fita’. De salientar ainda que nas imediações foram localizados vários morouços de pedras que poderão ter vindo deste sítio arqueológico.” Ao local foi em PDM atribuída a classificação de *villa*, nada concordante com a descrição do estudo de impacto ambiental.

Referência: PDM Estremoz; Processo IGESPAR 2006/1(141)

### 09.11. S. Bento de Ana Loura

CMP 412 / CNS 32275 / N 38° 54' 56.9" / 7° 30' 20.3" / Terreno / *Villa*

Os vestígios encontram-se em plataforma voltada a este, dominando parte do curso da ribeira de Ana Loura. A área de dispersão de vestígios tem um hectare, notando-se no terreno duas plataformas que certamente serão artificiais, mesmo junto à antiga igreja que foi sede de freguesia. Em grande moroiço encontram-se vários elementos arquitectónicos de granito, como dois tambores de coluna muito fragmentados<sup>616</sup>. No terreno, em extensa mancha, são visíveis fragmentos de tegulas, lateres e imbrices (alguns com excesso de cozedura), além de dois pesos de tear e fragmentos de *dolium*, blocos pequenos de *opus signinum* e escassa cerâmica comum. No curso de água mais pequeno há uma possível barragem, aproveitando o afloramento, reforçado com blocos de quartzo unidos com terra húmida. Outra estrutura hidráulica poderia ter existido: “Também na freguesia de São Bento de Ana Loura, deste concelho, há muitos outros vestígios [...] há, próximo da sede de freguesia, restos visíveis das ruínas de um tanque, que se fosse posto a descoberto nos daria demonstrações claras de uma piscina. Muito recentemente encontraram-se por aqui também algumas sepulturas quando se procedia a trabalhos agrícolas.”<sup>617</sup>

Outras referências: Processo IGESPAR 2002/1(502).

### 09.12. Monte da Marinela

CMP 412 / N 38° 52' 59.9" / 7° 31' 00.5" / Topónimo / *Villa* (?)

Referência muito antiga, de Henriques da Silveira. Eventualmente duplica o sítio seguinte, pois as propriedades são contíguas. Reproduzo a citação:

---

616 Um deles, o mais bem conservado, apresenta um diâmetro de 32cm.

617 Crespo, 1950: 9.

“A Parrochia de S. Domingos de Annaloura [...] está a Herdade da Marinella [...] Nesta Herdade se descobrem muitas Ruínas de povoação antiga, sepulturas, e Medalhas do tempo dos Romanos.”<sup>618</sup>

### **09.13. Reguengo (S. Domingos de Ana Loura)**

CMP 412 / CNS 18570 / N 38° 52' 11.5" / 7° 30' 05.9" / Terreno / *Villa*

É localmente bem conhecida a existência de um sítio romano de grandes dimensões junto ao Monte do Reguengo, pequena construção que se encontra próximo da isolada igreja de S. Domingos de Ana Loura. Curiosamente, sobre os vestígios arqueológicos aqui existentes existem notícias muito antigas, que entretanto caíram no esquecimento: “Duzentos passos ao Sul da Parochial Igreja de Sam Domingos d' Anna Loira, demora o Oiteiro do Castello, no vertice do qual se fez huma escavação em o mez d' Agosto de 1798 por ordem e curiosidade de João Vasco e Manoel de Braun Governador da Praça d' Estremoz, com a qual se principiou logo a descobrir a sinco palmos de profundidade, hum edificio d' abobeda com seu terrasso superior, ladrilhado este, e formada aquella com pequenos tijollos em figura Rhomboide. Debaixo do mesmo terrasso, se acharão alguns ossos carcomidos, que pareçião de Carneiro, e huma Bilha, ou Urna de barro branco, que por materialidade dos excavantes, se lhe não pode haver mais, q huma aza, e diferentes pedaços. Com estes indubitaveis Vestigios, fez o dito Governador parar a escavação, bastante a poder com toda a identidade representar ao competente Tribunal esta descuberta, na referida terra, de que he Senhorio Dom Francisco d' Almeida. Na falda do mesmo Oiteiro do Castello, pelo Rumo do N. E. junto, e exterior ao vallado d' Assenha das Ferrarias, se acharão tambem duas campas de pedra muito clara e pollida, tendo em pé, e à cabeceira hum pedestal d' Oleos, com a inscripção vista, cuja pedra fez guardar o dito Governador no seu Quartel d' Estremoz.”<sup>619</sup> Na ocasião foi recolhida uma epígrafe funerária<sup>620</sup>, cuja transcrição o códice também apresenta.

As notícias são variadas, embora sempre publicadas em âmbito local:

“[...] Não têm sido raras as escavações que põem à mostra moedas de oiro e de cobre, os mais variados objectos de cerâmica e mosaicos de alto valôr e

---

618 Fonseca, 2003: 197.

619 Museu Sisenando Cenáculo Pacense, Cod. CXXIX 1-13 P.XXXI (1 fl+1b), Biblioteca Pública de Évora. Também o volume de Correspondência recebida nº II, p. 110 (nº 1525) de 18. Julho 1804 apresenta uma epístola remetida por Philippe Eduardo de Míla (Estremoz) onde se lê: “Exmº e Ilmº Snr. Tenho satisfação depor na prezença de VExª a inscripção deque VExª me fez a honrra de encarregar-me na Quinta de Valverde. Remeto tambem a V. Exª dois tijolos dos quais se compoe o terrasso da abobada que menssiona a naração da excavassão; destes ha mtos disperços pelo oiteiro. [...]”

O Paroco de S. Domingos de Annaloura”.

620 IRCP nº 464.

objectos arqueológicos preciosos que têm ido fazer parte do recheio dos nossos museus; há bem pouco tempo em S. Domingos, muito perto daqui, nos foi dado observar uns tejos de formas particulares e desusadas que em grande quantidade apareceram numa propriedade, em que havia debaixo duma vinha, uma grande abóbada que foi soterrada e perto da qual há vestígios nitidos duma construção circular; inúmeras pedras de granito com aparelhagem já estragada, mostram indícios de ter havido ali uma povoação antiga. É pena até que uma das pedras - a única encontrada com uma legenda - esteja tão corroída e deteriorada que não se possa ler. [...]"<sup>621</sup>

"[...] pedras trabalhadas de mármore, tejos oblongos, tubos para canalização de barro, etc. [...] Da estrada ao sítio, numa extensa e fértil várzea, com um ribeiro à ilharga, limitando-a por terras vizinhas, logo à simples vista, apresentava-se-nos uma cova, assim como que um cano que saísse de um tanque (ou balneário?) soterrado a pequena distância. Mas as enxadas arrancavam as lapas e identificavam prestes o molde de uma sepultura de pessoa de grande estatura, já feita terra de óptimos humus, pó e nada. Na varzea, retiravam-se dessa cova macabra, ossos de femures humanos, grossos e quebrados que deviam ter pertencido a homem ossudo e forte. Craneo? Só apareceu um noutra cova dentre muitas que naquela várzea constituíam certamente aglomerado de jazidas de romanos [...] O dr. Assis guardara um pedaço de tejo de cimalha e um trço de cano cilíndrico de tejo vermelho e bem cosido - com luz de 0,10 [...]"<sup>622</sup>

A implantação é típica de *villa*: próxima do leito da ribeira, voltada a sul e este, desfrutando de boa visibilidade, com bons solos agrícolas nas imediações. No terreno as informações foram confirmadas pelo proprietário, que gentilmente prestou esclarecimentos adicionais. Assim, confirma-se que o sítio tem características de *villa*, mas também existem indicadores de uma necrópole: foram encontradas sepulturas com bilhas e cobertas com lajes, e segundo menção do próprio, algumas epígrafes foram em tempos enviadas para o bispo de Évora e entretanto perdidas (o que confirma a referência do fundo documental de Frei Manuel do Cenáculo). Próximo do campo de futebol, mas ainda na propriedade, foi encontrada uma sepultura, com cerca de 160cm, forrada com tijolos, contendo um esqueleto pequeno, um unguentário em vidro e uma taça, ou copo, com duas asas. Na *villa*, os elementos são numerosos, aos quais há a acrescentar a recolha de capiteis e colunas em mármore, pedaços de *opus signinum* e de canalizações, além de moedas e pelo menos uma fíbula, materiais que estarão guardados em colecção particular. As casas do monte sobrepõem-se em parte às estruturas antigas, observando-se lajeados e canalizações que parecem ser anteriores. Quanto ao sítio, são evidentes as valas que o atravessam, resultado de explorações arqueológicas iniciadas nos anos oitenta mas nunca terminadas, alegadamente porque o

---

621 L. F., *Brados do Alentejo* de 24-4-1932, nº 65, p. 1. Curiosamente, o título do artigo é o seguinte: "Fundição de canhões. Seria em S. Domingos de Ana Loura?"

622 M. C. [Marques Crespo], *Brados do Alentejo* de 03-02-1946, nº 764, p. 7.

responsável abandonou os trabalhos a meio. Por aqui encontram-se topos e paredes de muros, para além de abundante cerâmica de construção, estando os perfis das valas a desmoronar-se. Junto à ribeira, as informações apontam para uma estrutura que, pela descrição, seria em *opus signinum*.

Na margem oposta, no Monte das Ferrarias teria existido uma forja, sendo abundantes as escórias que por aí se encontravam. De facto, no terreno, a superfície do solo apresenta uma coloração enegrecida. No topo da elevação, cónica e conhecida pelo já referido microtopónimo de “Outeiro do Castelo”, está um provável fortim romano de época republicana.

*Outras referências: RP 6/206.*

#### **09.14. Senhora da Conceição**

CMP 425 / N 38° 51' 08.2" / 7° 36' 53.9" / Terreno / Necrópole (?)

Local onde se indicam “cerâmicas romanas e medievais” pertencentes a uma provável “necrópole [que] deverá ter coexistido no mesmo espaço” com uma anta e com a capela homónima<sup>623</sup>. Na visita ao local confirmou-se que existe uma densa mistura de materiais de diversas épocas, não sendo possível definir um núcleo central, ou uma tipologia, para um sítio com excelente amplitude visual para sul e oeste.

#### **09.15. Fonte do Imperador**

CMP 425 / CNS 31490 / N 38° 50' 33.2" / 7° 37' 22.1" / Terreno / *Mansio* (?)

Ponto recentemente identificado. Dadas as particularidades do trabalho – um estudo de impacto ambiental<sup>624</sup> prevendo a minimização causada pela rectificação de um nó viário – não foi efectuada uma completa caracterização do sítio, que se prevê de “valor patrimonial elevado.” Apenas foram realizadas sondagens em zona marginal da mancha de vestígios, e em área anteriormente afectada pela construção da E.N. nº 4, tendo sido recolhidas moedas romanas, mas sem contexto arqueológico. O sítio implanta-se em pequena elevação que domina o traçado da via XII. É complexo propor uma interpretação, pois não existem indicadores de monumentalidade que corroborem a ampla mancha de vestígios de superfície, com cerca de meio hectare, podendo tratar-se de um casal agrícola ou de um ponto relacionado com a via (uma *mansio*?).

#### **09.16. Senhora dos Mártires**

CMP 425/426 / CNS 5680 / N 38° 49' 49.1" / 7° 34' 53.2" / Terreno / *Vicus* (?)

---

623 Oliveira, Sarantopoulos & Ballesteros, 1997: 31-33.

624 Rectificação da intersecção da EN4 com o acesso ao lugar da Fonte do Imperador nas proximidades de Estremoz, *Archeoestudos* (Responsável científico Tânia Falcão), Alter do Chão, Julho 2009, Proc. IPA 2009/1(479), Processo de sítio S-31490. A Heloísa Santos e a Tânia Falcão agradeço a informação prestada e o acesso ao documento.

Sítio complexo, que exige uma ampla sistematização da informação. Deve ser entendido em contexto mais amplo, abrangendo elementos que lhe estão próximos, como o Tanque dos Mouros e os vestígios da área de Santo António.

Começemos por aqui. Em torno ao convento, em área hoje perfurada por pedreiras de extracção de mármore, existiu um manancial de água que “procedia de duas fontes, uma das quais próximo da Cerca de Santo António, bem como um riacho que as alimentava, sendo essas origens de água que corriam em caudal para o grande tanque, e foram obstruídas por um terramoto em 1531.<sup>625</sup>” Aqui existiu uma fonte de mergulho, bastante ampla, e que até meados do século XX era usada como lavadouro público. Dela partiam canais em direcção do “grande tanque”, a estrutura do Tanque dos Mouros, com abastecimento reforçado por outro caudal proveniente de “um riacho que nascia na barreira do baluarte de Santa Bárbara”<sup>626</sup>, também desviado pelo mesmo terramoto. Por aqui estaria o aqueduto referido por Henriques da Silveira<sup>627</sup>. O grande complexo hidráulico de Tanque dos Mouros, infelizmente amputado pela E.N. nº 4, é uma das mais monumentais estruturas de contenção de água do território português. Foi descrito por diversos autores<sup>628</sup>, sendo evidente a sua vocação de tipo industrial relacionado, não com fins agrícolas, mas com o armazenamento de água indispensável à extracção e trabalho do mármore que aflora nas imediações. Os sistemas de condução de água que daqui partem ainda hoje são observáveis nas fotografias aéreas, ajudando a compartimentar o regime de propriedade em torno. Desta forma, o tanque era um espaço de captação, armazenamento e condução para novos pontos, como aliás fica expresso pelos arcos e orifícios do canto sudoeste, onde terão funcionado máquinas de elevação de água, que assim permitiam a redistribuição para os pontos de consumo testemunhados pelos canais.

A enorme dispersão de restos de talhe de mármore que se encontram por todas estas extensões podem ser um indicador do tipo de actividade económica que aqui se processou. Perceber o próprio sítio, contudo, é tarefa mais complexa, exigindo prospecções sistemáticas na área. Os vestígios estendem-se por vários hectares. Para sul, até à “Quinta de Santo Antão, vulgarmente chamada Quinta da Berlica. Situada na estrada vicinal da Glória [...]”. No seu subsolo tem-se feito abundante colheita, através dos tempos, de objectos arqueológicos: um marco

---

625 Crespo, 1950: 8.

626 Espanca, 1978: 92.

627 “Das fontes vizinhas se emcaminhava a sua ágoa para este lago, e ainda hoje se descobrem alguns vestígios do aqueducto. Eu vendo que as Fontes vizinhas são pobres de ágoa, me persuado que as nascentes se attenuarão com os Terremotos, e particularmente com o de 7 de Janeiro de 1531 [...]” (Fonseca, 2003: 180).

628 Espanca, 1975: 92, que o atribui ao século XIV; Crespo, 1950: 6-8; sobretudo Quintela, Cardoso & Mascarenhas, 1986: 135-138 e fotog. 102 a 107.

miliário de caracteres latinos, cerâmica, vidraria e moedas de ouro e cobre, de cunhagem romana.”<sup>629</sup> No extremo oposto, os indicadores rodeiam o Tanque dos Mouros, seja pela numerosa cerâmica de construção e blocos pétreos que se encontram à superfície, seja pelas notícias antigas que mencionam descobertas de sepulturas<sup>630</sup>. Para oeste é difícil perceber a extensão, devido à construção da E.N. nº 4 e de loteamentos recentes, mas para poente acompanha o núcleo urbano até à saída para a Glória. No total podemos estimar em quatro ou cinco hectares a mancha de dispersão, considerando os remeximentos derivados de construções e a prática agrícola. O epicentro, contudo, está em torno do monumento gótico de N. Sr.<sup>a</sup> dos Mártires. Já notícias antigas advogam este facto: “Neste Século se tem descobrido na vizinhança desta Igreja muitas medalhas Romanas, muitas sepulturas, que são claros indícios, de que não longe esteve alguma grande povoação Romana. Todas estas sepulturas parecem Gentilicas, e têm à cabeseira huma Almotolia de Barro, com hum prego dentro; [...]”<sup>631</sup> A descoberta de sepulturas em torno da igreja é um padrão recorrente nas várias notícias existentes: “Em volta da igreja dos Mártires - freguesia de Santa Maria - têm-se encontrado muitas provas de que ficaram alguns romanos aí sepultados: pelas características das suas sepulturas, pelos vestígios de ruínas de casas de habitação, ou mesmo parcelas de arruamentos de edificios de grande antiguidade. [...] Essas ruínas mostram ter ali existido qualquer «vila agrícola romana». Muitos alicerces das suas construções se encontram na Quinta da Berlica, e também ali se têm encontrado moedas romanas em grande quantidade. É mais de crer, porém, que sejam restos de uma aldeia a que chamavam, e ainda hoje lhe chamam, Aldeia dos Mártires.”<sup>632</sup> Ou ainda: “Últimamente encontraram-se ainda naquele mesmo sítio, umas sepulturas romanas tendo uma delas uma campa com letreiro ilegível por apagado em parte. [...]. Outra campa achada denota ter sido serrada de um bloco, conhecendo-se esse corte nessa pedra feito por serração. De dentro dessa sepultura tiraram - no dizer de uma testemunha ocular - uma espécie de garrafa de barro, uma tigela e uma garrafa de vidro a desfazer-se de «podre» e que teria a capacidade de uma garrafa vulgar. Seria este um lacrimatório que era de uso os parentes do defunto e as carpideiras encherem de lágrimas, que derramavam como justificação do seu carpir e sepultavam como último preito

---

629 Espanca, 1975: 111.

630 “[...] muitas sepulturas, e das Medalhas Romanas, que frequentemente se vão descobrindo nos campos vizinhos do dito lago.” (referindo-se ao tanque, “hum antiquissimo Lago, quadrado, que tem duzentos e vinte e cinco palmos por lado, vinte de altura, e dez de largura das paredes sustentadas por Gigantes tanto da parte do Sul, como da do Occidente e junto delle se estão vendo os arranques das Abobedas das Cazas, em que se recolhião as pessoas que nelle tomavão Banhos.” Para ambas as passagens, Fonseca, 2003: 180).

631 Fonseca, 2003: 180.

632 Crespo, 1950: 5.



junto das cinzas do falecido?”<sup>633</sup> E finalmente: “Durante as vultuosas obras de 1732 e 1744, nos terrenos envolventes, descobriram-se dois túmulos romanos, de mármore, anepígrafos e objectos de adorno, da mesma civilização.”<sup>634</sup>

Todavia, as várias valências do local não se esgotam na dimensão funerária. Do sítio conhece-se uma epígrafe de especial relevância, dado o facto de ser o único documento do culto à Deusa Cíbele, a *Magna Mater* propiciadora de prosperidade, encontrado nesta região: M(*atri*) D(*eum*) S(*acrum*) // I(*ulius*) MAXIMI/ANVS A(*nimo*) L(*ibens*) P(*osuit*) / PRO H(*uius*) M(*onumenti*) N(*umini*) E(*rectionem*) / PECVLIVM<sup>635</sup>. Trata-se de um raro testemunho de um acto ervegético, visto que o dedicante – *Iulius Maximianus*, certamente um liberto com invejável poder financeiro – erigiu o monumento às suas custas, embora a interpretação do conteúdo epigráfico apresente algumas dúvidas. Possivelmente também pertenceria a este monumento uma peça escultórica algo bizarra e exótica, figurando um símio. Sabendo-se que nas imediações transitava o itinerário da via XII, seria possível que o testemunho público da invocação à *Magna Mater* estivesse junto do itinerário para maior ostentação do nome do ofertante. Finalmente, as evidências de um ponto de povoamento. Enquanto a bibliografia tem valorizado mais os achados fortuitos de sepulturas, sempre mais espectaculares para os leigos, os indicadores de terreno são numerosos e remetem para um local ocupado. Numerosa cerâmica de construção é visível à superfície, com variadas tipologias e em geral de fabrico cuidado; escasseiam outros elementos, ou encontram-se misturados com as cerâmicas resultantes da contínua ocupação do local. Encontram-se os já referidos canais de rega e os blocos de mármore talhados e informes já mencionados.

Pela implantação, pelos indicadores e pela relação com a rede viária, o sítio parece de dimensões superiores a uma *villa*, estando ausentes os elementos de monumentalidade. A hipótese de um *vicus marmorarius*, de um povoado dedicado à laboração e exportação do mármore, pode ser considerada.

*Outras referências: RP 6/208; Processo IGESPAR S-00989*

### 09.17. São Marcos

CMP 425 / N 38° 46' 24.9" / 7° 43' 34.8" / Terreno / *Mansio* (?)

Bifurcação viária sinalizada por uma pequena ermida onde existia a tradição de, no adro, se proceder a uma bênção de gado. A capela encontra-se sobre um sítio romano de assinaláveis dimensões (cerca de meio hectare), com numerosa cerâmica de construção (imbrices, tegulas e uma tijoleira intacta, depositada sob

---

633 Crespo, 1950: 6.

634 Espanca, 1975: 90.

635 IRCP nº 440; Carneiro, 2009-2010: XXII; notícia da descoberta em Almeida e Ferreira, 1967: 47.

uma oliveira) e fragmentos de grandes contentores. As casas dispersas pelo local, e a repartição da propriedade, não permitiram analisar todos os indicadores. Dada a relação com a via, poderemos ter uma *mansio* no sopé da dominadora elevação de Evoramonte.

*Referência: Inédito.*

### **09.18. Casas do Canal**

CMP 425 / CNS 8514 / N 38° 46' 09.2" / 7° 36' 19.2" / Topónimo / Necrópole

Notícias dispersas: “O que há de antiguidade conhecida, é terem aparecido, no Canal, restos romanos: aureos, argenteos, argolas de ouro (pulseiras), e instrumentos de ferro (ferramental)”<sup>636</sup>; “Por outro lado na freguesia do Canal, sempre na propriedade da Fundação Bragança foi-nos mostrada uma sepultura rectangular, feita com blocos de mármore bem talhados e que é muito provavelmente também de época romana. À sua volta, encontramos em total estado de abandono, alguns fragmentos de mármore e até cerâmica. Pensamos que talvez não se tratar de uma sepultura isolada mas de uma verdadeira necrópole.”<sup>637</sup> Mais tarde foi aqui recenseada uma sepultura<sup>638</sup>.

### **09.19. Monte da Igreja**

CMP 426 / N 38° 50' 59.3" / 7° 31' 18.7" / Terreno / *Villa* (?)

Notícia de Túlio Espanca<sup>639</sup>:

“Ermida de N. Sr.<sup>a</sup> da Assunção

Situada na antiga quinta de recheio [sic] dos frades congregados de S. Filipe Néri, de Estremoz, foi construída no ponto mais elevado do cabeço em cujo sopé se anichou a aldeia do Espinheiro e em sítio onde, através dos tempos se têm assinalado vestígios relativamente importantes de casario antigo, talvez do domínio romano, como alicerces de um balneário, sepulturas, fragmentos de colunas de mármore, cerâmica e outros elementos arqueológicos. No lugar nasce a ribeira de Ana Loura.” No terreno encontraram-se alguns materiais, muito rolados e pouco expressivos, na zona baixa, permanecendo contudo a memória de uma antiga povoação em torno do referido monte, no topo.

### **09.20. Arcos**

CMP 426 / N 38° 49' 57.4" / 7° 29' 33.7" / Terreno / *Villa* (?)

Na saída oeste da localidade estão dois topónimos sugestivos: Monte dos Arcos Velhos e Monte da Fornalha. No primeiro, a memória da existência de

---

636 Chaves, 1917: 224, nota 7.

637 Abreu & Jaffe, 1993: 5.

638 Duarte, 1996.

639 1975: 221.

um aqueduto e, defronte da casa, de um cemitério antigo (outro habitante, no entanto, indicou a encosta do Monte do Outeiro para estes achados). As prospecções feitas nos dois locais não foram inteiramente conclusivas, mas permitiram identificar uma extensa, e dispersa, mancha de cerâmica de construção constituída por imbrices e tegulas, sem que fosse possível definir uma área central. Muitas propriedades encontram-se fechadas, o que inviabilizou uma progressão no terreno e percepção adequada.

*Referência: Inédito.*

### **09.21. Horta da Pinheira**

CMP 426 / N 38° 49' 58.2" / 7° 29. 42.5" / Terreno / Casal (?)

No topo da elevação sobranceira ao sítio anterior encontra-se uma mancha de materiais com imbrices, fragmentos de *dolium*, tijolos de hipocausto e tegulas em 1000m<sup>2</sup>.

*Referência: Inédito.*

### **09.22. Alpalhão**

CMP 426 / N 38° 48' 37.4" / 7° 32' 51.1" / Terreno / Casal (?)

Identificado em estudo de impacto ambiental mas insuficientemente caracterizado: “trata-se de uma villa romana, situada no cimo de uma pequena encosta; foi detectada uma grande quantidade de materiais cerâmicos, comuns e sigilata, e de construção; não são visíveis estruturas à superfície.”<sup>640</sup> Desconhece-se se foram tomadas medidas de minimização, pois o sítio encontrava-se “100m a norte” da área de afectação.

## **Comentários gerais**

A visão cartográfica do concelho de Estremoz permite detectar tendências na arquitectura do povoamento. Trata-se de um território heterogéneo, com uma marcada diversidade entre os seus espaços, e a distribuição de sítios confirma essa situação. Em extensas áreas encontra-se um vazio, que não será meramente ocasionado pelo estado embrionário e desequilibrado da investigação. Em toda a área marginal da Serra d'Ossa, ou em largas áreas do norte, onde as linhas de água quebram os relevos xistosos na zona de Veiros, ou ainda a oeste, nos solos áridos e argilosos para lá de Santa Vitória do Ameixial, encontramos a ausência de sítios, indicando que extensas áreas menos aptas não foram de todo colonizadas. Em contrapartida, os principais sítios distribuem-se de acordo com dois vectores. Ao longo de linhas de água

---

640 Processo IPA 99/1(99): EIA - A6 - sublanços Estremoz/Borba e Elvas - Ecossistema, 1996 (p. 88).

que propiciam terraços fluviais articulados com paisagens de policultivo: S. Domingos e S. Bento de Ana Loura são os melhores exemplos, mas também Santa Vitória do Ameixial e Herdade da Coelha/Silveirona beneficiam desta implantação. Estas serão as grandes unidades rurais, onde podemos entrever a presença de *domini* de elevada capacidade aquisitiva, construindo sítios que irão progressivamente ser dotados de uma arquitectura de aparato com grande relevância – extraordinária, no caso, pelo menos, de Santa Vitória do Ameixial. As grandes *villae* do aro estremocense apresentam um feixe de elementos constantes entre si e que as individualizam, do ponto de vista das estratégias de implantação, face aos outros locais.

O segundo vector de atracção preferencial é constituído pela passagem de um itinerário de primeira relevância, a via XII. O seu traçado estrutura a implantação dos seguintes sítios, de oeste para este: S. Marcos, possível *mansio*; Fonte do Imperador, eventual casal ou *mansio*; Senhora dos Mártires, com elevado porte, eventual *vicus*; Alpalhão, classificado como *villa* mas que poderá ter uma categoria inferior (casal?). Outros pontos, de menor dimensão, estabelecem-se em segunda franja, um pouco mais distantes. Embora seja difícil definir o perfil de povoamento de cada um, podemos considerar que em todos estão ausentes os indicadores de monumentalidade tão característicos das grandes *villae* que estão mais para norte, ou para o interior do concelho. É certo que o olhar pode estar deformado pela estado da investigação, ainda incipiente, mas para já todos parecem ser locais de ocupação com valências específicas. Ou seja, acompanhando a via não temos as *villae*, posicionadas em territórios férteis e que possibilitam a constituição de grandes *fundi*, mas sítios funcionais, de grande relevância estratégica e de íntima relação viária. Podemos assim definir uma estratégia de povoamento centrada em dois recursos fundamentais, em função dos quais diversos sítios sectorialmente especializados se encontram: ao longo da via XII pontos de apoio e locais de tipo industrial; e acompanhando os melhores solos, as grandes unidades de exploração fundiária.

Claro que nos faltam muitos (demasiados) dados para sustentar esta análise. Note-se a quase completa ausência dos “pequenos sítios” de tipo cabana. Saliente-se também que em alguns locais a definição do substrato romano não foi ainda conseguida, sendo este o caso, em especial, dos núcleos urbanos de Veiros e de Estremoz, onde os indicadores apontam para uma ocupação com alguma relevância, e que poderia estruturar o território envolvente. Outros locais ainda não foram devidamente localizados e caracterizados, como o que parece ser um relevante foco de ocupação junto a Arcos, por exemplo. Mesmo em relação às *villae* já cartografadas, as dúvidas permanecem substanciais, podendo todas ter sido muito diferentes entre si. Se relativamente a Santa Vitória do Ameixial estamos perante uma *villa* áulica de grande aparato, o mesmo não será o caso de São Bento de Ana Loura, podendo São Domingos de Ana Loura encontrar-se no patamar intermédio, com menção a capiteis de mármore. Todavia, as três

foram suficientemente relevantes para de algum modo estruturar o crescimento de núcleos urbanos e/ou ermidas em seu torno, funcionando como marcadores de paisagem que subsistiram ao tempo, definindo actuais centralidades administrativas, como também em Santo Estevão. Curiosamente, o mesmo não se terá passado no par Coelha/Silveirona. Se em relação à primeira não sabemos que tipo de *villa* aqui terá existido, seguramente terá tido também um elevado aparato e carga de conteúdos materiais, dada a qualidade dos elementos epigráficos e arquitectónicos reaproveitados na necrópole. E é esta, com o seu *floruit* visigótico, que nos mostra a dimensão populacional que aqui se desenvolveu após o final do Império. Mas também é precisamente este sítio, com um conjunto de elementos vivenciais tão intenso, que não vê estruturar-se em seu torno o que nós encontramos nas restantes *villae*, ou seja, a articulação de um núcleo urbano dotado de relevância jurídica equivalente à de uma sede de freguesia e com correspondente templo cristão.

O que quer isto dizer? Eventualmente nada... Mas, de qualquer forma, deve colocar-nos de sobreaviso sobre o modo como, por vezes, se fazem leituras precipitadas a propósito da passagem de uma *villa* para uma vila. Este é um tema que transcende o aro estremocense, mas os casos diagnosticados neste concelho são paradigmáticos: o sítio onde encontramos mais vitalidade no mundo tardo-antigo, Silveirona/Coelha, é precisamente aquele que em momento posterior não vê nascer um templo cristão e um pequeno núcleo urbano. Não sabemos o que procuravam estes construtores de marcadores na paisagem, mas é interessante perceber que resistiram melhor as *villae* que não apresentam tantos indicadores (pelo menos os actualmente visíveis), do que Silveirona, com uma demografia tão acentuada e uma dinâmica tão forte. Este exemplo mostra-nos as dificuldades de leitura que a percepção dos sítios – mesmo com recurso a escavações – nos traz, nomeadamente no rastrear dos diversos processo evolutivos. A situação em Estremoz é por isso complexa, dada a confluência de diversos vectores: a dinâmica económica trazida pela exploração de mármore, que atraiu gentes de variadas paragens (parece ser esse o caso da epígrafe e elementos anexos de N. Sr.<sup>a</sup> dos Mártires); a fertilidade dos solos e das paisagens, que permitiam uma economia de largo espectro; a já debatida passagem do itinerário XII; a eventual existência de um *trifinium* administrativo próximo de Veiros, com a derradeira presença epigráfica a ocidente da tribo *Papiria*, a que corresponderia alguma marcação territorial; a grande densidade funerária, ainda mal caracterizada, como os núcleos referidos por Saavedra Machado em torno a S. Bento do Cortiço, além de vários pontos insuficientemente caracterizados, mostram o modo como o território apresenta vários elementos que ainda não podem ser devidamente manuseados. Note-se por exemplo o conjunto de necrópoles identificadas, algumas delas intervencionadas, mas nunca publicadas. E note-se como a estes locais de tumulação não corresponde, por enquanto, qualquer ponto de povoamento com o qual possa ser estabelecida uma relação. Ou seja,

estamos ainda distantes de uma leitura suficientemente sustentada que nos permita conhecer, de facto, o povoamento romano do concelho de Estremoz.

Também sobre a população que aqui residiu, e fez deste local a sua morada derradeira, temos poucos dados. Santa Vitória e Coelha/Silveirona mostram uma rica cultura material, com espaços de aparato decorados com elementos de sofisticação, quer artefactual, quer cultural. É certo que o uso do mármore não pode ser sobrevalorizado, pois trata-se de um recurso localmente disponível; mas a qualidade dos trabalhos de cantaria visíveis nas peças decorativas mostram-nos, em parte, a presença de artesãos qualificados, vindos em busca das oportunidades geradas pelas pedreiras. Infelizmente os testemunhos epigráficos que nos poderiam permitir aceder a este universo são escassos. Apenas o voto de *Iulius Maximianus*<sup>641</sup> permanece como elemento de alguém que poderá ter estado ligado à laboração dos mármore, construindo riqueza nesta actividade que depois foi expressa de forma evergética com a doação a Cibele. Os outros elementos disponíveis são, contudo interessantes, e dizem respeito aos cidadãos da tribo *Papiria*, *Sextus Aebutius Rufinus*<sup>642</sup> e *Lvicius Marius Caprarius*<sup>643</sup>. Mais do que um sinal de pertença ao território da capital provincial, estas menções devem ser lidas como testemunho da presença de cidadãos de uma elevada estirpe social, vinculados às actividades agrícolas e detendo propriedades rurais na zona, desfrutando dos fáceis acessos viários, e vinculados aos arquétipos e práticas da metrópole. Em outro núcleo epigráfico, Silveirona, temos *Laberia*, filha de *Gallus*, indígena ou gaulesa<sup>644</sup>; também *Lucius Valerius Maxumus*, *Arria Quintilla* e *Avita*, sua filha<sup>645</sup>, possivelmente “*peregrini* bem romanizados”<sup>646</sup>; e *Quintus Fabius Tryphon Argyrius*, filho de *Tryphon*<sup>647</sup>, com onomástica helénica, denunciando, ou um modismo cultural, ou a presença de libertos. Em resumo: elevada heterogeneidade, elementos alógenos, indivíduos que desempenhavam funções específicas enquanto artesãos especializados. Um panorama perfeitamente concordante com o proposto para o concelho.

Sobre a evolução final deste panorama chama a atenção a ausência de dados para quase todos os sítios, à excepção de Silveirona e de ténues indícios em Santa Vitória do Ameixial (*squatters*?) e Santo Estevão. Aqui (caso seja este o seu local de proveniência), temos uma peça rara, e mais um exemplo de ponto de povoamento que em fase muito posterior irá ganhar (inesperada?) relevância enquanto local de construção de templo cristão, epicentro de procissão campestre e sede de freguesia. Silveirona foi definitivamente resgatado por Mélanie Wolfram Cunha,

---

641 IRCP nº 440.

642 IRCP nº 442.

643 IRCP nº 461.

644 IRCP nº 456 e Cunha, 2008: 86 e nº 165.

645 IRCP nº 470 e Cunha, nº 164.

646 IRCP: 550.

647 IRCP nº 450 e Cunha, nº 163.

embora existam alguns elementos ainda inéditos. O que mais capta a atenção é a dimensão demográfica do conjunto de sepultados, mostrando uma comunidade plena de vida – mesmo que alguns fossem estranhos à zona, para aqui atraídos pelo possível *martyrium* ou basílica. Mais: trata-se de um conjunto de pessoas que mantém uma vincada estruturação social, que permite a uma elite – que, presumivelmente, vivia em condições favoráveis tendo em conta os índices de conforto<sup>648</sup> – manter uma preeminência que lhe permitisse prolongar na morte o estatuto que mantinham em vida. Ora, esta condição faz-nos supor que este espaço, com o seu *vir honestus*, poderia fazer parte de um complexo de tipo basílica. E que, partindo do princípio que os vários tumulados (não esquecendo as inumações colectivas e as sepulturas entretanto destruídas) eram residentes nas imediações, então teríamos um ponto de povoamento muito amplo, que poderia ter evoluído a partir da *villa* da Coelha, eventualmente transformando-se em *vicus*. Porque razão este local foi abandonado, mantendo-se outros que, teriam menores dimensões ou vitalidade durante o período visigótico, já foi questionado em linhas anteriores. Certo será que estas dinâmicas expressivas só parcialmente podem ser entrevistas, forçando-nos a reequacionar a tentação das evoluções unilineares.

---

648 Em torno desta questão centra-se o artigo de Cunha, 2007.



## 10. CONCELHO DE FRONTEIRA

A presença romana no território foi exaustivamente tratada em monografia própria<sup>649</sup>, à qual se seguiram contributos sobre aspectos específicos julgados merecedores de divulgação<sup>650</sup>. O volume de conhecimentos registou assim um assinalável impulso, tornando-o em um dos mais bem conhecidos da região, e talvez aquele onde de forma mais eficaz e sustentada se poderia desenvolver investigação. Infelizmente a intensificação dos estudos e trabalhos de campo não *descolou* para outros patamares qualitativos. É certo que se tem mantido o ritmo de publicação, embora com um relativo decréscimo; é também correcto que anualmente se têm realizado escavações arqueológicas em alguns sítios do concelho<sup>651</sup>; deve ainda ser mencionado que o tempo decorrido foi essencial para um invisível e intenso trabalho de inventário, classificação e gestão do espólio, que se encontram maioritariamente concluídos<sup>652</sup>. Este momento foi devidamente ponderado, pois em 2006 considerou-se necessário realizar uma pausa nos trabalhos de campo e um profundo balanço da investigação

---

649 Carneiro, 2004.

650 Texto geral e desenvolvimentos particulares na Carta Arqueológica de Fronteira (Carneiro, 2005a); ver também os contributos nas III<sup>as</sup> Jornadas de Arqueologia do Norte Alentejano realizadas em Fronteira no ano de 2005 e publicadas em 2011: Carneiro (escavações em São Pedro), Carneiro & Alves (conjuntos anfóricos) Carneiro & Sepúlveda (marcas de oleiro em *terra sigillata*). Ver ainda Carneiro, 2005b, sobre o conjunto da necrópole de Pocilgais; e Carneiro & Sepúlveda, 2004, sobre a *terra sigillata* hispânica tardia.

651 Em São Pedro em 2005 e 2006, e depois na necrópole romana do Outeiro do Mouro desde 2007. Apenas em Horta da Torre se iniciaram sondagens de diagnóstico que foram interrompidas por ausência de condições logísticas para a sua realização. É da mais elementar justiça referir que esta cadência anual representa um grande esforço para o município e constitui um dos mais antigos projectos sequenciais de investigação em curso no Alentejo.

652 Neste esforço foi imprescindível o contributo de Eunice Pimpão, Ana Luísa Francisco e Vera Viegas. Actualmente todo o espólio contido na Reserva Arqueológica Municipal encontra-se devidamente acondicionado e guardado, e cerca de 90% da colecção está registada em base de dados própria, cujo inventário ascende neste momento a mais de 10.000 entradas individuais.

até aí produzida, que levou a um completo reordenamento das prioridades de trabalho, privilegiando, por exemplo, a classificação e ordenamento do material (aqui entendido enquanto registo de inventário). Ou a opção por uma escavação de mais simples gestão logística e material, como a necrópole de Outeiro do Mouro. É nesta perspectiva que deve ser entendido o *congelamento* das escavações em São Pedro, um sítio que, como a seu tempo será comentado, coloca múltiplas dificuldades interpretativas e necessita de um correcto *update* de toda a informação para que se possa iniciar uma nova etapa. Por estes motivos, a investigação norteou-se pela necessidade de proceder a um *trabalho de bastidores* indispensável. Desta forma, e em rigor, não existem grandes acrescentos ao quadro delineado em 2004. Os sítios romanos identificados desde então são poucos e de perfil não muito expressivo, contribuindo mais para reforçar o panorama então traçado do que para acrescentar novidades.

Olhando um pouco mais para trás, facilmente constatamos que o concelho de Fronteira se insere na tendência global do Alto Alentejo: uma área por onde a investigação não passou e os poucos registos arqueológicos se devem, ou a escavações fortuitas realizadas por instituições da capital, ou ao denodado esforço de agentes locais que não foram reconhecidos, nem pelos organismos centrais, nem mesmo pelos seus pares. Como resulta do observado em 2004<sup>653</sup>, temos uma ampla ausência de estudos sobre o Património (no sentido mais lato), situação só ultrapassada com sucessivos Gabinetes Técnicos Locais no final da década de noventa que procederam ao inventário e estudo dos elementos dos núcleos históricos e do território. Até aí o panorama era frágil, consubstanciado na vintena de sítios cartografados no plano director municipal, quase metade pertencente à necrópole megalítica da Herdade Grande. Relembro que, aparte a escavação de Leite de Vasconcellos que aí decorreu<sup>654</sup>, apenas há a registar a intervenção na necrópole de Pocilgais, nunca publicada<sup>655</sup>. Temos ainda breves menções a alguns elementos nas duas visitas feitas por Leite de Vasconcellos<sup>656</sup>, na obra de Mário Saa<sup>657</sup> e em peças recolhidas por Nunes Ribeiro<sup>658</sup>. Por acção de agentes locais verificaram-se dois tipos de iniciativas. Uma resultou do esforço de Canejo Coutel, funcionário da Câmara Municipal, que procurou constituir um embrião de Museu Municipal. Do espólio não ficou memória,

---

653 Carneiro, 2004: 27-33.

654 1927-1929.

655 A menos que entendamos como tal a brevíssima nota de rodapé no artigo sobre Torre de Palma (Heleno, 1962). O conjunto de peças então foi recolhido foi analisado em Carneiro, 2005b.

656 1914: 392-396, e o já referido artigo dado à estampa em 1927-1929, em que o seu intuito residu na escavação do conjunto megalítico, que aliás decorreu com grande infelicidade científica e pessoal.

657 1957: 184-185; 289.

658 De que resultaram duas publicações posteriores: os vidros romanos estudados por Alarcão (1971) com a indicação genérica de "Fronteira", e as peças pré-históricas do povoado da Herdade do Braga, dadas a conhecer por Veiga Ferreira (1970), e hoje expostas no Museu Regional de Beja.

mas pela listagem recuperada<sup>659</sup> facilmente se percebe que seriam peças de grande qualidade. Temos ainda a registar as duas monografias locais<sup>660</sup>.

Se a historiografia da investigação não se alterou de forma significativa desde a abordagem de 2004, menos modificações temos no quadro paisagístico, como é óbvio. Registaram-se acções de movimentações de terras na zona central do concelho que poderão ter conduzido a destruições, pois trata-se de uma área que maioritariamente não foi coberta pelas prospecções da Carta Arqueológica<sup>661</sup>. No restante, todavia, Fronteira apresenta um ambiente comum a outros da área em estudo: uma longa interacção entre os valores naturais e a acção antrópica, acelerada a partir da década de trinta do século XX, onde as “campanhas do trigo” levaram a extensas despedregas e arroteamento de terrenos para a cultura intensiva de cereais<sup>662</sup>. A paisagem, aparentemente imperturbada, sofreu as dinâmicas próprias da região em que se insere. Quando consultamos os documentos do século XVIII e XIX percebemos como o quadro natural mudou, pois uma área onde dominava a produção de porcos e de vinhas foi transformada – por vezes de forma violenta – em amplos terrenos de cerealicultura de sequeiro<sup>663</sup>. É portanto quase impossível perceber como foi o regime de exploração agrícola pré-século XX e o ambiente paisagístico geral mas, como já foi comentado no capítulo respectivo, é sempre muito arriscado presumir que as paisagens agrícolas de hoje são semelhantes às que sempre existiram. Encontramos na documentação o contraste entre os terrenos “mattagozos e pedregozos”<sup>664</sup> nas áreas a norte e oeste de Fronteira, com a riqueza agrícola que, junto aos recursos hídricos, permitia o cultivo de produtos hortícolas. São frequentes os elogios às produções obtidas junto a Fronteira e, sobretudo, a Cabeço de Vide, cujos proveitos da terra gozavam de fama regional: favas, feijões, hortaliças, tremoços e frutas variadas cresciam nas várzeas. Entre os núcleos urbanos, então como hoje, predominavam as extensões deazinheiras e sobreiros que serviam, ou para coabitação com o cultivo de cereais, em regime de montado, ou para o pasto do gado suíno. Actualmente o concelho possui muitas terras ao abandono, ou reconvertidas em pastagem sem que se proceda a uma manutenção regular dos solos, geralmente entregues a mato. Todo este quadro agrícola é facilitado pela abundância de aquíferos. Existe um curso de água estruturante, a Ribeira Grande, que atravessa

---

659 Carneiro, 2004: 28-30.

660 Pina, 2001 e Serras, 1997, ambas edições revistas e aumentadas face à primeira publicação.

661 Zona de acesso difícil por se encontrar com acessos fechados. Confira-se a figura 5 em Carneiro, 2004: 37.

662 No concelho, e em particular na freguesia de Cabeço de Vide, esta etapa foi documentada em fotografias do P<sup>r</sup>. Augusto Serras, cujo espólio se guarda na Junta de Freguesia local. Uma ínfima parte foi publicada em Carneiro & Calvino, 2001.

663 Para âmbito mais alargado, veja-se Silbert, 1966.

664 Tombo de 1827: 26, citado em Carneiro 2004: 25.

transversalmente o concelho, funcionando como receptor de praticamente toda a rede hidrográfica. Os mananciais são abundantes, em especial junto a Cabeço de Vide, onde estão as termas salutíferas da Sulfúrea, que já em época romana eram aproveitadas.

Uma palavra ainda para registar o facto de, embora curto em extensão, neste espaço se encontrar uma assinalável diversidade geo-morfológica. Desde as fragas de xisto onde os cursos de água correm encaixados, na faixa ocidental, até aos suaves relevos graníticos de Vale de Maceiras, passando pelas irregulares áreas dos conglomerados da freguesia de Cabeço de Vide, assistimos a uma grande heterogeneidade, visível aliás na diversidade de monumentos megalíticos que aqui coexistem. Como tal, temos diversas paisagens, desde os estevais de Vale de Seda, áridos e desertos, até às férteis várzeas videnses onde as hortas permitem um acréscimo de diversidade na confecção dos pratos que quotidianamente eram servidos às mesas da população.

## Sítios e comentários

### 10.01. Monte de São Pedro

CMP 371 / CNS 15692 / N 39° 09' 29.9" / 7° 34' 20.5" / Terreno / *Villa* (?)

Um excelente laboratório para se compreender as dificuldades de interpretação que as realidades materiais de época romana suscitam ou, dito de outro modo, como a descodificação do que foram os espaços e estruturas é uma tarefa complexa.

As informações de campo relativas a São Pedro já foram objecto de descrições com algum detalhe<sup>665</sup>. Todavia, torna-se necessário apresentar os resultados das campanhas de 2005 e de 2006, até para se proceder a um enquadramento sobre um sítio que exige uma *maturação interpretativa* considerável. Note-se que foi extensamente escavado: 662m<sup>2</sup> no sector SPD e mais 311m<sup>2</sup> em ISP, a que acresce ainda o interior da igreja medieval. Portanto, mais de 1000m<sup>2</sup> em seis campanhas de escavação com dois meses de trabalho ininterruptos em cada uma, representando sensivelmente um ano de trabalhos *in situ* de escavação em metodologia de *open area* nos dois sectores. Mas em rigor, embora apresentado como uma *villa*, ainda não é possível determinar o verdadeiro perfil de ocupação: uma *villa*, um *vicus*, um qualquer outro tipo de povoado? É de que tipo: aglomerado, agrupado ou disperso, situação possível dadas as discontinuidades estruturais? Ou ainda outra qualquer hipótese? Considerando a premissa em que o projecto de investigação tem trabalhado – uma *villa* – as provas concretas são escassas. Relembre-se que, apesar das

---

<sup>665</sup> Carneiro, 2004: 110-119, com a descrição das primeiras três campanhas; 2011, com o relato até 2004.

persistentes notícias sobre a existência de mosaicos, nem uma *tessella* foi identificada. Não foi detectado estuque ou qualquer tipo de revestimento parietal (mesmo as argamassas estruturais são raras, à excepção do início de muro [UE122] identificado no final da campanha de 2006 no extremo Sul do sector SPD). É certo que existem indicadores de monumentalidade – uma coluna e várias bases, além de silhares – mas os elementos de conforto são escassos<sup>666</sup>. E tão pouco foram identificados espaços interpretáveis na sua funcionalidade. A dificuldade em *categorizar*, em encaixar São Pedro nos conceitos empregues pode resultar de excesso de prudência. Ou, invertendo a perspectiva, indica que o sítio foi precocemente *arrumado* dentro de uma cómoda categoria – à semelhança de tantos outros, aliás – e o decorrer de um sólido projecto de investigação, consubstanciado na área aberta de 1000m<sup>2</sup> (o que significa alguma extensão territorial), afinal ainda não confirmou as premissas de partida. Ou seja após seis anos de trabalho, a pausa estratégica foi também determinada pelo facto de, afinal, *não se saber exactamente que tipo de sítio se estava a escavar*. É certo que apresenta severas mutilações, em especial no sector SPD, que foi objecto de uma prática agrícola inclemente para a conservação das estruturas, verificando-se que por vezes a escavação decorre ao nível dos alicerces ou a níveis inferiores a pavimentos e espaços de circulação. Mas de qualquer forma, penso que São Pedro é hoje um caso lapidar de um sítio difícil de interpretar, e cujas leituras permanecem em aberto mesmo após uma intervenção extensiva.

O sítio de São Pedro encontra-se dividido pela fronteira administrativa dos concelhos de Alter do Chão e de Fronteira. A norte temos o sector denominado ISP, polarizado por uma igreja medieval arruinada, que abundantemente reaproveita materiais romanos na sua construção. Por exemplo, os blocos que pertenceram ao arco ogival que marcava a separação entre o altar e o corpo do edifício foram talhados a partir de silhares e de um peso de lagar. Em volta, os materiais de superfície de época romana são frequentes, encontrando-se uma mancha de dispersão extensa e que, através de sucessivos patamares e plataformas, se prolonga para terrenos já situados no concelho de Fronteira onde, no talude que termina a penúltima grande plataforma (a mais de cem metros do anterior), foi aberto em 2000 o sector de escavação denominado SPD. Aqui, no sector mais extensamente escavado, existe uma área edificada que estabelece um total de três níveis topográficos de ocupação, com a perfeita adequação dos pavimentos e espaços ao desnível do terreno. A funcionalidade

---

666 O elemento mais significativo como testemunho de práticas de consumo sumptuário, ou de elevado requinte, consiste na identificação de conchas de ostra na UE9 do sector ISP. Esta camada, identificada ao longo da parede norte da igreja, e que se prolonga sob o edifício, deverá ter funcionado como lixeira ou vazadouro. Entre o rico lote de evidências aqui identificadas, realço uma queixada de bovino e um elemento de mó girante, sendo este o único testemunho de actividades de cariz produtivo identificado em todo o sítio para além de escórias e de pesos de tear.

é ainda desconhecida, embora pela natureza dos pavimentos em *coccio pesto*<sup>667</sup> se admitam zonas de arrumação e serviços.

Estes são os espaços funcionais já identificados no decurso da escavação no sector SPD. No extremo Sul temos quatro compartimentos, todos estruturados em torno de um muro, a UE3, que funciona como espinha dorsal do conjunto. Espaços amplos, rectangulares, aproveitando o máximo de exposição solar. Estes muros possuem a norte o que é interpretado como uma área de alpendre, delimitado por dois silhares (UE25) que serviam para sustentar bases de colunas (duas encontradas, uma *in situ*) e as respectivas colunas (uma derrubada na UE17). Aqui estaria um corredor de circulação, eventualmente permitindo o acesso aos dois anteriores compartimentos, embora não se tenham encontrado portas ou passagens. A oeste deste alpendre encontrou-se um compartimento delimitado, o 3. Mais a oeste, a superficialidade e irregularidade do afloramento faz pensar que a área foi coberta com um pavimento em gravilha (UE72), em alguns pontos reforçado com um lajeado (UE64), sendo uma área exterior protegida por um pórtico onde assentariam pilares sobre as bases. Estamos assim perante uma área exterior, dado que não se encontram derrubes de telhado ou coberturas que protegessem todo este espaço. A norte de todas estas estruturas desenvolve-se um espaço aberto, de extensão ainda indefinida, que inclui numa posição descentrada (a noroeste) um tanque quadrado de 70 cm em cada lado e com profundidade média de 40, com reboco interno de *opus signinum* (2 cm de espessura média) de elevada pureza e esmerada aplicação. A sua construção perfura o afloramento, sendo reforçada por uma “carapaça” de argamassa (54 cm na máxima largura), com aplicação de tijoleiras em fiadas sobrepostas recobertas por *opus signinum*. Finalmente, a norte de todo este conjunto situa-se o Compartimento 4. Caracteriza-se pela precariedade do método de construção dos muros e encerra um espaço rectangular, do qual só sobreviveu a primeira fiada, a tal ponto que está comprovado que a escavação decorre abaixo do nível do pavimento e na planta nem sequer é determinável onde ficaria a porta.

As propostas de interpretação que têm sido avançadas desde 2001 mantêm-se: estaremos perante armazéns de apoio às actividades agrícolas. Uma zona de grandes compartimentos orientados em torno de um pátio aberto tendo a sul um corredor alpendrado. Uma área onde é evidente o cuidado com o armazenamento e circulação de água, necessária para a limpeza das áreas funcionais e para dar de beber a pessoas e/ou animais. Mas com um conjunto de módulos edificadas onde são patentes as diversidades de soluções construtivas visíveis, por exemplo, na utilização de: a) um muro com alvenaria unida por argamassa e soco de sustentação mais largo; b) muros com alvenaria unida por argamassa e perfil

---

667 Uma forma de *opus signinum* constituída por pisos em cerâmica triturada e pisada, coberta com terra batida, formando um pavimento homogéneo, presente sobretudo em contextos funcionais e de serviços.

homogéneo; c) muros com alvenaria pétreia unida por terra húmida; d) muros com alvenaria heterogénea unida por terra húmida. Um outro plano tem a ver com o facto de, sendo este um complexo eminentemente rústico, termos recolhido um *pacote artefactual* diversificado. O quadro anfórico é, por exemplo, muito amplo<sup>668</sup>, quer quanto ao abastecimento ao longo do tempo, quer na diversidade de proveniências; as cerâmicas de importação estão consecutivamente presentes em quase todos os espaços; a circulação monetária apresenta um considerável número de espécimes, sendo que todos foram recolhidos em contexto de perda fortuita, o que demonstra o numerário em circulação.

No caso da Igreja de São existe uma referência nas *Memórias Paroquiais* ao facto de, previamente ao terramoto de 1755, o edifício ameaçar ruína, com o telhado já caído e o culto transferido para Alter Pedroso. Todavia, a análise estilística aponta para um momento de construção em torno ao século XIV/XV, com remodelação no século XVII, quando é colocado o pavimento em tijoleira do altar, do interior e do acesso exterior. Alguns pormenores no reboco interior indicam que o templo beneficiou de vários arranjos e de um considerável ritmo de pequenas obras, que no entanto não a alteraram na planimetria. No exterior há uma área dotada de um piso em terra batida (UE11), que seria sustentada por um alpendre de telhado (UE10). Possivelmente poderia haver uma fossa de despejos, a UE9. Também a oeste se identificaram ocupações de época romana: destaque para o derrube UE32 e o nível de ocupação UE51, do qual destacamos a recolha de alguns fragmentos de *terra sigillata* itálica que permitem ampliar o arco cronológico de presença neste local. Observa-se que o balizamento cronológico oscila entre o segundo quartel do século I d.C. e o início da segunda centúria. É muito complexa a interpretação desta área definida por dois muros, mas a análise atenta da altimetria do derrube UE32 leva a supor tratar-se de um derrube de telhado de uma única água de um alpendre ou corredor de trânsito que protegesse a passagem. O facto dos muros literalmente desaparecerem na sua progressão para norte (ou por dispersão agrícola, ou por terem sido retirados para incorporação na alvenaria da igreja) impede que se tenha uma leitura clara da continuidade. Acompanhando o lanço sul da parede oeste da igreja (onde se encontra a entrada), observa-se o perfeito alinhamento estrutural entre os muros e a parede da igreja, o que indica que, aquando da construção desta última, as estruturas romanas ainda se encontravam bem visíveis. Finalmente, a colocação de dois grandes silhares no muro UE27 demonstra a monumentalidade do edifício romano existente. Outro dado interessante reside no modo como este muro de silhares é, em momento posterior, ligeiramente ampliado com um outro de alvenaria empregando pedras de pequenas dimensões, cuidadosamente colocadas, e com aparelho reforçado por argamassa de terra seca (UE24). Este reforço parece servir para



compartimentar um espaço já existente, subdividindo-o. Confirma-se também que a construção do muro UE20, feito com uma alvenaria pouco trabalhada e disposta de forma caótica, foi um acréscimo tardio que compartimentou um espaço originalmente maior.

Finalmente, o altar da igreja. Já nos últimos dias da campanha de 2006 foi detectado um alinhamento de silhares, acompanhando o corte este da escavação. Poderão pertencer a uma estrutura romana de tipo indeterminado, mas que apresenta acentuada monumentalidade, dado o porte dos elementos individuais. Aparentemente parecem estar deslocados da sua posição original e alinhados junto à igreja, mas estão separados fisicamente do altar do templo medieval.

\*

Foquemo-nos então no essencial: o que nos dizem seis campanhas de escavação?

Começamos pelo óbvio: comprovada a presença romana, no processo de cristianização da paisagem coincidente com a distribuição de territórios às ordens militares instala-se uma pequena igreja, que abundantemente incorpora materiais do sítio ali existente. E que local seria este? Estão por confirmar as notícias de mosaicos que presumivelmente existem. Os indicadores de monumentalidade e de requinte são evidentes, mas em rigor (ainda) não se encaixam nos parâmetros de uma *villa* pelas razões já apresentadas. Da mesma forma, os indicadores de produção expressam-se mais pelos objectos do que pelas estruturas: uma mó girante, pesos de tear dispersos, numerosos pingos de escória e, sobretudo no sector SPD, cerâmicas para armazenamento e transporte. Fica também expressa a plena inserção nos circuitos de abastecimento: elementos numismáticos, frequente presença de cerâmica fina e de importação, diversidade de morfotipos anfóricos, são alguns elementos que comprovam esta leitura. Estruturalmente, no sector ISP os dados são escassos. No interior de um possível corredor de passagem, protegido por um telhado de uma única água, encontrou-se um significativo espólio cerâmico, todo ele inserido dentro de um intervalo cronológico restrito. Próximo, e em parte cavado pelo corpo da igreja, um largo muro é compartimentado em momento tardio em divisões mais pequenas. No sector SPD, compartimentos abrem para um pátio parcialmente porticado, e que possui, descentrado, um pequeno tanque para armazenamento de águas. Outros compartimentos surgem, mas com distintas orientações e métodos construtivos, embora todos amplos e obedecendo ao mesmo módulo original.

Um dos dados mais interessantes em São Pedro reside no processo diacrónico. Cartograficamente poderíamos representar um núcleo dos séculos I/II junto à igreja, a presença baixo-imperial em SPD e os momentos alto-medievais novamente junto à igreja. Um sítio que, ao invés de evoluir de forma estável, parece estar em *deslocamento* de um sector para o outro ou, melhor dizendo, em *expansão e refluxo*.

Se mais não fosse, a intervenção plurianual de São Pedro já nos mostraria dois pontos: o perigo de rotular precipitadamente os sítios; e o modo como

estes evoluem espacialmente ao longo da diacronia. Muito há ainda para fazer neste local.

*Outras referências: RP 6/124; Saa, 1957: 185; 273 (nota 1); 289; Diogo, 1996: nº 238; Serras, 1997: 181.*

### **10.02. Horta Tirana**

CMP 371 / CNS 16239 / N 39° 09' 32.2" / 7° 34' 08.9" / Terreno / Necrópole

No vale entre São Pedro e a Ribeira de Vide. Como o nome indica, em zona de grande fertilidade agrícola, potenciada pelo aluvião do curso de água e pela fonte "Santa". No terreno vê-se uma grande mancha de cerâmica de construção dispersa pela lavoura. Junto da casa existem menções a "coisas dos romanos" e ao achado de sepulturas.

*Referências: Carneiro, 2004: nº 27; 2005: nº 98.*

### **10.03. Santo Cristo**

CMP 371 / CNS 13777 / N 39° 09' 29.4" / 7° 33' 10.7" / Terreno / Villa

Na sequência de obras foram encontrados "vestígios de duas canalizações [...] poderão pertencer a um sistema de escoamento duma villa romana, nomeadamente a canalização em pedra que se encontra associada a um muro formado por pedras de pequenas dimensões, consolidadas por opus signinum [...]. Junto a uma oliveira, na área entre a casa e o armazém, numa das aberturas feita para a instalação dos tubos elétricos, apareceram ossadas humanas"<sup>669</sup>. A cristianização do local ocorreu em momento indeterminado: "A Herdade do Santo Cristo tirou o seu topónimo da Capela que aí existiu dedicada a Cristo crucificado e que foi centro de grandes romagens por alturas da Semana Santa."<sup>670</sup> Será credível que a sepultura pertença ao momento da capela, mas a canalização e estrutura em *opus* serão naturalmente de época romana. Subindo um pouco mais, para o alto da suave elevação, encontram-se pedras trabalhadas e manchas de cerâmica.

*Outras referências: Carneiro, 2004: nº 52; 2005: nº 45.*

### **10.04. Quinta da Regada 1**

CMP 371 / CNS 16236 / N 39° 07' 56.7" / 7° 34' 32.7" / Terreno / Pequeno Sítio

Mancha circunscrita (100m<sup>2</sup>) de cerâmicas de construção (tegulas e imbrices).

*Referências: Carneiro, 2004: nº 49; 2005: nº 51.*

---

669 Ana Carvalho Dias, *Vestígios arqueológicos na Herdade de Santo Cristo*. [Cópia de informação interna do IPPAR-Évora depositada no Arquivo Municipal de Fronteira] [dactilografado].

670 Serras, 1997: 107; "O Monte do Santo Cristo parece estar assente sobre uma vila romana". (p. 186).

### **10.05. Quinta da Regada 2**

CMP 371 / CNS 16238 / N 39° 07' 47.9" / 7° 34' 38.1" / Terreno / Pequeno Sítio

Em encosta voltada para as termas da Sulfúrea temos mancha de tegulas e imbrices e fragmentos de recipientes de armazenamento (*dolium*), em área de 300 m<sup>2</sup>.

*Referências: Carneiro, 2004: n° 50; 2005: n° 53.*

### **10.06. Arrociada**

CMP 383 / CNS 20188 / N 39° 07' 13.5" / 7° 35' 09.0" / Topónimo / Necrópole

Um dos sítios *invisíveis* e só fixados através da monografia local: “Na Arrociada e principalmente na Tapada da Talasneira, há cerâmica romana em abundância e foram lá levantadas também várias sepulturas.”<sup>671</sup>

*Outras referências: Carneiro, 2004: n° 3; 2005: n° 103.*

### **10.07. Monte do Judeu**

CMP 383 / CNS 20189 / N 39° 06' 49.6" / 7° 40' 13.6" / Terreno / Necrópole

Defronte da casa encontram-se cerâmicas de construção e lajes de xisto depositadas, sendo que alguns fragmentos cerâmicos rolaram pela encosta. No local existem referências ao achado de sepulturas, situação concordante com os indicadores de superfície.

*Referências: Carneiro, 2004 n° 40; 2005 n° 104.*

### **10.08. Dona Maria**

CMP 383 / CNS 16115 / N 39° 05' 29.6" / 7° 37' 33.3" / Topónimo / Necrópole

Uma coleção particular detém materiais provenientes de contexto funerário: bilhas de cerâmica comum de tom claro, taças de *terra sigillata* e uma lucerna. Existem informações de que na década de setenta foram descobertas sepulturas de inumação junto ao monte. No presumível local foram observadas cerâmicas de construção no regolfo da barragem.

*Referências: Carneiro, 2004: n° 19; 2005: n° 91.*

### **10.09. Monte do Pisão**

CMP 383 / CNS 20145 / N 39° 06' 50.3" / 7° 35' 54.0" / Terreno / Casal

Implantado em meia encosta, com bom domínio visual, voltado para sul e para o vale da ribeira de Vide que corre na base. Casal romano com área de dispersão entre 500 e 1000m<sup>2</sup> que apresenta tegulas, imbrices e tijoleiras de pavimento. Fragmentos de cerâmica comum, incluindo um de fabrico manual, e um fundo de ânfora.

*Referência: Carneiro, 2005: n° 203.*

---

671 Serras, 1997: 194.

### **10.10. Chaparral**

CMP 383 / CNS 20182

Informação bibliográfica sobre um topónimo que hoje já não é possível reconhecer. Aqui terão sido encontradas duas sepulturas repletas de cinza e com vasos. Próximo, a menção de “alicerces muito antigos” indica um ponto de povoamento.

*Referências: Serras, 1997: 179, 186; Carneiro, 2004: nº 17; 2005 nº 152.*

### **10.11. Chabarneco**

CMP 383 / CNS 20183

Situação semelhante à anterior. Menção de sepulturas.

*Referências: Serras, 1997: 179; Carneiro, 2004: nº 16; 2005: nº 153.*

### **10.12. Lagar do Penedo**

CMP 383 / CNS 20193

Mais um sítio não identificado, neste caso pelo afogamento causado pela barragem da ribeira de Vide. As referências orais indicam um local com algum porte: muros, mós, telhas, cerâmicas e “loija vermelha”. Lenda associada, relacionada com o topónimo.

*Referências: Carneiro, 2004: nº 29; 2005: nº 157.*

### **10.13. Malhada da Amoreira de Baixo**

CMP 383 / CNS 16117 / N 39° 06' 40.4" / 7° 34' 48.3" / Terreno / Casal

Junto à malhada está uma mancha extensa e compacta com cerca de 5000m<sup>2</sup> constituída por tegulas de fabrico rústico com variadas tipologias no rebordo. Fragmentos de imbrices, *dolium* e cerâmica comum completam o reportório artefactual.

*Referências: Carneiro, 2004: nº 30; 2005 nº 102.*

### **10.14. Cegão**

CMP 383 / CNS 20165 / N 39° 06' 58.2" / 7° 35' 03.0" / Terreno / Casal

Implantação semelhante ao sítio anterior – terço superior de encosta suave – mas na vertente oposta (voltado a norte) e junto a um poço. Excelente visibilidade para o vale da ribeira de Vide. Cerâmica de construção (imbrices e uma tijoleira), cerâmica comum e um bordo de *dolium*. Possivelmente o sítio foi reocupado, notando-se a mistura de materiais.

*Referências: Carneiro, 2004: nº 78; 2005 nº 146.*

### **10.15. Nora**

CMP 383 / CNS 16119 / N 39° 05' 57.2" / 7° 39' 31.3" / Terreno / Casal

Em zona de relevos suaves, com linha de água na base, hoje represada por uma charca. No redil quadrangular encontram-se dois silhares, com talhe

rústico, embutidos de cada um dos lados da entrada principal. A mancha de vestígios é constituída por imbrices, cerâmica comum e fragmentos de *dolium* ao longo de cerca de 4000m<sup>2</sup>.

*Referências: Carneiro, 2004: n° 41; 2005 n° 100.*

### **10.16. Samaruda**

CMP 383 / CNS 16118 / N 39° 05' 44.9" / 7° 39' 23.6" / Terreno / Necrópole  
Junto às casas do monte, aquando da plantação do olival, foi descoberta uma sepultura. Pela descrição poderá ser de época romana: tinha lajes de xisto na cobertura, com estrutura de paredes em tijolo. Dentro encontrava-se um casal, sendo o previsível elemento masculino, de maiores dimensões, o que apresentava o esqueleto mais bem definido. No interior, a sepultura continha alguns recipientes cerâmicos, incluindo “de loiça vermelha”. Proximidade do sítio de Nora.

*Referências: Carneiro, 2004: n° 51; 2005 n° 58.*

### **10.17. Vences**

CMP 383 / CNS 14528 / N 39° 06' 05.4" / 7° 35' 27.1" / Terreno / Pequeno Sítio  
Situado no topo de pequena elevação, com curso de água na base, foi reconhecido aquando de empréstimo de terras, acção que o mutilou parcialmente. Foram realizados dois acertos de corte, em pontos distanciados, para avaliar uma sucessão estratigráfica. Os resultados foram publicados<sup>672</sup> e discutidos. No essencial, foram identificados dois blocos pétreos empregues em muro, um possível pavimento em terra batida com pedras de rio e uma estrutura de tipo lixeira. Os materiais recolhidos foram escassos e pouco relevantes, com a cerâmica denunciando a preocupação de conservar os produtos armazenados (grandes contentores e *dolia*). A intervenção permitiu também definir que o sítio já estaria muito destruído, fruto da sucessiva acção agrícola e da implantação sujeita à erosão.

*Referências: Carneiro, 2004: n° 58; 2005 n° 79.*

### **10.18. Almo**

CMP 383 / CNS 20160 / N 39° 06' 14.1" / 7° 35' 09.7" / Terreno / *Villa*  
Um local com um conjunto de conteúdos que nos ajudam a questionar a fronteira inferior na categoria de *villa*, ou como é difícil calibrar os contornos do conceito em função de elementos materiais contraditórios ou insuficientes. No terreno, nenhum indicador de conforto ou de requinte, mas elementos monumentais: um fuste de coluna em granito com 40 cm de diâmetro, um elemento rectangular com encaixe que terá pertencido a um peso de lagar, um silhar<sup>673</sup> e um bloco pétreo de grande porte com talhe de forma convexa.

---

672 Carneiro, 2004: 107-110

673 +/- 120 cm x 40 alt x 50 l – a peça está fracturada.

A área de dispersão de materiais é extensa, superior a um hectare: cerâmica de construção grosseira (grande percentagem com sobre-cozedura), com numerosas tipologias: tegulas, tijolos, imbrices, tijoleiras e quatro tijolos de quadrante. Também um bordo de *dolium* e alguma cerâmica comum. Está ausente a cerâmica de importação, à excepção de um fragmento de *terra sigillata* (galo-romana?)<sup>674</sup>. A implantação é propícia, embora o local esteja exposto a norte e também a oeste: no encaixe de várias linhas de água, dominando férteis várzeas da ribeira do Carrascal, os vestígios espalham-se por uma elevação suave (fronteira ao sítio de Vences, com o qual tem contacto visual) e pelas encostas amplas, formando uma espécie de anfiteatro natural. Dada a erosão, em certos pontos o afloramento sobressai, o que não augura grande potência de solo. Temos portanto que existem elementos característicos das *villae*, mas a aparência geral do conjunto é de grande rusticidade.

*Referências: Carneiro, 2004: n° 77; 2005 n° 140.*

### **10.19. Herdade da Palhinha 2**

CMP 383 / CNS 16141 / N 39° 04' 34.2" / 7° 42' 36.8" / Terreno / Pequeno Sítio

Nas proximidades de Herdade da Palhinha 1, com área circunscrita de 100m<sup>2</sup> onde se identificaram imbrices (idênticos aos do sítio principal), um bordo de *dolium* e um percutor.

*Referências: Batata, Boaventura e Carneiro, 2000: 244; Carneiro, 2004: n° 25; 2005 n° 87.*

### **10.20. Herdade da Palhinha**

CMP 383 / CNS 13728 / N 39° 04' 30.3" / 7° 42' 13.3" / Terreno / *Villa*

O local foi dado a conhecer a propósito de uma inscrição paleocristã encontrada quando se procediam a trabalhos agrícolas. A peça é de enorme relevância, quer pelos seus conteúdos intrínsecos, quer pela escassez de testemunhos contemporâneos nesta área. E é precisamente a última leitura da peça, apresentada por Manuela Alves Dias e Catarina Gaspar<sup>675</sup>, que trouxe uma leitura de grande alcance para a compreensão do sítio. Na realidade, na linha três do epitáfio é sugerido *Lancie mon(a)st(erio)*: “A l. 3 é a que levanta maiores problemas; após a observação directa da inscrição, admitimos *MONST* como abreviatura de *Mon(a)st(erio)*, que desenvolvemos como a forma de ablativo singular, para indicar a circunstância do ‘lugar onde’<sup>676</sup>. De acordo com a interpretação, a epígrafe referir-se-ia à “sepultura da menina Petra, [que] viveu o tempo de 8 anos no mosteiro de Lancia”. Relembrem-se

---

674 Prospecção a 21.07.2005, já depois da publicação da Carta Arqueológica.

675 2006: n° 156.

676 Alves Dias & Gaspar, 2006: 259.

então os dados de terreno. O local foi classificado como *villa* em função da muito extensa área de dispersão de vestígios; visitado por cinco vezes entre 1999 e 2000<sup>677</sup>, estimei a área em 50000m<sup>2</sup>, embora ampliada pelas lavras, ao longo de duas encostas suaves, voltadas a oeste com ribeira na base (portanto, em implantação canónica para uma *villa*). O que se encontrava no local, especialmente nos alvéolos das oliveiras arrancadas, era um conjunto muito bem conservado de cerâmica de construção, predominando as tonalidades claras: imbrices (muito abertos), tegulas (de perfil abatido ou pouco saliente), tijoleiras de pavimento, pedras de granito e cerâmica comum, dois fragmentos de *terra sigillata* (norte-africano e hispânico), um fragmento de *dolium* com digitações e um fragmento de ânfora. No adro das casas do monte, entretanto reconstruídas, estavam depositadas uma base de coluna, um tambor e uma mó movente, todos em granito. Por informação oral do antigo proprietário foi indicado o achado de uma “pedra circular toda escrita à volta”, (marco miliário?) entretanto destruída. Um antigo trabalhador mencionou que foram encontradas outras epígrafes: uma com figuração antropomórfica (uma cara grosseiramente desenhada) sobre texto latino, uma segunda com representação de um cavalo sobre texto latino, e uma terceira só com texto. Referiu ainda que, a este do local de povoamento, estaria uma zona de necrópole, pois ali se encontraram lajes de xisto, bilhas e jarros e uma sítula de bronze. Portanto, os dados são variados e promissores. Ocupação romana com indicadores de monumentalidade, e uma epígrafe do século VI que permite entrever uma diferente unidade de povoamento<sup>678</sup>. Estes dados são seguros, e demonstram que este pode ser um local paradigmático para a percepção dos fenómenos de evolução e transformação durante a tardo-romanidade.

*Outras referências: Batata, Boaventura & Carneiro, 2000; Carneiro, 2002: 143-144; Carneiro, 2004: nº 24; 2005 nº 12.*

### **10.21. Monte do Farrusco 1**

CMP 383 / CNS 16102 / N 39° 04' 08.6" / 7° 37' 34.0" / Terreno / Casal

É complexo avaliar este sítio, pois a pequena elevação onde se encontra foi cortada em grande extensão de modo a criar um terreiro para uso agrícola. Parte das terras foram vazadas para cima de uma área onde existem vestígios arqueológicos, por isso o sítio foi em parte cortado, e em parte enterrado. Os indicadores estão mais bem preservados na encosta sul, onde não se registaram alterações topográficas, e originalmente estaria também voltado para oeste. Está em zona de abundantes recursos hídricos, com a ribeira do Carvalho na base e próximo da ribeira Grande. Ainda se encontram dois silhares, previsivelmente

---

<sup>677</sup> A paisagem no local alterou-se entretanto de forma substancial, com a introdução de uma prática agrícola mais agressiva, à base da plantação de tomate.

<sup>678</sup> As dificuldades de leitura da linha três são realçadas pelas autoras já referidas.



em alinhamento original, e um outro próximo. À superfície são visíveis vários fragmentos de cerâmicas de construção (tegulas e imbrices, muitos deles calcinados), escória de fundição e cerâmica comum. Foram recolhidos dois pesos de tear e dois fragmentos de *terra sigillata* hispânica. Encontrou-se ainda um fragmento de mó girante. Todos os materiais dispersam-se por uma área actualmente conservada de meio hectare. Embora seja complexo perceber o que foi retirado ao sítio, e definitivamente destruído, parece que Farrusco 1 seria um casal de vocação produtiva – mó, pesos de tear e abundante escória. Existem todavia indicadores de monumentalidade e uma cultura material interessante, pelo que não é de excluir a hipótese de aqui ter existido uma *villa*.

*Referências: Carneiro, 2004: n.º 39; 2005 n.º 73.*

### **10.22. Monte do Farrusco 2**

CMP 383 / CNS 20171 / N 39° 04' 07.5" / 7° 37' 30.2" / Terreno / Pequeno Sítio

Sítio monofuncional na dependência de Farrusco 1, do qual dista uma centena de metros. Pequena área de dispersão de materiais (cerca de 100m<sup>2</sup>), marcada por fragmentos de grande dimensão de escória e uma mancha de imbrices, alguns em bom estado e com marcas de fogo. Pequeno sítio dedicado à metalurgia, dadas as marcas das actividades de fundição, curiosamente também presentes no sítio principal. Na base de pequena elevação, que o protege dos ventos de norte.

*Referências: Carneiro, 2004: n.º 82; 2005 n.º 169.*

### **10.23. Cerro da Capela**

CMP 383 / CNS 20170 / N 39° 04' 03.6" / 7° 37' 38.9" / Terreno / Pequeno Sítio

Mancha de dispersão de 200m<sup>2</sup>, com imbrices, um tijolo e cerâmica comum. Tem contacto visual com Farrusco 1, situando-se na margem oposta da ribeira.

*Referências: Carneiro, 2004: n.º 81; 2005 n.º 168.*

### **10.24. Coutada de Baixo**

CMP 383 / CNS 20186 / N 39° 04' 13.6" / 7° 36' 59.2" / Terreno / Necrópole

Ao longo de uma larga extensão (ampliada é certo, pela lavra do terreno anual), encontra-se cerâmica de construção dispersa, e estão depositadas grandes lajes de xisto (elemento alógeno a um substrato granítico) junto a uma charca de água. Como tal o sítio foi interpretado como necrópole<sup>679</sup>.

*Referências: Carneiro, 2004: n.º 18; 2005 n.º 50.*

---

<sup>679</sup> Circunstância mantida desde o primeiro momento de interpretação embora em *Endovelico* surja “casal”.

### 10.25. Porto de Vaiamonte

CMP 383 / CNS 20192 / N 39° 04' 00.1" / 7° 36' 04.2" / Bibliografia / Villa (?)

Um exemplo que ilustra bem a dimensão da perda, ou as dificuldades em rastrear o terreno. Entre a população de Fronteira é bem conhecida a existência em local próximo da Ribeira Grande de um sítio com abundantes vestígios, quando se abriram valas para a exploração de tomate, nos anos setenta. As menções coincidem: silhares, colunas, telhas e a “loiça vermelha” que comumente identifica *terra sigillata*. Actualmente o local, situado em anfiteatro natural voltado para a ribeira, não é objecto de qualquer trabalho agrícola, pelo que se encontra permanentemente coberto por mato de pastagem. Portanto, todas as prospecções foram inconclusivas, não se observando qualquer indício. Desta forma, um local apontado como tendo uma grande exuberância de vestígios desapareceu (temporariamente?) das acções de detecção e registo de superfície.

*Referências: Carneiro, 2004: n° 48; 2005 n° 156.*

### 10.26. Almentolios

CMP 383 / CNS 19067 / N 39° 04' 22.8" / 7° 35' 57.4" / Terreno / Casal

Unidade com 200m<sup>2</sup> de área, com perfeita delimitação da superfície. A elevação suave apresenta uma plataforma que coincide com os vestígios, e a vegetação apresentava-se aqui mais densa e elevada na altura da visita. Além de pedra utilizada em construções notam-se dois blocos de granito, que parecem silhares rudemente afeiçoados, uma mó girante, mancha de cerâmica de construção e cerâmicas comuns de tonalidade avermelhada.

*Referências: Carneiro, 2004: n° 1; 2005 n° 124.*

### 10.27. Porto de Melões

CMP 383 / CNS 8393 / N 39° 03' 26.3" / 7° 41' 38.7" / Terreno / Casal

O local encontra-se na península formada pelo encaixe da ribeira do Bringelo na ribeira Grande, próximo de um antigo caminho do qual guarda o nome. As evidências espalham-se por meio hectare, considerando os dois núcleos: a oeste a necrópole, onde surgiu uma sepultura de caixa em tijolo descoberta por trabalhos agrícolas. Não se conhece espólio votivo, mas apresentava ossos humanos. Na envolvente estão lajes de xisto e cerâmicas de construção. A este, no limite da península, são reconhecíveis, junto ao leito de cheia da ribeira do Bringelo, alguns troços de muros, incluindo a esquina de um compartimento. O aparelho de construção é formado por lajes de xisto com ligante de terra húmida. Mais acima está um grande peso de lagar, sendo visíveis numerosos fragmentos de *dolium*, alguns quebrados em conexão. A vegetação muito alta impede uma correcta visualização das realidades. A sul reconhece-se uma barragem, na encosta da margem direita da ribeira do Bringelo, com aparelho muito irregular de grandes blocos de quartzo e de lajes de xisto, sem ligante, e

com meio metro de espessura. Na margem oposta, um tanque e uma fonte de cronologia incerta, além de um caminho fóssil.

*Referências: Batata, Carneiro & Boaventura, 2000; Carneiro, 2004: nº 47; 2005 nº 42.*

### **10.28. Fonte de Frade**

CMP 383 / CNS 20194 / N 39° 02' 37.8" / 7° 36' 40.4" / Topónimo / Necrópole

Mais um sítio sobre o qual apenas existe a memória oral: achado de uma sepultura na sequência de trabalhos agrícolas, com invólucro sepulcral de tijolo revestido com "pedrinhas de xisto". No interior foi feita menção a "loija vermelha", não sendo possível apurar se existiriam ossos ou cinzas.

*Referências: Carneiro, 2004: nº 22; 2005 nº 158.*

### **10.29. Barrocal**

CMP 383 / CNS 19064 / N 39° 02' 17.4" / 7° 36' 02.8" / Terreno / Pequeno Sítio

Fronteiro à necrópole de Outeiro do Mouro, apenas separado por um afluente da ribeira de Ana Loura. Situa-se na base de uma elevação suave, distante do leito de cheia por uma plataforma que o alteia e onde se concentram os vestígios: em 200m<sup>2</sup> encontra-se uma mancha de imbrices, um fragmento de bojo de *dolium* e algumas cerâmicas de armazenamento grosseiras. Uma mó girante denuncia actividades produtivas.

*Referências: Carneiro, 2004: nº 5; 2005 nº 121.*

### **10.30. Merouços 2**

CMP 384 / CNS 16164 / N 39° 07' 06.1" / 7° 34' 15.4" / Terreno / Pequeno Sítio

No alto de uma pequena lomba, junto ao traçado da via XIV que aqui se encontra bem visível, com um caminho murado e marcas de rodados no afloramento. Mancha de imbrices e tegulas em área de 300m<sup>2</sup>. Próximo encontrou-se uma mó girante.

*Referências: Carneiro, 2004: nº 34; 2005 nº 86.*

### **10.31. Merouços 1**

CMP 384 / CNS 16163 / N 39° 07' 07.1" / 7° 34' 06.2" / Terreno / Necrópole

Necrópole da *villa* da Horta da Torre, implantada no topo da elevação imediatamente a seguir e dela separada por pequena linha de água. O espaço funerário encontra-se assim entre a unidade de habitação e a via XIV. A crista do afloramento protegeu uma parte do conjunto, cujos topos ainda são visíveis: afloram *laterae* definindo duas sepulturas, encontrando-se algumas lajes de xisto, tegulas e imbrices. Também daqui provêm algumas tampas de mármore doadas à Reserva de Arqueologia do Município de Fronteira.

*Referências: Serras, 1997: 179; Carneiro, 2004: nº 33; 2005 nº 85.*

### 10.32. Alto da Torre

CMP 384 / CNS 20167 / N 39° 07' 19.5" / 7° 33' 56.4" / Terreno / Pequeno Sítio

Concentração de imbrices em 100m<sup>2</sup>, mas existem histórias sobre escórias e “limalhas de ferro”, que não foram observadas. Sítio na dependência da Horta da Torre.

*Referências: Carneiro, 2004: n° 79; 2005 n° 149.*

### 10.33. Horta da Torre

CMP 384 / CNS 5760<sup>680</sup> / N 39° 07' 12.2" / 7° 33' 51.8" / Terreno / *Villa*

O melhor exemplo concelhio da opulenta *villa* clássica: excelente construção, elevada monumentalidade, requinte e qualidade em todos os elementos estruturais e artefactuais. Infelizmente, foi este conjunto de características que conduziram o sítio a uma espiral de depredações e destruições que o deixaram irremediavelmente mutilado.

A inserção na paisagem respeita o padrão: meia-encosta suave, voltada a sul e oeste, para onde desfruta de apreciável visibilidade, tendo abundantes recursos hídricos nas proximidades e dispondo de ampla variedade pedológica na envolvente. Encontra-se a cerca de quinhentos metros da via XIV, dispondo de *diverticulum* próprio. Até 2005 decorreram iniciativas que conseguiram pôr fim à acção destrutiva do proprietário e dissuadiram caçadores de tesouros. A mais significativa consistiu em sondagens e levantamentos gráficos dos núcleos mais representativos, desentulhando de pedras os que se encontravam cobertos. Por razões logísticas, as sondagens foram interrompidas antes de produzirem resultados para a compreensão do local. Mantém-se assim o estado de conhecimentos já publicado<sup>681</sup> resultante da observação dos três principais núcleos estruturais visíveis: o “Banho”, tanque de 15x25m com cuidado forro de *opus signinum*, apresentando duas paredes conservadas em parte e uma terceira tombada<sup>682</sup>; a “Torre”, grande estrutura absidada pertencente a um edifício termal ou à *pars urbana* da *villa*; e a “Mesquita”, ábside revestida a mosaicos, afastada do núcleo principal. Também logo a sul e cerca de 30 metros a oeste do *Banho* foram identificados extensos pavimentos de *opus signinum*. Finalmente, em Setembro de 2002 uma lavra mais funda evidenciou, cerca de vinte metros a oeste da “Torre”,

---

680 Na base de dados *Endovelico* encontra-se atribuída à freguesia de Vaiamonte, concelho de Monforte.

681 Artigo genérico em Carneiro, 1999-2000; informação em Carneiro, 2004: n° 26 e Carneiro, 2005: n° 48.

682 A sua implantação espacial, a uma cota superior em relação aos restantes núcleos estruturais, indica que relacionava-se com o abastecimento de água ao núcleo residencial e a um espaço termal que existiria em tão monumental complexo. Junto às casas encontra-se um complexo conjunto de canalizações que poderão aproveitar estruturas romanas relacionadas com o cultivo de *horti* nos terraços junto à linha de água.

mosaicos com inclusão de tesselas em vidro e metal que foram afectados pelo arado. Foi nesta área que se realizaram sondagens permitindo identificar restos de mais dois tanques de *opus signinum* e uma canalização escavada na rocha. Mais a sul, junto à pequena casa, estão reaproveitados, nos aparelhos de construção das várias habitações, seis elementos de mós. Uma coluna de mármore negro de 1,85m de altura foi oferecida pelo anterior proprietário à C. M. de Monforte. Finalmente, um peso de lagar foi recolhido na extrema das duas propriedades. Entre estes núcleos existem numerosas estruturas aflorando à superfície, bem como uma profusão de pedras argamassadas, blocos de *opus signinum* e cerâmica de construção. Existe uma considerável concentração de cerâmica fina de importação na horta junto ao curso de água. Neste conjunto destacam-se as marcas de oleiro em *terra sigillata* itálica de ateliers de *Proculus* e de *Eubodus* que levantam questões que já foram abordadas em artigo próprio<sup>683</sup>. Queria apenas chamar a atenção para o facto de serem elementos datantes do primeiro quartel da Era que coloca o momento fundacional contemporâneo da criação da própria paisagem imperial. Embora as duas peças tenham sido recolhidas à superfície, e por isso tenham de ser olhadas com cautela, documentam um momento temporal para o qual existem muito poucos dados. Ainda no campo artefactual, registo que é da Horta da Torre que provém a mais diversificada colecção anfórica no concelho<sup>684</sup>, o que denuncia uma grande capacidade de abastecimento, dinâmica visível também na diversidade de fragmentos vítreos, na fauna malacológica e na grande frequência de moedas<sup>685</sup>. Sendo esta uma *villa* que regista uma construção precoce, a julgar pelas marcas de oleiro itálicas, será também um sítio onde a presença humana se prolonga para lá do século V. Os materiais de *terra sigillata* africana encontrados em prospecção indicam um abastecimento até ao século VI, visto que no arco temporal temos formas Hayes 76<sup>686</sup> e Hayes 93b<sup>687</sup>. Não sendo para já confirmada a interpretação da “Mesquita” com um local de culto paleocristão, como já em tempos adiantei<sup>688</sup>,

---

683 Carneiro & Sepúlveda, 2011.

684 Carneiro e Alves, 2011.

685 O que levou Augusto Serras a apelidar o local de “casa da moeda”. Reproduzo uma passagem do autor, dado o valor documental: “O topónimo vem-lhe de uma torre redonda de atalaia, com cerca de 18 m de diâmetro, postada no outeiro e cujos alicerces foram removidos há duas ou três décadas, para construção de um muro ali perto. O *Banho*, grande tanque, com duas grossas paredes ainda de pé. Eram visíveis abundantes vestígios de escória de cobre. Apanharam muitas moedas, bilhas e lucernas intactas. O autor e o Padre H. Louro fizeram escavações, tendo encontrado pedaços de mosaico romano, revolvidos pela charrua. A *Mesquita* tem paredes inferiores a um metro de altura mas a espessura ronda o metro. O tamanho é de cerca de onze por cinco. Um dos extremos longitudinais fecha em arco perfeito, enquanto o extremo oposto é aberto. Mário de Saa diz que o interior das paredes era forrado de mosaicos policromos.” (1997: 222-225.)

686 Fabrico entre 425 e 475 d.C.

687 Fabrico entre 450 e 550 d.C.

688 Carneiro, 1999-2000. A utilização da ábside em estrutura de “U alongado” não

testemunha uma longa vivência no local e, lido em outra perspectiva, a capacidade de as redes de abastecimento de materiais norte-africanos chegarem até esta região dentro do século VI. Se até aos inícios do século V o reportório tipológico do sítio é relativamente monótono (dominando as Hayes 50 nas suas distintas variantes), é precisamente a partir desse momento que a diversidade de formas aumenta<sup>689</sup>. A Horta da Torre corporiza um paradigma de *villa* de aparato e opulência. É difícil definir o seu padrão de ocupação mas existem numerosos indicadores de uma intensa exploração produtiva do meio envolvente: o “Banho” para armazenagem de água<sup>690</sup>, as mós, o peso de lagar ou as escórias. Todavia, o que mais chama a atenção é o perfil ostentatório de uma *villa suburbana*: a qualidade das construções (que só pela extrema robustez aguentaram os maus tratos infligidos), onde o assentamento cuidado dos diversos componentes do aparelho construtivo colocados com grande rigor permitem uma intrínseca solidez da alvenaria; mas também a variedade e a abundância do pacote artefactual do sítio.

*Outras referências: RP 6/126; TIR J-29: 154; Saa 1956: 186.*

#### **10.34. Caniceira 1**

CMP 384 / CNS 16160<sup>691</sup> / N 39° 06. 49.9” / 7° 33’ 39.8” / Terreno / Pequeno Sítio

Sítio próximo do itinerário da “Estrada dos Castelhanos” (via XIV), apresentando em área de 200m<sup>2</sup> uma mancha de tijolos, imbrices, um fragmento de tegula e de *dolium*.

*Referências: Carneiro, 1999-2000; 2004: n° 11; 2005: n° 82.*

#### **10.35. Caniceira 2**

CMP 384 / CNS 16161<sup>692</sup> / N 39° 06’ 39.0” / 7° 33’ 37.3” / Terreno / Pequeno Sítio

Situação semelhante à anterior, mas implantado no topo de uma elevação suave. Área de dispersão idêntica, proximidade evidente ao curso da via e à superfície o mesmo registo: mancha de imbrices e tegulas e algumas pedras.

*Referências: Carneiro, 1999-2000; 2004: n° 12; 2005: n° 83.*

---

é exclusiva desse tipo de edifícios, pois é utilizada em época tardo-imperial para espaços de distintas funcionalidades.

689 Além das 76 e 93b, temos ainda registadas as formas 59b, 61a, 64 e 67.

690 A esse respeito refira-se que a ribeira de Vide apresenta dois açudes: um mais pequeno, junto ao sítio arqueológico, e outro de maiores dimensões, junto à E.N. Cabeço de Vide / Vaiamonte, e que inclusivamente apresenta uma pequena caleira de alimentação com aparelho de construção que parece ser romana.

691 Na base de dados *Endovelico* encontra-se atribuída à freguesia de Vaiamonte, concelho de Monforte.

692 Na base de dados *Endovelico* encontra-se atribuída à freguesia de Vaiamonte, concelho de Monforte.

### 10.36. Caniceira 3

CMP 384 / CNS 16162<sup>693</sup> / N 39° 06' 30.9" / 7° 33' 19.7" / Terreno / Pequeno Sítio

Prosseguindo no curso da via XIV, passando a lomba e entrando na ribeira do Juncal voltamos a ter um sítio idêntico aos anteriores: cerâmica de construção e blocos pétreos.

*Referências: Carneiro, 1999-2000; 2004: nº 13; 2005: nº 84.*

### 10.37. Castelo do Mau Vizinho

CMP 384 / CNS 13713 / N 39° 07' 05.5" / 7° 33' 13.5" / Terreno / Casal

Na vertente da elevação onde se implanta o povoado fortificado está um sítio (500m<sup>2</sup>) difícil de caracterizar. No terreno existe cerâmica de construção dispersa, alguma cerâmica comum, bojos de *dolium* e um fragmento de *terra sigillata* hispânica; na base de dados *Endovelico* acrescentam-se escórias, pesos de tear e ânforas. Junto ao Monte da Caniceira encontram-se um peso de lagar e um silhar. Está próximo da *villa* da Horta da Torre, na outra margem da ribeira do Carrascal.

*Referências: Carneiro, 2004: nº 14; 2005: nº 4.*

### 10.38. Couto Dona Luísa

CMP 384 / CNS 20148 / N 39° 06' 30.8" / 7° 33' 43.9" / Terreno / Pequeno Sítio

Prosseguindo o caminho em direcção a sul, pela via XIV, encontramos outro sítio, semelhante aos três locais de Caniceira. A meia encosta, voltado a sul, junto a um poço, temos imbrices, cerâmica comum, um fundo de *dolium* e um peso de tear (400m<sup>2</sup>).

*Referência: Carneiro, 2005: nº 206.*

### 10.39. Arneiros

CMP 384 / CNS 20191 / N 39° 05' 47.1" / 7° 33' 35.3" / Topónimo / Necrópole

Outro local de que apenas temos um registo indirecto, deixado por Augusto Serras<sup>694</sup> que menciona vestígios "romanos", o que indica estruturas à superfície. Também se encontraram sepulturas. Proximidade à via XIV.

*Outras referências: Carneiro, 2004: nº 2; 2005: nº 155.*

### 10.40. Domingos Pires 2

CMP 384 / CNS 20143 / N 39° 05' 39.8" / 7° 33' 59.2" / Terreno / Pequeno Sítio

O mesmo padrão dos sítios anteriormente listados: próximo da via XIV ocupa uma plataforma virada a norte, a meio da encosta, com linha de água na

---

693 Na base de dados *Endovelico* encontra-se atribuída à freguesia de Vaiamonte, concelho de Monforte.

694 Serras, 1997: 177; 182



base. Mancha pequena (200m<sup>2</sup>) de cerâmica de construção (imbrices), cerâmica comum e alguma cerâmica manual. Foi encontrado um peso de tear de fabrico rústico com numerosas imperfeições.

*Referências: Carneiro, 2005: nº 201.*

#### 10.41. Pocilgais

CMP 384 / CNS 20181 / N 39° 04' 47.4" / 7° 35' 04.8" / Topónimo / Necrópole

Um conjunto de peças sobre o qual foi ensaiado o processo de *remontagem* da intervenção arqueológica a partir dos dados fragmentários e lacunares que foi possível ir juntando<sup>695</sup>. Mesmo assim, as dúvidas são tantas que, por exemplo, nem a exacta localização é conhecida. Relembrem-se os factos: a única referência a Pocilgais surge em nota de rodapé de artigo de Manuel Heleno em que se aponta "um cemitério com *terra sigillata* e cerâmica comum"<sup>696</sup>, tendo a escavação sido conduzida por João Lino da Silva, que na década de cinquenta coordenava os trabalhos em Torre de Palma (Vaiamonte). O achado foi fortuito e da intervenção (em 1953) não sobreviveram registos para além das próprias peças, depositadas no MNA. A necrópole seria de cremação e pertence a uma seriação conhecida nesta área regional, com um espólio de finais do século I d.C. e inícios do seguinte. A sepultura designada com o número 1 inclui duas taças de cerâmica comum, duas taças de *terra sigillata*, um púcaro, três bilhas, uma urna e um prato, todos em cerâmica comum. A sepultura 2 compreende um púcaro de cerâmica comum, uma lucerna de fabrico emeritense com representação no *discus* de uma divindade feminina, um prato de cerâmica comum, duas taças de *terra sigillata* e numerosos vidros pertencentes a, pelo menos, dois recipientes de forma indeterminada. Finalmente, a 3 apresenta menor espólio, apenas com uma malga de grandes dimensões de cerâmica comum e uma taça de *terra sigillata*. O dado mais relevante do conjunto acaba por ser a *coabitação* – em cada uma das sepulturas, mesmo na 3, onde só temos duas peças – entre as peças do *fundo local*, perpetuando as tradições indígenas do *saber-fazer*, e as peças de importação inseridas nas dinâmicas comerciais do Império. Desse ponto de vista Pocilgais permanece como um exemplo paradigmático da integração das comunidades locais (e sua cultura material) na nova esfera provincial, residindo um dos pontos de interesse no modo como no final da primeira centúria continuamos a encontrar o apegos às morfologias tradicionais. O sítio é também paradigmático da *invisibilidade* das escavações que ocorreram nesta área geográfica, e do modo como a investigação era ditada, não por qualquer desejo de conhecer a região ou de agir de acordo com as potencialidades locais, mas pelos achados e pelo curso casual do que era encontrado. Esta aleatoriedade é uma das marcas distintivas dos programas institucionais que aqui decorreram.

*Outras referências: RP 6/140 [como "Pulsigais"]; Carneiro, 2004: nº 45; 2005: nº 151.*

---

695 Carneiro, 2005b.

696 1962: 314, nota 1.

#### **10.42. Bispas**

CMP 384 / CNS 16231 / N 39° 04' 20.9" / 7° 34' 05.8" / Terreno / Casal

Identificado em 1985 de acordo com fotografias no Arquivo Municipal de Fronteira, obtidas no terreno por técnicos do IPPAR. Não mereceu, todavia, abertura de processo nem referência na base de dados do IPA. Os vestígios encontram-se em dois topos de outeiros e no espaço intermédio, próximo de um poço e em península. Encontram-se algumas pedras aparelhadas e um cunhal de granito em L. Foram recolhidos dois pesos de tear, *dolium*, cerâmica comum e um fragmento de mármore de tom cinzento. Também se encontram imbrices, telhas e tijolos, além de um fragmento de ânfora. Os materiais são escassos e estão dispersos (1000 m<sup>2</sup>), sendo a visibilidade do terreno dificultada por não haver trabalhos agrícolas (pastoreio). Com forte possibilidade será o local articulado com a necrópole de Pocilgais.

*Referências: Carneiro, 2004: n° 7; 2005: n° 62.*

#### **10.43. Monte Branco**

CMP 384 / N 39° 03' 07.9" / 7° 32' 06.0" / Topónimo / Casal (?)

Vestígios romanos não especificados. A referência menciona "povoados ou vilas"<sup>697</sup>, onde "observei vestígios romanos"<sup>698</sup>, significando que existiriam elementos reconhecíveis à superfície. A falta de precisão quanto à localização do sítio (a herdade de Monte Branco é um extenso latifúndio) impede uma definição precisa, para além de um extenso plantio de olival ter modificado a paisagem. Mais um sítio relacionado com a Estrada dos Castelhanos, pois a menção surge associada ao traçado da via.

*Referências: Carneiro, 2004: n° 36; 2005: n° 154.*

#### **10.44. Arribanas dos Arneiros**

CMP 384 / N 39° 03' 23.4" / 7° 33' 01.4" / Terreno / Pequeno Sítio

No alto de uma pequena plataforma sobranceira ao curso da Ribeira Grande foi identificada uma mancha de cerca de 300 m<sup>2</sup> com telhas e imbrices de fabrico grosseiro.

*Referência: inédito.*

#### **10.45. Burras 2**

CMP 397 / CNS 20144 / N 39° 01' 31.2" / 7° 41' 48.8" / Terreno / Casal

Implantação em topo, mas sem qualquer destaque ou visibilidade acrescida. Tem ribeira na base e poço nas imediações. Apresenta grande e abundante mancha de concentração de materiais, com cerâmica de construção (imbrices em profusão e algumas telhas), cerâmica comum (alguma de fabrico manual),

---

697 Serras, 1997: 182.

698 Idem, p. 177.

um bordo de *dolium*, um peso de tear e um girante de mó. Como elementos arquitectónicos encontra-se um silhar de granito, numerosa pedra afeiçoada e um ábaco em mármore de um edifício paleocristão. Aliás, a propriedade contígua chama-se “Courela da Capelinha” (Carta Cadastral 1:5000). Pelo bom estado de preservação dos materiais afigura-se que uma intervenção arqueológica apresentaria resultados relevantes.

*Referências: Carneiro, 2005: nº 202.*

#### **10.46. Burraz 1**

CMP 397 / CNS 19083 / N 39° 01' 27.9" / 7° 41' 42.2" / Terreno / Necrópole

Menção oral ao achado em trabalhos agrícolas de cinco sepulturas, cobertas de lajes de xisto e com caixa sepulcral também neste material. Dentro encontraram-se um total de três crânios, vários ossos e fragmentos de cerâmica dispersos. O sítio não foi localizado, embora tenha sido objecto de prospecções em duas ocasiões. Todavia, na margem oposta da ribeira onde foi identificado Burraz 2 encontraram-se lajes de xisto (algumas de grandes dimensões), pedra estranha ao ambiente geológico.

*Referências: Carneiro, 2004: nº 8; 2005: nº 127.*

#### **10.47. Talha de Baixo**

CMP 397 / N 39° 01' 59.2" / 7° 36' 10.4" / Terreno / Pequeno Sítio

Identificado em prospecção no outeiro fronteiro à necrópole de Outeiro do Mouro, no lado oposto da estrada. Apresenta excelente domínio visual e uma plataforma no topo. Em cerca de 500 m<sup>2</sup> temos dois tipos de vestígios: telhas, imbrices, cerâmica comum grosseira, pedras argamassadas e blocos de *opus signinum*, e cerâmica manual indicando uma ocupação do Neolítico/Calcolítico.

*Referência: Inédito.*

#### **10.48. Outeiro do Mouro 1**

CMP 397 / CNS 13776 / N 39° 02' 06.2" / 7° 35' 53.7" / Terreno / Casal

Juntamente com a necrópole anexa, o local foi rebaptizado quando começaram as intervenções arqueológicas em 2007 por dois motivos: porque o micro-topónimo é significativo, mas também porque o sítio havia precipitadamente recebido o nome de uma herdade com a qual não tem qualquer relação física e paisagística. O local de habitação já foi apresentado publicamente, estando ainda por discutir algumas particularidades da cultura material. Isto porque o sítio permanece na fronteira entre os conceitos de *villa* e de casal: a favor da primeira hipótese temos silhares, um tijolo de quadrante, fragmentos de *opus signinum* e um conjunto de artefactos recolhidos em sondagem de apenas 4x3 metros: cinco recipientes de *terra sigillata* hispânica<sup>699</sup> e

---

699 Incluindo um perfil quase completo de um prato da forma Dragendorff 15/17 e um

um de *sigillata africana*<sup>700</sup> e dois fragmentos de cerâmica de paredes finas, um de fabrico emeritense<sup>701</sup> e outro bético<sup>702</sup>. A bolsa onde foram encontrados parecia corresponder a um contexto de lixeira, a julgar pelas cinzas que envolviam as peças e pela colocação numa bolsa escavada no areão sobre o afloramento. Na sondagem e em prospecções foram identificados pesos de tear, fragmentos de ânfora, numerosa cerâmica comum, predominando as formas utilitárias, duas mós girantes, vidro e escória. Contra esta interpretação, e a favor de uma estrutura modesta, estão outros conteúdos. Por exemplo, a área de dispersão de materiais parece ter sido sobre-estimada, dados os trabalhos de plantio de vinha e as escorrências da encosta; não será superior a 3000m<sup>2</sup>, embora se detectem mais manchas de materiais pela propriedade. Depois, temos as estruturas identificadas na sondagem: a esquina de um compartimento em que duas paredes tinham a colocação de duas fiadas de pedras em altura (30 cm), com ausência de argamassa ligante e utilizando cerâmica de construção no aparelho. Não se identificou qualquer vala de fundação. Poderiam definir um compartimento com piso em terra batida (UE10), visto que se notou um sedimento compacto que utilizava pedras de muito pequena dimensão sobre um sedimento mais escuro (UE11) que repousava sobre o afloramento. O quadro geral é de uma qualidade de trabalho extremamente grosseiro, o que leva a pensar que, ou estamos perante uma morada unifamiliar, ou perante um anexo de uma entidade maior. Mesmo tendo em consideração que o sítio terá sido severamente mutilado, quer pela progressiva erosão, quer pela maquinaria agrícola, resulta óbvio o contraste entre a ausência de elementos construtivos relevantes e a diversidade de espólio de cerâmica de importação que, aliás, é concordante com o encontrado no espaço da necrópole.

*Referências: Carneiro & Sepúlveda, 2001; Carneiro, 2004: nº 55 e 119-122; 2005: nº 46.*

#### **10.49. Outeiro do Mouro 2**

CMP 397 / CNS 18202 / N 39° 02' 01.9" / 7° 36' 05.9" / Terreno / Necrópole

O espaço funerário foi identificado em 2001 quando se procedia à plantação de uma vinha. Foram realizadas três sondagens espacialmente

---

fragmento de bordo de taça hemisférica de forma Drag.37 em *terra sigillata* hispânica decorada. Apenas se apercebe um pequeno arco de círculo que poderá pertencer a um motivo decorativo tipo medalhão.

700 Fragmento de bordo horizontal de grande prato em *terra sigillata africana* clara D da forma Hayes 59, decorado com duas ranhuras. Cronologia de 320 a 420 d. C. Este elemento é o que fornece uma cronologia mais avançada para este sítio e para a necrópole de Outeiro dos Mouros 2, cujo quadro aponta para uma utilização entre a segunda metade do século I d.C. e a primeira da centúria seguinte.

701 Dois fragmentos com colagem de parede com carena de taça em cerâmica de paredes finas da forma Mayet XLIII, com decoração mamilada efectuada pela aplicação de barbotina. Produção emeritense. Cronologia flaviana.

702 Pequeno fragmento muito erodido, circunstância que impede uma definição da forma.

distanciadas; a partir de 2007, quando os trabalhos de escavação foram retomados, procedeu-se à ampliação sucessiva de áreas a partir do foco da Sondagem 1, seguindo uma filosofia de *open area*, que permitiu identificar mais de trinta sepulturas. E neste sentido, considerando *os sítios satélites* que orbitam em torno da necrópole – Outeiro do Mouro 1, Barrocal, Talha de Baixo e Monte da Amendoeira, de este para oeste e de norte para sul – refira-se, desde já, que os resultados da escavação conduzida na necrópole apontam para um conjunto de sepulturas de espólio pouco variado e inserido em actividades ligadas ao mundo agrícola, sobressaindo dois pentes de cardagem de lã como elemento artefactual mais relevante. De resto, mantém-se a cronologia proposta (segunda metade da primeira centúria d.C. e inícios da seguinte) e um conjunto de sepulturas onde coabitam as peças pertencentes ao *fundo indígena* já mencionada a propósito de Pocilgais, com algumas importações depositadas como oferendas – três lucernas e alguns recipientes de *terra sigillata*, em número reduzido face ao total de enterramentos. No restante, temos um conjunto de sepulturas de cremação, com diversas variantes: deposição de cinzas com espólio, deposição de esquirolas com espólio e deposição de cinzas sem espólio. Foram identificadas algumas estruturas pétreas sem qualquer espólio no interior. No topo estão duas caixas em lajes de xisto que constituem duas sepulturas de inumação, dentro das quais nenhum espólio ou elemento material foi encontrado, e que se implantam em local distante do restante conjunto de enterramentos. Poderão documentar tumulações posteriores (eventualmente sem relação com a necrópole romana, por não haver uma percepção de visibilidade) ou a existência de outro rito funerário dentro da comunidade. Em visão geral, e em função dos dados recolhidos, a necrópole de Outeiro dos Mouros parece funcionar como o local de deposição final de uma comunidade vinculada às actividades agro-pastoris e à exploração do meio envolvente. Não existem bens de excepção, nem uma preparação da última morada feita com requinte. Todos os conjuntos e sepulturas assumem as tipologias conhecidas para esta área regional e vinculam-se a uma comunidade que habitaria nos pontos de povoamento em volta, dentro de um quadro de povoamento disperso, onde o Outeiro do Mouro funcionaria como pólo agregador e, porque não?, como referente na paisagem. Manifesta-se a filiação nas tradições oleiras locais, o que não impede uma integração – modesta, é certo – dos elementos artefactuais característicos da ordem imperial. Tendo em consideração este modelo de povoamento disperso (pelo menos enquanto não for identificado um sítio de maior volumetria, cuja existência não deve ser excluída), é possível que o referente unificador destas comunidades seja o espaço funerário comum. Isto porque a necrópole encontra-se no centro de um conjunto de quatro pontos de povoamento que orbitam à sua volta, estando as tumulações precisamente no centro.

Ora, este modelo espacial assume um evidente interesse, levantando várias questões.

Desde logo, e apesar dos escassos indicadores, é possível a sincronia de ocupação entre estes sítios, pois os materiais recolhidos à superfície apontam nesse sentido, existindo um *ar de família* nas produções cerâmicas. É também possível especular que em modelos de povoamento disperso, como nesta zona, as necrópoles funcionassem como espaços comunitários de enterramento, ou seja, não temos um modelo unívoco de *um povoado = uma necrópole*, mas de *vários povoados = uma necrópole*. Outeiro do Mouro 2 poderia funcionar como o epicentro tumular dos sítios de Barrocal, Outeiro do Mouro 1, Talha de Baixo e Amendoeira, e até de outros que venham a ser identificados. O que levanta ainda outra dúvida por esclarecer, que reside no porquê de nesta área não encontrarmos o *modelo-villa*, mas antes um conjunto de sítios dispersos, independentes entre si, e todos do tipo *casal agrícola*. A questão não é de fácil resposta, mas analisando a cartografia, este parece funcionar como um espaço de transição; aliás, uma dupla transição, do ponto de vista pedológico (das terras de xisto para as terras de granito) e da presença humana (para oeste existe um vazio de povoamento, para este temos as *villae* de São Saturnino e de São Francisco). Poderíamos ter então um *espaço neutro*, digamos assim, que acaba por ser ocupado por pequenas unidades a larga distância da via XIV, em franja marginal por oposição às *villae* que estão mais próximas do itinerário. Há ainda uma questão conceptual: partindo do princípio que são casais autónomos mas relacionados entre si, no espaço e em função de um referente, como apelidá-los? Casais agrícolas ou um *vicus* disperso?

*Referências: Carneiro & Sepúlveda, 2001; Carneiro, 2004: nº 56 e 122-127; 2005: nº 174.*

### **10.50. Amendoeira**

CMP 397 / N 39° 01' 46.8" / 7° 35' 53.5" / Terreno / Casal

Em zona de relevos suaves, distanciado dos sítios de Talha de Baixo e Outeiro do Mouro por um curso de água que a jusante foi modernamente represado. Ao longo de 1000m<sup>2</sup> encontram-se vestígios com densidade superficial: imbrices, tegulas e cerâmica comum pertencente a grandes contentores, como potes e alguidares, além de três bordos de *dolium*. Ainda foram encontrados três fundos de *terra sigillata* hispânica (um conservado em cerca de metade, com marca de oleiro), quatro pesos de tear (um deles um contrapeso de pequenas dimensões), além de pedras argamassadas.

*Referências: Carneiro, 2005: nº 212.*

### **10.51. Moinho de Vento da Rabasquinha**

CMP 397 / N 39° 00' 46.3" / 7° 36' 08.2" / Terreno / Pequeno Sítio

Junto ao moinho de vento em ruínas encontra-se uma mancha de cerâmica, entre a estrutura e o moroiço de pedras. Cerca de 500m<sup>2</sup> de área que apresentam

imbrices e tegulas. Embora a cota não seja elevada, a visibilidade envolvente é impressionante.

*Referência: Inédito.*

### **10.52. Monte Alegre**

CMP 397 / CNS 13791 / N 39° 01' 04.1" / 7° 35' 36.9" / Terreno / Casal

Referenciado pela descoberta de uma sepultura de incineração em 1996. Os arqueólogos que visitaram o local assinalam “sepulturas com cinza, fragmentos de ossos, fragmentos de cerâmica comum e de construções (‘imbrices’) e um fragmento de ‘terra sigillata.’” [...] O sítio, que se encontra inédito, localiza-se numa encosta suave voltada a SE, a cerca de 300m do Monte [...]. A necrópole de incineração estende-se [*sic*] por uma área aproximada de 450m<sup>2</sup> sendo visíveis restos de sepulturas com cinzas, fragmentos osteológicos, fragmentos de cerâmica comum e de construção (imbrices). Recolhemos, ainda, 1 fragmento de TSH. Na mesma encosta, a cerca de 250m deste local, existem vestígios materiais de um habitat que consideramos corresponder a um casal agrícola romano.”<sup>703</sup> As diversas prospecções feitas não permitiram identificar o espaço sepulcral, apenas as evidências relativas ao provável casal. Assim, temos uma mancha de 1000m<sup>2</sup> com cerâmica de construção (imbrices e tegulas), fragmentos de *dolium*, blocos de argamassas e um fragmento de *terra sigillata* hispânica, além de cerâmica comum. Junto ao monte está depositado um fragmento de mó.

*Outras referências: Carneiro, 2004: nº 35; 2005: nº 37.*

### **10.53. Cerejeira**

CMP 397 / CNS 5765 / N 39° 01' 03.9" / 7° 35' 22.7" / Terreno / Casal

Muito afectado por factores pós-deposicionais, como a erosão e o plantio de um olival. Assim, a mancha de materiais apresenta-se pouco compacta e com elementos erodidos, constituídos por cerâmica de construção e fragmentos de *dolia* ao longo de uma extensão de 1000m<sup>2</sup>. O muro que delimita a horta tem fragmentos de imbrices, tegulas e tijolos incorporados na alvenaria. Voltado para sul, em elevação com uma pequena linha de água na base, dominando bons solos agrícolas.

*Referências: Carneiro, 2004: nº 15; 2005: nº 9.*

### **10.54. Monte de S. Saturnino**

CMP 398 / CNS 4533 / N 39° 02' 01.9" / 7° 32' 56.9" / Terreno / Villa

Em implantação privilegiada: suave encosta voltada a sul e oeste, com amplo domínio visual, dispondo de abundantes recursos hídricos e férteis várzeas no sopé. O quadro paisagístico ideal para a instalação de uma *villa*, no caso, a que

---

703 Ofício de 16-10-1996 assinado por Armando Redentor, Processo IPPAR nº 4.08.050.



consta há mais tempo da investigação concelhia<sup>704</sup>. Trata-se também do único local onde se observam *in situ* um mosaicos policromo (azul, vermelho branco e amarelo), aflorando sob o monte. Junto às casas estão depositados alguns silhares (um almofadado) e um fuste de coluna em mármore, além de várias mós. Os materiais estendem-se por uma área considerável (um hectare). Entre os elementos cerâmicos, misturados com outros recentes (nomeadamente vidrados), realce para um fragmento de *terra sigillata* itálica, para além de cerâmica de construção (tegulas, imbrices, tijolos), fragmentos de ânfora, *terra sigillata* de outros fabricos (hispânicos e africanos), de *dolia* e de numerosos tipos de cerâmica comum, predominando a cerâmica de cozinha com marcas de fogo e pastas escuras. A área de dispersão de vestígios estende-se por toda a encosta, pela horta e olival atrás do monte, para norte em direcção à igreja, e para oriente em direcção ao topo da encosta, deixando antever a existência de várias construções anexas à parte residencial da *villa*. Outro elemento relevante para a história do local consiste na cristianização topográfica, não directamente sobre a *villa* mas a quinhentos metros a noroeste, onde se ergue um dos mais antigos templos do concelho. Para além de ter sido um importante centro de romaria, tem a curiosa invocação do orago, um mártir gaulês do século III.

*Outras referências: RP 6/141; TIR J-29: 144; Vasconcellos, 1927-1929: 219; Saa, 1956: 191; Carneiro, 2004: nº 38; 2005: nº 52.*

### **10.55. Torrados**

CMP 398 / CNS 20168 / N 39° 02' 00.2" / 7° 32' 29.2" / Terreno / Casal

Pequena elevação desfrutando de boa visibilidade, em especial para o vale da ribeira de Almuro. A mancha central de vestígios é pequena – cerca de 200m<sup>2</sup> – mas na envolvente encontram-se, dispersas, mais concentrações, o que pode indicar um sítio com construção central e anexos. Quanto aos materiais, temos imbrices, uma mó fragmentada em duas metades, e um peso de tear de grandes dimensões e grosseiro. Poderá tratar-se de um casal agrícola ou de uma unidade integrada no *fundus* de S. Saturnino, do qual dista cerca de oitocentos metros.

*Referências: Carneiro, 2004: nº 80; 2005: nº 159.*

### **10.56. Monte de S. Francisco**

CMP 398 / CNS 5768 / N 39° 00' 15.0" / 7° 34' 17.6" / Terreno / *Villa*

Um sítio arqueológico que merecia melhor sorte. A casa que lhe está sobreposta conduziu a fortíssimos revolvimentos e amplas destruições,

---

704 Primeira menção em Vasconcellos, 1927-1929: 200: "Em São Saturnino ha um monte (casa de campo) construído sobre um mosaico: ao Norte e perto da igreja." Mais tarde, Chaves, 1936: 58, reproduz a notícia de Vasconcellos. Consta também dos cadernos de Manuel Heleno, 1947: "próximo da igreja de S. Saturnino [...] se encontram restos dum mosaico romano a cores, com flores".

potenciada pela lenda de existência de uma igreja que conduziu à depredação do local por populares. Por estes motivos encontra-se muito destruído, sendo a ampla mancha de materiais a consequência do revolvimento dos níveis arqueológicos. Trata-se de uma *villa* inserida nos habituais padrões de implantação: voltada a sul e oeste, a meio de uma encosta suave com linha de água na base e numerosos recursos hídricos disponíveis (na extremidade norte do sítio, por exemplo, encontra-se um poço). Tem ao seu dispor várias gamas de solos com diferentes aptidões agrícolas. Não são visíveis estruturas, mas a mancha de materiais é compacta e é evidente a plataforma de assentamento, que duplica a área do monte. Os materiais são de uma considerável diversidade: tegulas, imbrices, tijolos de variadas tipologias (incluindo de *suspensurae* e de quadrante) e fragmentos de *opus signinum* arrancados pelo arado. Têm sido recolhidos fragmentos de cerâmica de paredes finas, lucernas, ânforas, *dolium* e uma variedade assinalável de cerâmica comum de excelente qualidade de fabrico; também uma pulseira em vidro, uma *cuticula* em xisto, duas marcas de jogo em cerâmica e, entre vários fragmentos de *terra sigillata*, um bordo de *sigillata* marmoreada, a única conhecida na região. Referência para a recolha de três fundos de *terra sigillata* com marca de oleiro, sendo dois de proveniência galo-romana<sup>705</sup>. Estando ausentes os fabricos itálicos, merece referência a elevadíssima percentagem de fabricos norte-africanos<sup>706</sup>, em especial da categoria D<sup>707</sup>, dominando as tipologias Hayes 50 e Hayes 61, de amplo leque cronológico, com fabricos que atingem meados do século VI<sup>708</sup>. Temos assim uma *villa* que parece atingir o *floruit* em momentos tardios, mantendo uma apreciável capacidade de se abastecer de fabricos norte-africanos até muito para lá do prenho colapso das redes mediterrânicas<sup>709</sup>. Quanto a elementos

---

705 Duas marcas são ilegíveis mas a do fragmento RS/1[32] é do atelier de *CASTUS* (selo .FCASTI) com laboração durante o período de Cláudio a finais do principado de Nero ou inícios dos Flávios (40 a 70/80 d.C.) (Carneiro & Sepúlveda, 2011).

706 Até finais de 2005 foram recolhidos cento e quarenta e dois fragmentos, quase o dobro dos fragmentos recolhidos na Horta da Torre (oitenta e três) e em São Pedro (oitenta e dois, sendo que aqui se entendem os encontrados em contexto de escavação, pois em prospecção nenhum fragmento foi identificado). Claro que estes totais valem o que valem e nesse sentido são relativos, pois dependem de inúmeros factores, que vão desde os fenómenos pós-deposicionais até às condições de visibilidade do terreno em prospecção (embora os paralelismos de destruição entre as situações recentes de Horta da Torre e S. Francisco sejam assinaláveis).

707 107 fragmentos, 79% do total.

708 Nesta família cerâmica estão presentes as formas Hayes 45, 50, 58, 59, 60, 61, 63, 67, 84 e 97, sendo esta a mais tardia (450-550 d.C.).

709 Como mais tarde se comenta, é necessário olhar para estes dados com dois tipos de precaução: por um lado, estamos a lidar com fragmentos recolhidos em prospecção (é certo que de uma série muito coerente, mas descontextualizados). Por outro lado, é necessário ter em conta que as cerâmicas de mesa importadas têm em geral uma longevidade maior devido ao seu valor intrínseco, pelo que os seus contextos de utilização poderão ter perdurado mais no tempo. Seja como for, os dados de S. Francisco, como os da Horta da Torre, mostram uma plena inserção nas redes de abastecimento de produtos até momentos avançados.

estruturais, estão, como se compreende, em contextos secundários, arrancados pela lavoura ou embutidos nas paredes do monte: silhares de granito, três bases de coluna em mármore, além de tesselas e fragmentos de mosaico com quatro cores - azul, amarelo, vermelho e preto. Nos moroiços da parcela contígua existem dois fragmentos de escória de grandes dimensões (35cm por 20 de largo, o mais visível); elementos de construção cerâmicos inteiros (tijolos, tijolos de quadrante, tijoleiras); silhares e troços de parede arrancados. Finalmente, do local provêm duas epígrafes, sendo uma delas uma ara funerária fruto de recolhas antigas<sup>710</sup> e outra, uma peça recuperada na década de oitenta<sup>711</sup>. A densidade de informação é tão grande que é possível empreender uma primeira leitura do sítio em função dos achados de superfície: a oeste, sob o monte, a *pars urbana*, pois todos os indicadores de monumentalidade daqui provêm (nomeadamente os elementos em mármore e os mosaicos arrancados); a este, na parcela contígua, o sector dedicado à laboração, com os blocos de escória, as cerâmicas de armazenamento, mas também a *sigillata* africana. Trata-se de um sítio que merecia um projecto de investigação que permitisse confirmar (ou infirmar...) as leituras propostas, com uma diversidade de indicadores que o colocam, neste momento, sem paralelo em algumas das categorias informativas. Uma densidade de cultura artefactual notável, com uma significativa perduração no tempo, em actividade até, pelo menos, aos inícios do século VI. S. Francisco encontra-se na periferia de Vale de Maceiras, um topónimo sugestivo<sup>712</sup>.

*Outras referências: RP 6/\*\*\*(p. 150); TIR J-29: 160; Saa, 1956: 191; Carneiro, 2004: nº 37; 2005 nº 40; Carneiro & Sepúlveda, 2005: 438.*

### Vale de Maceiras 3

V. concelho de Sousel.

## Comentários gerais

Após a publicação dos resultados da primeira fase de investigação, em 2004/2005, o estudo sobre o povoamento romano do concelho de Fronteira sofreu uma inflexão. As prioridades centraram-se na investigação centrada em sítios focados como *case studies* paradigmáticos, e na organização da informação recolhida entre 1999 e 2005, quer do ponto de vista das redes de povoamento, quer no amplo campo da cultura material. Portanto, de então para cá apenas

---

710 Vasconcellos, 1916b: 316-319; 1927-1929: 219; IRCP, nº 463.

711 Infelizmente ilegível, erosionada pela permanência no leito da ribeira de Ana Loura, onde foi recolhida. Ver Carneiro, 2004: fig. 51.

712 “In France and Belgium the name ‘Mazières’ or ‘Maizières’ is very common: derived from the late Latin *maceriae*, meaning ‘walls’, it usually indicates the discovery of wall foundations under farm land [...]” (Percival, 1996: 30).

há a registar a adição de três sítios inéditos – Arribanas dos Arneiros, Talha de Baixo e Moinho de Vento da Rabasquinha. E mesmo assim, verifica-se que o concelho de Fronteira continua a ser, em toda a área em estudo, o mais intensamente prospectado e aquele sobre o qual o entendimento da arquitectura do povoamento romano é mais passível de ser conhecido.

O concelho condensa as linhas de força do Alto Alentejo. Reduzir o raciocínio a este axioma é empobrecedor, mas ajuda a entender o que temos em presença: uma rede mais intensa na metade oriental do que a oeste; uma concentração em torno dos eixos viários, que funcionam como ordenadores do povoamento, ao longo dos quais se alinham os sítios mais relevantes; uma vincada hierarquização do povoamento e a sua sectorização, com distintos sítios cumprindo diferentes funções, quer do ponto de vista da implantação paisagística, quer nas evidências materiais que em cada um se encontram. Temos portanto o aprofundar da tendência expressa<sup>713</sup>: uma malha densa, mas de desigual distribuição devido à repartição do território e da propriedade de acordo com os perfis de ocupação ou com as capacidades materiais e aquisitivas dos proprietários. As grandes *villae* próximas dos eixos viários e dos melhores recursos; para os territórios marginais, as unidades de perfil vincadamente agro-pecuário. Pelo território, enxameando a paisagem, os pequenos sítios, de tipo cabana, votados ao controlo dos rebanhos e do gado ou à marcação de *fundi* de exploração. E nesta paisagem plenamente rural reconhece-se uma clara arquitectura do povoamento, estratificada de forma piramidal: um lote restrito de *villae*, alguns sítios na fronteira entre a *villa* e o casal, um conjunto de casais e, na base, um grande número de cabanas. Esta estratificação tem um outro reflexo na desigual distribuição. Todas as *villae* – menos Palhinha, cuja inserção na categoria não é indiscutível – na metade oriental do concelho, próximo da via, esbatendo a paisagem padronizada do *modelo-villa* espalhado pelo território de forma contínua e repetitiva. Este modelo implica que a concentração fundiária das grandes propriedades tendesse a ocupar *fundi* com menor área, mas de maior rentabilidade do ponto de vista agrícola – São Pedro, Horta da Torre, São Saturnino e São Francisco dominam férteis várzeas onde, ainda hoje, se pratica a horticultura – desprezando as extensões onde os solos xistosos e a menor capacidade agrícola dos terrenos reduzem as possibilidades de gerar mais-valias. Ou seja, propriedades pequenas, terrenos mais repartidos, atraídos por espaços onde a rentabilidade agrícola é acrescida, potenciando os rendimentos pela proximidade aos eixos de comunicação, gerando uma aliança feliz entre a posição geo-estratégica e os recursos localmente disponíveis. Fruto da intensidade dos trabalhos, temos uma interessante leitura sobre a relação entre povoados e necrópoles. De um modo geral destaca-se a espacialidade próxima, seja em relações unívocas, seja de forma polarizada, como parece

---

713 Carneiro, 2004 e 2005a.

ocorrer em Outeiro do Mouro, onde o espaço sepulcral forma o núcleo articulador de um *enxameamento* de sítios na envolvente.

O que mais marca a paisagem é a emergência da *paisagem romana*, que nada tem a ver com a anterior. Alicerçada nas *villae* e organizada ao longo dos cordões de circulação, temos um modelo de exploração intensiva, onde os sítios com volumetria e indicadores de requinte se destacam. Os marcos referenciais deixam de ser os povoados de altura da Idade do Ferro para se tornarem os espaços sumptuários de ostentação em meio rural. E esse processo foi rápido. Aos dados da epigrafia manifesta-se, nas *villae* do concelho de Fronteira, uma generalizada integração da *terra sigillata* itálica. Definir em que contextos surgem é obviamente impossível, dado o desconhecimento estrutural e estratigráfico, mas em todas as *villae* surgem estes materiais. Este facto indica a rápida estruturação das redes de povoamento e dos circuitos de abastecimento. A sua perenidade é também evidente. Todas as *villae* apresentam indicadores de continuidade: Palhinha (pela epígrafe), São Pedro, São Saturnino, São Francisco e Horta da Torre (pelos abastecimentos cerâmicos, em certos casos em grande quantidade). Mas também um outro indicador existe, sobre o papel na paisagem que estes sítios deteriam por muito tempo, pois em quase todos (e também Santo Cristo) surgem templos pós-Reconquista funcionando como marcadores espaciais. Portanto, uma paisagem estável. Mesmo em territórios marginais, como Palhinha. Apenas os sítios secundários e os territórios marginais poderão ter sofrido um refluxo.

O lote de cinquenta e seis ocorrências é elevado para um território de transição, de passagem entre distintas paisagens. Deriva unicamente do facto de em Fronteira ter sido feita uma prospecção intensiva, permitindo identificar, não apenas os grandes sítios de habitação, com vestígios facilmente reconhecíveis pelos leigos, mas sobretudo as pequenas manchas de cerâmica que passam despercebidas na paisagem.

(Página deixada propositadamente em branco)

## II. CONCELHO DE GAVIÃO

Porventura o concelho cuja realidade fisiográfica e arqueológica é mais difícil de manusear. Por questões que têm a ver com as dinâmicas de alteração da paisagem e também com a ausência de investigação, Gavião apresenta dificuldades que *desfocam* o conhecimento da presença romana. Para mais, as opções tomadas na delimitação da área geográfica em estudo acabaram por excluir a freguesia mais promissora na combinação das diversas variáveis que possibilitam a recolha de informação: trata-se de Belver, a única freguesia excêntrica ao território escolhido por se situar na margem norte do Tejo, embora integrada administrativamente no distrito de Portalegre. A sua exclusão deixou de lado a possibilidade de abordar dois aspectos estimulantes:

- o facto de ser a única freguesia do concelho onde se verificou um esforço de investigação arqueológica, graças aos trabalhos de Rogério Carvalho [1985], (1985), (1986) em Fonte da Nata, e de Margarida Tomás<sup>714</sup>, sobre o povoamento antigo. Inclusivamente mereceu um tentame de carta arqueológica (Cardoso & Carvalho, 1987) e um estudo temático (Encarnação & Carvalho, 1984).
- porque em Belver encontramos locais com conteúdos civilizacionais e culturais de enorme significado, cuja análise poderia enriquecer a percepção sobre a presença romana nesta área. Não pretendendo entrar no tema (até pela decisão de o ter excluído da área em estudo), relembro o núcleo epigráfico da capela de S. João Evangelista<sup>715</sup>, onde terá existido o santuário à divindade *Banda* (com o localismo *Picius*), cultuada por uma comunidade de raiz indígena, incluindo os

---

714 2001, em trabalho de caracterização do património arqueológico da freguesia no âmbito do Plano de Pormenor efectuado pelo Gabinete Técnico Local de Belver.

715 Encarnação & Carvalho, 1984.



antropónimos *Boudelus* e *Conceltius* que são unicamente conhecidos neste local. Com forte conteúdo simbólico temos ainda Torre Cimeira, onde existe uma nascente de águas terapêuticas associada a uma ermida. Acrescente-se ainda que na freguesia temos uma profusão de locais de extracção mineira com indícios de trabalhos romanos, e também pontos de povoamento rural, destacando-se a Quinta do Ribeiro da Nata onde decorreu uma intervenção arqueológica<sup>716</sup> e em que a identificação de mais duas epígrafes confirma a raiz cultural anterior<sup>717</sup>.

Este panorama denso e promissor, com conteúdos que merecem um olhar atento, contrasta vivamente com o que conhecemos para o restante concelho do Gavião. Na margem sul do Tejo temos uma área territorial extensa e que, aos nossos olhos, continua a parecer extremamente despovoada em época romana. Situação que resulta, certamente, da combinação de vários factores. Será legítimo supor que o palco geográfico tem uma importância decisiva. Gavião é um concelho homogéneo em termos paisagísticos e naturais, mas que, como Ponte de Sôr ou Avis, pertence a um universo natural distinto da maior parte da área territorial aqui tratada. Em Gavião estamos na bacia hidrográfica do Tejo, mais voltados para o universo ribatejano do que para a área interior alentejana, corporizando o que Amorim Girão designou como a *Beira Alentejana*<sup>718</sup>. Em relevos por vezes muito cavados e difíceis de transpor predominam os terraços fluviais quaternários de seixos de rio, ou as fragas xistosas com acentuados declives, em especial nas áreas a leste. Em ambos os casos, estamos perante largas extensões com uma quase nula produtividade agrícola, seja pelos solos arenosos carregados de cascalho, seja pela superficialidade dos afloramentos xistosos, praticamente estéreis e inaptos. Apenas nos terraços fluviais interiores, aproveitando os vales de cursos de água secundários, se consegue um aproveitamento dos recursos da terra. Mas aqui, ao longo dos vales das ribeiras da Lampreia, do Carregal, do Arneiro ou da Venda (para apenas referir os principais) temos outra condicionante severa: nos locais mais propícios houve o assentamento das povoações rurais. Em Margem e São Bartolomeu temos uma miríade de pequenas aglomerações que ocuparam intensivamente os espaços disponíveis entre os declives das encostas e o leito das ribeiras. Ou seja: ao longo dos cursos dos rios temos uma ocupação densa do espaço e entre os lugares habitados ocorrem enormes extensões despovoadas, onde percorremos o terreno sem encontrar pessoas ou espaços edificados, e onde o eucalipto ou o mato silvícola imperam. Este quadro natural, sumariamente descrito,

---

716 Todas estas referências podem ser aprofundadas em Tomás: 2001, onde temos um texto de análise geral e as fichas individuais de sítio com toda a informação compilada.

717 Boudelo, filho de Concéltio; Turano, filho de Alúquio; uma terceira de Adóris.

718 1933: 100-101 e mapa.

é agravado pelas dinâmicas no uso recente. É precisamente nestes vales, propícios para o estabelecimento em época romana e para uma exploração agro-pecuária de larga escala, que a partir dos inícios do século XX se iniciaram as culturas de inundação ou de regadio intensivo. Gavião assistiu à implementação do cultivo de arrozais ou de leguminosas (os diversos tipos de feijão e grão que ainda marcam a feição da gastronomia local) que obrigaram à construção de infra-estruturas de apoio: açudes, canais, condutas de rega, etc. A consequente criação de aterros, a regularização dos caudais e dos percursos de escoamento e a implementação de terraços de regadio levou a um conjunto de alterações na paisagem, reforçadas com a criação de acessibilidades que ligavam estes espaços às grandes quintas ou aos pequenos aglomerados urbanos. Portanto, e de forma lenta mas ampla, estes pequenos espaços mais propícios para a fixação humana foram-se preenchendo e metamorfoseando, consoante os novos modelos de intervenção agrícola. Percorrer hoje estes vales é deparar com uma paisagem pouco propícia para a prospecção, com a propriedade dividida, ainda hoje muito agricultada (pequenas hortas, sobretudo, mas também pomares) e onde o espaço edificado chega até ao limite florestal. E é precisamente no uso florestal que reside o principal constrangimento à compreensão do povoamento antigo. Cerca de 70% da superfície é constituída por eucaliptais. A paisagem encontra-se completamente transformada, em escala tão profunda que as milenares marcas na paisagem foram apagadas. Por exemplo, os caminhos delimitados por muros de pedra seca em xisto foram derrubados para dar passagem à maquinaria; os terraços agrícolas sustentados por muros de suporte foram desmontados para criar curvas de nível artificiais; linhas de água foram desviadas ou represadas. A obliteração do património arqueológico (também histórico e paisagístico) foi radical, criando um constrangimento adicional: dada a pouca densidade humana, inferior à de outras zonas onde também se procedeu à introdução do eucalipto, mas onde houve uma manutenção dos traços fundamentais (caminhos de acesso a montes, linhas descontínuas e corredores de passagem, continuidade de hortas e pomares, etc.), em Gavião a florestação foi intensiva, a tal ponto que extensas áreas são impenetráveis dado o crescimento descontrolado do coberto arbóreo. Como resultado, grande parte da superfície do concelho não pode ser prospectada, e quando existirem condições favoráveis, será de esperar que os indicadores arqueológicos estejam ausentes ou, no mínimo, severamente destruídos.

Finalmente, aqui cruzamos a última variável determinante para o parco conhecimento da área: a ausência, nas restantes freguesias para além de Belver, de uma consistente investigação. Infelizmente o processo de florestação de eucaliptos não foi antecedido de um levantamento arqueológico. Posteriormente, o concelho tem andado arredado dos principais movimentos: a listagem do Plano Director Municipal é sumária; apenas Belver beneficiou de um Gabinete Técnico Local, não se tendo verificado a mesma iniciativa para nenhum núcleo

urbano da margem sul; e em nenhum momento se verificou, por iniciativa autárquica ou externa, uma inventariação do património local. O concelho possui uma monografia completa e documentada mas onde o capítulo referente ao povoamento antigo reflecte esta lacuna de indícios<sup>719</sup>.

Em resumo, portanto, o panorama é feito de escassas informações, de sítios *soltos* na paisagem e de uma frágil possibilidade de reconstrução do tecido de povoamento que em tempos aqui terá existido. A realização de futuros trabalhos talvez permita amenizar este panorama. Sublinhe-se um ponto: que estes fenómenos não impeçam que futuros levantamentos sejam realizados. No vizinho concelho de Nisa, onde a eucaliptização também foi fortemente perturbadora, os resultados apareceram.

## Sítios e comentários

### 11.01. Monte da Represa

CMP 332 / CNS 15542 / N 39° 22' 14.2" / 7° 59' 38.8" / Bibliografia / *Villa* (?)

Referência a uma barragem romana na ribeira da Represa. Situado próximo do limite administrativo com o concelho de Abrantes, não é conhecido um ponto de povoamento rural nas imediações. Também há referências orais a uma ponte romana. A existir uma *villa*, estará decerto relacionada com o centro urbano de Casal da Várzea, Alvega.

### 11.02. Quinta da Margalha

CMP 333 / CNS 15563 / N 39° 26' 52.3" / 7° 54' 33.3" / Topónimo / Necrópole

“Quatro sepulturas (duas de adulto e duas de criança) feitas com lajes ao alto e cobertas com lajes de maiores dimensões, que foram destruídas pela plantação de uma vinha, 10m a norte de uma casa em ruínas. [...] Tinham uma terra escura e fina no interior e nenhum objecto ou ossos.”<sup>720</sup>

### 11.03. Alto das Bicas

CMP 333 / CNS 5802 / N 39° 25' 04.0" / 7° 48' 10.1" / Terreno / Povoado (?)

Outeiro proeminente que domina o curso da ribeira da Venda, em particular a ponte. “A influência romana aparece no Alto das Bicas, Comenda, através de peças de cerâmica (de construção romana - tegullae), um pedaço de mó manual”<sup>721</sup>, uma informação que terá sido confirmada no local: “Foi

---

719 Patrão, 2003: 46 a 48.

720 *Endovelico*.

721 Patrão, 2003: 48

encontrada, dispersa por uma área de cerca de 500m<sup>2</sup>, cerâmica de construção, cerâmica comum, dolia e pedras em granítio [*sic*]<sup>722</sup>.

*Outras referências: RP 6/49.*

#### **11.04. Vale do Grou**

CMP 333 / CNS 15269 / N 39° 24' 36.7" / 7° 47' 08.7" / Topónimo / *Villa* (?)

“Zona onde foram descobertas estruturas arqueológicas aquando da abertura de uma vala para canalização. Actualmente pode observar-se restos de argamassa, fragmentos de tegulae e de cerâmica atípica, abrangendo uma vasta área, sobranceira à Ribeira da Venda. Deve tratar-se de uma villa romana, associada à ponte romana da Ribeira da Venda.”<sup>723</sup> Como é evidente, os poucos vestígios colocam a classificação como *villa* sob sérias reservas. O sítio não foi realocado.

#### **11.05. Machouqueira**

CMP 333 / CNS 15553 / N 39° 24' 13.4" / 7° 53' 20.4" / Topónimo / Casal (?)

Entre Vale da Vinha e Machouqueira Mário Saa situa “escoriais”, embora, de acordo com a peculiar escrita do autor, não seja evidente se estão no primeiro, no segundo, em ambos ou em ponto entre os dois topónimos. Deixo a referência: “Em Vale da Vinha nota-se importante escorial, com volumosos e pesados blocos de escumalha de remota indústria de ferraria, sendo, todavia, esta espécie de minério estranha ao local. São sobretudo notáveis os resíduos, à flor do solo, no m.<sup>te</sup> Machouqueira”<sup>724</sup>.

#### **11.06. Braçal**

CMP 333 (?) / CNS 5801 / N 39° 23' 58.8" / 7° 48' 42.2" / Topónimo / Casal (?)

Atribuído à freguesia da Comenda: “Do Monte Braçal, chega a notícia de vestígios de pavimentos em “*opus signinum*”, as bases de três “*dolium*”, dados vindos de investigações de pessoas qualificadas [...]”<sup>725</sup>. Estará próximo de duas sepulturas escavadas na rocha (a cerca de setenta metros do núcleo edificado) e em local de informações orais sobre uma ponte atribuída à época romana, onde Saa situou “priscas construções”<sup>726</sup>. Todavia, Margarida Tomás<sup>727</sup> atribui o sítio de Braçal à freguesia de Belver, em Outeiro Cimeiro, onde “o sítio encontra-se

---

722 *Endovelico*.

723 *Endovelico*.

724 Saa, 1967: 78.

725 Patrão, 2003: 48. Deve referir-se a informação de Rogério Carvalho, reproduzida em RP 6/50.

726 1967: 79.

727 2001: ficha 25.

sobre vasta zona aplanada, com todas as características para a implantação de um casal”, “sobranceira à ribeira de Braçal” (que surge cartografada na CMP nº 323). Deste local é proveniente uma placa funerária<sup>728</sup>.

### 11.07. Vale da Feiteira (imediações<sup>729</sup>)

CMP 345 / N 39° 23' 15.9" / 7° 47' 41.7" / Topónimo / *Mansio* (?)

Entre Vale da Feiteira e Sôrinho está um extenso ponto de povoamento, de acordo com Mário Saa: “localmente designado por *caminho da Estalagem*, dada certa instituição vial, no género, que aí teve existência e da qual se patenteiam restos em pedras de paredes e cacos de telharia romana (*imbrices*), como *in situ* verificámos”<sup>730</sup>. O “Caminho da Estalagem” ainda existe, e a antiga ponte (romana?) que permitia a passagem da ribeira de Sor foi destruída aquando de uma inundação no século XX<sup>731</sup>.

## Comentários gerais

Com tão escasso conjunto de indicadores qualquer análise sustenta-se em bases precárias. O panorama gaviense é frágil, em quantidade e substância, para que se extraíam conclusões. Portanto, talvez seja preferível equacionar algumas possibilidades.

Com os dados existentes não é possível verificar alguma estruturação do povoamento, que à partida é dificultada pelo facto de nestas paragens encontrarmos uma realidade paisagística distante do cânone romano. É difícil relacionar os sítios, quer entre si, quer inseridos em alguma estratégia global. E no entanto, ela terá existido. Consideremos duas realidades: um aglomerado urbano e a rede viária. Alvega terá albergado um núcleo de povoamento principal, putativamente *Aritium Vetus* ou, de acordo com as *mansiones* da via XV do Itinerário de Antonino, *Tubucci*. Pelo menos, as evidências arqueológicas apontam para realidades complexas<sup>732</sup>. A ser assim teria forçosamente de existir uma *satelitização* do território envolvente. Embora a maior parte deste se situe em domínios do concelho de Abrantes, fora da área em estudo, é previsível que na freguesia de Gavião – a mais próxima – existissem locais que servissem como residência temporária da elite urbana. O único local que pode corresponder seria algures próximo de Represa. Pelos terrenos de Cadafaz, Amieira Cova ou mesmo Vale da Vinha é expectável que algum indício seja identificado. Outro indicador tem a ver com um itinerário que atravessa grande parte deste território. Ora a

---

728 Encarnação & Carvalho, 1984: 21-22.

729 Sítio não localizado com precisão.

730 1967: 90.

731 Carneiro, 2009: 69 e nota 108.

732 RP 6/46, Casal da Várzea.

passagem de uma via implica forçosamente a existência de pontos de povoamento organizados em função dessa infra-estrutura, pois existem serviços que têm de ser assegurados aos viajantes. Olhando para o espaço em causa, e tendo uma noção aproximada do principal percurso viário, observamos um alinhamento: Represa, Margalha, Machouqueira, Alto das Bicas, Braçal, Vale do Grou, Vale da Feiteira (seguindo de oeste para este). Esta leitura é relevante, pois reúne todos os sítios arqueológicos listados. Ou seja, verificamos que, nestes territórios marginais, a proximidade da via funciona como fio estruturante, organizando e intervalando os focos de ocupação em função do percurso.

Parece portanto detectar-se uma lógica intrínseca na organização da frágil rede de povoamento do concelho. Resta perceber se a restante área, onde não detemos informação, seria vazia em época romana, ou se a imagem que temos está *mascarada* pelo actual uso florestal do solo.

(Página deixada propositadamente em branco)



## 12. CONCELHO DE MARVÃO

Marvão desfruta de uma posição ímpar na investigação arqueológica no Alto Alentejo. Embora com contornos específicos, foi o primeiro a dispor de uma designada “Carta Arqueológica”, apresentada por Afonso do Paço no XVII Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Ciências (em 1950) e que recolheu setenta e oito sítios arqueológicos. Efectuada sem cariz sistemático, resultando de um convite pelo então Presidente da edilidade, Manuel Vivas, permitiu desenvolver quatro campanhas de trabalho<sup>733</sup>, constituindo um programa de investigação plurianual inovador. Para além do mais, teve dois méritos adicionais: a publicação de artigos específicos sobre os mais relevantes achados<sup>734</sup>, e o de fixar nas descrições e fotografias o estado de conservação de sítios hoje irremediavelmente alterados<sup>735</sup>. O que poderia ter sido um acto isolado determinou o iniciar de investigações que, embora com interrupções, prosseguiram com assinalável assiduidade. Sobretudo a partir dos anos setenta ganhou impulso com um investigador do concelho que elegeu este espaço como o seu natural território de trabalho: Jorge de Oliveira que, embora centrado em outros períodos cronológicos, foi manifestando contínua atenção pela divulgação e preservação dos elementos romanos e tardo-romanos. Infelizmente é um caso único no distrito, que nunca conseguiu promover uma dinâmica continuada de estudos feitos por pessoas da própria região, que naturalmente têm um conhecimento efectivo do terreno e um entrosamento com as populações que alguém de fora demora a conseguir. Marvão detém ainda outro facto anómalo para a área: a investigação nunca se centrou apenas em um

---

733 1946, 1947, 1948 e 1950, anos em que decorreram as por si designadas “visitas de estudo” (Paço, 1953: 5).

734 Em particular Jalhay, 1947, sobre a epigrafia da região, e também Paço, 1949, dando a conhecer a inscrição cristã de Monte Velho e o respectivo povoado.

735 Por exemplo as imagens da Fig. 8, em particular “C. Ruínas da Herdade de Torre”, entretanto destruídas.

sítio, ou nos sítios encarados de forma isolada (enquanto *ilhas* na paisagem), mas sempre privilegiou uma abordagem sistemática, inaugurada aliás com o acto fundador de Afonso do Paço. Este fenómeno é extremamente importante, pois temos, desde o primeiro momento, a detecção da rede de sítios. Provocou ainda uma *sedimentação* do conhecimento intra-sítio: temos, não apenas uma referência para um sítio, mas diversas referências para o mesmo sítio, o que permite um historial da investigação e um acompanhamento continuado das vicissitudes por que passa esse local. Esta circunstância é ainda mais extraordinária por se encontrar no concelho um elemento da maior grandeza – a cidade da *Ammaia* – que poderia ter polarizado esses interesses, asfixiando os restantes. Mas curiosamente, o centro urbano foi identificado tardiamente, pois só a partir dos anos oitenta se iniciou a sua investigação; ou seja, temos um processo feito ao inverso do que costuma suceder, que partiu do campo para a cidade, ganhando com isso o estudo da paisagem rural e o conhecimento das redes de povoamento. Esta conjugação de factores leva a que possamos encarar o concelho de Marvão como um dos territórios com mais profunda base informativa, construída geracionalmente de modo cada vez mais amplo e dinâmico, entendendo o território como um palco de investigação integrada, sem esquecer, porém, os diversos *estudos de caso* que foram aprofundados.

Entender a Arqueologia de Marvão é compreender as raízes desta dinâmica. Que no fundo é tanto mais inesperada quanto estamos perante um terreno nada fácil para a prospecção e para transitar. Não deixa de ser paradoxal que será, no Alto Alentejo, o concelho onde o trabalho de campo se torna mais custoso. Porque em Marvão estamos em plena paisagem serrana de São Mamede, em relevos alcantilados e pedregosos onde a ocupação humana escolheu os píncaros ou os recantos escondidos e de difícil acesso. Percorrer sistematicamente o concelho é, portanto, tarefa dura e arriscada, até pelo acentuado esvaziamento demográfico que faz com que, por vezes, sintamos o mais completo isolamento no meio de uma paisagem rude e áspera. Este défice demográfico levou a que o antigo mato arbustivo reocupasse as suas posições, inundando de coberto silvícola antigas áreas de cultivo e pastoreio. Para além de dificultar a progressão, recobre por completo a superfície do solo, impossibilitando a correcta visualização e detecção. É por entre estas fragas que conseguimos entrever o que terá sido o coberto vegetal, que apesar de fustigado pelos frequentes incêndios, não sofreu o impacto devastador das florestações intensivas que atingiram alguns dos concelhos vizinhos. Encontramos uma paisagem acidentada de montanha, com os caos de blocos graníticos – os *canchos*, como a população local os denomina<sup>736</sup> e cristalizaram na toponímia – proliferando e sinalizando cada ponto mais elevado. Apenas no vale de Aramenha o panorama suaviza-se, e então encontramos um corredor fértil,

---

736 Oliveira, 1997: 31, nota 2.

plano e ameno, entrincheirado entre as imponentes elevações que caracterizam o relevo mamedense. Paisagem de serra, portanto. Ora íngreme, ora um pouco mais suave, mas sempre com as omnipresentes rochas escalvadas aflorando, com portelas estreitas para permitir a passagem de gentes a pé e em carros de bois, com vales de rios correndo escavados, como o mais importante deles, o rio Sever. A pluviosidade determinada pela Serra alimenta uma densa rede de pequenas linhas de água, muitas represadas em açudes ou armazenadas nos poços que abundam. O relevo dita o serpentear destas linhas<sup>737</sup>. Em inúmeros pontos brotam as fontes que permitem a captação de água para o sustento quotidiano. Porventura a mais conhecida será a nascente dos Olhos d'Água, próximo da cidade de *Ammaia*, pólo articulador deste território. A água e as serras não impedem uma rica prática agrícola, pelo contrário, protegem-na e alimentam-na. O concelho encontra-se repleto de patamares e terraços artificialmente construídos para permitir o cultivo. Encontramos produções que só a Serra permite, possibilitando a economia de largo espectro que tanto aproveita os hortícolas das férteis várzeas, como os cereais de sequeiro, as frutas colhidas em pomares protegidos da geada ou os olivais e vinhas em extensões menos aptas. E temos sempre os produtos do coberto vegetal característicos destas penedias e que crescem espontaneamente, como as castanhas, as nozes ou os figos, ou ainda o mel enriquecido pelos biótopos da Serra. A não esquecer temos outros recursos que em época romana foram aproveitados. Desde logo a pedra, que aflora por toda a Serra. Em Pitaranha, encontramos explorações de um granito calco-alcalino sólido e compacto e também vemos abundantes blocos de quartzo e cristal de rocha. Mais próximo de *Ammaia* ainda subsistem fornos de cal, próximos da Escusa, onde temos o topónimo “Caleira”. Também aí estão a “Tapada de Ferro” e “Ferrarias”, e entre os braços da Serra encontramos dispersos vários montículos de escória, que proporcionaram a alguns pequenos pontos de povoamento uma outra forma de subsistência. Também denominações como “Fonte do Carvão” ou “Carvoeiros” nos alertam para actividades que se prendiam com a necessidade de alimentar os fornos para obtenção de cal, as forjas de minério ou o combustível para alumiar o fogo doméstico.

Uma última nota para registar que hoje em dia, perceber este território é contudo, observá-lo de forma limitada. A fronteira entre Portugal e Espanha

---

737 “O traçado dos afluentes do Sever mostra que os cursos de água tiveram que seguir a orientação das rochas encaixantes, provocando uma série de curvas e contracurvas, em meandro, sendo todo este fenómeno ditado pela discordância de orientações das rochas que formam as suas margens, causadas essencialmente por fenómenos tectónicos” (Oliveira, 1997: 118). Neste concelho encontramos vigorosas passagens dos “xistos argilosos do Devónico” (idem, p. 116) para as cristas quartzíticas, calcários dolomíticos ou os granitos calco-alcalinos, criando uma paisagem com contrastes ritmados que criam severos constrangimentos ao trânsito das linhas de água – e já agora, também para as rotas e caminhos de passagem, notando-se como muitos caminhos de contrabando e de pé-posto são feitos aos ziguezagues.

corta uma realidade em época romana una e contínua, tão homogénea como afinal nós hoje a vemos do ponto de vista fisiográfico. Basta olhar a partir do Alto de S. Julião, ou de Abrunheiro, ou ainda do Salto do Cavalo, para perceber a continuidade da paisagem e das antigas redes de povoamento que aqui se instalaram.

## Sítios e comentários

### 12.01. Tapada do Garriancho

CMP 325 / CNS 4657 / N 39° 29' 15.1" / 7° 24' 25.0" / Terreno / *Villa*

Afonso de Paço menciona o achado de pesos de tear e de uma base de coluna, além de “serem frequentes as pedras trabalhadas, bem como vestígios de paredes e canalizações”<sup>738</sup>. O elemento revelador deu-se em momento posterior, aquando do plantio de um olival que colocou à vista um tapete de mosaicos bastante danificado, unicamente com tesselas brancas e negras. Foram então recobertos com areia, para protecção, tendo sido feito o registo fotográfico<sup>739</sup>. Recentemente foram mencionados em inventário por Cátia Mourão<sup>740</sup>, visto que incluem no reportório decorativo motivos piscícolas. Em visita aquando da revisão da Carta Arqueológica, os autores mencionam ainda fragmentos de vidro, cerâmica comum e *dolium*<sup>741</sup>. Uma última indicação para a Carta Arqueológica de Castelo de Vide que menciona uma “pequena ara granítica [...] inscrição indecifrável”, atribuindo uma “área de 50ha” para a dispersão de vestígios pois adicionou os elementos de Vale do Cano como se todos fizessem parte da mesma realidade<sup>742</sup>. Apesar do óbvio interesse científico, nunca foi objecto de qualquer intervenção aprofundada. A visita ao local confirmou estes indicadores, sendo muito distintiva a implantação em língua de terra que avança delimitada pelo sinuoso curso da ribeira de Vale do Cano, formando um esporão. Por isso o local, não dispendo de destaque na paisagem, desfruta de uma majestosa visibilidade para norte. É ainda notório que a mancha de dispersão de materiais está circunscrita à sobre-elevação onde se encontra o mosaico. Parece indiscutível a interpretação como *villa*, sendo de destacar a proximidade com Vale do Cano e a inclusão na sequência de grandes sítios voltados a norte que inclui, em continuidade, Tapada Grande (Castelo de Vide), Torre do Azinhal, Pereiro e Pombais. Poderia existir uma barragem na encosta oeste, ou dispor de abastecimento a partir de Vale do Cano.

*Outras referências: TIR J-29: 151.*

---

738 Paço, 1953: 19.

739 Fernandes & Oliveira, 1995. Ver também Oleiro, 1956: 282-283 e RP 6/39.

740 2008: 76-77.

741 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 10

742 Rodrigues, 1975: 149

### 12.02. Retorta

CMP 325-A / N 39° 29' 16.6" / 7° 20' 50.2" / Topónimo / *Villa* (?)

Na península formada pelo Sever, no leito do rio, encontram-se materiais: silhares com marcas de *forfex*, um peso de lagar, cornijas e blocos com talhe. Certamente provenientes do território espanhol, onde se conhecem sítios em Majada de la Zorra.

*Referências: Informação de Jorge de Oliveira.*

### 12.03. Vale do Cano III

CMP 335 / N 39° 28' 57.4" / 7° 24' 32.4" / Terreno / *Villa* (?)

Tomam esta designação os numerosos elementos depositados nos arredores da casa agrícola do monte do Pereiro. O recente levantamento arqueológico enumera um capitel jónico-toscano e outro de secção quadrada, três fustes de coluna, numerosos silhares (em especial no pontão atrás da casa), e um peso de lagar, além de um sarcófago utilizado como bebedouro. O rendeiro não soube indicar de onde provieram os materiais, ficando por esclarecer se de Garrianchos (que pertence a outro proprietário) ou de Vale de Cano. Da zona conhece-se uma epígrafe funerária.

*Referências: Paço, 1953: 19; IRCP n.º 621; Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: n.º 192.*

### 12.04. Vale do Cano IV

CMP 335 / N 39° 28' 41.4" / 7° 24' 28.7" / Terreno / Casal

Plataforma sobre-elevada que o distingue, originada por estruturas no sub-solo, pois os materiais estão aqui concentrados. Grande densidade de imbrices e tegulas, os primeiros com duas tonalidades sendo uma vermelha-forte e a outra laranja-claro. Dois fustes<sup>743</sup>, um dos quais ainda junto à cancela de passagem, com diâmetro de 30cm e em granito rosa.

### 12.05. Vale do Cano V

CMP 335 / N 39° 28' 30.4" / 7° 24' 32.3" / Terreno / Casal

Na frontaria do casebre está embutida uma árula (não de mármore mas de um granito muito alterado, razão pela qual se encontra ilegível) e encontra-se sobre uma plataforma com o dobro da área do edificado (1000m<sup>2</sup>), onde se nota o terreno plano e numerosos materiais de construção (tegulas e imbrices) fragmentados e rolados, mencionando-se escórias e *dolia*. Por trás da casa, um enorme peso de lagar em granito com furo central<sup>744</sup>.

*Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, n.º 194.*

---

743 Oliveira, Pereira & Parreira: n.º 193.

744 Diâmetro de 98cm, altura 79cm, encaixe da vara 22cm na base.

### 12.06. Vale do Cano VIII

CMP 335 / N 39° 28' 17.8" / 7° 24' 26.2" / Terreno / Povoado

Povoado alto-medieval que ocupa uma pequena elevação dominando a passagem do vale (tendo na margem oposta o imponente maciço do Castelo do Corregedor) e o curso da ribeira. Os indicadores são numerosos, mas a sua visualização difícil, devido a eucaliptos e giestas que crescem desordenadamente. Observa-se um conjunto de habitações rectangulares, com cerca de 30 a 40m<sup>2</sup> de área individual, distribuídas por socalcos e patamares. As entradas estão sinalizadas por pedras fincadas ao alto. Nota-se ainda uma eira, com superfície plana coberta por pequenos blocos de pedra. No topo o afloramento foi usado como pedreira e ainda estão blocos de granito cortados e esquadriados. Na base está uma sepultura escavada na rocha. Imbrices e tegulas são visíveis.

*Referência: Oliveira, Pereira & Parreira: nº 214.*

### 12.07. Torre do Azinhal

CMP 335 / CNS 30335 e 30336 / N 39° 28' 59.8" / 7° 23' 46.4" / Terreno / Villa

Complexo sítio arqueológico que necessita de um olhar atento. São dois os núcleos de vestígios, a partir dos quais emanam os numerosos elementos de construção e de utilização reaproveitados nas construções em redor. Estão separados por uma pequena linha de água, profundamente cavada no vale e canalizada em momento indeterminado, criando a conduta que justifica o topónimo (Vale do Cano). Do lado oeste encontra-se a antiga construção da Torre, que Paço indica ter sido destruída pelo ciclone de 15 de Fevereiro de 1941, apresentando uma fotografia em que se torna evidente a melhor preservação que na actualidade<sup>745</sup>. Esta torre, interpretada como uma atalaia de vigia, incorpora silhares romanos na alvenaria. Nesta zona Paço menciona o aparecimento de “muitas moedas”, sem especificar a cronologia; na prospecção realizada, verificou-se a escassez de materiais à superfície, sendo que nenhum foi passível de atribuição à época romana. Já do lado oposto do vale encontra-se um extenso sítio romano. Os vestígios surgem na subida da encosta oeste, passando os casões agrícolas<sup>746</sup>: junto a um caminho antigo, com rodados escavados na rocha, encontra-se cerâmica de construção, fragmentos de *dolium* e blocos de escória, situação que se mantém à medida que vamos progredindo para o topo. Aí temos uma extensa plataforma, terminada a noroeste por uma eira, e encontramos os referidos materiais, acrescidos de um peso de tear e de fragmentos de *opus signinum*. Afonso do Paço menciona “mós redondas, canalizações e pedras com feitios”, lembrando que no plantio do olival se encontraram “várias sepulturas e cerâmica”. Ainda pedras trabalhadas e restos

745 Paço, 1953: 20 e figura 8C, onde se vê o arco de silharia romana completo.

746 Oliveira, Pereira & Parreira, nº 199: Torre do Azinhal I.

de canalizações são referidos<sup>747</sup>. Os autores da recente Carta Arqueológica de Marvão acrescentam um fundo de ânfora<sup>748</sup>, contentores que se encontram em grande quantidade à superfície. O sítio ocupa todo o topo da plataforma, em área não inferior a um hectare. Está exposto a norte, desfrutando de ampla panorâmica sobre o vale do Sever e, em fundo, as serranias da Beira. Na casa da Herdade da Torre encontra-se um fuste de coluna em granito, além de uma mó e silhares<sup>749</sup>.

*Outras referências: RP 6/42; Paço, 1949: 41; Fernandes & Oliveira, 1995: 17.*

### **12.08. Mouta Raza**

CMP 335 / CNS 30232 / N 39° 25' 52.8" / 7° 23' 41.5" / Bibliografia / Casal

Em paisagem pedregosa e de acesso difícil, apesar da proximidade da estrada de alcatrão e de um caminho, talvez medieval, que segue de Vale de Rodam para norte, em direcção a Vale do Cano. É uma zona de abundantes recursos hídricos, com poços e fontes. Junto à casa agrícola existe uma pequena plataforma onde se concentram os indicadores: fragmentos de imbrices, alguns com digitações, e de *dolia*, registando-se a ausência de tegulas e de cerâmica comum. Uma mancha que não ultrapassa os 500 m<sup>2</sup>. Nas imediações encontram-se sepulturas escavadas na rocha, em número superior a uma quinzena. Do lado oposto da linha de água, junto a um chafurdão, um peso de lagar.

*Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 242<sup>750</sup>.*

### **12.09. Vale de Rodam**

CMP 335 / CNS 29946 / N 39° 24' 33.3" / 7° 23' 39.4" / Terreno / Casal

Novamente deparamos com núcleos de associação entre sepulturas escavadas na rocha e manchas de imbrices: na envolvente acontece em Vale de Ródão I<sup>751</sup> e Vale de Ródão IV<sup>752</sup>. O sítio a que foi atribuído o nº III é, todavia, mais denso de conteúdos: porque de inequívoca presença romana, mas também pela simbologia religiosa, visto que se encontra junto à Capela da Senhora da Graça. Além de duas sepulturas escavadas na rocha nas propriedades vizinhas, junto ao templo encontramos uma extensa mancha de tegulas, imbrices, fragmentos de *dolia* e de cerâmica comum. Foi noticiado um fragmento de mármore e encontra-se um peso de lagar reutilizado como elemento de construção de um muro. É de admitir a possibilidade de ter existido um casal

---

747 Menções em Paço, 1953: 19.

748 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: nº 200: Torre do Azinhal II.

749 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: nº 201: Torre do Azinhal III.

750 Menção também a três sepulturas escavadas na rocha, a um conjunto de outras treze (ficha nº 243, Mouta Raza II) e ainda a mais duas (ficha nº 244, Mouta Raza IV). O peso de lagar está na ficha nº 246: Chafurdão da Mouta Raza.

751 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: nº 44

752 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: nº 165



romano ou uma pequena *villa*, mantendo-se a presença humana no local, possivelmente, de forma quase ininterrupta.

*Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 091.*

### 12.10. Pereiro/Fadagosa

CMP 336 / CNS 30340 / N 39° 29' 03.5" / 7° 22' 59.6" / Terreno / *Villa*

Entre a Herdade do Pereiro – uma impressionante casa agrícola, com um dos conjuntos arquitectónicos mais notáveis do Alto Alentejo – e a antiga estância de recreio da Fadagosa existem indicadores de um núcleo de povoamento, mas infelizmente os dados são pouco precisos. Aliás, nem Afonso do Paço se detém neles, pois “a índole do presente trabalho não comporta longos detalhes”<sup>753</sup>. Menciona apenas a fama das águas termais da Fadagosa que “certamente já eram aproveitadas pelos romanos, como certos vestígios parecem indicar”<sup>754</sup>. Os indicadores deveriam ser relevantes, mas o estabelecimento termal do século XIX contribuiu para apagar estas memórias e os dados resultam de elementos deslocados da sua posição original. Um peso de lagar junto ao monte do Pereiro, quatro fustes de coluna<sup>755</sup> e vários silhares dispostos nas dependências das casas, além de blocos de granito, finos mas com talhe (para canalizações?) são exemplos desta situação. Depois existem notícias imprecisas, como a identificação de cerâmica de construção romana na implantação de um poste de alta tensão logo nas casas de entrada para a herdade<sup>756</sup>, ou o sítio entre esta e o Monte Velho<sup>757</sup>, além da recolha de uma moeda de Constantino<sup>758</sup>.

Foram realizadas prospecções em várias áreas, como o olival por trás da escola primária, em ampla elevação sobranceira ao núcleo termal, onde existiam informações sobre cerâmicas. Também nos terrenos da reserva de caça, descendo para o rio, e junto à casa-abrigo, onde o plantio de um olival levou a profundas limpezas do terreno e à formação de gigantescos morouços de pedra. Nada foi encontrado. Em resumo, os indicadores existem, mas estão todos descontextualizados. É de considerar a existência de uma *villa*, ou então de um estabelecimento termal, mais tarde destruído pelo balneário da Fadagosa. Todavia, como as ocorrências de vestígios surgem em manchas desde a nascente até ao cimo da encosta, no actual cruzamento viário, é perfeitamente possível a coabitação dos dois elementos, reforçados com pontos secundários.

*Outras referências: RP 6/41; Paço, 1949: 41.*

---

753 Paço, 1953: 20, de onde são retiradas as informações seguintes.

754 Paço, 1953: 20. Inclui ainda a referência do pároco de Areias no Dicionário de Cardoso que localiza aqui a cidade de Medobriga, da qual “há ainda vestígios grandes”.

755 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 210, Herdade do Pereiro IV.

756 Segundo os mesmos autores, ficha nº 205, Herdade do Pereiro II.

757 Cerâmica de construção e fragmentos de *dolia* próximos de uma linha de água, de acordo com os autores citados, ficha nº 207: Pereiro Velho III.

758 Próximo da Casa do Guarda, ficha nº 208: Herdade do Pereiro.

### 12.11. Herdade dos Pombais

CMP 336 / CNS 2745 / N 39° 28' 23.1" / 7° 19' 50.7" / Terreno / Villa e Necrópole

Um promissor projecto de investigação (1982/1988) interrompido bruscamente, levou a que o sítio ficasse, na sua maioria, por conhecer. A Herdade dos Pombais situa-se no término de um alinhamento sequencial de sítios voltados para norte, avistando a bacia do Sever (de que Pombais está mais próximo). Como já foi referido nas fichas individuais, trata-se de Tapada Grande (Castelo de Vide), Garrianchos, Torre do Azinhal e Pereiro sendo, de todos, o de Pombais aquele mais se aproxima do cânone das *villae*, com o sítio em extensa plataforma quase na base da encosta (ao contrário dos restantes, em topos). O rio está represado por um açude romano, de forte silharia<sup>759</sup>. Quanto à *villa*, seguramente amputada em parte pela linha férrea, os trabalhos realizados foram objecto de publicação sistemática, mas sempre resumida<sup>760</sup>. A consulta dos relatórios de escavação então produzidos permitiu esclarecer alguns aspectos<sup>761</sup>.

Os trabalhos iniciaram-se por uma necrópole que já se encontrava parcialmente visível, procurando definir os seus limites, objectivo da primeira campanha em 1982. Doze sepulturas identificadas, seis delas violadas, algumas com mais de uma inumação, e todas caracterizadas pela forma paralelipipédica, utilização de lajes de xisto (com excepção de duas de granito), rito de inumação e cronologias tardias. No espólio, realce para um cálice de vidro e um brinco de bronze<sup>762</sup>. O dado que mais nos interessa, porém, reside no facto de se perceber que as sepulturas necropolizaram um espaço de habitação, com vários muros e um canal de escoamento. A partir de então, caracterizar este espaço irá ser a preocupação da autora. No ano seguinte identifica-se “uma grande casa, compartimentada a sul, [e] no seu interior, a Norte, um pequeno conjunto estrutural de pedra e argamassa, cuja função não é ainda conhecida.”<sup>763</sup> Do lado exterior, a norte estaria um tanque revestido a *opus signinum*, e foram ainda recolhidas placas de mármore. Além da referência a tesselas o conjunto material demonstra inequivocamente a vocação da *villa* (objectos de ferro documentando actividades agrícolas) e o contexto tardio (as referências a *terra sigillata* indicam “essencialmente” as variantes hispânica e

---

759 A sua localização foi-me indicada por Jorge de Oliveira, a quem agradeço. Trata-se de uma estrutura relevante, da qual partem canais visíveis na fotografia aérea, e cujo levantamento topográfico se exige.

760 Fernandes, 1983; 1985; 1986a; 1986b; 1987a; 1987b. Sumariado em RP 6/43.

761 Processo IPPAR 4.10.002. Consultado também o Processo IGESPAR S-2745.

762 Informações retiradas da notícia publicada e do relatório de 1982. De resto, na notícia alude-se a “terra sigillata” que no relatório não consta.

763 Relatório dos Trabalhos Arqueológicos de 1983, da autoria de Isabel Cristina Fernandes, constante do Processo do IPPAR acima referido.

africana clara). Da escavação de 1984 não houve publicação de resultados, mas existe o relatório. Nele se menciona a escavação do Compartimento D, com uma parede “consolidada com argamassa branca, interrompida a meio pelos arranques salientes de novas estruturas de pedra, ao que parece, contrafortes.” Foi definida a entrada, com “degraus grosseiros”. A norte surgiu a estrutura de arcaria, ainda visível, de um balneário. Mencionam-se fragmentos de mármore e, pela primeira vez, de ânforas. Seguidamente identificaram-se novas sepulturas, sem indicação numérica do total, mas cuja designação atinge o 20. Precisamente no exterior desta última foi identificado “um pequeníssimo conjunto circular, formado por pedras irregulares, bem fixas ao solo, sugere tratar-se de um local para colocação de oferendas ou para qualquer fim de carácter votivo.” Os trabalhos regressaram com a campanha de 1985, ainda centrada na necrópole, com o objectivo de a delimitar a sul e por leste. Todavia, não se encontraram quaisquer sepulturas. O relatório indica que na Área Sul identificaram-se “estruturas de habitação visivelmente tardias”, definindo-se um compartimento que, “apesar de exteriormente apresentar ângulos rectos, arredonda nos cantos interiores”. Ainda mais a sul, um lajeado grosseiro com grandes blocos (semelhantes aos utilizados nas tampas de sepultura), em zona onde foi recolhido “abundante material”: fragmentos de vidro e de objectos em bronze, fragmentos de *terra sigillata* hispânica tardia (incluindo uma taça Dragendorff 27 reconstituível), africana clara C e clara D. Em outra zona foi identificada uma lareira coberta por uma espessa camada negra. Novamente temos fragmentos de vidro, de objectos em bronze (argola, plaqueta, pé de colher), um fragmento de lucerna, *terra sigillata* hispânica tardia, africana clara C e D e duas moedas datadas de cerca de 270. Quanto à área Oeste, persistiu a recolha de numeroso espólio, coerente com o já apresentado: fragmentos de vidro, de bronze (uma argola), uma lucerna tardia, e fragmentos de *terra sigillata* hispânica tardia. Como novidades, um alfinete em osso e *terra sigillata* itálica decorada, o elemento mais precoce. Duas moedas, uma de Cláudio (presume-se que de Cláudio II, “o Gótico”, como a anterior) e outra de Constantino. Em 1986 identificaram-se mais oito sepulturas, com “paredes internas formadas de pequenas pedras sobrepostas, algumas de tijolos, outras ainda utilizando imbrices e telhas, como é usual encontrar em necrópoles romanas desta região peninsular.”<sup>764</sup> Na Sepultura 22 identificou-se um imbrice em posição invertida, talvez para libações. As sepulturas 26 e 27 seriam infantis. Quanto à área edificada, o compartimento D ficou definido a sul por uma parede “de pedra irregular e não argamassada”, a qual destaca um recinto rectangular formado por três pedras, logo seguido de uma tosca escada de dois degraus constituída por grandes pedras que, presumivelmente, dava acesso ao compartimento B. Em sondagens exteriores à área construída resultou

---

764 Fernandes, 1987: 63.

“o maior índice de recolha de material de todas as campanhas realizadas nos Pombais: fragmentos de c. comum, de TSC C e D, TSH, pré-luzente, de vidros, de lucernas, alfinetes em osso, variados objectos em bronze (anzol, frag. de braceletes e de anéis, fios, hastes, espátulas, placas, barras pequenas, etc.), moedas (uma delas legível, Antoninianos 269-270, IMP CLAVDIVS AVG/ VBERITAS AVG), muitos ossos. A característica mais impressionante dos materiais encontrados nestas sondagens é a abundância de ferro, tanto em escórias, em grandes e pequenas massas amorfas [...] como em objectos das mais variadas formas, tamanhos e funções - pregos, cavilhas, hastes, tiras, argolas, placas e outros de função indefinida, fechaduras, etc.).”<sup>765</sup> Por oposição da proprietária os trabalhos não prosseguiram nesta área. Já com visíveis dificuldades operacionais, a campanha de 1988 procurou fechar a informação na necrópole, visto que para o outro sector não foi ultrapassada a intransigência da proprietária. Dos trabalhos resultaram mais dez sepulturas, elevando o total para trinta e sete. A diversidade de tipologias aumenta, mas o padrão mantém-se: caixas de inumação com pouco espólio, geralmente apenas com uma bilha na cabeceira. Na escavação do espaço entre as sepulturas identificaram-se três moedas do século III, vários fragmentos de *terra sigillata* africana clara C e um fragmento de lucerna com *chrismon* no disco. O relatório, como os anteriores, é muito completo na descrição de cada sepultura, cabendo destacar a 32, com uma tessela e uma pulseira de vidro com sulcos. Finalmente, note-se que um pouco para cima na encosta ainda se encontra um sarcófago em granito com a tampa depositada ao lado<sup>766</sup>.

O que seria, então, Pombais? Seguramente uma grande *villa* com fundação durante o século I, cuja *pars urbana* não foi detectada nem intervencionada. Foi escavado o conjunto termal, em especial o hipocausto e a fornalha, com tanques de *opus signinum*. Em momento posterior – mas precocemente, durante os finais do século III ou inícios do IV – o espaço é necropolizado, com a entrada das sepulturas no edificado, levando inclusivamente ao rasgar de muros. O edifício é condenado, e tal pode dever-se à chegada do cristianismo, que leva ao abandono do espaço impuro por excelência – o edifício de banhos – e à sua intrusão por uma área tumular. A estrutura poderá também ter sido cristianizada, construindo-se uma basílica, mas não existem elementos arquitectónicos que comprovem esta hipótese. O espaço terá continuado a ser ocupado (em área ainda não identificada, mas talvez na *pars urbana*) por uma comunidade com capacidade financeira, dados os materiais cerâmicos, vítreos, metálicos e numismáticos. A referência a “ossos de animal de grande porte” no

---

765 Relatório dos trabalhos arqueológicos de 1986, p. 2 a 5. Parte dos materiais referidos nesta campanha e nas anteriores encontram-se expostos nas vitrinas do Museu Municipal de Marvão.

766 Oliveira, Pereira & Parreira 2007, nº 221: Herdade dos Pombais II.

relatório de 1984 indica padrões alimentares sustentados, embora não fique explícito se estamos perante os contextos romanos (referência a ânforas) ou tardios. Seja como for, a continuidade de abastecimentos verificava-se, com *terra sigillata* africana e um fragmento de “pré-luzente”, até bem avançado o século V. Sem que possamos falar em *presenças visigodas* que prolonguem o fio do tempo, parece segura a ampla diacronia e as complexas reformulações que aqui tiveram lugar.

Uma última nota.

Ao contrário da esmagadora maioria dos sítios deste inventário, para Pombais as especulações não são apenas um exercício teórico, mas raciocínios deduzidos a partir de textos publicados (curtos, é certo) e de relatórios deixados para memória futura. Infelizmente o projecto foi precocemente interrompido, pois poderíamos hoje ter um sítio modelar para a compreensão das dinâmicas diacrónicas na paisagem rural.

*Outras referências: TIR J-29: 129; Fernandes, 1987b; Frade & Caetano, 1993; Reis, 2004: nº 91.*

## 12.12. Monte Velho

CMP 336 / CNS 4403 / N 39° 28' 33.5" / 7° 21' 54.5" / Terreno / Povoado

E de súbito, isolado no meio das fragas rochosas, em paisagem que já ninguém percorre, o mais complexo e o maior de todos os *povoados escondidos* da serra mamedense: o Monte Velho, extenso e esquecido, rodeado de um conjunto inigualável de sepulturas escavadas na rocha. Os *povoados escondidos*, ou *ocultos*, captaram a atenção de Afonso do Paço, que os designou como “os restos de povoações extintas”, deles deixando uma listagem<sup>767</sup>. Porém, foi indiscutivelmente Monte Velho quem criou no autor mais forte impressão, pela inscrição cristã daqui proveniente, mas também pela tremenda carga de vestígios ainda existentes para quem visita o sítio. Da primeira, e das impressões de terreno, deixou memória escrita<sup>768</sup>, e das segundas trataremos em seguida.

O povoado encontra-se voltado a norte e a este, no fértil vale de uma pequena linha de água que parte de um conjunto de nascentes, precisamente na terminação da azinhalha de acesso (calçada medieval) e onde começamos a ver os primeiros indicadores, no caso, duas sepulturas escavadas na rocha<sup>769</sup>. Apesar da densidade de vestígios que envolvem o povoado, apenas o encontramos com algum esforço, pois implanta-se na vertente menos visível, por detrás de uma pequena elevação. Descrever o Monte Velho é uma tarefa complexa pela profusão de vestígios. Aliás,

---

767 1953: 24-25.

768 Paço, 1949.

769 Os autores da Nova Carta Arqueológica de Marvão referem uma sepultura, “a ponte de um pequeno casebre, existe uma pequena fonte, ao lado da qual foi escavada uma sepultura num afloramento granítico” (Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 259), mas trinta metros a sul, em ponto mais elevado, sempre na mesma encosta, encontra-se uma outra.

urge realizar um levantamento topográfico intensivo, pois apesar do abandono em que a zona se encontra (ou por isso mesmo...) alguns indicadores podem vir a perder-se. De qualquer modo trata-se de um grande povoado, talvez com dois hectares de área central, embora a visualização do terreno seja sempre complicada pelo mato arbustivo que lentamente se foi apropriando da paisagem. Encontra-se definido por um muro de pedra seca que não é muralha mas um delimitador da área residencial. Avançando para o interior temos construções rectangulares com compartimentações internas. As habitações têm soleira e uma marcação das portas através de estelas fincadas. É também visível um planeamento de carácter proto-urbanístico, com uma rua central mais larga, subindo em rampa, havendo outras mais estreitas, acompanhando as curvas de nível, o que provoca traçados mais sinuosos. Em determinado ponto, fora do povoado, encontra-se o que parece ter sido um forno. A alvenaria é maioritariamente em pedra seca, e no chão encontram-se cerâmicas de construção: tegulas escassas mas muitos imbrices, com curvatura ampla e frequentes digitações. Aliás, existe uma área fora do povoado onde o encontro de encostas forma um vale cavado, na qual existe um “tapete” de cerâmica de construção que recobre inteiramente uma larga zona do solo e um afloramento “em mesa”. A diversidade de estilos e cozeduras das cerâmicas é muito ampla<sup>770</sup>, e notam-se também fragmentos de argamassa aplicadas interiormente sob o telhado, pois conservam o negativo dos imbrices. Um dos dados mais impressionantes reside na profusão de sepulturas escavadas na rocha<sup>771</sup>. Nota-se a *satelitização* destas em relação ao povoado pois, à excepção de uma infantil (assim presumida dadas as suas pequenas dimensões) todas se encontram na periferia da área murada. O conjunto de sepulturas rodeia Monte Velho por todas as direcções, com diferentes distâncias de afastamento, mas sem entrarem dentro da área definida. Esta coabitação com a morte, e a ausência de um espaço sepulcral delimitado, é um dos dados mais curiosos.

A escavação de Afonso do Paço trouxe dados reveladores para analisar. Incidiu sobre “uma casa rectangular” com “uma divisória com abertura”<sup>772</sup>, que ainda se encontra visível, situação esclarecida pela confrontação da fotografia com a paisagem actual. Teria um pavimento de lajes em granito e uma pequena dependência junto da porta de entrada, com fragmentos de três recipientes de cerâmica, que o autor supõe ter servido para armazenamento de produtos.

---

770 Tal como Afonso do Paço já notara: “milhares de fragmentos de telha de um fabrico muito grosseiro, curvaturas bastantes diferentes e pastas diversas. Muitas delas apresentavam decorações, todas executadas antes da cozedura, umas de incisão bastante profunda praticada com instrumento afilado, outras de um ténue ondulado devido a simples arrastar das pontas dos dedos do oleiro.” (Paço, 1949: 9).

771 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 060. Mencionam-se “doze sepulturas escavadas em afloramentos de granito” mas na prospecção realizada (que, relembro, não teve carácter intensivo) identificaram-se dezoito, sem contar com as duas anteriormente mencionadas que se encontram do lado oposto da linha de água.

772 Paço, 1949: 8 e 9.

No compartimento oposto, sensivelmente das mesmas dimensões, existia uma acumulação de hematites de ferro e um depósito com restos de fundição do mesmo metal. Paço encontrou ainda telhas com marcas de fogo, presumindo um abandono precipitado, relacionando-o com a invasão muçulmana. Entre estas telhas encontrou um imbrice com a inscrição (H)IC PAX (H)IC C(H) RIST(V)S realizada antes da cozedura da peça, em telha queimada “pelo incêndio que teria vitimado a casa”<sup>773</sup>. Trata-se de um relevante testemunho de cristianização. Finalmente, e além da existência de pesos de lagar, que nos permite pensar na exploração de vinhedos e olivais, em Monte Velho recolheu sementes “incarbonizadas” de milho miúdo (*Panicum Miliaceum*)<sup>774</sup> que poderia ser utilizado para farinhação, pois no local ainda se encontram fragmentos de mós.

O povoado de Monte Velho constitui assim um elemento patrimonial extremamente relevante, quer pela área “urbana”, quer pelo conjunto de sepulturas e valores que o rodeiam. Todavia, e apesar da intervenção de Afonso do Paço – aliás, muito limitada espacialmente – torna-se complexo o entendimento do que efectivamente poderá ter sido. Em primeiro lugar, as cronologias. São abundantes os materiais romanos que ali se encontram: tegulas, pesos de lagar, um fragmento de canalização. A casa escavada, por exemplo, pode perfeitamente corresponder ao modelo dos pequenos casais romanos, com a sua aparente simetria (a planta não apresenta medidas rigorosas) e compartimentação do espaço. O autor não refere o espólio encontrado para além do imbrice com a inscrição cristã, datada do século VI. Este momento não significa necessariamente o fim do povoado (muito menos pode ser associado à invasão das “nefandas hostes de Mafoma”, como supôs Paço), que provavelmente terá prolongado a sua vida para momentos posteriores. Em resumo, pouco pode ser adiantado. Quanto à funcionalidade, trata-se de um povoado de habitações independentes, relativamente organizadas e concentradas. É muito difícil ter uma noção de conjunto, que apresenta um planeamento proto-urbanístico, com as suas ruas e acessos. Não se divisa um lugar central ou uma habitação preponderante. A vocação da casa escavada é evidente: pequenos potes de armazenamento de cereais, um lajeado grosseiro, uma zona de fundição. Os pesos de lagar acentuam o perfil económico do local.

Sem dúvida um sítio-chave para o entendimento das dinâmicas pós-imperiais.

### 12.13. Amoreiras

CMP 336 / CNS 30231 / N 39° 27' 55.5" / 7° 18' 40.3" / Terreno / Villa (?)

Nas áreas livres entre as casas encontram-se materiais cerâmicos dispersos: fragmentos de tegulas e imbrices, ocasionais cerâmicas comuns. Nas casas encontram-se silhares embutidos nas paredes. O local encontra-se em implantação

---

773 1949: 12-13.

774 1949: 9; 1953: 26.



semelhante ao de Pombais: com o rio Sever na base, a pouca distância, desfruta de ampla visibilidade para norte e este, situando-se a meia encosta.

*Referências: Paço, 1953: 20; Fernandes & Oliveira, 1995: 17; Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 066.*

#### **12.14. Eira do Relógio de Sol/Vidais**

CMP 336 / N 39° 27' 30.2" / 7° 18' 33.2" / Terreno / Casal

Habitação com silhares e elementos pétreos reaproveitados. Na eira em frente foram identificadas cerâmicas de construção (tegulas e imbrices).

*Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 236.*

#### **12.15. Salto do Cavalo**

CMP 336 / CNS 30418 / N 39° 26' 49.3" / 7° 18' 44.0" / Bibliografia / Casal

Fragmentos de cerâmica de construção (não discriminados) e de *dolia*.

*Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 263.*

#### **12.16. Bica**

CMP 336 / N 39° 25' 53.6" / 7° 23' 02.3" / Bibliografia / Casal

Escassos vestígios (um fragmento de tegula e alguns de imbrices) associados pelos autores a águas mineromedicinais. O sítio não foi relocado.

*Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 247*

#### **12.17. Fonte dos Mortos**

CMP 336 / CNS 30304 / N 39° 25' 42.3" / 7° 20' 08.0" / Terreno / Casal

Local conhecido por daqui ser proveniente a epígrafe dedicatória a *Toga Alma*, divindade indígena apenas aqui referenciada<sup>775</sup>. Consagrada por uma *Nannia* (ama) que se auto-designa como liberta, trata-se de um testemunho muito interessante para a *geografia cultural* da área e bem distante do universo urbano de *Ammaia*. O cipo de proveniência foi encontrado na curiosa fonte, sem que Paço tenha tentado uma correspondência arqueológica, apenas apontando para sepulturas próximas da “casa a NE”. Os autores da *Nova Carta Arqueológica* mencionam fragmentos de cerâmica de construção, comum e de *dolium* relacionados com “um casal romano”<sup>776</sup>. De referir apenas que, apesar da paisagem pedregosa, encontramos um vale muito aprazível, repleto de nascentes e com bons solos agrícolas nas várzeas. O caminho que se bifurca na fonte é antigo, talvez uma das antigas vias do território ammaiense.

*Outras referências: Carneiro, 2009-2010.*

---

775 Jalhay, 1947; Paço, 1953: 21. Surge cartografado em RP 6/62A “Barretos”, apontando uma proveniência de *Ammaia* que não se verifica.

776 Oliveira, Pereira & Parreira 2007, nº 159.

### 12.18. Patinha da Burra

CMP 336 / CNS 5827 / N 39° 25' 39.8" / 7° 19' 51.5" / Terreno / Povoado

Um dos notáveis *povoados escondidos* repleto de evidências, incluindo duas sepulturas escavadas na rocha do lado oposto do caminho, a acrescentar aos dados da *Nova Carta Arqueológica*. A inscrição deste povoado na época em estudo não é segura, podendo tratar-se de uma ocupação posterior. Não existem indicadores cronológicos fiáveis: por exemplo, não há reaproveitamentos romanos detectados na visita ao local. Todavia, o padrão de implantação e o indiscutível *ar de família* é idêntico ao de sítios como Monte Velho, deduzindo-se uma coetaneidade. A construção alcandorada sobre as fragas, com duas divisões rectangulares, parece ser mais tardia, próximo de sepulturas escavada na rocha e de dois orifícios circulares inscritos no afloramento que delimitam os encaixes de um portão, distinguindo-se ainda a soleira na rocha. Notam-se outras construções e, junto a elas, um peso de lagar<sup>777</sup>. O povoado, contudo, está junto ao caminho: as construções têm uma área considerável. Vindos do acesso leste encontra-se uma derivação, sinalizada por duas estelas ao alto, que daria acesso às casas. Nota-se uma habitação mais ampla, compartimentada, mas sem que se percebam as divisões interiores do espaço. Uma grande lagareta emerge, aproveitando um afloramento natural, com destaque quer pelas dimensões, quer pelo facto de ocupar um lugar central no núcleo de construções. No extremo de um vale com bons solos e recursos hídricos, o povoado está quase oculto entre os afloramentos graníticos que dominam a paisagem. Como tal, não desfruta de amplitude visual, embora esteja próximo da pendente para o Sever, onde a calçada inclina o seu percurso.

*Referência: ; RP 6/62B<sup>778</sup>; Paço, 1953: 24; Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 061.*

### 12.19. Ranginha

CMP 336 / CNS 30230 / N 39° 25' 06.2" / 7° 21' 07.8" / Bibliografia / Casal (?)

Mancha de materiais constituída por cerâmica de construção – tegulas e imbrices – e cerâmica comum indiferenciada. Nas proximidades, dois elementos escavados na rocha: um lagareta com duas depressões para decantação e uma sepultura. Os autores relacionam o sítio com um fuste de coluna e um peso de lagar deslocados do seu contexto.

*Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 065.*

### 12.20. Aldeia

CMP 336 / CNS 30234 / N 39° 25' 03.8" / 7° 22' 19.4" / Terreno / Povoado

777 Com 54 cm de diâmetro e 42 de altura. O encaixe tem de topo 10 cms e na base 22.

778 Não especificado, unicamente com referência a "tegulae".

Atrás do conjunto de casas, e em meio a uma profusão de sepulturas escavadas na rocha, existem vestígios de um povoado, possivelmente alto-medieval. Ocupando o fundo de um vale entre duas linhas de água encontram-se extensos aglomerados de pedra e cerâmicas de construção. Os indicadores de presença romana também estão presentes: um silhar com marcas de *forfex* em meio a imbrices e fragmentos de *dolium*.

*Referência: Paço, 1953: 25; Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 069.*

### **12.21. Vale de Luso**

CMP 336 / CNS 30227 / N 39° 25' 10.6" / 7° 19' 07.4" / Terreno / Povoado (?)

Vários indicadores dispersos e imprecisos que necessitam de um olhar conjunto apurado. Três pontos principais definidos pelos autores do levantamento arqueológico, todos com presença romana e tardo-romana: o sítio I<sup>779</sup>, próximo de uma linha de água, com peso de lagar e mancha de escória, imbrices e *dolium*; no II<sup>780</sup> um lagar possivelmente romano, dada a presença de tegula, além de dois pesos e de um encaixe de vara; e no III<sup>781</sup>, mais longe, fragmentos de *dolium*, uma canalização de granito, blocos pétreos talhados e um capitel. Todos os núcleos encontram-se rodeados por sepulturas escavadas na rocha. Dado o espaçamento, importava compreender se estamos perante núcleos de um ponto de povoamento disperso ou de unidades independentes – e nesse caso, de que tipo. Aqui o capitel é o elemento bizarro, por pressupor uma estrutura monumentalizada.

### **12.22. Ribeira do Lobo**

CMP 336 / CNS 30248 / N 39° 24' 51.7" / 7° 18' 56.7" / Bibliografia / Povoado

Outro grande *povoado escondido*. Em relação a Monte Velho emergem diferenças: aqui estamos perante núcleos dispersos, sem que seja possível definir um povoado central. Elementos heterogêneos, como as omnipresentes sepulturas escavadas na rocha, lagaretas, pias e pesos de lagar, além de estruturas habitacionais de difícil interpretação e muito espaçadas. Também ao contrário de Monte Velho, não se encontram cerâmicas de construção, ou poderão estar ocultas pela vegetação que impera nestes locais ermos onde o mato recobrou o terreno. É difícil contabilizar uma área de dispersão, mas será superior a um hectare.

*Referências: Paço, 1953: 25; Oliveira, Bairinhos & Ballesteros, 1996: 46; 55; Oliveira, Pereira & Parreira, 2007, ficha nº 086.*

### **12.23. Estaca**

CMP 336 / CNS 30038 e 30278 / N 39° 24' 25.6" / 7° 23' 14.5" / Bibliografia / Casal (?)

---

779 Oliveira, Pereira & Parreira 2007, nº 062; menção em Paço, 24.

780 Oliveira, Pereira & Parreira 2007, nº 160.

781 Oliveira, Pereira & Parreira 2007, nº 270.

Vários indicadores, pelo que é aconselhável seguir a listagem da *Carta Arqueológica de Marvão*: o sítio III<sup>782</sup> será um casal, com cerâmica de construção, comum, escórias e imbrices (alem de cinco sepulturas escavadas na rocha, duas delas no meio da mancha de materiais); em II, junto de outra sepultura, dois pesos de lagar<sup>783</sup>. Não muito longe estão, reutilizados em eira, três pesos de lagar e elementos em granito (incluindo um silhar)<sup>784</sup>.

#### 12.24. Maral

CMP 336 / CNS 30235 / N 39° 24' 20.9" / 7° 22' 29.2" / Bibliografia / Povoado

Mais um dos povoados que, ocultos na paisagem, encontramos na serra. A meia encosta, voltada a poente, uma extensa área (até um hectare) com blocos de pedra talhados entre manchas de cerâmica de construção: escassas tegulas, grande quantidade de imbrices, tijoleiras, fragmentos de *dolium* e cerâmica comum. É complexa a tarefa de definir a área central, parecendo tratar-se de um povoado disperso. No vale está uma conduta de água com lajes em cutelo.

*Referência: Paço, 1953: 25; Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 070; Oliveira, Bairinhos & Ballesteros, 1996: 50, 55.*

#### 12.25. Seiçal

CMP 336 / CNS 30251 / N 39° 24' 17.0" / 7° 22' 20.8" / Bibliografia / Povoado

Os indicadores repetem-se em mais um *povoado escondido*: moroiços com blocos de pedra, alguns podendo ser silhares. Estruturas derrubadas, definindo compartimentos ortogonais, em meio de fragmentos de tegula, imbrices, tijoleiras e cerâmica de armazenamento (*dolia*). Próximo estão dois pesos de granito e canalizações, depositadas junto a uma casa. Na fonte, o inesperado: uma cabeça de granito, reaproveitada. A sua cronologia não é segura.

*Referências: Oliveira, Bairinhos & Ballesteros, 1996: 48, 55; Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 088.*

#### 12.26. Vedeira

CMP 336 / CNS 30228 / N 39° 24' 25.0" / 7° 22' 16.3" / Bibliografia / Povoado

Outro povoado, mais pequeno do que os anteriores: moroiços com blocos de pedra, fragmentos de imbrices e de *dolium*. Situado em fundo de vale, entre afloramentos graníticos. Descendo o caminho, reaproveitados em muro, encontram-se dois pesos de lagar daqui provenientes.

*Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 063.*

---

782 Oliveira, Pereira & Parreira 2007, nº 117.

783 Oliveira, Pereira & Parreira 2007, nº 045.

784 Maceira II em Oliveira, Pereira & Parreira 2007, nº157.

### **12.27. Relva**

CMP 336 / CNS 30319 / N 39° 24' 19.5" / 7° 20' 05.3" / Terreno / Povoado

Próximo do actual núcleo de habitações, em vale pouco profundo e dominando férteis solos agrícolas, em meio às penedias graníticas. Encontram-se alicerces de muros que definiam pequenas habitações em número indeterminado mas não muito extenso. São evidentes os fragmentos de cerâmica de construção: tegulas, imbrices, tijoleiras, e ainda *dolia* e cerâmica comum. Como em outros sítios, coabitam com indicadores de unidades de produção (dois pesos de lagar em granito e uma pia escavada na rocha) e elementos funerários (pelo menos uma sepultura escavada na rocha).

*Referência: Oliveira, Pereira & Parreira 2007: ficha nº 174.*

### **12.28. Ribeiro Pinheiro II**

CMP 347 / CNS 24454 / N 39° 22' 41.1" / 7° 23' 53.1" / Bibliografia / Casal

Mancha de material com cerâmica de construção, fragmentos de *dolium* e um peso de tear. Implantação em zona plana dominando férteis solos agrícolas.

*Referências: Oliveira, Pereira & Parreira 2007, ficha nº 142.*

### **12.29. Prado II**

CMP 347 / CNS 30285 / N 39° 22' 45.4" / 7° 23' 35.7" / Bibliografia / Casal

Próximo do anterior, e semelhante na implantação. Fragmentos de tegula e de imbrices, com notícias de achados de pesos de tear e cantarias.

*Referências: Oliveira, Pereira & Parreira 2007, ficha nº 135.*

### **12.30. Vaqueirinho**

CMP 347 / CNS 30280 / N 39° 22' 14.7" / 7° 23' 44.7" / Bibliografia / Pequeno Sítio (?)

Notícia de achados vários em obra: tegulas e imbrices, além de uma mó rotativa. Pela descrição implanta-se em esporão rochoso.

*Referências: Oliveira, Pereira & Parreira 2007, ficha nº 128.*

### **12.31. Quinta do Padre Francisco**

CMP 347 / CNS 24453 / N 39° 21' 41.8" / 7° 23' 50.5" / Bibliografia / Casal (?)

Implantado em zona plana e aberta e na proximidade de solos férteis. Os indicadores estão descontextualizados, depositados em moroiço: tijolos de quadrante, tegula e imbrices, bem como cerâmica comum na superfície. Uma estrutura aflorando à superfície do solo pode corresponder ao ponto de proveniência.

*Referências: Oliveira, Pereira & Parreira 2007, ficha nº 129.*

### **12.32. Fonte de Souto I**

CMP 348 / CNS 20525 / N 39° 23' 40.3" / 7° 21' 41.0" / Terreno / Casal

Em zona actualmente povoada, por isso, com limitações na observação das evidências. Temos uma mancha de pequenas dimensões (500 m<sup>2</sup>) com fragmentos de imbrices, tegulas, *dolia*, cerâmica comum e escórias; nos moroiços encontram-se pequenos blocos de pedra talhada. Um peso de lagar reaproveitado. Está rodeado por quatro sepulturas escavadas na rocha. A novidade reside na recolha de uma pequena ara.

*Referência: Paço, 1953: 25; Oliveira, Bairinhos & Ballesteros, 1996: 55, 68-69; Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 072.*

### **12.33. Monte da Sobrosa II**

CMP 348 / CNS 30292 / N 39° 22' 08.4" / 7° 18' 56.5" / Terreno / Casal

Em paisagem de montanha, embora em zona baixa. Existe cerâmica de construção (tegulas e imbrices), comum e de armazenamento (*dolia*) e bastante escória à superfície. As maciças construções parecem reaproveitar blocos de pedra com talhe de época romana. A proximidade com as pedreiras de Pitaranha, que os autores também acentuam, é evidente.

*Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 147.*

### **12.34. Pitaranha**

CMP 348 / CNS 30293 / N 39° 22' 08.6" / 7° 18' 45.3" / Terreno / Pedreira

No nosso território em estudo é uma das poucas pedreiras onde ainda se preservam as marcas de exploração romanas. O relevo inóspito e o isolamento permitiram a preservação das evidências, situadas no limite fronteiriço entre Portugal e Espanha. No local encontram-se os característicos cortes com negativos de cunhas, para além de grandes montes de blocos, alguns talhados e esquadriados. Entre a paisagem granítica surgem inúmeros seixos de quartzo no vale, observando-se fragmentos de cristal de rocha. À superfície, encontram-se alguns materiais cerâmicos, como tegulas e imbrices. Próximo da pedreira estão estruturas cuja cronologia romana não será segura, embora se encontrem materiais cerâmicos, e ainda uma depressão no afloramento que os autores relacionam com uma forja. No terreno, todavia, não são visíveis escórias nem marcas de fundição.

*Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 149.*

### **12.35. Quinta da Queijeira**

CMP 348 / CNS 30282 / N 39° 21' 30.3" / 7° 22' 21.4" / Bibliografia / Pequeno Sítio

Mancha de materiais “que não ultrapassa os 50 metros” com cerâmica de construção, *doliium* e terra sigillata (fabrico não especificado), cujo aparecimento neste contexto se torna de difícil explicação. Os autores mencionam que “no pátio do monte, se encontram alguns elementos arquitectónicos reutilizados”, sendo necessário equacionar que tipo de local seria este, com indicadores pouco condizentes com a proposta de “pequeno sítio”.

*Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 132.*

### 12.36. Gavião

CMP 348 / CNS 30287 / N 39° 21' 21.9" / 7° 22' 36.0" / Terreno / Casal

Próximo de um imponente escurial<sup>785</sup> encontra-se um ponto de habitação relacionado com as actividades de fundição. Em terraço fluvial, junto à confluência de duas linhas de água, está diverso material cerâmico: de construção (tegulas e imbrices), fragmentos de ânforas (bojos indiferenciados) e comum.

*Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 120.*

### 12.37. Alagoa

CMP 348 / CNS 30224 / N 39° 21' 05.0" / 7° 21' 20.9" / Terreno / *Villa*

Apresenta uma implantação espacial privilegiada, em meia encosta, no terço inferior da pendente e próximo da linha de água, beneficiando da máxima exposição solar. São referidos fragmentos de cerâmica de construção, comum, de *dolium*, escórias, existindo ainda as menções de Paço a “enormes tijolões, fragmentos de potes, canalizações, jorras de ferro” e cantarias<sup>786</sup>. Na visita poucos indícios foram encontrados, observando-se apenas fragmentos dispersos de cerâmica de construção, mas existem “ondulações no terreno” e uma extensa plataforma que serão artificiais. Nas primeiras casas de Porto de Espada estão depositadas cantarias e blocos de granito utilizados em construções. De acordo com informações antigas, nesta zona terão sido encontrados “lingotes de chumbo, cerâmicas e objectos em ouro”, observando-se cerâmica de construção à superfície. Os autores da *Nova Carta Arqueológica de Marvão* desdobram os dois sítios, classificando-os a ambos como *villae*, o primeiro denominado Alagoa<sup>787</sup> e este, no limite urbano, como Tapada da Eira<sup>788</sup>. Dada a proximidade espacial (menos de quinhentos metros), parece-me preferível considerá-los como núcleos de um mesmo sítio, que por isso teria uma apreciável extensão. Várias hipóteses se colocam: o local encontra-se a cerca de três quilómetros de *Ammaia*, podendo corresponder a uma *villa* suburbana; dada a proximidade a um antigo caminho poderia tratar-se de um entreposto relacionado com a expedição de minério, dada a abundância de escórias; ou então, a combinação das duas hipóteses (*villa* com armazém junto à via).

### 12.38. Naves

CMP 348 / CNS 24452 / N 39° 20' 42.6" / 7° 21' 15.6" / Bibliografia / Casal

Registado como um casal com actividades de extracção: tegulas, imbrices, fragmentos de escória e de cristal de rocha e moroiços de pedra junto a um

---

785 Gavião II, referência em Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 137.

786 Afonso do Paço, 1953: 22.

787 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 057.

788 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 131.



filão de quartzo. Encontra-se em elevação dominando o fértil vale da ribeira de Porto de Espada.

*Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 130.*

### **12.39. Tapada do Forno**

CMP 348 / CNS / N 39° 20' 50.2" / 7° 20' 31.1" / Bibliografia / Casal (?)

Conhecido por uma referência de Afonso do Paço a “cantarias”<sup>789</sup>. Nos trabalhos recentes não foram encontrados vestígios de ocupação antiga. A notícia de Paço também é imprecisa, combinando a menção a Tapada do Forno com Alagoa.

*Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 055.*

### **12.40. Alto de São Mamede**

CMP 348 / N 39° 18' 48.0" / 7° 21' 35.3" / Terreno / Santuário (?)

Conjunto de referências difusas que apontam para a existência de um santuário no ponto mais elevado do Alentejo<sup>790</sup>. Foram recolhidas colunas e capitéis romanos, hoje guardados em colecção particular. Apesar de inevitavelmente mutilado pelo complexo de antenas e emissores, os autores da *Nova Carta Arqueológica de Marvão* assinalam “vestígios materiais característicos do período romano” como tegulas, imbrices, lateres, cerâmica comum e fragmentos de mármore<sup>791</sup>. Certa é a posterior componente sacra do local visível no hagiotopónimo e na inscrição árabe encontrada<sup>792</sup>.

## **Comentários gerais**

A primeira constatação é óbvia: estamos perante um extenso conjunto de sítios, na sua maior parte identificados, em alguns casos objecto de sondagens ou de escavações que acabaram por não ter continuidade. Ou seja, Marvão oferece-nos densas informações, só possível devido à contínua e sistemática investigação de que tem beneficiado. Observe-se, por exemplo, a cartografia: ao contrário de quase todos os concelhos, para o aro marvanense temos uma distribuição espacialmente equilibrada, situação que, mais do que reflectir a efectiva estratégia de povoamento em época romana e alto-medieval, reflecte a intensidade da pesquisa. Apenas em territórios onde se procede a uma esforçada sequência de prospecções, saídas de campo, levantamentos publicados, nós vamos conseguindo uma (digamos) *sedimentação da informação* que nos conduz à fiável percepção da ocupação do território. Em Marvão tem havido uma

---

789 Paço, 1953: 22.

790 Borralho & Mendes, 1987.

791 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 139.

792 Caria Mendes e Goulart, 1991; Carneiro, 2009-2010.

contínua preocupação pela detecção e divulgação do património arqueológico entendido como um todo, por isso temos um território homogeneamente prospectado e conhecido, sobre o qual podemos lançar olhares tendo a segurança de que gerações de investigadores deixaram um legado completo e complexo. Marvão constitui-se como um *laboratório de investigação*, o que o torna ideal para o tomar como um *case study*. Pela história da investigação, pela riqueza da informação cartográfica, e ainda por dois factores: temos uma *urbs*, um aglomerado urbano, o que não encontramos em qualquer outro dos concelhos; e depois, o quadro físico: por ser o único verdadeiramente de montanha, de serrania, o que implicou uma adequação ao terreno, e à sua exploração, distinta das áreas onde a paisagem tem outra suavidade. No entanto, e sem entrar em contradição com o que fica escrito, note-se que ainda existem campos de investigação pouco tratados. Um apenas, e para mim o mais óbvio, embora fora da presente análise: o mundo funerário em época romana. Identificaram-se sepulturas tardias (por exemplo, em Pombais, além das omnipresentes sepulturas escavadas na rocha) mas falta-nos o outro lado da vivência romana, o espaço de morte. Ainda nenhuma necrópole imperial foi identificada para lá da cidade de *Ammaia*, o que é inevitavelmente uma lacuna.

O papel de *Ammaia* no processo histórico deve ser bem realçado, pois trata-se de uma *urbs ex novo*, o que implicou um radical redesenhar da geografia territorial no momento do estabelecimento da *paisagem romana*. Esquecidos os grandes povoados indígenas, como Vidais ou Castelo do Corregedor, a vida organiza-se agora nas férteis várzeas desenhadas pelos cursos de água que se encaminham para o Tejo. E o processo terá sido rápido, pelo menos a julgar pela menção a *terra sigillata* itálica em Pombais, mas a persistência do *fundo indígena* permaneceu de forma individualizante, a julgar pelos antropónimos conhecidos e pelas divindades cultuadas. Em primeiro olhar, portanto, o quadro geral lança-nos uma paisagem densa, preenchida de unidades de povoamento com uma apreciável estratificação, ocupadas no aproveitamento dos recursos que o território alberga. Recursos agro-pecuários, certamente: grandes *villae* que escolhem os melhores solos e os abundantes recursos hídricos para organizar o seu *fundus*. Torna-se extremamente relevante o número de pesos de lagar, quer na relação de sítios com pesos, quer na densidade numérica de pesos por sítio. Esta presença numérica implica uma elevada escala de aproveitamento dos recursos da vinha e dos cereais. Seria importante conhecer os contentores que permitiam o armazenamento e escoamento destes produtos: se as ânforas são pouco conhecidas nos sítios marvanenses, destaque-se a abundante presença de grandes recipientes (*dolium*) nos registos superficiais dos sítios. E recursos mineiros, obviamente: em vários locais encontramos escoriais. Mas também os cristais de rocha, pedras ornamentais e decorativas ocorrendo em veios de filões de quartzo, que poderão ter tido uma intensidade na exploração que talvez não tenha sido até agora devidamente considerada. E temos ainda dois vectores. Um

tem a ver com o papel de *Ammaia* enquanto entreposto mineiro da margem sul do Tejo, tema ao qual regresso na síntese final. A rede viária, o perfil de habitantes da cidade, o modo como certos sítios se organizam em torno aos percursos de circulação indicam que o território de Marvão não teve apenas importância estratégica no aproveitamento dos recursos mineiros próprios, mas na recepção dos produtos de exploração que chegavam provenientes, sobretudo, do Conhal do Arneiro em Nisa. Depois, temos as pedreiras de cantaria, cuja existência se relaciona com as necessidades de incorporação que a construção da cidade e infraestruturas anexas (pensando sobretudo nas pontes) comportava. E finalmente, contemos com um produto subvalorizado (pela dificuldade de o recensear arqueologicamente), mas de grande importância económica no mundo antigo e de abundantes evidências etnográficas no concelho: a cal. São numerosos os fornos por todo o concelho e relevantes as evidências existentes, curiosamente, no vale de Aramenha: Cova do Aldrave<sup>793</sup>, Matinho<sup>794</sup> ou Cova da Moura I<sup>795</sup>. Como sempre, nada de novo: já o Dicionário de Cardoso<sup>796</sup> mencionava a actividade e Cornide, na visita ao local, foi ainda mais expressivo: “Yo no he descubierto señales de plomo ni escorias y sólo he notado que toda la montaña es de piedra calcárea, de que los naturales hacen uso para hacer cal, para cuyo efecto tienen un horno en las inmediaciones de dicha boca.”<sup>797</sup> A exploração económica era densa, variada e aproveitava as valências disponíveis, centrando na cidade – onde a abundância de numerário indica uma vitalidade económica assinalável e a plena inserção nas redes de troca – o papel de centro abastecedor e ponto de confluência e recolha dos recursos explorados, neste e nos espaços vizinhos.

Com esta intensidade de exploração não surpreende que a densidade da rede de povoamento seja tão acentuada. O dado mais inesperado resulta do facto de todas as freguesias – mesmo as de maior superfície montanhosa – terem índices muito elevados de sítios romanos. Nas zonas baixas, as *villae* organizavam o aproveitamento dos recursos agro-pecuários; em outras áreas, menos aptas do ponto de vista pedológico, temos casais. Nas zonas altas, inóspitas, encontramos a presença romana, com pequenas unidades aproveitando os filões de minério ou de cristal de rocha. Portanto, onde esperaríamos encontrar uma rede escalonada em função da *urbs*, com anéis concêntricos progressivamente menos povoados, temos afinal uma malha intensa que se espalha de forma homogénea, embora necessariamente com perfis diferenciados do ponto de vista qualitativo e na expressão de vestígios à superfície. Assim encontramos a estratificação do povoamento, uma repartição espacial de acordo com a sua funcionalidade. Na franja norte, as grandes *villae*, todas em sequência, olhando para o curso do

---

793 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 138.

794 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 127.

795 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 123.

796 1751: 516-517.

797 Abascal & Cebrián, 2009: 670.

Sever: Tapada Grande (em Castelo de Vide), Garriancho, Torre do Azinhal, Pereiro, Pombais... Sobre este conjunto de grandes unidades residem dúvidas, que obrigam ao intensificar da investigação: Vale do Cano está imperfeitamente caracterizado, sobretudo em face das descrições de Paço relativas aos vestígios enterrados; e Fadagosa/Pereiro terá de ser melhor analisado para percebermos se estamos perante um complexo termal ou uma *villa*. No primeiro caso, a ribeira de Vale de Cano surge-nos como um caso complexo, que captou a atenção de Afonso do Paço: “Há alguns anos os terrenos de Vale do Cano estavam inaproveitados, e todos estes elementos de civilização [romana] se estadeavam à superfície do solo. Com os recentes amanhos para culturas, abriram-se profundas valas onde tudo foi lançado, excepto as bases de colunas que ficaram dispostas aqui e alem a embelezar a propriedade agrícola actual, o peso de lagar, a lápide e pouco mais [...]”<sup>798</sup>. Ao longo da ribeira as ocorrências são em número invulgar, não esquecendo sítios aqui não referidos como o povoado de altura do Castelo do Corregedor, o Penedo de São Martinho, com cavidades e lenda associada (um exemplo de litolatria alto-medieval) ou a impressionante profusão de sepulturas escavadas na rocha e de lagaretas, quer individualizadas, quer em conjuntos que se espalham ao longo do vale. Outro elemento de grande interesse é o próprio Cano que origina o topónimo e que consiste em imensa obra de engenharia de valas, condutas, levadas e barragens, que poderá ter uma origem romana. Longe dos “50ha” que Conceição Rodrigues mencionou, o olhar encontra evidências arqueológicas sem continuidade espacial e, como tal, numerosos núcleos que necessitam de uma integração conjunta. Entre o local mais a jusante – Vale do Cano VIII, um dos *povoados escondidos* – e aquele mais a jusante – a *villa* da Tapada do Garriancho – o vale apresenta-nos vários pontos. O aspecto mais relevante tem a ver com o local de povoamento principal que, podemos supor, articularia os restantes: os materiais depositados no monte poderão ser provenientes de Garriancho, mas a actual repartição de propriedades não abona em favor desta hipótese – embora, em boa verdade, persista a ideia de que não haverá alternativa a considerar, porque essas características não se encontram nos locais ao longo do vale: o sítio IV tem uma mancha circunscrita de dispersão, inadequada para uma *villa*, e o sítio V poderia ser a *pars rustica* ou um casal secundário de apoio e laboração. Em visão de conjunto, o complexo de sítios de Vale do Cano é uma unidade fisiográfica que pode ser um laboratório ideal para percebermos correctamente as dinâmicas diacrónicas. Os complexos fenómenos de transformação e mudança intuíveis (da passagem do mundo do Ferro no Castelo do Corregedor para a *villa* de Garriancho, e desta para o *povoado escondido* tardo-antigo) e as diversas formas de exploração do territórios (manchas de escórias, peso de lagar, lagaretas rupestres, etc.) poderiam ser vectores estruturais nesta análise.

---

798 Paço, 1953: 19.

Ampliando a lente, nesta impressionante frente de grandes sítios no norte do concelho encontramos grandes unidades de exploração, com os maiores índices de monumentalidade e de evidências visíveis à superfície, podendo encontrar-se nesta sequência o conjunto residencial da elite urbana da *Ammaia*, se acaso esta privilegiasse o desfrute do *otium* rural nas proximidades da *urbs*. É aliás de lastimar o silêncio epigráfico que temos sobre o mundo rural ammaiense, o que nos impede de conhecer as pessoas que habitavam este território. É portanto na área norte que encontramos as grandes unidades agro-fundiárias, exceptuando o caso de Alagoa/Tapada da Eira que, como foi referido, necessita de uma correcta aferição. Aliás não deixa de ser curioso notar que ao longo do vale da ribeira de Porto de Espada, que banha a cidade de *Ammaia*, se encontrem ausentes as *villae*, apesar da amenidade da paisagem e dos bons solos agrícolas. Quer isto dizer que a cidade não procedeu a uma imediata fundiariação do seu entorno, seja porque a *urbs* administrou directamente esses espaços, seja porque os terratenentes decidiram afastar-se um pouco do núcleo urbano. Portanto, embora existissem condições pedológicas e paisagísticas para a implantação do “modelo-*villa*” próximo da cidade, tal não se verificou. As *villae* encontram-se todas, não em posição peri-urbana, mas no espaço rural, à distância de alguns quilómetros da cidade. Este fenómeno contrasta com o conhecido para paisagens mais meridionais do Alentejo, seja no entorno de *Ebora* seja em *Pax Iulia*, onde as *villae* surgem a uma distância próxima dos núcleos urbanos definindo anéis concêntricos com um modelo de *satelitização* das unidades fundiárias face à *urbs*.

As unidades secundárias, que podemos designar como “casais”, surgem remetidas para os espaços mais interiores, ou em certos casos, convivendo próximo da cidade. Aparentemente, os padrões de dispersão são diversos e aleatórios, desde o fundo de vales até implantações atípicas em pontos altos e esporões rochosos. Olhando com mais atenção, porém, descobrimos que a proximidade face ao imediato recurso de exploração é o móbil fundamental: no fundo dos vales, porque se encontram aí as áreas de pastoreio ou as férteis várzeas, próximo das cristas rochosas, porque é nesse ponto que aflora o desejado filão de minério ou de cristal de rocha. Neste polvilhamento de sítios nem sempre é fácil discernir quais terão sido ocupados em época romana, quais são do período alto-medieval e quais poderão ter tido uma continuidade ao longo dos dois períodos: as evidências materiais são escassas e pouco precisas. O que ressalta, porém, é a extraordinária densidade de pesos de lagar, que em outros territórios são exclusivos das *villae*. Nas serranias de São Mamede existe uma correspondência entre pesos de lagar e casais, configurando a realidade do período medieval, onde as lagaretas escavadas na rocha estão nos pontos de povoamento ou se encontram ainda preservadas estruturas rectangulares, compartimentadas, com a vara do lagar em plano central. Este fenómeno traz consigo um outro: uma estrutura fundiária muito repartida, pois é perfeitamente

admissível que os casais fossem unidades autónomas explorando minifúndios próprios em volta, adequando-se a uma paisagem pedregosa e onde a prática agrícola é limitada. Nestes espaços de montanha as *villae* não têm lugar, ficando as áreas marginais reservadas para os casais. Estes administrariam as propriedades envolventes, que assim poderiam ser de um pequeno campesinato com uma base económica de sustentação variada e autónoma, com os necessários reflexos na escala social. Este plano é muito interessante para a reconstrução do cenário que a sociedade de *Ammaia* apresentaria. Falta-nos saber a própria composição social da *urbs*, mas não me parece lógico que as pessoas que administravam estes casais fossem residentes na cidade, deslocando-se quotidianamente, quer pela distância a que os casais se encontram, quer pelo facto de nesta paisagem pedregosa o trânsito ser tudo menos fácil e confortável. Desta forma, creio que os casais seriam unidades autónomas, com camponeses que os administravam, que do azeite e/ou vinho tiravam boa parte do seu sustento, complementando-o com uma prática pastoril, alguma agricultura em terrenos livres e outros recursos secundários, como o mel, as frutas, a cestaria ou a tecelagem. Nestes casais desfrutava-se de uma maior autonomia social e de laços de coabitação bastante mais fluidos, criando a maior independência destas comunidades face ao tecido urbano, com a agravante, porém, de a possibilidade de promoção social ser consideravelmente inferior. Este poderia ser o quadro em época romana: uma *urbs* com uma rede de casais envolvente e as *villae* a média distância, o todo unido por uma rede viária que traria o principal recurso estratégico que presidiu à criação do *municipium*, as cargas mineiras exploradas no seu aro e na bacia do Tejo.

Como evolui este cenário?

Uma tese estimulante foi apresentada por Jorge de Oliveira e Sérgio Pereira<sup>799</sup> sob o denominador da “pulverização” de *Ammaia*. Tem indiscutíveis méritos, não sendo o menor deles o facto de se constituir como a primeira proposta interpretativa estruturada que procura explicar o final do Império e a transição para a Antiguidade Tardia para esta área regional. Para mais apoiar-se na análise cartográfica, tornada possível com a *Nova Carta Arqueológica*, que permitiu a reunião de uma base de dados comprovada no terreno e cuja confrontação em dois momentos da diacronia permitiu gizar leituras. Finalmente, lança um olhar sobre o território rural envolvente da cidade de *Ammaia* não esquecendo, no entanto, alguma da informação revelada pelos trabalhos arqueológicos no espaço urbano. Trata-se portanto do único esforço que procura conceptualizar a relação campo/cidade no momento fundamental em que detectamos no registo cartográfico cambiantes que denotam uma viragem estrutural nas pautas de povoamento. Presume-se portanto que a miríade de sítios alto-medievais é originada pela desestruturação do tecido urbano e/ou através da demissão que a cidade realiza do seu papel estruturante

enquanto pólo organizador das vivências quotidianas. A “pulverização” faz-se nesta dupla tensão: a cidade que se fragmenta, que se esvazia das funções urbanas, obrigando a população que aí residia a procurar novos modelos de subsistência, a partir dos ricos recursos que o campo podia oferecer. Este movimento, segundo os autores, é também originado pelas dinâmicas sociais: a cristianização das gentes e da paisagem, ou a libertação de escravos que necessitam de criar novas *ancoragens* na esfera social (e novos modelos de subsistência), são algumas das causas determinantes. Esta proposta merece uma discussão atenta, dada a riqueza de conteúdos e de dinâmicas históricas consideradas.

É necessário considerar vários pontos de análise. Um deles, porventura o mais importante, reside na questão temporal. A tese parte do princípio que estabelece uma fractura no modelo de ocupação: a cartografia romana é distinta da alto-medieval. Mesmo que existam etapas intermédias (e aqui invoco como exemplo a necropolização do sítio de Pombais), existiria uma radical alteração nas pautas de povoamento originada por mudanças irradiadas a partir da *urbs*. A modificação e desestruturação da cidade alterou radicalmente a paisagem rural, originando ondas de choque que afectaram de forma drástica os diversos locais e criaram bruscas alterações nos padrões de vida, nos modelos económicos de subsistência, nas relações sociais, etc. Mas a questão reside no seguinte ponto nodal: infelizmente não temos cronologias afinadas para determinar os *momentos de transferência* a que a tese procura vincular-se. O que pretendo dizer? Que não temos matéria – leia-se estratigrafias, seriações artefactuais, dados de terreno – para perceber duas dimensões: o momento em que os sítios romanos deixam de ser ocupados; e aquele em que os sítios alto-medievais são fundados. O que implica saber se há uma coabitação de sítios com ocupações sincrónicas; se há um momento em que alguns se encontram ocupados, enquanto outros se encontram a ser fundados; ou se há um corte com uma transferência de gentes, implicando a re-elaboração do espaço. Particularizando: em Torre do Azinhal Afonso do Paço menciona o achado de uma moeda islâmica<sup>800</sup>. O que tal significa: que o sítio se mantinha em ocupação contínua, desde os tempos da romanidade? Ou que houve um hiato, com abandono no final do Império e uma reocupação islâmica, eventualmente com funções unicamente militares devido à “torre”? Ou podemos presumir apenas um epifenómeno pontual de presença (uma perda fortuita) sem ocupação prolongada? Porque esta sequência *villa*/atalaia implica uma radical refuncionalização do(s) espaço(s) (inclusivamente nas localizações topográficas), sem eixos de continuidade. Outro caso, com outras cambiantes: o povoado de Monte Velho. Os materiais romanos são evidentes: pesos de lagar, blocos de construção, caleiras, etc. Todavia, temos uma fundação em momento romano que persiste no tempo, reformulando-se e ampliando a base económica até se transformar no grande

---

800 Paço, 1953: 27.



povoado, proto-urbanizado; ou estamos perante um povoado *ex novo*, fundado algures no século V ou VI, com gentes vindas da decrépita *urbs* que já não oferecia soluções, trazendo consigo os materiais indispensáveis à subsistência e às novas oportunidades que agora se abriam? E neste último caso, porquê um sítio tão remoto e escondido, havendo porventura outros locais que poderiam oferecer melhores condições na proximidade da cidade? Um sítio-chave para compreendermos este processo poderia ser Pombais, se acaso as escavações tivessem prosseguido. Relembre-se o existente: uma extensa necrópole, talvez de século IV, que condena o edifício termal. Todavia, existem indícios de uma continuidade de ocupação para além do espaço sepulcral: fragmentos de *terra sigillata* africana clara C e D e “pré-luzente” mostram que em algum ponto prosseguiu a vivência, eventualmente polarizada em torno de uma basílica cristã, pois uma lucerna com *chrismon* indicia a presença da religião triunfante. Como a *pars urbana* não foi identificada, não existe qualquer indício para o cessar da ocupação: o presumido edifício termal foi transformado em espaço sepulcral, mas tal mecanismo não implica a conclusão da vivência na *villa*. Até quando, não o podemos afirmar com segurança, mas seguramente ao longo do século V Pombais continua a ser ocupado, e possivelmente durante o século seguinte.

É evidente que para entrarmos na dimensão temporal necessitávamos de compreender a evolução de *Ammaia*. Se a tese da *pulverização* se baseia na falência da *urbs* e na dispersão da população pelo território rural, então seria precioso analisarmos se a realidade estratigráfica e topográfica da cidade suporta esta leitura ou se, pelo contrário, temos uma perenidade no povoamento. Todavia, perceber a realidade desta época implica conhecer uma outra, situada a montante, ou seja, no *perfil funcional* da própria *Ammaia*. E aqui temos (novamente) duas hipóteses, que implicam consequências distintas. Porque se esta cidade foi *montada* para romanizar o território, polarizando as comunidades que viviam nos povoados de altura da envolvente, teremos uma evolução lógica: após o fim do Império, com a presumida turbulência gerada, as populações deslocam-se para pontos de altura e retomam uma vivência em níveis de subsistência análogos aos da Idade do Ferro<sup>801</sup>. Ora se olharmos para os grandes povoados de altura – Vidais, Crença, Corregedor... – tal não parece acontecer. Embora não existam sequências estratigráficas disponíveis,

---

801 Note-se que, como em outras situações, não presumo que as comunidades indígenas, sentindo as perturbações do fim do Império (se acaso elas existiram, o que é outra questão) tivessem regressado aos locais de vida dos seus antepassados, como se cinco séculos não houvessem entretanto decorrido. O que neste fio de raciocínio pretendo afirmar é que (tomando de empréstimo um termo da Biologia) poderemos estar perante uma *evolução convergente*, ou seja, que em determinados patamares civilizacionais de semelhante índole, diferentes comunidades podem adoptar os mesmos mecanismos adaptativos e vivenciais. Entre o final da Idade do Ferro e o final do Império poderemos encontrar os mesmos desafios que conduzem a respostas semelhantes (mas não idênticas, como se a História não passasse).

em leitura preliminar nenhum destes locais tem uma reocupação imediata, ou em nenhum deles (à excepção talvez de Castelo da Crença) se verifica uma reocupação de todo. Pelo contrário, os sítios da Antiguidade Tardia (ou alto-medievais, para contornar a ausência de datações), em nada se assemelham aos povoados de altura proto-históricos, sendo os *povoados escondidos* que se ocultam na paisagem e formam verdadeiras aldeias, junto de férteis várzeas, com boas redes de caminhos e ocupando elevações suaves vales. Um panorama que não pressupõe a *violência da barbarização* e a insegurança, mas antes a procura de novos modelos económicos e da sustentação vivencial de base agro-pastoril. Este modelo de povoamento parece ser mais condizente com outra forma de entendimento do que foi a *urbs* ammaiese: um entreposto mineiro, onde afluíam as cargas auríferas vindas da bacia do Tejo com o reforço de outras explorações específicas obtidas na Serra de S. Mamede. Se encararmos *Ammaia* como uma cidade fundada para controlar e ordenar o tráfego mineiro tenderemos a perceber que esta função de entreposto implica duas coisas:

- uma dependência económica, ou seja, é deste proveito que a cidade obtém a sustentabilidade vivencial. Podemos supor a cobrança de taxas, de impostos, de direitos de alfândega e a demanda de um diversificado concurso de gentes que se abasteciam na cidade, contribuindo para dinamizar as actividades comerciais e mercantis. Ou seja, esta não era uma cidade *clássica* de raiz agro-pecuária e voltada para o seu território, uma *colonia* fundada para instalar latinos e veteranos. Foi um entreposto ligado a actividades específicas, exigindo mão-de-obra especializada, com necessidades próprias para a subsistência. Que faz sentido enquanto o recurso primordial está a ser explorado; quando se esgota, ou se esgotam as condições externas para o seu aproveitamento, as pessoas envolvidas partem para outro local ou alteram a sua actividade económica.

- segundo: uma dependência infra-estrutural. Ou seja, se a *urbs* funcionou como entreposto mineiro, então temos uma *super-especialização* que necessitava de uma logística otimizada para o pleno funcionamento: a operacionalidade de uma rede de transportes; abastecimentos de materiais e ferramentas; policiamento das cargas mineiras e das actividades de exploração; uma rede de *negotiatores* a média e longa distância; alguma mão-de-obra especializada; agentes de fisco e de licenciamento de explorações; etc. Um delicado equilíbrio que se pode manter enquanto a esfera externa permite a sustentabilidade; mas supondo que a partir do século V cessam essas condições, com a desestruturação do Império, das relações extra- e intra-provinciais e a debilidade das funções urbanas, então temos o lento esclerosamento das dinâmicas económicas e consequentemente, das actividades urbanas. Uma desestruturação que força as comunidades a procurar novos modelos de subsistência. Quem já os tinha, como nas grandes *villae*, está menos dependente da conjuntura, e portanto mantém-nas em funcionamento, mesmo que adaptando-as às flutuações gerais; mas

para a massa de habitantes da cidade, perdidos os proventos, é agora necessário encontrar outro paradigma. E a exploração da serra seria a solução.

Desta forma, a cidade vai perdendo lentamente as suas valências, não pela falta de dinâmica própria, mas pelo esgotamento dos recursos externos. E então os habitantes – entretanto transformados por todo um universo de alterações nos domínios político, social, religioso, etc. – alteram o modelo de subsistência, passando para a *colonização* dos territórios disponíveis. E de uma *urbs* concentracionária passamos a ter a *aldeanização* com povoados dispersos, procurando nichos de subsistência que alimentem uma população numerosa. Se acaso os bárbaros tivessem irrompido pela paisagem, era provável que muitos dos antigos povoados de altura fossem agora reocupados. Mas o que parece surgir é a colonização das terras marginais porque os *fundi* das grandes *villae* agrícolas se mantinham em laboração. Esta transferência dos paradigmas de subsistência depende, obviamente, do que quer que *Ammaia* tenha sido, mas parece-me claro que as alterações estão vinculadas à lenta desestruturação de uma economia complexa, dependente de logísticas e condições exteriores, e seguramente (hiper?)especializada. O território de Marvão é talvez aquele onde melhor possamos ver a transferência do modelo de matriz urbana para o povoamento disperso em meio rural, e da sofisticação romana para a auto-subsistência alto-medieval.

(Página deixada propositadamente em branco)

### 13. CONCELHO DE MONFORTE

Em várias ordens de factores Monforte apresenta uma posição paradoxal pois, esticando a análise ao limite, poderia ser um paradigma ou um *case study* para os outros concelhos da região; mas, por várias ordens de factores (alguns serão discutidos aqui, outros poderão sê-lo mais tarde), os níveis de conhecimento estão fragmentados.

Consideremos duas esferas de análise. Uma centrada no domínio da *investigação*, onde são detectadas assimetrias importantes. Mas comecemos por outra, que poderemos intitular de *descobertas*, porque na realidade, Monforte trouxe dois elementos extremamente importantes para os domínios de estudo respectivos. No domínio das vias romanas, a epígrafe com dedicatória aos *Lares Viales* recolhida por Mário Saa em Monte das Esquilas<sup>802</sup> é a única invocação deste tipo conhecida na província da *Lusitania*. Em circunstâncias normais seria de esperar que a sua importância atraísse a atenção sobre o ponto arqueológico de proveniência – procurando caracterizá-lo, defini-lo, eventualmente escavá-lo – e sobre o tecido viário, esquematicamente caracterizado pelo autor. Nada disso se passou. A peça não voltou a merecer qualquer tipo de atenção, nem há notícia de que algum investigador se tenha deslocado ao local. A situação apenas se altera em 1985, quando a epígrafe foi localizada na Fundação Paes Teles<sup>803</sup>. Nesse momento fica claro que não constituía uma qualquer bizarria, ou fantasia, do autor radicado em Ervedal, mas que existia uma materialidade concreta. O outro elemento do domínio das *descobertas* radica na identificação, e subsequente escavação, do *Mosaico das*

---

802 Saa 1956: 292 e 294; ver também RP 6/178 e Mantas 2010, para uma perspectiva mais ampla sobre a invocação. Registo a notícia da descoberta: “Continuando pela via imperial, 300 metros adiante das Esquilas, achamos, em um pequeno outeiro, e rente do caminho restos de volumosa silharia granítica dum templo romano, do qual exumei um altar, consagrado aos deuses dos caminhos, os Lares Viais [...]” (Saa, 1956: 292).

803 Foi então dada a conhecer em Encarnação, 1985.

*Musas* e da *villa* de Torre de Palma, na freguesia de Vaiamonte. Aqui, mais uma vez, temos dois pontos a considerar:

- apesar das condições fortuitas da descoberta, seguiu-se um programa de escavações que foi, na essência, original: pela primeira vez pretendiam-se “escavações metódicas” de uma *villa* “lusitano-romana”, pois “Nunca em Portugal se explorara uma «villa» romana completamente e o Museu Etnológico desejava preencher não só essa lacuna, como também salvar da ruína os seus preciosos mosaicos e estudar as suas dependências agrícolas (*cubicula*, adegas, lavandaria, estábulos, etc.), senão também aquilatar a sua excepcional importância tanto sob o aspecto artístico como sob o económico.”<sup>804</sup> Este facto é importante, e não tem sido considerado pela investigação, pois o propósito de Manuel Heleno era ambicioso, e no plano dos princípios, modelar, de acordo com uma perspectiva inteiramente diferente do que em Portugal então se fazia, mas que na Europa já era prática corrente: relacionar a dinâmica dos elementos particulares para a compreensão do geral (o sítio), olhando-o como um exemplo sintomático da riqueza e valor da “cultura lusitano-romana”. Não é aqui o lugar ideal para aprofundar esta leitura, muito rica em termos programáticos e em conteúdos próprios da *História das Mentalidades*. Diga-se apenas que o propósito de Heleno falhou, fosse pela dificuldade de manusear tanta e tão abundante informação<sup>805</sup>, fosse porque outros sítios *colaterais* foram identificados e escavados<sup>806</sup> dispersando as atenções, fosse ainda porque estalou o conflito com Abel Viana devido à necrópole da Chaminé (Elvas)<sup>807</sup>, ou, finalmente,

---

804 Citações retiradas de Machado, 1964: 143 e 167.

805 Pela leitura dos cadernos de João Lino da Silva, o funcionário do Museu encarregue de dirigir as operações de terreno, facilmente se percebe a dificuldade de gerir e orientar para Lisboa o espólio proveniente do sítio (documentação constante do Arquivo Manuel Heleno depositada no MNA); veja-se também o modo como Saavedra Machado (1964, em particular p. 148 a 167) vai enumerando os sucessivos achados provenientes do local que deram entrada no Museu.

806 Lino da Silva chegou a coordenar cinco escavações em simultâneo - além da nota anterior, ver também Carneiro, 2005b e Boaventura, 2001. De notar que o período em causa refere-se aos anos entre 1947 (data da descoberta do mosaico e imediata sondagem) e 1956, um momento temporal em que a mecanização da agricultura se faz pela primeira vez sentir na região, com o conseqüente avolumar de descobertas pelos campos do Alto Alentejo. Esta é também a época em que Abel Viana identificava as necrópoles de Elvas.

807 Sobre o conflito, ver a peça acusatória em Heleno, 1951, e para a sua contextualização no âmbito de uma polémica mais vasta entre Heleno e Mendes Corrêa, ver Fabião, 1999: 120-126. Veja-se ainda o extraordinário testemunho de Abel Viana reproduzido em Cardoso, 1999: 152. A necrópole da Chaminé origina esta polémica porque, como se comenta na ficha de sítio respectiva, a descoberta dos “campos de urnas” interessava particularmente a Heleno para poder provar as suas teorias sobre a origem étnica do povo português e da raiz lusitana da identidade nacional; obviamente também lhe interessava a extrema qualidade de preservação do espólio ali encontrado, que servia como ilustração das “necrópoles célticas” que Heleno procurou

porque os meios humanos e financeiros colocados à disposição para as escavações foram sempre insuficientes<sup>808</sup>. O processo originado é bem conhecido: os resultados das escavações ficaram por publicar<sup>809</sup> (salvo os principais pavimentos de mosaico), o espólio permanece incógnito e disperso e gerou-se um vórtice de acontecimentos que levou a que, de um projecto modelar, tenhamos hoje um sítio na sua essência mal conhecido e um recurso patrimonial sub-aproveitado.

- Torre de Palma tornou-se, de certo modo, o sítio que obscureceu uma densa rede de povoamento envolvente. Para a bibliografia é ainda o *único* sítio romano do concelho de Monforte, permanecendo todos os outros na sua sombra. Basta consultar alguma da cartografia produzida para perceber como um extenso elenco de sítios nunca *entrou* verdadeiramente no conhecimento geral. Este fenómeno iniciou-se com a própria campanha levada a cabo em Torre de Palma, tendo sido escavados vários outros sítios dos quais nunca ficaram notícias publicadas, ou apenas em nota de rodapé<sup>810</sup>. Logo no momento da identificação um extenso lote de sítios ficou remetido ao desconhecimento e ainda hoje o povoamento romano de Monforte *foi* Torre de Palma, como uma ilha flutuando em meio a um vazio<sup>811</sup>.

Regressemos ao ponto de partida.

A segunda ordem de factores que confere a Monforte uma posição algo paradoxal encontra-se no plano da *investigação*. Na realidade, o concelho já

---

denodadamente encontrar em Cabeça de Vaiamonte e no aro de Torre de Palma, mas sem sucesso. É muito curioso observar que Heleno não pareceu demonstrar qualquer ambição em relação à *villa* do Carrão, que também estava a ser escavada, embora clame contra o estado de abandono do local.

808 A única operação com meios adequados foi a vinda de “uma brigada de técnicos italianos a fim de se proceder ao levantamento e consolidação dos mosaicos de Torre de Palma e ao seu assentamento no Museu Etnológico” (Machado, 1964: 143-144), ditada pelo excepcional valor dos pavimentos e pelo interesse que o poder político reservou à vinda para Lisboa deste conjunto. Em toda a correspondência enviada por Lino da Silva para o Museu são constantes os lamentos pela ausência de meios à disposição, pedindo com urgência adiantamentos de verbas para fazer face às despesas de alimentação e de medicamentos. Foi também pela ausência de pagamentos que o casal Leisner, contratado para realizar o levantamento gráfico das estruturas, abandonou as escavações (carta de 15/11/47 constante do arquivo Manuel Heleno, MNA).

809 Sublinhe-se o mordaz comentário de Mário Saa, hoje lido como profético: “A maior parte destes pavimentos foi removido para o Museu Etnológico de Belém, bem assim todos os objectos encontrados, entre eles, uma estatueta de bronze. Pouco ou nada conheço destas remoções. Oxalá se proceda, sem descuro, ao inventário do espólio de Masussaria, para em todo o tempo constar.” (1956: 188-189).

810 Literalmente, veja-se a nota de rodapé em Heleno, 1962: 314, nota 1, onde enumera “Herdade do Reguengo, Outeiro da Boa Vista, Sampão e Pulsigais” (Pocilgais: Carneiro, 2005b). Nenhum destes sítios alguma vez voltará a ser mencionado pelo autor.

811 Um exemplo, entre outros: na Planche XIII em Gorges, 1979 o vazio em torno de Torre de Palma.



assistiu ao esforço de investigadores que procuraram identificar e caracterizar o território e que contribuíram para a percepção das realidades. Pelo menos dois projectos encontram-se listados na base de dados *Endovelico*: por iniciativa municipal, com um projecto de carta arqueológica designado *LACOM*, e por um trabalho académico individual, o projecto *COMONPH* que, embora centrado no estudo das comunidades pré-históricas da Ribeira Grande, abrangeu todo o espaço concelhio. Todavia a ferramenta bibliográfica disponível para o conhecimento do passado do concelho ainda reside na monografia editada pelo município na década de oitenta e compilada por um entusiasta local<sup>812</sup>. Por tudo isto se compreenderá que as linhas que aqui se escrevem são necessariamente precárias e sujeitas a revisão.

Monforte é um município com um extenso território (419,65 km<sup>2</sup>) mas que se destaca sobretudo pela implantação, formando como que um “corredor” orientado no sentido norte/sul, o que leva a que seja o concelho em estudo com maior número de confrontações com outras circunscrições administrativas (oito). Apesar desta particularidade, é relativamente homogéneo e não apresenta significativos contrastes. Estamos em plena pene-planície norte-alentejana, com ondulações suaves, amplos espaços de visibilidade e onde predomina o montado de azinho. É certo que existem acidentes que criam sub-áreas específicas. Por exemplo no substrato geológico existem alterações, que vão desde os maciços eruptivos granitóides do espaço sudeste, próximo de Santa Eulália e das suas conhecidas pedreiras (exploração de granito rosa) até às ocorrências gabro-dioríticas do ângulo noroeste, no seguimento de Cabeço de Vide (provocando enrugamentos orientados na direcção noroeste/sudeste, com relevos alterados e por vezes aflorando em crista, sendo o exemplo arqueológico mais notável o grande povoado da Cabeça de Vaiamonte, alcandorado nos seus quase quatrocentos metros), passando ainda pelas formações de rochas carbonatadas e xistosas que predominam em quase toda a faixa central. Nas zonas de contacto o relevo torna-se mais complexo mas, e apesar desta diversidade, o espaço monfortense é caracterizado por relevos suaves, que propiciam a circulação e facilidade de trânsito. É certo que alguns cordões de elevações marcam a paisagem – a sequência da ribeira de Almuro, por exemplo, com o grande povoado fortificado de Pedras da Careira (321m),

---

812 Cunha, 1985, que publicou um volume de grande interesse pela fixação das memórias e do seu conhecimento de terreno, além de reunir a documentação iconográfica por si produzida. No entanto, e de forma assumida pelo autor, não existe um aturado trabalho de pesquisa e de análise do passado: “Ao apresentar este meu modesto trabalho, desejo chamar a atenção especial, das pessoas ávidas de narrativas mais profundas, que nunca foi intenção minha, descrever em pormenor, todos os assuntos neles constantes, nem era possível fazê-lo, aliás, numa obra deste tipo, mesmo que, para isso, me sentisse totalmente habilitado. Pretendo, ao contrário, presentear os homens da ciência e da cultura com algumas e importantes pistas, sendo ambição minha que saibam e queiram decifrar tantas interrogações, directa ou indirectamente, espalhadas, página após página” (p. 9, do Prólogo).

ou a Serra de Aires (402m em Ferrenhas) que marca a confrontação com o concelho de Estremoz – mas de um modo geral não constituem um obstáculo que compartimente divisões interiores.

Se o montado é o coberto que percorre o concelho, é necessário notar a existência de “bolsas” de elevada produtividade. Uma situa-se próximo da *villa* de Torre de Palma, que propicia uma reconhecida rentabilidade agrícola que utiliza o regadio graças aos recursos hídricos existentes. Outras ocorrências de solos extremamente férteis encontram-se próximo dos actuais núcleos de Monforte e de Santo Aleixo, onde as classes A e B estão em várzeas, junto dos cursos de água que por ali serpenteiam, com solos escuros mas soltos, proporcionando uma agricultura de enxada e o plantio de leguminosas e oleaginosas. Voltam a ocorrer ao longo de outros cursos de água, constituindo um recurso reforçado pela densa rede hídrica. A disseminação de pontos de povoamento rurais de época romana, em especial de casais, será uma expressão destes nichos que possibilitavam uma vasta gama de explorações, desde o cultivo hortícola até às extensões de montado. Este panorama é possibilitado pela densa rede de recursos hídricos, quer aflorando em poços, fontes e nascentes, quer organizados em linhas de água que, em alguns casos, sobrevivem aos estios mais exigentes. Neste âmbito, Monforte ocupa uma posição curiosa, pois se a oeste temos como principal curso de água a Ribeira Grande, um afluente do Tejo, no lado leste temos pequenos ribeiros que se orientam para o rio Caia e, por extensão, para a bacia hidrográfica do Guadiana. A ribeira de Algalé será porventura o melhor exemplo. Ainda nos recursos aquíferos é de salientar dois aspectos. De um modo geral a drenagem é fraca, pois os ribeiros raramente correm encaixados. Apenas em parte do curso da ribeira do Almuro se nota o declive das margens, o que coloca obstáculos à transitabilidade. Mas no quadro geral as margens são suaves, com ocorrência de áreas de encharcamento, o que conduz à existência de restrições à circulação, originando “portos” onde a passagem é facilitada, ou a necessidade de construir pontes e obras de arte (e de facto, em época medieval, várias são erguidas). Outro aspecto reside na sua sazonalidade e, neste aspecto, Monforte não foge às pautas regionais. O caudal das linhas de água está dependente das chuvas, embora raramente falem em absoluto, seja por alguns mananciais abundantes de nascentes, seja porque se formam os “pegos” (grandes covões no leito das ribeiras que no Verão suportam densidades de água que nunca secam totalmente). Como ficou subentendido, parte do escoamento da rede hidrográfica faz-se para oeste, destacando-se, além da Ribeira Grande, outras linhas de água (geralmente suas afluentes), como as ribeiras do Freixo e do Assumar (de cuja junção nasce a linha de água principal), a de Leca e a de Almuro. Para oriente dirige-se principalmente a ribeira de Algalé, uma linha de água estruturante pois, antes da inflexão, percorre longamente o concelho de sul para norte.

Como já foi mencionado predomina o montado de sobreiro (*Quercus suber*) ou de azinheira (*Quercus rotundifolia*), por vezes combinado com a plantação de cereais ou, nos casos em que servem de pastagem para o gado, coexistindo com o coberto de forragem. Em largas extensões a paisagem é caracteristicamente alentejana, havendo ainda a considerar que, sendo por tradição berço de cavaleiros tauromáquicos e muito afeiçoado às artes taurinas, existem amplos pastos para o gado bravo. Este quadro cria naturais consequências nos trabalhos de prospecção, ora impossibilitando, ora criando dificuldades à observação da superfície por existir um coberto vegetal rasteiro e ausência de revolvimentos agrícolas dos solos. Em outras áreas é a desertificação rural que cria obstáculos: largas extensões estão hoje *a monte*, ou com reduzida presença humana. Por exemplo o canto nordeste, entre o Cabeço do Raio e as Pedras do Medo, está hoje deserto. Na cartografia arqueológica notam-se estes vazios, resultantes da existência de menores índices de visibilidade de terreno e de outros factores, que por vezes tendemos a não considerar, como uma rede de caminhos rurais rarefeita e de acessos difíceis. Em outras áreas temos um coberto matagoso, ora constituído pelos tradicionais “carrascos”, ora por estevas e giestas, plantas que dificultam a progressão. Por estas paragens a prospecção torna-se, também, tarefa árdua, seja no caminhar, seja na observação do solo. Finalmente existem manchas de olival em largas extensões, como na fronteira da freguesia de Veiros para Santo Aleixo, ou em Arneiros, entre Fronteira e Vaiamonte.

A impressão geral que o concelho de Monforte concede ao olhar é, portanto, a de um território amplo, com recursos variados e sem traços distintivos característicos. Dentro de uma certa diversidade, um espaço homogéneo, com relevos suaves frequentemente moldados por regatos e ribeiras que mansamente correm para o seu destino.

## Sítios e comentários

### 13.01. Escudeiros

CMP 371 / CNS 20943 / N 39° 09'53.2" / 7° 26' 18.1" / Terreno / Pequeno Sítio

Em pequena encosta, a cerca de 250 metros para sudeste das casas. Mancha de materiais de construção – imbrices e telhas – e pedras em área de 300m<sup>2</sup>. O sítio está mesmo junto à via da “Canada do Alicerce” (XV), com o qual tem uma óbvia relação.

*Referência: Projecto LACOM, Processo IGESPAR 2004/1(196).*

### 13.02. Alcaide

CMP 371 / N 39° 09' 48.8" / 7° 25' 46.1" / Terreno / Casal

O monte encontra-se no concelho de Portalegre, e junto às casas estão uma mó em granito e dois silhares. A proveniência dos materiais, contudo,

radica no sítio romano do lado oposto do traçado da via XV, com uma mancha de cerâmicas de construção em encosta de elevação suave.

Referência: *Projecto LACOM, Processo IGESPAR 2004/1(196); Cunha, 1985: mapa-síntese.*

### 13.03. Santo António das Paredes

CMP 371 / CNS 24144 / N 39° 08'45.3" / 7° 32' 25.3" / Terreno / Villa

Está no alinhamento de dois outros sítios, já no concelho de Fronteira, onde também ocorreram fenómenos de cristianização com pequenas capelas: Santo Cristo e São Pedro. Encontra-se logo a leste do monte, voltado para o interior da encosta, em implantação um pouco atípica, pois não dispõe de grande visibilidade envolvente. Contudo, é provável que as casas recubram o núcleo principal. Encontra-se uma extensa mancha de materiais, particularmente visíveis no caminho, onde se notam também os topos de muros aflorando. Uma possível coluna, fragmentada, em rocha calcárea de tom azul. Encontram-se imbrices, alguns de grande espessura e muito fechados (*tubuli?*), tegulas (de triângulo e abatidas), sobressaindo uma boa qualidade de fabrico. Outros indicadores incluem tijolos e fragmentos de *dolium*, além de cerâmica de pastas claras, eventuais ânforas. A mancha é superior a 10.000m<sup>2</sup>. Junto ao monte, no meio das casas, foi encontrado um colunelo possivelmente visigótico, com uma canelura, em mármore de grão grosso<sup>813</sup>. Registo ainda para a fonte de mergulho, com escadaria, cuja alvenaria certamente terá origem romana<sup>814</sup>. Outro elemento de realce é um troço de via privada que deixa o sítio na direcção norte, para o entroncamento das vias XIV e XV, visível em extensão de cerca de quinhentos metros, estando rebaixada em relação ao solo envolvente. Finalmente, na elevação a sudeste, encontra-se um povoado da Idade do Ferro que, até ver, está inédito<sup>815</sup>.

Referência: Processo IGESPAR 95/1(223).

### 13.04. Naves

CMP 371 / CNS 20941 / N 39° 08' 39.0" / 7° 24' 38.1" / Terreno / Casal

Certamente que o sítio romano encontrar-se-á sob as casas. Junto ao edificado estão dois silhares e uma mó. Os vestígios de superfície – tegulas e

---

813 Dimensões: altura conservada 36 cm; diâmetro da base 16cm; diâmetro máximo conservado – 18cm.

814 Junto a São Pedro, em Horta Tirana (concelho de Fronteira), há um exemplo semelhante.

815 N 39° 08' 33.3" / W 007° 32' 25.7", cota 242. O topo está rodeado por uma muralha com talude circular. Por toda a zona encontra-se material romano: imbrices, tegulas, tijolos, por vezes em grande concentração, especialmente nas zonas entre os afloramentos. Ocupa uma área de um hectare, com contacto visual com Cabeço de Vide e Castelo do Mau Vizinho.

imbrices – encontram-se na encosta a este, em mancha compacta e extensa de pelo menos 1000m<sup>2</sup>.

*Referência: Projecto LACOM, Processo IGESPAR 2004/1(196).*

### **13.05. Romacho**

CMP 371 / CNS 11893 / N 39°07' 56.5" / 7° 28' 50.3" / Terreno / Pequeno Sítio

Em encosta suave voltada para oeste, próximo da ribeira do Freixo. Mancha de cerâmica com 300m<sup>2</sup>, espalhada pela lavra; um peso de lagar está actualmente nas casas.

*Referência: Projecto LACOM, Processo IGESPAR 2004/1(196); Processo IGESPAR 95/1(223).*

### **13.06. Freixo**

CMP 371 / CNS 23961 / N 39° 07' 50.6" / 7° 24' 07.0" / Terreno / Casal

O mapa de António Cunha situa um ponto romano em elevação voltada a sul, a quinhentos metros do monte. Não foi relocado.

*Outra referência: Processo IGESPAR 95/1(223).*

### **13.07. Assumar**

CMP 372 / CNS 1769<sup>816</sup> e 4660<sup>817</sup> / N 39° 08' 27.2" / 7° 23' 08.4" / Terreno / *Mansio* (?)

Uma das interrogações mais interessantes reside na funcionalidade do sítio que se localiza já fora do actual núcleo urbano de Assumar, junto à linha da CP e no perímetro do Centro de Recuperação de Menores. A ligação ao traçado da via XV é evidente, estando o itinerário particularmente bem conservado nesta zona. Mais difícil será definir a área de extensão dos vestígios: estão presentes no interior do Centro, , mas também temos menção de descobertas sob a ermida de S. Lourenço (o que constituirá mais um fenómeno de hagiotoponimização frequente nesta região), e ainda existe um mapa de 1858 da Herdade do Assumar levantado pelo Eng.º J. A. de Abreu, com as “escavações nas ruínas da cidade dos romanos chamada *Ad Septem Aras*”. Somando estes diversos núcleos teríamos uma mancha de vestígios significativa. Aqui reside o nódulo da questão, pois Assumar tem sido tradicionalmente associado a *Ad Septem Aras*, pela ressonância toponímica do nome com o da *mansio* no trajecto da via XV. Existem informações que apontam para a existência de mosaicos, além de pedras aparelhadas. Na tapada envolvente encontra-se uma abundância de materiais cerâmicos, incluindo, além de cerâmica de construção, fragmentos de cerâmica comum, ânforas e *terra sigillata*. No entanto, nunca foi possível

---

816 Troço de via.

817 S. Lourenço.

estimar com rigor a área de dispersão, pois as prospecções fizeram-se sempre com demasiada vegetação superficial.

A questão permanece em aberto: *mansio* ou *villa*?

*Referências: RP 6/129; Saa, 1959: 144; Alarcão, 1978: 110-112; Boaventura & Banha, 2006.*

### 13.08. Herdade de Mateus

CMP 384 / CNS 5761 / N 39° 06' 59.6" / 7° 31' 30.5" / Topónimo / Casal (?)

A ocorrência merece referência, embora não se conheça o local<sup>818</sup>. Trata-se da epígrafe funerária dedicada a Públio Anonio Silão, da tribo Quirina, por Aquília Cara (filha de Câmulo). Documenta uma união entre um cidadão com *tria nomina* e uma indígena, filha de indígena; provavelmente, a peça pertence a um mausoléu familiar, dadas as dimensões<sup>819</sup>. Junto ao monte mencionam-se achados de telhas, mas não foi possível prospectar o local.

*Referências: RP 6/127; Encarnação, 1977b: 67-69 e foto 8; IRCP, p. 643-644, n° 578; Carneiro, 2004 n° 65; Morgado & Carneiro, 2011.*

### 13.09. Monte do Peso

CMP 384 / CNS 24070, 24071 e 24072 / N 39° 06' 51.5" / 7° 25' 55.7" / Terreno / Casal

Transcreve-se a informação corrente do *Endovelico*: “Junto às casas do Monte, na área central avista-se grande quantidade de silhares graníticos, dois deles rusticados. No amotoado [*sic*] de entulhos originados pela demolição das casas do meio do Monte há mais silhares e inclusive blocos de opus. No chão há muito imbrice grosso de aspecto antigo e avistaram-se 2 fragmentos de tegula.” (Peso 2). Existe menção do sítio arqueológico: “Mancha de 20x20 m com imbrice, latera, 2 fragmentos de tegula, tijolo, dolio, cerâmica comum e pedras. Também se recolheu um percutor de quartzo. A peça referida por J. Vasconcellos poderia ter vindo daqui.” (Peso 1). Finalmente, uma terceira entrada: “Mancha de 30x20 m com imbrice, tegula, tijolo quadrante, dolia, cerâmica comum e pedra. Num morouço junto há um silhar granítico.” (Peso 3) Na visita ao local ainda se encontravam escombros originados pelas obras das casas, mas toda a área havia sido limpa e os elementos móveis retirados. Pelas indicações é possível que aqui se situe uma pequena *villa* ou, provavelmente, um casal com alguma dimensão, embora não seja explícita a relação espacial entre estes núcleos, que pela proximidade serão um só sítio. A zona está exposta a norte, com a ribeira da Ferrenha na base.

*Referência: Processo IGESPAR 95/(223).*

818 Uma informação oral apontou o sítio da descoberta como o “olival velho”.

819 Caetano, 2002a: 319.

### 13.10. Vale de Zebro

CMP 384 / CNS 24183 / N 39° 06' 46.1" / 7° 24' 23.1" / Topónimo / Casal

Materiais junto às casas: um peso de lagar embutido na alvenaria de um forno, imbrices, tegula, tijolos e estruturas. Área de dispersão apontada de 10x20 metros. Classificado como “habitat”, será um casal agrícola. Não foi possível visitar o local porque o caminho esteve sempre encerrado.

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

### 13.11. Monte do Azinhal

CMP 384 / CNS 23861 / N 39° 06' 04.8" / 7° 31' 03.3" / Terreno / Casal

Cartografado por António Cunha com a menção de pedras de mó e tijolos. O ponto de povoamento apresenta uma mancha de “15x15m”<sup>820</sup> com cerâmica de construção, fragmentos de *dolium* e pedras que poderão ter pertencido a edificações. Depositados juntos às casas encontram-se duas mós e um peso de lagar com encaixe em formato de cauda de andorinha. Próximo do regato do Menino e em zona de oliveais, encontra-se no sopé da elevação de Cabeça de Vaiamonte. Na propriedade situa-se o local conhecido como “Palmeiro”, com necrópole romana<sup>821</sup>.

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

### 13.12. São Cornélio

CMP 384 / CNS 24146<sup>822</sup> e 24147<sup>823</sup> / N 39° 07' 22.6" / 7° 28' 33.0" / Terreno / Villa

Também conhecido localmente pela corruptela de “São Cornelho”, é uma antiga ermida que albergou festividades rurais na Primavera e que em 1758 estava em ruínas. Foi intervencionada pela equipa que trabalhava em Torre de Palma, atraída por achados de sepulturas, mas a escavação foi abandonada após poucos dias de trabalho. Mesmo assim, foi posta a descoberto uma estrutura em ábside, que mais tarde voltou a ser tapada<sup>824</sup>. Na base de dados *Endovelico* tem duas entradas, referindo-se a primeira ao antigo templo, onde “avistou-se em redor um fragmento de tegula e muitos de imbrice” e, a cem metros a oeste, o sítio 2, com área de dispersão de materiais em 5000m<sup>2</sup>: “tegula, imbrice, laterae, tijolo paralelipédico, dolia, silhares, um deles in situ, base de

---

820 De acordo com informação constante da ficha do *Endovelico*.

821 Listei o sítio em Carneiro, 2005b: 292 como tendo sido intervencionado pelos funcionários do MNA, mas em Vaiamonte foi-me dito que tal não ocorreu. Todavia, aquando do plantio do olival que ali se encontra, terão sido postas a descoberto sepulturas romanas, com caixa feita por lajes em cutelo.

822 São Cornélio 1.

823 São Cornélio 2.

824 De acordo com o testemunho de um habitante de Vaiamonte que esteve nos trabalhos de escavação.



prensa de lagar”. No terreno a construção em ruínas teria de ser desimpedida da vegetação e entulhos, mas em primeiro olhar não parece ter dimensões nem estrutura de templo cristão. Apresenta os referidos materiais romanos em torno, mas na plataforma do sítio 2 são mais evidentes, notando-se descontinuidades topográficas, sobretudo um terraço delimitado por silhares graníticos. A existência de uma *villa* parece possível, pois entre a população de Vaiamonte subsiste a memória de “azulejos” de pavimento, ou seja, mosaicos. A implantação espacial é também apropriada. Próximo existe uma necrópole.

*Referência: Processo IGESPAR 95/(223); Carneiro, 2005b.*

### **13.13. Outeiro da Boa Vista**

CMP 384 / CNS 4338 / N 39° 06' 23.9" / 7° 30' 21.5" / Terreno / Necrópole  
Necrópole intervencionada pela equipa do MNA de Torre de Palma, com materiais nunca divulgados. Referência a *terra sigillata* e cerâmica comum no espólio à superfície.

*Referência: Processo IGESPAR 95/(223); Heleno, 1962: 314; Carneiro, 2005b.*

### **13.14. Reguengo 1**

CMP 384 / CNS 4863 / N 39° 06' 15.0" / 7° 30' 03.8" / Terreno / Necrópole  
Descoberta aquando da plantação de um olival e intervencionada pela equipa do MNA. O espólio permaneceu inédito até José Olívio Caeiro dar a conhecer algumas peças em artigos parcelares, sendo alvo de uma leitura de conjunto por Ana Caldeira<sup>825</sup>. Um conjunto de sete sepulturas de incineração, balizadas no final da primeira centúria e inícios da segunda, com um espólio notável pela qualidade e diversidade. A relação por sepultura é desigual, mas atinge vinte e duas peças de cerâmica na nº 2 e vinte na nº3 (de todo inusuais pelo excesso para o conhecido na região), contrastando com as três nas nº 6 e 7. Mas é sobretudo a singularidade de peças em *terra sigillata* que chama a atenção, como uma bilha decorada de forma Hispânica 20<sup>826</sup>, um copo Dragendorff 30<sup>827</sup>, outro de Hispânica 2<sup>828</sup> ou uma garrafa Hispânica 14<sup>829</sup>. Ou seja: o habitual conjunto prato/bilha/copo em cerâmica comum é substituído (pelo menos em duas sepulturas) por peças de importação. Assim, não é desfasada a menção a um anel de ouro encontrado dentro de uma das sepulturas, mas nunca entregue ao MNA<sup>830</sup>. Ainda há a referir peças de paredes

---

825 2001.

826 N° 2002.16.22, Sepultura 1.

827 N° 2002.17.11, Sepultura indeterminada.

828 N° 2002.16.12, Sepultura 3.

829 N° 2002.16.21, Sepultura indeterminada. Vejam-se os comentários sobre as peças mais raras em Caeiro, 1977, que apresenta quatro “exemplares para os quais não conhecemos paralelo” (p. 140).

830 Caldeira, 2001: 37.

finas, moedas, uma lucerna, vidro e duas conchas de *ostrea edulis*. Várias peças apresentam grafitos, incluindo as de *terra sigillata*, o que mostra um hábito epigráfico e a existência de várias peças da mesma tipologia na comunidade, com a consequente necessidade de assinalar a posse individual. Entre este espólio tão significativo encontram-se as cerâmicas comuns pertencente ao *fundo indígena* presentes, por exemplo, em Pocilgais<sup>831</sup>. O conjunto mostra, portanto, a já conhecida aliança entre as peças empregues desde a Idade do Ferro e o conjunto de cerâmica de importação característico do Império – neste caso, é certo, com uma variedade e qualidade que rompe completamente com os paralelos regionais.

*Outras referências: RP 6/143; Caeiro, 1974–1977: 1977; 1978; 1979; 1984a.*

### 13.15. Reguengo 2

CMP 384 / CNS 24104 / N 39° 06' 11.0" / 7° 29' 45.1" / Terreno / *Villa*

Em ligeira elevação que alteia o sítio em relação à pendente suave da encosta e lhe concede acrescida visibilidade sobre o vale. Os materiais encontram-se junto à eira e embutidos no seu aparelho de construção. Abundante cerâmica de construção que inclui tegulas, imbrices e tijolos de *suspensura*; fragmentos de *opus signinum*, de ânfora<sup>832</sup> e cerâmica comum. Um silhar, entre várias pedras com talhe, indica a monumentalidade das construções. Foi encontrado um afiador em pedra. Como consta do *Endovelico*, uma das extremidades da eira é angulosa, o que indica o aproveitamento de um muro romano. Existe a leste uma segunda plataforma onde se concentram os vestígios. A mancha de materiais é vasta, não inferior a um hectare.

*Referência: RP 6/143; Processo IGESPAR 95/(223).*

### 13.16. Geodésico de Besteiros 1

CMP 384 / CNS 11925 / N 39° 06' 09.4" / 7° 25' 55.5' / Bibliografia / Peq. Sítio

Entrada no *Endovelico* com a atribuição de “habitat” e a informação: “Mancha de 20x30 com tegula, imbrices, cerâmica comum e sigillatas. No morouço junto avistam-se vários silhares graníticos e uma mó de sela. No extremo da mancha, para Norte, há um grande peso de lagar, em granito. O sítio parece estar associado a grande um curral circular situado a Sudoeste.” O terreno foi prospectado mas os indicadores não foram encontrados.

*Referência: Processo IGESPAR 95/(223).*

---

831 As grandes malgas semi-hemisféricas com fundo plano: Carneiro, 2005b.

832 Não é determinável se o espólio anfórico publicado por Dias Diogo (2000) provém de Reguengo 2, Reguengo 1 ou de outro sítio. Outras peças foram dadas a conhecer em Boaventura & Banha, 2006.

### 13.17. Geodésico de Besteiros 2

CMP 384 / CNS 11922 / N 39° 05' 54.9" / 7° 25' 36.4" / Terreno / Peq. Sítio

No seguimento da elevação de Besteiros, na encosta este, uma plataforma com concentração de materiais que escorrem até ao caminho e à linha de água, na margem oposta de Sardos. Encontram-se blocos de granito rosa, um semi-circular, tegulas, imbrices e tijoleiras, em mancha de 300m<sup>2</sup>. Também se vê cerâmica comum. Está virado a sul, dominando o vale e a linha de água. Possivelmente uma cabana ou um pequeno casal, mas os indicadores ampliam a menção a “Pequena mancha de 5x5m com tegula e imbrice”.

*Referência: Processo IGESPAR 95/(223).*

### 13.18. Sardos

CMP 384 / CNS 11452 / N 39° 05' 56.3" / 7° 25' 10.1" / Bibliografia / Casal

Identificado na implantação do gasoduto da *Transgás* e objecto de sondagens em 1996. A referência aponta para um sítio com duas ocupações sobrepostas, sendo a mais recente de época contemporânea. A romana, que aqui interessa, é classificada como “villa fructuaria, afastada das restantes estruturas da villa”. “As evidências eram constituídas por grandes nódulos de opus signinum, tegulae, silhares graníticos e um peso de lagar. Contudo, estes prometedores indícios constituíam quase tudo o que restou dessa ocupação antiga. Não se conservou qualquer estrutura in situ, qualquer estrato arqueológico ou mesmo deposição secundária de materiais”<sup>833</sup>, e é relacionado com Torre de Palma, o que é impossível dada a distância e a existência de outros pontos de permeio. Sendo assim, deve ser interpretado como um casal. A recolha de dois pesos de tear mostra que as actividades económicas tinham uma outra vertente – e, podemos deduzir, um outro espaço funcional ou seja, pelo menos duas divisões na casa (lagar e tear). No conjunto surge uma pedra de anel<sup>834</sup> que, a ser romana – o que não fica explícito, nem a peça ilustrada – documenta a presença feminina no espaço, eventualmente ligada à actividade de fiação.

*Referências: Processos IGESPAR S - 11898, 90/1(100) e 95/1(223); Bugalhão, 1998: 131-133; 2004b: 109-150.*

### 13.19. Manteigas

CMP 384 / CNS 17217 / N 39° 04' 49.8" / 7° 30' 31.6" / Terreno / Necrópole

Não existe qualquer informação para além da nota de rodapé de Heleno, que indica a escavação de uma necrópole. Junto ao caminho estão fragmentos de cerâmica de construção, havendo notícia de pesos de tear e de *terra sigillata*<sup>835</sup>.

*Referências: Heleno, 1962: 314; Carneiro, 2005b.*

833 Bugalhão, 1998: 132.

834 Nº 66 do inventário em Bugalhão, 2004b: 146.

835 *Endovelico*, consulta em 2003; entretanto, os achados de superfície deixaram de constar da ficha.

### 13.20. Oliveirinha 1

CMP 384 / CNS 24025 / N 39° 05' 10.9" / 7° 29' 11.7" / Bibliografia / Peq. Sítio

No topo do cabeço foi localizada uma mancha de 100m<sup>2</sup> de imbrices, tegula, cerâmica comum e *terra sigillata*. É precisamente este o elemento que mais chama a atenção pois, em todo o quadro descrito, o local enquadra-se na tipologia de “cabana”.

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

### 13.21. Santo António

CMP 384 / CNS 11928<sup>836</sup> e CNS 24143<sup>837</sup> / N 39° 04' 46.4" / 7° 28' 05.2" / Terreno / *Villa*

Próximo do curral encontram-se silhares graníticos, um peso de lagar e imbrices. A oeste, “actualmente coberto por materiais de despedrega, detecta-se uma mancha de 10x10 com cerâmica de construção (imbrice e tegula), cerâmica comum e opus signinum. Esta mancha parece continuar debaixo dos morouços.” Será lógico englobar as duas manchas na mesma proposta de sítio. Implantação paisagística propícia, em meia encosta, voltada a leste, desfrutando de ampla visibilidade, com fortes recursos hídricos e bons solos.

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

### 13.22. Matança

CMP 384 / CNS 24002 / N 39° 04' 06.8" / 7° 31' 22.9" / Terreno / *Villa* (?)

Em vale cavado está uma plataforma que sobre-eleva o local mas não concede visibilidade para a envolvente. A implantação não é a mais habitual, por não dispor de domínio visual nem de bons solos nas imediações. No local, o que mais chama a atenção é precisamente a reduzida área disponível para construções, bem como a superficialidade do afloramento. Decorreu uma intervenção arqueológica, até agora não noticiada. Previamente haviam sido identificados um tambor e uma base de coluna, ambos em granito, havendo a notícia do achado de um capitel de volutas, também em granito. O sítio apresentava uma mancha de material de construção pouco significativa (no *Endovelico* mencionou-se 20x10m). Situa-se junto ao traçado de um antigo caminho, possivelmente a via XIV. As hipóteses de um sítio de apoio aos viajantes (uma *mansio*) ou um templo não deverão ser excluídas.

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

### 13.23. Curral de Sampão

CMP 384 / CNS 24138 / N 39° 04' 38.9" / 7° 29' 54.5" / Terreno / Necrópole

---

836 Santo António 4.

837 Santo António 5.

No local ainda se encontra uma mancha de materiais, mas foi objecto de intervenção arqueológica a cargo da equipa de Torre de Palma porque, em trabalhos agrícolas, foi descoberta uma “panela cheia de moedas”. No MNA alberga-se o espólio correspondente a vinte sepulturas de uma “necrópole visigótica”. O conjunto nunca foi publicado e as notícias são incertas, com menção a “contas, fíbulas e objectos metálicos”<sup>838</sup>. Já Leite de Vasconcellos havia assinalado o local<sup>839</sup>. Na zona situa-se um troço de muro (Sampão 2), sendo que Lino da Silva<sup>840</sup> assinalara que as sepulturas estavam em meio a estruturas. Desconhece-se que tipo de edifício seria este.

*Outras referências: RP 6/\*\*\*(p. 151); Processo IGESPAR 95/(223).*

### 13.24. Monte de Pombal

CMP 384 / CNS 11912 / N 39° 04' 09.7" / 7° 29' 35.6" / Terreno / Necrópole

“Também no Monte do Pombal (Vaiamonte) se estudou um cemitério visigótico (com fechos de cinturão, anéis, etc.), onde foram exploradas várias sepulturas da mesma época, as quais tinham sido abertas em terreno com uma indústria muito anterior (eneolítica)”<sup>841</sup>. Será a menção mais completa sobre outro dos sítios que *satelitizam* Torre de Palma<sup>842</sup>. Em meio a um povoado pré-histórico<sup>843</sup> encontravam-se sepulturas que pertencem, como Sampão, a um momento tardo-antigo ou visigótico.

*Outras referências: RP 6/146; Boaventura & Banha, 2006.*

---

838 Ambas as citações em Machado, 1964: 169.

839 1927-1929: 200: “No Curral de Sampão, a 2 quilómetros de Vaiamonte, para Sudeste, apareceu num poço antigo uma moeda de Graciano e tres ou quatro bilhas de barro que quebraram. Proximo do poço encontraram-se sepulturas feitas de pedras postas de cutelo, e dentro ossadas. Provavelmente sepulturas romanas”.

840 Correspondência do Arquivo Manuel Heleno no MNA, Maço 3. Carta de 23/VIII/64: “já encontrei quatro sepulturas e também já as explorei; só numa delas é que encontrei uma fíbula visigótica e um pequeno ferro do feitio de cunha; os ossos [...] apareceram todos desfeitos juntamente com as terras; estou também fazendo sondagens, na parte das construções.” E no dia 31: “[...] continuo no cemitério do Sampão, aonde encontrei mais quatro sepulturas, mas não encontrei espólio; fora das sepulturas também é muito pobre, só encontrei uma pequena fíbula e dois pesos romanos; [...] o dono do terreno quer lavar a terra [...] terei esta semana mandar tapar as sondas [...]. [...] já fotografei todas as sepulturas, e tirei todos os apontamentos. No sítio a onde encontrei as moedas no ano passado, fiz mais umas sondas e apareceram mais cinquenta.”

841 Machado, 1964: 170.

842 Nos Cadernos de correspondência enviados por João Lino da Silva (o funcionário do Museu encarregue de proceder às escavações) para a instituição, encontramos mais informações. Assim, a 02.10.1949 comunica o achado de uma sepultura “a uns trezentos metros do sítio chamado *Pombal*”, onde dois anos antes já Heleno reconhecera uma outra sepultura, achada casualmente. Nos Cadernos entre 01.09.1953 e 28.11.1953 regista-se o início das escavações no “Cimitério do Monte do Pombal”, com um total de quinze sepulturas. No dia 13 dos Cadernos de Agosto-Dezembro de 1955 foi escavada uma outra sepultura onde foi encontrado um anel de ferro, e a 15, “encontrei fragmentos de cerâmica, uma fíbula em ferro dentro de uma sepultura.”

843 Boaventura, 2001.

### 13.25. Torre de Palma

CMP 384 / CNS 331 / N 39° 03' 44.2" / 7° 29' 18.9" / Terreno / *Villa*

O sítio mais emblemático e conhecido a nível internacional na área geográfica em estudo. Extensamente escavada desde 1947, em diferentes fases e com distintos objectivos, está classificada como Monumento Nacional, situação que apenas é igualada por Santa Vitória do Ameixial. Torre de Palma beneficia, no entanto, de uma superior área de intervenção e de uma melhor leitura dos elementos construídos, que se apresentam mais bem conservados. Mas sobre o local impendem mais dúvidas do que certezas: não há um único relatório publicado, o espólio encontra-se disperso por diversas instituições e a mais-valia regional que poderia desempenhar a variados níveis (turístico, pedagógico, económico, etc.) está subaproveitada. É, também por isso, um caso paradigmático das vicissitudes da investigação arqueológica na região – sempre dependente do esforço de agentes exteriores que aqui investem ao sabor de interesses específicos – e do modo como os valores locais estão no nível zero do aproveitamento social para a comunidade. Mas deixemos estes considerandos, e passemos também ao lado de uma descrição exaustiva, que já foram avaliados de forma crítica e exaustiva na publicação de Janine Lancha e Pierre André<sup>844</sup>.

A título pessoal, a impressão mais forte que obtenho em cada visita reside na implantação. Torre de Palma corporiza o enquadramento paisagístico definido pelos textos clássicos<sup>845</sup>. Exposição a oeste, com magnífico domínio visual, orientação do edificado concordante com a máxima exposição solar, em encosta de pendente suave, com manchas de solo de classe A e A-B na envolvente, mas também com outras aptidões, o que permite o policultivo. Os recursos hídricos são abundantes e permanentes. Em resumo, a máxima união da *delectatio* e da *rusticitas*, como raramente encontramos de modo tão pleno<sup>846</sup>. Acresce ainda o domínio visual sobre parte do curso da via XIV.

Em termos gerais, a planta configura uma área residencial de muito grande extensão (no total, seis hectares). É, no entanto, complexo avaliar se o conjunto funcionou como um todo, pois as diferenças de planta e de construção dos núcleos apontam para progressivos alargamentos de área construída. Certo é que Torre de Palma constitui um excelente exemplo de um sítio com *estratigrafia horizontal*, onde o edificado se vai ampliando sem que existam rupturas ou cortes com o passado – os arrasamentos estruturais, típicos em Quinta das Longas (Elvas) – o que pode indicar a manutenção da estrutura fundiária nas

---

844 2000. Embora centrado no estudo dos pavimentos de mosaicos, apresenta amplas descrições, levantamentos gráficos e interpretações sobre o conjunto estrutural.

845 Em especial Vitruvius, *De Arc.*, Livro VI,6 (todo o capítulo).

846 *A locus amoenitas* suscitou um insólito tom nostálgico de Manuel Heleno (1962), na nota poética no prómio do único artigo de divulgação das escavações realizadas. A quadra é dos poucos testemunhos de cunho emotivo e pessoal que o então Director do MNA alguma vez deu a conhecer publicamente.

mãos da mesma família durante gerações. Todo o programa construtivo é, nesta medida, conservador, preservando-se o marcado *genius locus*. Outra nota a reter é o facto de, sucessivamente, parecer um local ocupado, sem um proprietário absentista (o que não significa, contudo, que algum residisse em permanência). O momento fundacional parece ter ocorrido em época augustana, tendo as estruturas sobrevivido em zonas pontuais e de modo precário, configurando “uma granja ou um celeiro”<sup>847</sup>. Algumas moedas desta época e de Tibério<sup>848</sup>, e marcas de oleiro em *terra sigillata* itálica<sup>849</sup>, são notas soltas deste momento. O dado mais interessante, contudo, reside na interpretação da primeira fase de edificações como uma “casa-bloco” com dois pátios e uma “planta condensada”, o nódulo axial a partir da qual todas as seguintes fases se estruturarão<sup>850</sup>. Ora este conceito arquitectónico, que os autores balizam entre 40-70 d.C., deverá pertencer a um proprietário que pretendia uma habitação itálica, visto ser um protótipo disseminado por outras províncias do Império. A ser assim, Torre de Palma terá tido este momento fundacional ordenado por alguém de origem itálica ou que conhecia profundamente os módulos habitacionais então em voga. Nada há de “indígena” desde o primeiro momento.

Em seguida a casa irá sofrer renovações e ampliações, incluindo um segundo pátio porticado, de oito colunas, com planta praticamente quadrada, criando um espaço reservado e íntimo<sup>851</sup>. Trata-se do primeiro grande investimento. A fase seguinte traz a construção da primeira casa de peristilo. Ou seja, em duas gerações assistimos à materialização de duas tipologias muito distintas. Esta fase implica a monumentalização do edificado, ou seja, a *villa* ganha uma volumetria e imponência distintas, assumindo-se um novo conceito de vivência no espaço rural. Seria interessante saber se este tempo, fixado nos finais do século II, será replicado em outras *villae* da região. A construção do bloco termal próximo da casa (o conjunto leste) bem como do templo de tipo *naiskos*, ou ainda o emprego de revestimentos marmóreos nas salas de representação são feixes de conteúdos que evidenciam esta reformulação do conceito da *villa*. As campanhas seguintes vão focalizar-se no progressivo ampliar da feição monumentalizada, contribuindo para que, a partir dos finais do século III, Torre de Palma se transforme no melhor exemplo da *villa* sumptuosa que temos na área. A edificação das salas em ábside, os compartimentos de recepção e os salões marcam este período em que se instalam os pavimentos musivos. Simultaneamente o investimento rústico não é descurado, o que transforma o sítio em curioso exemplo de um investimento bífido nas duas componentes

---

847 Lancha & André, 2000: 84.

848 J.-P. Bost, *in* Lancha & André, 2000: 72.

849 Ferreira, 1969.

850 Lancha & André, 2000: 85.

851 Datado de 70-150, marca a inscrição “na tradição itálica provincial”, ou seja, com uma planta mais distante dos protótipos ecuménicos e adaptada às exigências do encomendante.



de uma *villa*: em meados do século III, observam-se arranjos no pátio rústico, na cavaliária e na primeira fase da adega. De acordo com a leitura da equipa norte-americana um tremor de terra de dimensões consideráveis<sup>852</sup> obriga a reconstruções que acrescem a monumentalidade do conjunto. Será nesta fase que se emprega o granito rosa das pedreiras da área de Monforte/Santa Eulália<sup>853</sup>, recursos disponíveis na envolvente que conferem uma nova aparência decorativa, deixando a negritude do granito até aí empregue. Renovam-se as pinturas murais e acentua-se a utilização dos pavimentos em *opus tessellatum*.

Durante o período constantiniano a *villa* ganha o seu elemento de maior aparato, a sala de tripla ábside<sup>854</sup>. As restantes beneficiações são em outros sectores: a renovação e ampliação da grande adega e do lagar e o início da construção do templo de culto cristão<sup>855</sup>. A edificação de um espaço cultural fora da *pars urbana* da *villa*, não sendo original na *Hispania*, foge um pouco à norma<sup>856</sup>. Durante este período constrói-se o conjunto “semipúblico” do balneário oeste, cuja relação com a via XIV é, quanto a mim, indiscutível, o que obriga à criação de uma planta ampla e complexa<sup>857</sup>. Segue-se a progressiva ampliação da basílica e a construção do baptistério anexo, que implica a existência no local de alguém que assuma as funções inerentes ao espaço e cuja presença pode ser relacionada com o nunca explicado conjunto de construções na casa geminada a nordeste. A interpretação como “casa do *villicus*” levanta fundadas dúvidas<sup>858</sup>,

---

852 Opinião expressa em Maloney & Hale, 1996: 284, de acordo com as fissuras em blocos pétreos do conjunto das termas de Leste.

853 Lancha & André, 2000: 91.

854 Foi levantada a hipótese de este espaço ter um *stibadium* (Lancha e André, 2000: 101); a ser assim, a estrutura marcaria indelevelmente a utilização do espaço como *aula* de recepção e convívio suntuário. Não existem provas arqueológicas, contudo, o *triclinium* é capaz de albergar até 25 convivas (estudo de pormenor em Stephenson, 2006: 204–225).

855 A cristianização invadiu todos os parâmetros da vivência quotidiana. Infelizmente não é conhecida a existência de monogramas em *terra sigillata* africana ou de grafitos cristãos; mas registo um pormenor significativo, a cruz gravada no topo do grande peso de lagar (Lancha & André, 2000: 117).

856 Pelo menos em La Cocola e Carranque – se acaso tivermos essa função no edifício em causa – temos a mesma situação. Este fenómeno distingue-se substantivamente das basílicas intra-*villa* que remodelam um compartimento da *pars urbana*, em que podemos antever uma expressão cultural mais recatada ou privada, no lugar da prestação de serviços a uma comunidade de *rustici* (Chavarría Arnau, 2007). A hipótese de sobreposição da basílica a um templo pagão (Maloney, 1995) não tem sustentação arqueológica; as estruturas identificadas na sondagem na abside Este da basílica não são de funcionalidade discernível e a associação com o altar a Marte (p. 452) foi contraditada em Lancha & André, 2000.

857 Estudo em Reis, 2004: nº 93, que admite a relação com a via ou, também, com a “casa A, que puede haber pertenecido al *villicus*, así como el gran número de estructuras relacionadas con las actividades económicas desarrolladas en la *villa*, podrían haber supuesto un incremento significativo del número de habitantes de ésta, así como del de trabajadores empleados en las diversas actividades que fueron floreciendo en el límite de la *pars urbana*.” A cronologia do século VI para a construção das Termas Oeste, proposta por Fugate (2000) com base em datações de argamassas, é inaceitável.

858 “O Cânon II do Concílio de Toledo de 597 obrigava o **munificus** ou herdeiro da basílica, que aqui sem dúvida seria o **potentior** proprietário do vasto **fundus** local, a garantir o

mas a residência deveria ser averiguada de forma detalhada, pois é um espaço-chave para a compreensão destas fases de ocupação<sup>859</sup>. Ao longo do século V a casa principal continua a ser ocupada, como se torna evidente pelos trabalhos de manutenção dos pavimentos em mosaico e por beneficiações da casa, como a conduta desde o baptistério até ao núcleo central. As obras principais, contudo, centram-se (de modo algo inesperado) na construção de mais duas adegas com espaços de lagar que indicam um incremento na exploração do *fundus*, ou a ampliação dos domínios em exploração directa, eventualmente por abandono de *villae* em volta. Ou seja, a fase de maior intensidade de trabalho na *pars rustica* ocorre precisamente neste momento<sup>860</sup>. De resto, a frequência de cerâmica de importação atesta este *floruit*<sup>861</sup>. A decadência parece ter sido rápida, pois no início do século VI a expansão da necrópole entra em áreas edificadas. Todavia, a área sepulcral, e as sucessivas ampliações da basílica, mostram como o conjunto continua a polarizar a vida das comunidades locais, embora estas procurem outros espaços para habitação (ou com materiais perecíveis não registados). A existência de compartimentações e subdivisões dos espaços são mencionadas, mas não apresentadas<sup>862</sup>, tal como a lareira na nave sul da basílica oeste e fornos em alguns espaços reconvertidos da *villa*. Deste modo, a *squatterização* foi uma realidade. Nesta fase a basílica terá tido uma tripla função, enquanto edifício litúrgico, organizador do espaço funerário e de administração do baptismo. A existência de um *martyrium*, não sendo de

---

serviço religioso da basílica por parte de um presbítero, um diácono ou, se tal não fosse possível em permanência, um **ostiarium** responsável pela limpeza e pelo acender diário, ao cair da noite, dos **luminaria** das relíquias.” (Maciel, 1996: 113). A existência da basílica mas sobretudo, do baptistério (pois era necessário um membro do clero para administrar o baptismo) exige um funcionário em permanência, embora os sacramentos só possam ser administrados por um bispo, que aqui se deslocaria pontualmente. Já a presença de uma “small religious order” (Langley, 2008: 640) necessitaria de uma estrutura monástica, o que não é visível nos núcleos estruturais, onde não se encontram celas e aposentos individuais, para além da ausência de alcaias litúrgicas. A passagem do relatório de 1999 é clara: “A monastic complex presents an obvious possibility although there is no group of rooms which seem to represent cells or sleeping quarters for such a community” (Stephanie Maloney & Maria da Luz Huffstot, Torre de Palma annual report, 1999, p. 11).

859 Trata-se do edifício designado como “Northeast building” e descrito como “*villa* in miniature”; parece ter albergado funções domésticas, de recepção, actividades económicas e de armazenamento de produtos. Nunca foi devidamente analisado e divulgado. Ver o relatório citado na nota anterior.

860 Este facto apresenta grande peculiaridade e interesse do ponto de vista sócio-económico. O facto de se tratar de um sítio eminentemente exportador talvez ajude a explicar a escassez de ânforas sublinhada em Lancha & André, 2000: 81, embora a disseminada utilização de tonéis e de contentores em madeira esteja comprovada. Ainda sobre as ânforas, note-se que eram materiais que nas escavações portuguesas da época não eram recolhidos, a menos que se encontrassem em bom estado de preservação.

861 Lancha & André, 2000: 82. Não são conhecidos numismas desta época, sub-representados na colecção divulgada, o que não é de todo inusual, dada a capacidade de circulação e duração do numerário do século III e IV.

862 Maloney & Hale, 1996, 293.

excluir, não está devidamente provada, mas explicaria a monumentalização do espaço de absides contrapostas<sup>863</sup>. Se tal hipótese se confirmar, dois vectores de análise poderiam ser compreendidos: por um lado, o modo como a basílica apresenta uma continuidade de utilização que em muito ultrapassa a *pars urbana*; por outro, a aproximação registada no traçado da via XIV, que em fase posterior à época romana altera o seu traçado para servir directamente o sítio<sup>864</sup>. Ou seja, o que se configura não é a transformação de Torre de Palma, nas suas últimas fases, em um *vicus*, conforme foi proposto<sup>865</sup>; o que parece ter ocorrido centrou-se na progressiva ampliação do papel congregador da basílica. Enquanto a vida na zona *urbana e rustica* se extinguiu, a basílica manteve o papel de local de culto, reforçando-o com o ganho de uma centralidade que levaria ao confluir de gentes que a demandavam: para a celebração de baptismos, como sede de peregrinações em torno de um mártir, para festividades sazonais. A basílica manteve o funcionamento operando como marco na paisagem sagrada, enquanto o espaço vivenciado se despovoou. A recolha de moedas medievais próximo de enterramentos e da estrutura basilical mostram a pervivência do espaço cultural<sup>866</sup>.

Ensaieiros, novamente, uma análise diacrónica, desta vez olhando para os componentes gerais, e não apenas estruturais.

Como acontece com a generalidade das unidades fundiárias, o momento de construção não é conhecido. Os dados apontam para a instalação de uma pequena *villa*, sem desígnios de conforto, no estilo *bloco* bem conhecido na *Hispania*<sup>867</sup>, sem que possa ser vinculada a um proprietário itálico<sup>868</sup>. Em meados do século, ou sob os Flávios, o sítio ganha outra dimensão, constituindo-se

---

863 Para esta questão ver Godoy Fernandez, 1995: 301; Jorge, 2002: nº 16 da sua listagem, p. 60.

864 Carneiro, 2004: 164 onde, com base em fotografia aérea e no escalonamento dos sítios ao longo dos traçados viários, adianta esta hipótese. Que, sem outros níveis de análise, não passa disso mesmo.

865 Reis, 2004: nº 93, onde se lê, a propósito da construção do balneário oeste, que “La *villa* como núcleo aglutinador podría haberse transformado durante el siglo IV d.C. en un *vicus*. (p. 135).

866 São mencionadas moedas “from the reign of Sancho II through that of João III”, mas o seu contexto de identificação e número não são apresentados (Maloney, 1995: 456).

867 Gorges, 1979.

868 Muito menos a um qualquer fenómeno de *centuriatio* que não pode ser presumido a partir de uma distribuição espacial de sítios cuja classificação como *villa* não é segura, nem a uma putativa fundação conjunta dos inícios do século I, como pretende Langley (2006). Olhando para Torre de Palma, não é a presença de *terra sigillata* itálica que leva a que o seu primeiro proprietário seja itálico. Presumir o que quer que seja a partir de um sítio onde não há uma única sequência estratigráfica ou contexto publicado é incorrer em especulação. E pensar na imutabilidade dos cadastros em meio tão periférico é treslar a realidade da época: “Dans les colonies, des terres avaient été attribuées aux colons qui jouissaient de leurs lots en pleine propriété généralement. La possibilité de les aliéner a estompé, sans doute assez rapidement, l'égalité des attributions initiales.” (Leveau, Sillières & Vallat, 1993: 242).

como uma *villa* de átrio com a construção de um edifício termal e a dotação de elementos de conforto e monumentalidade na área residencial. Mas em rigor, sobre estas fases, pouco pode ser afirmado com segurança. Em seguida, a *villa* atravessa uma metamorfose que a transforma em paradigmático exemplo de um edifício áulico. Mas é curioso que, ganhando esta valência, reforce também os equipamentos de cariz agro-pecuário. Ou seja, e como já salientei, estamos perante um raro exemplo de um investimento em componentes autónomas que se combinam para transformar Torre de Palma em exemplo material de um conjunto de conteúdos que consubstanciam o conceito-*villa*. A monumentalização, a riqueza decorativa, os ambientes de contemplação (no espaço exterior, com a bancada na fachada sudoeste, e interiores, com as paredes revestidas a pintura mural), a densidade iconográfica, vão de par com os lagares, a adega, os espaços de trabalho e de serventia. Neste campo há uma reorientação produtiva, em que a componente económica privilegiada passa a ser a viticultura, em detrimento dos cereais<sup>869</sup>.

O que tornou este sítio famoso foi, indiscutivelmente, o valor iconográfico dos pavimentos musivos assentados por uma equipa norte-africana, orgulhosa da sua mestria, como fica evidente pela inscrição contida em um dos tapetes<sup>870</sup>. Entre os motivos mitológicos de raiz conservadora integrados no fundo iconográfico regional (as Musas, Apolo e Dafne, a luta de Teseu com o Minotauro, Hércules e Medeia), destaca-se o triunfo báquico, pela originalidade e abundância de pormenores. Mas o painel central, que verdadeiramente dominava a casa, é de raiz autóctone: o pavimento dos cavalos que decora a sala de tripla abside na rusticidade do tema escolhido<sup>871</sup>, denuncia contudo uma elevada erudição (subestimada pela investigação) na selecção dos nomes que baptizam os cavalos da coudelaria<sup>872</sup>. Demonstra-se

---

869 Brun, 1997a: 61.

870 *SCO[PA AS]PRA TESSELLAM LEDERE NOLI. VTERI F(elix)*. Além da recomendação utilitária, destaca-se o sentido apotropaico de protecção contra maus olhados e/ou demónios (Chavarria, 2007: 267).

871 A excelência dos cavalos da *Hispania* está comprovada por representações em outros pavimentos musivos e em textos de épocas anteriores, mas recorro a muitas vezes esquecida passagem do poeta bético Marcial (I, 49, 19-20) que refere a excelência dos “vigorosos cavalos” criados naquela província.

872 Os cinco cavalos surgem emoldurados em *pseudo-emblemata* entre uma decoração de meandros e suásticas. A escolha dos cavalos não é atípica na área regional – lembre-se o mosaico do auriga vitorioso na capital provincial, por exemplo – mas ter sido escolhido para motivo central denota a eleição do sustentáculo principal na economia da propriedade. A este respeito, anoto ainda que a existência de cavaliças no bloco edificado de Torre de Palma parece estar comprovada estruturalmente (embora faltem conhecer os arreios e acessórios), mas desconheço a localização do “pequeno circo” em Monte Maior que serviria para adestramento ou celebração de pequenos espectáculos (Lucas Pellicer, 1986-1987: 232). Por último, e regressando ao exposto no texto principal, a etimologia dos cavalos denuncia um elevado nível cultural pois as denominações não são óbvias: se *Hiberus* é necessariamente um natural da Ibéria, *Leneus* é um epíteto dionísíaco (que podemos relacionar com o mosaico do triunfo báquico), *Inachus* o nome

portanto uma *villa* de aparato na posse de um proprietário que, em residência permanente ou não, escolheu uma sobreposição de temáticas eruditas com o emblema local para reforçar a monumentalização arquitectónica e a criação de um espaço de recepção sumptuária. Outro elemento paradoxal em Torre de Palma é a relação inversamente proporcional entre o aparato iconográfico dos pavimentos musivos e a inexistência de qualquer revestimento parietal, marmóreo ou de uma peça escultórica que seja do conhecimento público. É evidente que os mosaicos não existiriam por si só, mas com os seus conteúdos reforçados por frisos, representações ou outro tipo de expressão visual<sup>873</sup>, constituindo o *ornatus* estético do ambiente e reforçando as mensagens. A menos que o investimento fosse *unidireccional*, ou seja, que o proprietário tivesse encarado a colocação dos tapetes como o grande e exclusivo elemento de aparato. E nesse caso, a carga simbólica concedida aos motivos dos cavalos seria exponencialmente acrescida. Outros campos de análise são relevantes. Expressão de erudição, porque demonstrando padrões de literacia, são os três grafitos sobre cerâmica conhecidos, que certamente reflectirão de forma pálida um universo maior<sup>874</sup>. Seria fundamental percebermos a evolução diacrónica das presenças, ou seja, se existe uma repartição temporalmente equilibrada, ou se são exclusivos de algum momento em particular.

Durante este período, Torre de Palma foi um local onde fervilhou a actividade de diversas gentes e ofícios. Não pode ser sobrestimado o papel auto-suficiente do sítio; é evidente que em qualquer *villa* a componente de produção própria era a base sustentacular fundamental, mas não exclusiva. E este sítio foi receptivo à absorção dos produtos e tendências de mercado, como se torna evidente pela diversidade da cultura material (pelo menos, no pouco que é conhecido). Mas é evidente que Torre de Palma congrega uma componente autárcica que em outras *villae* não parece ser tão forte, pois a componente produtiva apresenta

---

de um deus-rio da Argólida (terra dos Argonautas, originários do Peloponeso), *Pelops* alude ao fundador dos Jogos Olímpicos (que baptizou a península do Peloponeso) e *Lenobato* é aquele que pisa as uvas (o que, mais uma vez, se relaciona com os mitos báquicos; sobre o significado da palavra *Lenos* ver a caixa de texto em Brun, 2004: 146-147). Ou seja, uma cartografia mítica que abrange áreas tão diversas como a *Iberia*, a Ática ou o Próximo Oriente. Se a estes conteúdos somarmos o facto de *Dyonisos* ser associado à figura de Cristo, quer pelas circunstâncias que rodearam o nascimento, quer pelo cariz libertador e salvífico dos cultos, quer ainda pela relação com o vinho (e, por extensão, o sangue e a vida) percebemos que o conjunto é muito mais coerente e repleto de significados do que o geralmente considerado. É também por este fio de raciocínio que o papel do *dominus* como “opositor ao cristianismo” a que Kuznetsova-Resende faz alusão a propósito do mosaico do triunfo báquico (1999-2000: 51), próprio de um “pagão inveterado” (p. 52) deve, a meu ver, ser questionado, dados os fios condutores entre os dois cultos.

873 Os revestimentos pictóricos ainda são visíveis na pequena área de parede conservada em altura no *triclinium*, mas não existe qualquer menção a fragmentos recolhidos.

874 Encarnação & Nolen 1997a; 1997b; 1997c. O grafito mais polémico é o de *EME BASILI VIVAS IN CONTYBERNIVM* apostado em um “carimbo”, e no qual Heleno quis ver o *dominus* da “*villa Basilli*” (Heleno, 1962: 316). Comentários em Lancha & André, 2000: 124 e ss.

indicadores de uma unidade de exploração fortemente vinculada ao seu *fundus*. Os complexos de *cella vinaria* e de lagar já foram analisados, e os testemunhos de uma produção equina de excelência são evidentes no motivo iconográfico escolhido para ornamentar a sala principal de recepção. Já no que respeita a outras vertentes de exploração os testemunhos são menos divulgados, sem ficar claro se a escala de produção era reduzida, ou se procurava uma lógica de mercado<sup>875</sup>. De qualquer forma, os dados mostram uma vocação de *villa rustica* rara na província, mas o dado mais extraordinário é o modo como, na última fase de ocupação, esta vertente acentua-se. As sucessivas beneficiações na *pars rustica* prenunciam duas coisas: Torre de Palma alargou a área de influência – directa ou indirecta, ou seja, tomando posse de outras explorações por administração directa (em fenómeno de concentração fundiária) ou prestando serviços de transformação da produção a unidades vizinhas -, e/ou, o proprietário passou a residir permanentemente no sítio. Ora, no estado actual dos conhecimentos (tão precário...) não me parece que esta opção seja correcta, pois a permanência de um proprietário no local deveria conduzir, também, a investimentos na *pars urbana*, o que não aconteceu. A explicação para a forte transformação de Torre de Palma, no limiar da sua decadência, pode residir em questões mais vastas, de âmbito geo-económico. Pode ter havido uma quebra nas correntes comerciais e/ou capacidade aquisitiva que levasse ao incremento da auto-suficiência. Ou, inversamente, a um ganho de, digamos, *cota de mercado*, relacionado com a *annona*<sup>876</sup>, que conduzisse à necessidade de aumento dos volumes para exportação. Fosse como fosse, um dos elementos específicos é o modo como este incremento se realiza a partir dos espaços já existentes, em lugar da reconversão de áreas residenciais ou termais, como em outros lugares sucede<sup>877</sup>. Este dado indica-nos indirectamente que os espaços residenciais e de conforto estavam em uso, ou seja, não podiam ser sacrificados. Portanto, a opção mais lógica, até do ponto de vista económico, seria ampliar as estruturas frumentárias, reforçando-as. Nesse sentido, a construção do balneário oeste, em momento tardio, não deixa de ser surpreendente, sobretudo porque contemporâneo da edificação dos espaços cristãos de culto. Ou seja, a utilização dos espaços termais – lugares de pecado por excelência,

---

875 No relatório de 1998 é aventada a existência de um forno cerâmico com base na “presença de um tijolo furado dum tipo usado em fornos [...]”, além da existência de “lareiras e as grandes quantidades de ferro [...] indicam a metalurgia” [...] Também achados pesos de tecelagem” (Stephanie Maloney & Maria da Luz Huffstot, Relatório de 1998; as páginas não se encontram numeradas).

876 Sobre este tema específico, creio que algumas das reflexões mais interessantes encontram-se em artigos contidos em Bowes & Kulikowski (2005). A partir de finais do século IV esta cadeia de abastecimentos colapsa e conduz à reformulação da vocação económica das *villae* (p. ex., Chavarria Arnau, 2004a: 17), mas na fase imediatamente anterior o incremento está comprovado arqueologicamente.

877 Chavarria Arnau, 2007: 125-140.



dada a exposição do corpo – não é, em Torre de Palma, incompatível com a vivencialidade cristã. Este facto é, também ele, extraordinário. Porque a evolução mais lógica seria desfuncionalizar as termas e nelas instalar a basílica cristã<sup>878</sup>. Mas em Torre de Palma constrói-se um balneário novo, mais moderno e amplo – o oeste. É certo que as datações para a edificação da basílica têm de ser revistas, porque inaceitavelmente precoces<sup>879</sup>, mas a contemporaneidade da edificação do balneário oeste com a basílica deve ser destacada. Ou então – hipótese que se coaduna melhor com os ritmos arquitectónicos – a construção da basílica não será mais de duas gerações posterior à edificação do balneário termal. O que também se torna extremamente interessante, do ponto de vista da alteração das mentalidades em tão curto lapso temporal, dos espaços de vivência e das prioridades que concentravam o investimento.

Seja como for, o que ressalta da análise dos últimos momentos de Torre de Palma é o modo como a actividade humana se vai concentrando em torno da basílica e do baptistério. A grande casa perde progressivamente as valências. A um momento, situado em torno ao século VI, em que se detectam difusos fenómenos de *squatterização*, segue-se o abandono definitivo. O espaço deixou de ser encarado como monumento de representação passando esta percepção para a basílica. Nesta fase, seria crucial perceber o que se passa no “Northeastern building”, próximo da basílica. Seria aqui que a função residencial se manteria, em transferência do espaço principal<sup>880</sup> cuja manutenção implicava uma despesa de todo incomportável? É aqui residiria um *dominus* ou um presbítero<sup>881</sup>? É até quando se mantém este espaço ocupado, visto que a presença islâmica não é rastreada? A hipótese de um *martyrium* que continuasse a trazer as mais variadas gentes não é de excluir, mas os fenómenos históricos da *Hispania* não autorizam a proliferação deste tipo de soluções<sup>882</sup>. E mesmo existindo,

---

878 Dada a repetição de conteúdos – mutatis mutandis – remeto para a nota anterior, pois Chavarría Arnau não apenas listou as reconversões frumentárias, mas também as instalações dos locais de culto cristão.

879 Maloney, 1995: 458 remete para “the fourth century”.

880 Chavarría Arnau, 2004b: 125: “La *uilla* de Torre de Palma, 95 km al oeste de *Emerita*, se dota de nuevas estructuras de función residencial y rústica en la segunda mitad del siglo IV momento en que los arqueólogos sitúan también la construcción de una basílica junto a la *pars urbana*. El sector residencial se traslada, posiblemente en la segunda mitad del siglo V a otro edificio ubicado entre la antigua *uilla* y la basílica. No queda claro cuando la *uilla* pierde su función residencial pero sigue en uso según refleja la presencia de nuevos pavimentos de *opus signinum*, subdivisiones y hogares fechados en los siglos siguientes.”

881 Pelas razões já expostas, e do pouco que se sabe sobre o edifício, terá sido unipessoal. Algumas chaves de leitura estão nos artigos contidos em Lavan, Ozgenel & Sarantis (2007).

882 Sobre o culto de santos e mártires ver o lúcido ensaio de Castillo Maldonado (2005b) que demonstra como este fenómeno foi empolado por uma literatura hagiográfica de forte comprometimento e pelo posterior tratamento historiográfico, que deve aliás ser compreendido em sentido mais amplo: “Until very recently, however, the integration of the Spanish evidence into Mediterranean norms has not been at all clear: the uniqueness of the Iberian Middle Ages, the hegemony of the most conservative form of Catholicism in the modern era, and the



não seria suficiente para, por si só, compreender as diversas dinâmicas nos planos residenciais, litúrgicos e produtivos em que o espaço mantém a sua organização.

Uma última nota para mencionar duas situações em torno de Torre de Palma. O topónimo “Lameiras”, listado em RP 6/145, deve ser eliminado, pois trata-se do designativo da área de implantação da *villa*, como fica explícito na correspondência enviada por Lino da Silva; e os pontos constantes do *Endovelico* nas imediações de Torre de Palma, nomeadamente Fonte de São Domingos e Carrilha, imediatamente a sudoeste, poderão ser núcleos de laboração especializados que operavam na dependência do ponto principal ou sítios junto ao itinerário da via XIV.

Sobre Torre de Palma o texto já vai longo. Fica como reflexão final a convicção de que ocupa um patamar único na compreensão dos processos de evolução das estruturas fundiárias no território em apreço. Talvez sobrevalorizado por ser o único extensamente escavado. Mas, e apesar do tanto que representa, poderia ser muito mais.

*Outras referências principais: RP 6/144; TIRJ-29: 154-155; IRCP, 1984: p. 634-635 e 663-665; Heleno, 1956: 231; Saa, 1956: 187-189; Almeida, 1962: 121; Heleno, 1962: 313-338; Machado, 1964: 143, 144, 156, 159, 167; Almeida, 1970: 263-275; Almeida, 1972-1974: 103-112; Blazquez, 1980; Fugate, 1993; Hauschild, 1995, p. 378-379; Godoy Fernandez, 1995: 298-303; Maloney & Hale, 1996; Diogo, 1999-2000; Maloney, 1999-2000; Bowes, 2002: 796-802; Maloney & Hufstoffs, 2002; Reis, 2004: nº 92 e 93; Chavarría Arnau, 2007: 265-270; Processos IGESPAR S - 00331, 95/1(223), 99/1(210) e JN7/3(010).*

### 13.26. Monte da Leca

CMP 384 / CNS 23990 / N 39° 03' 00.5" / 7° 24' 08.7" / Terreno / Peq. Sítio

Notícia referente a um pequeno sítio, com mancha de “10x10” com “fragmentos de imbrice, tegula e dolio” [sic]. Implantação em topo de elevação.

*Referência: Processo IGESPAR 95/(223).*

---

contemporary politics of Spain and Portugal have all helped to create a vision of peninsular history as a unicum, even from its beginnings in antiquity. In order to emphasize the particularism of the Iberian peninsula, a strange local character has often been postulated, an idiosyncrasy in the inhabitants of the region that exists eternally and outside time.” (p. 151). Em resultado, sobre muitos mártires temos a noção da sua criação ficcionada feita com propósitos laudatórios e/ou de exaltação das virtudes locais. O fenómeno de importação de relíquias nos séculos VI e VII, procurando cunhar uma historicidade de mártires abundantes no Império do Oriente (p. 167), também conduziu a esta proliferação de *inventiones* localmente cartografadas. Portanto, e em resumo, a pretensa existência de um *martyrium* em Torre de Palma, evidentemente sugestiva, deve ser olhada com prudência, pois pode resultar de uma leitura histórica sugerida por um contexto que, em larga medida, é uma criação ficcional.

### 13.27. Atalaia

CMP 384 / CNS 23859 / N 39° 02' 23.2" / 7° 24' 19.5" / Bibliografia / Peq. Sítio

Menção a “mancha de 8x8m com pedras, tegula, imbrice, dolio, cerâmica comum e ânfora”. Nos trabalhos de campo não foi relocalizado.

*Referência: Processo IGESPAR 95/(223).*

### 13.28. Farinha

CMP 385 / CNS 23938 / N 39° 04' 56.1" / 7° 23' 26.3" / Terreno / Peq. Sítio

Em zona baixa, junto a recursos hídricos, mas sem visibilidade. Cerâmica de construção e menção a “dolio [sic] e pedras”.

*Referência: Processo IGESPAR 95/(223).*

### 13.29. Pereiras

CMP 398 / CNS 24192 / N 39° 01' 29.8" / 7° 31' 01.1" / Terreno / *Mansio* (?)

Junto à possível passagem da via XIV, que neste ponto, e por mais cerca de um quilómetro para sul, está marcada no terreno. Está mesmo junto ao traçado, no Monte do Zambujeiro. A pequena casa e as ruínas estão sobre o sítio romano. Nota-se um conjunto de troços em *opus signinum* e um pavimento de grandes dimensões, mesmo em frente à casa, onde estão silhares de granito rudemente afeiçoados (um almofadado), encontrando-se ainda blocos informes (certamente silhares fracturados), alguns reaproveitados nas estruturas. Também se encontra um tambor de coluna semi-enterrado. Numerosa cerâmica de construção – tegulas, imbrices, tijoleiras –*terra sigillata*, ânfora e cerâmica comum. Em primeira interpretação classifiquei-o como *villa*, e de facto apresenta a implantação espacial típica: meia-encosta voltada a oeste, com ribeira na base e próximo de solos de elevada aptidão agrícola, com boa visibilidade envolvente. Mas a passagem da via é tão óbvia e bem marcada, que a proximidade pode indicar uma *mansio*. Certo é que o sítio romano apresenta uma volumetria e área superiores ao edificado actual. A herdade seguinte denomina-se de “Capela”, embora sem memória de achados.

*Referências: Carneiro, 2004: n° 68; Processo IGESPAR 95/(223).*

### 13.30. Janelas 1

CMP 398 / CNS 23979 / N 39° 01' 19.7" / 7° 25' 46.5" / Terreno / *Villa*

Implantação típica, em meia-encosta com linha de água na base e exposição a oeste/sudoeste, com boa visibilidade para os terrenos em volta. Extensa área de materiais, em torno a um hectare, com numerosa cerâmica de construção, silhares, *opus signinum* e a referência a uma base de coluna em mármore. No topo da elevação, no casebre, encontra-se uma base de coluna em granito<sup>883</sup>

---

883 Base: diâmetro, 32cm, altura 30, altura da base 9cm.

proveniente deste sítio. A ficha de sítio menciona o registo toponímico de “Casarão da Moura”. Outro elemento que reforça a classificação como *villa* reside nos *sítios-satélites* em volta.

*Referência: Processo IGESPAR 95/(223).*

### **13.31. Janelas 3**

CMP 398 / CNS 23981 / N 39° 01' 28.4" / 7° 25' 54.3" / Terreno / Peq. Sítio

Implantado defronte do sítio 1. Mancha de materiais cerâmicos (de construção e de *dolium*) que configuram uma unidade de apoio ao sítio principal.

*Referência: Processo IGESPAR 95/(223).*

### **13.32. Janelas 4**

CMP 398 / CNS 23982 / N 39° 01' 23.3" / 7° 26' 02.6" / Terreno / Casal  
Situação semelhante ao sítio anterior, embora no morouço se encontre depositado um silhar de granito. Referência a “imensos pedaços de dolio [sic] e percutor”.

*Referência: Processo IGESPAR 95/(223).*

### **13.33. Janelas 5**

CMP 398 / CNS 23983 / N 39° 01' 21.4" / 7° 26' 02.2" / Bibliografia / Casal (?)

Próximo do sítio anterior, “a cerca de 50m a Sul”, o que leva a pensar que poderá tratar-se de uma extensão de Janelas 4 e não de um sítio autónomo. Para mais os indicadores tornam complexa a interpretação, pois se é indicada uma “Pequena mancha de imbrice e dolia”, menciona-se todavia um “enorme silhar granítico”.

*Referência: Processo IGESPAR 95/(223).*

### **13.34. São Pedro de Almuro**

CMP 398 / CNS 24151 / N 38° 59' 51.2" / 7° 29' 10.5" / Terreno / *Villa* (?)  
Sítio de interpretação complexa, tão paradoxais são os testemunhos. Na realidade, trata-se de um excelente exemplo de local conhecido pelos materiais em contexto secundário – os que abundantemente a igreja reaproveitou – desconhecendo-se em absoluto o ponto de proveniência. Almuro entra na investigação pela divulgação do jazigo da família *Preccia*, encontrado na vizinha Quinta do Leão (Veiros, Estremoz) mas daqui proveniente. Trata-se de peça notável<sup>884</sup> porque testemunha um núcleo alargado de pessoas: Marco Précie Peto, da tribo Quirina, com *tria nomina*, de setenta e cinco anos;

---

884 IRCP nº 595a, p. 658-659.

Précia Máxima, filha de Vegeto, de trinta anos; Précia Petila, filha de Peto de doze anos; Précia Tusca, filha de Arcão, de trinta e cinco anos. Na capela, previsivelmente seiscentista e ainda ornada de delicadas pinturas de fresco sobre estuque, infelizmente já em adiantado estado de ruína, encontram-se elementos arquitectónicos. O que mais chama a atenção é a qualidade da matéria-prima: silhares de granito cinzento de belíssimo grão fino, blocos de granito rosa embutidos em profusão nas alvenarias ou depositados em torno da igreja. Na parede leste estão inseridos tambores de coluna em mármore branco, fino, e em granito. Na frente do templo estão blocos de granito cinza, incluindo um de assinalável comprimento<sup>885</sup>. Está tombada uma coluna de mármore no adro da igreja<sup>886</sup>. Existem placas de mármore e tegulas no pavimento da igreja. Outros elementos estão desaparecidos: uma “pequena coluna de tipo visigótica”, como se lê na ficha de sítio do *Endovelico*, elemento decorativo desenhado por António Cunha<sup>887</sup>, mas existe um friso paleocristão recolhido na reserva arqueológica de Monforte. São peças que documentam a existência de um espaço de culto em época visigótica e a perduração dos significados.

A localização do ponto de proveniência de todos estes materiais – alguns denunciando a grande verticalidade da estrutura de origem – é mais problemática. O sítio foi por diversas vezes visitado<sup>888</sup>. Apenas se encontraram alguns materiais, escassos e rolados, na envolvente imediata da igreja, de cerâmicas de construção (imbrices). É certo que a vegetação persistente, própria de terrenos onde o Homem já não exerce o seu labor, sempre ocultou a superfície do solo. Mas torna-se bizarro o facto de, em sítio com tantos e tão monumentais elementos, que não se consiga identificar uma mancha de dispersão ou algumas tegulas. Em fotografia aérea é visível um alinhamento de árvores e no terreno sobressai um anfiteatro natural, que em certos pontos parece apresentar socalcos artificiais.

Encontra-se próximo da via XIV, a menos de dois quilómetros. Está em implantação pouco habitual, com escassa visibilidade, só se detectando mesmo na aproximação. Meia-encosta, voltado a norte, mas beneficiando da ribeira na base e de poços nas imediações.

Se em 2004 propus a classificação como *villa*, atendendo aos indicadores de monumentalidade, actualmente as reticências são mais substanciais. Nas imediações não se conhecem pontos de povoamento; a dimensão funerária de um mausoléu, onde a placa familiar estivesse na fachada, é inequívoca; a evolução para uma basílica paleocristã está assegurada. Mas a localização e função do sítio podem ter outras leituras.

---

885 160cm de comprimento, 48 de largo, 36 de espessura.

886 74 cm por 28 de diâmetro. Como se depreende, estes materiais são de uma dimensão muito apreciável.

887 1985: 253. Com motivos vegetalistas, representações arquitectónicas e, em especial, um *chrismon*.

888 Primeira visita em 24 de Agosto de 2001, mais recente em 27 de Agosto de 2009.

*Outras referências: RP 6/175 (S. Pedro de Almor); Processo IGESPAR 95/(223); Cunha, 1985: 152, 164, 251, 253, 255; Carneiro, 2004: nº 72.*

### **13.35. Freixo**

CMP 398 / CNS 5736 / N 38° 59' 23.1" / 7° 25' 24.7" / Terreno / Casal

Junto ao lugar de Prazeres, mas na margem oposta do ribeiro. Menção a “restos de paredões, fragmentos de colunas, cantaria aparelhada e grande quantidade de tégulas”<sup>889</sup>. Os autores localizavam o sítio “por detrás do cemitério”, onde existiam “numerosos vestígios de habitações”<sup>890</sup>, indicação que fica na direcção oposta. Foi identificado um ponto de povoamento na encosta do Monte do Freixo, próximo do topo (embora se registe escorrência de materiais até à ribeira). Uma encosta virada a sul e a este, com boa visibilidade. Os terrenos foram limpos com retroescavadora, tendo sido acumulados moroiços onde estão blocos de granito trabalhados, uma mó, tegulas, imbrices e tijoleiras.

*Outras referências: RP 6/176.*

### **13.36. Samarra**

CMP 358 / CNS 24136 / N 38° 58' 17.8" / 7° 25' 20.9" / Terreno / *Villa*

Referência difusa a construções romanas em ponto não especificado da herdade<sup>891</sup>, e memória anterior de “hum sítio, que mostra ter sido povoação antiga, e ainda se encontrão alicerces de pedra e cal”<sup>892</sup>. No terreno os indícios são vários: pesos de lagar<sup>893</sup>, silhares e blocos de granito com talhe, mós girantes encontram-se junto ao monte ou depositadas junto aos muros. Mancha extensa com cerca de um hectare, com núcleos de maior concentração onde se encontram imbrices, tegulas, tijoleiras e cerâmicas comuns. Também é referido um peso de tear e fragmentos de *dolium*. Ressalta a ausência de elementos como ânforas ou *terra sigillata*, mas o local deverá corresponder a uma *villa*, pela extensão e diversidade de indicadores. O talude junto ao monte, que define uma extensa plataforma, pode ter uma origem anterior, por ser nesses limites que se encontram mais vestígios.

*Outras referências: Processo IGESPAR 95/(223).*

### **13.37. Poço do Mesquita**

CMP 398 / CNS 11941 / N 38° 57' 07.1" / 7° 25' 57.5" / Terreno / *Villa*

Extensa área de dispersão, entre um a dois hectares, com núcleos específicos. No local existem indicadores de *villa* e a implantação espacial assim o indica:

---

889 Deus, Louro & Viana, 1955: 574.

890 Por esta via surge também uma entrada no *Endovelico* a “Cemitério dos Prazeres” (CNS 23908).

891 Deus, Louro & Viana, 1955: 574, fazendo menção “ao longo da ribeira da Samarra”.

892 *Memórias Paroquiais* de 1758.

893 O mais bem conservado junto às casas: tem 80cm de comprimento por 44 de largura e 42 de espessura, 22cm no encaixe.

encosta ampla, voltada a sul, com abundantes recursos hídricos e uma ribeira. Os materiais são variados: cerâmica de construção (tegulas, imbrices, tijolos, tijoleiras e tijolos de quadrante), cerâmica comum, bojos de ânfora e de *terra sigillata* hispânica e hispânica tardia. Algumas placas de mármore, lisas, parecem ter sido utilizadas como lajes de pavimento, pelas suas dimensões. Alguns silhares graníticos, e em certos pontos parecem aflorar estruturas, embora as condições de visibilidade nunca tivessem sido as ideais.

*Referência: Processo IGESPAR 95/(223); Boaventura & Banha, 2006.*

### **13.38. Eira do Peral**

CMP 398 / CNS 11940 / N 38° 57' 26.7" / 7° 26' 09.6" / Terreno / Necrópole

A cerca de quinhentos metros do sítio anterior, para norte, ocupando uma pequena elevação em península. O local tem contacto visual com um antigo caminho, talvez um troço secundário da via XIV. Junto ao Monte do Peral, na passagem da ribeira, existem poldras e um troço de calçada, embora pouco visível dada a deposição sedimentar. Existe uma mancha de materiais de construção e cerâmica comum extensa, com cerca de 2000m<sup>2</sup>. Também se encontram silhares e blocos de *opus signinum* arrancados pelas lavras. A eira que baptiza o sítio implanta-se sobre uma estrutura anterior. As casas do monte e o muro que delimita a tapada reaproveitam abundantes blocos de granito rosa. Há informação do achado de sepulturas com tampas de mármore e ossos no interior, de um sarcófago de mármore<sup>894</sup>, e de um conjunto de quatro silhares formando os cantos de um compartimento de grandes dimensões<sup>895</sup>. Ainda se encontra, em um dos cantos, uma coluna implantada *in situ* e foram recolhidas placas de mármore. O sítio é conhecido há longo tempo: "Na herdade denominada "Peral" pertencente à Casa Agrícola dos srs. Corte & Irmão, desta freguesia, quando uns trabalhadores procediam aos trabalhos de remoção de pedras, encontraram, um pouco abaixo da superfície, um túmulo de mármore branco, contendo uma ossada humana que, pelo avançado estado de deterioração, deve datar de mais de 100 anos. No local onde hoje estivemos há vestígios, em volta do sepulcro, de ali ter existido qualquer edifício, talvez uma igreja, pois descobrem-se outras pedras, umas de granito e outras de mármore, trabalhadas, e ao mesmo nível do topo do sepulcro nota-se em toda a volta uma camada de cal amassada que parece indicar o pavimento de uma casa. Os ossos encontram-se desligados mas todos de fácil reconhecimento. Os da cabeça estão aos bocados, como todos os outros."<sup>896</sup>

*Outras referências: Processo IGESPAR 95/(223)<sup>897</sup>.*

---

894 Eventualmente o mencionado por Deus, Louro & Viana (1955: 576) conforme sugerido na ficha constante do processo no IGESPAR.

895 Na altura da visita pouco visível devido ao crescimento da seara.

896 Autor identificado como "C.", *Brados do Alentejo* de 18-09-1949, ano XVIII, nº 951, p. 6.

897 Nomeado como "Peral 4", embora localmente seja conhecido com o designativo de "Eira".

### 13.39. Torre de Alfange

CMP 398 / CNS 11942 / N 38° 57' 26.1" / 7° 24' 33.5" / Terreno / Peq. Sítio  
Mancha de materiais não superior a 200m<sup>2</sup> com cerâmica de construção, cerâmica comum e pesos de tear. Silhares de granito conferem monumentalidade. Próximo encontra-se uma sepultura escavada na rocha.

*Referência: Processo IGESPAR 95/(223).*

### 13.40. São Pedro de Algalé

CMP 399 / CNS 5747<sup>898</sup> / N 38° 57' 26.1" / 7° 22' 06.7" / Terreno / Villa  
A paisagem é diferente da que Dias de Deus, Abel Viana e o Padre Louro observaram<sup>899</sup> mencionando “em elevação próxima da igreja paroquial”, “muitos alicerces de edifícios” que “Cobrem grande extensão de terreno”. A intensa prática agrícola contribuiu para apagar os indícios. Os materiais são escassos, muito espalhados e rolados: na visita apenas se encontraram imbrices, mas existe menção de “tegula, latere, dolio [sic], cerâmica comum e percutor”.<sup>900</sup> No terreno o templo parece situar-se em encruzilhada de caminhos, algo que a cartografia não confirma por completo.

Outras referências: RP 6/153; Processo IGESPAR 95/(223).

### 13.41. Monte da Palmeira

CMP 399 / CNS 24040 / N 39° 00' 22.4" / 7° 23' 12.8" / Terreno / Casal  
Próximo do ribeiro dos Guerros encontra-se cerâmica de construção, fragmentos de *dolium* e cerâmica comum. As referências antigas são mais eloquentes: “um grande paredão arruinado, e grandes pedaços cahidos, parece ser de alguma albufeira Assude, e para a parte da Igreja se divizão grandes montois de pedras e sinais de edifícios”<sup>901</sup>.

*Referência: Processo IGESPAR 95/(223).*

### 13.42. Monte das Esquilas

CMP 399 / CNS 5735 / N 38° 59' 43.2" / 7° 21' 36.8" / Terreno / Templo  
Sítio reconhecido pela inscrição dedicada aos LARIBVS/ VIALIBVS e aos LARIBVS/ POPILLIUS<sup>902</sup>, identificada por Mário Saa que a encontrou em meio de “restos de volumosa silharia granítica dum templo romano”<sup>903</sup>. No local existe memória de terem sido encontradas colunas<sup>904</sup>. Como a epígrafe

---

898 No *Endovelico* estão três entradas para a mesma realidade arqueológica. Outros CNS: 24149 e 24150.

899 Deus, Louro & Viana, 1955: 574.

900 São Pedro de Algalé 2, *Endovelico*.

901 *Memórias Paroquiais* de Monforte (1758).

902 Com sugestão recente em Mantas, 2010: 21: [L]ARIBVS P(ublius) OPILLIUS.

903 Saa, 1956: 292. Sobre a inscrição ver Encarnação, 1995b.

904 Saa, 1956: 295.



está grafada nas duas faces do monumento indica-nos que seria objecto de uma contemplação circunambulatoria, facto concordante com uma encruzilhada. Em proposta recente Jorge de Alarcão propôs que aqui se situasse a *mansio* de *Matusaro*, porque “seria natural que se fizesse sacrificio àqueles lares quando se iniciasse, retomasse ou completasse viagem” mas também porque a “distancia de Alter do Chão ao Monte das Esquilas, pelo percurso indicado, é de cerca de 35 ou 36 quilómetros, isto é, 24 milhas”, concordante com as XXIII deixada no *Itinerário de Antonino*<sup>905</sup>. Efectivamente encontra-se em cruzamento de caminhos (nada menos de cinco trajectos aqui se encontram) e, embora não esteja em cota elevada, divisa-se uma ampla panorâmica. Todavia, os indicadores visíveis são pobres, observando-se uma concentração de pedras e alguma cerâmica de construção em área restrita.

*Outras referências: RP 6/178; Carneiro, 2009-2010: XVI; Mantas, 2010; Processo IGESPAR 95/(223).*

### **13.43. Monte das Freiras**

CMP 399 / CNS 23959 / N 38° 56' 57.7" / 7° 24' 03.7" / Bibliografia / Peq. Sítio

Implantação privilegiada em encosta suave voltada a sul, com linha de água na base e amplo domínio visual: “Mancha de 20x10 m com tegula, imbrices e cerâmica comum”.

*Referência: Processo IGESPAR 95/(223).*

### **13.44. Picanheiras de Cima**

CMP 412 / CNS 20933 / N 38° 56' 05.1" / 7° 24' 58.8" / Terreno / Casal

Em encosta suave com a ribeira da Colónia na base, e não longe de Monte das Brancas, com a qual mantém contacto visual. Tal facto leva a supor uma relação entre os sítios. Nas casas do monte encontram-se silhares de granito reaproveitados. Na encosta estão cerâmicas diversas, sendo algumas de época romana.

*Referência: Processo IGESPAR 2004/1(196).*

### **13.45. Monte do Casco**

CMP 412 / CNS 23907 / N 38° 55' 39.5" / 7° 26' 10.5" / Bibliografia / Casal (?)

Menção constante do *Endovelico*: “Grande mancha de 100 x 60 com tegula, imbrice, latera e dolia. É possível distinguir 2 grandes concentrações de 30x30 m cada, separadas entre si cerca de cerca de 30 m.” Com informação tão difusa é complexo definir que tipo de sítio aqui se encontraria. Não foi realocado nos trabalhos de campo.

*Referência: Processo IGESPAR 95/(223).*

---

905 Alarcão, 2006: 232.

### 13.46. Monte das Brancas

CMP 412 / CNS 11946 / N 38° 56' 04.8" / 7° 24' 24.2" / Terreno / *Villa*

Implantação muito particular, em elevação que aproveita um meandro da ribeira da Colónia, formando uma península que envolve o local. Ao longe é evidente uma massa constituída por uma plataforma alteada que confere ao local um bom domínio visual, embora a uma cota baixa. As várias prospecções feitas, sempre com condições ideais de visibilidade, permitiram definir uma área de um hectare com diversos padrões nos indicadores de superfície, o que aponta para áreas funcionais distintas e sectorizadas. A gama de materiais é rica e diversificada: cerâmica de construção (tegulas, imbrices, tijolos e tijoleiras), cerâmicas comuns de excelente qualidade de fabrico, cerâmica de paredes finas, *terra sigillata* galo-romana, hispânica e hispânica tardia, ânforas, fragmentos de *dolium*, vidros e moedas. Daqui também se conhece um fragmento de placa funerária<sup>906</sup>. Junto ao leito da ribeira encontram-se um pavimento em *opus signinum*; um peso de lagar, semi-enterrado, mas de dimensões avultadas<sup>907</sup>, tambores de colunas em mármore e granito. No caminho de acesso ao local existe uma poldra, constituída na sua maioria por silhares romanos e pesos de lagar<sup>908</sup>. Os vestígios são relevantes, fazendo deste local um dos de maior diversidade de materiais visíveis à superfície. Infelizmente, este facto surge na sequência de acções lesivas, motivado pelas lavras agrícolas que em certos pontos danificam estruturas, observando-se nódulos de argamassa e pedras de alvenaria.

*Outras referências: Processo IGESPAR 95/(223); Boaventura & Banha, 2006.*

### 13.47. Malhada da Serra de Aires

CMP 412 / N 38° 53' 28.4" / 7° 24' 14.0" / Terreno / Peq. Sítio

No casebre em plataforma voltada a norte, com ampla vista sobre o vale, os indicadores são ténues e estão sob a casa: tegulas e imbrices dispersos (mancha de 200m<sup>2</sup>).

*Referência: Inédito.*

### 13.48. Torre do Curvo

CMP 413 / CNS 24178 / N 38° 55' 31.0" / 7° 23' 09.1" / Terreno / Casal

Junto a um chafariz, nas casas do monte agrícola, foi encontrado por Mário Saa um marco miliário<sup>909</sup>. Em contexto secundário, portanto. Todavia existem indicadores arqueológicos, confirmando a menção do autor (“dispersão de telharia romana”) e também de Abel Viana. No olival está uma mancha com cerca de 2000m<sup>2</sup>, onde se detecta cerâmica de construção (tegulas, imbrices e

906 Batata & Boaventura, 1999, *FE* 61 n° 271.

907 O diâmetro visível (não o total) é de 86cm, a altura visível de 101cm. Granito compacto e bem polido.

908 Poldra da Ribeira da Colónia, CNS 20936.

909 1956: 293. Informação duplicada em *Endovelico*, com os CNS 5714 e 24179.

tijoleiras de pavimento) e alguma cerâmica comum. Tem evidente contacto com duas sepulturas escavadas na rocha que se encontram no aparecimento dos vestígios, para quem vem de norte. Finalmente, encontra-se um grande peso de lagar em granito rosa junto ao caminho de acesso, na passagem da ribeira<sup>910</sup>.

*Outras referências: Processo IGESPAR 95/(223).*

### **13.49. Monte do Moinho**

CMP 413 / CNS 24006 / N 38° 55' 19.6" / 7° 22' 16.4" / Terreno / Casal

Interessante implantação, com ribeira na base, bons recursos hídricos (poço) e em encosta voltada a sul e oeste. Nas proximidades está uma sepultura escavada na rocha. Há um tambor de coluna em mármore depositado em moroiço e mancha de materiais com cerca de 1000m<sup>2</sup>: cerâmica de construção, cerâmica comum e fragmentos de *dolium*. Também se encontram silhares.

*Referência: Processo IGESPAR 95/(223).*

### **13.50. Monte da Aldinha**

CMP 413 / CNS 11947<sup>911</sup> / N 38° 54' 23.9" / 7° 22' 45.3" / Terreno / *Villa*

Corruptela de "Aldinha", menção condizente com a mancha de ocupação, bastante extensa e com indicadores abundantes. Configura-se uma *villa*, desde logo pela implantação: a meia-encosta, voltada a sul e este, dispendo de agradável domínio visual sobre os territórios envolventes, incluindo o traçado da via XII. Na base existe uma horta com férteis várzeas e os recursos hídricos são reforçados pela ribeira do Tira-Calças. A *villa* encontra-se logo a leste do monte (entre este e a horta), notando-se junto ao moroiço uma plataforma que interrompe a pendente da encosta. Os materiais apresentam-se em mancha compacta, ao longo de um hectare: cerâmica de construção de boa qualidade, com ângulos marcados (tegulas, imbrices, tijolos de *suspensura* e tijoleiras, também utilizados na alvenaria do muro da horta), fragmentos de ânforas, de *dolium* (bordos e asas) e cerâmica comum. Em torno do monte existem elementos deslocados: na esquina, silhares de granito; encostado, um *latere* com pegada de cão; um peso de lagar fracturado, não se vendo o encaixe das varas, em granito fino, com cerca de 80cm de altura conservada, vários elementos pétreos de construção, incluindo silhares em granito de grão rosa; um possível lintel de porta a servir de banco; um tambor de coluna (ou um

---

910 49cm de largura, 102 de altura, espessura 44. A cauda de andorinha tem de altura 46, de largo 12cm. N 38° 55' 24.8" e W 007° 22' 57.0"

911 Por qualquer motivo inatingível existe um desdobraimento de registos entre o sítio e o peso de lagar depositado junto às casas, embora a sua proveniência seja evidente. Este peso recebeu o CNS 11947. Mas os tambores de coluna junto à fonte não receberam qualquer entrada individual.

fragmento anepígrafo de miliário<sup>912</sup>); na malhada adjacente ao monte, silhares incorporados e, tombados, uma coluna de granito, um grande silhar e uma coluna que em uma das extremidades apresenta um orifício sub-circular para encaixe de um espigão<sup>913</sup>. Também se vêm lajes de xisto e placas de mármore. Um elemento relevante é o *diverticulum* de ligação à via XII: uma extensa recta, murada com pedras de médias dimensões dos dois lados, que conserva algum lajeado. Conduz directamente ao Monte de Alcobaça (Vila Fernando, Elvas).

*Outras referências: Processo IGESPAR 95/(223); Boaventura & Banha, 2006.*

## Comentários gerais

O primeiro dado a reter encontra-se no panorama da investigação. O concelho de Monforte apresenta um total relevante de sítios (um dos mais elevados da área regional, embora a superfície do território seja extensa), embora não tenha ainda a pesquisa sistemática que é necessário concretizar. Cartografando os diversos sítios notam-se áreas em branco que correspondem, não a zonas vazias, mas a terrenos não prospectados, o que se deve às prioridades e motivações dos investigadores. Um exemplo concreto: a freguesia de Assumar é limitada administrativamente a norte por todo o traçado da via XV, observando-se um cordão de sítios. Mas as terras interiores, que plausivelmente também terão pontos de ocupação, encontram-se despovoadas. Um dos mais fortes motivos será a circunstância de serem pastos de gado bravo, o que cria constrangimentos aos trabalhos de terreno. Outro plano, derivado das prioridades de investigação, centra-se na sobre-representação da freguesia de Vaiamonte, onde uma equipa realizando escavações em diversos sítios, como Torre de Palma e Cabeça de Vaiamonte, e a publicação de uma tese de mestrado conduziram a um foco de atenção desproporcionado. Alguns destes sítios seriam objecto de intervenção arqueológica, mas a não-publicação cria uma dificuldade acrescida. Temos a ausência de planos intervencionados (sendo que, apesar de tudo, dispomos de cartografia para Torre de Palma<sup>914</sup>); de estratigrafias registadas; de colecções de materiais publicados e dados a conhecer. Note-se que o panorama tanto serve para as intervenções efectuadas em datas mais recuadas, como para exemplos bem recentes.

Por outro lado, e centrando-nos em dados de prospecção, a definição dos perfis de ocupação dos sítios registados não é fácil: a maior parte está classificada como “habitat”, uma designação neutra e nada esclarecedora para o universo temporal em causa. Alguns não foram relocalizados, ou foram vistos com deficientes condições de observação, dadas as naturais dinâmicas

---

912 Coluna ou miliário: diâmetro de 29cm, altura 46cm.

913 Coluna com encaixe: alt. 80cm, diâm. 39, do encaixe central, 14cm.

914 Lancha & André, 2000.

da paisagem, em especial em áreas de pastagens ou montado onde a vegetação cresce livremente. Para além do mais, alguns dados são contraditórios, noticiando-se escassas áreas de superfície que, contudo, apresentam materiais relevantes como *terra sigillata* ou silhares de granito. Alguns destes pontos estão muito próximos no terreno, o que leva a crer que sejam distintas manifestações da mesma realidade (originadas por factores pós-deposicionais, diferentes condições de visibilidade, etc.), o que origina uma duplicação ou multiplicação da informação de base que, por sua vez, leva a que se crie uma densidade de sítios superior à realidade, viciando assim a leitura. Estes são alguns dos problemas de interpretação. Centremo-nos agora na leitura do universo existente.

O concelho apresenta um extenso elenco de sítios e uma densa ocupação. Este fenómeno é propiciado por condições que se entrecruzam. Temos os recursos naturais que permitem a aliança das práticas agrícolas de regadio e de sequeiro, reforçadas pelas pastagens que ainda caracterizam a paisagem, criando biótopos favoráveis. Mas sobretudo temos o entendimento geo-estratégico que em época romana o espaço recebeu. Olhando para o traçado da rede viária observamos que o concelho é delimitado a norte pela via XV, tem a oeste um extenso traçado da via XIV, que inclusivamente inflecte para leste para o atravessar pelo seu interior, e está próximo da via XII, no limite fronteiriço sul. Portanto, Monforte está envolvido por traçados viários, encontrando-se ainda caminhos secundários que o cruzam interiormente em diversas direcções. Em resumo, um território plenamente inserido nos circuitos de passagem. Todavia, não creio que a distribuição de sítios evidencie sinais de *centuriatio*, conforme já foi sugerido<sup>915</sup>. Primeiro, porque o fenómeno da centurição implica uma estratégia política, emanada por uma administração que entende o espaço como uma unidade orgânica gerida como um todo. Pensada, medida, racionalizada e preparada para a instalação de pessoas que irão gerir essas extensões sob uma lógica completamente diversa das anteriores, pertencentes ao mundo indígena. É difícil entender essa capacidade de percepção estratégica, que não surge em nenhum âmbito da área em estudo. Depois, parte-se da premissa que todos estes sítios estiveram ocupados ao mesmo tempo, em simultaneidade. É tentador, mas é uma mistificação, e muito menos se pode presumir que podem ser incluídos “into the original centuriation of this area in Lusitania”. Torre de Palma também parece estar rodeada de necrópoles, mas pertencem a distintos momentos; mais do que uma rede de deposição funerária em simultâneo temos uma *diacronia funerária*. Finalmente, o exercício parte do pressuposto de que todos são *villae*, mas vários pertencerão a outras categorias. Por exemplo, o sítio de Assumar, com proximidade à via XV, poderá ser uma *mansio*. Os padrões evolutivos do povoamento romano

---

915 Langley, 2006.

monfortense são devidos à dinâmica dos homens que interactuaram com este espaço, e não a prerrogativas administrativas. Mais do que uma regularidade da dispersão encontramos, sim, uma hierarquização da rede de povoamento e uma distribuição de acordo com as potencialidades localmente disponíveis. Nada de novo, portanto, pois já verificámos este fenómeno em outras áreas, e voltaremos a encontrá-lo.

Olhando para os sítios existentes, sobressaem alguns pontos de análise.

Primeiro, a densidade da rede viária leva a que existam acrescidas dúvidas sobre a identidade de alguns sítios. Como já foi afirmado a propósito de Assumar, alguns pontos classificados como *villae* ou casais poderão ter funções viárias: uma *mansio*, ou armazéns de escoamento de produtos, como Fonte de São Domingos, próximo de Torre de Palma. Temos ainda o caso do santuário de Esquilas, onde a epígrafe marcava um templo situado na “cruz de caminhos”. Finalmente, a óbvia distribuição de sítios ao longo da rede viária, que funcionou como um factor de atracção de povoamento: as ocorrências na freguesia de Assumar, ao longo da via XV, são um bom exemplo, com Naves, Escudeiro e Alcaide: um conjunto de casais em relação visual com o traçado, do qual dependiam estreitamente para receber e escoar produtos. Por este motivo, mas também pela riqueza agrícola, encontramos grandes *villae* que marcam o topo da hierarquia. O melhor exemplo, claro, é Torre de Palma, que domina os mais férteis solos da região. Com fortes probabilidades de integração na categoria temos Santo António das Paredes, Reguengo, Santo António, Janelas, Poço do Mesquita, Brancas e Aldinha. Oito sítios (incluindo Torre de Palma) em território tão rico e circulável não parece um total elevado, assumindo-se portanto que as propriedades fundiárias seriam extensas. Todavia, várias destas *villae* estão concentradas, predominando nas freguesias de Vaiamonte e Santo Aleixo, ficando as restantes com um menor índice. E então temos dois feixes de leitura: ou interpretamos este facto como uma deficiência da pesquisa, ou podemos ler a atracção pelos eixos viários e também pelos melhores quadros paisagísticos, pois em Monforte temos essa coincidência. E para os territórios marginais ficariam então os casais, ocupando os espaços deixados vagos pelas *villae*. Os casais monfortenses apresentam duas ocorrências interessantes: por um lado os sinais de laboração económica, em especial os pesos de lagar e de tear que, também ocorrendo nas *villae*, indicam que a base agro-pecuária foi uma realidade indiscutível. Da mesma forma, vários apresentam indicadores de monumentalidade e conforto: silhares de granito e cerâmica de importação. Note-se o exemplo de Sardos, objecto de intervenção arqueológica: uma pedra de anel que, mesmo não ficando explícita a sua integração em época romana, é um indicador de capacidade económica e de (como dizer?) *auto-estima*. Outro aspecto curioso no caso monfortense reside na possibilidade de se entrever a *coabitação* entre pontos de povoamento e necrópoles. Em redor de Torre de Palma o panorama é impressionante: uma densa malha de espaços sepulcrais

com uma diacronia que percorre todo o espectro de ocupação do sítio, criando uma *geografia tumular* de significados profundos que, curiosamente, nunca foram lidos em termos de relações espaciais e sincronias temporais. De um modo geral estão entre o sítio e a via; apesar das precárias informações libertadas, parece que não existem sobreposições tumulares, ou seja, as necrópoles vão-se espalhando pelo terreno, ocupando áreas progressivamente mais extensas (um pouco como em Elvas). Da mesma forma parece que com a passagem do tempo se vão aproximando das edificações, não em direcção à *villa* mas à basílica, até que passam mesmo para o seu interior. Mas também em outros sítios, como Reguengo ou Eira do Peral/Poço do Mesquita, vemos a proximidade entre ambos os espaços.

Regressemos à leitura de território.

Não sendo possível propor uma malha mais fina do ponto de vista cronológico, a análise tende necessariamente a plasmar todos os sítios no plano cartográfico, como se tivessem sido ocupados em simultâneo (o que, sabemos nós, é uma falácia e mesmo um erro perigoso). A densidade de sítios é notória, com várias unidades repartindo o território. Se compararmos Monforte com o concelho vizinho de Fronteira, onde também ocorreram prospecções com intensidade, verificamos contudo uma diferença: enquanto neste último temos muitos sítios, mas pequenos pontos de povoamento, em Monforte ocorrem mais casais. Fronteira tem sete *villae* identificadas de forma segura; Monforte oito. Em termos numéricos, portanto, a variação não é significativa. A diferença está no número de sítios intermédios, denunciando que em Monforte as condições de subsistência e de acesso aos produtos que circulavam nas vias eram mais favoráveis, criando uma (digamos assim) *classe média* numerosa (e assumo todas as leituras enviesadas que esse termo coloca, nomeadamente no estatuto do campesinato vinculado à laboração). Mais casais, dispersos pelo território, ocorrendo de forma mais homogénea do que em Fronteira, onde a franja oeste (a mais distante das vias e dos solos de maior aptidão) aparece despovoada. Portanto um espaço com muitas gentes, povoado e com condições de subsistência que permitem o aproveitamento agro-pecuário. Um espaço onde seria conveniente conhecer as interações sociais e culturais, como se torna possível entrever pelas colecções de materiais de Cabeça de Vaiamonte<sup>916</sup> e pelas placas funerárias de Mateus e Almuro, onde vemos casamentos mistos, entre cidadãos do universo latino e do *fundo indígena*. Curiosamente, parece ser em Monforte que melhor vamos a aliança destes dois universos que cria a *romanização* da paisagem, com exemplo paradigmático em Torre de Palma, onde o Mosaico dos Cavalos (apesar de todas as dificuldades de leitura que apresenta) concilia o substrato económico local com as denominações de erudição clássica.

---

916 Fabião, 1998.



Olhemos agora para a outra margem do processo. No final do Império, em muitos sítios os sinais são de vitalidade. É certo que os mais pequenos e alguns casais poderão ter sido abandonados. Mas em muitas *villae* encontramos presenças. A base agro-pecuária permite que as comunidades se mantenham em funcionamento. Em Paredes ou Almuro temos presenças paleo-cristãs, talvez polarizadas em torno de algum templo, como em Torre de Palma. Certo é que o território continua ocupado, demonstrando uma perduração vivencial significativa, ganhando novas centralidades pelo que o baptistério de Palma implica. Um território que evolui, que se torna diferente, assumindo novas valências.

Em resumo, no concelho de Monforte as *villae* assumem-se como as grandes unidades centrais, disputando os melhores ambientes, distanciadas entre si. A atracção pelo tecido viário é evidente, criando focos de povoamento alinhado e organizado de forma a acompanhar os traçados. Os casais estão remetidos para áreas menos aptas ou afastadas. Em todos os locais encontramos uma marcada vocação agro-pecuária indicando que, apesar de todos os sinais de requinte e de universalismo, nestas paisagens se continuava a alicerçar a economia nos produtos da terra. Mais interessante é o patamar de compreensão das dinâmicas fundacionais desta nova sociedade que a epigrafia monfortense nos possibilita, com matrimónios mistos, um recurso fundamental para este processo, embora continue a não ser claro o papel que povoados da Idade do Ferro como Cabeça de Vaiamonte e Pedras da Careira tiveram, ou como ocorreram os *processos de transferência* para a malha de povoamento imperial. A estabilidade ocorre ao longo do Império, mas no momento final as *villae* assumem-se como forças centrípetas, focos de estabilidade que prolongam os feixes de vivencialidade, embora com fortes reformulações. O espaço continua a ser habitado, mas com novos códigos e significados que reflectem alterações mais profundas nas estruturas da sociedade.

(Página deixada propositadamente em branco)

## 14. CONCELHO DE NISA

Se comparado com o vizinho concelho de Gavião, Nisa apresenta pontos de contacto na realidade fisiográfica (definindo uma sub-área regional vinculada à bacia do Tejo) e nas dinâmicas recentes da paisagem. Contudo, reveste-se de um panorama substancialmente diferente no tratamento da informação de campo, o que tem implicações na análise sobre as dinâmicas antigas do território. Começamos por este último ponto, porque Nisa apresenta um feixe de investigação relevante, podendo ser definidos dois movimentos específicos substantivamente tratados nas últimas duas décadas:

- Um relacionado com a epigrafia. Nisa apresenta particularidades de enorme relevância, de modo feliz analisadas em síntese própria<sup>917</sup>. O *complexo epigráfico* de Nisa – repleto de especificidades e de conteúdos extraordinariamente relevantes para a *geografia sagrada* do território e suas componentes sociais – foi objecto de um conjunto de abordagens que, para o Alto Alentejo resultam sem paralelo. Porque as epígrafes apresentam uma coerência substantiva, é certo, mas também porque (invertendo a perspectiva) para outros concelhos não se verificou o mesmo esforço de sistematização.
- Um outro relacionado com a inventariação dos vestígios arqueológicos no terreno. Em dois momentos distintos realizaram-se prospecções sistemáticas com resultados notáveis no volume de informação (ou seja, no número de sítios e vestígios encontrados e/ou referenciados). Em ambas as situações por iniciativa autárquica, no seguimento de planos de ordenamento municipal. Apenas podemos lastimar dois

---

917 Encarnação, 1988a. Aqui, entre as pp. 7 e 10, se sistematiza circunstanciadamente o conjunto de achados de epígrafes e sua publicação, pelo que se julga desnecessário repetir as referências contidas.

aspectos: o terem sido realizados *a posteriori* da *eucaliptização* do concelho, constatando-se o elevado número de sítios destruídos ou obliterados na paisagem<sup>918</sup>; e o facto de qualquer dos ditos inventários nunca ter sido publicado ou dado a conhecer.

Embora em Nisa permaneçam substanciais lacunas de informação – nem poderia ser de outro modo – e nos faltem dimensões na análise (estudos de caso, escavações, áreas micro-regionais mal conhecidas, deficiente correspondência necrópoles/habitats ao longo da diacronia, e um largo etcétera...), o concelho apresenta-se-nos com um feixe de informações suficientemente complexo para permitir uma abordagem aprofundada. Para mais, foi um território estratégico em período romano e alto-medieval, dada a presença de elementos de grande valia cultural e económica. Desde logo, é preciso não esquecer a posição geográfica: “Nisa é a porta de entrada do Alentejo, a passagem obrigatória para quem vem do Norte, de Castelo Branco e da Guarda, qualquer que seja a parte da província onde se pretenda chegar. Este caminho é aliás o dos rebanhos transumantes”<sup>919</sup>. Daí, também, uma rede viária densa e de grande capilaridade, sobretudo se considerarmos o relevo acidentado. Tal facto deriva ainda de um recurso fundamental, infelizmente mal caracterizado: o “Conhal” do Arneiro, onde a exploração do ouro teve uma larga escala, apoiada ainda em explorações metalíferas de menor empreitada na envolvente.

Nisa surge-nos como um espaço heterogéneo, com marcadas diferenças nos seus sub-territórios. Em breves espaços a paisagem muda completamente. No entanto, e à excepção de Alpalhão, onde o rio Sôr cria uma paisagem propícia, o ambiente natural é em geral pedregoso, áspero e de solos magros. O concelho, seja em zonas cavadas pela rede hidrográfica, ou onde predomina o relevo mais plano, apresenta poucas áreas habilitadas para a agricultura intensiva ou de elevado rendimento. Raras vezes temos solos pesados e férteis, antes predominando as areias (em especial junto ao Tejo), cascalheiras, xistos e solos barrentos, propiciando as conhecidas cerâmicas de barros vermelhos com aplicações plásticas de grãos de quartzo: “O substrato da peneplanície de Nisa é formado não só pelas rochas do Maciço Hespérico mas também pelo Miocénico continental (depósitos de calhaus de xisto silicioso e quartzitos, com camadas de argila e gesso)”<sup>920</sup>. Após o Tejo entramos nos domínios de Montalvão. Quando Leite de Vasconcellos se refere aos *Montes de Nisa*, fala na «charneca antiga, que se

---

918 O caso mais significativo terão sido as necrópoles megalíticas do nordeste do concelho, em torno da aldeia de Salavessa, cuja destruição foi noticiada em Caninas & Henriques, 1995: 116.

919 Silbert, 1978: 849. Ver também mapa 13.

920 H. Lautensach, “As características fundamentais da geomorfologia”, Ribeiro & Lautensach, 1987, vol. I: 154.

tem ido desbravando a pouco e pouco»<sup>921</sup>, indicando o início de um processo de colonização e arroteamento das zonas inóspitas da metade norte do concelho. Esta charneca, constituída por estevas (*Cistus ladaniferus*) e mato arbustivo rasteiro, ainda é visível nos vales acidentados, onde as linhas de água correm encaixadas entre as fragas de xisto. Nesta zona temos uma paisagem bravia e árida, no prolongamento do ambiente beirão de Vila Velha de Rodão, com pequenas povoações semi-escondidas do olhar: Chão da Velha, Cacheiro, Pé-da-Serra, Monte Cimeiro, entre outras, configurando um povoamento disperso. Do outro lado da imponente crista quartzítica das Portas do Ródão, estrangulando o rio e cortando as comunicações terrestres, temos as pendentes montanhosas secundárias que apresentam o monótono coberto de estevas conservadas nas zonas onde o eucalipto não entrou. Pela Amieira e Arneiro, ou seguindo o Tejo e aproximando-nos de Gavião, temos os terrenos de xisto, a “pedra lousinha” como é conhecida na região, com relevos cavados, matos impenetráveis e os típicos vales de meandros, onde correm ribeiras de grande caudal na época das chuvas mas que, em verões quentes, secam por completo. Para o sentido oposto, a paisagem ainda se torna mais declivosa: delimitando a fronteira temos o curso do Sever, cujas margens são extremamente acidentadas. Um relevo quebrado, com solos onde o xisto irrompe à superfície e um coberto vegetal esmagadoramente dominado por eucaliptos, condicionantes que impossibilitam a progressão no terreno e a conseqüente identificação de sítios. O povoamento romano parece rarefazer-se, ficando a zona reservada para grandes povoados da Pré- e Proto-História, alguns romanizados, como os Castelos de Cima e Castelos de Baixo, sobranceiros ao rio, dos quais já Leite de Vasconcellos dera notícia.<sup>922</sup> Todavia, é ao longo deste corredor que se prolonga para Póvoa e Meadas que temos evidências durante a Alta Idade Média, acompanhadas de numerosas sepulturas escavadas na rocha. À medida que vamos entrando para o interior do concelho a paisagem também se transforma. Ultrapassadas as violentas dobras provocadas pela ribeira de Nisa, com as monumentais elevações de Senhora da Graça ou São Miguel, a entrada em Nisa e na freguesia do Espírito Santo e de Arez traz-nos os relevos mais suaves, maior transitabilidade, linhas de água superficiais e solos graníticos. Para Tolosa e

---

921 Vasconcellos, 1942: 554.

922 “*Castelos de Cima e Castelos de Baixo*: são dois cabeços pertencentes à freguesia de Montalvão, e erguidos à distância de 1 quilómetro, um do outro, sobre a ribeira de S. João, afluente do Sever. [...] Em ambos os *Castelos* de cá apareceu muita caqueirada antiga; nos Castelos de Baixo apareceram a par alguns denários da Republica, e contas de vidro azuis [...]” (1930-1931: 184). Os locais ainda existem, embora muito afectados pelo eucaliptal e por buracos feitos por caçadores de tesouros, situação ainda mais lamentável tratando-se de dois sítios que deveriam merecer uma investigação atenta, por testemunharem os complexos fenómenos de romanização da paisagem que, para esta zona, tão mal se conhecem.

Alpalhão entramos no que Vasconcellos<sup>923</sup> denominou as *Safaras*, extensas zonas de penedias graníticas, onde encontramos sepulturas escavadas na rocha, que no concelho são em número surpreendentemente elevado. Os solos leves e arenosos são enriquecidos pelos sedimentos acumulados junto aos numerosos cursos de água, dada a existência de uma rede hidrográfica densa, embora de feição sazonal. Como é evidente, nestes solos graníticos a permeabilidade é mais acentuada do que nos relevos xistosos, o que leva a recursos hídricos mais abundantes do que alguns quilómetros a norte. É muito interessante ver como a fronteira é clara: é a ribeira de Nisa que marca a passagem dos declives xistosos para uma paisagem suave, marcada pelos grandes afloramentos que pontuam o espaço. Por estas extensões distinguem-se dois cursos de água, correndo parcialmente paralelos, que marcam limites concelhios: a ribeira de Sor e a ribeira do Figueiró organizam duas pequenas bacias hidrográficas, modelam as formas de atravessamento do território, e criam terraços fluviais e áreas propensas para a horticultura. O segundo, em particular, corta o concelho sensivelmente pela metade, e se na planície de Alpalhão se apresenta manso e revoltoso, após franquear Nisa encaixa-se nas penedias xistosas e corre com progressivo estrépito e violência. Este quadro é também originado pela irregularidade do relevo. Em Nisa as elevações estão bem marcadas: se a altimetria é elevada, com os 463m de São Miguel como ponto mais elevado, temos marcas dobradas na paisagem, ou seja, obstáculos naturais que irrompem quase na vertical, condicionando sobremaneira as possibilidades de passagem. Como exemplo paradigmático temos as Portas do Ródão, cujos bruscos declives por vezes se precipitam a altimetrias de mais de duzentos metros na vertical. Por isso temos zonas de passagem estranguladas, como a “Portela do Atalho”, mostrando o condicionamento e as imposições que o relevo coloca. Tal torna-se evidente nas margens do Tejo, alcantiladas e onde as pendentes são vigorosas, tornando difícil a acostagem e a descarga.

Em resumo, Nisa corporiza uma das tendências da área em estudo: cada concelho acaba por resultar em um mosaico de espaços diferenciados. Mais do que em matizes, devemos falar em transições realçadas com vigor, por vezes abruptas, resultando na compartimentação e difícil transitabilidade entre espaços vizinhos. Em Nisa notamos bem a diversidade. Em poucos quilómetros transferimo-nos dos acentuados relevos do Tejo, terminando em terraços fluviais e depósitos sedimentares nas margens do grande rio, para as fragas de xisto de Amieira, Cacheiro ou Montalvão, ou nos relevos graníticos de Tolosa e Alpalhão, onde os cursos de água se transpõem a

---

923 Vasconcellos, 1942. A origem da denominação, hoje muito presente na toponímia local, deriva das doações das “Terras de Açáfa”. Sobre o assunto ver Cebola, 2005, mas sobretudo Basso, 1988.

vau e a paisagem suave se torna mais monótona. De que forma as marcas humanas no território interagem e se entrelaçam com os milenares retratos da geografia, veremos em seguida.

## Sítios e comentários

### 14.01. Lomba da Barca

CMP 314 / N 39° 39' 19.9" / 7° 35' 02.3" / Bibliografia / *Mutatio* (?)

1. No local da antiga travessia do rio Tejo, até tempos recentes feita pela embarcação cristalizada no topónimo, existem silhares romanos nas duas margens que configuram um cais ou estrutura que facilitasse a passagem.

*Referências: Carneiro, 2008: 90.*

CNS 29230 / Topónimo / Mina

14.02. Próximo encontra-se “uma exploração mineira onde o curso da ribeira parece ter sido intencionalmente desviado, formando aí uma zona de “caldeira”. Abundam na área seixos de pequeno e médio calibre”<sup>924</sup>.

*Outras referências: Processo IPA 2003/1(538)*

### 14.03. Monte da Tapada da Barca

CMP 314 / N 39° 38' 58.8" / 7° 35' 05.5" / Topónimo / Casal

Materiais da Alta Idade Média sob a estrutura das casas.

*Referências: Informação de Jorge de Oliveira*

### 14.04. Conhal do Arneiro

CMP 314 / CNS 12591 / N 39° 38' 03.7" / 7° 41' 33.2" / Terreno / Mina

“A área arqueológica do conhal, em Nisa, constitui uma vasta área de mineração romana que inclui uma extensa escombreira resultante da extracção de ouro no período romano. Esta área, quer pelo seu interesse e valor patrimonial, quer pelas próprias características paisagísticas - a área em que a mineração foi mais intensa acabou por se tornar numa paisagem quase lunar, resultante dos fragmentos de desbaste de pedra [...]”<sup>925</sup> é um dos mais relevantes valores – ainda ignorado – da área territorial em apreço. O grande vale do Arneiro, à sombra das Portas do Ródão e beneficiando de uma linha de água secundária, a ribeira do Vale, apresenta um impressionante volume de escombreiras de calhaus rolados de quartzito que evidenciam a ampla escala na mineração das partículas auríferas do Tejo. Estima-se em 900 hectares o total de área ocupada por estes montículos e formações de origem antrópica.

---

924 PDM Nisa, 2000: nº 155, reproduzida em *Endovelico*: CNS 29230.

925 Informação nº 224/DRE/DS/2005 de 05.08.2005, de Margarida Donas Botto. Processo IPPAR 4.12.012



Mas é necessário entender o conhal como um conjunto de infra-estruturas e unidades de apoio que estão por detectar. Por exemplo, ainda se conservam as designadas “arcoses da Beira”, áreas “em tempos aproveitadas para campos de cultivo, possuindo quase todas um poço para captação das águas”<sup>926</sup>, eventualmente de origem recente, mas que documentam o aproveitamento de bons solos agrícolas. Mesmo presumindo a mineração a céu aberto, com trabalhadores ocupados ao longo das margens do rio, procurando as míticas areias douradas do Tejo, é necessário entender o espaço como um *complexo mineiro*, e nele perceber as diversas vertentes materiais que este conceito implicou: áreas de habitação, espaços funerários, estruturas de trabalho (forjas para redução de metal e zonas de produção artefactual), etc. Registo ainda para as “levadas” de água (conhecida por Vala dos Mouros) ainda existentes (mesmo que alteradas posteriormente), bem como os rasgos ou canais visíveis em fotografias aéreas.

*Referências: PDM Nisa, 2000: nº 154; Processo IPA S-12591 e C-12591; Calado & Calado, 2002.*

#### **14.05. Buraco da Faiopa**

CMP 314 / CNS 4945 / N 39° 38' 00.3" / 7° 40' 52.1" / Bibliografia / Mina

Na freguesia de Santana encontra-se uma mina aberta na vertente da Serra de S. Miguel com “um labirinto de galerias muito entulhadas, comunicando com um poço, também tapado. É praticável até cerca de 150 metros da entrada. No exterior encontra-se uma certa abundância de fragmentos de limonite”.

*Referências: PDM Nisa, 2000: nº 125; Processos IPA 2000/1 (078) e 2003/1(538).*

#### **14.06. Salavessinha (?)**

CMP 314 / CNS 2413 / N 39° 36' 30.5" / 7° 36' 40.0" / Topónimo / Povoado (?)

Relatos sobre um núcleo antigo abandonado, em mais uma das míticas “lendas de fundação” ou “de transferência” que sinalizam várias povoações. Não deve ser anterior à época medieval mas a inclusão no presente inventário deve-se ao facto de se situar em cruz de caminhos<sup>927</sup>. Também existe uma ara<sup>928</sup> e um capitel (PDM Nisa, 2000: nº 246).

*Referências: PDM Nisa, 2000: nº 136; Processo IPA 2003/1 (538); RP6/18 (Salavessa).*

---

926 *Relatório geológico sobre a área do “Conhal” de Nisa* por Bernardo Barbosa e António Barra, IGM, 1999 [policopiado].

927 Enumerados em Carneiro, 2008: 90-91, “De Ammaia para Egitania”.

928 IRCP nº 641; comentários em Carneiro, *Divindades*.

#### 14.07. Salgueirinha

CMP 315 / CNS 29473 / N 39° 38' 57.2" / 7° 32' 57.5" / Topónimo /

Mina

Área de exploração com conchal atribuído ao período romano.

*Referências: PDM Nisa, 2000: 199; Processo IPA 2003/1(538).*

#### 14.08. Fonte da Feia [Pêro Galego]

CMP 315 / CNS 2392 / N 39° 35' 25.6" / 7° 33' 29.6" / Topónimo /

Santuário

Três epígrafes, duas dedicadas a *Ioviter Repulsor*, outra com a menção *votum solvit* mas sem indicação de teónimo. Todas apresentam homogeneidade de conteúdos, indicando um santuário consagrado à divindade tópica, que teria uma respeitável adesão das comunidades locais, com o fundo indígena evidente nos antropónimos dos dedicantes. O local implicaria uma estrutura cultural para receber os devotos, e elementos de apoio: note-se que todas as aras apresentam os mesmos protótipos formais, denunciando uma oficina de cantaria<sup>929</sup>. Quanto ao sítio em causa, penso que em proposta recente<sup>930</sup> se conseguiram levantar as dúvidas que impendiam sobre o local de proveniência. Leite de Vasconcellos atribuiu o sítio de Pêro Galego, em “Fonte da Feia, numa vinha”<sup>931</sup>. Em epístola do seu correspondente local, José Fraústo Basso, que as enviou para Lisboa, precisa-se o local do achado: “Comunico hoje a agradável notícia de que nesta data seguiram para Belem em quatro caixotes, com o peso total de 450 quilogramas, as quatro inscrições romanas [...] três das pedras que seguem foram encontradas no sitio da *Fonte da Feia*<sup>932</sup>”. Duas das epígrafes estavam reaproveitadas nas casas e a terceira teria aparecido aquando do plantio da vinha. Actualmente a designação “Pêro Galego” perdeu-se, sendo o local conhecido como Monte da Feia. Foi visitado em duas ocasiões tendo a elevação que o domina sido percorrida intensivamente em ambas as situações. O topo chama a atenção pelo amplíssimo domínio visual. Entre o alto e as casas, junto a uma vinha, sobressai uma fonte de mergulho de abundantíssimo caudal. Certamente as epígrafes foram encontradas algures entre estes dois pontos, mas no terreno nenhum indício foi encontrado. Registe-se ainda que este conjunto epigráfico, de grande substância e coerência, se

---

929 Não necessariamente nas proximidades do local, note-se. Ampliando a análise vemos que o conjunto epigráfico de Nisa é todo semelhante, seja o cariz votivo ou funerário das inscrições. Por exemplo, todas têm o capitel com *foculus*. Portanto, é perfeitamente admissível um atelier de cantaria. Ver Encarnação, 1988: 16.

930 Carneiro, 2009-2010.

931 1930-1931: 184.

932 Correspondente nº 2998, carta 1756, sublinhado original, arquivo JLV em depósito no MNA. Leite de Vasconcellos visitara o local em Abril, pelo que o envio das epígrafes foi imediato.

estende para Valência de Alcântara e Mata de Alcântara, na zona de Cáceres, onde foram recolhidas duas epígrafes dedicadas à mesma divindade, que também apresentam homogeneidade formal e antroponímica com o conjunto de Feia. A mesma área, as mesmas crenças.

*Outras referências: PDM Nisa nº 182; IRCP 640; RP 6/20; Encarnação 1977: 61-65.*

#### **14.09. Horta do Vale**

CMP 323 / N 39° 32' 17.7" / 7° 47' 06.3" / Topónimo / *Villa*

Referido como *villa* (menção a mós, peso de lagar, capitel jónico e fuste de coluna), de aqui conhece-se uma estela funerária com onomástica indígena.

*Referencia: Murta, 1987: 4.*

#### **14.10. Tapada da Fonte do Negro**

CMP 323 / CNS 29474 / N 39° 32' 22.5" / 7° 46' 42.5" / Topónimo / Necrópole

Uma ara. Na prospeção então realizada foram reconhecidas cerâmicas comuns e de construção e pedras de granito, em ambiente de xisto.

*Referencia: Murta, 1987: 8.*

#### **14.11. Albarrol**

CMP 323 / N 39° 32' 12.3" / 7° 46' 38.8" / Topónimo / *Villa* (?)

Em volta da povoação existem notícias difusas sobre um povoado (eventual *villa*): “Existem, em abundância, cacos de cerâmica comum, tijolos (“*lateres*”), telhas rectas e curvas (“*tegulae*”, “*imbrices*”) e pedras de granito aparelhadas. Aqui têm sido recolhidos, entre outros, mós manuais [...], um peso de lagar, um capitel de coluna, o fuste de uma coluna”<sup>933</sup>. Também se mencionam achados próximo da antiga igreja de S. Domingos.

#### **14.12. Barca da Amieira**

CMP 323 / N 39° 31' 23.2" / 7° 50' 04.2" / Topónimo / *Mutatio* (?)

Tal como em Lomba da Barca, também aqui, junto ao rio, se encontram silhares dos dois lados do Tejo. Antigo ponto de travessia entre Santo Aleixo e Amieira.

*Referência: Informação de Jorge de Oliveira.*

#### **14.13. Cabeças**

CMP 323 / N 39° 30' 52.1" / 7° 47' 57.7" / Topónimo / Casal

“Local com materiais de superfície constituídos por fragmentos de *tegula*, *imbrex*, cerâmicas de grandes recipientes com decorações digitiformes de

---

933 Murta, 1987: 6.

traços e serpentiformes. Fortes ripagens afectaram profundamente a área<sup>934</sup>. Casal (?) romano junto a Vila Flor.

#### 14.14. Senhora da Graça

CMP 324 / CNS 2420 / N 39° 32' 50.9" / 7° 37' 33.3" / Terreno / Santuário

Um dos mais notáveis complexos simbólico-religiosos do Alentejo, com uma dimensão sacra perpetuada até à actualidade. Os conteúdos epigráficos são conhecidos: uma ara votiva embutida em lintel da capela da Senhora dos Prazeres<sup>935</sup>; outra também em contexto secundário, embutida no palheiro junto do cruzeiro<sup>936</sup>, ambas dedicadas a *Qvangeo Tanngo*, a divindade registada em Salavessa. Infelizmente, nas duas epígrafes em apreço, não se encontram nomeados os dedicantes. Todavia, a epigrafia votiva não é um exclusivo do sítio: existe também uma estela funerária (entretanto perdida) de Máximo, filho de Talabaro<sup>937</sup>. Mencionam-se ainda “muitos tijolos (lateres)”, “mós pequenas (molae manuarie)”, um fuste de coluna, “um machado de ferro de 0m,19”<sup>938</sup>. A implantação é bem conhecida: em elevação dominante, vigiando a passagem da ribeira de Nisa onde a ponte actual é sucedânea de uma sua congénere mais antiga, encontramos um conjunto de templos que fazem do monte um dos mais concorridos pontos de romaria do Alto Alentejo. Os dados históricos mencionam a antiga *Nisa-a-Velha*, palco dos conflitos de 1281 entre D. Dinis e o seu irmão, o Infante D. Afonso, que por retaliação da fidelidade da povoação ao monarca empreendeu o desmantelamento das muralhas. A dimensão histórico-arqueológica é menos bem conhecida, apesar das intervenções arqueológicas aqui realizadas (1995 a 1997), infelizmente deixadas a meio e nunca publicadas, pelo apoio da Câmara Municipal de Nisa ter sido interrompido. Para a realidade em estudo a campanha mais reveladora foi a de 1996. Foi implantada uma sondagem no embasamento da parede nascente da capela-mor, onde se suspeitava de uma estrutura pré-existente, dada a volumetria e métrica específicas da estrutura construída. A sondagem revelou “que, pelo menos, o altar-mor da igreja assentava numa estrutura anterior, nem sempre totalmente coincidente com o perfil do muro do edifício religioso. O embasamento detectado, para além de incorporar, sobretudo nos ângulos, peças de granito aparelhadas, apresentava uma fábrica com elementos pétreos de maiores dimensões e alguns com claros sinais de reutilização, o que, nitidamente, contrasta com o aparelho da igreja” e que configura uma estrutura turriforme que, na construção, rompeu uma calçada. Esta situação implicou uma vala de fundação ampla onde foram

---

934 PDM Nisa, 2000: n.º 281.

935 Carvalho, 1987d (FE 23, n.º 106).

936 Curado, 1987 (FE 23, n.º 103).

937 IRCP, n.º 646.

938 Vasconcellos, 1930-1931: 181; Figueiredo [s.d.]: 2 reproduz integralmente esta passagem.

encontrados fragmentos cerâmicos atribuídos à Idade do Ferro e uma moeda romana<sup>939</sup>. Embora não seja conclusiva a cronologia da referida estrutura (que poderá corresponder a uma torre do complexo defensivo desmantelado em 1281), o aparelho de construção com silhares (incluindo um com orifício de *forfex*) é indiscutivelmente romano. Em patamar intermédio foi identificada uma muralha da Idade do Ferro, “um alinhamento circular, de blocos de xisto de pequeno porte, muito imbrincados entre si”<sup>940</sup>, definindo a área central do povoado. A primeira campanha, de 1995, permitiu confirmar uma espessa muralha (três metros, com 180 centímetros de altura preservadas) concordante com os episódios históricos já referidos, hipótese reforçada pela existência de derrubes da estrutura. Trabalhos posteriores irão identificar outros lanços muralhados, recorrendo maioritariamente à justaposição de blocos de xisto unidos com argamassa ou terra húmida, revelando-se a contiguidade de três troços de épocas diferentes. Uma outra sondagem que acompanhava o edifício a poente revelou “a utilização contínua da estrutura anterior que serviu de embasamento a, pelo menos, parte do actual templo”. Aqui se recolheu uma moeda romana e escasso material cerâmico da Idade do Ferro. As diversas sondagens, infelizmente sem soluções de continuidade quer no tempo de escavação, quer no espaço intervencionado, confirmaram as múltiplas dimensões deste complexo arqueológico: um povoado da Idade do Ferro posteriormente romanizado. Em momento posterior o local reforça a dimensão estratégica com a construção de muralhas relacionadas com as perturbações medievais e com o controlo do território, até à construção do templo cristão que hoje encima a elevação. A dimensão sacra, de raiz indígena, é evidenciada pelas epígrafes, e é plausível que fosse preservada em época romana com a construção de uma estrutura que polarizasse a fé e servisse como santuário de convergência das comunidades em volta (a julgar pela onomástica dos dedicantes, exclusivamente indígenas). É muito interessante que a menção de *Qvangeio* se tivesse mantido, em lugar de se proceder a uma qualquer *interpretatio*, o que pode indicar a força do culto a esta divindade<sup>941</sup>. Se este povoado conservou o perfil habitacional, ou se as populações foram deslocadas e aqui se manteve uma estrutura cultural isolada, é questão em aberto. Certo é que em 1281, este lugar é epicentro de conflitos, situação comprovada arqueologicamente. A dimensão sacra é depois retomada até à actualidade: a capela da Senhora dos Remédios, a capela dos

---

939 Oliveira, J., *Povoado de Nossa Senhora da Graça: relatório de escavação 1996*, p. 4; consultado no Processo do IPPAR 4.12.012., onde se guardam também as memórias das campanhas de 1995 e 1997, além de um artigo para jornal não identificado. Informações duplicadas em Processo IGESPAR S-2420, no qual acresce o relatório de 1998 que finalizou o projecto.

940 Oliveira, J., *Povoado de Nossa Senhora da Graça: relatório de escavação 1997*, p. 4.

941 Relembre-se que em Fonte da Feia tal não ocorreu, pois *Iupiter Repulsori* será certamente, pelo epíteto, a *interpretatio* de uma anterior divindade.

Fieis de Deus, a igreja de S. Tiago e a capela de S. Lourenço (um pouco mais afastada) além, claro, do templo principal consagrada a Nossa Senhora da Graça, configurando um impressionante *tell* de estratificações religiosas.

*Outras referências: PDM Nisa, nº 57 e nº 58; RP 6/33; Vasconcellos, 1930-1931: 180-181.*

#### **14.15. Tapada do Severino**

CMP 324 / N 39° 31' 56.9" / 7° 42' 30.1" / Topónimo / *Villa*

Encontrada uma ara em extensa área de vestígios “que abrange, além desta a tapada do ribeiro do Filipe, Horta Velha, Tapada Nova e Tapada de S. João. Daqui, onde não falta a fonte de água férrea e bastantes fragmentos de cerâmica, já foram recolhidos uma base e um capitel de coluna, mós manuais e uma moeda romana. Associado ao local, mais propriamente à Horta Velha, existem duas lendas que nos falam de mouras encantadas e dos tesouros de “libras”. Na Tapada do Severino em 1946 foi encontrada uma panela de barro com cerca de uma centena de moedas árabes.”<sup>942</sup> Deverá portanto tratar-se de uma *villa* com area de necrópole anexa. Relevante a indicação do achado monetário.

#### **14.16. Tapada da Fonte do Freixo**

CMP 324 / N 39° 30' 07.6" / 7° 39' 35.5" / Bibliografia / Casal (?)

Em meio a uma dispersão de blocos de pedra de média dimensão encontra-se uma grande densidade de cerâmicas de construção e comum, predominando as pastas claras. Foi recolhido um peso de tear.

*Referência: Archeoestudos, 2009: ficha nº 105.*

#### **14.17. Poço da Lança**

CMP 324 / CNS 28371 (duplicada em 4944)

Mina de grandes dimensões atribuída ao período romano: “Conjunto de dois poços murados com cerca de 15m Ø. À superfície abundam fragmentos de quartzo.”<sup>943</sup>

*Outras referências: Processo IPA 2003/1(538)*

#### **14.18. Chão do Pinheiro**

CMP 324

Achado em 1948 um triente de ouro.

*Referência: Figueiredo, s.d.: 3*

#### **14.19. Tapada da Fonte da Cal**

CMP 324 / N 39° 29' 54.0" / 7° 38' 33.8" / Topónimo / Achado

---

942 Murta, 1987: 10.

943 PDM Nisa 2000: ficha 27

Em 1940 foi recolhido um triente de ouro de Juliano I. Estas duas notícias de achados de numismas visigóticos (a que se junta um terceiro, em Coutadinha, local não identificado) são curiosas porque ocorrem nos arredores da vila de Nisa, sem que exista um sítio arqueológico ao qual possamos atribuir a proveniência.

*Referência: Figueiredo, s.d.: 3*

#### **14.20. Tapada do PaiAnes**

CMP 325 / CNS 3303 / N 39° 32' 26.9" / 7° 33' 29.4" / Topónimo / *Villa* (?)

Extensa área com cerâmica de construção, encontrando-se também blocos de granito trabalhados. Foi atribuída a epígrafe de *P. Carminius Macer*<sup>944</sup> que prefiro localizar no sítio de Mosteiros (Castelo de Vide) pelas repartições antigas da propriedade e leitura atenta do texto de Leite de Vasconcellos que a noticia<sup>945</sup>, conforme expus em texto próprio<sup>946</sup>. Sem embargo, os trabalhos de campo localizam no concelho de Nisa os vestígios acima referidos, condizentes com um casal ou *villa*. A paisagem apresenta um relevo muito acentuado, não tendo possível percorrer muitas das áreas devido ao encerramento de caminhos e à amplitude da propriedade.

*Outras referências: PDM Nisa, 2000: n° 105; Processo IPA 2003/1(538); RP 6/35.*

#### **14.21. Tapada do Cadete 1**

CMP 334 / N 39° 29' 03.2" / 7° 36' 17.8" / Bibliografia / Casal (?)

Entre a anta e a necrópole encontram-se materiais cerâmicos de construção e blocos graníticos utilizados em edificações.

*Referência: PDM Nisa, 2000: n° 280.*

#### **14.22. Tapada do Cadete 2**

CMP 334 / N 39° 58' 28.6" / 7° 36' 17.1" / Bibliografia / Necrópole

“São visíveis duas sepulturas. A sepultura I é formada por blocos de granito de grandes dimensões (2,10m x 1,20m), num dos blocos laterais está escavado uma pequena depressão circular. A sepultura II deixa-se adivinhar pelos topos das paredes que afloram à superfície com uma orientação idêntica à sepultura I. Em torno surgem ainda três lajes de granito (prováveis coberturas), e um provável silhar em granito. Surgem ainda algumas lajes de xisto cravadas no solo.”

*Referência: PDM Nisa, 2000: n° 394.*

#### **14.23. Laje da Prata**

CMP 334 / CNS 28372 / N 39° 27' 09.4" / 7° 42' 17.9" / Terreno / Mina

---

944 IRCP n° 637.

945 1930-1931: 178.

946 Carneiro, 2009-2010.



Mina atribuída ao período romano: “Poço de mineração. À superfície abundam fragmentos de quartzo.”<sup>947</sup>

*Outras referências: Processo IPA 2003/1(538)*

#### **14.24. S. Gens**

CMP 334 / CNS 28307 / N 39° 26' 53.2" / 7° 40' 33.9" / Terreno / Casal (?)

Nas proximidades da ermida encontram-se materiais cerâmicos. Não é fácil discernir a área de dispersão nem um núcleo central pois existem materiais de várias épocas à superfície. A dimensão sacra do local é evidente: além da ermida, encontramos a conhecida anta e sete sepulturas escavadas na rocha. Junto à ribeira uma poldra marca um antigo caminho, hoje invadido pelas silvas, mas ainda evidente, murado nos dois lados. Algures na zona foi recolhido, em 1929, um soldo visigótico em ouro<sup>948</sup>.

*Outras referências: Archeoestudos, 2009: ficha nº 102; Oliveira, Sarantopoulos & Ballesteros, 1996: 27-30.*

#### **14.25. Lameirancha**

CMP 334 / CNS 5513 / N 39° 26' 25.9" / 7° 43' 42.2" / Topónimo / Povoado

Em sítio indeterminado, “no «couto» do mesmo nome (*Lameir'ancha*), numa explanada em que ha um carvalhal, a pouca distancia do rio Sor (Tolosa)”, deixou Leite de Vasconcellos notícia de uma “moradeia”, termo com que designava povoados onde eram visíveis alicerces de casas e um quadro material desde o Ferro até à Antiguidade Tardia: “todo o terreno está salpicado de pedaços de *imbrices*, de fragmentos de potes e outras vasilhas. Algumas das *imbrices* tinham desenhos digitais, curvilineos [...]. Também aí vi fragmentos de louça pré-romana”<sup>949</sup>. O sítio não é localizável pois a zona de Lameirancha (como o nome indica) é extremamente extensa.

*Outras referências: RP 6/51.*

#### **14.26. Tapada do Meio Dia (A do Meio Dia 4)**

CMP 334 / CNS 21832 / N 39° 25' 18.2" / 7° 36' 00.7" / Topónimo / Necrópole

Achado casual de uma sepultura onde foram recolhidas duas taças no meio de uma mancha de incineração. Posteriormente o proprietário descobriu o topo de uma sepultura coberta com tegulas. O sítio localiza-se no alto de um cabeço com boa visibilidade para a planície de Alpalhão. Por informações orais, na horta do sopé haverá um sítio romano. As visitas ao local foram infrutíferas porque o acesso esteve sempre fechado.

*Referência: Processo IGESPAR 2006/1(141).*

---

947 PDM Nisa 1999: ficha 28.

948 Figueiredo, s.d.: 3.

949 Vasconcellos, 1921-1922: 121.

#### 14.27. A do Meio Dia 5

CMP 334

Área de vinha com baixa densidade de cerâmicas (tegula, imbrices, *dolium*).

*Referência: Processo IGESPAR 2006/1(141)*

#### 14.28. Malhada das Cabras

CMP 334 / N 39° 24' 40.2" / 7° 35' 10.4" / Terreno / Casal (?)

Materiais romanos à superfície. Reproduzo a notícia do relatório: “grande densidade de cerâmica de construção e comum, blocos de granito e alguns fragmentos de mó rotativa”. O troço de caminho murado em linha recta para a passagem da ribeira de Figueiró é um *diverticulum* de ligação para a *villa* de Vale da Bexiga, que fica muito próxima.

*Referência: Processo IGESPAR 2006/1(141).*

#### 14.29. Sorrilha

CMP 334 / N 39° 24' 27.0" / 7° 38' 27.2" / Terreno / Casal (?)

Junto ao monte encontram-se materiais dispersos ao longo de grande extensão: cerâmica de construção, fragmentos de *dolium* e escórias. É difícil calcular uma área de dispersão ou um núcleo central pois os fragmentos estão erodidos e espalhados no terreno (note-se que se trata de uma zona de hortas, com agricultura intensiva). Foi localizado quando se procurava confirmar uma informação oral que aludia a “termas” no vale. Encontra-se junto à ribeira de Sôr, com abundantes recursos hídricos (fontes, poços...) e solos de elevada aptidão. Encosta suave, voltada a oeste com boa panorâmica.

*Referências: Inédito.*

#### 14.30. Patalou

CMP 335 / N 39° 28' 68.2" / 7° 34' 30.9" / Terreno / Povoado (?)

Sítio de elevado potencial que merece uma leitura atenta. Encontra-se próximo do presumível *vicus* da Barragem de Póvoa e Meadas (concelho de Castelo de Vide) e de algum modo com ele parece partilhar conteúdos. A área de dispersão é elevada, em torno a um hectare, em encosta suave, com adequada implantação e visibilidade, tendo na base um curso de água. Um quadro nos clássicos parâmetros das *villae*, portanto. Os materiais estão dispersos e rolados: cerâmica de construção, cerâmica comum e fragmentos de *opus signinum*. Os dados mais significativos, contudo, encontram-se longe dali, depositados em colecção particular. Uma espantosa abundância e qualidade de materiais como placas de cinturão visigóticas, fíbulas, moedas, pesos em chumbo e um notável prato metálico. O conjunto é recolhido com recurso a detectores de metais, que vão depredando simultaneamente uma área de habitação e um espaço sepulcral, este intuível dado o estado de conservação das peças. Será portanto complexa a proposta de categorização, com ocupação prolongando-se desde o Império até

momentos tardios. Sem os indicadores de monumentalidade característicos de *villa*, mas com implantação típica e elevados índices de cultura material, é um dos sítios mais aliantes para uma futura investigação. Como é frequente, nas proximidades encontram-se várias sepulturas escavadas na rocha.

*Referência: Archeostudos 2009: ficha nº 100.*

### **14.31. Horta do Fraguil**

CMP 346 / N 39° 23' 31.0" / 7° 37' 24.9" / Terreno / *Mansio* (?)

Para quem está no local observando a diversidade de evidências é impressionante pensar que se trata de um sítio quase inédito, porque só recentemente foi identificado. E no entanto estamos a duzentos metros da estrada de alcatrão entre Vale do Peso e Alpalhão. Para mais trata-se de um sítio bem conhecido entre as gentes de Alpalhão, que falam no *Alpalhão Velho*, em mais uma das lendas de transferência recenseadas. Em resumo, estes fenómenos sobre o desconhecimento de sítios com tantas evidências de superfície dizem também o que tem sido a investigação nesta área.

Encontra-se em local de excelentes aptidões paisagísticas. Ocupa um conjunto de elevações suaves, voltadas a sul e este, com óptima visibilidade sobre um vale com solos leves mas férteis, com pequenas hortas muradas, indiciando uma elevada repartição da propriedade. Os recursos hídricos são abundantíssimos, com a ribeira de Sôr reforçada por numerosos poços, fontes e uma nora antiga<sup>950</sup>. Os indicadores estendem-se por área não inferior a três hectares, se considerarmos o sítio contíguo de Raposeira, que me parece fazer parte de um todo separado pela EN246. Na horta do Fraguil está um silhar isolado e surgem em abundância fragmentos de cerâmica de construção, telhas, tijolos, ânforas, *terra sigillata* clara D, *dolium* e cerâmica comum, blocos de *opus signinum* e um fragmento de estuque pintado com vermelho pompeiano. À medida que vamos subindo, a superfície do solo vai-se tornando preenchida<sup>951</sup> até ao impressionante “tapete” que cobre por completo a superfície na encosta voltada para a linha de água secundária. Aqui, no topo virado a sul, nota-se uma plataforma artificial, e a meio está um muro em *opus latericium* (que contudo não parece ser romano). Os materiais à superfície espalham-se pelo olival em direcção à estrada de alcatrão. São visíveis numerosos fragmentos de ânfora, predominando as Almagro 51c, denunciando a plena inserção nos circuitos de abastecimento. Outro indicador relevante é o lote de cerâmicas de construção com sobre-cozedura que deixam antever a existência de fornos. Também se encontram blocos talhados em granito rosa, uma ocorrência geológica que

---

950 A título de curiosidade, diga-se a este respeito que a primeira visita foi efectuada a 16.09.2009, no final de um Verão muito seco, e que no caminho de acesso vindo de Norte, a partir de Alpalhão, o solo estava encharcado devido à fonte da Raposeira, que corria abundantemente.

951 Informo que as visitas ao local decorreram em condições de máxima visibilidade da superfície do solo.

não se encontra na região. Finalmente, em Raposeira encontra-se um outro indicador produtivo: um peso de lagar. O caminho de acesso é, pelas suas características morfológicas, romano. Extensas rectas, curvas serpenteantes, guardas laterais e marcas de rodados são elementos esclarecedores. Na passagem da ribeira encontra-se uma poldra de silhares, à excepção de dois dos elementos, que são tambores de colunas. O Fraguil está em evidente relação espacial e visual com o percurso.

Em resumo, o que é o Fraguil? Um notável sítio arqueológico, certamente, sem grande monumentalidade mas com a mais densa concentração de cerâmicas dos sítios constantes deste inventário. Pela dimensão e imediata proximidade à via, não proponho a sua classificação como *villa*, pois as pautas materiais são monocórdicas. A tentação de relacionar Fraguil com *Fraxinum* (*mansio* do itinerário XV) é grande, embora cartograficamente se encontre descentrado face ao tecido viário principal, como no capítulo respectivo se comenta. Parece evidente que existem três hipóteses: a correspondência com a *mansio*; o facto de se tratar de um *vicus*; ou uma solução pouco corrente na Lusitânia, mas por enquanto plausível, de estarmos perante um espaço de vocação eminentemente comercial, fosse ele *nundina* ou um *macellum*. Seja como for, trata-se de um local promissor para a investigação.

*Referências: Archeostudos, 2009: ficha nº25.*

#### **14.32. Monte do Marçal Branco**

CMP 346 / N 39° 23' 45.7" / 7° 36' 12.5" / Bibliografia / Peq sítio (?)

Identificado em recente estudo de impacto ambiental, foram detectadas cerâmicas comuns e de construção (tegulas, imbrices e tijoleiras) e dois fragmentos de placas de xisto laminados em zona de afloramentos graníticos. Um pequeno sítio ou uma necrópole.

*Referência: Processo IGESPAR 2006/1(141).*

#### **Coutadinha \***

Sítio não localizável, com topónimo não registado. Aqui foi encontrado um triente de ouro pertencente a Leovigildo<sup>952</sup>.

### **Comentários gerais**

A riqueza arqueológica do concelho de Nisa já há muito consta da informação nacional. Particularmente (re)conhecidos são os monumentos megalíticos e as sepulturas escavadas na rocha que ocorrem em número superior a uma centena. Curiosamente, tanto em um caso como no outro, a diversidade do suporte é

---

952 Figueiredo, s.d.: 3.

evidente (granitos e xistos) mas não interfere na concretização dos arquétipos estruturais, ou seja, independentemente da matéria-prima encontramos os modelos reproduzidos de forma mais ou menos conseguida.

Mas o que aqui interessa é a rede de povoamento em época romana e a sua passagem para a Antiguidade Tardia. Sobre este último momento pouco pode ser dito. Seria importante que as vagas notícias sobre numismas visigodos (Coutadinha, Tapada da Fonte da Cal e Chão do Pinheiro) pudessem ser articuladas com pontos de povoamento. A detecção de numismas em três sítios, acrescendo o ocorrido nas vizinhanças de S. Gens, é um indicador de vitalidade na ocupação desta área. Concedem também a Nisa um inesperado destaque na cartografia de moedas visigodas, pois no Alto Alentejo os registos são ínfimos<sup>953</sup>. Em Patalou também existem indicadores significativos, e em Fraguil encontram-se cerâmicas do século V ou VI. Existe ainda o caso das moradeias de Lameirancha, um modelo representativo de momentos tardios. Em resumo, temos indicadores sugestivos de grande vitalidade nas pautas de ocupação em tempos avançados.

O panorama é tanto mais interessante quanto nos encontramos em território que não é o das grandes *villae*. De facto, nessa categoria os indicadores são escassos. Nenhum sítio pode ser inequivocamente atribuído a esta classe: Albarrol e Tapada do Severino são os que melhor se coadunam, dados os indicadores de monumentalidade como colunas em granito. Faltam os elementos marmóreos, mas faltam sobretudo as notícias sobre o descritor mais significativo, os tapetes de mosaicos, que no concelho de Nisa não estão referenciados. Do mesmo modo, as pautas da cultura material estão mal conhecidas (com nula publicação) e apenas em Fraguil se notam fragmentos de *terra sigillata*. Portanto, tal como no vizinho concelho de Gavião, poderemos estar perante um outro tipo de fâcies de ocupação do espaço, onde as *villae* não estão presentes (ou distribuem-se de forma rarefeita), dando lugar a formas alternativas de habitação.

Em princípio temos duas linhas de força. Por um lado os casais ou unidades agro-pecuárias de algum porte. Existem variados exemplos, mas seria conveniente conhecê-los, adquirir outros níveis de competências sobre as estruturas e culturas materiais. Junto ao Tejo temos o mais expressivo indicador da outra base económica, o complexo do Conhal, ao qual crescem outros locais de mineração. O aproveitamento destes recursos terá sido elevado, criando uma bolsa de exploração económica onde o modelo de povoamento seria extensivo, não à base de casais, mas de um *pagus metallorum*. É de notar que na mineração, e na articulação envolvente, o Tejo não foi uma fronteira natural, mas um pólo agregador. Aliás, no quadro geográfico, tal situação já havia sido reconhecida:

---

953 Nota ainda para o facto de serem numismas em ouro, demonstrando a inversão da tendência monetária face ao período romano: enquanto durante o Império temos a plena monetarização da economia, ocorrendo moedas de baixo valor em praticamente todos os sítios arqueológicos escavados, e em outros por recolha à superfície, nos tempos seguintes temos poucas moedas registadas, mas quase todas em ouro.

“as margens esquerda e direita do rio pertencem sempre à mesma unidade morfo-estrutural<sup>954</sup>”, mas nas dinâmicas antrópicas encontramos também esta situação. É evidente que no paleo-povoamento (seja qual for o momento da diacronia) um rio nunca é uma fronteira ou uma separação, antes um espaço de confluência, mas neste caso específico a Arqueologia demonstra que, de facto, as duas margens funcionaram como trave mestra do povoamento em torno de uma actividade económica estruturante. As evidências de escombrelas de enorme dimensão encontram-se no concelho de Nisa, mas também na margem direita do Tejo. Nesta (actual) paisagem lunar teremos de imaginar trabalhadores, oficinas, espaços de habitação, zonas sepulcrais, áreas de carga e descarga. Em resumo, uma dimensão infra-estrutural.

Temos portanto um quadro de povoamento disperso, vinculado aos pilares da mineração e das actividades agro-pecuárias enquanto elementos predominantes do quotidiano. Um território com uma vincada marca identitária. Na realidade, a substância epigráfica tem antropónimos de origem local ou, dito de outro modo, *não-latina*. Trata-se de um elemento relevante, e conjugado com a ausência de *villae*, ou seja, com uma persistência dos modelos de povoamento tradicional. Assim, os casais já referidos poderiam constituir evoluções de unidades anteriores, ou espaços de instalação de comunidades que viviam em povoados de altura e que se transplantam para as zonas propícias para a agro-pecuária, mas não apropriando os protótipos arquitectónicos itálicos. Claro que neste campo o desconhecimento sobre o *fundo anterior* é imenso, e as expectativas não são favoráveis, dada a plantação de eucaliptos que devastou áreas favoráveis para a implantação de povoados fortificados. Esse tecido, não detectado nos trabalhos de campo (à excepção dos dois povoados dos “Castelos” já mencionados), decerto estará irremediavelmente amputado. Mas outro elemento de enorme interesse reside no universo votivo. Pelo menos duas divindades foram cultuadas com santuário. Em Senhora da Graça a persistência devocional é notável, e mantém-se até ao presente. Quanto a Fonte da Feia, causa estranheza como não chamou a atenção da investigação. Seja como for, o que estes exemplos nos demonstram é a capacidade latina de reformulação de linguagens religiosas. Ou seja, embora as divindades sejam indígenas (no caso de *Repulsor* revestindo uma entidade anterior) e os cultuantes também, os códigos devocionais são romanizados, com aras e formulário latino. Portanto, em ambos os casos, uma geografia sagrada apresenta-se com o molde trazido pelo Império, sendo curioso o contraste entre a *reformulação votiva* operada por mão latina e a *não-reformulação dos protótipos arquitectónicos*.

Em resumo, uma grande diversidade de evidências. De âmbito económico, viário, sagrado, nos domínios da vida e da morte. Um território complexo.

---

954 H. Lautensach, “As características fundamentais da geomorfologia”, em Ribeiro, Lautensach e Daveau, vol. I, 1987: 135.

## 15. CONCELHO DE PONTE DE SÔR

Trata-se de um dos poucos concelhos da área regional que dispõe de uma carta arqueológica publicada<sup>955</sup>. Um trabalho que unificou um feixe de informação dispersa e até aí divulgada de modo pontual, pois só episodicamente a investigação arqueológica prestou atenção a este território. Ponte de Sôr foi até meados do século XX uma periferia no todo nacional. Mesmo assim, dispôs de uma elite local com assinalável dinâmica e dotada de uma certa sensibilidade para as temáticas do património histórico. Neste processo merece referência o nome de Manuel Rodrigues de Mattos Silva, cuja acção empreendedora foi abordada em outro texto, conjuntamente com Martinha Serras<sup>956</sup>. Correspondente local e guia de José Leite de Vasconcellos nas suas visitas ao terreno, teve como aspiração nunca concretizada a criação de um museu local que albergasse o rico espólio que recolhera e que, na falta de uma estrutura própria, acabou por ser enviado para o museu lisboeta. O então juiz da comarca iniciou um itinerário autoral<sup>957</sup> rapidamente atalhado, mas ao longo da sua vida permaneceu um fiel informante, chegando a realizar algumas escavações em monumentos megalíticos, orientadas à distância por Leite de Vasconcellos. O então director do actual Museu Nacional de Arqueologia foi motivado por Mattos Silva a visitar Ponte de Sôr, o que aconteceu em 1910, em dez dias extraordinariamente produtivos<sup>958</sup>. Para além das antas escavadas, houve oportunidade de reconhecer o traçado da via romana, anotando nove marcos miliários. A impressão de terreno foi tão forte que em 1912 Félix Alves Pereira, um dos mais fiéis colaboradores de Leite de Vasconcellos, foi enviado para reconhecer o traçado e descrever a monumental ponte de Vila Formosa

---

955 PONTIS, 1999.

956 Carneiro & Serras (no prelo).

957 Silva, 1895; 1896.

958 Vasconcellos, 1910.



(Alter do Chão). Os ecos da visita prolongam-se no tempo, pois a dedicada acção de Mattos Silva levou a que nos anos seguintes alguns proprietários fizessem doações de materiais ao MNA. Neste conjunto segue para Lisboa a colecção Mattos Silva<sup>959</sup>, com o proprietário desiludido pela falta de receptividade que na sua terra o desejado projecto de exposição das *antiquidades locais* teve. Infelizmente, como em outros casos, o que seria o embrião da investigação não sobreviveu ao seu mentor. A partir dos anos vinte do século passado deixamos de ter notícias no território pontessorense. Segue-se um longo hiato, quebrado por trabalhos pontuais em monumentos megalíticos, mas que para o período que nos ocupa não trouxe qualquer novidade. Nos anos oitenta decorrem duas intervenções arqueológicas de vulto, modelares para o conhecimento do mundo funerário regional: as necrópoles de Santo André e Monte dos Irmãos. Lendo com atenção os textos, contudo, percebe-se mais uma vez como, apesar da receptividade dos proprietários dos terrenos e da aceitação das comunidades locais, os trabalhos decorrem com grandes dificuldades de financiamento e com o alheamento dos poderes institucionais. Neste panorama merece destaque o levantamento realizado por Domingos Cruz na freguesia de Montargil<sup>960</sup>, motivado pela impressionante concentração do conjunto megalítico existente. Nesta década publica-se uma primeira monografia local para Ponte de Sôr<sup>961</sup> à qual se seguirá, quase dez anos depois, outra relativa a Galveias<sup>962</sup>, escritas em tom memorialístico e com poucas informações arqueológicas e históricas. Já nos anos noventa temos um dos primeiros casos de acompanhamento de obra em meio urbano, em Galveias, motivado pelo achado fortuito – embora previsível, dadas as notícias antigas – de uma sepultura em Tapada das Pinheiras. O que poderia ser o arranque de um projecto abrangente acabou por desencadear um processo infeliz para todos os envolvidos, conforme se depreende pela consulta do processo respectivo<sup>963</sup>. Finalmente, no final da década temos a publicação da Carta Arqueológica concelhia<sup>964</sup>. Embora seja evidente a existência de *áreas em branco* não percorridas, fica sistematizado todo o leque de informações, permitindo uma análise estruturada. A rarefacção do povoamento é explícita no texto relativo ao período romano<sup>965</sup>. Na verdade, embora de forma optimista se comece por afirmar que estamos perante “um quadro bastante significativo em relação ao mapa de distribuição dos achados”<sup>966</sup>, rapidamente o tom muda

---

959 O Dr. Matos e Silva “(...) *offereceu-me para o Museu Ethnologico toda a collecção de objectos archeologicos que possuia(...)*” (Vasconcellos, 1910: 249).

960 Cruz, 1986.

961 Andrade, 1986.

962 Milheiras, 1997.

963 Processo IPPAR 4.13.028.

964 PONTIS, 1999.

965 PONTIS, 1999: 47-49.

966 PONTIS, 1999: 48.

para a referência aos testemunhos epigráficos (em especial os marcos miliários) e a menção das três necrópoles intervencionadas<sup>967</sup>. De facto – e tal não é surpreendente – os espaços de vida são escassíssimos, e sobre eles o inventário que em seguida se apresenta não tem muito a acrescentar ao de 1999.

A paisagem está longe de corresponder ao tipo de exigências que o *espírito romano* requer. Nas diversas crónicas de viajantes que nos tempos modernos por aqui passaram vemos recorrentes alusões à monotonia da paisagem, à aridez, ao despovoamento e à incomodidade que significava o percorrer deste espaço. Esta insegurança levava a que, bem entrado o século XX, se adoptassem estratégias de transporte que parecem saídas de outro tempo<sup>968</sup>. A paisagem permanece inóspita, com um quadro pedológico que não permite uma instalação agro-pecuária, e este facto verifica-se na arquitectura tradicional das casas de campo, todas de construção recente. O próprio Mattos Silva, instalando-se em uma herdade situada no meio de um deserto, foi um dos precursores desse movimento de colonização e *domesticação* de um território de estevas e mato rasteiro, porque se trata de um espaço recente, relacionado com as alterações na bacia sedimentar do Tejo e a formação dos depósitos terciários. Para quem atravessa em direcção ao grande rio peninsular surge um relevo que se organiza em terraços progressivamente mais baixos, como se estivéssemos lentamente a descer uma enorme escada. Enquanto no extremo leste do concelho temos cotas de 280 metros, nos limites com Abrantes estamos já abaixo dos duzentos metros, descendo ainda mais nos vales fluviais de alguns afluentes. Estes patamares voltados para o Tejo são compostos de extensas cascalheiras e areias, um manto de conglomerados que transforma o trânsito em tarefa difícil, pois a sua espessura é muito considerável, o que provoca alagamentos com as chuvas e o atascamento de viaturas. Desta forma, atravessar o território não é uma tarefa tão fácil quanto a suavidade da paisagem possa levar a crer; apenas em pontos específicos, onde os solos se consolidaram de forma efectiva, se consegue uma transitabilidade eficaz. Como resultado, o traçado das vias adquire uma inesperada sinuosidade, serpenteando ao longo da paisagem, aproveitando terraços mais estáveis para a implantação. As linhas de água acabam portanto por modelar o traçado dos caminhos: é relativamente fácil viajar na direcção este/oeste, mas é muito complicado fazê-lo para outros pontos, à excepção da

---

967 Santo André, Monte de Irmãos e Tapada das Pinheiras, p. 49.

968 Por exemplo, Manuel Subtil no jornal *Brados do Alentejo* de 10-03-1935 (ano 5, nº 215, p. 1 e 8) refere a prática das “quadrilhas”: os condutores de carros de bois juntavam-se em Ponte de Sôr e quando saíam para a direcção do Rossio de Abrantes viajavam em largas filas de carros de bois (as *carretas*): “Como os campos estavam cobertos de mato espesso e alto, abundavam as quadrilhas de salteadores. Por isso os *carreteiros* não empreendiam aquelas longas, incómodas e perigosas viagens senão reunindo-se em grande número para poderem defrontar-se com os ladrões, em caso de ataque.” A linha de caminho de ferro veio facilitar o transporte das cargas e terminar com este hábito.

depressão de Montargil, espinha dorsal do concelho, cujas dobras se orientam viradas a norte. Este espaço funciona portanto como um segundo corredor natural, embora assimétrico, pois enquanto a margem ocidental é suave, do lado oposto temos um relevo escarpado e inóspito. Toda a área sudeste – correspondente, grosso modo, à freguesia de Galveias, prolongando-se para o interior do concelho de Avis – é uma zona distinta: uma paisagem de cabeços, por vezes com pendentes acentuadas, criando uma ondulação ritmada logo que saímos da actual albufeira, e acentuando-se progressivamente à medida que vamos subindo na altimetria. Enquanto na margem oposta temos os cascalhos com um coberto vegetal de estevas ou mato rasteiro, por aqui temos uma paisagem monótona, onde impera o montado ou as largas extensões de sobreiro, resultantes do arroteamento de solos e de uma progressiva apropriação pastoril da paisagem. Em termos gerais o território é agricolamente pobre. A reputação de Ponte de Sôr como centro corticeiro deriva, não apenas da posição estratégica como encruzilhada nos trânsitos que demandam o Alentejo interior, o Ribatejo ou a Beira Baixa (funcionando como centro de armazenamento e de distribuição), mas de condicionalismos concretos que impossibilitam outras explorações e conduziram a esta especialização. O sobreiro é a produção mais apta para solos que são maioritariamente de classe E, em especial na faixa a norte, ou de classe D a sul. É interessante salientar que a zona de Santo André, das necrópoles homónima e de Monte dos Irmãos, está precisamente no centro de uma mancha de solos de classe C, o que propiciou a colonização por pequenos casais.

Por estes motivos, o concelho apresenta-se hoje, ainda, despovoado na sua imensidão rural. Avançar pelos campos da Ponte de Sôr é entrar em terrenos bravios e onde só pontualmente encontramos estruturas construídas. Os solos são genericamente leves e de pouca aptidão. O coberto vegetal é de mato rasteiro. Os pontos de água são escassos e secam mal chega o tempo quente. Aliás, a paisagem apresenta uma acentuada variação: muito seca e pulverulenta durante o Verão, torna-se pesada e alagadiça mal chegam as chuvas. Este facto é facilitado pelos fracos declives de grande parte do concelho, levando à formação de extensas lagoas ou ao corte de caminhos por tapetes de água que cobrem a superfície do solo. Do ponto de vista eco-fisiográfico, pelas charnecas de Montargil ou pelas cascalheiras da Ponte de Sôr estamos em aproximação aos ambientes do Ribatejo, deixando atrás de nós o quadro típico do Alto Alentejo.

## Sítios e comentários

### 15.01. Bufão

CMP 356 / CNS 5794 / N 39° 16' 39.4" / 8° 04' 49.7" / Terreno / *Mansio* (?)

Referido em primeira instância por Mário Saa na descrição do itinerário XIV. Junto ao marco geodésico “houve edifício romano, dados os dispersos fragmentos da usual telharia”<sup>969</sup>. Assim surge incluído no inventário de Jorge de Alarcão<sup>970</sup> e naturalmente, na carta arqueológica concelhia, onde não é feito qualquer acrescento informativo<sup>971</sup>. Nos trabalhos de campo foi visitado em duas ocasiões, confirmando-se a informação e vendo uma mancha de cerâmica de construção com cerca de 1000 m<sup>2</sup>. Inclusivamente acrescento que se situa em encruzilhada de caminhos<sup>972</sup>, com um caminho antigo que vem de sudoeste e segue em direcção à zona de Gavião (para *Aritium Vetus?*, ou *Tubucci?*). Na segunda ocasião os testemunhos eram menos evidentes, pois entretanto ocorrera a florestação da zona. A funcionalidade está relacionada com a via: uma *mutatio* ou pequena *mansio*?

### 15.02. Ponte de Sôr

CMP 356 / CNS 7313 / N 39° 14' 48.9" / 8° 00' 23.0" / Terreno / *Mansio* (?)

Indicadores difusos que apontam para um sítio romano sob o actual núcleo urbano. O principal elemento reside na passagem da ribeira de Sôr, cujo curso exigia a transposição por uma ponte, certamente a que Frei Bronseval atravessou<sup>973</sup>. A actual, datada de 1822, parece aproveitar no lanço a oeste alguns silhares da anterior, mas a densidade de reconstruções que a obra de arte sofreu invalida melhor opinião<sup>974</sup>. O local teria uma componente simbólica relevante, não apenas pela passagem de um curso de água bravio e amplo, mas também porque marcava a transposição para outro território, talvez definindo a “extrema oriental do *conventus Scallabitanus*” como alude Jorge de Alarcão<sup>975</sup>. A identificação de uma placa marmórea monumental com consagração a [TRA] IANUS assim o indica<sup>976</sup>, podendo ter estado encastrada em arco honorífico.

---

969 1956: 267.

970 RP 6/87.

971 PONTIS, 1999: 356-A n° 1.

972 Carneiro, 2009: 60.

973 Menção à *pontem lapideum*, 1970: 493.

974 Já José de Cornide notara: “Como por aquí debía pasar la vía militar de Lisboa a Mérida y como Resende dice que había hallado al subir de dicho puente una o dos columnas miliarias, me imaginaba yo que este puente podía haber sido romano y conservar algunos señales de tal, pero enteramente ha desaparecido; sólo tuve que observar que el arco que subsiste, aunque de fábrica moderna, conserva en sus piedras señales de haber servido en otro romano, pues para colocarlos de nuevo en el orden que tenían están las más de ellas señalados con números arábigos; las más piedras del puente se las han llevado los vecinos y sirven de apoyos a las puertas de sus casas y aún me parece que una de las columnas que vio Resende está, pero muy desfigurada, a la puerta del mesón.” Nota-se que no momento da visita, nem ponte existia: “villa que se quedó con el nombre pero sin puente, pues se lo llevó el río, que se fue por otra parte, dejando sólo un arco junto a la última casa del pueblo por esta parte.” Em Abascal & Cebrián, 2009: 692.

975 2006: 225.

976 Silva & Encarnação, 1990.

Foi encontrada em obras realizadas no Mercado Municipal<sup>977</sup>. Finalmente, Leite de Vasconcellos menciona uma lucerna “achada em Ponte de Sor”<sup>978</sup> sem discriminar se se referia ao aglomerado urbano.

*Outras referências: RP 6/88.*

### **15.03. Monte do Barata**

CMP 356 / N 39° 14' 54.3" / 7° 58' 50.5" / Bibliografia / Casal (?)

Local relacionado com a via XIV, onde inflecte o traçado, e ao qual Saa atribui a identificação de um miliário no arruinado “Monte dos Casamentos”<sup>979</sup>. Nos trabalhos da carta arqueológica concelhia foi encontrado um sítio com “vestígios de superfície: escória, cerâmica comum e de construção.”<sup>980</sup> Como anteriormente foram recolhidos materiais – uma figuração de leão em bronze, uma moeda atribuída a Trajano<sup>981</sup> – é legítimo supor a existência de um ponto de povoamento.

### **15.04. Monte dos Cabeceiros 2**

CMP 356 / CNS 27096 / N 39° 14' 11.3" / 7° 57' 52.6" / Bibliografia / Peq. sítio

Em vertente, na zona de encaixe entre duas linhas de água. Materiais de superfície: cerâmica de construção, comum, fragmentos de *dolium* e notícia de uma mó.

*Referência: PONTIS, 1999: 356B nº 10.*

### **15.05. Capela do Monte Novo/Sr.<sup>a</sup> dos Prazeres**

CMP 357 / CNS 27115 / N 39° 13' 45.6" / 7° 56' 37.4" / Terreno / Povoado

Local conhecido pelas menções de Mário Saa, que aqui situava a “extinta Alperesón”<sup>982</sup>. Indica um povoado islamizado e um miliário de Tácito, “junto desta ermida”<sup>983</sup>. Quanto aos vestígios, descreve que “À retaguarda do santuário dos Prazeres, e para nordeste do templo, até distância de 250 m., vêem-se os ténues restos da extinta *Alperesón*. São pedaços de *tegula* e *imbrex*, muros e muita pedra espalhada.”<sup>984</sup> Em seguida adianta a hipótese de na abside do templo se encontrar uma torre, “cujos cunhais, a descoberto, são de grossa silharia granítica, almofadada ao modo romano”. As duas visitas efectuadas

---

977 PONTIS, 1999: 356B nº 6.

978 1910: 251.

979 Supostamente o miliário de Probo que tem sido localizado em Ponte de Sôr (IRCP nº 668): Saa, 1956: 270.

980 PONTIS, 1999: 356B nº 5.

981 Em colecção particular, de acordo com a mesma referência.

982 1956: 272 a 276.

983 1956: 272, em capítulo intitulado “Alperesón: a coluna de Tácito”. Miliário na p. 275.

Ver IRCP nº 666a.

984 1956: 274. Regressa ao local no tomo final, 1967: 34.

ao local não confirmaram estes dados tão interessantes. A observação da alvenaria da igreja não foi possibilitada pelo facto de as paredes se encontrarem caiadas. Em ambas as ocasiões fizeram-se prospecções no local indicado por Saa (“a retaguarda”, e até “250m”), com boas condições de observação, mas sem resultados. Na geografia sagrada do distrito a Sr.<sup>a</sup> dos Prazeres é um local relevante, com uma devoção que atrai fiéis de variadíssimas paragens, em especial de Castelo de Vide. Nesta relação entre espaços tão diferentes, explicada à luz de uma lenda local, é tentador vermos alguma ressonância milenar sobre os territórios de *Ammaia* (se substituirmos Castelo de Vide pela *urbs* próxima). Do ponto de vista de uma presença romana, contudo, a questão permanece em aberto.

*Outras referências: RP 6/90; PONTIS, 1999: 357-A n.º 12.*

### **15.06. Capela do Monte Novo 2**

CMP 357 / N 39° 13' 44.1" / 7° 56' 26.3" / Terreno / Casal

A cerca de 500 metros de distância para leste em relação ao sítio anterior. Trata-se de um esporão dominando o curso da ribeira do Monte Novo. À superfície encontram-se alguns blocos de granito talhados, tégulas, imbrices, escórias e fragmentos de *dolium*, em meio de cerâmicas mais recentes. 1000 m<sup>2</sup> de área de dispersão<sup>985</sup>.

*Referência: Inédito.*

### **15.07. Freixial**

CMP 357 / CNS 5790 / N 39° 13' 40.0" / 7° 55' 42.6" / Topónimo / *Villa* (?)

Referências imprecisas a achados diversos: moedas, um mascarrão, uma coluna honorífica, *terra sigillata* hispânica, um peso de tear. Deverá tratar-se de um ponto de povoamento – talvez uma *villa* – relacionado com a via. É um local com carga simbólica, pois na base da elevação encontra-se a Fonte do Freixial, “de águas tão frias que fazia saltar os olhos aos peixes”.<sup>986</sup>

*Referência: PONTIS, 1999: 357 – A s.n.; RP 6/91.*

### **15.08. Fonte da Cruz**

CMP 357 / CNS 27116 / N 39° 13' 40.4" / 7° 54' 02.6" / Terreno / *Mansio* (?)

Ainda se encontram dois miliários no local, um quase enterrado pelas areias depositadas pela ribeira junto a uma fonte<sup>987</sup>, e outro a cerca de 500 metros para

---

985 Os materiais visíveis são indiscutivelmente romanos, mas deve corresponder ao “velho castro” mencionado em Andrade, 1986: 78: “[...] a capela da Senhora dos Prazeres. Ao lado desta, à direita de quem vai, ainda se vêem restos de um pequeno castro que há cinquenta anos estava bem conservado, mas que o tempo e o vandalismo dos homens destruíram.”

986 Saa, 1956: 278, a partir das *Memórias Paroquiais* de Seda.

987 N 39° 13' 39.1" / W 007° 54' 02.8". Saa refere-o: “Sobe, com a ribeira do Freixial, até à Fonte da Cruz onde existe, a custo visível, a raiz duma coluna de granito, com 50 cm. de

montante do curso de água<sup>988</sup>. Mas o que aqui nos interessa é o extenso sítio, junto ao troço da via XIV que serpenteia acompanhando a ribeira de Monte Novo. Tem o curso de água em fundo, onde existe uma passagem a vau e se encontra o primeiro miliário. Voltado a sul, não dispõe de visibilidade envolvente nem de particulares recursos. Tem cerca de um hectare. Grande concentração de elementos, com cerâmica de construção – imbrices e tegulas –, alguns bojos de cerâmica comum e de ânforas e ainda escórias. Encontra-se uma pedra com um orifício circular que corresponde ao encaixe do fecho de uma porta, podendo tratar-se de soleira marcando a entrada original, pois daqui se inicia o rectângulo que corresponde às construções no subsolo, notando-se uma ligeira sobre-elevação face ao solo envolvente. Uma informação oral referiu que um curioso da zona procedeu a intensas escavações clandestinas nas quais colocou à vista a esquina de um compartimento de grandes dimensões. Nesses trabalhos tem recolhido numerosos pregos e outros objectos de metal, utilizando um detector, e também tigelas de cerâmica comum de tom cinzento. Na verdade, observam-se remeximentos, montes de terra e depressões que confirmam estas escavações clandestinas. Trata-se de um sítio relevante, aquele que no concelho apresenta maiores indicadores. Por este motivo deveria ser objecto de uma investigação atenta ou, pelo menos, de urgente salvaguarda face às depredações que o vão mutilando. A proximidade face à via propõe uma classificação de *mansio* ou uma função relacionada com comércio e abastecimentos.

*Referências: RP 6/95; PONTIS, 1999: 357-A nº 13 (mencionado como Fonte da Cruz 2).*

### 15.09. São Marcos

CMP 357 / CNS 5690 / N 39° 13' 38.2" / 7° 52' 18.5" / Terreno / Casal

Outro caso em que a informação parte de Mário Saa: “no sopé do outeiro de São Marcos [...] à beira da cognoscível via, há alicerces de casas, inclusivamente junto do referido marco se patenteiam ruínas dum edifício romano, de cantaria, com fragmentos de *tegula* e *opus signinum*”.<sup>989</sup> O local estaria em cruzamento de caminhos, pois a via XIV intersectava-se com um itinerário em direcção a Galveias. Em face destes dados, e reconhecido o troço da via XIV, foram feitas extensas prospecções em todas as vertentes expostas a norte na linha de elevações onde se encontra a igreja de S. Marcos (templo que ainda é objecto de peregrinação). Foi encontrado um sítio que não parece corresponder à descrição de Saa. Tem cerca de 500 m<sup>2</sup> e é facilmente reconhecível por se notar

---

diâmetro.” E na nota 2: “Jás [*sic*] 60 metros a leste da fonte, à beira do caminho, e à distância de 4250m. da Sr.<sup>a</sup> dos Prazeres.”

988 Fonte da Cruz 3 segundo PONTIS, 1999: 357-A nº 9. N 39° 13' 42.8" / W 007° 53' 38.4" Miliário em granito, perfeitamente cilíndrico, semi-oculto na terra. 135cm de altura visível, 46 de diâmetro.

989 Saa, 1956: 280-281.



uma plataforma que quebra a pendente suave da encosta. Apenas se encontram fragmentos de tegulas e de imbrices. A cerca de quinhentos metros, depositada junto ao caminho de terra, está uma coluna de granito<sup>990</sup>.

*Outras referências: RP 6/92.*

### **15.10. Tapada das Pinheiras/Galveias**

CMP 368 / CNS 1660 / N 39° 09' 40.5" / 7° 59' 48.4" / Bibliografia / Necrópole

Desta freguesia, eventualmente da necrópole, já achados antigos eram conhecidos<sup>991</sup>. Um dos primeiros processos de arqueologia urbana nesta área regional (decorrido em 1993/1994) não teve um desfecho feliz. Localiza-se em área de expansão urbana da vila de Galveias. No decurso de obras foi reconhecida casualmente uma primeira sepultura, com “uma bilha com asa, um púcaro sem asa, vários fragmentos de cerâmica comum, por vezes, muito fina imitando a cerâmica de paredes finas, parte de um espelho de bronze com sinais recentes de fractura e fragmentos de vidro”<sup>992</sup>, no interior de uma caixa feita com lajes de xisto. Sob esta encontrava-se uma outra, com estrutura de tijolos, contendo vários vasos pequenos, colocados sobre uma camada de cinzas e argila. Aparentemente, portanto, duas sepulturas sobrepostas. A obra esteve parada até Abril de 1994, quando decorreu com acompanhamento arqueológico, não tendo sido identificados mais vestígios. Os resultados da intervenção permanecem inéditos. Desconhece-se o ponto de povoamento correspondente. De notar ainda que de ponto indeterminado da freguesia procedem vários achados em depósito no MNA: vidros, uma lucerna, um fragmento de sítula, um machado e um espelho em bronze e alguns materiais cerâmicos<sup>993</sup>, todos de um ambiente funerário.

*Outras referências: Processo IPPAR 4.13.028; Processos IGESPAR S-01660, 88/1(183) e 97/1(005); PONTIS, 1999: 368-B n° 8.*

### **15.11. Montalvo**

CMP 380 / CNS 27240

---

990 N 39° 13' 47.6" / W 007° 52' 21.9". Não foi possível medi-la, mas não parece corresponder a qualquer marco miliário, tendo dimensões mais modestas.

991 C. L. 1913, com peças oferecidas ao MNA pelo Sr. José Joaquim da Costa Braga, atribuídas a “Galveias” e de proveniência funerária: duas peças de vidro, uma taça cerâmica (p. 140). Nas listagens de inventário da instituição não localizei as peças. Leite de Vasconcellos recebeu outro espólio de Galveias, previsivelmente de zona rural, a julgar pela sua referência, e de um provável familiar do oferente anterior: “O Sr. Cosme Godinho da Costa Braga, por intermédio do Sr. António Paes, presenteou-me com o belo espólio cerâmico de uma sepultura romana aparecida em uma propriedade sua.” (Vasconcellos, 1912: 6).

992 Informação de Ana Carvalho Dias de 16 de Setembro de 1993, constante do processo no IPPAR.

993 Vasconcellos, 1912; Ferreira de Almeida, 1953: n° 191; Alarcão, 1978: 109-112; RP 6/114 (como “Galveias”); imagens dos materiais em PONTIS: 116 a 118.

Materiais cerâmicos de construção e de armazenamento provenientes de sítio indeterminado próximo da povoação.

*Referências:* PONTIS, 1999: 380-B s.n., p. 163.

### **15.12. Praia da Tojeirinha**

CMP 380 / CNS 12777 / N 39° 04' 23.5" / 8° 09' 08.4" / Bibliografia / Casal

Materiais cerâmicos recolhidos no regolfo da barragem, com referência a um sítio submerso. Foi recolhida uma bilha de cerâmica comum completa, indicando que também haverá uma necrópole. Em 1999 decorreram escavações no local, que se “reveste de particular importância para a compreensão e estudo do espaço rural do período romano.” Foi identificado um “casal romano” com ocupação “num período indefinido entre os finais do século I a primeira metade do século III d.C.” No espólio recolhido lê-se: “Fragmentos cerâmicos de época romana: cerâmica comum, grandes recipientes de armazenagem, terra sigillata, ânfora lusitana”<sup>994</sup>. De acordo com o relatório produzido<sup>995</sup> foram identificados dois espaços habitacionais geminados: o Ambiente I, com paredes em taipa ou adobe, severamente destruído a ponto de os seus limites serem unicamente determinados pelos cortes no substrato geológico. O piso seria de “argila compactada e alisada”, “integralmente queimado e cozido” por um incêndio final. No lado oriental foi identificada uma lareira embutida no pavimento, junto da qual se recolheu um objecto em metal semelhante a uma pá. No Ambiente II a situação de elevada destruição foi também documentada, apenas com o soco oriental conservado. O piso seria idêntico. Foi encontrada uma mó circular e uma panela cerâmica. A causa do abandono terá sido um incêndio, documentado pelas [UE2] e [UE3] com “sinais de inequívoca alteração pela exposição ao fogo”. Foi encontrado um numisma de Constantino e fragmentos de *terra sigillata* clara, documentando uma ocupação baixo-imperial. Apesar de toda a “particular importância”, os resultados nunca foram divulgados e o sítio permanece desconhecido.

*Referências:* PONTIS, 1999: 380-B nº 22; bilha na fig. 46, p. 178; Processo IPA S-12777 e 97/1(005).

### **15.13. Santo André 1**

CMP 380 / CNS 27168 / N 39° 03' 53" / 8° 14' 38.6" / Bibliografia / Casal  
Vestígios correspondentes a um casal: elementos de mó.

*Referências:* PONTIS, 1999 380 –A nº 11.

---

<sup>994</sup> Informação retirada de *Endovélico*. A intervenção decorreu ao abrigo do “PNTA/98 - Projecto para o Estudo da Pré-História Recente de Ponte de Sôr”.

<sup>995</sup> *Intervenção arqueológica na Praia da Tojeirinha, Montargil, Ponte de Sôr*, de Rui Roberto de Almeida e Mónica Antunes, 2000 [policopiado].

#### 15.14. Santo André (necrópole)

CMP 380 / CNS 95 / N 39° 03' 27.1" / 8° 14' 25.1" / Bibliografia / Necrópole

A cerca de cem metros do local anterior identificou-se em 1973, casualmente, uma necrópole que foi escavada e publicada de modo exemplar. Da herdade já se conheciam materiais adquiridos por Leite de Vasconcellos com um vaso grafitado “MA”<sup>996</sup>. A escavação permitiu identificar uma área tumular extensa, totalizando sessenta sepulturas, com um espólio diverso mas colocado de forma cuidada, indiciando uma grande preocupação com a deposição funerária. Genericamente de incineração, distinguiram-se cinco tipos: cinzas sem espólio mas com urnas, com espólio mas sem urna, espólio com ossos e/ou cinzas, espólio depositado na terra e urnas isoladas. É interessante verificar que o espólio foi classificado como “pobre em qualidade e diversidade”<sup>997</sup> mas inclui vidros de importação itálica, diversos fabricos de *terra sigillata*, paredes finas (incluindo importações béticas) e um par de brincos em ouro. A percentagem de lucernas é altíssima, rondando os 52% de presenças nas sepulturas, quando os valores médios regionais se situam pouco acima dos 10%<sup>998</sup>. Como tal, deve ser considerada a possibilidade de, embora próximo do sítio 11., corresponder de facto à necrópole de um local ainda não identificado e maior. O conjunto foi datado entre 50 d.C. e 120 d.C.

*Referências:* PONTIS, 1999: 380-A n° 12 e p. 207-209; Viegas, Nolen & Ferrer Dias: 1981; Frade & Caetano, 1993; TIRJ-29: 142.

#### 15.15. Santo André 2

CMP 380 / N 39° 03' 0.7" / 8° 14' 35" / Bibliografia / Casal

Outro ponto relacionado com a necrópole, embora sem indicadores significativos: cerâmica comum e material de construção. Em pequena elevação, tendo na base a linha de água que serve os sítios anteriores.

*Referências:* PONTIS, 1999: 380-A n° 13.

#### 15.16. Monte dos Irmãos

CMP 380 / CNS 3557 / N 39° 02' 64.1" / 8° 11' 21.2" / Bibliografia / Necrópole

Necrópole identificada no decurso de trabalhos agrícolas tendo sido objecto de uma pequena escavação. Nesta herdade, certamente no mesmo contexto funerário, já Leite de Vasconcellos adquirira seis vasos cerâmicos e uma fíbula em ómega<sup>999</sup>, depositados actualmente no MNA. Na década de oitenta do

---

996 Vasconcellos, 1910: 251.

997 Viegas *et alli*: 29, reproduzido em PONTIS, 1999: 208.

998 Caetano, 2002b: 209.

999 Vasconcellos, 1910: 251.

século XX foi realizada uma intervenção arqueológica, identificando-se um contexto similar ao de Santo André<sup>1000</sup>. Foi recolhida uma urna contendo uma sepultura de incineração que compreendia alguns fragmentos de cerâmica comum e um fragmento de um copo de vidro. Junto encontrava-se depositada uma lucerna embrulhada em pano de linho. Mais tarde, nos trabalhos da carta arqueológica foi identificado um sítio com indicadores de superfície – cerâmica comum, um peso de tear e vidro – em terraço fluvial (hoje em zona pantanosa dado o assoreamento do ribeiro)<sup>1001</sup>.

#### **15.17. S. Martinho de Baixo 2**

CMP 380 / N 39° 03' 07." / 8° 10' 53.1" / Bibliografia / Casal

Trabalhos de prospecção localizaram mancha de tamanho não especificado de cerâmica comum e um peso de tear.

*Referência: PONTIS, 1999: 380-B nº 54.*

#### **15.18. S. Martinho de Baixo 1**

CMP 380 / CNS 27226 / N 39° 02' 78.9" / 8° 10' 48.1" / Bibliografia / Casal

Na margem oposta da ribeira, cerâmica de construção, cerâmica comum e escória.

*Referências: PONTIS, 1999: 380-B nº 56.*

#### **15.19. S. Martinho**

CMP 380 / CNS 1809

Localizado em parte indeterminada, certamente próximo dos anteriores, embora não seja explícito se corresponde a algum dos sítios mencionados. Na entrada correspondente do *Endovelico* lê-se que “Perto dos arrozais foram identificados alguns vestígios de materiais de construção, entre os quais estão fragmentos de tegulae, mas encontra-se bastante destruída devido a terraplanagens para o cultivo de arroz.” Inexplicavelmente, vem a merecer a classificação de *villa*.

### **Comentários gerais**

O concelho de Ponte de Sôr apresenta um quadro de referências numericamente pouco extenso, com focos de dúvida acentuados e, quando olhamos para a cartografia, com extensas áreas em vazío que naturalmente suscitam interrogações.

O primeiro aspecto que capta a atenção tem a ver, obviamente, com a passagem de uma via, a que beneficiou de mais investimento, pois a via XIV

---

1000 Nolen, 1981.

1001 PONTIS, 1999: 360-B nº 52.

apresenta um notável conjunto de marcos miliários e a mais imponente obra de arte do sul português, a ponte de Vila Formosa em Alter do Chão. Seria portanto de esperar que o traçado funcionasse como elemento polarizador. Aparentemente tal não sucede. É certo que encontramos os mais relevantes sítios alinhados ao longo do percurso, começando na entrada oeste com Bufão e terminando na direcção oposta com São Marcos. Temos também dois nós axiais sobre os quais pouco podemos dizer, permanecendo uma *penumbra* incomodativa: em Ponte de Sôr e em Sr.<sup>a</sup> dos Prazeres. E a visão de conjunto fica afectada pela dificuldade de leitura que dois pontos relevantes apresentam. Afinal, a única certeza é mesmo a passagem da via pelos dois locais. Compreender melhor Ponte de Sôr e Sr.<sup>a</sup> dos Prazeres afigura-se como um elemento estratégico para o entendimento do que foi o povoamento romano na região.

Regressemos à estrada, portanto. Ao contrário do que sucede em outras paragens não encontramos uma estruturação da rede de povoamento em função da via. Encontramos sim, aqueles que à partida terão sido os sítios mais importantes (os já mencionados e ainda Fonte da Cruz, cujas evidências são significativas) que, com elevado grau de probabilidade desempenhariam funções relacionadas com a via, podendo falar-se de *mutationes* ou de *mansiones*. Todos os locais estão em evidente proximidade física à via, e não temos o quadro de habitual afastamento a média distância que caracteriza as *villae*, cumprindo os preceitos literários. Este é outro quadro comum: em nenhum encontramos *villae*. É certo que a área beneficiava amplamente dos circuitos comerciais alimentados a partir da via XIV, e por isso temos cerâmicas de importação em unidades de povoamento e em necrópoles. É certo também que existe um capitel atribuído a Fonte da Cruz o que, se não comprova uma *villa*, mostra pelo menos a monumentalização da estrutura. Mas nos sítios do concelho faltam os ambientes característicos das *villae*: indicadores de *otium* como mosaicos, mármore ou estuques (mesmo as pedras argamassadas estão ausentes, indicando soluções estruturais com os compostos localmente presentes) e os elementos de exploração não se encontram (sobretudo os pesos de lagar). Estes são os dois eixos centrais da arquitectura do povoamento romano em Ponte de Sôr: a via como elemento definidor de um alinhamento de sítios ao longo do traçado e a completa ausência do padrão-*villa*.

Resta-nos um *case study* interessante: a freguesia de Montargil, que poderia também ser servida por um itinerário de certa importância, a julgar pelas antigas referências literárias. Temos um quadro curioso, por dois motivos: um povoamento disperso e as relações espaciais entre unidades de limitada dimensão e uma necrópole, possivelmente, em posição central relativamente a esta *micro-rede*. Monte dos Irmãos e Santo André parecem polarizar, enquanto espaços sepulcrais, as vivências de comunidades residindo em pequenos casais.

A necrópole de Santo André configura uma situação que encontramos em outras áreas do Alto Alentejo: um conjunto de sepulturas relativamente vasto, depositadas em intervalo temporal curto (segundo os autores, com balizas inferiores a um século), com espólio que denuncia uma interessante interacção entre os conjuntos “romanos” e as peças “indígenas”. Do ponto de vista da integração espacial, o dado mais relevante é o facto de não podermos atribuir esta necrópole a um sítio arqueológico concreto. Os vizinhos sítios de Santo André 1 e 2 parecem, pela descrição, ser pontos modestos. Duas opções se abrem, então: ou consideramos que está ausente um local maior – uma *villa* – porque ainda não foi identificada, ou deixarmos a via da *geografia da investigação* e considerarmos os dados da *geografia do povoamento*, entendendo Santo André como a necrópole respectiva de dois (ou mais) lugares de média dimensão, vulgo “casais”, uma malha de povoamento de unidades dispersas que *satelitizam* a necrópole, que seria portanto o ponto referencial comum. Tal parece depreender-se dos dados da escavação: um conjunto de sepulturas que foram progressivamente depositadas sem uma norma comum (o que é visível, quer pela mancha de dispersão, quer pelas distintas tumulações, quer pela diversidade de espólio), que podemos associar a grupos familiares distintos com uma relação fluida entre si. Mais: um pequeno campesinato, ocupado na laboração agro-pecuária do meio envolvente, pois assim o indica o espólio; mas cuja actividade lhe permitia um investimento acima do limiar de subsistência, ou então não teríamos as peças de importação recolhidas nas tumulações. No fundo, uma situação semelhante à de Outeiro do Mouro, em Fronteira. Já em torno de S. Martinho temos uma situação paralela à observada para Santo André. Junto à ribeira de Sôr – em área hoje inundada para a plantação de arrozais e sujeita às descargas da barragem de Montargil, cujo paredão está a menos de um quilómetro – foi identificada uma necrópole e trabalhos posteriores vieram a reconhecer duas pequenas unidades. Curiosamente, em ambas encontramos indícios de actividades produtivas: peso de tear e escória. Relembro ainda que algures na zona de S. Martinho foi identificado um forno de produção cerâmica<sup>1002</sup>. Temos portanto mais um caso de pequenos sítios orbitando um espaço sepulcral. O fenómeno que particulariza Montargil é a correspondência entre o local de vida e o local de morte. Conhecer melhor esta dinâmica através de sondagens arqueológicas nos ditos “casais” afigura-se portanto como um elemento fundamental para percebermos se a relação é efectivamente sincrónica e efectiva – possibilitando que através do espaço de vida conheçamos melhor o (como dizer?) *outro lado* destas comunidades, completando os dados recolhidos na necrópole – ou se estamos perante um

---

1002 “Leite de Vasconcellos fez pesquisas nas herdades de S. Martinho, tendo colhido muitos utensílios dessa época e, caso curioso, nessas explorações encontraram um forno ainda cheio de louça de barro preto, muito fina.” (Andrade, 1986: 33, nota 1).

erro de leitura enganador (o que, diga-se desde já, não parece ser o caso, dada a rarefacção da rede de povoamento).

É certo que este é, de todos os concelhos, aquele que apresenta um ambiente paisagístico mais distante do quadro preferencial das *villae*. Solos arenosos, quase estéreis, de formação recente, escassos recursos hídricos... Estamos longe das paisagens mediterrânicas, de um quadro natural que possibilita o franco desenvolvimento da base económica agro-pecuária e sobretudo, da suavidade que permite a contemplação e fruição, de acordo com os valores do *otium* constituintes do espírito latino. Parece-me ser evidente que estamos em pleno *território ultra-periférico*, para utilizar o vocabulário contemporâneo. Talvez por isso seja um território a entrar em precoce desestruturação. Como em outro lugar se comenta, é sabido que em momentos de crise são os locais periféricos os primeiros a serem abandonados, dada a contracção demográfica e económica que abala as estruturas de uma sociedade. Esta leitura parece válida para a Ponte de Sôr. Por aqui não encontramos qualquer tipo de indicador cronológico tardio. Curiosamente – ou talvez não... – são os miliários do século III os elementos mais avançados, o que, no mínimo, indica que a via enquanto eixo estratégico era de fundamental manutenção, mesmo que agora se progredisse por áreas desertas. As estruturas de povoamento podiam ser abandonadas, mas a estrada enquanto via de comunicação litoral/interior tinha forçosamente de estar operacional. Se olharmos para os sítios, contudo – e esta opinião pode ser enganadora face à inexistência de escavações – temos a ausência dos habituais *fósseis directores*: a *terra sigillata* hispânica tardia ou as produções norte-africanas, as moedas... Se avançarmos mais na cronologia, constatamos um longo vazio, estando ausente qualquer indicador para os séculos V a VIII.

Este fenómeno é relevante. É certo que é necessário olhar com precaução, pois há ainda muito que desconhecemos em absoluto. Mas o quadro que surge pintado – em pinceladas grossas e imprecisas, note-se – aponta para um precoce colapso da rede de povoamento, com o total desaparecimento dos sítios. Observe-se que os materiais indicam um auge entre o século I e o século II: quer nos espaços de vida, quer sobretudo no ambiente funerário. Na centúria seguinte, todavia, o olhar encontra um vazio absoluto. E certamente durante o século IV é este o quadro. A partir deste momento, as pessoas continuam a transitar pelo actual concelho, mas o território parece estar despovoado.

Termino este ponto com duas ressalvas. Uma é relativa ao patamar da investigação em que nos encontramos. O quadro atrás esboçado é, bem entendido, hipotético e frágil, porque os dados assim o são. Paradoxalmente conhecemos melhor o ambiente funerário do que as estruturas de povoamento (quando genericamente a situação funciona ao inverso, dada a dificuldade de detecção de necrópoles). Faltam também mais prospecções, pois apesar de dispormos de uma carta arqueológica, é fácil constatar largas áreas por prospectar. A precisão



na caracterização dos ambientes romanos foi substancialmente inferior ao de períodos mais recuados, e tal é constatável na descrição desses sítios.

Todavia, e esta é a segunda ressalva, é possível que neste tipo de paisagens estejamos perante um problema de detecção no plano metodológico. O que pretendo com isto dizer é que, provavelmente, os sítios romanos de Ponte de Sôr são escassos porque *não são idênticos* aos de outras zonas. Ou seja, as equipas de prospecção estão habituadas a detectar um determinado padrão de ocorrências caracterizadoras. No caso de época romana, as cerâmicas (de uso corrente e de construção) e os elementos de monumentalidade (geralmente pétreos). Mas a realidade dos sítios romanos neste ambiente físico poderia ser diferente. Por exemplo, nas alvenarias de construção, onde os adobes e taipas foram utilizados, dada a ausência de materiais pétreos disponíveis localmente<sup>1003</sup>. Esta situação foi documentada arqueologicamente em Praia da Tojeirinha, onde a descrição das estruturas e a visualização das fotografias constantes do relatório mostram a dificuldade de detecção e delimitação de paredes e pavimentos. O caso de Fonte da Cruz, o sítio de maior abundância de vestígios à superfície, é paradigmático em termos de prospecção: exceptuando a referida soleira, não encontrei qualquer bloco de pedra que pudesse ter sido embutido em construções, embora a evidência destas exista na plataforma de sobre-elevação que realça a área do sítio face à encosta envolvente. Existem muitos seixos de rio e pequenas pedras, mas nenhum bloco de granito, por exemplo. Portanto, estaríamos certamente perante métodos de construção que privilegiavam materiais disponíveis que assumem uma quase *invisibilidade* nas dinâmicas pós-deposicionais e na formação do registo arqueológico de superfície. E quanto às omnipresentes cerâmicas de construção, rapidamente se constata que estamos perante fabricos de imensa fragilidade. As pastas de matriz calcárea que encontramos, de tonalidades claras (laranjas, por vezes mesmo amareladas), são de escassa resistência, quer devido à qualidade dos ligantes, quer pelas pastas frágeis, de grande porosidade, com elementos não plásticos de pequeno calibre que não fornecem resistência ao conjunto, quer ainda pelas baixas temperaturas de cozedura, que não concederam coesão às peças. Dominam-se os protótipos formais (as tegulas, por exemplo, são de desenho irrepreensível) mas a qualidade da matéria-prima é baixa, e a sua resistência, periclitante. Mais uma vez, Fonte da Cruz: imbrices e tegulas esfrelam-se a um toque mais intenso e a pasta esboroa-se nas mãos. O que quer isto dizer? Que a velocidade de apagamento

---

1003 Para um quadro mais amplo, de tipo etnográfico, fácil se torna perceber a dimensão do universo de construções rurais descritas em Oliveira, Galhano & Pereira (2004) que recorriam a materiais de construção perecíveis, mesmo em áreas regionais onde existe abundante pedra natural à disposição como material construtivo. Portanto, a utilização de materiais não pétreos será necessariamente de considerar, com as implicações que devem ser pesadas nas evidências de superfície.

destes indicadores é substancialmente superior à de zonas onde encontramos fabricos mais resistentes. Estando perante um ambiente onde a mobilidade da paisagem é superior (solos leves, pouco consolidados, arenosos), parece-me natural presumir que a possibilidade de estes sítios rapidamente desaparecerem do registo superficial seja mais elevada. Eis portanto onde quero chegar: em paisagens como a Ponte de Sôr o nosso *registo de detecção* tem de ser alterado. Ou mesmo que a identificação deste tipo de sítios tenha de ser feita com outras metodologias, recorrendo por exemplo a sistemas de detecção remota ou à análise intensiva de fotografia aérea a pequena escala. Em resumo, poderemos estar perante sítios com registos materiais que fogem à norma e que colocam novos desafios na forma como se processa a sua detecção. O que significa que, mesmo com uma carta arqueológica, o trabalho está ainda no seu início.

(Página deixada propositadamente em branco)

## 16. CONCELHO DE PORTALEGRE

A capital de distrito apresenta uma situação particular quanto ao grau de conhecimento existente sobre o património arqueológico. Porque nunca promoveu o estudo e conhecimento do seu passado – e penso não ser exagerado extrapolar o plano estritamente arqueológico para um mais abrangente. Apesar das precoces referências legadas por Sotto Maior<sup>1004</sup>, não se originou uma tradição de investigação que conduzisse ao angariar de registos e de informações sobre o passado mais remoto. Mesmo albergando uma publicação vocacionada para os estudos históricos<sup>1005</sup>, verifica-se na análise dos seus conteúdos que a atenção despendida com o património arqueológico é relativamente baixa<sup>1006</sup>. O panorama de desconhecimentos pode ser avaliado pela consulta do inventário nacional de sítios arqueológicos, *Endovelico*, que em meados de 2010 tinha 34 entradas, sendo que nove eram de pontos situados no núcleo urbano. Portanto, um dos mais baixos índices numéricos do distrito, e aqui incluindo todas as entradas do citado inventário, sem discriminação de época histórica. Mesmo dos sítios indicados por Sotto Maior já não sobrevivem memórias. Os escassos pontos de povoamento conhecidos foram-no de modo fortuito, geralmente no decurso de obras públicas em que as condições para o estudo não são as melhores. Portanto, mantém-se o impasse.

É certo que o concelho apresenta zonas difíceis. Uma extensa fatia pertence às paisagens serranas de S. Mamede, onde a prospecção não é fácil, dado o alcantilado dos relevos. Outra larga área encontra-se a no triângulo entre Fortios, Alagoa e Carreiras, uma zona pouco povoada, repleta de afloramentos, com solos pouco aptos e intensa vegetação arbustiva, cristalizada no topónimo

---

1004 1984, originalmente publicado em 1619.

1005 *a cidade*. *Revista cultural de Portalegre*, com duas séries publicadas.

1006 Exceptua-se o número monográfico dirigido por Carlos Fabião (1999-2000) dedicado aos projectos de investigação em curso sobre o povoamento romano no distrito. Mas mais uma vez, sobre o concelho de Portalegre, em específico, não há qualquer contribuição.

“Mata de Valverde”. Mas por outro lado, nas planícies a sul de Fortios ou de Urra, a paisagem é amena, com riachos que correm mansamente e com bolsas de solos férteis. Mas também por aqui não conhecemos sítios. Apesar de Sotto Maior os nomear, o vazio permanece.

Em Portalegre temos portanto uma grande diversidade de paisagens. É certo que predomina a Serra de S. Mamede, com relevos acentuados como na Serra de Castelo de Vide (culminando no alto do Lobo a 833 metros) que limita o concelho a nordeste. Na terminação de elevações que se distinguem na paisagem, os 654 metros da Serra da Penha erguem-se defronte do núcleo urbano portalegrense, marcando com a sua imponência a imagem da região. A área norte do concelho é caracterizada por estes fortes relevos, muito dobrados e alcantilados, que modelam também as zonas de passagem, e será por este motivo que um dos eixos principais estaria ao longo do vale das Carreiras, onde a portela se orienta no sentido noroeste/sudeste. Os relevos prolongam-se para a parte oriental do concelho. Aqui, na zona de Alegrete e até à extrema da Rabaça, uma cunha em território espanhol, temos paisagens serranas, com vales encaixados, elevações escarpadas e um tecido arbóreo mais característico da Beira Baixa do que de paragens alentejanas. Entre Reguengo e São Julião, ou mais para sul, não temos conhecimento de presença humana em época romana. Um quadro enganador, certamente. Este fenómeno manifesta-se também na área sul do concelho, onde o quadro geográfico é mais suave. Um relevo ameno, com adequados solos agrícolas, em certas áreas repleto de monumentos megalíticos. Nestas paisagens a sul de Portalegre, entre a Estação e Urra, o quadro natural muda substancialmente em relação à Serra mas o panorama de sítios mantém-se quase vazio. Os terrenos de montado dispõem de férteis várzeas com terraços fluviais largos, propiciando a horticultura junto a ribeiras como a de Seda, da Lixosa ou de Almojanda que, embora sem grande caudal ou secando em estios rigorosos, possibilitam a agricultura de elevado rendimento. Portanto as condições naturais existem. E realmente, na “baixa de Fortios” mencionada nos volumes de Mário Saa existem referências, embora imprecisas, a sítios de época romana, que aliás podem ser conjugados com os de Sotto Maior<sup>1007</sup>.

Outros recursos existem. Na Serra ainda se encontram grandes escoriais, de cronologia indeterminada. Em Cubos (Vale de Cavalos<sup>1008</sup>), junto à ribeira, o panorama é impressionante, assemelhando-se o volume de escórias a um

---

1007 Onde o autor do *Tratado da cidade de Portalegre* situa um mítico tesouro (1984: 121): “E assi se têm achados por esta comarca antre Valença e o Crato e Portalegre, muitos tesouros, e dizem que há ainda muitos por descobrir, principalmente junto à igreja de Sam Domingos [de Fortios], no termo desta cidade. Dizem os mouros, feiticeiros e nigromânticos de África que perto daquela igreja antiga está o maior tesouro junto que há no mundo, porque dizem que estão dous sinos muito grandes cheios de ouro amoedado, enterrados ao pé de ua figueira alvar, como atrás fica dito.”

1008 Oliveira, Bairinhas & Ballesteros, 1996: n.º 25.

pequeno vulcão que tivesse entrado em erupção, libertando o tapete negro à superfície. Todavia, sobre esta actividade que visivelmente teve uma tão grande escala, nada está documentado, nem sequer se sabendo os momentos em que ocorreu. Os amontoados de escória denunciam uma actividade relevante do ponto de vista económico, que poderia ser conjugado com outros nichos que os biótopos da Serra permitem, e certamente por aqui teríamos um modelo de povoamento articulado em povoados dispersos, como sucede nos concelhos vizinhos. Futuras prospecções intensivas poderão esclarecer este ponto.

Desta forma Portalegre assume-se como um território marcado por uma grande dualidade. A norte os relevos serranos, um quadro ambiental mais próprio de paragens beirãs; a sul os montados de sobre, de relevos ondulados e tranquilos. Condições diferenciadas, a mesma ausência de informação.

## Sítios e comentários

### 16.01. Veloso

CMP 347 / N 39° 21' 40.0" / 7° 26' 14.9" / Bibliografia / Povoado

Informação sobre um povoado da Alta Idade Média identificado quando se procediam a escavações no sítio pré-histórico homónimo. Não foi possível confirmar.

*Referência: Informação de Jorge de Oliveira.*

### 16.02. Frei Álvaro

CMP 347 / N 39° 20' 06.9" / 7° 25' 40.9" / Terreno / Povoado

Na plataforma antes da descida para a casa encontram-se materiais: imbrices (alguns deformados por excesso de cozedura), tegulas (poucas) e cerâmica comum, em especial de grandes contentores. A mancha é concentrada, com cerca de 1000m<sup>2</sup>. Protegendo a cumeeada está uma linha de pedras fincadas, com considerável espessura (60 cm), que poderá corresponder a uma linha defensiva, ou tão somente a um redil para guarda de gado. O sítio está virado para leste e norte, protegido pela elevação próxima. Na área existem várias sepulturas escavadas na rocha.

*Referência: Informação de Jorge de Oliveira*

### 16.03. Fortios

CMP 347 / CNS 5796 / N 39° 19' 04.0" / 7° 29' 31.0" / Terreno / *Mansio* (?)

Uma das maiores dúvidas na área prende-se com Fortios, sobre o qual tantos indícios existem, mas tão pouco efectivamente se sabe. De concreto existem duas epígrafes, uma delas junto à igreja de S. Domingos<sup>1009</sup>. Ambas apresentam

---

1009 IRCP n° 686 e n° 692.

onomástica e plástica indígenas. Também embutido na alvenaria do corpo da igreja (na parede norte da fachada) se encontra um elemento arquitectónico paleocristão, infelizmente muito fracturado. Desta época existem referências a mais elementos no interior da igreja, mas o templo encontra-se entaipado, não sendo possível a entrada. Temos assim uma *bolsa epigráfica* que remete para o fundo anterior e um testemunho – em contexto secundário – tardio. É ainda de notar a centralidade viária. Existe um eixo vindo de norte pela Cova da Onça e que se prolonga para sul, facto ainda visível no terreno pela azinhaga murada que segue em direcção a Rua de Crasto. A sul de Fortios a via é cruzada pela que segue de Mosteiros, a ocidente, e prossegue para leste, pelo sopé das elevações da Penha e de Portalegre. Mário Saa, no tomo final, situa a *mansio* de *Fraxinum*, em relação com os sítios de Mosteiros e Rua de Crasto<sup>1010</sup>. Referências imprecisas registam achados cerâmicos<sup>1011</sup>.

*Outras referências: RP 6/84.*

#### **16.04. Horta do Montinho**

CMP 359 / CNS 5933 / N 39º 18' 13.7" / 7º 27' 26.3" / Bibliografia / Casal (?)

Forno de época indeterminada, identificado aquando de trabalhos com maquinaria pesada: “A 30 de Outubro [de 1991] desloquei-me ao local, tendo observado parte de uma grelha, em adobe pertencente a um forno. A estrutura inferior mantém-se soterrada, parecendo estar bem conservada. Em redor, viam-se tijolos e blocos de pedra pertencentes à parte superior do forno que foi completamente decapada pela máquina [...]. Não se recolheram materiais arqueológicos que nos permitam datar este forno”<sup>1012</sup>. Como a cronologia nunca foi aferida a sua inclusão neste inventário é a título de registo, porque a prevista intervenção arqueológica, que poderia esclarecer os conteúdos, ficou sem efeito por ausência de condições logísticas. Ainda se iniciaram trabalhos: “Marcou-se, com o teodolito, um sistema de eixos perpendiculares com 10m, grosseiramente orientados segundo os pontos cardiais. Iniciaram-se os trabalhos de limpeza das terras revolvidas até ao nível da grelha da fornalha (que se conserva), tendo-se delimitado uma área considerada suficiente para pôr à vista a totalidade da estrutura.”<sup>1013</sup> Curiosamente, no seguimento da estrada em direcção a Portalegre, entramos em “Fonte dos Fornos”.

*Referência: Processo IPPAR nº 4.00.005.*

---

1010 Saa, 1967, entre as páginas 47 a 98. Aliás, nunca se torna claro se opta entre Fortios, Rua de Crasto ou Mosteiros, mantendo uma hesitação constante. Para os sítios referidos, ver o catálogo do concelho do Crato.

1011 “Tesouro de Fortios (Portalegre). Parte de um conjunto de 90 peças iguais” (Alarcão & Alarcão, 1970: 76).

1012 Informação de Ana Carvalho Dias, 20.Novembro.1991

1013 Informação de Rafael Alfenim, 19.Fevereiro.1992. Assunto: Forno de cerâmica da Horta do Montinho, Fortios (Portalegre)



### **16.05. Rosal**

CMP 359 / N 39° 18' 18.2" / 7° 24' 41.6" / Topónimo / Povoado

Informação não confirmada sobre um povoado da Alta Idade Média, em baixa junto a uma linha de água.

*Referência: Informação de Jorge de Oliveira.*

### **16.06. Herdade da Camareira**

CMP 359 / CNS 24754 / N 39° 16' 37.0" / 7° 28' 54.1" / Bibliografia / Casal

Sítio com “inúmeros materiais de construção”, telhas e imbrices, e ainda um peso de tear. Encontrou-se uma asa de ânfora e fragmentos de *dolium*. Elementos pétreos aparelhados denunciam estruturas. Curiosamente, os autores do estudo de impacto ambiental referem que “foi possível observar uma tira de geotêxtil parcialmente coberto”, o que levou a crer em uma anterior intervenção no local.

*Referência: Processo IGESPAR 98/1(666).*

### **16.07. Fajardos**

CMP 359 / N 39° 15' 39.8" / 7° 26' 26.7" / Bibliografia / Casal (?)

No inventário megalítico refere-se que a anta dos Fajardos se encontra rodeada de “vestígios romanos” não especificados<sup>1014</sup>. Pelo que me foi dado constatar no terreno a anta foi destruída pela ampliação da zona industrial de Portalegre e toda a paisagem foi dramaticamente alterada.

### **16.08. Cural do Funcho**

CMP 359

Seguindo a via entre Portalegre e Assumar, Sotto Maior indica-nos um conjunto de povoados onde existiam “antiguidades”. Neste o microtopónimo perdeu-se: “É pois de saber que no termo desta cidade, quasi distancia de ua legoa, por baixo do caminho que vai para a vila do Assumar, está ua antigualha e ruínas de edificios, onde chamamos o Cural do Funcho. É tradição dos antigos que foi ali povoação de mouros, porque ainda parece o circuito da cerca com que a fortaleza estava cercada, e jazem por aquele pavimento e seus derredores muita pedraria lavrada de cantaria, e hoje parece ainda um lagar de uvas com seu couço e dorna, e o peso ou pesga, onde parece que foi aquele lugar ua grande povoação.”<sup>1015</sup> E que ali se “achara no caminho que passa junto a esta povoação do Cural do Funcho ua asada cheia de dinheiro amoadado de prata, do tempo de Júlio César”<sup>1016</sup>.

---

1014 Parreira, 1996: 137.

1015 1984: 119.

1016 1984: 120.

### 16.09. Abrunheira

CMP 359 / CNS 30967 / N 39° 14' 50.9" / 7° 25' 42.1" / Topónimo / Povoado

Referencia de Sotto Maior a um sítio junto do antigo caminho para Assumar, perto de “ua fonte de todo o ano que chamamos a fonte da Brunheira, onde também parecem uas ruínas antigas. Vem esta fonte com seu curso e corrente pelo pé daquela povoação antiga”<sup>1017</sup>. E ainda: “À minha mão veio ua moeda de cobre do tamanho de um patacão que foi achado na Abrunheira, que tinha de ua parte um leão e da outra um arco a modo de ponte, com uas letras que diziam *Augusta Emerita*”.<sup>1018</sup> Em estudo de impacto ambiental recente foi identificado um sítio que pode corresponder: em “pequena elevação, com “visibilidde priveligiada [sic] da paisagem, junto à ribeira da fedorenta. No local identificou-se a presença de cerâmica de construção, nomeadamente fragmentos de tijolo de burro e de tegulae, dispersa pelo topo da referida elevação. Observou-se ainda a presença frequente de elementos pétreos enterrados no solo, não tendo sido possível compreender o seu eventual alinhamento.”<sup>1019</sup> Pela descrição deverá tratar-se de um casal.

*Outras referências: Processo IGESPAR 2007/1(477).*

### 16.10. Teixinha

CMP 359 / N 39° 13' 41.8" / 7° 27' 46.6" / Topónimo / Povoado

Mais um caso em que a informação nos é legada por Sotto Maior: “onde chamam A de Teixinho, aonde esteve outra povoação, achou um criado de Baltazar de Siqueira, andando lavrando, outra asada cheia de prata amoadada [...]”<sup>1020</sup> É possível localizar o topónimo no Monte da Teixinha, mas na propriedade não existe memória de qualquer achado. No vale corre a ribeira de Seda.

### 16.11. Curral das Colmeias

CMP 359

No seguimento da via um topónimo já não reconhecível: “Mais abaixo, em outro outeiro, estão outras ruínas de edifícios que mostram haver sido povoação grande. Chama-se ali agora o Curral das Colmeias.” A referência a “ruínas e pedras lavradas que ainda por aí aparecem” é relevante.

*Referência: Sotto Maior, 1984: 120.*

### 16.12. São Pedro

CMP 360 / N 39° 14' 09.8" / 7° 19' 30.3" / Terreno / Povoado

---

1017 1984: 119.

1018 1984: 122.

1019 Informação constante do *Endovelico*, entrada “Herdade da Abrunheira”.

1020 1984: 120.

Na base da elevação onde se ergue o imponente castelo de Alegrete encontra-se a arruinada ermida de São Pedro. No local há referência a materiais romanos.

### **16.13. Barios**

CMP 360 / N 39° 12' 56.2" / 7° 18' 45.3" / Topónimo / Casal

Na zona baixa próximo de uma linha de água (e poço) encontra-se uma mancha de materiais romanos.

*Referência: Informação de António Lopes.*

### **16.14. Monte da Cabeça**

CMP 372 / N 39° 12' 28.4" / 7° 19' 31.0" / Terreno / *Villa*

Na base de um dos contrafortes da Serra da Cabeça, voltado para sul e oeste e com adequados recursos hídricos nas proximidades. Encontra-se uma área de dispersão de um hectare. O que mais capta a atenção é o facto de no topo superior da mancha de materiais se encontrar uma grande concentração de escória. (topónimo “Ferrenha” próximo). O sítio apresenta indicadores importantes: extensa mancha de cerâmica comum e de construção, tijolos de *suspensurae*, estuque, pedras de granito (elemento alógeno ao local) e fragmentos de mármore. O autor menciona o achado de pedras de lagar e de mosaicos. Pelos indicadores, podemos presumir uma *villa* dedicada à exploração dos recursos agro-pecuários e da mineração. Um sítio com relevância que merece uma monitorização atenta.

*Referência: Lopes 2010: nº 1.*

### **16.15. Vale de Monteiro**

CMP 372 / CNS 3203<sup>1021</sup> / N 39° 12' 11.9" / 7° 18' 35.7" / Terreno / Casal

Em encosta de pendente suave voltada para sul e este, próximo de pequenas linhas de água. Ao longo de uma grande extensão acompanhando a pendente encontra-se cerâmica de construção em bom estado de preservação: imbrices, tegulas bem marcadas, tijolos e um bojo de ânfora. Vê-se um compartimento inteiro onde os topos dos muros afloram, com dimensões não inferiores a 100m<sup>2</sup>. Mais acima, a duas centenas de metros, encontra-se outro compartimento idêntico. Junto, a cobrir um poço, uma tampa de sepultura em xisto que terá vindo da margem oposta da linha de água. O aflorar das estruturas torna este um local adequado para uma intervenção arqueológica. Conhecem-se registos antigos: “Cinco fragmentos de uma amphora. Os principais fragmentos são os da tampa ou operculo, e o do fundo esta perfeitamente conservado [...]. A amphora appareceu, por virtude de exploração, na herdade de Valle de Monteiro, a 5 kilometros de distancia da villa de Arronches, no sítio denominado *Covas Mouriscas* e *Pedras Molares*, e continha limalha de ferro. A cavidade em

---

1021 Atribuído a Arronches no *Endovelico*.

que se achou a amphora estava coberta por uma pedra e com uma sigla<sup>1022</sup> e dois fragmentos de “bordos de vaso saguntino” (*terra sigillata*).

*Outras referências: Lopes, 2010: nº 2.*

### **16.16. Ermida de São Bento**

CMP 372 / N 39° 11' 44.5" / 7° 17' 18.4" / Terreno / Necrópole

Notícias antigas sobre sepulturas na encosta junto ao templo, aquando do plantio de uma vinha. Contudo, não é certa a sua cronologia romana.

*Referência: Informação oral de Emílio Moitas e de António Lopes.*

## **Comentários gerais**

A constatação óbvia reside na debilidade informativa: quinze sítios, um magro total, com a agravante de uma fatia significativa constar de informações antigas e pouco precisas. Naturalmente que o afirmado para outros casos paralelos é aplicável: trata-se de uma situação que reflecte o vazio da investigação. Note-se que quando houve um olhar atento, os sítios apareceram: a sequência apontada por Sotto Maior, ou os dados de António Lopes, que trabalhou exclusivamente sobre as áreas a sul, são sinais de que esta ausência pode – e deve – ser ultrapassada. Muitas das áreas em branco no mapa são terrenos por onde certamente se encontrarão sítios, assim que a pesquisa se inicie: nas serranias de São Julião ou de Alegrete as baixas apresentam férteis vales de aluvião e a exploração mineira e de pedra é um dado a ter em conta; o vale das Carreiras, com excelentes condições pedológicas; ou, sobretudo, na baixa de Fortios em direcção à Urra e a Mosteiros, com importantes vias de circulação e onde a sul encontramos o modelo fundiário das *villae*.

Saliento todavia dois aspectos. Estando perante um concelho de transição entre as serranias e os vales, quase todos os sítios se implantam no segundo universo. O único local identificado em altura é Frei Álvaro, implantado próximo da cota 600. Todos os outros encontram-se, ou em cota baixa – como os núcleos de Vale de Monteiros ou de Fortios – ou nas extensões aplanadas. Outro dado relevante, e mais fiável, reside na já notada organização da rede de povoamento em torno das vias de circulação. O documento de Sotto Maior explicitamente menciona este facto. Invertendo a perspectiva, é certo, poderemos afirmar que o autor só refere os sítios porque transitava pelo caminho e dele não se desviava para procurar outros indícios; mas se ampliarmos a perspectiva, continuamos a ver este sinal. O caminho este/oeste apresenta duas ramificações após Fortios: por uma direcção seguia-se para Urra, e ao longo do eixo apontamos os sítios noticiados por Sotto Maior; inflectindo para norte, seguimos para Mosteiros e

---

1022 Vasconcellos, 1896: 3; Pires, 1901: 221-223.

Arronches, pelo contraforte da Serra, e continuamos a encontrar sítios, listados por António Lopes. Esta *linearização* da rede de povoamento fornece para o futuro uma pista: identificar no terreno os paleo-caminhos e, em prospecção, cobrir os corredores laterais. Quanto à estrutura de povoamento, a identificação de Monte da Cabeça constitui um dado importante, porque será uma “*villa rustica*” na qual a componente agro-pecuária e a mineração fossem o sustentáculo da dinâmica económica. A existência de um aglomerado de segunda ordem em Fortios fica por esclarecer, quer se trate de *vicus* ou de *mansio*. Os dados não são conclusivos, mas a zona envolvente necessita de um programa de investigação que esclareça a larguíssima diacronia de ocupação que os dados (descontextualizados) permitem entrever. A grande maioria dos sítios podem ser classificados como “casais”. Aqui reside um paradoxo, pois em áreas onde a investigação está em nível reduzido os sítios conhecidos são lugares que apresentam monumentalidade ou numerosas evidências. Aqui tal não sucede, pois temos um lote de nível intermédio, uma situação incomum e que evidencia a aleatoriedade da investigação. No restante, faltam-nos as necrópoles ou outras categorias.

É de realçar a impressão de um território com traços de continuidade durante a Antiguidade Tardia. As informações resumem-se a um elemento arquitectónico paleocristão embutido na parede da igreja de S. Domingos, em Fortios, e a povoados alto-medievais, sendo o único reconhecido o de Frei Álvaro.

(Página deixada propositadamente em branco)

## 17. CONCELHO DE SOUSEL

A primeira acção de referenciação do património arqueológico remonta a 1914, quando Leite de Vasconcellos<sup>1023</sup> efectuou “escavações arqueológicas na vila (local do castelo) e nos arredores (anta da Cabeça da Ovelha)”, nunca publicadas e só conhecidas por esta menção, tendo permanecido na localidade durante cinco dias e aproveitado para contactar com informantes locais. É perceptível pela leitura do artigo que o seu interesse já se centrava mais na etnografia que marca o seu final de vida. É este o único registo, constatando-se portanto que, ao contrário de concelhos vizinhos, Sousel ficou à margem das dinâmicas de conhecimento. Do ponto de vista histórico, com alguns respigados apontamentos arqueológicos, há a registar a coluna “Escavações” que Saderaval (José Filipe Lavaredas) publicou durante anos a fio no jornal *Brados do Alentejo* de Estremoz, que constitui um preciosíssimo repositório de informações sobre o património concelhio, sobretudo do ponto de vista documental. Tirando a visita de Leite de Vasconcellos, que esteve em sítios romanos, deles deixando apenas a identificação toponímica (Freixial, Vale da Junça, São Pedro), Sousel mereceu a atenção de arqueólogos apenas em 1995, na elaboração do Plano Director Municipal<sup>1024</sup>, em que houve um esforço de reconhecimento genérico consubstanciado no inventário de cinquenta sítios de valor muito heterogéneo. No entanto, notam-se lacunas, naturais em compilação que não resulta de um esforço sustentado. Por exemplo, muitos dos sítios listados são achados isolados (oito) ou já se encontravam destruídos ou entulhados (no caso de silos) no momento da redacção (catorze). Alguns dos mais emblemáticos estão ausentes, como a Horta de São Pedro (“Sousel Velho”, como é conhecido entre a população), que no PDM surge localizado no Cano, em Quinta de São

---

1023 1914: 390.

1024 Calado, Manuel (1995) *Plano Director Municipal de Sousel. Caracterização/ Património*. Sousel, Câmara Municipal de Sousel [policopiado]; Rocha, 2011.



Pedro. Da mesma forma, os sítios visitados por Leite de Vasconcellos em 1914 não foram cartografados. Entre Abril de 2008 e Outubro de 2009 a Câmara Municipal de Sousel promoveu o projecto de investigação *CACOS*<sup>1025</sup> que realizou um registo geo-referenciado e uma avaliação patrimonial dos sítios arqueológicos. Neste âmbito, e embora condicionado ao prazo de dezoito meses, interessava definir uma abordagem sistémica ao concelho, entendendo-o como um todo, definindo áreas de prospecção prioritárias. Como se compreende, o universo em estudo era mais vasto do que o período romano. Embora se considere que os resultados obtidos, nas mais diversas vertentes, estejam longe de reflectir o número total de sítios, constitui o mais completo e fiável retrato da Arqueologia souselense de que dispomos, e uma base de trabalho para o futuro, com 133 sítios identificados.

O espaço em causa constitui um território relevante e complexo para um projecto de âmbito territorial. O concelho de Sousel é relativamente pequeno mas apresenta uma assinalável diversidade morfogenética, com distintas paisagens sucedendo-se em rápidas transições. Trata-se de um espaço variado, com tremenda dinâmica no relevo e coberto de superfície, o que, para o conhecimento das redes e estratégias de povoamento antigas, o torna um laboratório aliciante. Encontra-se no termo noroeste do anticlinal de Estremoz, limite de enrugamentos que marcam decisivamente a paisagem a norte da Serra d'Ossa. No terreno, essas alterações consubstanciam-se na passagem e termo da Serra de S. Miguel. Nos topos que se erguem – com destaque para S. Bartolomeu (374m) e S. Miguel da Serra (387m) – encontramos sucessões de povoados pré- e proto-históricos que desfrutaram de uma amplíssima visibilidade, proporcionada pelo facto de ser a sucessão de elevações mais destacada na paisagem até à ocorrência, muito mais a norte, da Serra de S. Mamede. Para além disso, e fruto da posição terminal no anticlinal, são uma verdadeira reserva de recursos: desde tipos de pedra calcárea e marmórea passíveis de serem empregues em construções, até abundantes recursos de cal (que marcou a recente história económica, e se materializa em mais de quarenta fornos) ou à ocorrência de um coberto vegetal específico (que origina espécies florísticas de onde se obtém um mel de elevada qualidade, além da fauna de médio porte particular da serra, ainda uma reputada reserva de caça). Nesta larga faixa encontramos grandes elevações, por vezes distanciadas entre si, originando vales abertos e portelas de passagem, ou em outros casos, mais estreitas, criando-se um relevo ritmado mas que, por força da elevada erosão, nunca é áspero ou quebrado. Estas formações encontramos nos vales xistosos, em outros pontos do concelho, como na freguesia de Casa Branca. As ocorrências de xisto criam perfis angulosos, zonas de difícil passagem, cursos de água serpenteando entre as fragas. A ribeira de Almadafe, o principal elemento de drenagem na freguesia, é um bom exemplo,

---

1025 Acrónimo de *Carta Arqueológica do Concelho de Sousel*, aprovado no âmbito do PNTA/08.

com margens por vezes inacessíveis, onde aproveitando grutas e refúgios naturais as comunidades, ou simples indivíduos, se ocultaram. Entre a Serra e as paisagens de xisto temos a extensa planície do Cano, que constitui a terminação de uma área plana que atravessa toda a face oeste do anticlinal de Estremoz. Cria uma paisagem difícil para o trânsito e percepção das dinâmicas de povoamento antigo: um ambiente monótono, por vezes espaiada em ribeiras, que correm em margens amplas (e onde se encontram sítios do Paleolítico, aproveitando os seixos de rio depositados). É difícil de ler também porque no uso do solo ocorre uma agricultura de regadio, recorrendo ao lençol de água subterrâneo (uma das maiores reservas naturais da região, embora depauperada pela rega e represamento dos aquíferos), que levou à limpeza de solos e ao apagamento de vestígios; ou, inversamente, quando se verifica o abandono da prática agrícola, ao crescimento de um coberto desordenado, que dificulta a prospecção, quer pelos obstáculos, quer pela dificuldade de observação da superfície. É todavia nestas áreas que encontramos as maiores *villae* do concelho, pelos bons solos (argilosos e barrentos) e abundantes recursos hídricos. A metade oriental do concelho é feita de contrastes com o restante território. A freguesia de Sousel, e o eixo centro/norte do concelho (se assim pode ser designado), é uma zona de transição, um longo espaço heterogéneo e pouco característico. Encontramos as diversas paisagens consubstanciadas: a ribeira de Sousel ora se espria por margens amplas, ora corre apertada, por vezes vigiada por povoados pré-históricos de altura como S. João da Ribeira. Os solos variam, desde áreas com pouca aptidão agrícola e cascalheira superficial até bolsas mais ricas. A paisagem altera-se, do montado às férteis hortas, como na zona de Horta de São Pedro, junto à *villa* romana. Finalmente, Santo Amaro. A franja oriental apresenta uma paisagem específica: os substratos graníticos que descem de norte, da área de Fronteira/Vale de Maceiras, prolongam-se criando relevos ondulados, com solos leves e fáceis de trabalhar, embora nem sempre ao gosto romano, que prefere uma densidade maior. Não será por acaso que encontramos pequenos pontos de povoamento romano, marginais; em contrapartida, os povoados pré-históricos, bem como outras marcas arcaicas, sucedem-se.

Em resumo, a alteração de paisagens avança com grande ritmo e elevados cambiantes, permitindo simultaneamente uma variada gama de recursos à disposição. O modo como o quadro natural se reflecte no paleo-povoamento será analisado em seguida.

## Sítios e comentários

### 17.01. Curral da Mosca

CMP 396

Uma informação oral indicou um sítio onde se viam alicerces de casas e foram encontrados um relógio de Sol em mármore, “azulejos”, sepulturas, tijolos

e lajes. Implanta-se em cota alta (“gume de terreno”), em zona despovoadas e sem actividade agrícola. Por mais de uma vez os terrenos foram prospectados sem sucesso. Outros trabalhadores agrícolas corroboraram esta informação, pelo que permanece em aberto.

*Referência:* Inédito.

### **17.02. Monte dos Pintos 2**

CMP 396 / N 38° 59' 49.8" / 7° 47' 24.0" / Terreno / Peq. Sítio

Pequena plataforma situada no curso terminal das elevações junto à ribeira de Alcórrego. Encontra-se uma mancha de materiais com cerca de 200m<sup>2</sup> constituída por tegulas, fragmentos de *dolia* e escassos imbrices. Deverá tratar-se de um ponto relacionado com a *villa* da Represa, da qual não dista grande distância.

*Referência:* Inédito.

### **17.03. Monte dos Caliços 1**

CMP 396 / N 38° 59' 37.1" / 7° 53' 10.9" / Terreno / Casal

Tegulas, imbrices, tijoleiras, numerosos fragmentos de *dolium*, alguns apresentando decoração a carretilha. Também alguns imbrices são decorados com motivos a pente em linhas finas. Em elevação com excelente visibilidade.

*Referência:* Inédito.

### **17.04. Aravia**

CMP 396 / N 38° 58' 51.8" / 7° 52' 59.7" / Terreno / Casal

Materiais dispersos, fragmentados e rolados, homogéneos em fabricos e pastas. Tegulas, imbrices e cerâmica comum de grande espessura. Junto a uma linha de água.

*Referência:* Inédito.

### **17.05. Represa**

CMP 396 / N 38° 59' 30.3" / 7° 47' 02.4" / Terreno / *Villa*

Sítio com núcleos dispersos, denunciando pólos funcionalmente especializados. O principal, contudo, encontra-se no cimo de uma pequena elevação na sequência de um conjunto de cabeços suaves, ondulando ao longo da ribeira de Alcórrego. Controla o encaixe de um pequeno curso de água secundário, represado por um açude recente, na linha de água principal. A plataforma está virada a leste, com bom domínio visual sobre o vale da ribeira. A elevação a leste apresenta uma extensa área de dispersão, com grande densidade, voltando a ocorrer em dois ou três pontos nas imediações. Na zona baixa, junto à Ribeira de Alcórrego, encontram-se materiais romanos depositados por arrastamento. Na zona principal a mancha é extensa, com pelo menos um hectare. Encontra-se uma grande densidade de material, algum bem conservado: tijoleiras, tegulas e imbrices com boa qualidade

de fabrico, algumas com excesso de cozedura. Nas cerâmicas comuns vêem-se frigideiras e painéis de cor cinzenta. Encontra-se alguma escória. Nos materiais pétreos estão presentes blocos de granito, lajes de xisto cortadas, *opus signinum* e pedras argamassadas. Foi encontrado um bordo liso e horizontal de *terra sigillata* clara D, mas a cerâmica de importação é escassa. Foi confirmada a informação do PDM sobre sítio na margem esquerda da ribeira: tegulas, imbrices, blocos de granito, alguma escória e cerâmica com excesso de cozedura. Junto às ruínas do Monte da Represa estão silhares, e há blocos de granito embutidos na alvenaria da casa. Um pouco para montante encontra-se a barragem da Represa, conhecida como “Ponte dos Mouros”.

*Referências: PDM, 1995: 2.11; Quintela, Cardoso & Mascarenhas, 1999.*

#### **17.06. Monte da Capela 1**

CMP 396 / N 38° 58' 52.2" / 7° 50' 25.1" / Terreno / *Villa*

O mais impressionante sítio identificado no decurso da Carta Arqueológica. Entre duas linhas de água e um poço, em suave elevação virada a norte de onde se desfruta de boa visibilidade sobre o vale, com excelentes solos nas imediações. No terreno recém-lavrado encontra-se uma extensa mancha de dispersão, seguramente superior a um hectare, com vestígios em bom estado de preservação, indicando que o sítio, até ao recente arranjo para o olival, se encontrava em condições interessantes. Encontram-se tegulas, tijolos, imbrices, fragmentos de *dolia*, ânforas, cerâmica comum cinzenta e vermelha; fragmentos de *terra sigillata* hispânica e clara D e ainda lajes de xisto.

*Referência: Inédito.*

#### **17.07. Monte da Capela 4**

CMP 396 / N 38° 59' 10.0" / 7° 50' 06.9" / Terreno / Peq. Sítio

Na descida de encosta suave voltada para leste. Trata-se de uma mancha de 200 m<sup>2</sup> alterada pela dispersão das lavras, contendo cerâmica de construção (imbrices) e cerâmica comum (asa de bilha e bojos) e muitos fragmentos de escória. Poderá tratar-se de uma oficina metalúrgica relacionada com a *villa* de Capela, da qual dista 500 metros.

*Referência: Inédito.*

#### **17.08. Monte do Alcatruz**

CMP 396 / N 38°58' 08.4" / 7°51'41.5" / Terreno / Necrópole (?)

Encontra-se em pequena elevação no encaixe entre duas linhas de água com contacto visual com o Monte de Alcatruz, que fica a oeste, e junto de um poste de electricidade. 500 m<sup>2</sup> de cerâmica de construção dispersa: imbrices, tegulas e tijolos, muito fragmentados, rolados e de mau fabrico, alguns com sobre-cozedura. Vêem-se lajes de xisto e o terreno encontra-se ondulado, formando depressões.

*Referência: Inédito.*

### **17.09. Catarina Velha**

CMP 397 / N 39° 00' 47.8" / 7° 41' 48.7" / Terreno / Casal

Em elevação no encaixe de três linhas de água, sendo a principal a ribeira de Sousel. Tem boa visibilidade para o terreno envolvente. No terreno é visível a plataforma que corresponde a estruturas no subsolo. No aglomerado de pedras, e à superfície, temos tijolos, tegulas e imbrices, pedras argamassadas e blocos de granito talhados. Um bloco de *opus signinum* aponta para um tanque. A mancha de materiais estende-se por meio hectare.

*Referência:* Inédito.

### **17.10. Monte da Rabasquinha Pequena 4**

CMP 397 / N 39° 00' 22.4" / 7° 35' 46.3" / Terreno / Peq. Sítio

Junto à vedação de separação de propriedades encontra-se uma mancha de materiais com cerca de 200m<sup>2</sup>, muito dispersos: cerâmica de construção, com tegulas, imbrices e tijolos, e alguma cerâmica comum de pastas claras.

*Referência:* Inédito.

### **17.11. Monte da Rabasquinha Pequena 1**

CMP 397 / N 39° 00' 08.3" / 7° 35' 50.3" / Terreno / Casal

Um pouco acima do monte, no sentido da estrada de alcatrão, em encosta suave voltada a este e norte, com excelente domínio visual, apesar de não se encontrar em cota elevada. O proprietário informou-nos que aquando da abertura de uma vala para rega do olival, a sensivelmente 1,20m de profundidade, a máquina desenterrou telhas e cerâmicas. Encontra-se uma mancha de imbrices de larga dimensão, com boa qualidade de fabrico; também se encontra cerâmica comum: grandes contentores e alguidares. É necessário notar o grau de preservação dos materiais: telhas quase completas, grandes bordos de cerâmica. Podemos estar perante um sítio de grandes dimensões, eventual *villa*, embora a inclusão na classe “casal” pareça mais prudente.

*Referência:* Inédito.

### **17.12. Abrunheira**

CMP 397 / N 38° 39' 57.4" / 7° 43' 32.5" / Topónimo / Necrópole

Notícia de sepulturas cobertas com lajes de xisto. Nem a equipa integrada na elaboração do PDM nem eu próprio encontramos qualquer evidência, embora o terreno tenha sido percorrido a pé com boas condições de visibilidade.

*Referências:* PDM, 1995: 2.15.; Carneiro, 2004: n° 73.

### **17.13. Carapelha**

CMP 397 / N 38° 59' 01.3" / 7° 35' 30.1" / Terreno / Casal

O elemento mais surpreendente é a implantação no topo, junto ao marco geodésico, com domínio visual impressionante para todas as direcções. Aí se

encontra uma mancha de 500m<sup>2</sup> arrastada pelas lavras. Os materiais incluem cerâmica de construção com imbrices (alguns digitados), telhas e tijolos. As telhas têm deficiente fabrico, com pouca curvatura e maus acabamentos. Referência a “*opus signinum*, pedras com vestígios de talhe, *dolia* e cerâmica comum”<sup>1026</sup>.

*Referências: PDM, 1995: 2.20.*

#### **17.14. Herdade do Mestre Vasco**

CMP 397 / N 38° 58' 50.2" / 7° 38' 06.6" / Terreno / Peq. Sítio

Materiais junto a crista do afloramento xistoso. Os materiais são escassos e circunscritos a uma área de 500m<sup>2</sup>, em séries monótonas - cerâmica de construção com imbrices, telhas e eventuais tijolos, com muitos e.n.p. e aspecto grosseiro.

*Referência: Inédito.*

#### **17.15. Taleigo Velho 2**

CMP 397 / N 38° 58' 48.5" / 7° 39' 14.6" / Terreno / Casal

Na plataforma virada a leste são visíveis cerâmicas de construção e fragmentos de *dolia*. O moroiço apresenta materiais e blocos de granito. Área de dispersão de 1000m<sup>2</sup>.

*Referência: Inédito.*

#### **17.16. Ferroa**

CMP 397 / N 38° 57' 30.1" / 7° 45' 04.0" / Topónimo / Necrópole

Notícias antigas sobre um cemitério onde “foram encontradas moedas, objectos de cerâmica e outros ornamentais em cobre.”<sup>1027</sup> O local deve encontrar-se na Rua da Ferroa, na saída este da vila, onde habitantes do Cano mencionaram o achado de sepulturas.

#### **17.17. Vale da Junça 1**

CMP 397 / N 38° 58' 35.5" / 7° 40' 28.0" / Terreno / Peq. Sítio

Em encosta suave virada a norte, uma mancha de 500m<sup>2</sup> com fragmentos de imbrices, alguns digitados. Encontram-se blocos de pedra de média dimensão, aflorando em alinhamento, pertencendo a estruturas enterradas no subsolo.

*Referência: Inédito.*

#### **17.18. Vale da Junça 3**

CMP 397 / N 38° 58' 32.3" / 7° 40' 27.6" / Terreno / Casal

Fragmentos de cerâmica de construção dispersos ao longo de grande extensão. Próximo de um topo, em plataforma virada a norte, a duzentos metros

---

1026 Processo IGESPAR 2006/1(141).

1027 Maximiano Filipe, “Vila do Cano. Um pouco da sua história” *Brados do Alentejo* de 24-09-1967, nº 1891.

a oeste do sítio 1, surge uma mancha com 1000m<sup>2</sup> de área. No meio de pequenos blocos de pedra encontram-se fragmentos de tijolos e imbrices e também lajes de xisto. Os materiais prolongam-se pela encosta, onde os alvéolos de sobreiros arrancados permitem observar imbrices. Alguns têm excessiva cozedura. Eventualmente o sítio referido por Leite de Vasconcellos<sup>1028</sup>.

#### **17.19. Vale da Junça 4**

CMP 397 / N 38° 58' 20.5" / 7° 40' 27.7" / Terreno / Peq. Sítio

Semelhante a Vale da Junça 1 na implantação e evidências de superfície. Em zona elevada, exposto a sul, em área plana entre duas elevações. Encontra-se uma mancha de 500m<sup>2</sup> com imbrices – alguns com digitações – tijolos e pedras de médio calibre. A mancha é intensa e concentrada. Também se encontrou um provável movente em granito.

*Referência:* Inédito.

#### **17.20. Horta de S. Pedro**

CMP 397 / CNS 4610 / N 38° 58.04.3" / 7° 40.14.2" / Terreno / *Villa*

Conhecido como "Sousel Velho". Implantação em zona alta, desfrutando de ampla visibilidade para leste e sul. Entre dois cursos de água, dispõe de bons solos agrícolas, em zona de hortas, com variados recursos pedológicos que permitem o policultivo. Os materiais concentram-se no topo, onde é visível uma plataforma. Embora dispersa pelos trabalhos agrícolas, a mancha central tem grande concentração de materiais: cerâmica de construção (tegulas, imbrices, tijoleiras, todos com boa qualidade de fabrico, alguns com sobre-cozedura), *dolium*, bojos e asas de ânfora, cerâmica comum, em especial de contentores de pastas escuras, *terra sigillata* clara D e um fragmento de hispânica com decoração de rodas dentadas. A mancha tem pelo menos um hectare. Uma informação oral menciona que foi encontrado um tanque e um canal de rega, e existem fragmentos de *opus signinum*. Ao longo dos muros que marginam o caminho de acesso encontram-se tijolos de quadrante e outros de arcos de um hipocausto. Um elemento de mó em granito. No portão de acesso estão dois fragmentos de lintel ou de platibanda em mármore. Mais longe, na elevação próxima do Monte da Delfina encontram-se inúmeras pedras, algumas de granito, com abundante cerâmica de construção, incluindo imbrices digitados. No terreno uma grande base de coluna partida ao meio<sup>1029</sup>. Foi recolhido um ábaco paleocristão. Segundo informação oral foram encontradas sepulturas, com lajes em cutelo, de lado e à cabeceira, formando uma caixa, e no interior contendo um esqueleto. Outras continham espólio em cerâmica e recipientes

---

1028 1914: 390.

1029 Fracturada a meio, com 40 cms (círculo da coluna) e 50 (quadrado da base).



em vidro<sup>1030</sup>. Na extrema da herdade, na bifurcação do caminho, também foram encontradas sepulturas, parecendo haver mais do que um núcleo. Em 2006 foi encontrada uma no olival, o que configura uma situação de invasão do espaço habitacional pelas estruturas funerárias. A igreja que baptizou o local estaria no alto da elevação e foi derrubada aquando da construção do caminho-de-ferro. Os trabalhadores destruíram-na e cobriram o terreno com cal. Nesse local encontra-se um rectângulo onde a vegetação não cresceu. Em torno há tijolos de quadrante (inteiros), tegulas, grande densidade de cerâmica de construção e muita pedra, de vários tipos, utilizada como alvenaria. Estranhamente o sítio não surge listado no PDM, apesar dos vestígios evidentes, do conhecimento na população e da referência bibliográfica. Nota ainda para o facto de os materiais romanos e visigóticos atribuídos por Leite de Vasconcellos a Souzel poderem provir deste espaço, dada a recolha em prospecções do ábaco mencionado<sup>1031</sup>.

Resta fazer o balanço geral. A presença romana é evidente no alto da elevação principal, onde os indicadores apontam para uma *villa*. Em momento tardio o local parece ter sido utilizado como espaço funerário. Mas a necrópole imperial estaria na outra vertente da linha de água, onde mais tarde se irá erguer um edifício de culto cristão.

*Referências: RP 6/172; Vasconcellos, 1914: 390; Ferreira de Almeida, 1953: nº 41 e 258.*

### **17.21. Albardeira 1**

CMP 397 / N 38°57' 38.5" / 7° 38' 30.1" / Terreno / Peq. Sítio

Referenciado com “vestígios de habitat”, foi realocado com materiais dispersos e rolados, sem um núcleo definível, com séries monótonas de tegulas e imbrices (por vezes com digitações). Pequeno topo, sobranceiro a uma linha de água.

*Referência: PDM, 1995: 2.18.*

### **17.22. Pigorrinhas 2**

CMP 397 / N 38° 57' 27.3" / 7° 36' 19.0" / Terreno / Peq. Sítio

Sítio romano (tegulas e imbrices, dispersos em 200m<sup>2</sup>) nas proximidades de um outro de época medieval, que do primeiro reaproveita materiais. Implantação em topo com visibilidade sobre a ribeira de Souzel.

*Referência: Inédito.*

---

1030 Confirmando a notícia da imprensa local: “Na estação romana de S. Pedro (Terras da Igreja), continuam a aparecer sepulturas. A encontrada agora é duma criança, tendo lá dentro uma pequena tijela de barro branco, apesar de ser vermelho o desta região, e ainda uns pequenos vasos de vidro azulado, um anel e cadeia de ouro, carvão e muitos tijolos com a configuração da quarta parte de um círculo.” Da autoria de Saderaval, *Brados do Alentejo* de 02-11-1947, ano XVI, nº 853, p. 6.

1031 “- Uma lápide lusitano-romana, com inscrição funerária, proveniente de Souzel (Alentejo). - Uma pedra com decoração visigótica, também proveniente de Souzel (Alentejo) [nota 166/167 - Oferta do Sr. Augusto de Sousa e Meneses Calça e Pina ao director do Museu, que as depositou, para estudo, neste estabelecimento] Mencionados em Machado, 1964: 121; nas listagens consultadas na instituição não se encontram referenciados, desconhecendo-se o paradeiro.

### 17.23. Outeiro da Mina

CMP 397 / N 38° 57'04.6" / 7° 38'06.1" / Terreno / *Villa*

A um quilómetro das casas do Freixial (o que leva a pensar ser o local mencionado por Leite de Vasconcellos<sup>1032</sup>), no sentido Noroeste. A informação oral referia "telhas espessas", e realmente há uma mancha de imbrices e tijolos, mas não foram encontradas tegulas. Um fragmento de *opus signinum*. Mancha de dispersão de 5000m<sup>2</sup> (mas as condições de observação não foram as desejadas), estando o topo da plataforma aplanado, sinonimo de construções. Sob uma árvore está uma coluna de mármore branco<sup>1033</sup> e uma mó girante de granito. Implantação um pouco atípica, no topo de elevação exposta a norte e distante dos recursos hídricos.

### 17.24. Cabana do Olival

CMP 397 / N 38° 57' 18.5" / 7° 37' 38.2" / Terreno / Peq. Sítio

Materiais dispersos e rolados pelas vertentes, somente com cerâmica de construção, com acabamentos e pastas grosseiras. 1000 m<sup>2</sup> de área, sendo difícil definir a área central.

*Referência:* Inédito.

### 17.25. Capela

CMP 398

A ficha do PDM menciona um "habitat indeterminado" com "cerâmicas de construção e comuns" e achado de sepulturas. Nada foi encontrado.

*Referências:* PDM, 1995: 2.26.; *Carneiro, 2005: n° 74*

### 17.26. Vale de Maceiras 3

CMP 398 / N 38° 59'43.9" / 7° 33'32.9" / Terreno / Peq. Sítio

Curiosa situação de um ponto de povoamento dividido entre dois concelhos (Fronteira e Sousel) em pequena plataforma a meio de encosta. Os vestígios circunscrevem-se a cerâmica de construção (imbrices e tegulas em mancha com 1000m<sup>2</sup>) e a uma asa com três caneluras centrais de um grande recipiente contentor<sup>1034</sup>.

*Referências:* *Carneiro, 2004: n° 57; Carneiro, 2005: n° 116.*

### 17.27. Herdade dos Condes 2

CMP 398 / N 38° 59'02.1" / 7° 33'00.7" / Terreno / Peq. Sítio

Materiais dispersos ao longo de 500m<sup>2</sup>. Encontra-se cerâmica de construção, cerâmica comum e uma tampa de pedra em xisto. Está em plataforma virada a oeste.

*Referência:* Inédito.

---

1032 1914: 390.

1033 Cerca de 110cm por 40 de espessura

1034 Marcando a divisão do concelho existe um caminho antigo com o leito escavado na rocha, observando-se vestígios de calçada e guardas laterais. Tem uma largura média de 310cm.

### **17.28. Herdade dos Condes 4**

CMP 398 / N 38° 59' 04.5" / 7° 32' 48.0" / Terreno / Casal

Concentração de imbrices, tijolos e tegulas ao longo de mais de 2000m<sup>2</sup>. Os materiais são de fabrico grosseiro. Encontram-se blocos de pedra de pequena dimensão em plataforma com perímetro de 1000m<sup>2</sup>. O sítio encontra-se voltado a sudeste, a média distância da linha de água, com amplo horizonte nessa direcção.

*Referência:* Inédito.

### **17.29. Monte dos Cevados**

CMP 398 / N 38° 58' 54.0" / 7° 33' 30.4" / Terreno / Peq. Sítio

Mancha de 500 m<sup>2</sup> em concentração densa, com imbrices, alguns digitados, e uma tegula de triângulo abatido, quase vestigial. Por estes dados, um sítio enquadrável na Antiguidade Tardia. Tem implantação dominante, com amplo alcance visual e destaque na paisagem. Certamente seria um pequeno abrigo para vigilância de gado.

*Referência:* Inédito.

### **17.30. Poço dos Vieiras**

CMP 411 / N 38° 56' 12.1" / 7° 41' 18.3" / Topónimo / Necrópole

"[...] os trabalhos da terraplanagem para a reconstrução da antiga estrada denominada de Evora em direitura a Portela. Numa trincheira aberta num filão de calcário branco entre os olivais de Santo Antonio [onde o autor situa uma ermida] e dos Poços dos Vieiras, a metro e meio de profundidade apareceram ossadas humanas em sepulturas abertas no referido calcário, o que facilitou a sua abertura, o que seria difícil ali próximo visto o terreno estar todo vestido de lindo mármore branco e azul. Tinham estas ossadas alguns lacrimatórios juntos, como os romanos usavam."<sup>1035</sup> Foram percorridos terrenos mas, como implícito pela descrição, o local deve ter sido destruído no momento da identificação.

### **17.31. Torre do Álamo**

CMP 411 / CNS 5717 / N 38° 55' 48.7" / 7° 45' 22.6" / Terreno / Villa

Encontra-se dos dois lados do caminho de acesso, a duzentos metros da imponente Torre de Camões. Em larga extensão, superior a um hectare, temos grande quantidade de cerâmica de construção – tegulas, imbrices, tijolos, tijoleiras, algumas com digitações, tijolos paralelepípedicos -, fragmentos de *dolium*, dois pesos de tear, *terra sigillata* africana clara C e hispânica, bem como restos de conchas (fauna malacológica). A estes indicadores há que juntar dois fragmentos de peso de lagar embutidos na porta da Torre, uma mó e blocos de *opus signinum*. Está em plataforma que acompanha um pequeno curso de água (havendo manchas dos dois lados), mas em cota baixa e sem grande visibilidade,

---

1035 Saderaval, "Escavações" *Brados do Alentejo* de 03-08-1947, ano XVI, nº 840, p. 7.

junto de solos de excelente aptidão agrícola. A grande área de extensão de vestígios confirma a importância atribuída por Mário Saa<sup>1036</sup>.

*Outras referências: PDM, 1995: 2.39; RP 6/200 (Torre do Almo); Saa, 1962: 269.*

### **17.32. Freixial**

CMP 411 / N 38° 56'38.2" / 7° 38'02.8" / Terreno / Casal

Um dos sítios referidos sumariamente por Leite de Vasconcellos<sup>1037</sup> como tendo “antiguidades luso-romanas” e que foi possível relocalizar no terreno. Junto ao monte encontra-se uma pia de granito, eventualmente reaproveitando uma coluna, pois tem uma secção semi-hemisférica. O sítio está no topo da elevação, com implantação atípica, em posição cimeira, desfrutando de grande alcance visual para norte. A maior concentração de materiais encontra-se entre os afloramentos, mas pela encosta norte descobrem-se cerâmicas. Os materiais estão divididos e rolados: predominam telhas, muitas mostrando digitações, e grandes contentores Área de dispersão de 1000 m<sup>2</sup>. Em posterior visita<sup>1038</sup> verificou-se que o solo foi revolvido e implantados buracos para uma vedação, que deixavam ver materiais de construção ainda *in situ*, mas sem mostrar organização (de tipo derrube). A superficialidade do afloramento era evidente.

### **17.33. S. Lourenço**

CMP 411 / N 38° 56' 23.6" / 7° 38' 44.0" / Bibliografia / Casal (?)

“Vestígios de habitat romano (cerâmicas de construção e comuns, mós circulares e blocos de granito afeiçoados). [...] A tradição oral afirma que neste local se ergueu uma ermida de S. Lourenço.”<sup>1039</sup> Cartografado no PDM, foi objecto de prospecções intensivas mas não foi relocalizado, nem recuperadas memórias da ermida.

## **Comentários gerais**

A primeira impressão reside no facto de os recentes trabalhos no âmbito da Carta Arqueológica terem permitido um salto significativo no volume de informação existente. Mais do que o número de sítios inéditos – alguns dos quais, em rigor, nem o sabemos se são, dada a identificação de dois ou mais sítios em cada ponto correspondente às menções de Leite de Vasconcellos – o plano em que se registam avanços reside na possibilidade de se criar um quadro

---

1036 1960: 269: “Incrível quantidade de fragmentos de telharia romana, a par de muros velhos, se dispersa na planície da Torre do Almo!”, fazendo transitar por aqui um itinerário secundário.

1037 1914: 390.

1038 Primeira visita em 23.07.2008, segunda em 11.09.2009.

1039 PDM, 1995: 2.50.

de análise completamente novo e distinto do panorama anterior. Porque foram relocizados sítios de conteúdos relevantes; porque se conjugaram fontes e realidades de terreno correspondentes; porque se procedeu a uma caracterização global, face à descrição sintética das fichas de 1995 (que se compreende dada a filosofia de realização de um PDM que não é, nem tem de ser, um documento descritivo). Ou seja, pela primeira vez o concelho de Sousel tem elementos sobre os quais lançar um olhar. O que é significativo, pois foi sempre um concelho periférico dentro de uma região já de si periférica.

Deixemos estas considerações e passemos à análise. Dois dados surgem, em patamares distintos. No plano cartográfico, uma extensa parcela do território está em branco: a franja sudeste, nas elevações da Serra de Sousel, onde o coberto arbustivo cerrado impediu leituras conclusivas, mas onde seguramente o quadro paisagístico terá repellido qualquer presença significativa. Solos pobres, escavados, irregulares, não apelativos para a fixação em época romana. Desta forma, o mapeamento de sítios deixa-nos a curiosa impressão de uma concentração puxada para norte, com um corredor vazio de transição e passagem. O segundo elemento reside na detecção de um território estratificado, com sítios cumprindo distintas funções. Um conjunto de *villae*, extensos sítios ocupando um ou dois hectares. Estas grandes unidades fundiárias exploravam os territórios de elevada aptidão agrícola na envolvente, notando-se a repartição espaçada ao longo do concelho (mostrando extensos *fundi* com *salti* de permeio), com as *villae* próximas de manchas de solos férteis. Todos os sítios que encaixam nesta categoria estão junto a bolsas de capacidade A ou B, que aliás escasseiam no território souselense. É certo que se encontram distintos elementos que demonstram a elevada capacidade de aquisição e inserção nas correntes comerciais, notando-se o uso do mármore ou de cerâmicas de importação: *terra sigillata*, ânforas, cerâmica de paredes finas. Mas não surge ao olhar a impressão de estarmos perante *villae* de *otium* ou de *contemplatio*, de lugares de elevada monumentalidade, requinte e ostentação; o padrão material aponta antes para sítios com uma marcada vertente rural. Ou seja, tal não significa que estes locais não dispusessem de uma plena inserção nas correntes de abastecimento; significa antes, a meu ver (e no momento presente da investigação), que a marca identitária das *villae* assenta no cariz rústico (no sentido latino do termo) da exploração económica do meio envolvente. Segue-se um conjunto de outros sítios, empurrados para áreas marginais e terrenos menos férteis, dedicados à exploração agro-pecuária da envolvente. São os designados “casais”, o elemento intermédio da arquitectura do povoamento em meio rural, com um lote significativo de testemunhos. Alguns apresentam sinais de poderem estar bem preservados. Finalmente, os pontos de povoamento mais pequenos e indistintos, caracterizados por aglomerados de telhas, por vezes com blocos de pedra para inserção em socos de construções. São a base da pirâmide, mas o número é ainda uma pálida amostra da realidade total, dada a dificuldade da sua detecção.

Claro que o conhecimento da realidade souselense está condicionado pela ausência de outros suportes informativos. Note-se a ausência epigráfica, por exemplo: nem um exemplar é conhecido. A informação existente limita-se às realidades de terreno, o que impede uma leitura de largo espectro. O mesmo pode ser afirmado em relação à evolução das unidades de povoamento. Os dados são poucos mas a recolha de um ábaco paleo-cristão em São Pedro, que faria parte de um edifício de culto, e a recolha de cerâmica norte-africana em algumas das *villae* aponta para essa continuidade. Também alguns pequenos pontos de povoamento apresentam materiais de construção tardios, com tegulas de fabrico irregular e imbrices quase planos, sem curvatura.

## 18. CONCELHO DE VILA VIÇOSA

Tal como o vizinho concelho de Borba, Vila Viçosa apresenta-se como uma unidade territorial restrita, com apenas 194,62 km<sup>2</sup> de área. Por circunstâncias várias, sobretudo de âmbito fisiográfico, é contudo um território dividido e compartimentado, com cinco freguesias e uma vincada diversidade. Temos a terminação da formação geológica conhecida como anticlinal de Estremoz, que na sua orientação noroeste/sudeste corre paralela à Serra d'Ossa e condiciona fortemente o relevo, assumindo-se como verdadeira espinha dorsal que, com oscilações dobradas, modela de forma vigorosa a paisagem. A pressão tectónica, e as fracturas daí decorrentes, conduziram a curvas de nível acentuadas e a elevações que, como a Serra da Vigária, são bloqueadores naturais de passagem. Este panorama é válido – *mutatis mutandis* – para outras áreas do concelho, como a leste, para lá de Pardais e já na área de S. Romão, onde o relevo se encontra acentuadamente declivado. As ribeiras de Borba e da Asseca correm muito encaixadas, rolando entre as fragas xistosas com grande estrépito no Inverno, mas secando quase totalmente no Verão. Como os declives são pronunciados e os subsolos xistosos predominam, os solos não se encharcam de água, que escoo directamente para os cursos de água que, por isso, aumentam significativamente o caudal. A paisagem é dominada pelos afloramentos de xisto e pelas estevas que monopolizam o coberto vegetal. Neste extenso corredor, paralelo a leste ao anticlinal de Estremoz, encontramos os grandes povoados da Idade do Ferro e de época republicana, como o Castro da Brioa ou o fortim do Outeiro Pintado. Mas não se cartografa o povoamento imperial, acomodado em torno de ambientes menos inóspitos.

Mais do que nos concelhos vizinhos de Estremoz ou Borba, em Vila Viçosa a extracção de mármore influenciou decisivamente a economia antiga e as estratégias de povoamento subsidiárias. A área ocupada pelas pedreiras é extensa, dominando toda a faixa ocidental e o corredor central. A qualidade do mármore e a sua pureza são de um índice muito elevado, conferindo a Vila Viçosa



e a Pardais uma reputação mundial. Observa-se uma variação em relação ao âmbito estremocense e borbense, pois a partir da zona de Peixinhos e até Pardais ocorrem os designados mármore escuros da Ruivina, formados em ambiente redutor sobrejacente aos mármore “clássicos”. Esta mancha declina para sudoeste em direcção a Bencatel e Barro Branco, terminando a norte na zona da Glória. A diversidade marmórea em tão curtas extensões é outro traço indicador da heterogeneidade já mencionada. Infelizmente, é também a continuidade da exploração que nos veda a percepção da realidade romana. A intensidade no aproveitamento dos mármore, em escala industrial na segunda metade do século XX, levou à delapidação das evidências anteriores. Onde anteriormente teríamos os cortes superficiais, temos profundas crateras; onde se encontravam os pontos de povoamento, estão agora pavilhões industriais. Em outro âmbito, um dos elementos relevantes a reter centra-se na existência de importantes recursos geológicos e mineralógicos. Em vários pontos do espaço calipolense há relatos sobre explorações de filões de minério ou de rochas ornamentais para além do mármore. O caso mais conhecido será a mina de Miguel Vacas junto a Pardais, onde durante o século XIX se procedeu à exploração de cobre, chumbo e zinco. O local é conhecido mundialmente pela ocorrência de cristais de malaquite. Em outros locais também se referem explorações mineiras, como na Serra das Correias e em Coroados, próximo de Juromenha, em elevações em cujo sopé se situa a *villa* da Torre do Cabedal. Também na mina de Veiros ou de Vieiros, próximo de Pardais, se fez extracção em galerias. E em notícias antigas fala-se de “os altos das Ferrarias com muitos poços de exploração de minas de cobre do tempo dos Romanos; e para o poente está o outeiro da Almagreira com a sua mina de ferro manganés, tendo mais perto de si o vilar mais pequeno”<sup>1040</sup>, próximos também de Pardais. Outra riqueza reside na fertilidade dos solos, originando o topónimo. A agricultura de horta atinge elevados índices, propiciando um intenso policultivo. Ricos vales, com solos barrentos e argilosos (“Barro Branco”), predominam, exponenciados pela densa rede hidrográfica orientada para a bacia do Guadiana. Alguns cursos apresentam grande caudal, como a ribeira de Muros, que serpenteia de forma cavada entre as depressões xistosas. Do lado oposto o principal curso é a ribeira de Tera, na base da Serra d’Ossa. Em todo o concelho encontramos aquíferos abundantes, como acontece em Bencatel, onde a toponímia fossilizou várias “azenhas”.

Embora a sede de concelho seja um reconhecido pólo de saber e conhecimento, originado na órbita eclesiástica, nunca se assistiu a um olhar mais profundo sobre o passado romano que permitisse romper a cortina de *Callipole* e de um santuário a Proserpina. Em Vila Viçosa o passado confunde-se com a lenda e esta alimentou uma mitologia local que prevaleceu sobre um estudo sério e sustentado

---

1040 Espanca, 1983: 33. Todas as citações são retiradas do fascículo nº 2 salvo menção em contrário.

que permitisse comprovar, de facto, as pretensas antiguidades heróicas. Tendo sido o depósito de materiais provenientes de outros locais, incluindo do santuário de *Endovelico*, a vila acabou por nunca se constituir como uma entidade criadora de um saber estruturado em torno do conhecimento concreto das realidades de terreno. Existem várias extrapolações abusivas, construídas a partir de elementos materiais emblemáticos aqui depositados, mas que não foram aqui encontrados (como as epígrafes de Proserpina ou o marco miliário da via XII), referenciando-os como emblemas de um ilustre passado local que legitimava a grandeza contemporânea. Esta projecção do presente no passado, sustentando uma história mítica local, acabou por ser mais lesiva do que benéfica, pois misturou o plano da realidade com o da lenda. A obra em que mais vemos este propósito é, contudo, a mais útil pela profusão de informações de campo nela contida. Mas são dados empolados, artificialmente engrandecidos e utilizados em favor do enaltecimento do passado. Com redacção iniciada em 1865 e publicação em 1885, as *Memórias de Vila Viçosa* do Padre Joaquim José da Rocha Espanca<sup>1041</sup> são ainda hoje o melhor testemunho para o conhecimento dos achados e realidades de terreno, mas onde é tarefa complexa destrinçar o facto da lenda. Porventura a passagem mais emblemática será a da ligação da colonização do Alentejo com as narrativas bíblicas, com os descendentes de Jafet, filho de Noé, a entrarem na região a partir de 2800 da Criação do Homem, ou 1200 a.C.<sup>1042</sup>, fundando Vila Viçosa, seguindo de perto, aliás, a via trilhada por André de Resende, de quem utiliza abundante informação. A obra vale por conceder informação sobre sítios entretanto devorados pelo crescimento das pedreiras e que desta forma ficaram unicamente testemunhados pela prosa de Espanca<sup>1043</sup>. Este profundo trabalho de tessitura de um passado mítico alicerçado nas evidências de terreno mais notáveis (independentemente da sua proveniência) poderia ter desencadeado um movimento de estudos, de referências e de análise que envolvesse a massa crítica da vila. Mas ficou como exemplo isolado, como paradigma reflexivo futuro que não deixou descendência. À sua sombra alicerçou-se a memória mítica de um passado grandioso. Encontramos em outros concelhos outros paralelos: em Portalegre, por exemplo, com a memória transferida da mítica *Medobriga* no testemunho de Frei Amador Arrais; mas talvez onde o fenómeno é mais emblemático seja precisamente em Vila Viçosa, onde o paradigma persiste, pairando sobre a perspectivação do passado. Do contraste desmotivante resulta um vazio de investigação; os dois únicos documentos demonstram e lamentam o paradoxo<sup>1044</sup>. Os trabalhos de terreno recentes são escassos e não publicados. Na década de oitenta o Grupo de Estudos da Serra d'Ossa (GEO) pretendeu

---

1041 Espanca, 1983.

1042 Página 20 e seguintes.

1043 Por exemplo, as descrições em torno de Bencatel e de Pardais (p. 30-33).

1044 *PDM Vila Viçosa - Revisão 2005* (ProEngel - Arquitectura & Engenharia); *Plano de Pormenor do Núcleo Histórico de Vila Viçosa - História urbana de Vila Viçosa, GTL Vila Viçosa, 1999-2001* (Paula Mendes Rosado).

concretizar uma *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Viçosa*, mas por falta de condições logísticas o projecto não teve seguimento. Da mesma forma, embora o primeiro Plano Director Municipal de 1995 não apresente descritores no património arqueológico, entre 1998 e 1999 terão sido conduzidos trabalhos para a primeira revisão, conduzidos por Manuel Calado, mas que a revisão de 2005 não inclui. Por estes motivos, considera-se que o volume de informações existente encontra-se longe de poder fornecer uma informação fiável e representativa.

## Sítios e comentários

### 18.01. Vigária<sup>1045</sup>

CMP 426 / CNS 5835 e 29083 / N 38° 45' 58.7" / 7° 27' 19.6" / Terreno / Pedreira  
Testemunhos em contexto secundário que remetem para a exploração: blocos com cunhas e rolos de mármore inacabados, talvez para colunas e sarcófagos. Não há memória de povoados ou necrópoles, apenas das evidências de exploração, com blocos apresentando cortes e negativos de extracção, que foram imediatamente destruídos pelo início da laboração contemporânea. Também se encontravam capiteis e colunas inacabados, além de um elemento salvaguardado, a estátua de um togado, também inacabada (guardada em armazém). A peça mais emblemática será o baixo-relevo com figuração de uma divindade aquática encontrado *in situ*, sendo removido em bloco. Sob o elemento brotava uma nascente, que na escorrência se depositava em uma cavidade, formando então uma piscina natural que na altura ainda se mantinha. A laboração iniciou-se pelo menos em meados do século I d.C., a julgar por materiais soltos<sup>1046</sup>. Na obra de P.<sup>e</sup> Espanca apenas se indica o achado de sepulturas<sup>1047</sup>.

### 18.02. Herdade do Padrãozinho

CMP 427 / CNS 1310 / N 38° 46' 19.1" / 7° 13' 24.2" / Topónimo / Necrópole  
Vasto conjunto de sepulturas intervencionadas (no total, 189) e dadas a conhecer por Dias de Deus, Henrique Louro e Abel Viana<sup>1048</sup> pertencentes a um “complexo” “conjunto de necrópoles”. Dois núcleos de sepulturas de inumação espacialmente distantes em 200 metros (necrópole nº 1 com 54 sepulturas,

---

1045 Ao Eng. Barros, da Solubema, agradeço a amável visita guiada e todas as informações gentilmente prestadas sobre a paisagem existente antes do início da exploração da pedreira actual.

1046 RP 6/244: fragmento de *terra sigillata* galo-romana com marca GEMINV e um fragmento de cerâmica de paredes finas pré-flaviano. Ver também TIRJ-29: 163.

1047 “Em 1886 [...] na herdade da Vigária, próximo do Monte do Barrinho, grande lajões de piçarra e de mármore de um jazigo redondo com cinco metros de diâmetro. Fui vê-lo a 8 de Março; e observei que no centro jaziam muitos crâneos, tíbias e tornozelos, cobertos de pedras grossas colocadas sem ordem, parecendo cadáveres mortos numa batalha. Mais abaixo estava um túmulo já arrombado.” (Espanca, 1983: 81.

1048 1955: 570 e 577, nota 2.

das quais apenas cinco com espólio, denunciando uma cronologia tardia, e nº 3, não intervencionada e com topos de sepulturas aflorando), e também dois conjuntos espacialmente próximos, com o rito de incineração, coberturas com lajes, com tegulas ou com pedras sobre as urnas, sendo aparentemente uma ainda da Idade do Ferro (necrópole nº 2, com sete sepulturas); na necrópole nº 4 foram escavadas 128 sepulturas de incineração com grande diversidade formal. Destaca-se a grande quantidade de espólio, em especial de artefactos em metal. Desconhece-se o ponto de povoamento correlacionado, embora se mencione um local com “vestígios de cimientos de edifícios” onde existiriam silhares de granito e um capitel em mármore<sup>1049</sup>. Quanto à(s) necrópole(s), trata-se de um conjunto fulcral que merece reavaliação de modo a entender a longuíssima diacronia de um espaço funerário onde uma vasta comunidade se fez tumular.

*Outras referências: RP 6/246; TIR J-29: 122; Viana, 1953; Viana & Deus, 1955a; Alarcão, 1967:2; Alarcão & Alarcão, 1976: 73; Nolen, 1985: passim; Frade & Caetano, 1993.*

### **18.03. Fonte da Horta do Soares**

CMP 427 / N 38° 49' 42.9" / 7° 17' 17.3" / Terreno / Necrópole

Fonte térrea localmente considerada como romana. A seguir à Reforma Agrária um tractor colocou à vista uma laje de mármore de grandes dimensões. Logo foi feita uma escavação tendo sido encontrada uma necrópole romana na baixa do terreno, junto da fonte. No local não se encontram vestígios, embora no momento da visita<sup>1050</sup> a vegetação impedisse uma correcta observação.

*Referência: Inédito.*

### **18.04. Pomar d'El Rei**

CMP 427 / CNS 5286 / N 38° 50' 14.2" / 7° 14' 20.9" / Topónimo / Necrópole

Necrópole correspondente à *villa* da Torre do Cabedal. As primeiras referências são antigas, mas passaram despercebidas: “Pomar d'El-Rei. Na herdade da Torre do Cabedal. Quando ha poucos annos se demoliu um forno que havia defronte da entrada do casal, achou-se um fragmento de campã romana em que apenas se liam estas letras: LAEL / F.AN / S.T. Foi enviada à secção archeolog. da Biblioth. municipal.”<sup>1051</sup> Recentemente foram descobertas e escavadas clandestinamente mais sepulturas.

*Outras referências: RP 6/247.*

---

1049 Viana & Deus, 1955a.

1050 24.03.2008.

1051 Almada, Vol. 45: Pica-Porta. O autor menciona, na mesma entrada, que “O Pe Carvº na Chorog. Port., tratando de V Viçosa diz que no pomar del Rei havia a ermida de S. Paio no seu tempo”. Notícia da descoberta e impressões de terreno em *O Elvense* nº 52, 05.Junho.1881, p. 2 [coluna de notícias]. Mais tarde surge divulgada da seguinte forma: “26. Fragmento de uma campã romana (de marmore branco) em que distinguem as seguintes letras da inscripção: LAEL.... / .F.AN... / ...ST... [...] encontrada [...] no entulho proveniente da demolição de um forno, no Pomar de El-Rei, da herdade da Torre do Cabedal, concelho de Villa Viçosa. [...]” (Pires, 1901: 216). Ver também IRCP nº 457.

### 18.05. Torre do Cabedal

CMP 427 / N 38° 49' 36.4" / 7° 14' 09.5" / Terreno / *Villa*

Um dos mais monumentais e ignorados sítios do Alto Alentejo. Conhecido de há muito, escavado sem que memória alguma fosse produzida, hoje remetido ao silêncio. A *villa* encontra-se sob a atalaia reconvertida em Monte, “un gran área residencial, que debería ocupar la plataforma donde se construyó el caserío de la actual propiedad”<sup>1052</sup>. As estruturas apresentam impressionante monumentalidade e estado de conservação, mas a profusão de elementos construídos torna complexa a interpretação, embora façam parte de um edifício termal, notando-se uma *nataio* com duas pequenas escadarias laterais, entre outros espaços mais difíceis de relacionar. Outra notícia surge de um correspondente de Leite de Vasconcellos, Lerenó Antunes: “Sou e resido em Elvas, e pela minha vida de lavrador (agricultor) percorro muito os campos onde tenho encontrado muitos restos arqueológicos de que desejo que V. Ex<sup>a</sup> tome conhecimento [...]. Existe na herdade de Torre de Cabedal, vestígios de uma luxuosa e grande "villa" romana. Foi rendeiro muitos anos desta herdade meu pae, e por s/ morte continua-a explorando minha mãe e irmãos. Ha anos perto do monte levantaram os arados um bocado de mosaico; e, motivado talvez mais pela minha curiosidade, procedeu-se a escavações, conseguindo por-se a descoberto o pavimento de mosaicos de um balneário romano muito bem conservado, com primorosos desenhos, destacando-se à roda do ralo, que era de marmore e estava deslocado, uma cercadura com peixes. Pouco mais se escavou, e por motivo de minhas ausencias longas, não se continuaram mais os trabalhos. Sempre foi meu desejo que estes mosaicos fossem para o Museu Municipal de Elvas. Infelizmente assim sucedeu. Digo infelizmente porque a pessoa, que na sua qualidade de conservador do museu, dirigiu os trabalhos de levantamento, não conseguiu que fosse retirado convenientemente e hoje vejo com muita magoa minha, a impossibilidade de se reconstituírem, e terem que se perder algumas partes por ser retirado muito fragmentado, sendo hoje um quebra-cabeças sem resultado a sua reconstituição. Eu desejava que o local fosse visto por pessoa entendida, porque me parece que devem dar resultado, umas explorações metódicas e bem dirigidas. Em tempos convidei, quando ainda no Museu Ethnologico o Dr. Virgilio Correia, que fora meu condiscipulo, mas a sua prometida visita nunca chegou a realizar-se. Não sendo meu desejo entrar em descrições e suposições não quero deixar de dizer que o monte da Torre de Cabedal tem uma torre muito antiga cuja epoca não sei determinar, e que bastante perto existem mais duas, e ao redor tem sido descobertas muitas sepulturas, uma ou umas das quais deram bastantes peças de vidro, que possuo, que existem muitos alicerces, e o terreno está cheio

---

1052 Reis, 2004: nº 125.

de fragmentos de telha romana, argamassas, etc.”<sup>1053</sup> Mais tarde o local foi intervencionado em extensão, daí que algumas estruturas estejam visíveis. Contudo, nenhum registo existe sobre estes trabalhos. O referido mosaico, com figurações piscícolas, encontra-se na colecção do Museu de Arqueologia de Elvas.<sup>1054</sup>

### 18.06. Lagoa<sup>1055</sup>

CMP 440 / N 38° 44' 35.2" / 7° 24' 58.7" / Terreno / Pedreira

Único local em que ainda se encontram *in situ* vestígios de exploração do mármore em época romana: alinhamentos de orifícios para inserção de cunhas e o negativo de um sarcófago. O local foi poupado pelas explorações industriais modernas que o rodeiam.

### 18.07. Vilares da Galharda

CMP 440 / CNS 5137 / N 38° 44' 17.4" / 7° 27' 03.0" / Terreno / *Vicus* (?)

Vilares da Galharda corresponde certamente a um *vicus marmorarius*. Não há qualquer evidência de monumentalidade de uma *villa*, e em contrapartida são impressionantes as evidências de laboração. Área estimada em quatro hectares, muito próximo da linha de água e de recursos aquíferos. Uma mancha quase contínua com materiais bem conservados. Todavia, só se encontram materiais de construção<sup>1056</sup>: muitos tijolos, alguns inteiros, telhas e poucos imbrices, muitos blocos pétreos (xistos utilizados em construção e blocos marmóreos, restos inacabados de laboração). É visível uma plataforma que talvez se deva a construções<sup>1057</sup>. Mencionado em notícias antigas: “Dá-se este nome a uma porção de terra de lavoura pertencente à Herdade da Galharda [...]. Aqui as ruínas são mais abundantes do que nas hortas e cerrados vizinhos, cobrindo elas quase toda a superfície do solo; [...] nos Vilares, assim como na herdade das Nogueiras (fora das hortas), não só há ladrilhos e telhões com alguns mármorees talhados, mas também muitíssima pedra miúda e alguma grossa.”<sup>1058</sup> Do local conhecem-se algumas epígrafes funerárias<sup>1059</sup>.

Outras referências: RP 6/245; Saa, 1956: 119-122.

---

1053 Correspondente 152; carta de 10-02-1926 (738).

1054 Descrição em Mourão, 2008: 104-105.

1055 Agradeço a Luís Lopes a visita ao local e todas as explicações técnicas prestadas.

1056 Corroborar Mário Saa (1956: 119): “Os «vilares» representam assentos de antigas povoações romanas, de maior ou menor extensão, mas notáveis, onde, de tempos a tempos aparecem legendas latinas e objectos de toda a espécie. O chão é juncado, em vasta área, de fragmentos de *tegula*.”

1057 A curva de nível é tão marcada que está definida na CMP 440.

1058 Espanca, 1983: 72, que refere achados de sepulturas na pág. 79.

1059 IRCP nº 438, dedicada a *Fontano et Fontana*, e IRCP nº 451. Existe uma inscrição paleocristã, o epitáfio de *Domitia*, encontrada no mesmo local da anterior (Alves Dias & Gaspar, 2006: nº 110, com bibliografia).

## 18.08. Aldeia das Freiras

CMP 440 / N 38° 43' 45.3" / 7° 28' 10.0" / Topónimo / *Vicus* (?)

Referências a vestígios situados a sul de Bencatel, variando entre “Aldeia das Freiras” e “Fonte das Freiras”. Espanca menciona que “Na Fonte das Freiras, desde o nascente até cerca da vila do Alandroal, estava outro vilar, onde aparecem vestígios de telhões, mármore e moedas romanas.<sup>1060</sup>” Adiante descreve outros achados, com mais pormenor, incluindo “um grande pórtico”, uma possível estrutura cultual e um edifício de “termas ou banhos”<sup>1061</sup>. Na segunda foi encontrada “uma sereia” e a dedicatória ao par *Fontano et Fontanae*, noticiada por José Leite de Vasconcellos<sup>1062</sup>, o que confirma uma estrutura de âmbito cultual. Finalmente, existe ainda uma inscrição paleocristã<sup>1063</sup>. Quanto a Mário Saa, também dedicou alguma atenção aos «Vilares», não os distinguindo da Galharda, como se fossem uma mancha contínua, e prolongando-os para Santa Ana, onde radica a dedicatória votiva, mas conforme já adiantei<sup>1064</sup>, em prospecções neste último local nada de relevante encontrei. Quanto a Aldeia das Freiras, na essência repete as indicações de Espanca<sup>1065</sup>. Apesar das várias prospecções e inquéritos junto da população, não foi possível confirmar este conjunto de notícias. Como se compreende, torna-se difícil interpretar estes achados desconexos, na medida em que é difícil perceber se estão relacionados com o ponto de povoamento anterior (como uma sua extensão) ou funcionam como uma área de prestação de serviços e equipamentos públicos para os trabalhadores da laboração do mármore – hipótese que pessoalmente prefiro,

---

1060 1983: 32.

1061 Espanca, 1983: 80. Um pouco antes (p. 74) mencionara “ladrilhos de arcadas pequenas”, eventualmente de termas. É esta a passagem: “1º - Uma grande pedra de doze palmos de comprimento por três de largura, a qual tinha no centro dos extremos uma cavidade como de rodízio ou couceira de porta, e junto dessa cavidade outra menos para gato de ferro. Era inquestionavelmente ali um grande pórtico. [...]. 4º Uma outra não apurada a cinzel ou escoda estava empinada e sobre ela tinham posto os trabalhadores um busto de mármore, cuja cabeça padecera a lesão de uma lasca tirada na face esquerda, compreendendo boca, nariz e olho direito. [...] várias pedras grossas junto do pórtico referido e ao longo dos alicerces de uma capela ou templo, indicando serem bases sobre que se erguiam colunas ou grossas pilastras. Seria aqui algum templo de Fontano e Fontana?... Deus o sabe. Na traseira deste edifício apareceram alguns canos de chumbo em perfeita conservação. Eram aquedutos de pequena porção de água e, segundo parece, de umas termas ou banhos quentes, pois mais adiante estava um tanquinho ou banheira de argamassa duríssima, além de cinzeiros perto dos canos. [...] admirei novos mármore, inculcando serem alicerces de outros [...] tábuas de mármore alvíssimo talhado à serra, pedaços de cornija, florões de cimento [...]”

1062 1905: 256; ver também Carneiro, 2009-2010: XXIII.

1063 Espanca, 1983: 78; ver também Alves Dias & Gaspar, nº 110.

1064 Carneiro, 2009-2010: XXIII.

1065 Saa, 1956: 122: “O *opus signinum*, os fragmentos de *tegula* e *imbrex*, pedaços de silharia marmórea, e cacos de objectos do uso doméstico, dispersam-se, aí, numa área de dezenas de hectares, na margem esquerda do pequeno ribeiro, mas caudaloso, que, nascendo no lugar de Bencatel, afluí ao Lucefécir, com 5 km. de curso. Move muitas azenhas. Nas suas origens há um terreno denominado as *Fontanas*.” Pela menção às “azenhas” percebe-se que se refere a este local.



e então teríamos nos arredores de Bencatel um núcleo com características semi-urbanas, um *vicus marmorarius*. Note-se que deste local, ou do anterior, são provenientes várias epígrafes, incluindo a já referida dedicatória votiva. Os dedicantes<sup>1066</sup> são cidadãos da tribo *Galeria*, indígenas e libertos, em diversidade etnogénica relacionada com a actividade nas pedreiras, que atrairia para este lugar gentes das mais variadas proveniências.

### 18.09. Santa Ana

CMP 440 / N 38° 43' 13.8" / 7° 27' 37.0" / Terreno / Necrópole

Local onde, segundo a tradição, se implantou o primitivo aglomerado de Bencatel, e onde ainda se encontram os alicerces da ermida, hoje sobrepujada por uma irrelevante construção agrícola. Na base da elevação está uma nascente com elevado caudal, brotando do chão. Mário Saa refere que “Onde realmente houve muita pedra mármore de aparelho, como ainda se vê por fragmentos, foi no local da extinta ermida de S.<sup>ta</sup> Ana, 1,5 km. a sul do sinal geodésico da Galharda”<sup>1067</sup>, relacionando o templo cristão com uma estrutura pagã de invocação ao par *Fontanus* que, como vimos, foi recolhido em Aldeia das Freiras. Existe também menção à descoberta de sepulturas: “No estio de 1877, o lavrador de Santa Ana, Manuel Gomes Caeiro, mandando murar a horta da herdade e abrir um leito novo ao ribeiro para lhe não devastar a dita horta, achou muitas sepulturas com tigelas (disse ele) à cabeceira de cada uma [...]”<sup>1068</sup> A visita não permitiu confirmar qualquer ocupação.

### 18.10. S. Marcos

CMP 440 / CNS 2704 / N 38° 44' 07.8" / 7° 23' 50.7" / Terreno/ *Vicus* (?)

Um dos locais em que é possível avaliar a dimensão da perda causada pela laboração do mármore. A antiga ermida, pretérita sede de procissões relacionadas com o gado e a transumância, ergue-se solitária, em meio às crateras produzidas por uma das mais activas áreas de exploração<sup>1069</sup>. Situação bem diferente até aos anos cinquenta: “A «cidade» dos Vilares, como aqui se diz, existira em torno da capela ou ermida de S. Marcos. A «cidade» desenvolvia-se para leste da capela, por terrenos extraordinariamente impregnados de fragmentas de telhas, no largo espaço que compreende Fonte da Moura e Fonte Soeiro. Colunas de mármore (pedra da região), silharia, pavimentos do costumado mosaico policrómico (em profusa quantidade), ladrilhos, objectos, inscrições, tudo aí aparece, e muito mais apareceu noutras idades, como

---

1066 Para as epígrafes ver IRCP n° 438, n° 443, n° 452, n° 455 e n° 467 e comentários em Lambrino, 1967.

1067 Saa, 1956: 123.

1068 Espanca, 1983: 79.

1069 Duzentos metros a sul encontra-se o poço de exploração mais profundo, superior a cento e trinta metros.

referem monografias locais.<sup>1070</sup> Foram confirmadas as informações. Todos os vestígios encontravam-se a leste do monte, onde hoje estão as pedreiras. Não há testemunho de elementos arqueológicos para oeste e norte. Junto às casas foram encontradas sepulturas com ossadas e um recipiente cerâmico no topo. Em 1966 foi encontrada uma pulseira de ouro, entretanto perdida. Mais para sul, junto a Fonte da Moura estava o sítio de habitação, havendo referência a pedras trabalhadas e a um lagar. O testemunho obtido interpretou a presença da laboração antiga de acordo com uma ocorrência de mármore onde as placas afloram ao alto, e não em bancadas, e portanto, cuja extracção é mais simples por ocorrer em laminação natural.

### **18.11. Monte das Freiras**

CMP 440 / N 38° 41' 27.5" / 7° 28' 14.4" / Topónimo / Necrópole

Epígrafe funerária. Não se conhece o local do achado. Na atribuição do topónimo talvez exista alguma confusão com Azenha das Freiras.

*Referências: IRCP nº 445.*

### **18.12. Fonte Soeiro**

CMP 441 / CNS 4634 / N 38° 44' 00.8" / 7° 23' 32.0" / Terreno / *Vicus* (?)

Junto ao aglomerado de Fonte Soeiro, no vale. A mancha de materiais corresponde a um acidente topográfico amplo, uma lomba que quebra o relevo e marca o local onde existirão construções. Aqui se encontra numerosa cerâmica de construção (tegulas, imbrices e tijolos), escória, vários tipos de cerâmica comum, fragmentos de ânforas lusitanas e *terra sigillata* hispânica. No meio da tapada murada encontra-se um silhar. Diz-se também que aparece “cimento branco”, *opus signinum*. A mancha é cortada pelo uso do terreno: a leste pela estrada de acesso às casas e a norte pelo limite das pedreiras. O sítio é atravessado por um caminho recto, em linha definida por árvores, e que “dava caminho para Espanha”. Hoje estão conservados menos de cem metros do traçado. Nas propriedades em volta há também notícias várias. A parcela a oeste denomina-se Covões e refere-se o achado de vários materiais. Entre as duas, e mais acima topograficamente, existem notícias de uma necrópole de incineração entretanto destruída.

### **18.13. Pardais**

CMP 441 / CNS 4641 / N 38° 43' 19.3" / 7° 24' 12.4" / Topónimo / *Vicus* (?)

São numerosas as notícias sobre o passado romano de Pardais. Aliás, a denominação parece provir da deturpação de “paredais”, como Mário Saa apontara. Os testemunhos são-nos deixados pelo P.<sup>o</sup> Espanca: “Na planície de Pardais, que desce o outeiro da Torre até à fonte do Soeiro, e principalmente na herdade da Fonte da Moura, há também vestígios de povoação Romana

---

1070 Saa, 1956: 138.

e bastante notáveis. Segundo o testemunho de um antigo lavrador, apareceu na dita herdade da Fonte da Moura, cerca de 1824, uma campã, cujo epitáfio terminava pelo usual romano STTL [...]. Na eminência da mesma Pardais, situada ao poente do bairro chamado - Aldeia - e da planície da Fonte da Moura, ou ao sul da moderna Igreja Paroquial, esteve outro vilar, cujas ruínas são bem reconhecíveis e ocupam uma área de não menos de quinhentos metros em quadro, estendendo-se mais para o sul em direcção à herdade, que tem o nome de Santa Helena ou Misericórdia. Deste vilar ou do precedente era um capitel de ordem coríntia, que se acha encaixado à porta de umas casas do bairro das Casas Novas.<sup>1071</sup> A “margem direita da ribeira”, diferencia este núcleo do de S. Marcos ou de Fonte Soeiro, e seriam “tantos os ladrilhos e telhões Romanos, que formam camadas de uns sobre outros, indicando serem relíquia de sumptuosos edifícios. Todo o terreno ocupado por eles não mede menos de um quilómetro quadrado.”<sup>1072</sup> Efectivamente parte da aldeia parece assentar sobre um aglomerado anterior, mas nas prospecções feitas não se encontraram vestígios. Do local conhecem-se mosaicos, colunas de mármore e canos de chumbo em depósito no Museu da Fundação Casa de Bragança em Vila Viçosa. Uma epígrafe votiva dedicada a *Salus*<sup>1073</sup>.

## Comentários gerais

O dado mais curioso e porventura surpreendente reside no seguinte: à excepção de Torre de Cabedal – inserida em contexto paisagístico e fisiográfico diferente – nenhum sítio calipolense pode ser interpretado como *villa*.

Aparentemente temos três classes de pontos: necrópoles e/ou sepulturas; pedreiras/locais de extracção; e uma categoria indefinida que podemos designar de povoados abertos ou, especificamente, de *vici marmorarii*. Se em outros concelhos havíamos entrevisto a sua presença, é em Vila Viçosa que assumem uma dimensão numérica significativa. Olhando para as descrições dos autores que os procuraram recensear – ou seja, o P.<sup>e</sup> Espanca e Mário Saa, embora este último pareça replicar a informação do primeiro – temos uma realidade linear. São os «vilares», povoados de extensão gigantesca, embora o primeiro dos autores se esforce por individualizar os principais núcleos, particularizando e circunscrevendo estas realidades<sup>1074</sup>. Que realidades são estas? A convivência

---

1071 Espanca, 1983: 32.

1072 Espanca, 1983: 33.

1073 Almeida, 1964; IRCP n.º 375; Carneiro, 2009-2010: XXXVI.

1074 Por exemplo: “Em resumo: há dois vilares em Pardais” (Espanca, 1983: 33). Ou seja, a perspectiva inverte-se ao restante da obra: mais do que aglutinar diversas realidades, procurando enaltecer a grandiosidade passada, a perspectiva de Espanca centra-se na autonomização dos distintos pontos de povoamento, separando-os e olhando-os como realidades diferenciadas e

entre espaços de habitação e de laboração; indicadores de monumentalidade em pontos específicos, mas não em todos; esses indicadores não são muito diversos, consistindo em capiteis e um pé de estátua<sup>1075</sup> (notando-se a ausência de mosaicos<sup>1076</sup>); e é certo que o autor fala em “ladrilhos e telhões Romanos, que formam camadas de uns sobre outros, indicando serem relíquia de *sumptuosos edificios*”<sup>1077</sup>, mas menciona esta sumptuosidade no sentido da abundância e da quantidade, não no sentido dos indicadores de requinte e de ambientes áulicos. Em todos os sítios sublinha-se a grande dispersão territorial dos vestígios de superfície. E escreve-se “Lugarejos e aldeias romanas”, mas nunca se alude à existência de edifícios monumentais<sup>1078</sup>. Surge a presença de mármore, ainda evidente para quem passeie nos sítios: tratam-se de blocos informes ou com marcas de talhe, resultantes da laboração e do corte. No restante, os elementos de superfície são os omnipresentes “telhões” e ocasionalmente moedas. O facto de por vezes se indicar que as ruínas são bem reconhecíveis pode levar a pensar em alicerces ou topos de muros aflorando, mas a tónica é sempre colocada no «vilar» ou «povoação», termos neutros que apontam para povoados em lugar de *villae*, hipótese que, devidamente crivado o texto, não pode ser comprovada pela prosa do autor. O único ponto onde a descrição centra-se em estruturas de aparato é Azenha das Freiras, a sul de Bencatel: um ambiente termal, com poço, canalizações, aqueduto, banheiras e um santuário com epígrafe votiva, um pórtico e “colunas ou grossas pilastras”. Um balneário público, servindo os *marmorarii*?

Note-se que eu não pretendo negar a existência de *villae* no epicentro da exploração marmórea. O que me parece importante sublinhar é que os indicadores de *villae* são, afinal, escassos. Mosaicos existem em Torre do Cabedal – uma estrutura fundiária, distante deste universo – e em Pardais, cuja proveniência não é assegurada. Indicadores de monumentalidade são alguns – capitéis enunciados por Espanca – mas a sua origem tanto pode residir em ambientes áulicos privados como em edifícios públicos ou semi-públicos. Mas olhando de outra perspectiva, a discussão entre *villae* e povoados abertos/*vicus* remete para outra, mais ampla, e que tem a ver com a estratégia de exploração

---

desconectadas geograficamente. Claro que a perspectiva também é panegírica, mostrando o denso povoamento na Antiguidade e como o mármore atraiu tantos habitantes, mas o curioso (para a época e perfil da obra) é precisamente a inversão da perspectiva.

1075 [...] “pé de estátua pequena de côr avermelhada, e que não há nestes sítios” que foi recolhida na Herdade de Nogueiras no concelho de Borba (Espanca, 1983: 72).

1076 Apenas Mário Saa indica “profusa quantidade” de “mosaicos policrómicos” no núcleo de São Marcos/Fonte da Moura/Fonte Soeiro próximo de Pardais; mas em seguida cita “monografias locais” (Saa, 1956: 138), seguramente o P.<sup>o</sup> Espanca, pelo que presumo que escrevesse sem conhecimento de terreno, o que aliás também me parece válido para a descrição de Bencatel. No Museu de Vila Viçosa guardam-se fragmentos de mosaicos com a designação genérica de “Pardais”, o que impede a correspondência com um ponto em concreto.

1077 Espanca, 1983: 33; itálico da minha responsabilidade.

1078 Espanca, 1983: 65, n.º 1.

de um recurso fundamental para o mundo romano (no sentido mais amplo do termo). No fundo, o que se discute é o modelo de gestão e de organização. Presumir que existem *villae* – hipótese que, a meu ver, carece de sustentação – é partir da premissa de que a laboração se alicerçava em iniciativa privada, no âmbito de *domini* que, no lugar de optar por investimentos de cariz agro-pecuário, direccionavam a atenção para o mármore. Partir do princípio de que existiam povoados, ou *vici*, será admitir que a gestão se efectuava em âmbito público ou em parcerias público/privadas, o que implicava áreas de laboração e pontos de povoamento que prestassem serviços a todos os intervenientes no processo, desde o escravo incumbido das tarefas mais pesadas ao *marmorarius* especializado, ou ao legado que recebia os impostos e taxas. Mas implicava também edifícios que prestassem serviços, como na descrição de Espanca a propósito de Azenha das Freiras e que poderão corresponder a espaços de âmbito público – ou pelo menos *não correspondem apenas a espaços de âmbito privado*, podendo efectivamente ser prestadores, funcionando em outro tipo de enquadramento diferenciado.

O acomodamento das imensas moles humanas que laboravam nestes espaços teria de ser conseguido através de povoados dispersos. Os que ainda se conseguem identificar em pontos como Galharda ou Fonte Soeiro, e que em outros lugares parecem ter desaparecido por completo, engolidos pelo avanço das pedreiras ou sepultados sob núcleos urbanos. Mas onde sobreviveram, os indicadores são semelhantes: largas extensões (em Galharda muito ampla, com hectares) com acidentes topográficos criando plataformas artificiais (situação mencionada por Espanca) com cerâmica de construção, fragmentos de mármore e um ou outro elemento diferenciador (mais variação em Fonte Soeiro do que em Galharda). Proximidade em relação a dois componentes fixos: as pedreiras, sempre contíguas, e abundantes recursos hídricos. E a congregação esperada, ou seja, os sítios aproximam-se em função destes recursos estratégicos, deixando de haver uma repartição equilibrada da propriedade, o que conduziria ao ajuntamento de uma grande densidade populacional em espaços mais reduzidos. Infelizmente o silêncio epigráfico é penoso porque uma boa forma de avaliar este universo seria por alguma inscrição que nos permitisse perceber quem aqui laborava e, indirectamente, como estas unidades funcionavam, ou ainda se existia alguma superintendência ou cadeia de produção. Mesmo assim as epígrafes demonstram-nos a heterogeneidade social, com gentes de distintas origens, fundos e filiações, que conviviam juntas em espaços onde se exigiam diversas competências e se criavam múltiplas oportunidades.

A evolução para o final do mundo clássico não está testemunhada em Vila Viçosa, à excepção de um importante documento: a inscrição paleocristã de Azenha das Freiras descrita por Espanca<sup>1079</sup>, cujo contexto seria conveniente

---

1079 1983: 78; ver também Alves dias & Gaspar, nº 110.

averiguar. A sua presença indica-nos uma continuidade de povoamento, e eventualmente também na laboração das pedreiras. Se for possível relacioná-la com o suposto ambiente termal descrito pelo autor, será crível supor a transformação do local em basílica paleocristã.

Claro que para a obtenção de uma visão mais profunda do povoamento romano de Vila Viçosa temos ainda muito trabalho de campo. Informações deixadas por Espanca não puderam ser confirmadas, faltando em alguns casos a memória toponímica, não correspondente com a paisagem actual. Extensas áreas apresentam um incómodo vazio, sendo que em alguns casos a fertilidade dos solos e a densidade da rede hidrográfica fazem supor que existam unidades de povoamento não identificadas. E sobretudo urge realizar prospecções em torno de Bencatel e de Pardais, confirmando as informações de Espanca, construindo uma nova noção da rede de sítios, percebendo as discontinuidades existentes ou áreas de ocupação diferenciadas ou complementares. Desta forma é necessário superar os vazios e modo a perceber o que se passou no *pagus marmorarius calipolense*.

## ÍNDICE TOPONÍMICO

- A do Meio Dia 5 – II: **376**.  
A-do-Rico – II: **86**.  
*Abelterium* – I: 25; 41; 73; 75; 76; 145; 171; 174; 179; 191; 192; 222; 279; II: 11; 12; 13; 22; 24; 25.  
Abicada – I: 107; 108.  
Abodaneira – I: 192; II: 163; **164**, 169.  
Abrunheira (Portalegre) – II: **404**.  
Abrunheira (Sousel) – II: **414**.  
*Ad Septem Aras* – I: 62; 158; 174; 176; 182; 183; 185; 186; II: 50-51; 81; 87; 107; 330.  
Agrões, Monte dos – II: **123-124**.  
Água Branca – I: 182.  
Aguilhão (Vale do Peso, Crato) – I: 192; II: 138; **147**; 169.  
Aguilhão (Crato e Mártires, Crato) – II: **164-165**; 169.  
Alagoa – I: 219; II: **311**; 312; 316.  
Albardeira 1 – II: **417**.  
Albarrol – I: 205; II: **370**; 379.  
Alcaide – I: 190; II: **328-329**; 359.  
Alcalá de Guadaira – I: 115.  
Alcarapinha – I: 170; II: **187**.  
Alcatruz, Monte do – II: **413**.  
Alcobaça, Herdade de – I: 39; 69; 165; 170; II: **187**.  
Alcobaça, Monte de – I: 160; 170-171; 366; II: 175; **187**; 357.  
Aldeia – I: 267; II: **306-307**.  
Aldeia das Freiras – I: 138; 214; II: **430-431**.  
Aldinha, Monte da – I: 152; 171; 205; 359; 366; II: **356-357**; 359.  
Alfarófia – I: 147; 167; 168; 351; II: **202-203**.  
Alfeirão, Monte do – I: 188; II: **41**.  
Algueireiras, Monte das – II: **30**.  
Algueireirinhas, Monte das – II: **31**.  
Alivã, Monte da – I: 120; 257; II: 100; **103-104**; 105; 108.  
Almarjão – I: 120; 192; 345; II: **165-166**; 167; 169.  
Almenara de Adaja – I: 247.  
Almentolios – II: **264**.  
Almo – I: 205; II: **260-261**.  
Alpalhão – II: **244**; 245.  
Alter Pedroso – II: 14;  
Alto da Alavada – II: **23**.  
Alto da Silveira – I: 136; II: **30**.  
Alto da Torre – I: 220; II: **266**.  
Alto das Bicas – II: **286-287**; 289.  
Alto de São Mamede – I: 354; II: **312**.  
Ameixoeira, Tapada da – I: 204; II: **127**; 134.  
Amendoeira (Monte da) – II: 274; **275**.  
Amimôas de Cima – II: **181**.



- Ammaia* – I: 25; 40; 41; 61; 66; 67; 73; 75; 76; 78; 143; 145; 153; 154; 188; 199; 215; 218; 219; 226; 233; 235; 236; 237; 238; 242; 263; 277; 278; 280; 281; 354; II: 292; 293; 305; 311; 313; 314; 317; 319-320; 321.
- Amoreiras – II: **304-305**.
- Anta do Reguengo – II: **178-179**.
- Aravia – II: **412**.
- Arcos – II: **243-244**; 245.
- Argamassas, Herdade das – I: 63; 111; 118; 120; 207; 220; 251; II: 81; 82; **88-90**; 105; 108.
- Aritium Praetorium* – I: 217.
- Aritium Vetus* – I: 41; 78; II: 288; 385.
- Arneiros – II: **269**.
- Arraial, Herdade do – II: **23**.
- Arribanas dos Arneiros – II: **271**; 280.
- Arrociada – II: **258**.
- Assumar – I: 120; 131; 189-190; 371; II: **330-331**; 358; 359.
- Atalaia – II: **348**.
- Atalaião/Atalaia dos Sapateiros – I: 170; 172; 175; II: 177.
- Auditorium – I: 91.
- Azinhãl, Monte do – I: 205; II: **332**.
- Bacharel, Herdade do – II: **34**.
- Baldio, Castro do – II: 40.
- Baloco, Mina do – II: **37**.
- Barata, Monte do – II: **386**.
- Barca da Amieira – I: 131; II: **370**.
- Barios – II: **405**.
- Barrada, Monte da – II: **58**; 63.
- Barragem da Póvoa – I: 202; 204; 252; 342-343; II: 125; **126-127**; 132; 135; 136; 376.
- Barrocal – II: **265**; 274; 275.
- Belmonte – I: 188; 204; II: **38**.
- Bembelide – II: 57; **59**; 63.
- Besteiros 1, Geodésico de – I: 205; II: **334**.
- Besteiros 2, Geodésico de – II: **335**.
- Bibracte – I: 126.
- Bica – II: **305**.
- Biscaia 1, Monte do – II: **143-144**; 169.
- Biscaia 2, Monte do – I: 204; II: **144**; 169.
- Biscaia 3, Monte do – II: **144**; 169.
- Bispas – II: **271**.
- Boa Morte, Azinhaga da – I: 264; 269; 341-342; II: 112; 124; **125**; 126; 127; 135; 136.
- Botafogo 1 – I: 155; 203; II: **201**; 209.
- Botafogo 2 – II: **201**; 210.
- Braçal – II: **287-288**; 289.
- Braguinas, Monte das – I: 204; 206; II: **152-153**; 167; 168; 169.
- Branças, Monte das – I: 147; 205; II: 354; **355**; 359.
- Budua* – I: 158.
- Bufão – I: 131; 182; II: **384-385**; 393.
- Buraco da Faiopa – II: **368**.
- Burraz 1 – II: **272**.
- Burraz 2 – I: 261; 272, II: **271-272**.
- Cabana do Olival – II: **418**.
- Cabanas, Monte das – II: **41**.
- Cabeça, Monte da – I: 205; II: **405**; 407.
- Cabeça de Vaiamonte – I: 68; 178; 223; 276; II: 325; 326; 332; 357; 360; 361.
- Cabeças – II: **370-371**.
- Cabeceiros 2, Monte dos – II: **386**.
- Cabecinha de Lebre, Monte de – II: **87-88**; 105.
- Cabeço de Santa Luzia – II: 13; **15-16**.
- Cachim, Monte do – I: 177; II: **179**; 210.
- Cadete 1, Tapada do – II: **374**.
- Cadete 2, Tapada do – II: **374**.
- Caldeiras – I: 168-169; 239; II: 203.
- Calijos 1, Monte dos – II: **412**.
- Camareira, Herdade da – II: **403**.
- Campino, Monte do – I: 189; II: **36**; 49.
- Camugem, Herdade da – I: 235; 253; II: 175; **205**; 213.
- Caniceira 1 – I: 178; II: **268**.
- Caniceira 2 – I: 178; II: **268**.
- Caniceira 3 – I: 178; II: **269**.
- Capela (Campo Maior) – II: **100**.

- Capela (Sousel) – II: **418**.
- Capela, Horta da – I: 176; II: **100**; 105; 106.
- Capela, Monte da (Arronches) – I: 63; 111; 116; 117; 119; II: 27; 28; **31-32**; 49; 52.
- Capela 1, Monte da – II: **413**.
- Capela 4, Monte da – II: **413**.
- Capela do Monte Novo/Sr.<sup>a</sup> dos Prazeres – I: 181; 362; II: **386-387**; 393.
- Capela do Monte Novo 2 – II: **387**.
- Carapalha – I: 136; II: **414-415**.
- Carapeta 1 – II: 57; **60-61**; 63; 64.
- Carapeta 2 – II: **61**; 63; 67.
- Cardilium, villa* – I: 99.
- Cardoso – II: **61**; 63.
- Carranque – I: 254; II: 340.
- Carrão, Monte do – I: 118; 120; 121; 279; 346; II: 162; 174; **183-185**; 208; 209; 213; 325.
- Casa de Alvalade 1 – I: 119; 146; 151; 179; 204; 330; II: 12-13; **18-19**; 23; 24.
- Casa de Alvalade 2 – II: **17**; 24.
- Casal da Várzea – I: 41; II: 286; 288.
- Casão da Machouqueira – I: 338; II: **115**; 134.
- Casão do Inferno – II: **115**; 134.
- Casão do Leandro – I: 337; II: **114-115**; 134.
- Casarões da Misericórdia 1 – I: 113; 146; 167; 176; 204; II: 83; **101-102**; 103; 105; 108.
- Casarões da Misericórdia 2 – II: **102**; 106.
- Casas do Canal – II: **243**.
- Casas Novas 1 – II: **62**; 63; 65.
- Cascalheira – I: 131; 192; II: **21**.
- Casco, Monte do – II: **354**.
- Castelo 1, Monte do – I: 120; II: **58-59**; 63; 64; 65; 66.
- Castelo do Mau Vizinho – I: 178; 205; II: **269**; 329.
- Castelos de Baixo – II: 365; 380.
- Castelos de Cima – II: 365; 380.
- Castro da Brioia – II: 423.
- Castro do Chichorro – II: 177-178.
- Catarina Velha – II: **414**.
- Cegão – II: **259**.
- Cegonha, Monte da – I: 253; 254; 269.
- Cem Dias, Monte dos – II: **148**; 167; 169.
- Cerca – I: 111; 120; II: 71; **73-74**; 78; 79.
- Cerejeira – II: **276**.
- Cerro da Capela – II: **263**.
- Cevados, Monte dos – II: **419**.
- Chabarneco – II: **259**.
- Chafariz 1, Monte do – II: **59**; 63; 64; 65.
- Chafariz 2, Monte do – II: **59**; 63.
- Chafurdão de Santa Marinha – II: **132**.
- Chamiço – I: 192; 193.
- Chaparral – II: **259**.
- Chaminé, Herdade da – I: 121; 253; 276; II: 184; **185-186**; 213; 324-325.
- Chamorra, Monte da – II: **43**.
- Chão do Pinheiro – II: **373**; 379.
- Chão Salgado/Barbuda – I: 204; II: **114**; 134.
- Chocanal, Monte do – I: 127; 128; 129; 143; 192; 200; 227; 228; II: **159-160**; 167; 169.
- Chões – I: 145; 146; II: **206-207**.
- Coelha, Monte da – I: 120; 121; 201; 204; 206; II: **229-230**; 232; 245; 246; 247; 248.
- Colegiada – I: 228; II: **129**.
- Colobra, Tapada da – I: 192; 204; II: **151**; 167; 169.
- Comenda, Herdade da – II: **20**.
- Condes 2, Herdade dos – II: **418**.
- Condes 4, Herdade dos – II: **419**.
- Conhal do Arneiro – I: 139; 217; II: 314; 364; **367-368**; 379.
- Contenda, Monte da – I: 259; II: **46**; 50; 51.
- Convento de S. Veríssimo – I: 119; 331; II: 13; **20**; 24.
- Correio-Mor, Monte do – I: 146; 150; 155; 197; 203; 204; 206; 348-350; II: **197-199**; 209; 210.
- Cortina, Horta da – I: 149; 177; II: **178**.
- Courela do Gafanhoto – II: **22**; 24.
- Coutada de Baixo – II: **263**.
- Coutada do Povo – I: 118; 119; 188; 204; II: 27; 28; **33**; 34; 49.

- Coutadinha – II: **378**; 379.
- Couto da Balsinha, Moradeia do – II: **17**; 25.
- Couto Dona Luísa – II: **269**.
- Couto dos Algarves – I: 204; II: **153-154**; 169.
- Couto dos Guerreiros – II: **157**.
- Couto Vale – I: 57; II: **145**; 167; 168; 169.
- Covões, Malhada dos – I: 131; 184; II: **87**; 106.
- Crasto, Monte de – II: 102; 103; 176.
- Cunha 1, Monte da – II: **152**; 168; 169.
- Cunha 2, Monte da – II: **152**; 168; 169.
- Cunha 3, Monte da – II: **152**; 168; 169.
- Curral da Mosca – II: **411-412**.
- Curral das Colmeias – II: **404**.
- Curral do Funcho – II: **403**.
- Defesa de Baixo – II: **77**; 78.
- Defesa de Barros – I: 116; 117; 237; II: 56; **61-62**; 63; 64; 65; 66-67.
- Defesa de Cima 1 – II: **77**.
- Defesa de Cima 2 – II: **77**.
- Defesa de S. Pedro/S. Pedro dos Pastores – I: 70; 111; 115; 120; 130; 176; 252; 253; 255; 256; 257; 272; 279; II: 81; 82; **95-100**; 105; 107; 108.
- Defesinha, Herdade da – I: 183; II: 82; **85**; 106.
- Degolados – I: 130; 131; 184; II: 81; 107, 108.
- Domingos Pires 2 – II: **269-270**.
- Dona Maria – II: **258**.
- Eira, Monte da – I: 176; II: **100**; 105; 106.
- Eira do Peral – II: **352**; 360.
- Eira do Relógio de Sol/Vidais – II: **305**.
- Eiras do Pompílio – I: 183; II: **87**.
- El Hinojal – I: 118.
- El Olivar del Centeno – I: 118.
- El Pesquero – I: 119.
- El Pomar – I: 118.
- El Ruedo – I: 98.
- Els Munts – I: 239.
- Entre Águas 1 – I: 122; 204; 235; 334; II: **58**; 63; 64; 65; 66; 67.
- Escarninhas, Monte das – I: 147; 187; 204; II: **40**; 49.
- Escudeiros – I: 190; II: **328**; 359.
- Espadaneira, Monte da – II: **153**; 167; 169.
- Espírito Santo – II: **235**.
- Esquilas, Monte das – I: 131; 171; 172; 178; 228; 279; II: 323; **353-354**; 359.
- Estaca – I: 205; 206; II: **307-308**.
- Fajardos – II: **403**.
- Farinha – II: **348**.
- Farisôa 1 – I: 162; 172; II: **188**; 211.
- Farisôa 2 – II: **188**.
- Farrusco 1, Monte do – I: 220; II: **262-263**.
- Farrusco 2, Monte do – I: 220; II: **263**.
- Ferragial d' El-Rei – I: 179; II: 13;
- Ferraria, Monte da – II: **15**; 24.
- Ferroa – II: **415**.
- Fontalva – I: 203; 263; II: **176**; 213.
- Fontalva, Monte Velho de – II: **176**.
- Fonte Branca – I: 169; 226; 228; 236; 237; 351; II: **201-202**; 211.
- Fonte da Beldroega – II: **123**; 134.
- Fonte da Cal, Tapada da – II: **373**; 379.
- Fonte da Cruz – I: 131; 145; 178; II: **387-388**; 393; 396.
- Fonte da Feia/Pêro Galego – I: 228; 235; 360; II: **369-370**; 372; 380.
- Fonte da Figueira – II: **166**; 169.
- Fonte da Horta do Soares – II: **427**.
- Fonte da Nata – II: 283.
- Fonte de Frade – II: **265**.
- Fonte de Souto I – I: 205; II: **309-310**.
- Fonte do Freixo, Tapada do – II: **373**.
- Fonte do Imperador – II: **239**; 245.
- Fonte do Negro, Tapada da – II: **370**.
- Fonte dos Mortos – II: **305**.
- Fonte Santa 2 – II: **148**.
- Fonte Soeiro – I: 138; 214; II: **432**; 435.
- Fortios – I: 193; 218; 272; 363; II: **401-402**; 407.
- Fortunatus, villa* de – I: 254.

- Fraguil, Horta do – I: 44; 128; 130; 131; 182; 193; 205; 362; 373; II: **377-378**; 379.
- Fraxinum* – I: 130; 182; 193; II: 158; 378; 402.
- Frei Álvaro – I: 363; II: **401**; 406; 407.
- Freiras, Monte das (Arronches) – I: 185; 202; 204; 252; 334; II: **45-46**; 50; 51.
- Freiras, Monte das (Monforte) – II: **354**.
- Freiras, Monte das (Vila Viçosa) – II: **432**; 434; 435.
- Freire, Herdade do – I: 233.
- Freirinha, Monte da – I: 204; II: **32**.
- Freixial (Ponte de Sôr) – I: 181; II: **387**.
- Freixial (Sousel) – II: 409; **420**.
- Freixo (Borba) – II: **72-73**.
- Freixo (Assumar, Monforte) – II: **330**.
- Freixo (Prazeres, Monforte) – II: **351**.
- Froia 1, Moradeia da – II: **16**; 25; 168.
- Froia 2, Moradeia da – II: **16-17**; 25; 168.
- Garriancho, Tapada do – I: 117; 120; 146; 149; II: 123; 293; **294**; 299; 315.
- Gavião – I: 219; II: **311**.
- Goiã 2 – II: **57**; 63.
- Granja (Crato) – I: 117; 120; 128; 192; 204; 206; 279; II: 141; 149; **161-163**; 167; 169.
- Granja (Estremoz) – II: **236**.
- Granja, Monte da – I: 189; 331; II: **35-36**; 49.
- Granja do Carvalho, Monte da – II: **143**.
- Grotarossa – I: 91.
- Guardaria, Herdade da – I: 38; II: **219**.
- Herdade dos Campos ou Genemigo – II: **181-182**.
- Horta da Moura – II: **20**; 24.
- Horta da Pinheira – II: **244**.
- Horta da Serra – II: 175; **189**.
- Horta da Torre – I: 79; 111; 113; 115; 117; 120; 121; 151; 152; 178; 205; 220; 261; II: 22; 249; 265; **266-268**; 269; 278; 280; 281.
- Horta das Pinas – II: **197**.
- Horta do Forte/Castelão das Nogueiras – II: 76.
- Horta do Rafael – II: **193**.
- Horta do Vale – I: 205; II: **370**.
- Horta Nova (Arronches) – I: 202; 204; 333; II: **43-44**; 50; 51.
- Horta Nova (Borba) – I: 212; 261; 272; 336; II: 76; 79.
- Horta Tirana – II: **257**; 329.
- Igrejinha, Monte da – II: **243**.
- Ilhas – I: 103; 167; 175; 176; II: **103**.
- Irmãos, Monte dos – II: 381; 382; 384; **391-392**; 393.
- Janelas 1 – I: 178; II: **348-349**; 359.
- Janelas 3 – II: **349**.
- Janelas 4 – II: **349**.
- Janelas 5 – II: **349**.
- Joucel – I: 259; 267; II: **127**.
- Judeu, Monte do – II: **258**.
- La Cocosa – I: 102; 106; 118; 254; II: 340.
- La Olmeda – I: 84.
- La Torrecilla – I: 29.
- Ladeira – I: 117; 120; 124; 149; 199; 233; II: 56; 57; **60**; 63; 64; 65; 66.
- Lagar do Penedo – I: 205; II: **259**.
- Lage do Ouro 1 – I: 120; 121; 208; 221; 235; 279; II: 138; 141; **149-151**; 167.
- Lage do Ouro 2 – I: 121; 344; II: **151**; 169.
- Lagoa – I: 213; 365; II: **429**.
- Laje da Prata – II: **374-375**.
- Laje de Santo Estevão – II: **148**; 169.
- Lameirancha – II: **375**; 379.
- Laranjal – II: **75**.
- Laranjeiras, Horta das – II: **177-178**.
- Laranjeiras, Montinho das – I: 254.
- Las Tiendas – I: 118.
- Leca, Monte da – II: **347**.
- Lomba da Barca – I: 131; II: **367**.
- Louções, Monte dos – II: **35**.
- Louseira – II: **75**.
- Machouqueira – II: **287**; 289.
- Malha-Pão, Monte do – I: 183; II: **85**.
- Malhada da Amoreira de Baixo – II: **259**.
- Malhada da Serra de Aires – II: **355**.

- Malhada das Cabras – II: 125; **376**.
- Manteigas – II: **335**.
- Maral – II: **308**.
- Marçal Branco, Monte do – II: **378**.
- Marco Alto – I: 184; II: 84.
- Margalha, Quinta da – II: **286**; 289.
- Marinela, Monte da – II: **236-237**.
- Marrocos, Monte de/S. Lucas – I: 204; II: **163-164**; 169.
- Martim Tavares, Monte de – II: **34**; 49.
- Mascarro, Monte do – I: 70; 111; 124; 201; 215; 220; 252; 343; II: 112; **129-132**; 133; 134; 136.
- Matança – I: 178; II: **336**.
- Mateus, Herdade de – I: 79; 124; II: **331**; 360.
- Matinho de Baixo, Herdade do – II: **159**.
- Mato da Póvoa/Mosteiros – I: 124; 149; 199; 222; 226; 228; 338-339; II: **115-121**; 133; 134; 136; 374.
- Mato Silva – I: 204; II: **157**; 169.
- Meada/Ameada/Santo Amador – I: 203; II: **122-123**; 134.
- Medobriga* – I: 66; 67.
- Meio Dia, Tapada do (A do Meio Dia 4) – II: **375**.
- Merouços 1 – I: 121; 178; II: **265**.
- Merouços 2 – I: 131; 152; 178; II: **265**.
- Mestre Vasco, Herdade do – II: **415**.
- Mienne –Marboué – I: 262.
- Moinho, Monte do – II: **356**.
- Moinho da Lapagueira – I: 183; II: **85**.
- Moinho de Vento da Rabasquinha – II: **275-276**; 280.
- Moinho de Zuzarte – II: **31**.
- Moinho do Zurrage – II: **72**.
- Montinho, Horta do – I: 222; II: **402**.
- Monroy – I: 220.
- Montalvo – II: **389-390**.
- Monte Alegre – II: **276**.
- Monte Branco (Fronteira) – II: **271**.
- Monte Branco 1 – II: **45**.
- Monte Branco 2 – II: **45**.
- Monte Branco 3 – II: **45**.
- Monte da Cabeça – II: 48.
- Monte da Quinta (Arronches) – I: 189; 204; I: 149; II: **37**; 49.
- Monte da Quinta (Campo Maior) – II: **81**.
- Monte da Silveira/Moinho da Monsoa – II: **29**; 49.
- Monte d'El-Rei – I: 189; II: **38**.
- Monte do Doutor Eugénio – I: 204; II: **122**; 134.
- Monte do Rebolo/Monte da Venda – II: **33**.
- Monte do Regato dos Alfaiates – II: **34**; 48.
- Monte do Reguengo/Igreja de N. Sr.<sup>a</sup> da Lameira – I: 185; 333; II: **44-45**; 50.
- Monte do Reguengo 2 – II: **45**.
- Monte do Senhor Eusébio – II: **122**.
- Monte dos Passões/Horta da Carapeta – II: **34**.
- Monte Redondo – I: 179; II: **17**; 24.
- Monte Velho – I: 201; 205; 220; 356-357; II: 291; 298; **302-304**; 306; 307; 318-319.
- Monte Velho das Ligeiras – II: **35**.
- Montobriga* – I: 182.
- Mosteiros (Arronches) – II: **30**.
- Mosteiros (Castelo de Vide): ver Mato da Póvoa/Mosteiros
- Mosteiros (Crato) – I: 44; 55; 113; 115; 116; 120; 193; 272; 345; II: 116; **154-156**; 167; 168; 169; 402.
- Mouratão, Monte do – II: **129**.
- Mouta Raza – I: 205; II: **297**.
- Murela, Monte da – II: **127**; 134.
- Naves (Marvão) – I: 219; II: **311-312**.
- Naves (Monforte) – II: **329-330**; 359.
- Nora (Fronteira) – II: **259-260**.
- Nora, Monte da – I: 128; 129; 199; 201-202; 204; 206; 222; 252; 260; II: 175; **190-192**; 210-211.
- Nora Úveda – I: 169; II: **202**.
- Nogueiras – I: 212; 214; 335-336; II: **75-76**; 78; 79; 429; 434.

- Olivar del Centeno – I: 100; 119.  
 Oliveirinha 1 – II: **336**.  
 Outeiro da Boa Vista – II: 325; **333**.  
 Outeiro da Mina – II: **418**.  
 Outeiro do Mouro 1 (casal agrícola) – II: **272-273**; 274; 275.  
 Outeiro do Mouro 2 (necrópole) – I: 63; 121; 208; 280; II: 150; 249; 250; 265; 272; **273-275**; 281; 394.  
 Outeiro Pintado – II: 423.  
 Ovelheira, Monte da – I: 150; 201; 204; 231; 252; 352; II: 174; **205-206**; 209.  
 Paço, Monte do – I: 155; II: **199-200**; 201; 209.  
 Padrão – II: **205**.  
 Padrãozinho – I: 253; II: 212; **426-427**.  
 PaiAnes, Tapada do – I: 124; 199; II: **374**.  
 Paiola, Monte da – I: 204; II: **151-152**; 169.  
 Paiva, Monte de – II: **41-42**.  
 Palhinha, Herdade da – I: 151; 256; 261; 264; II: **261-262**; 280; 281.  
 Palhinha 2, Herdade da – II: **261**.  
 Palmeira, Monte da – II: **353**.  
 Pardais – I: 138; 213; II: **432-433**; 434.  
 Pascoal, Horta do – II: **142**.  
 Passo, Monte do – II: **182-183**.  
 Patalou – I: 259-260; 261; 263; II: **376-377**; 379.  
 Patinha da Burra – I: 205; 357-358; II: **306**.  
 Pedras da Careira – II: 326; 361.  
 Pena Clara – II: **182**.  
 Pereiras (Elvas) – I: 86; 111; 204; II: **181**.  
 Pereiras (Monforte) – II: **348**.  
 Pereiras, Monte das (Arronches) – I: 189; II: **33**; 49.  
 Pereiro/Fadagosa – I: 149; 205; 355; II: 126; 293; **298**; 299; 315.  
 Peso, Monte do – II: **331**.  
 Piazza Armerina – I: 98.  
 Picanheiras de Cima – II: **354**.  
 Pigorrinhas 2 – I: 136; II: **417**.  
 Pinheiras, Tapada das/Galveias – I: 70; II: 382; 383; **389**.  
 Pintos 2, Monte dos – II: **412**.  
 Pisão, Monte do – II: **258**.  
 Pitaranha – I: 212; 358; II: 293; **310**.  
*Plagiaria* – I: 158.  
 Pocilgais – II: 249; 250; **270**; 271; 325; 334.  
 Poço da Lança – II: **373**.  
 Poço de Marvão – I: 204; II: 117; **122**; 134.  
 Poço do Mesquita – II: **351-352**; 359; 360.  
 Poço dos Surdos – I: 183; II: **87**; 105.  
 Poço dos Vieiras – II: **419**.  
 Pomar d'El-Rei – II: **427**.  
 Pomarinho da Torre das Arcas – I: 347; II: **189-190**.  
 Pombais, Herdade dos – I: 63; 111; 120; 149; 205; 252; 253; 264; 269; 356; II: 293; **299-302**; 313; 315; 318; 319.  
 Pombal (Elvas) – I: 212; II: **193**.  
 Pombal, Monte do (Monforte) – II: **337**.  
 Pombinha, Tapada da – I: 167; 183; 204; II: **90-91**; 105; 106.  
 Ponte de Sôr – I: 41; 121; 178; II: **385-386**; 393.  
 Ponte Lagarto – II: 202.  
 Porto das Escarninhas – I: 131; 188; 191; 204; II: **39**.  
 Porto das Passadeiras – II: 11; **20**.  
 Porto de Melões – I: 150; 205; II: **264-265**.  
 Porto de Vaiamonte – II: **264**.  
 Prado II – II: **309**.  
 Praia da Tojeirinha – I: 114; 134; II: **390**; 396.  
 Quinta da Queijeira – II: **310**.  
 Quinta da Regada 1 – II: **257**.  
 Quinta da Regada 2 – II: **258**.  
 Quinta das Longas – I: 32-33; 61; 63; 80; 83; 84; 99; 111-113; 115; 116; 117; 118; 119; 120; 121; 149; 177; 197; 203; 204; 207; 212; 215; 222; 229; 239; 247; 251; 269; 274; 279; 347-348; II: 175; 192; **193-197**; 208; 209; 210; 212; 213; 338.  
 Quinta do Marim – I: 239.

- Quinta do Padre Francisco – II: **309**.
- Quinta do Pião – I: 113; 115; 119; 151; 178; 251; II: 13; **21-22**; 24.
- Quinta do Ribeiro da Nata – II: 284.
- Rabaçal – I: 110.
- Rabasca 1, Monte da – I: 187; II: **39-40**.
- Rabasca 2, Monte da – I: 187; II: **39**.
- Rabasquinha Pequena 1, Monte da – II: **414**.
- Rabasquinha Pequena 4, Monte da – II: **414**.
- Rangem, Horta do – II: **192**.
- Ranginha – I: 205; II: **306**.
- Raposeira – II: **75**.
- Rasquilha, Monte da – II: **37**.
- Reguengo (Alter do Chão) – II: 11; **19**.
- Reguengo (S. Domingos de Ana Loura/ Estremoz) – I: 353; II: **237-239**; 245.
- Reguengo 1, Herdade do (Monforte) – II: 325; **333-334**; 359; 360.
- Reguengo 2, Herdade do – II: **334**; 360.
- Rei Santo/Nave Fria – II: **31**.
- Relva – I: 205; II: **309**.
- Represa, Monte da (Gavião) – I: 150; II: **286**; 288; 289.
- Represa/Ponte dos Mouros (Sousel) – I: 364; II: **412-413**.
- Retorta – I: 205; II: **295**.
- Ribeira do Lobo – I: 205; 267; II: **307**.
- Ribeira dos Mosqueiros – II: **192**.
- Ribeiro do Freixo – I: 191; II: **166**; 169.
- Ribeiro Pinheiro II – II: **309**.
- Rôdo – II: 142; **145-146**; 167; 169; 170.
- Romacho – I: 205; II: **330**.
- Ronceiras, Monte das – II: **31**.
- Rosal – II: **403**.
- Rua de Crasto – II: **158**; 167; 169; 402.
- Safara – I: 188; 189; II: 38; 41.
- Salavessinha – II: **368**.
- Salgadas 1 – II: 140; **149**; 169.
- Salgadas 2 – II: 140; **149**.
- Salgueirinha – II: **369**.
- Salto do Cavalo – II: **305**.
- Samarra – I: 205; II: **251**.
- Samaruda – II: **260**.
- Sampaio – I: 204; II: **149**; 167; 169.
- Sampão, Curral de – II: 325; **336-337**.
- Sancha 1, Monte da – I: 187; II: **41**; 49.
- Sancha 2, Monte da – I: 187; II: **40-41**; 49.
- Santa Ana – II: **431**.
- Santa Catarina, Ermida de – I: 118; 130; 185; 204; II: 49; 51; **179**.
- Santa Eulália, Ermida de – I: 192; II: **147-148**; 167; 169.
- Santa Marinha/Santo Amarinho – I: 233; 253; 264; 269; 344; II: 112; 124; **132**; 136.
- Santa Vitória do Ameixial – I: 60; 62; 64; 68; 111; 113; 115; 116; 117; 118; 119; 120; 147; 201; 203; 205; 206; 208; 215; 229; 238; 246; 247; 251; 279; II: 217; 219; **221-229**; 245; 247; 338.
- Santo André (necrópole) – II: 150; 381; 383; 384; **391**; 393-394.
- Santo André 1 – II: **390**; 394.
- Santo André 2 – II: **391**; 394.
- Santo António 1 – I: 205; II: **336**; 350.
- Santo António das Paredes – I: 149; II: **329**; 359; 361.
- Santo Cristo – I: 149; II: **257**; 281; 329.
- Santo Estevão – II: **221**; 247.
- Santo Isidro, Igreja de – I: 188; II: 39.
- São Bartolomeu/Herdade de Revelhos – I: 120; 185; 186-187; 331; 370; II: **42**.
- São Bento, Ermida de (Crato) – II: **158-159**; 169.
- São Bento, Ermida de (Portalegre) – II: **406**.
- São Bento de Ana Loura – II: **236**; 245.
- São Bento do Cortiço – II: **219-221**; 246.
- São Cornélio – I: 205; II: **332-333**.
- São Cucufate – I: 81; 83; 109; 111; 115; 134; 136.
- São Francisco, Monte de – I: 117; 120; 261; II: **277-279**; 280; 281.
- São Gens – **375**; 379.
- São Gregório – II: **75**.



- São João Evangelista – II: 283.
- São Lourenço – II: **420**.
- São Marcos (Estremoz) – I: 174; II: **242-243**; 245.
- São Marcos (Ponte de Sôr) – I: 180; II: **388-389**; 393.
- São Marcos (Vila Viçosa) – I: 28; 120; 138; 205; 214; II: **431-432**.
- São Martinho – II: **392**; 394.
- São Martinho de Baixo 1 – II: **392**; 394.
- São Martinho de Baixo 2 – II: **392**; 394.
- São Pedro (Fronteira) – I: 32; 63; 111; 114; 115; 120; 124; 145; 149; 151; 152; 178; 205; 251; 261; II: 22; 249; 250; **252-257**; 278; 280; 281; 329.
- São Pedro (Portalegre) – II: **404-405**.
- São Pedro, Horta de (Sousel) – I: 252; 261; 272; II: 409; 411; **416-417**; 422.
- São Pedro de Algalé – II: **353**.
- São Pedro de Almuro – I: 79; 121; 177; 233; 272; II: **349-351**; 360; 361.
- São Pedro dos Pastores – ver Defesa de S. Pedro/S. Pedro dos Pastores.
- São Pedro e Silveira – I: 177; 346; 204; 369; II: **180**.
- São Rafael – II: **207-208**.
- São Romão – I: 69; 111; 170; II: 175; 182; **183**.
- São Salvador, Monte de – I: 111; 113; 114; 120; 176; 252; 279; 336-337; II: 81; 82; 84; **91-95**; 105; 108.
- São Saturnino, Monte de – I: 117; 120; 177; 261; II: **276-277**; 280; 281.
- Sardos – I: 86; 134; 201; 205; II: **335**; 359.
- Segóvia, Castro de – I: 175.
- Seiçal – II: **308**.
- Senhora da Conceição – II: **239**.
- Senhora da Enxada, Ponte de – I: 167; 183; 279; 370; II: 84; 91; 105; 108.
- Senhora da Graça – I: 225; 227; 228; 236; 360-361; II: **371-373**; 380.
- Senhora das Virtudes, Ermida – II: 125.
- Senhora dos Convertidos – II: **73**; 78.
- Senhora dos Mártires – I: 116; 117; 138; 173; 228; 237; 353; II: **239-242**; 245; 246.
- Serrones – I: 171; 253; II: **186**; 212.
- Settefinestre – I: 32.
- Severino, Tapada do – II: **373**; 379.
- Silveira (Campo Maior) – I: 176; II: **100-101**; 105; 106.
- Silveirona – I: 65; 68; 121; 199; 203; 215; 233; 237; 252; 253; 254-255; 264; 269; 272; II: 218; 220; 221; 229; **230-235**; 245; 246; 247; 248.
- Sobrosa II, Monte da – II: **310**.
- Sôrinho – I: 192; II: **142-143**; 167; 169; 170; 288.
- Sorrilha – II: **376**.
- Taberna dos Mouros – I: 179; 190; 191; II: **165**; 167; 169.
- Taleigo Velho 2 – II: **415**.
- Talha de Baixo – II: **272**; 274; 275; 280.
- Tapada da Barca, Monte da – II: **367**.
- Tapada da Mesa – II: 125.
- Tapada da Pedreira – II: **128**; 132; 133; 134.
- Tapada do Diogo, Monte da – I: 188; II: **39**.
- Tapada do Forno – II: **312**.
- Tapada do Ribeiro do Carvalho – II: **129**; 134.
- Tapada Grande – I: 149; 203; 204; 206; 340; II: 122; **123**; 132; 133; 134; 293; 299; 315.
- Teixeiros – II: **219**.
- Teixinha – II: **404**.
- Terrugem – I: 83; 120; 252; 253; 255; 269; 272; II: **203-204**; 211; 213.
- Tinoca, Minas da – I: 185; 219; II: 29; 84; **86**; 105.
- Tivoli – I: 98.
- Topete, Monte do – II: **235**.
- Torrados – II: **277**.
- Torre (Arronches) – I: 131; 189; 331; II: **36-37**.
- Torre Águila – I: 101; 114; 166; 256.
- Torre Albarragena – I: 118.
- Torre Cimeira – II: 284.

- Torre das Arcas – I: 150; 203; 207; 208; 253; II: **190**, 212.
- Torre de Alfange – II: **353**.
- Torre de Palma – I: 32; 60; 62; 64; 68; 81; 83; 84; 99; 111-113; 114; 115; 116; 117; 118; 120; 121; 124; 145; 147; 148; 151; 152; 178; 197; 199; 202; 203; 205; 206; 208; 215; 228; 229; 233; 238; 246-247; 251; 252; 254; 255; 267; 270-271; 272; 276; 279; 359; II: 184; 250; 270; 324-325; 327; 332; 335; 336; **338-347**; 357; 358; 359; 360; 361.
- Torre de Sequeira 1 – II: **193**; 194.
- Torre de Sequeira 2 – II: **193**.
- Torre do Álamo – I: 205; 364; II: **419-420**.
- Torre do Azinhal – I: 149; 355; II: 123; 291; 293; **296-297**; 299; 315, 318.
- Torre do Cabedal – I: 120; 150; II: 424; 427; **428-429**; 433; 434.
- Torre do Curvo – I: 171; 172; 205; II: **355-356**.
- Torre do Ervedal 8 – I: 204; II: **59-60**; 63; 65.
- Tossa de Mar – I: 99.
- Tourega, N. Sr.<sup>a</sup> da – I: 123.
- Travassos 2 – II: **75**.
- Tubucci* – II: 288; 385.
- Valada, Monte da – II: **42-43**.
- Valbom – I: 263; II: **188-189**.
- Valdetorres de Jarama – I: 87.
- Vale da Bexiga – I: 111; 116; 252; 340; II: 112; 116; **124-125**; 128; 132; 133; 134; 136; 376.
- Vale da Feiteira – II: **288**; 289.
- Vale da Junça 1 – II: 409; **415**.
- Vale da Junça 3 – II: **415-416**.
- Vale da Junça 4 – II: **416**.
- Vale da Manceba – I: 203; 204; II: **127-128**; 132; 133; 134.
- Vale de Junco – II: **35**.
- Vale de Luso – I: 205; 206; II: **307**.
- Vale de Maceiras 3 – II: 279; **418**.
- Vale de Magre – II: 138.
- Vale de Monteiro – II: **405-406**.
- Vale de Rodam – I: 205; II: **297-298**.
- Vale de Zebro (Borba) – II: **71**.
- Vale de Zebro (Monforte) – I: 205; II: **332**.
- Vale do Cano – I: 203; II: 126; 293; 296; 297; 315.
- Vale do Cano III – I: 205; II: **295**.
- Vale do Cano IV – I: 354; II: **295**; 315.
- Vale do Cano V – I: 205; II: **295**; 315.
- Vale do Cano VIII – II: **296**; 315.
- Vale do Grou – II: **287**; 289.
- Vale do Peso/Monte Velho – II: **146-147**; 169.
- Vale Seco – II: **148-149**; 169.
- Vaqueirinho – II: **309**.
- Vargem das Barrancas – II: **208**.
- Vedeira – I: 205; II: **308**.
- Velada – II: 82; **95**.
- Veladas, Monte das – II: **157**.
- Veloso – II: **401**.
- Vences – II: **260**; 261.
- Ventosa – I: 177; II: **180**.
- Vigária – I: 28; 116; 117; 213; 214; II: **426**.
- Vila Covinha – II: **176**.
- Vila Cova – I: 177; II: **176-177**.
- Vila Formosa – II: **19-20**.
- Vila Formosa, Ponte de – I: 41; 161; 164; 166; 174; 179; 279; 367-368; II: 15; 24; 381; 393.
- Vilares – II: **77**; 78.
- Vilares da Galharda – I: 138; I: 214; II: **429**; 435.
- Vinagreira – I: 86; 177; 263; II: **177**; 213.
- Vinha do Desembargador – II: **34**; 49.
- Vipasca* – I: 81.
- Zambujal, Monte do – I: 187; II: **43**; 51.
- Zambuqueira, Herdade da – II: **160-161**.
- Zumbrete – I: 145; 146; 335; II: 70; **71-72**; 78; 79.

VOLUMES PUBLICADOS NA COLEÇÃO HUMANITAS  
SUPPLEMENTUM

1. Francisco de Oliveira, Cláudia Teixeira e Paula Barata Dias: *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 1 – Línguas e Literaturas. Grécia e Roma* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
2. Francisco de Oliveira, Cláudia Teixeira e Paula Barata Dias: *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 2 – Línguas e Literaturas. Idade Média. Renascimento. Recepção* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
3. Francisco de Oliveira, Jorge de Oliveira e Manuel Patrício: *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 3 – História, Arqueologia e Arte* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2010).
4. Maria Helena da Rocha Pereira, José Ribeiro Ferreira e Francisco de Oliveira (Coords.): *Horácio e a sua perenidade* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
5. José Luís Lopes Brandão: *Máscaras dos Césares. Teatro e moralidade nas Vidas suetonianas* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
6. José Ribeiro Ferreira, Delfim Leão, Manuel Tröster and Paula Barata Dias (eds): *Symposion and Philanthropia in Plutarch* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
7. Gabriele Cornelli (Org.): *Representações da Cidade Antiga. Categorias históricas e discursos filosóficos* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH/Grupo Archai, 2010).
8. Maria Cristina de Sousa Pimentel e Nuno Simões Rodrigues (Coords.): *Sociedade, poder e cultura no tempo de Ovídio* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH/CEC/CH, 2010).
9. Françoise Frazier et Delfim F. Leão (eds.): *Tychè et pronóia. La marche du monde selon Plutarque* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, École Doctorale 395, ArScAn-THEMAM, 2010).
10. Juan Carlos Iglesias-Zoido, *El legado de Tucídides en la cultura occidental* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, ARENGA, 2011).
11. Gabriele Cornelli, *O pitagorismo como categoria historiográfica* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2011).
12. Frederico Lourenço, *The Lyric Metres of Euripidean Drama* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2011).
13. José Augusto Ramos, Maria Cristina de Sousa Pimentel, Maria do Céu Fialho, Nuno Simões Rodrigues (coords.), *Paulo de Tarso: Grego e Romano, Judeu e Cristão* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).

14. Carmen Soares & Paula Barata Dias (coords.), *Contributos para a história da alimentação na antiguidade* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
15. Carlos A. Martins de Jesus, Claudio Castro Filho & José Ribeiro Ferreira (coords.), *Hípólito e Fedra - nos caminhos de um mito* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
16. José Ribeiro Ferreira, Delfim F. Leão, & Carlos A. Martins de Jesus (eds.): *Nomos, Kosmos & Dike in Plutarch* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
17. José Augusto Ramos & Nuno Simões Rodrigues (coords.), *Mnemosyne kai Sophia* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
18. Ana Maria Guedes Ferreira, *O homem de Estado ateniense em Plutarco: o caso dos Alcmeónidas* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
19. Aurora López, Andrés Pociña & Maria de Fátima Silva, *De ayer a hoy: influencias clásicas en la literatura* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
20. Cristina Pimentel, José Luís Brandão & Paolo Fedeli (coords.), *O poeta e a cidade no mundo romano* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
21. Francisco de Oliveira, José Luís Brandão, Vasco Gil Mantas & Rosa Sanz Serrano (coords.), *A queda de Roma e o alvorecer da Europa* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
22. Luísa de Nazaré Ferreira, *Mobilidade poética na Grécia antiga: uma leitura da obra de Simónides* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2013).
23. Fábio Cerqueira, Ana Teresa Gonçalves, Edalaura Medeiros & JoséLuís Brandão, *Saberes e poderes no mundo antigo. Vol. I – Dos saberes* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2013). 282 p.
24. Fábio Cerqueira, Ana Teresa Gonçalves, Edalaura Medeiros & Delfim Leão, *Saberes e poderes no mundo antigo. Vol. II – Dos poderes* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2013). 336 p.
25. Joaquim J. S. Pinheiro, *Tempo e espaço da paideia nas Vidas de Plutarco* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2013). 458 p.
26. Delfim Leão, Gabriele Cornelli & Miriam C. Peixoto (coords.), *Dos Homens e suas Ideias: Estudos sobre as Vidas de Diógenes Laércio* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2013).
27. Italo Pantani, Margarida Miranda & Henrique Manso (coords.), *Aires Barbosa na Cosmópolis Renascentista* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2013).

28. Francisco de Oliveira, Maria de Fátima Silva, Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa (coords.), *Violência e transgressão: uma trajetória da Humanidade* (Coimbra e São Paulo, IUC e Annablume, 2014).
29. Priscilla Gontijo Leite, *Ética e retórica forense: asebeia e hybris na caracterização dos adversários em Demóstenes* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2014).
30. André Carneiro, *Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural romano no Alto Alentejo. - Volume I* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2014).
31. André Carneiro, *Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural romano no Alto Alentejo. - Volume II* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2014).

OBRA PUBLICADA  
COM A COORDENAÇÃO  
CIENTÍFICA



UNIÃO EUROPEIA  
FEDER



CENTRO  
**HERCULES**  
HERANÇA CULTURAL ESTUDOS E SALVAQUARDIA



• U



C •



CHAIA  
CENTRO DE HISTÓRIA DA ARTE  
E INVESTIGAÇÃO ARTÍSTICA